SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 04 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3848

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO

Às 12:00 horas do dia 03 de agosto de 2026, nas dependências do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó-CIS/SERIDÓ, localizado na ROD BR-266, S/N, Bairro Paizinho Maria (Prédio do Centro De Diagnóstico e Ensino do Seridó – CDES/Liga) nesta cidade de Currais Novos/RN, perante a Comissão de Contratação Constituída pela Portaria nº 015/2025, constituída por Ingride Priscila Dantas de Araújo – agente de contratação, Paulo Roberto Leite Bulhões – membro, Francisco Paulo Felipe Andriola Neto – membro e Hemetério Gameleira do Rego Sobrinho - membro foi declarada aberta a sessão para análise de documentos via sistema referente ao credenciamento nº 001/2026, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas públicas ou privadas para prestação de serviços em saúde pública. Apresentou a documentação para Credenciamento a seguinte empresa:

I.F. DE SOUZA SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA - CNPJ: 49.050.062/0001-05.

Diante da análise dos documentos foi identificado que a empresa atendeu o edital. E nada mais havendo a tratar, a presidente da Comissão de contratação deu como encerrada a presente reunião, a qual eu, Ingride Priscila Dantas de Araújo, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros integrantes.

INGRIDE PRISCILA DANTAS DE ARAÚJO
Agente de Contratação

PAULO ROBERTO LEITE BULHÕES
Membro

FRANCISCO PAULO FELIPE ANDRIOLA NETO
Membro

HEMETÉRIO GAMELEIRA DO REGO SOBRINHO
Membro

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:D62AFFF6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO

Às 12:00 horas do dia 03 de agosto de 2026, nas dependências do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó-CIS/SERIDÓ, localizado na ROD BR-266, S/N, Bairro Paizinho Maria (Prédio do Centro De Diagnóstico e Ensino do Seridó – CDES/Liga) nesta cidade de Currais Novos/RN, perante a Comissão de Contratação Constituída pela Portaria nº 015/2025, constituída por Ingride Priscila Dantas de Araújo – agente de contratação, Paulo Roberto Leite Bulhões – membro, Francisco Paulo Felipe Andriola Neto – membro e Hemetério Gameleira do Rego Sobrinho - membro foi declarada aberta a sessão para análise de documentos via sistema referente ao credenciamento nº 001/2026, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas públicas ou privadas para prestação de serviços em saúde pública. Apresentou a documentação para Credenciamento a seguinte empresa:

LABORATÓRIO INNOVATE LTDA - CNPJ: 427.961.129/0001-12.

Diante da análise dos documentos foi identificado que a empresa atendeu o edital. E nada mais havendo a tratar, a presidente da Comissão de contratação deu como encerrada a presente reunião, a qual eu, Ingride Priscila Dantas de Araújo, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros integrantes.

INGRIDE PRISCILA DANTAS DE ARAÚJO
Agente de Contratação

PAULO ROBERTO LEITE BULHÕES
Membro

FRANCISCO PAULO FELIPE ANDRIOLA NETO
Membro

HEMETÉRIO GAMELEIRA DO REGO SOBRINHO
Membro

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:BDAF3AA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS - IRP Nº 006/2026

PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
IRP Nº 006/2026

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar – CIMOP torna público, para conhecimento de todos os interessados, que, na condição de Órgão Gerenciador, realizará Procedimento Público de Intenção de Registro de Preços (IRP), com fundamento no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 018/2023 – CIMOP e no Estudo Técnico Preliminar que instrui o presente procedimento, visando subsidiar futura licitação para registro de preços, conforme as condições a seguir estabelecidas.

I - DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto o Procedimento Público de Intenção de Registro de Preços (IRP), a ser operacionalizado pelo CIMOP, na condição de Órgão Gerenciador, destinado a coletar, registrar e consolidar as manifestações de interesse de órgãos públicos quanto à futura formação de Ata de Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção predial preventiva e corretiva, pequenas reformas, adequações, reparos e conservação de bens públicos, abrangendo serviços de instalações elétricas de baixa tensão, hidráulicas, sanitárias, sistemas de esgotamento, cobertura, alvenaria, revestimentos, esquadrias, pintura, serralheria, carpintaria, vidraçaria, impermeabilização, drenagem, acessibilidade, reparos estruturais de pequeno porte, recuperação de pavimentos e pavimentação asfáltica (tapa-buracos), utilizando como referência técnica e financeira os serviços e valores constantes da Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mediante adoção do critério de julgamento pelo maior desconto sobre a tabela de referência**.**

1.1.1. Não integram o objeto da futura contratação, conforme delimitação técnica do Estudo Técnico Preliminar: a) obras novas; b) ampliações de edificações; c) aumento de área construída; d) reformas integrais ou complexas; e) alterações estruturais relevantes; f) intervenções que exijam projeto específico de engenharia incompatível com a padronização pretendida; g) obras ou serviços com complexidade técnica e operacional incompatível com o Sistema de Registro de Preços; h) serviços não enquadráveis nos grupos técnicos a serem definidos no Termo de Referência; i) execução de objeto estranho à finalidade de manutenção, conservação, reparo ou pequena adequação.

1.2. A presente IRP tem natureza estritamente preparatória, não gerando obrigação de contratação, tendo por finalidade viabilizar o levantamento das demandas, a definição dos quantitativos estimados e a consolidação das informações necessárias à elaboração do Termo de Referência e dos demais documentos técnicos subsequentes, com base no Estudo Técnico Preliminar que instrui este procedimento.
1.2. Este Edital não se destina a fornecedores, sendo voltado exclusivamente aos órgãos e entidades da Administração Pública interessados em integrar a futura Ata de Registro de Preços, na condição de órgãos participantes.

II - DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação das manifestações de Intenção de Registro de Preços será de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação deste Edital no sítio oficial do CIMOP, nos termos do art. 8º, §1º, da Resolução nº 018/2023 – CIMOP, podendo ser prorrogado, a critério do Órgão Gerenciador.

III - DO PROCEDIMENTO

3.1. Os municípios interessados em integrar a futura Ata de Registro de Preços, na condição de participantes, deverão preencher o Formulário Padrão de IRP, conforme modelo disponibilizado no sítio eletrônico oficial do CIMOP, no endereço: **https://www.cimop.com.br/licitacao/detalhe/53/.**

3.2. A manifestação de interesse deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes informações e documentos, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar que instrui este procedimento:

3.2.1. manifestação formal de interesse, indicando o(s) item(ns) de interesse constante(s) deste Edital;

3.2.2. estimativa financeira preliminar, expressa na unidade de medida correspondente, para fins de consolidação da demanda;

3.2.3. justificativa técnica da demanda apresentada;

3.2.4. indicação dos tipos de bens públicos potencialmente atendidos;

3.2.5. declaração de compatibilidade da demanda com o objeto padronizado definido no item I deste Edital, inclusive quanto às vedações do subitem 1.1.1;

3.2.6. declaração de inexistência de contratos, atas de registro de preços, convênios, obras em andamento ou instrumentos similares que se sobreponham ao objeto pretendido ou, em caso positivo, indicação do respectivo instrumento, objeto, vigência e unidade responsável;

3.2.7. indicação do servidor responsável pela fiscalização local dos serviços, caso o município venha a integrar a futura Ata;

3.2.8. declaração de ciência de que a contratação futura, por parte do município participante, ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira no momento da efetiva contratação;

3.2.9. relação preliminar dos imóveis, edificações, instalações e espaços públicos potencialmente abrangidos pela futura Ata de Registro de Preços, contendo, no mínimo, identificação do próprio público, endereço, natureza da unidade, situação de uso, estado de conservação preliminar, demandas recorrentes e responsável local, na forma do Anexo I deste Edital.

3.2.9.1. A relação de que trata o subitem 3.2.9 possui caráter referencial e não gera obrigação de contratação para o município que a apresenta, servindo para subsidiar a estimativa da demanda, a análise de compatibilidade do objeto, o dimensionamento logístico da contratação e a futura definição dos locais de execução dos serviços.

3.2.9.2. A ausência da relação preliminar de próprios públicos, ou sua apresentação de forma manifestamente incompatível com o valor estimado indicado pelo município, poderá ensejar diligência, ajuste da estimativa apresentada ou não aprovação da demanda daquele participante específico, sem prejuízo de posterior complementação documental, nos termos e prazos que vierem a ser fixados pelo Órgão Gerenciador.

3.3. Não haverá limitação quanto ao número máximo de participantes, podendo manifestar interesse qualquer município, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis e as condições deste Edital.

3.4. O Órgão Gerenciador poderá, de forma motivada, aceitar ou recusar:

3.4.1. quantitativos considerados ínfimos ou superestimados, inclusive à luz da relação preliminar de próprios públicos apresentada pelo participante;

3.4.2. a inclusão de novos itens;

3.4.3. alterações que comprometam a padronização, a economicidade ou a viabilidade técnica da futura contratação; ou

3.4.4. demandas manifestamente incompatíveis com o objeto padronizado e as vedações fixadas no subitem 1.1.1 deste Edital.

3.5. É facultado aos municípios consultar a IRP em andamento e deliberar, internamente, acerca da conveniência e oportunidade de sua participação, antes de instaurar procedimento licitatório próprio para objeto semelhante.

3.6. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00, à sede do CIMOP, situada na Rua Manoel de Freitas, nº 43, Sala 5, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, ou pelo e-mail: **cimop.rn@gmail.com**.

IV – DOS ITENS OBJETO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Os órgãos interessados deverão manifestar sua intenção de registro de preços em relação ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Descrição	Und.	Valor estimado R$
1	Prestação, sob demanda, de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção predial preventiva e corretiva, pequenas reformas, adequações, reparos e conservação de bens públicos, abrangendo serviços de instalações elétricas de baixa tensão, hidráulicas, sanitárias, sistemas de esgotamento, cobertura, alvenaria, revestimentos, esquadrias, pintura, serralheria, carpintaria, vidraçaria, impermeabilização, drenagem, acessibilidade, reparos estruturais de pequeno porte, recuperação de pavimentos e pavimentação asfáltica (tapa-buracos), com utilização da Tabela SINAPI como referência técnica e financeira e julgamento pelo critério de maior desconto, vedadas obras novas, ampliações, reformas integrais ou complexas e alterações estruturais relevantes.	Serv.	

V – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A participação na presente IRP não implica obrigação de contratação, constituindo-se em etapa preparatória essencial para o adequado planejamento da futura licitação por Sistema de Registro de Preços.

5.2. Os quantitativos e valores informados pelos municípios participantes possuem caráter estimativo, sendo passíveis de consolidação, ajustes ou redefinições após a conclusão da IRP, nos termos da legislação vigente e do Estudo Técnico Preliminar que instrui este procedimento.

5.3. Encerrado o prazo de que trata o item II, o CIMOP elaborará relatório de consolidação da IRP, contendo os municípios participantes, as demandas formalmente apresentadas, os valores estimados por participante, a análise de compatibilidade com o objeto — à luz, inclusive, das relações preliminares de próprios públicos recebidas — e o valor global estimado da futura Ata, o qual subsidiará a elaboração do Termo de Referência e dos demais documentos da fase preparatória da licitação.

5.4. Integra este Edital, como **Anexo I**, o Modelo de Relação Preliminar dos Próprios Públicos, a ser obrigatoriamente preenchido e apresentado por cada município participante, nos termos do subitem 3.2.9.

Atenciosamente,

Portalegre/RN, 03 de agosto de 2026.

DANIEL ALVES DA SILVA
Diretor Executivo do CIMOP

Publicado por:
Daniel Alves da Silva
Código Identificador:DF564505

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO SE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ASSU

CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DO ASSU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente Luís Eduardo Pimentel Soares do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO AÇU – CISVALE DO AÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 26, inciso X, e em observância ao art. 14, § 1º, do Estatuto Social, CONVOCA os Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios Consorciados e o representante do Estado do Rio Grande do Norte, regularmente indicado pela Governadora do Estado, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 06 de agosto de 2026 (quarta-feira), às 9h00, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos votos dos membros, e às 9h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede administrativa do CISVALE DO AÇU, situada na Rua Vila Nova da Princesa, nº 28, Bairro Novo Horizonte, Assú/RN, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Apreciação e deliberação sobre a alteração da Cláusula Sexta (Dos Aportes dos Entes Consorciados) do Contrato de Rateio nº 001/2026, para estabelecer que, enquanto houver recursos financeiros federais suficientes destinados ao custeio integral das atividades do Consórcio, a contribuição financeira dos Municípios consorciados terá caráter facultativo.

2. Apreciação e deliberação sobre a ratificação da destituição do atual Diretor Executivo do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE DO AÇU, condicionada à ocorrência da vacância do cargo.

3. Apreciação e deliberação sobre a ratificação da nomeação do novo Diretor Executivo do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE DO AÇU, cuja investidura ocorrerá na data da efetiva vacância do atual ocupante.

4. Apreciação e deliberação sobre a aprovação da Resolução que regulamenta a concessão de diárias aos empregados públicos, dirigentes e colaboradores do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE DO AÇU.

5. Apreciação e deliberação sobre a indicação e homologação da composição do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE DO AÇU.

6. Apresentação, discussão e definição de diretrizes para a alteração do Estatuto Social do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE DO AÇU., visando à atualização de suas disposições, adequação da estrutura administrativa e demais ajustes necessários ao regular funcionamento do Consórcio.

7. Apresentação, discussão e definição de diretrizes para elaboração do Regulamento de Pessoal do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE DO AÇU, disciplinando a estrutura de pessoal, o quadro de cargos, as atribuições, os requisitos para provimento, a jornada de trabalho, a remuneração, os direitos, deveres, o regime disciplinar e demais normas aplicáveis aos empregados públicos e ocupantes de cargos da estrutura administrativa do Consórcio.

8. Apreciação e deliberação sobre a ratificação da revisão e atualização do Ato da Presidência nº 001/2026, que regulamenta a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos no âmbito do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CIS/VALE DO AÇU.

9. Apreciação e deliberação sobre a ratificação do Ato da Presidência nº 002, de 29 de julho de 2026, que dispõe sobre a implementação, a estruturação e a operacionalização do sistema de logística reversa e das contratações sustentáveis no âmbito do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CIS/VALE DO AÇU, com vistas à sua confirmação pela Assembleia Geral, nos termos do art. 19, inciso I, do Estatuto Social.

10. Comunicações institucionais, informes gerais e assuntos de interesse do Consórcio.

Nos termos do Estatuto, os Prefeitos poderão ser representados por substituto legal, quando houver impedimento, observadas as disposições estatutárias aplicáveis.

Assú/RN, 31 de julho de 2026.

LUÍS EDUARDO PIMENTEL SOARES
Presidente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CISVALE Do Açu

Publicado por:
Luis Eduardo Pimentel Soares
Código Identificador:B645E51E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 123/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 123/2026
PARTES: Consórcio Público Intermunicipal do RN – COPIRN e o Município de São José do Campestre/RN
INSTRUMENTO: Convênio nº 123/2026
OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a adesão do Município de São José do Campestre ao "Programa de Contratação de Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade", incluindo também a realização de cirurgias eletivas de média complexidade, conforme descrição da tabela deste Consórcio, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de dezembro de 2022, bem como disciplinar o REPASSE de recursos do MUNICÍPIO CONVENENTE para o COPIRN.
FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento rege-se pelas seguintes normas: Leis n° 14.133/21, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar 101/00, Lei Federal 11.107/05 e Decreto 6.017/07.
VALOR: O valor estimado é de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência de 02 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.
ASSINATURAS: Antonio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Eribaldo Lima – Prefeito Municipal de São José do Campestre/RN

DATA DO CONVÊNIO: 02 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:5380C00C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 457/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 048/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) DA CANTORA "ANA LÚCIA", POR MEIO DA EMPRESA COMUNIDADE CANCAO NOVA - ASSOCIACAO INTERNACIONAL PRIVADA DE FIEIS, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA DE AGOSTO, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: COMUNIDADE CANCAO NOVA - ASSOCIACAO INTERNACIONAL PRIVADA DE FIEIS, CNPJ Nº 04.251.333/0001-44, COM SEDE NA **AVENIDA CANÇÃO NOVA, S/N, CONJ. CHÁCARA MONTE SIÃO, ALTO DA BELA VISTA, CACHOEIRA PAULISTA/SP, CEP: 12.630-000**.

VALOR: R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; 04.122.0004.2008.0000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 1500100.

BASE LEGAL: ART. 74, II DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 31 DE JULHO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:07B27897

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIVERSOS, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE JESUS NO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000, CNPJ/MF: 08.097.008/0001-20.

CONTRATADO: SANTO ANTONIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 08.385.809/0001-90, SEDIADO NA AVENIDA CORONEL MARTINIANO, 544, CENTRO, CAICÓ/RN, CEP: 59.300-000.

VALOR: R$ 10.698,76 (DEZ MIL SEISCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DA ASSINATURA DO CONTRATO A 20 DE OUTUBRO DE 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – SECRETRARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES; AÇÃO: 13.392.0012.2043.0000 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS

SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA; FONTE DE RECURSOS: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

ACARI/RN, 21 DE JULHO DE 2026.

MARIA SUELLY SILVA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:9E8257F0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025,

ORGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ nº **11.826.099/0001-DETENTORA DA ARP** a empresa **V K DA S NASCIMENTO CNPJ: 27.621.197/0001-32**
DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 066/2025 por mais 12 (doze) meses, a contar de 06 de agosto de 2026 até 05 de agosto de 2027, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 4.1 da própria Ata, que prevê expressamente a possibilidade de prorrogação.
DAS DEMAIS CONDIÇÕES: 4.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 066/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Acari/RN, 03 de agosto de 2026.

MARINEIDE ALVES DANTAS
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

TATIANO CARDOSO DA SILVA
Representante Legal
Detentora da Ata

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:C1534026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.097.008/0001-20 e a CONTRATADA a empresa CERTA – CONSTRUÇÕES CIVIS E INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.210.031/0001-89.
DO OBJETO: presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 015/2022, referente à execução da obra "Acari, Cidade da Moda", pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 015/2022 por mais 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência anteriormente estabelecida, permanecendo válidas as demais condições contratuais, ficando sua vigência até 31 de março de 2027.

Acari/RN, 01 de abril de 2026.

DIOGO BEZERRA DUARTE
Responsável Pela Contratante

JOSÉ WALTER DE CARVALHO
Responsável Pela Contratada

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:83C92872

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025,

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.097.008/0001-20, CONTRATADO: **J K DE MEDEIROS PROMOÇÕES E ENTRETENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 14.909.605/0001-04,
DO OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 110/2025 pelo período de 12 (doze) meses, permanecendo inalterados os preços contratados e as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.
DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 110/2025 por 12 (doze) meses, passando a vigorar de 05/08/2026 a 04/ 08/2027, podendo ser novamente prorrogado, caso presentes os requisitos legais e o interesse da Administração.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, conforme declaração de disponibilidade orçamentária conforme segue: . Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES- SECRETRARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO TURISMO - SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - Funcional Programática: - 04.122.0004.2008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES - 13.392.0012.2043 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE DE CULTURA - 23.695.0024.2073 – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E DO TURISMO MUNICIPAL - 04.131.0005.2155 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fontes de Recursos: 500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Acari/RN, 31 de julho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes
Contratante

JUSCELINO KUBITICHEK DE MEDEIROS
P/ Contratada

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:40767519

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 048/2026

Considerando o parecer jurídico emitido pela Assessoria de Licitações e Contratos, no que concerne a contratação de (show musical) da cantora "ANA LÚCIA", através da empresa **COMUNIDADE CANCAO NOVA - ASSOCIACAO INTERNACIONAL PRIVADA DE FIEIS (CNPJ nº 04.251.333/0001-44)**, por ocasião da realização da tradicional Festa de Agosto, no Município de Acari/RN, no dia 15 de agosto de 2026, no Município de Acari/RN.

Considerando o que dispõe o artigo 74, IIda Lei Federal nº 14.133, de 1º de julho de 2021.

RATIFICO e **RECONHEÇO** o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, e, por conseguinte a contratação da pessoa jurídica a seguir:

Contratada: COMUNIDADE CANCAO NOVA - ASSOCIACAO INTERNACIONAL PRIVADA DE FIEIS, CNPJ: 04.251.333/0001-44, com sede na Avenida Canção Nova, S/N, Conj. Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP: 12.630-000.

Objeto: Contratação de apresentação artística (show musical) da cantora "ANA LÚCIA", por meio da empresa COMUNIDADE CANCAO NOVA - ASSOCIACAO INTERNACIONAL PRIVADA DE FIEIS **(CNPJ nº 04.251.333/0001-44)**, por ocasião da realização da tradicional Festa de Agosto, no Município de Acari/RN, no dia 15 de agosto de 2026, no Município de Acari/RN.

Valor Total: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Acari/RN, 31 de julho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:5E15219E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 101/2026 – PMA - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **JAILTON FAUSTINO LOPES**, CPF nº. ***.089.764-**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, vinculado a estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito, nos termos do art. 16, III, parágrafo único, III e 17 da Lei Complementar nº 10, de 26 de março de 2021.

Parágrafo único – A posse no cargo de Assessor de Gabinete se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 03 de agosto de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:CE00C6ED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 102/2026 – PMA – GP

Dispõe sobre a nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em concurso público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público do Município de Acari - Edital nº 001/2016, homologado pelo Decreto Municipal nº 96, de 12 de abril de 2023, com publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte - Diário da FEMURN, de 13 de abril de 2023, obedecida a classificação final do certame;

CONSIDERANDO o Edital de Prorrogação nº 001/2025, que prorrogou o prazo de validade do Concurso Público do Município de Acari – Edital nº 001/2016, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 20 de março de 2025;

CONSIDERANDO os termos do artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 001, de 28 de novembro de 1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JARLENE AZEVÊDO MEIRA GALVÃO**, inscrita no CPF/MF sob o nº ***.294.434-**, para compor o quadro efetivo de pessoal da Prefeitura Municipal de Acari, ocupando o cargo de Educador Físico, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 03 de agosto de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F4589E26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 103/2026 – PMA - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município, e,
RESOLVE:
Art. 1º - Lotar **JARLENE AZEVÊDO MEIRA GALVÃO**, inscrita no CPF/MF sob o nº ***.294.434-**, ocupante do cargo efetivo de Educador Físico, no Centro Multiprofissional Dr. Paulo Frassinete Bezerra, vinculada à estrutura da Secretaria Municipal de Saúde Pública de Acari, a partir do dia 03 de agosto de 2026.
Art. 2º - Determinar o encaminhamento desta Portaria à Secretaria Municipal de Saúde Pública de Acari e ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Acari, para conhecimento e demais providências pertinentes.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 03 de agosto de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:8B1C1D52

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2026 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 014/2026

Dispõe sobre a retificação do Anexo II – Calendário de Atividades do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 014/2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela administrativa, que autoriza a Administração Pública a revisar e aperfeiçoar seus próprios atos quando constatada a necessidade, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e segurança jurídica;

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão da análise dos recursos interpostos contra o resultado preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 014/2026, destinado à formação de cadastro de reserva para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, bem como a necessidade de readequação das etapas subsequentes do cronograma constante no Anexo II, na forma anteriormente alterada pelo Termo de Retificação nº 001/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica retificado o Anexo II – Calendário de Atividades do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 014/2026, que passa a vigorar com a redação constante deste Termo de Retificação:
ANEXO II – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Calendário	DatasPrevistas	Local
Publicação do Edital	17 de julho de 2026	Diário da FEMURN
Inscrições	21 a 25 de julho de 2026	cpmpss.acari@gmail.com
Publicação do Resultado preliminar	28 de julho de 2026	Diário da FEMURN
Entrega de Recurso do Resultado preliminar	29 e 30 de julho de 2026	cpmpss.acari@gmail.com
Resultado da interposição de recursos	**06 de agosto de 2026**	**Diário da FEMURN**
Publicação do resultado final	**07 de agosto de 2026**	**Diário da FEMURN**
Homologação do Resultado Final	**10 de agosto de 2026**	**Diário da FEMURN**
Publicação da convocação	**A ser divulgado posteriormente**	**Diário da FEMURN**
Entrega de Documentos	**A ser divulgado posteriormente**	**cpmpss.acari@gmail.com**

Art. 2º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 014/2026 e do Termo de Retificação nº 001/2026 que não conflitarem com o presente Termo de Retificação.

Acari/RN, 03 de agosto de 2026.

MARINEIDE ALVES DANTAS
Secretária Municipal de Saúde Pública de Acari-RN

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F7BF638F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 138/2026 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a (s) diárias (s) abaixo discriminada (s), destinada (s) a cobertura de despesas de alimentação, deslocamento e/ou hospedagem dos agentes políticos/servidores (as), durante o desenvolvimento a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor (a): LOURENA DA SILVA BEZERRA CASTELO

Cargo/Função: Secretária Municipal

Quantidade: 1 diária

Destino: Natal/RN

Data: Saída - 04/08/2026 às 06h00 e Retorno - 05/08/2026 às 14h00.

Valor Unitário: R$ 300,00

Valor Total: R$ 300,00

Descrição do objeto/serviço do deslocamento: Participar do evento (re) Conexões do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 31 de julho de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:449F92CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 139/2026 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a (s) diárias (s) abaixo discriminada (s), destinada (s) a cobertura de despesas de alimentação e/ou hospedagem dos agentes políticos/servidores (as), durante o desenvolvimento a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor (a): RICARDO RUBENS MORAIS NUNES

Cargo/Função: Diretor de Cultura

Quantidade: 1 e ½ diárias

Destino: Natal/RN

Data: Saída - 04/08/2026 às 06h00 e Retorno - 05/08/2026 às 14h00.

Valor Unitário: R$ 180,00

Valor Total: R$ 270,00

Descrição do objeto/serviço do deslocamento: Participar do evento (re) Conexões do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 31 de julho de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:8651D744

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 038/2026

Dispõe sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento para o Microempreendedor

Individual - MEI, reconhece a vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos e estabelece procedimentos administrativos no âmbito do Município de Almino Afonso/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALMINO AFONSO, Estado do RIO GRANDE DO NORTE.

CONSIDERANDO o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive ao Microempreendedor Individual - MEI, pelos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que assegura custo zero ao MEI e veda a exigência de taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, cadastro, alterações, baixa, encerramento e demais itens correlatos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.5

98, de 3 de dezembro de 2007, que instituiu a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM;

CONSIDERANDO a Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018, com as alterações promovidas pela Resolução CGSIM nº 59, de 12 de agosto de 2020, especialmente quanto ao Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento, ao caráter comprobatório do CCMEI, à fiscalização posterior e à vedação de cobranças;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos municipais, eliminar barreiras à formalização e assegurar segurança jurídica ao Microempreendedor Individual;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e da vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos ao Microempreendedor Individual - MEI.

Parágrafo único. A disciplina prevista neste Decreto possui natureza de execução administrativa de normas nacionais de observância obrigatória e não constitui criação de benefício fiscal novo pelo Município.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Microempreendedor Individual - MEI: enquadrado no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI;

II - Termo de Ciência e Responsabilidade: a declaração eletrônica aceita pelo MEI no Portal do Empreendedor, com efeito de dispensa de alvará e licença de funcionamento;

III - CCMEI: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar o registro, o enquadramento no SIMEI e a dispensa de alvarás e licenças; e

IV - órgãos municipais competentes: as unidades responsáveis por fazenda, tributação, desenvolvimento econômico, posturas, urbanismo, vigilância sanitária, meio ambiente, fiscalização, Sala do Empreendedor e demais áreas envolvidas na legalização e no acompanhamento do MEI.

Art. 3º. O MEI fica automaticamente dispensado da emissão de alvará e licença municipal de localização e funcionamento, a partir da inscrição ou alteração cadastral realizada no Portal do Empreendedor, mediante a manifestação de concordância com o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.

§ 1º A dispensa ocorrerá de pleno direito, independentemente de requerimento, protocolo, análise prévia, vistoria prévia, pagamento, emissão de certificado municipal ou prática de ato adicional pelo interessado.

§ 2º O CCMEI ativo, acompanhado do respectivo Termo de Ciência e Responsabilidade, quando nele incorporado, constitui prova suficiente da dispensa perante todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 3º É vedado exigir do MEI alvará, licença, certidão de dispensa, declaração municipal substitutiva ou documento equivalente como condição para o início ou a continuidade regular de suas atividades, ressalvada a fiscalização posterior prevista neste Decreto.

Art. 4º. A dispensa de que trata o art. 3º abrange todas as ocupações permitidas ao MEI pela legislação nacional, sem prejuízo do dever de observância dos requisitos materiais aplicáveis à atividade, inclusive os de natureza sanitária, ambiental, tributária, de segurança, de uso e ocupação do solo, de atividades domiciliares e de restrições ao uso de espaços públicos.

§ 1º A dispensa de alvará e licença não afasta o poder de polícia administrativa, nem impede orientação, inspeção, monitoramento ou fiscalização posterior pelos órgãos municipais competentes.

§ 2º O exercício da atividade em desacordo com requisitos legais poderá ensejar medidas corretivas e, quando cabível, o cancelamento da dispensa, observado o devido processo administrativo.

Art. 5º. As vistorias destinadas à verificação dos requisitos que fundamentam a dispensa serão realizadas após o início da operação da atividade do MEI.

§ 1º A fiscalização deverá ser prioritariamente orientadora quando a natureza da atividade ou da situação comportar esse procedimento, sem prejuízo das medidas imediatas necessárias em caso de risco grave ou iminente à saúde, ao meio ambiente, à segurança ou à ordem pública.

§ 2º Sempre que possível, a primeira visita fiscal será destinada à orientação e à fixação de prazo razoável para correção das irregularidades sanáveis.

Art. 6º. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, verificar a correção do endereço declarado, a compatibilidade da atividade com o local indicado e a manutenção das condições de enquadramento do interessado como MEI.

§ 1º Constatada inconsistência de endereço ou irregularidade sanável, o MEI será notificado para correção ou transferência da sede de suas atividades no prazo de **30 DIAS**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º O cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento somente será promovido pelo órgão competente após o descumprimento da notificação ou quando a irregularidade for insanável, observados os procedimentos da REDESIM e da regulamentação do CGSIM.

Art. 7º. Fica expressamente vedada, no âmbito municipal, a exigência ou cobrança do MEI de taxas, emolumentos, preços públicos administrativos, custos, inclusive prévios e suas renovações, ou valores a qualquer título relacionados:

I - à abertura, inscrição, registro, formalização e legalização;

II - ao funcionamento, alvará, licença, dispensa de alvará ou licença e respectivas renovações;

III - ao cadastro, inscrição municipal, atualização, alteração cadastral, baixa e encerramento;

IV - à emissão de certidões ou documentos indispensáveis aos procedimentos de formalização e legalização do MEI;

V - a serviços administrativos, expediente, análise técnica, vistoria, fiscalização, anotação de responsabilidade técnica ou atos equivalentes vinculados aos itens anteriores; e

VI - a quaisquer outros procedimentos municipais relativos à condição de MEI alcançados pelo art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e pelo art. 7º da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, com redação dada pela Resolução CGSIM nº 59, de 2020.

§ 1º A vedação abrange cobranças diretas e indiretas, ainda que identificadas como taxa de expediente, taxa de localização, taxa de fiscalização de funcionamento, taxa de alvará, taxa de licença, taxa de renovação, serviço administrativo, vistoria, análise ou denominação equivalente.

§ 2º Os sistemas municipais não poderão gerar guia, documento de arrecadação, débito automático ou lançamento financeiro em nome do MEI relativamente às hipóteses previstas neste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não afasta o recolhimento dos tributos devidos pelo MEI na forma do SIMEI, nem outras obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores não relacionados aos atos e procedimentos abrangidos pela regra nacional de custo zero.

Art. 8º. Os órgãos e entidades municipais deverão utilizar o CNPJ como identificador cadastral principal do MEI e promover, preferencialmente de forma automática e sem interferência do contribuinte, as inscrições, alterações e baixas necessárias à prestação dos serviços públicos municipais.

Parágrafo único. A falta de integração tecnológica entre sistemas municipais e o Portal do Empreendedor não poderá ser utilizada para

suspender, condicionar ou descaracterizar a dispensa de alvará e licença de funcionamento.
Art. 9º. Os cadastros e sistemas municipais deverão identificar o MEI com a expressão "DISPENSADO DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO", vedada a apresentação de status que induza o empreendedor ou terceiros à conclusão de que há pendência de alvará ou taxa.
Parágrafo único. Enquanto não concluída a integração eletrônica, os setores competentes deverão adotar procedimento interno simplificado, sem ônus e sem exigência adicional ao MEI.
Art. 10. A Secretaria Municipal de **TRIBUTAÇÃO** deverá bloquear a constituição de créditos e a emissão de cobranças incompatíveis com este Decreto,
Art. 11. Compete à Sala do Empreendedor, em articulação com os órgãos municipais competentes:
I - orientar o MEI sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e sobre a vedação de cobrança de taxas e emolumentos;
II - auxiliar na emissão e conferência do CCMEI e no acesso ao Portal do Empreendedor;
III - comunicar aos setores responsáveis eventual cobrança indevida, exigência documental incompatível ou falha cadastral;
IV - apoiar a atualização dos fluxos, formulários, sistemas, páginas eletrônicas e materiais de atendimento; e
V - manter orientação pública, clara e atualizada sobre os direitos, deveres e requisitos materiais aplicáveis às atividades do MEI.
Art. 11. Os agentes públicos deverão abster-se de criar exigências, condicionantes ou cobranças que, direta ou indiretamente, esvaziem a dispensa e o custo zero assegurados ao MEI, sujeitando-se a apuração administrativa em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.
Art. 12. A Secretaria Municipal de **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, poderá expedir normas complementares estritamente necessárias à execução deste Decreto, vedada a criação de obrigações adicionais ao MEI em desconformidade com a legislação nacional.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regulamentares em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha, Almino Afonso/RN, em 03 de Agosto de 2026.

JESSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:C5AE2CF6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 630001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2026

TIPO: Menor Preço por LOTE

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos básicos, medicamentos injetáveis, material médico-hospitalar e medicamentos sujeitos a controle especial (Psicotrópicos), a fim de atender às necessidades do Hospital Municipal e das Unidades Básicas de Saúde do município de Angicos/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

BASE LEGAL: Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.

LICITANTES VENCEDORES, LOTES ADJUDICADOS E VALORES TOTAIS:

B. GOMES BEZERRA LTDA - CNPJ: 03.647.696/0001-30, saiu vencedor nos lotes: LOTE 01 totalizando o valor de R$ 404.767,00 (quatrocentos e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais); LOTE 04 totalizando o valor de R$ 133.422,00 (cento e trinta e três mil quatrocentos e vinte e dois reais); LOTE 05 totalizando o valor de R$ 118.684,00 (cento e dezoito mil seiscentos e oitenta e quatro reais); LOTE 012 totalizando o valor de R$ 174.395,00 (cento e setenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais); LOTE 013 totalizando o valor de R$ 150.290,00 (cento e cinquenta mil duzentos e noventa reais).

CIRUFARMA COMERCIAL LTDA – CNPJ: 40.787.152/0001-09 saiu vencedor no lote: LOTE 019 totalizando o valor de R$ 854.710,60 (oitocentos e cinquenta e quatro mil setecentos e dez reais e sessenta centavos).

NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – CNPJ: 18.588.224/0001-21 saiu vencedor no lote: LOTE 018 totalizando o valor de R$ 102.442,50 (cento e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

PHARMAPLUS LTDA - CNPJ: 03.817.043/0001-52, saiu vencedor nos lotes: LOTE 023 totalizando o valor de R$ 95.304,00 (noventa e cinco mil trezentos e quatro reaais); LOTE 025 totalizando o valor de R$ 35.424,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

PHOSPODONT LTDA - CNPJ: 04.451.626/0001-75 saiu vencedor nos lotes: LOTE 06 totalizando o valor de R$ 310.348,00 (trezentos e dez mil trezentos e quarenta e oito reais); LOTE 07 totalizando o valor de R$ 122.980,00 (cento e vinte e dois mil novecentos e oitenta reais); LOTE 08 totalizando o valor de R$ 160.878,00 (cento e sessenta mil oitocentos e setenta e oito reais); LOTE 015 R$ 600.780,00 (seiscentos mil setecentos e oitenta reais); LOTE 16 totalizando o valor de R$ 190.325,00 (cento e noventa mil trezentos e vinte e cinco reais).

SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 42.877.232/0001-72 saiu vencedor nos lotes: LOTE 02 totalizando o valor de R$ 691.840,00 (seiscentos e noventa e um mil oitocentos e quarenta reais); LOTE 03 totalizando o valor de R$ 212.934,00 (duzentos e doze mil novecentos e trinta e quatro reais); LOTE 09 totalizando o valor de R$ 578.805,60 (quinhentos e setenta e oito reais oitocentos e cinco mil e sessenta reais); LOTE 010 totalizando o valor de R$ 248.969,00 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e sessenta e nove reais); LOTE 011 totalizando o valor de R$ 196.795,00 (cento e noventa e seis mil setecentos e noventa e cinco reais); LOTE 014 totalizando o valor de R$ 124.148,00 (cento e vinte e quatro mil cento e quarenta e oito reais); LOTE 017 totalizando o valor de R$ 219.431,00 (duzentos e dezenove mil quatrocentos e trinta e um reais); LOTE 020 totalizando o valor de R$ 438.653,20 (quatrocentos e trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e três reais e vinte centavos); LOTE 021 totalizando o valor de R$ 247.117,96 (duzentos e quarenta e sete mil cento e dezessete reais e noventa e seis centavos); LOTE 022 totalizando o valor de R$ 517.000,00 (quinhentos e dezessete mil reais).

SUPERFARMA DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 12.847.230/0001-70 saiu vencedor no lote: LOTE 026 totalizando o valor de R$ 45.708,00 (quarenta e cinco mil setecentos e oito reais).

Valor final do certame R$ 6.976.151,86 (seis milhões novecentos e setenta e seis mil cento e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos).

ADJUDICAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preço compatível com o praticado pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante acima citada e seus respectivos LOTES com os valores totais, conforme já especificado, e a Autoridade superior decidiu adjudicar em favor da mesma o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 71, Inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

Angicos/RN, 28 de julho de 2026.

*Republicado por incorreção

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:3BD8D2FC

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 630001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2026

TIPO: Menor Preço por LOTE

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos básicos, medicamentos injetáveis, material médico-hospitalar e medicamentos sujeitos a controle especial (Psicotrópicos), a fim de atender às necessidades do Hospital Municipal e das Unidades Básicas de Saúde do município de Angicos/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

BASE LEGAL: Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.

LICITANTES VENCEDORES, LOTES HOMOLOGADOS E VALORES TOTAIS:

B. GOMES BEZERRA LTDA - CNPJ: 03.647.696/0001-30, saiu vencedor nos lotes: LOTE 01 totalizando o valor de R$ 404.767,00 (quatrocentos e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais); LOTE 04 totalizando o valor de R$ 133.422,00 (cento e trinta e três mil quatrocentos e vinte e dois reais); LOTE 05 totalizando o valor de R$ 118.684,00 (cento e dezoito mil seiscentos e oitenta e quatro reais); LOTE 012 totalizando o valor de R$ 174.395,00 (cento e setenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais); LOTE 013 totalizando o valor de R$ 150.290,00 (cento e cinquenta mil duzentos e noventa reais).

CIRUFARMA COMERCIAL LTDA – CNPJ: 40.787.152/0001-09 saiu vencedor no lote: LOTE 019 totalizando o valor de R$ 854.710,60 (oitocentos e cinquenta e quatro mil setecentos e dez reais e sessenta centavos).

NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – CNPJ: 18.588.224/0001-21 saiu vencedor no lote: LOTE 018 totalizando o valor de R$ 102.442,50 (cento e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

PHARMAPLUS LTDA - CNPJ: 03.817.043/0001-52, saiu vencedor nos lotes: LOTE 023 totalizando o valor de R$ 95.304,00 (noventa e cinco mil trezentos e quatro reaais); LOTE 025 totalizando o valor de R$ 35.424,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

PHOSPODONT LTDA - CNPJ: 04.451.626/0001-75 saiu vencedor nos lotes: LOTE 06 totalizando o valor de R$ 310.348,00 (trezentos e dez mil trezentos e quarenta e oito reais); LOTE 07 totalizando o valor de R$ 122.980,00 (cento e vinte e dois mil novecentos e oitenta reais); LOTE 08 totalizando o valor de R$ 160.878,00 (cento e sessenta mil oitocentos e setenta e oito reais); LOTE 015 R$ 600.780,00 (seiscentos mil setecentos e oitenta reais); LOTE 16 totalizando o valor de R$ 190.325,00 (cento e noventa mil trezentos e vinte e cinco reais).

SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 42.877.232/0001-72 saiu vencedor nos lotes: LOTE 02 totalizando o valor de R$ 691.840,00 (seiscentos e noventa e um mil oitocentos e quarenta reais); LOTE 03 totalizando o valor de R$ 212.934,00 (duzentos e doze mil novecentos e trinta e quatro reais); LOTE 09 totalizando o valor de R$ 578.805,60 (quinhentos e setenta e oito reais oitocentos e cinco mil e sessenta reais); LOTE 010 totalizando o valor de R$ 248.969,00 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e sessenta e nove reais); LOTE 011 totalizando o valor de R$ 196.795,00 (cento e noventa e seis mil setecentos e noventa e cinco reais); LOTE 014 totalizando o valor de R$ 124.148,00 (cento e vinte e quatro mil cento e quarenta e oito reais); LOTE 017 totalizando o valor de R$ 219.431,00 (duzentos e dezenove mil quatrocentos e trinta e um reais); LOTE 020 totalizando o valor de R$ 438.653,20 (quatrocentos e trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e três reais e vinte centavos); LOTE 021 totalizando o valor de R$ 247.117,96 (duzentos e quarenta e sete mil cento e dezessete reais e noventa e seis centavos); LOTE 022 totalizando o valor de R$ 517.000,00 (quinhentos e dezessete mil reais).

SUPERFARMA DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 12.847.230/0001-70 saiu vencedor no lote: LOTE 026 totalizando o valor de R$ 45.708,00 (quarenta e cinco mil setecentos e oito reais).

Valor final do certame R$ 6.976.151,86 (seis milhões novecentos e setenta e seis mil cento e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos).

HOMOLOGAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preço compatível com o praticado pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante acima citada e seus respectivos LOTES com os valores totais, conforme já especificado, e a Autoridade superior decidiu homologar em favor da mesma o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 71, Inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

Angicos/RN, 28 de julho de 2026.

*Republicado por incorreção

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:DEC714A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 0183/2026-GC, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas Atribuições Constitucionais que lhe são conferidas nos IX, do Art.57, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei 546/2022 de 18 de maio de 2022

RESOLVE:
Art.1° Conceder Licença sem remuneração por 12 (doze) meses ao Servidor Municipal, Francisco Rodrigues Sarmento, matrícula 010337-3, Ocupante do Cargo de Farmacêutico Bioquímico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01 de agosto de 2026 à 30 de agosto de 2027.
Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Gabinete Civil da Prefeitura Municipal, Antônio Martins/RN, aos 03 de agosto de 2026.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:582999E7

SECRETARIA DE TURISMO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00019/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTÔNIO MARTINS

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00019/2026
Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00019/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Prestação de serviços de Consultoria e Assessoria em Gestão Cultural, tendo como objeto específico a operacionalização dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB (Lei nº 14.399/2022), por meio da realização de oficinas e/ou palestras, criação de ferramentas de cadastro e inscrição de propostas, análise das propostas, suporte, acompanhamento e monitoramento dos processos, bem como das demais ações pertinentes à aplicação da referida lei, excetuando–se os serviços de; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: 40.046.862 GENALDO SILVA LIMA - CNPJ: **.***.862/0001-** - R$ 3.160,00.

Antônio Martins - RN, 03 de Agosto de 2026

FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES REINALDO -
Secretário de Cultura

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:0815386B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO N°. 024/2026.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ: 08.349.011/0001-93, no uso de suas atribuições legais, torna público que às 08:00 horas do dia 21 de agosto de 2026, fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 024/2026 – Tem como objeto **PREGÃO ELETRÔNICO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BRINDES PERSONALIZADOS. Destinados as Secretarias do Município de Apodi/RN. Conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus** Anexos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.; https://licitafacil.tce.rn.gov.br/. https://pncp.gov.br/app/editais e no link: https://apodi.rn.gov.br/licitacaolista.php. Informações e esclarecimentos: na sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Francisco Pinto, nº 56 – Centro – Apodi/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min, Solicitar através do Email: cpl.pmapodi@gmail.com ou na página do pregão no www.portaldecompraspublicas.com.br.

Apodi/RN, 03 de agosto de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro - Portaria 1075/2026

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:37282E16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO POR LOTE NOVO EDITAL, TR E ANEXOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ: 08.349.011/0001-93, no uso de suas atribuições legais, torna público que às **08:00 horas do dia 19 de agosto de 2026**, fará realizar a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 013/2026 – Tem como objeto PREGÃO ELETRÔNICO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA E POR HORA TRABALHADA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APODI/RN. Conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus** Anexos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.; https://licitafacil.tce.rn.gov.br/. https://pncp.gov.br/app/editais e no link: https://apodi.rn.gov.br/licitacaolista.php. Informações e esclarecimentos: na sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Francisco Pinto, nº 56 – Centro – Apodi/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min, Solicitar através do Email: cpl.pmapodi@gmail.com ou na página do pregão no www.portaldecompraspublicas.com.br.

Apodi/RN, 03 de agosto de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro - Portaria 1075/2026

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:16CD9571

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1287/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a cessão à servidora Patricia Raquel Gurgel Leite Marinho à Prefeitura Municipal de Apodi/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO: A Portaria nº 0926/2026 da Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, cedendo a Servidora **Patricia Raquel Gurgel Leite Marinho**, com ônus para o órgão cessionário.

RESOLVE:

Art. 1º - Receber a Senhora **Patricia Raquel Gurgel Leite Marinho**, que será lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, como Enfermeira.

Art. 2º - A presente cessão tem prazo de vigência a partir de **03/08/2026** a **03/08/2027.**

PARÁGRAFO ÚNICO. A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo caso o interesse público assim o exija.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 03 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:C0BAF09E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1288/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Senhora **Michele Edmila Silva Sousa**, portadora de matrícula **1741**, ES ll/02, **nutricionista**, licença para fins de estudo, (mestrado), conforme Lei em vigor, no período de 03/08/2026 a 01/11/2026.

Art. 2º - O que trata o Art. 1º está de acordo com o Art. 56, da Lei 585/2009, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 03 de agosto de 2026.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:CEB800B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 162/2026

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE AREZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Arez, os seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Trabalho, da Habitação e Assistência Social-SEMTHAS.

Titular: Amanda Silva do Nascimento Rodrigues
Suplente: Maria Regina Ezequiel da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e das Finanças

Titular: Hugo Galvão da Cunha
Suplente: Idalina Alves Galvão Nascimento

Representante do Gabinete do Prefeito

Titular: Maria de Fátima da Silva
Suplente: Josemberg Santana de Paiva

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e dos recursos Humanos.

Titular: Ana Angélica Elói de Oliveira
Suplente: Julya Freire de Carvalho

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Daniela de Freitas Chacon
Suplente: Ricardo Carlos Pereira da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: José Alfredo Chacon
Suplente: Ana Sueli Gomes Barbosa

Artigo 2º - Representantes da Sociedade Civil, Entidades e Organizações não governamentais:

Comunidade Quilombola de Arez.

Titular: Nilvan Alves Barbosa
Suplente: Lucineide Adolfo Cardoso Barbosa

Associação dos Moradores de Areias - AMA

Titular: Jandy Euflausino de Santana
Suplente: Maria Edinete da Silva

Associação dos Moradores de Urucará

Titular: Edilma Eugênio da Rocha Silva
Suplente: Josefa Joseane Eugênio da Silva

• Instituto Esperança.

Titular: Luizito Ferreira
Suplente: Igor Sucar Ferreira

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Arez/RN, 30 de julho de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional de Arez/RN.

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:720B0798

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072901/2026

A Prefeitura Municipal de Arez/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva a: **Aquisição de brindes destinados ao sorteio durante a comemoração do Dia dos Pais, promovido pela Prefeitura Municipal de Arez/RN, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social (itens fracassados da Dispensa nº 070201/2026)**. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações, sediado na Praça Getúlio Vargas, 270 - Centro - Arez - RN, ou solicitando no e-mail: cplarezpma@gmail.com. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia **07 de agosto de 2026**, nos horários e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também

pelo e-mail: cplarezpma@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações e envio de documentação: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Arez/RN, 03 de agosto de 2026.

GILMAR FAUSTINO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:15B9EFE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 143752/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

ASSUNTO: Registro de Preços para a Aquisição de Playgrounds Infantis para as escolas municipais de Arez/RN.

O Prefeito Constitucional de Arez/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, tendo em vista a realização do Processo 143752/2026, modalidade **Pregão Eletrônico nº 12/2026, HOMOLOGA** a licitação, autorizando o **Registro de Preços para a Aquisição de Playgrounds Infantis para as escolas municipais de Arez/RN**. Ficam a(s) empresa(s) vencedora(s) abaixo convocada(s) a comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Arez/RN para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste documento.
DANDARA SPORT LTDA - CNPJ: 51.543.641/0001-23, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2; totalizando o valor de **R$ 126.070,00 (cento e vinte e seis mil e setenta reais)**.

Arez/RN, 03 de agosto de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:9B54B81D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO N.º 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 016/2024

Pelo presente instrumento particular de Aditivo contratual, sendo de um lado como CONTRATANTE, a Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.161.341/0001-50, com sede à Rua Doutor Manoel Francisco de Melo, nº 500 - Centro - Baía Formosa/RN, aqui representada pelo neste ato por sua Prefeita a Sr.ª Camila Veras de Melo, inscrito no CPF/MF nº 072.067.834-06, brasileira, residente e domiciliado neste Município de Baía Formosa/RN; e do outro lado como CONTRATADA, a empresa BANDEIRANTES LAB PROD FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/CPF: CNPJ:70.027.479/0001-35, com sede à Rua Coronel Silvino Bezerra, n.º 1424 - Lagoa Seca - Natal/RN - CEP: 59.031-140, aqui denominada CONTRATADA, representado(a) neste ato por seu/sua Responsável legal, DENNIS DE PAIVA PESSOA, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 057.057.534-62, ficam aditados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas combinações, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

O presente Aditivo tem como objetivo alterar até o dia 25 de setembro de 2026 (25/09/2026), o prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço n.º 016/2024, celebrada inicialmente em 26 de setembro de 2024 (26/09/2024), oriunda do processo administrativo 14080001/24, Pregão Eletrônico N.º 009/2024.

CLÁUSULA 2ª - DA BASE LEGAL:

A celebração deste Aditivo junto a Ata de Registro de Preço está prevista no Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogada, até o dia 25 de setembro de 2026 (25/09/2026), a vigência da Ata de Registro de Preço n.º 016/2024, celebrada inicialmente em 26 de setembro de 2024 (26/09/2024), oriunda do processo administrativo 14080001/24, Pregão Eletrônico N.º 009/2024.

CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Ficam mantidas as demais condições contidas na Ata de Registro de Preço n.º 016/2024, celebrada inicialmente em 26 de setembro de 2024 (26/09/2024), oriunda do processo administrativo 14080001/24, Pregão Eletrônico N.º 009/2024, inclusive as condições de pagamento.

E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Baía Formosa/RN, em 25 de setembro de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita Municipal
Contratante

Bandeirantes Lab Prod Farmaceuticos e Hospitalares LTDA
DENNIS DE PAIVA PESSOA
CPF/MF: 057.057.534-62
Pela Contratada

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:92034959

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0119/2026 – GP (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, nas importâncias abaixo mencionadas, correspondente a 1,5 (uma e meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar do *Capacita SUAS*, nos dias 03,04 e 05 de agosto de 2026.
1. PEDRO BENTO DA SILVA FILHO – Motorista, Matrícula 00175, Diária: R$ 187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
2. HELOISA DE MENDONÇA BARROS – Psicóloga - CREAS, Matrícula 015318, Diária: R$ 187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);
3. HILANA CIPRIANO DE OLIVEIRA – Psicóloga - CRAS, Matrícula 14400, Diária: R$ 187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);
4. GESSICA FERNANDA PEREIRA DE LIMA – Assistente Social - CRAS, Matrícula 015334-1, Diária: R$ 187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);
5. PALOMA JERÔNIMO DO NASCIMENTO - Assistente Social - CREAS, Matrícula 12491, Diária: R$ 187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 03 de agosto de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:D4F63EB7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0120/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 1,0 (uma) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à Arez/RN, para o 6º Encontro Litoral Sul - Programa LIDER, nos dias 04 e 05 de julho de 2026.
1. EDSON BARBOSA DA SILVA – Secretário Municipal de Administração, Matrícula 011851, Diária: R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
2. JOSE ANDREILTON SILVA DE LIMA – Assessor Executivo, matrícula 14338, Diária: R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais);
3. KÁTIA ANDRADE DA SILVA – Agente Administrativo, Matrícula 00161, Diária: R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais);
4. MARIA BERNADETE DE SOUSA LEITE COSTA – Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente, matrícula 11584, Diária: R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 03 de agosto de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:CA9D5E17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

A Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por meio de sua Pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo menor preço por ITEM, referente ao objeto da CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À AQUISIÇÃO DE RECURSOS TERAPÊUTICOS E MATERIAL ESPORTIVO DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN. A sessão pública dar-se-á às 08h01min do dia 18 de agosto de 2026, no Portal de Compras Públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. O edital e seus anexos também estarão disponíveis no sítio: https://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, ou poderá ser solicitado no e-mail: baralicitacao@gmail.com ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, no horário das 08h às 13h.

Baraúna/RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA ALICIA COSTA PEREIRA BARBOZA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:60694442

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 05/2026.

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida 03 **(três) DIÁRIAS**, no valor total de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais) a Servidora **REJANIA MARIA DOS SANTOS SILVA,** matrícula nº 0029920, ocupante do cargo/função Coordenador Geral de Planejamento, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento para Natal/RN nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2026, Para tratar de assuntos de interesse do município.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,
Baraúna-RN, 03 de agosto de 2026.

NATANAELLE NAYARA LOLÓ DE OLIVEIRA SILVA
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:5465DDF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 06/2026.

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida 02 **(duas) DIÁRIAS**, no valor total de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) a Servidora **CASSIA EMANUELLE DA SILVA CUNHA,** matrícula nº 0029939, ocupante do cargo/função Coordenador de Gestão, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento para Natal/RN nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2026. Para tratar de assuntos de interesse do município.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de

documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,
Baraúna-RN,03 de agosto de 2026.

NATANAELLE NAYARA LOLÓ DE OLIVEIRA SILVA
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:428BF648

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 226, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia o Coordenador de avaliação de desempenho dos profissionais da educação do Município de Baraúna/RN e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear o senhor **WANDERSON KENEDY SOARES DE OLIVEIRA, CPF: 121.xxx.xxx-03,** para o cargo de **Coordenador de avaliação de desempenho dos profissionais da educação,** nível**CC3,** com lotação na **Secretaria Municipal de Educação.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:37FA5323

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 227, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento para a aquisição de 02 (dois) Projetos Pedagógicos Tecnológicos Integrados, visando à implantação e montagem de 02 (dois) Laboratórios de Robótica Educacional Completos, cujos itens são interdependentes e indivisíveis, serão destinados a atender, de forma eficaz, focado em elevar a qualidade do ensino de tecnologia aos estudantes da Educação regulamente matriculados nas unidades escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art. 1º- Designar o senhor **FRANCISCO REGINALDO DE SOUZA, CPF: 626.xxx.xxx-34**, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) PROJETOS PEDAGÓGICOS TECNOLÓGICOS INTEGRADOS, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E MONTAGEM DE 02 (DOIS) LABORATÓRIOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL COMPLETOS, CUJOS ITENS SÃO INTERDEPENDENTES E INDIVISÍVEIS, SERÃO DESTINADOS A ATENDER, DE FORMA EFICAZ, FOCADO EM ELEVAR A QUALIDADE DO ENSINO DE TECNOLOGIA AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO REGULAMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES INTEGRANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 110/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:471B6508

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 228, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal em decorrência de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria à servidora pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente as normas que tratam da vacância do cargo por aposentadoria;
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a servidora **MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA PEREIRA**, matrícula nº 0000233 **, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão da concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.**
Art. 2º Declarar vago o cargo anteriormente ocupado pela servidora, em decorrência da exoneração prevista no artigo anterior, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 3º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda às anotações funcionais, baixa no vínculo e demais providências administrativas necessárias.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita

Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F8093F73

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 229, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar a senhora **MONALISA JORDANIA DE PAIVA**, CPF: 705.xxx.xxx-74, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, GELO EM CUBO E GARRAFÃO DE PLÁSTICO VAZIO, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 106/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 020/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01060003/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:C809D663

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 230, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas do Fundo Municipal de Educação, do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar a senhora **ANTONIA MATIAS DE SOUZA**, CPF: 633.xxx.xxx-68, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, GELO EM CUBO E GARRAFÃO DE PLÁSTICO VAZIO, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 107/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 021/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:E6FF0B36

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 231, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania, do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar a senhora **MARIA JULIANA DE MACÊDO SILVA**, CPF: 101.xxx.xxx-80, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, GELO EM CUBO E GARRAFÃO DE PLÁSTICO VAZIO, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 108/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03060002/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:076CE74F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 232, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais da Administração Geral do Executivo, do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar a senhora **ARTUR RAVANELLY DE SOUZA**, CPF: 118.xxx.xxx-30, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O**

FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, GELO EM CUBO E GARRAFÃO DE PLÁSTICO VAZIO, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN. Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 109/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09060002/2026.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:1DF559D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026

A Secretaria Municipal de Educação consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 02060002/2026 relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento para a aquisição de 02 (dois) Projetos Pedagógicos Tecnológicos Integrados, visando à implantação e montagem de 02 (dois) Laboratórios de Robótica Educacional Completos, cujos itens são interdependentes e indivisíveis, serão destinados a atender, de forma eficaz, focado em elevar a qualidade do ensino de tecnologia aos estudantes da Educação regulamente matriculados nas unidades escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **EFATA SOLUCOES LTDA – 51.376.627/0001-82,** com sede na Rua Professora Maria Augusta Mendonca, 495, Loja C, Malvinas, 58.433-275, Campina Grande/PB, *com fulcro no inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo no inciso III, alínea f, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecer e modernizar o processo de ensino-aprendizagem na Rede Pública Municipal de Ensino de Baraúna/RN, por meio da implantação de dois Laboratórios de Robótica Educacional, proporcionando aos estudantes acesso a recursos tecnológicos inovadores e compatíveis com as exigências da educação contemporânea.
A utilização da robótica educacional constitui importante ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao raciocínio lógico, pensamento computacional, criatividade, resolução de problemas, trabalho em equipe e inovação, contribuindo diretamente para a formação integral dos alunos e para a melhoria dos indicadores educacionais do município.
Além disso, a implementação dos laboratórios está alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê o desenvolvimento da cultura digital e das competências tecnológicas como elementos essenciais da educação básica. A disponibilização desses recursos permitirá a realização de atividades práticas e interdisciplinares, tornando o ensino mais dinâmico, atrativo e eficiente.
A contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento dos itens necessários à montagem dos laboratórios mostra-se indispensável para garantir a aquisição de equipamentos, componentes e materiais adequados, com qualidade, segurança e compatibilidade técnica, assegurando o pleno funcionamento dos espaços educacionais e o alcance dos objetivos pedagógicos propostos.
Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, promovendo a inclusão tecnológica, a inovação educacional e a ampliação das oportunidades de aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Baraúna/RN, contribuindo para a formação de cidadãos preparados para os desafios acadêmicos, profissionais e sociais do século XXI.

Face ao exposto, **DECLARO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **EFATA SOLUCOES LTDA – 51.376.627/0001-82**, será no valor global estimado de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:7898F5C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento para a aquisição de 02 (dois) Projetos Pedagógicos Tecnológicos Integrados, visando à implantação e montagem de 02 (dois) Laboratórios de Robótica Educacional Completos, cujos itens são interdependentes e indivisíveis, serão destinados a atender, de forma eficaz, focado em elevar a qualidade do ensino de tecnologia aos estudantes da Educação regulamente matriculados nas unidades escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Baraúna/RN, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN.

RATIFICO, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pelo Sr. **Marcos Antônio de Sousa,** Secretário Municipal de Educação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:C4A1225F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09060002/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostados aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA**, no valor global de **R$ 20.580,00 (vinte mil quinhentos e oitenta reais** referente à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Sra. **Maria Aparecida Oliveira Bezerra**, Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:B61818B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01060003/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostados aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA**, no valor global de **R$ 37.870,00 (trinta e sete mil e oitocentos e setenta reais),** referente à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Sra. **Bevania Silva Costa**, Secretária Municipal de Saúde, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:424DCEB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostados aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA**, no valor global de **R$ 24.045,00 (vinte e quatro mil e quarenta e cinco reais)** referente à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pelo Sr. **Marcos Antônio de Sousa**, Secretário Municipal de Educação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:86DB24A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03060002/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostados aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA**, no valor global de **R$ 22.195,00 (Vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais)** referente à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pelo Sr. **José Flávio Matias Pereira**, Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:C5C73166

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO N° 001 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01060003/2026

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 01060003/2026 relativo à Dispensa de Licitação n° 020/2026 visando à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000 *com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei Federal n 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 75 - É dispensável a licitação:
II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras. (vide decreto n°12.80, de 2025). Vigência;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A formalização da presente demanda fundamenta-se na necessidade crítica e ininterrupta de assegurar o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafões de plástico para o Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN. No âmbito da saúde pública, a garantia de hidratação adequada e a manutenção de condições rigorosas de salubridade transcendem o bem-estar administrativo, configurando-se como requisitos essenciais para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), centros de especialidades, postos de vacinação e demais unidades de pronto atendimento.
A justificativa para esta contratação repousa sobre a responsabilidade da Administração em zelar pela saúde de pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde que circulam diariamente nas dependências da Saúde. Em uma região de clima semiárido e temperaturas elevadas, a oferta de água potável é uma medida preventiva indispensável contra a desidratação e um componente vital do acolhimento humanizado no Sistema Único de Saúde (SUS). Complementarmente, a aquisição de garrafões vazios garante a continuidade operacional dos bebedouros, evitando gargalos no suprimento hídrico das unidades.
A ausência desses insumos comprometeria severamente a qualidade da assistência prestada à população, podendo gerar riscos sanitários e prejudicar o atendimento em momentos de vulnerabilidade dos usuários. Portanto, a contratação é imperativa para assegurar que o Fundo Municipal de Saúde cumpra sua missão institucional com eficiência, segurança e respeito às normas de vigilância sanitária, garantindo um ambiente de cuidado digno e plenamente operacional para todos os cidadãos de Baraúna/RN.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/21 junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA – CNPJ: 62.350.404/0001-62**, no valor global estimado de **R$ 37.870,00 (trinta e sete mil e oitocentos e setenta reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

BEVANIA SILVA COSTA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Matrícula - 0024457-1

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:B45DA8E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO N° 002 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026

O Fundo Municipal de Educação do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 02060002/2026 relativo à Dispensa de Licitação n° 021/2026 visando à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000 *com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei Federal n 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 75 - É dispensável a licitação:
II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras. (vide decreto n°12.80, de 2025). Vigência;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A formalização da presente demanda fundamenta-se na necessidade imperiosa de assegurar o fornecimento contínuo de água mineral, gelo em cubo e garrafões de plástico para o Fundo Municipal de Educação de Baraúna/RN. A educação, enquanto direito fundamental e serviço público essencial, exige a manutenção de uma infraestrutura adequada nas unidades escolares e centros administrativos, onde a garantia de hidratação e salubridade é condição básica para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem.
A justificativa para esta contratação repousa sobre o dever da Administração Pública de zelar pela saúde e pelo bem-estar de alunos, professores e demais colaboradores da rede municipal de ensino. Em uma região caracterizada por elevadas temperaturas, a oferta regular de água potável não é apenas uma medida de conforto, mas um requisito de saúde pública e segurança ocupacional, prevenindo riscos de desidratação e garantindo um ambiente escolar salubre. O fornecimento de gelo em cubo é igualmente indispensável para a conservação de insumos alimentares e atendimento às necessidades das cantinas escolares, enquanto a aquisição de garrafões vazios assegura a logística de reposição e o funcionamento ininterrupto dos bebedouros.
A ausência desses itens comprometeria diretamente o cotidiano escolar, podendo ocasionar a suspensão de atividades ou prejuízos à saúde da comunidade acadêmica. Portanto, a contratação revela-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, pois evita interrupções operacionais e garante que o Fundo Municipal de Educação cumpra sua missão institucional com eficiência, dignidade e respeito às normas sanitárias vigentes.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/21 junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA – CNPJ: 62.350.404/0001-62**, no valor global estimado de **R$ 24.045,00 (vinte e quatro mil e quarenta e cinco reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Gestor do Fundo Municipal de Educação
Portaria nº 036/2026, de 05/01/2026

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:4533CE1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO N° 003 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03060002/2026

O Fundo Municipal de Assistência social e Cidadania do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 03060002/2026 relativo à Dispensa de Licitação n° 022/2026 visando à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP

59695-000 *com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei Federal n 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 75 - É dispensável a licitação:
II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras. (vide decreto n°12.80, de 2025). Vigência;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A formalização da presente demanda fundamenta-se na necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de água mineral, gelo em cubo e garrafões de plástico para o Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania de Baraúna/RN. A natureza das atividades desenvolvidas por esta pasta, que envolvem o atendimento direto a grupos vulneráveis, a realização de ações comunitárias e o funcionamento de unidades de acolhimento, exige a manutenção de condições básicas de higiene, hidratação e salubridade para servidores e, primordialmente, para os cidadãos assistidos pelos programas sociais.
A contratação justifica-se pela imperiosidade de garantir o bem-estar e a dignidade no atendimento ao público, especialmente em uma região de elevadas temperaturas, onde a oferta de água potável é um requisito essencial de saúde pública e hospitalidade institucional. O fornecimento de gelo e a reposição de garrafões vazios complementam a logística necessária para a conservação de insumos e a operacionalização dos bebedouros nas unidades administrativas e nos centros de referência. A ausência desses itens comprometeria a qualidade do acolhimento prestado e a continuidade das atividades da Secretaria, ferindo o princípio da eficiência e o dever da Administração de zelar pela saúde e pelo atendimento digno à população e aos seus colaboradores.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/21 junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA – CNPJ: 62.350.404/0001-62**, no valor global estimado de **R$ 22.195,00 (Vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 9997-2

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:75FE5BDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO N° 004 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09060002/2026

A Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 09060002/2026 relativo à Dispensa de Licitação n° 017/2026 visando à contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000 *com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei Federal n 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 75 - É dispensável a licitação:
II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras. (vide decreto n°12.80, de 2025). Vigência;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A formalização da presente demanda fundamenta-se na necessidade imperiosa de assegurar o fornecimento contínuo e regular de água mineral, gelo em cubo e garrafões de plástico para atender às exigências operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN. Esta contratação visa unificar o suprimento das diversas unidades administrativas, abrangendo de forma integrada as necessidades dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo, consolidando-se como uma medida essencial para a manutenção da salubridade, higiene e bem-estar em todas as esferas do governo municipal.
A justificativa para esta aquisição repousa sobre o dever da Administração Pública de garantir condições dignas de trabalho aos seus servidores e um acolhimento humanizado aos cidadãos que utilizam os serviços públicos. Em uma região caracterizada por temperaturas elevadas, a oferta de água potável transcende o conforto administrativo, configurando-se como um requisito de saúde pública e segurança ocupacional. Na Educação, a medida garante a hidratação de alunos e colaboradores; na Saúde, é vital para o funcionamento das unidades de atendimento e conservação de insumos; na Assistência Social, assegura a dignidade no acolhimento de grupos vulneráveis; e na Administração Geral, mantém a operacionalidade das repartições.
A ausência desses insumos comprometeria severamente a continuidade das atividades públicas e a qualidade do atendimento prestado à população, podendo gerar riscos sanitários e prejuízos à saúde dos agentes públicos e usuários do sistema. Portanto, a contratação consolidada revela-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, pois permite ganho de escala na aquisição, evita interrupções logísticas e garante que o Município cumpra sua missão institucional com eficiência, respeito às normas de vigilância sanitária e zelo pelo interesse coletivo.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/21 junto à Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA – CNPJ: 62.350.404/0001-62**, no valor global estimado de **R$ 20.580,00 (vinte mil quinhentos e oitenta reais**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

MARIA APARECIDA OLIVEIRA BEZERRA
Secretária Municipal de Administração
Matrícula: 0027642

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:27D212BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N° 002/2026 - PROCESSO Nº 496/2026

O Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Arez/RN torna público a quem interessar que está procedendo **à CHAMADA PÚBLICA nº 002/2026**, para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de Gêneros Alimentícios da **Agricultura**

Familiar para Alimentação Escolar – PNAE, Município de Bento Fernandes/RN, em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/09, Resoluções/CD/FNDE nº. 26/2013, Resolução nº 04/2015, Resolução nº 06/2020, Resolução nº 021/2021, e Resolução CD/FNDE nº 004/2026.

Os interessados deverão apresentar a documentação para Habilitação e Proposta de Venda **até o dia 03/09/2026, às 10:00 (dez) horas**, na sede da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN, sala de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.bentofernandes.rn.gov.br, www.pncp.gov.br, e através de solicitação pelo e-mail: setordelicitacao@bentofernandes.rn.gov.br.

Bento Fernandes/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA NETO
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Gonzaga de Oliveira
Código Identificador:41D64F97

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026
PROCESSO Nº 191/2026

O Pregoeiro do Município de Bento Fernandes/RN, torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 17 de agosto de 2026 às 09h30min (horário de Brasília) a licitação na modalidade **PREGÃO** em sua forma **Eletrônica** sob o **nº 09/2026**, constitui objeto da presente licitação: **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O FORTALECIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN, CONFORME PROPOSTA Nº 014642/2026 - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 994188/2026,** tudo de acordo com o que determina a legislação vigente. O edital encontra-se disponível nos sites: **https://www.bentofernandes.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.**

Informações pelo e-mail: setordelicitacao@bentofernandes.rn.gov.br.

Bento Fernandes/RN, 03 de agosto de 2026.

TIAGO VARELA DA CÂMARA
Pregoeiro

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:9B308B52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 272 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, 1 e ¹/2 (uma e meia) diária no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), para a capital do estado e cidades com distância superior a 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) JHONATA WILLYAN DE FIGUEIREDO SANTOS, CPF: 136.###.###-39, na função Coordenador do Turismo, para participar do evento (RE) CONEXÕES Programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), nos dias 04 e 05 de agosto de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 03 de agosto de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:22791047

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 059/2026 CONCEDE NOVO PRAZO PARA O PAGAMENTO DO IPTU REFERENTE AO ANO 2026 COM DESCONTO DE 30% (TRINTA POR CENTO) E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 059/2026

CONCEDE NOVO PRAZO PARA O PAGAMENTO DO IPTU REFERENTE AO ANO 2026 COM DESCONTO DE 30% (TRINTA POR CENTO) E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a implantação do cartão de crédito como nova modalidade de pagamento no município;
CONSIDERANDO alguns dias de paralização na geração de boletos do IPTU 2026 no sistema para a implantação do pagamento através do cartão de crédito;
O Prefeito Municipal de Bom Jesus/RN, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 11 do Código Tributário Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado em 30% (trinta por cento) o desconto para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial e Urbana – IPTU ano 2026, efetuado, em quota única, entre 05 de agosto de 2026 e 04 de setembro de 2026.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Governo de Bom Jesus, aos 03 dias do mês de agosto de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:7950E7E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. 221/2026-SMG DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N. 221/2026-SMG

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 34, II, a, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **VITTO EMANUEL FONSECA AZEVEDO**, portador do CPF: XXX.065.124-XX, para o cargo de Coordenador de Projetos e Programas Sociais (PBF e CADUNICO) à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas do Município de Bom Jesus/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 03/07/2026. Revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:A5E6CE5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 017/2026
O pregoeiro do Municipal de Brejinho/RN torna público a quem interessar que estão abertas as licitações na modalidade Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços: Nº PE 017/2026, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISICAO DE GRUPO GERADOR COM POTENCIA ENTRE 101 A 300KVA, conforme especificações contidas no Edital. ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:30 horas do dia 17/08/2026, As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações contatar por e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com_.

Brejinho/RN, em 03 de Agosto de 2026.

HELTON LUIZ DA SILVA DIAS
Pregoeiro Municipal..

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:F5C66C9B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 018/2026

O pregoeiro do Municipal de Brejinho/RN torna público a quem interessar que estão abertas as licitações na modalidade Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços: Nº PE 018/2026, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISICAO DE VEICULOS (01 AMBULANCIA E 01 VAN COM ACESSIBILIDADE), conforme especificações contidas no Edital. ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 11:30 horas do dia 17/08/2026, As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações contatar por e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com_.

Brejinho/RN, em 03 de Agosto de 2026.

HELTON LUIZ DA SILVA DIAS
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:A2162985

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2026-GP

PORTARIA Nº 123/2026-GP

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora **SANDRA PATRÍCIA MODESTO SILVA**, Mat. 380-8, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município, com período de gozo de 01/08/2026 a 31/10/2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 03 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:C0131035

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124/2026-GP

PORTARIA Nº 124/2026-GP

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor **JOSÉ SOARES DE LIMA**, Mat. 422-7, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município, com período de gozo de 03/08/2026 a 03/11/2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 03 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:6205F46D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026-GP

PORTARIA Nº 125/2026-GP

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora **ADELÚCIA MARIA GOMES DANTAS**, Mat. 9-4, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município, com o período de gozo de 06/07/2026 a 06/10/2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/07/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 03 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:A6BB754C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2026-GP

PORTARIA Nº 126/2026-GP

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora **EZIONE LIMA DE OLIVERIA CARVALHO**, Mat. 617-3, ocupante do cargo efetivo de Professora Especialista-B-2, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município, com o período de gozo de 06/07/2026 a 06/10/2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/07/2026.

Publique-se,Registre-se eCumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 03 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:E74E6270

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 127/2026-GP

PORTARIA Nº. 127/2026-GP

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos dos Art. 128 e seus itens, da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, licença sem vencimentos para interesse particular, por um período de 02(dois) ano, ao servidor **JOÃO DE DEUS DE ARAUJO FILHO**, Mat. 2762-6, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de julho de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito - Brejinho -RN em, 03 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:333D097A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE COTAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.351.819/0001-05, com sede na Rua São Sebastião, nº 36, Centro, CEP 59540-000, Caiçara do Rio do Vento/RN, torna pública a realização de **Pesquisa Mercadológica (Cotação de Preços)**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em Gestão da Política Municipal de Assistência Social, destinados ao assessoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

As empresas interessadas poderão solicitar o Termo de Referência, bem como encaminhar suas propostas de preços, por meio do e-mail **pesquisa@caicaradoriodovento.rn.gov.br**

Caiçara do Rio do Vento/RN, 03 de agosto de 2026.

SETOR DE PESQUISA MERCADOLÓGICA
Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:6AF73724

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0724001/2025

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0724001/2025 celebrado com a empresa GEAN EVENTOS E ARBITRAGEM LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 57.292.152/0001-22. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, abrangendo o período de 25/07/2026 a 24/07/2027, referente à contratação de serviços de arbitragem desportiva. O valor total estimado é de R$ 60.250,00 (sessenta mil duzentos e cinquenta reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 02 – Poder Executivo, Unidade Orçamentária: 02.080 Secretaria Municipal de Esportes, Função: 27 Desporto e Lazer, Subfunção: 812 Desporto Comunitário, Programa:

0105 Esporte Para Todos, Ação: 2059 Manutenção da Secretaria Desporto e Lazer, Natureza Da Fonte: 3.3.90.39 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa JurídicaFonte De Recursos: 15000000 – Recursos Não Vinculados De Impostos Data da Assinatura: 21/07/2026. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Gean Carlos de Lima - Representante Legal da empresa GEAN EVENTOS E ARBITRAGEM LTDA. Processo n° 151/2026.

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:829AB13D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 027/2026 - PROCESSO ADM. N.º 2026.05.15.0111

ORGÃO GERENCIADOR: Município de Caicó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação; **DATA DA ASSINATURA:** 09 de julho de 2026; **VIGÊNCIA**: um ano a contar da data de sua subscrição; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico SRP; **FORNECEDOR REGISTRADO:** SANDRA VALERIA DA SILVA 45818339491, inscrita no CNPJ n.º 30.326.198/0001-69; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 76.721,04 (Setenta e seis mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

Caicó/RN, 09 de julho de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Stéphanie Cristina Alves Santos
Código Identificador:913E08DD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 020/2026 - INEX. 031/2026

PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 2026.04.23.0050
INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: **Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Dopller Colorido; Ecodopller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos.**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 020/2026

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, o **Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Dopller Colorido; Ecodopller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos,** junto a empresa **GOMES E FRANÇA LTDA – CNPJ Nº 11.151.816/0001-32,** com o valor estimado anual de R$ 2.461.232,16 (dois milhões quatrocentos e sessenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e dezesseis). Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/21, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no 74, IV, da Lei nº 14.133/21, e, em consequência, determino o credenciamento da **GOMES E FRANÇA LTDA – CNPJ Nº 11.151.816/0001-32.**

Caicó/RN, 03 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:C2A51D5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1162/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1162/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) com pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	EZEQUIEL MANUEL SOARES DE MEDEIROS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1.5243
DOCUMENTOS:	CPF: 057.xxx.xxx-38
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde – Central de Ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	00:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLC – 1I84
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Jose Carlos Pires da Silva, para realizar exame no Hospital Dona Libânia, em Fortaleza/CE, no dia 23/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Fortaleza/CE	23/07/2026	R$ 220,00	R$ 220,00

Importa a quantia de R$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:0C3E9272

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1163/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1163/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**HELIO LEONARDO VALE**
CARGO:	**Motorista**
MATRÍCULA:	1122843
DOCUMENTOS:	CPF: 075.xxx.xxx-30
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:40 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ – 6H94
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Buscar alimentos na Ceasa em Natal//RN, para o Hospital do Seridó de Caicó/RN, no dia 24/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**24/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:90B0F582

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1164/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1164/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15357
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância TSQ – 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Maria Adelia B. de Souza, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 24/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**24/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2A7ED6FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1165/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1165/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	09:30 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C42
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Buscar o (a) paciente Vitor Gabriel dos Santos Silva, por ter recebido alta do Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 24/07/2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**24.07.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:64204D5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1166/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1166/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	12:25 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF – 4F92
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Regina Perminia da Costa, para a Clínica Humanitare, em Currais Novos/RN, no dia 24/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Currais Novos/RN**	**24/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:75B94DE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1167/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1167/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CAROLINA CARLA DANTAS DE MEDEIROS SANTOS ARAÚJO**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	1.5721
DOCUMENTOS:	CPF: 031xxx.xxx-10
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	12:25 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF – 4F92
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Regina Perminia da Costa, para a Clínica Humanitare, em Currais Novos/RN, no dia 24/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Currais Novos/RN**	**24/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2195353B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1168/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1168/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	06:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLC – 1I84
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente João Batista Pereira de Azevedo, para o Hospital Mariano Coelho, em Currais Novos/RN, no dia 24/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Currais Novos/RN**	**24/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:30FAFD37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1169/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1169/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST – 0E06
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Windy Lorrany da Silva, para realizar consulta na Oftalmos em Natal/RN, no dia 25/07/2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**25.07.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A389705E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1171/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1171/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	11:35 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Ambulância RQC – 0C56**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Gabriel Saldanha Damasio, do HETFF, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 25/07/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**25/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:41A1BC44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1172/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1172/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	GERIFRAN ALVES DE ARAÚJO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15668
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-04
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	15:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLC – 1I84
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Buscar o (a) paciente Anita Maria de Andrade, por ter recebido alta do Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 26/07/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**26/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:88BBE8C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1173/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1173/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198920-0
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C41
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Wistherlayne Shayenne Vitoria Saraiva da Silva, do HETFF, para o Hospital Giselda Trigueiro, em Natal/RN, no dia 26/07/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**26/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D9F612F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1174/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1174/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**DENYS RICARDO MARTINHO DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1996550/1
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-40
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	07:40 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente João Rafael de Araújo, do HETFF, PARA O Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 21/07/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 21 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2DA21956

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 410 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.07.07.0005;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 06 (seis) meses a funcionária, **ZIFORA DE MEDEIROS ANDRADE**, Assistente Administrativo, matrícula nº 1.1611/1, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:C3A65E8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SEC. MUNIC. DE TRAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DA ASSEMBLEIA DE POSSE DOS MEMBROS DESIGNADOS PELA PORTARIA Nº 184/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

Aos 31 dias do mês de julho de 2026, às 8:30 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Caraúbas, realizou-se a Assembleia para a posse dos membros designados por meio da Portaria nº 184/2026, com a finalidade de oficializar a composição da nova comissão. Aberta a sessão pela secretária executiva, Rosângela Faustino de Melo, foi apresentada a Portaria nº 184/2026, verificada a presença dos membros constantes na lista de presença e registrada a ausência

dos(as) Srs.(as) Gilson Máximo da Silva(titular) e Maria de Fatima Almeida de Moraes (suplente) ambos representantes da Secretaria de Administração; Alessandro de Oliveira Sales (titular) da Secretaria de Saúde; Teófilo Fernandes Pimenta(titular) e Veluzia Maria Gurgel de Lima ambos representantes do Lar dos Idosos "Jorge Gurgel Fernandes do Amaral"; e Maria Inácia Carlos Ferreira representante de pessoas idosas. Prosseguimos os trabalhos, tendo sido constatado o quórum necessário para a instalação da Assembleia e deliberação das matérias constantes da pauta." .
Em seguida, procedeu-se à leitura dos nomes dos integrantes.Após a leitura e ciência de todos os presentes, foi aberta a pauta para a eleição da Mesa Diretora. O Sr. Flávio Wagner de Oliveira agradeceu ao conselho pelo tempo que esteve a frente dos trabalhos e desejou boas vindas e sucesso a nova composição da mesa diretora. Havendo a inscrição de chapa única, esta foi apresentada aos presentes e, submetida à apreciação da Assembleia, foi aprovada por unanimidade, ficando assim constituída a Mesa Diretora: Presidente: Givanildo Leite Santana; Vice-Presidente: Flávio Wagner de Oliveira; 1º Secretário(a): Maria Aparecida Costa; 2º Secretário(a): Fernanda Alves Cavalcante. Após a posse, os membros assumiram o compromisso de exercer suas funções com responsabilidade, ética, transparência e observância às normas legais e regulamentares aplicáveis. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual eu, Rosângela Faustino de Melo lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Caraúbas/RN, 31 de Julho de 2026.

Presidente do CMDPI

Secretário(a)

Conselheiros(as)

Publicado por:
Rosângela Faustino de Melo
Código Identificador:0F63049B

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 189/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM,

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear **MARINA BEZERRA DA COSTA FERNANDES** para exercer o cargo de provimento em comissão de **Chefe de departamento de programas educacionais** do Município, **Nível CC-III** com atribuições na Secretaria Municipal do desenvolvidmento da educação e do desporto, unidade integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito Municipal, Em Caraúbas, 03 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D4C381AD

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2025 AO INEXIGIBILIDADE Nº 042/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA FÍSICA: JOÃO MIGUEL CAMARA ARARUNA JUNIOR, CPF Nº 100.406.154-48.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e de outro lado, Pessoa Física **JOÃO MIGUEL CAMARA ARARUNA JUNIOR,** inscrito(a) no CPF sob o nº **100.406.154-48**, sediado(a) na Rua João Pessoa, n° 70, Centro, Caraúbas/RN, 59.780-000, neste ato representada pelo **Sr. JOÃO MIGUEL CAMARA ARARUNA JUNIOR**, brasileiro, portador(a) da Cédula de Identidade nº 002.xxx.x85 – SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 100.xxx.xxx-48 ,residente e domiciliado na Rua Bevenuto Simões, n° 101, Centro, Caraúbas/RN, 59.780-000, doravante designado **LOCADOR,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2025, oriundo de Inexigibilidade nº 042/2025, cujo objeto é **a locação tradicional de imóvel para acomodação e conservação de documentos oficiais do arquivo da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 12 (doze) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2025 oriundos de Inexigibilidade nº 042/2024 - Processo Administrativo n° 707041/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 14 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	João Miguel Camara Araruna Junior
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***JOÃO MIGUEL CAMARA ARARUNA JUNIOR***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:5FB9B5DC

SECRETARIA DE GOVERNO
QUINTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2024 AO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: CONCRETIZA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ/MF Nº 09.026.534/0001-61

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Pessoa Jurídica: **CONCRETIZA EMPREENDIMENTOS LTDA**, **CNPJ/MF nº 09.026.534/0001-61**, com sede na R Beco Joao Etelvino Caldas, 26 - SALA 02 - Cond Comercial, São João, CEP:59.650-000, Assu/RN, neste ato representada pelo **Sr. MUSTHSON NICHOLAS DE MOURA E SILVA,** inscrito no CPF nº 056.xxx.xxx-31, doravante denominada**CONTRATADA,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância no § 1° do artigo 65 da lei 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo valor tem por objeto o decréscimo do valor, bem como no § 1° do artigo 65 da lei 8.666/93, ao Termo de Contrato nº 001/2024, oriundo de Tomada de Preço nº 007/2023, cujo objeto é a **contratação de Pessoa Jurídica visando a execução das obras de reforma e ampliação do açougue do Município de Caraúbas/RN,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE DESÁGIO DO VALOR

2.1. 2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o decréscimo de valor contratual, passa de **R$ 1.813.415,37 (um milhão e oitocentos e treze mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e sete centavos)** para **R$ 1.757.359,89 (um milhão e setecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos),** representando uma redução financeira de **R$ 56.055,48 (cinquenta e seis mil e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) correspondente a 3,09% (três virgula zero nove por cento) do valor global** contratado, com fundamento § 1° do artigo 65 da lei 8.666/93.
2.2. Em decorrência do presente decréscimo, o valor global do contrato passa a ser devidamente atualizado, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2024 oriundos de Tomada de Preço nº 007/2023 - Processo Administrativo n° 1117004/2023, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 30 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Concretiza Empreendimentos LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***MUSTHSON NICHOLAS DE MOURA E SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:BCAF68B4

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

A Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por meio de seu Agente de Contratação, informa que, no dia 21 de agosto de 2026, às 09h (horário de Brasília), realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento de maior desconto por lote, destinada à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN DURANTE DESLOCAMENTOS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, em postos revendedores de combustíveis localizados ao longo da BR-304, no trecho compreendido entre os município de Assú/RN e Natal/RN ou Zona Sul de Natal/RN. A licitação será conduzida eletronicamente, por meio do Portal de Compras Públicas, sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico do Portal Nacional de Compras Públicas do Governo Federal: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, ou por meio do sítio eletrônico do Licita Fácil: https://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, ou, ainda, poderá ser solicitado diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, situada na Praça Cel. Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, no horário de 08h às 16h.

Caraúbas-RN, 03 de agosto de 2026.

PEDRO ARI DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:E9E1773C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 102/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 03 de agosto de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SERGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, no dia 02 de agosto de 2026, a fim de atender demandas do município de Carnaúba dos Dantas/RN.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:0CB023F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 683/2026- GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Instaura Processo Administrativo nº 5863/2026 com vistas a apurar irregularidades na execução da Ata de Registro de Preços nº 037/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a inexecução contratual no tocante ao **descumprimento dos termos da Ata de Registro de Preços nº 037/2026, decorrente Pregão Eletrônico nº 001/2026 por parte da empresa contratada, consistente no descumprimento das obrigações assumidas no âmbito contratual referente a falta de entrega dos materiais constantes nas Ordens de Fornecimento nº 930/2026 e nº 938/2026.**
Considerando as notificações emitidas pela autoridade responsável, sem que houvesse saneamento das irregularidades por parte da Contratada;
Considerando o princípio da eficiência nas contratações públicas e a necessidade de promoção da lisura do processo administrativo
Considerando, ainda, o risco de dano ao erário;
Considerando o poder/dever da Administração Pública de fiscalização dos contratos administrativos, nos termos da Lei 14.133/2021, *verba legis*:
Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:
(...)
III - fiscalizar sua execução;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar procedimento administrativo para apurar as responsabilidades decorrentes de possíveis irregularidades quanto ao descumprimento dos termos **da Ata de Registro de Preços nº 037/2026**, por parte da Empresa **ESCOLA & ESCRITÓRIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA, CNPJ Nº 00.800.611/0001-14.**
Art. 2º Designar a Comissão Permanente de Licitação deste Município para apurar as responsabilidades decorrentes da possível inexecução dos referidos termos constantes no Contrato Administrativo.
Art. 3º Notificar a empresa contratada para que possa tomar conhecimento do curso do presente procedimento de modo a exercer os sagrados corolários do contraditório e ampla defesa, por garantia constitucional do devido processo legal.
Art. 4º Suspender a Ata de Registro de Preços nº 037/2026 pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com vistas a acautelar maiores danos ao erário público, nos termos do art. 45 da Lei 9.784/99, enquanto dure o trâmite processual.
Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos da comissão será de 60 (sessenta) dias.
Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:D7D406D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 684/2026- GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Instaura Processo Administrativo nº 5865/2026 com vistas a apurar irregularidades na execução da Ata de Registro de Preços nº 034/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a inexecução contratual no tocante ao **descumprimento dos termos da Ata de Registro de Preços nº 034/2026, decorrente Pregão Eletrônico nº 001/2026 por parte da empresa contratada, consistente no descumprimento das obrigações assumidas no âmbito contratual referente a falta de entrega dos materiais constantes nas Ordens de Fornecimento nº 931/2026 e nº 939/2026.**
Considerando as notificações emitidas pela autoridade responsável, sem que houvesse saneamento das irregularidades por parte da Contratada;
Considerando o princípio da eficiência nas contratações públicas e a necessidade de promoção da lisura do processo administrativo
Considerando, ainda, o risco de dano ao erário;
Considerando o poder/dever da Administração Pública de fiscalização dos contratos administrativos, nos termos da Lei 14.133/2021, *verba legis*:
Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:
(...)
III - fiscalizar sua execução;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar procedimento administrativo para apurar as responsabilidades decorrentes de possíveis irregularidades quanto ao descumprimento dos termos **da Ata de Registro de Preços nº 034/2026**, por parte da Empresa **55.778.921 FLAVIA CRISTINA BRITO DA SILVA, CNPJ Nº 55.778.921/0001-71.**
Art. 2º Designar a Comissão Permanente de Licitação deste Município para apurar as responsabilidades decorrentes da possível inexecução dos referidos termos constantes no Contrato Administrativo.
Art. 3º Notificar a empresa contratada para que possa tomar conhecimento do curso do presente procedimento de modo a exercer os sagrados corolários do contraditório e ampla defesa, por garantia constitucional do devido processo legal.
Art. 4º Suspender a Ata de Registro de Preços nº 034/2026 pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com vistas a acautelar maiores danos ao erário público, nos termos do art. 45 da Lei 9.784/99, enquanto dure o trâmite processual.
Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos da comissão será de 60 (sessenta) dias.
Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:0554E53C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 685/2026 - GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre entrada em exercício de candidata convocada".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN**, usando das suas atribuições que lhe são conferidas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público promovido pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN, conforme o Edital nº. 001/2023 – EDITAL nº. 01/2023 PREFEITURA / CÂMARAS

MUNICIPAIS DO SERIDÓ, HOMOLOGADO pelo Edital de Homologação nº01/2024, publicada no Diário Oficial do Estado de 09 de abril de 2024; obedecida a ordem de classificação dos aprovados e, ainda, a quantidade de vagas ofertadas;

CONSIDERANDO que exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo, sendo de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, conforme art. 32, inciso II da Lei nº. 423/2001 (Estatuto dos servidores públicos do município de Carnaúba dos Dantas);

CONSIDERANDO portaria 611/2026, de 09 de julho 2026, que prorrogou o prazo para entrada em exercício da candidata, conforme os termos do Art. 32, Parágrafo 3º, da Lei 423, de 30 de maio de 2001, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Carnaúba dos Dantas;

RESOLVE:
Art. 1º. Determinar o início do efetivo exercício do cargo público no dia 03/08/2026 de GIEZA ISMENIA DANTAS DE AZEVEDO nomeada e empossada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG deste Município, sob Regime Jurídico Estatutário, nos termos da Lei Municipal 423 de 30 de maio de 2001.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:B70446F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 686/2026-GP, 03 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora do Município de Carnaúba dos Dantas/RN."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, usando das suas atribuições que lhes são conferidas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido**, MARIA MARIANA DE OLIVEIRA MELO,** brasileira, portadora do CPF ***.239.29*-**, matrícula funcional 18***, do cargo efetivo de **Assistente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Carnaúba dos Dantas/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Art. 3º - Instrua-se o processo financeiro relativo, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:9725C939

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 690/2026 - GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **DARCIELLY BRIGIDA DE MEDEIROS,** inscrito no CPF: ***.666.064-** - Fiscal do CONTRATO 65/2026, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com vigência de 31/07/2026 a 31/07/2027..
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:332EF0FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 691/2026-GP, 03 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pelo servidor;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação do servidor **JADSON RIKELME DANTAS FIGUEIREDO, matrícula n.º 18228, empossado em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório do servidor **JADSON RIKELME DANTAS FIGUEIREDO, matrícula n.º 18228**, por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 10 (dez) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de julho de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:6BEDA692

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 687/2026-GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 20/07/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **AGILDO DE MEDEIROS JUNIOR,** matrícula nº 11**, ocupante do cargo efetivo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 10/08/2026 a 29/08/2026, correspondente ao período aquisitivo 21/02/2025 a 20/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:924FDA46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 688/2026-GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 20/07/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **PAULO HENRIQUE ROMÃO DA SILVA,** matrícula nº 18***, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 10/08/2026 a 29/08/2026, correspondente ao período aquisitivo 10/03/2025 a 09/03/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:1A302919

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 689/2026-GP, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 25/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **MARIA DA PAZ DANTAS,** matrícula nº 18***, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Licitações e Contratos, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 10/08/2026 a 29/08/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/01/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:12BBC1E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 1994 DE 29 DE JULHO DE 2026.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 1994 DE 29 DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºNomearDaniele Campos Martins, para ocupar o cargo de provimento em comissão deGestor de Departamento do Meio Ambiente, juntoà Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 29 de julho de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5DCA8A78

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇPORTARIA N. º 1987 DE 29 DE JULHO DE 2026.

REPUBLICADO POR INCORREÇPORTARIA N. º 1987 DE 29 DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºNomearElione Bonifácio da Silva Araújo, para ocupar o cargo de provimento em comissão deAssessor Especial do desenvolvimento Rural, juntoà Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 29 de julho de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:6BFA3896

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN, Antônio Henrique Câmara Bezerra, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Secretário Municipal de Serviços Urbanos, o Senhor Carlos Magno da Rocha Ramalho e o Secretário Municipal de Finanças o Senhor, Ciro Davi da Cruz Azevedo, em atendimento a legislação vigente, vem a público de forma prévia, justificar a alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos, a fim de garantir o interesse público e a continuidade de serviços públicos essenciais, pelas razões a seguir:

CONSIDERANDO a previsão constante no Art. 141, parágrafo 1°, inciso V, 3°, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, especialmente sobre a necessidade de observância da ordem cronológica e a possibilidade de alteração, mediante prévia justificativa pela autoridade competente e a comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO o teor do Art. 6°, inciso V, da Resolução n° 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Art. 18, inciso V, do Decreto Municipal nº 4.355/2024, de 10 de julho de 2024, disciplinando, igualmente a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, especialmente para manter o funcionamento de atividades finalísticas do órgão;

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo n° 045/2025, celebrado entre o Município e a Empresa Personal Ambiental LTDA – CNPJ n° 12.061.262/0001-45, oriundo do Processo Administrativo Eletrônico 1DOC nº 6.311/2025, cujo o**objeto**é a contratação de empresa especializada nos serviços de coleta, pesagem, transporte, tratamento por oxirredução (tecnologia TR2) e destinação final dos resíduos de serviços de saúde – RSS, para suprir as necessidades básicas do Município de Ceará-Mirim/RN;

CONSIDERANDO que os serviços objeto do contrato, são serviços essenciais, contínuos e indispensáveis, por possuir vinculação direta com os serviços de saúde, que são atividades finalísticas da Administração, os quais não podem sofrer soluções de descontinuidade ou mesmo terem sua execução prejudicada sob pena de ocasionar danos e prejuízos irreversíveis a vida dos munícipes que dependem dos serviços ofertados;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, motivo fático que justifica a modificação da ordem cronológica para a quitação dos pagamentos, possibilitando que o credor mantenha os compromissos com os seus funcionários e fornecedores, possibilitando assim a garantia da execução contratual;

CONSIDERANDO que se faz necessário o cumprimento da missão institucional do Município, na manutenção do normal funcionamento dos serviços essenciais vinculados diretamente a atividades finalísticas da Administração Pública, como a garantia do direito de acesso aos serviços de saúde prestados à população;

CONSIDERANDO que a suspensão dos serviços implica de forma direta na paralização de serviços essenciais prestados à população nas Unidades de Saúde e Hospital Dr. Percilio Alves de Oliveira, pela falta de condições de trabalho, podendo causar danos aos profissionais de saúde e aos pacientes;

CONSIDERANDO que a alteração da ordem de cronológica de pagamentos de forma excepcional, visa garantir a quitação dos pagamentos com o credor, a continuidade de serviços públicos essenciais, afastar o risco de paralisação do objeto do contratual, manter as atividades finalísticas de saúde no Município e preserva o cumprimento da missão institucional;

CONSIDERANDO as limitações financeiras que passa o Município, provocada pelas constantes quedas de receitas, gerando um desequilíbrio no planejamento de quitação das despesas constantes na ordem cronológica de pagamentos, ocasionando a necessidade excepcional de alteração da ordem estabelecida, visando evitar prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO que os referidos pagamentos se amoldam num caso de relevante interesse público, situação excepcional e extraordinária, sendo estes estritamente necessários para que não venha a ocorrer danos à coletividade, tratando-se de despesas inadiáveis e imprescindíveis para o prosseguimento das ações governamentais da Administração Pública Direta;

CONSIDERANDO que no presente caso, a manutenção da ordem cronológica atual, pode gerar a suspensão dos serviços e comprometer serviços essenciais de saúde prestados à população e o fato que não se identificou no momento outra alternativa viável, que permita respeito à ordem cronológica, sem causar prejuízo ao interesse público, e;

CONSIDERANDO que a presente justificativa será encaminhada posteriormente pela Secretaria Municipal de Finanças, para ciência da Controladoria Geral do Município e para Tribunal de Contas do Estado – TCE-RN, conforme determinação da legislação vigente.

E, por fim, considerando as razões apresentas e a relevância do interesse público envolvido, **fica justificada** a alteração da ordem cronológica de pagamentos, em caráter excepcional, em favor do Credor: **Personal Ambiental LTDA**, CNPJ: 12.061.262/0001-45, referente ao Empenho n° 102.025/2026, datado de 02/01/2026, NFE-e N° 2600000000084 datada de 05/05/2026 correspondente ao mês de abril de 2026, no valor de R$ 24.630,57 (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos), NFE-e N° 2600000000108 N° datada de 18/06/2026 correspondente ao mês de maio de 2026, no valor de R$ 27.458,33 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) e NFE-e N° 2600000000111 datada de 01/07/2026 correspondente ao mês de junho de 2026, no valor de R$ 28.715,57 (vinte e oito mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos), perfazendo um valor total de R$ 80.804,47 (oitenta mil, oitocentos e quatro reais e quarenta e sete centavos). Processos de

despesa nº 4.836/2026, n° 6.272/2026 e n° 8.040/2026, todos de acordo com o Contrato nº 045/2025, decorrente da Inexigibilidade de Licitação N° 069/2025 - Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

Ceará-Mirim/RN, 29 de julho de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN

CARLOS MAGNO DA ROCHA RAMALHO
Secretário Municipal de Serviços Urbanos,

CIRO DAVI DA CRUZ AZEVEDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:236A1280

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº 55, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 55, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Torna sem efeito a Portaria nº 51, de 06 de julho de 2026, e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM – PREVI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública, que lhe autoriza rever os próprios atos, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito, em todos os seus termos, a Portaria nº 51, de 06 de julho de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3828, de 07 de julho de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Ceará-Mirim/RN, 03 de agosto de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente do Ceará-Mirim PREVI

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:1ABC4622

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

O Município de Ceará-Mirim/RN, através do Setor de Compras, torna público para conhecimento **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem, manutenção, gerenciamento e suporte técnico do site oficial da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN, incluindo o portal institucional e os e-mails institucionais já existentes, com utilização obrigatória da plataforma WordPress como sistema de gerenciamento de conteúdo,** especificado no Termo de Referência que estará disponível através do e-mail: compras.cmirim@yahoo.com.br. As propostas deverão ser apresentados até dia 06/08/2026, através do endereço eletrônico acima ou na Coordenadoria Executiva de Compras e Contratos Governamentais do Município, situado na Rua General Varela, n.º 635, centro – Centro administrativo. Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

Ceará-Mirim/RN, 03 de agosto de 2026.

CRISTIANO RÉGIS ALEXANDRE DE MEDEIROS
Coordenador Executivo de Compras e Contratos Governamentais

Publicado por:
Cristiano Regis Alexandre de Medeiros
Código Identificador:8EA95F31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 021/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1462/2026.

O Município de Cerro Corá/RN, CNPJ: 08.173.502/0001-26, torna público, para conhecimento dos interessados, que por intermédio de seu agente de contratação, designado pela Portaria n° 042/2025 – GP, de 06 de janeiro de 2025, realizará Dispensa Eletrônica, para registro de preços, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 408, de 19 de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis.

OBJETO: contratação de empresa especializada visando a aquisição de Massa Asfáltica Usinada a Frio (MAUF), destinada à execução de serviços de conservação e manutenção de pavimentos asfálticos, para aplicação em operações de tapa-buracos e remendos superficiais para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados a seguir:
1 – Início para cadastro da proposta: **04/08/2026 às 08h (oito horas);**
2 – Data e hora de término do recebimento de proposta: **07/08/2026 às 08h (oito horas);**
3 – Data e hora de início da fase de lances: **07/08/2026 às 08h:01m (oito horas e um minuto);**
4 – Data e hora de término da fase de lances: **07/08/2026 às 10h:01m (dez horas e um minuto);**
5 – A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, antes do início da sessão pública para lances.

Cerro Corá/RN, 03 de agosto de 2026.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:4ECE64AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026.

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa(s), por meio do sistema de registro de preços (srp), visando à eventual e futura prestação de serviços de mão de obra e locação de infraestrutura para realização de eventos no município de Cerro Corá/RN.

Contratante: Gabinete do Prefeito Secretaria Municipal de Administração. Demais secretarias.

Contratado(s): BRUNO SOLUCOES LTDA ME - CNPJ: 52.638.302/0001-93. L DA S SOUZA LTDA ME - CNPJ: 50.319.684/0001-65.

Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Resumo:

BRUNO SOLUCOES LTDA ME - CNPJ: 52.638.302/0001-93, saiu vencedor nos lotes: 01, 02, 03, 04 e 05; totalizando o valor de R$ 742.803,00 (Setecentos e quarenta e dois mil oitocentos e três reais).

L DA S SOUZA LTDA ME - CNPJ: 50.319.684/0001-65, saiu vencedor no lote: 06; com o valor de R$ 56.100,00 (Cinquenta e seis mil e cem reais).

Vigência das Atas de Registro de Preços: 03 de agosto de 2026 a 02 de agosto de 2027.

Cerro Corá/RN, 03 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:87C3B9A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ADJUDICO, o(s) vencedor(es) do Pregão Eletrônico nº 022/2026 SRP, realizado em 20/07/2026, a saber:

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa(s), por meio do sistema de registro de preços (srp), visando à eventual e futura prestação de serviços de mão de obra e locação de infraestrutura para realização de eventos no município de Cerro Corá/RN.

BRUNO SOLUCOES LTDA ME - CNPJ: 52.638.302/0001-93, saiu vencedor nos lotes: 01, 02, 03, 04 e 05; totalizando o valor de R$ 742.803,00 (Setecentos e quarenta e dois mil oitocentos e três reais).

L DA S SOUZA LTDA ME - CNPJ: 50.319.684/0001-65, saiu vencedor no lote: 06; com o valor de R$ 56.100,00 (Cinquenta e seis mil e cem reais).

Cerro Corá/RN, 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:F7F08634

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa(s), por meio do sistema de registro de preços (srp), visando à eventual e futura prestação de serviços de mão de obra e locação de infraestrutura para realização de eventos no município de Cerro Corá/RN.

Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação PE022/2026 SRP**,**com início em06 de julho de 2026, com sessão realizada em20 de julho de 2026 (segunda-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir:

BRUNO SOLUCOES LTDA ME - CNPJ: 52.638.302/0001-93, saiu vencedor nos lotes: 01, 02, 03, 04 e 05; totalizando o valor de R$ 742.803,00 (Setecentos e quarenta e dois mil oitocentos e três reais).

L DA S SOUZA LTDA ME - CNPJ: 50.319.684/0001-65, saiu vencedor no lote: 06; com o valor de R$ 56.100,00 (Cinquenta e seis mil e cem reais).

Cerro Corá/RN, 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:48D76786

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 137/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 102 da Lei n.º 15/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 3 (três) meses de licença prêmio a servidora **LUCIENE ALVES DA SILVA BARBOSA**, ocupante do cargo de Professora, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 01/08/2021 a 01/08/2026, a qual será usufruída entre os dias 04 de agosto de 2026 a 04 de novembro de 2026, devendo a servidora retornar ao exercício de suas funções no dia 05 de novembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:86097CB3

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 138/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com

o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 102 da Lei n.º 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 3 (três) meses de licença prêmio ao servidor **AMAURY PEREIRA DE SOUZA**, ocupante do cargo de telefonista, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.
Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 17/03/2018 a 17/03/2023, a qual será usufruída entre os dias 04 de agosto de 2026 a 04 de novembro de 2026, devendo ao servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 05 de novembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:5D66581E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
AVISO DE CONVOCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-006/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00338/2026 - PROTOCOLO Nº 01579/2026

A Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN, CNPJ nº 08.355.471/0001-24, por intermédio do Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os trâmites do Protocolo nº 01579/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa DW EXPRESS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 65.707.970/0001-77, contratada em decorrência do Pregão Eletrônico nº 018-006/2026R, para os itens relacionados no Anexo Único deste Aviso, deixou de cumprir a obrigação de fornecimento assumida no respectivo instrumento contratual, configurando inexecução total do objeto pactuado.

Em razão do inadimplemento contratual, e com fundamento nos arts. 137, incisos I e 138 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições do Edital e do Termo de Contrato firmado, fica em curso a rescisão unilateral do ajuste por culpa da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa nos autos do Protocolo nº 01579/2026.

Com vistas à continuidade do fornecimento e à preservação do interesse público, ficam CONVOCADAS as empresas classificadas em 2º (segundo) lugar nos itens constantes do Anexo Único, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste Aviso, manifestarem, EXPRESSAMENTE E POR ANUÊNCIA, interesse na contratação, mediante aceitação das condições da proposta classificada, inclusive quanto aos preços atualizados de acordo com o ato convocatório.

A manifestação de interesse (anuência) deverá ser formalizada por um dos seguintes meios:

a) diretamente no chat da plataforma BBMNet, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 018-006/2026R; e/ou
b) por meio do e-mail institucional licitacao@coronelljoaopessoa.rn.gov.br, identificando o(s) item(ns)/lote(s) de interesse.

A ausência de manifestação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis à DW EXPRESS EMPREENDIMENTOS LTDA e da convocação dos demais licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

Confirmada a anuência, será providenciada a geração do respectivo Termo de Contrato, observadas as formalidades legais e a documentação de habilitação já constante dos autos, ou sua atualização, se necessária.

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE ITENS E 2º COLOCADOS A SEREM CONVOCADOS

ITEM	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	2º COLOCADO (A CONVOCAR)	CNPJ	VALOR DO LANCE
2	9470	Alho in natura	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 20,89
3	9471	Açúcar branco cristalizado	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 3,45
4	9472	Açúcar mascavo	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 4,75
5	9473	Amido de milho	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 3,52
6	9474	Arroz branco	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 4,40
7	9475	Arroz parboilizado	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 4,71
8	9468	Batata inglesa	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 9,36
9	9478	Biscoito água e sal	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 5,36
10	9476	Aveia em flocos finos	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 4,68
11	9480	Bolo simples	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 12,95
12	9481	Carne bovina (patinho)	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 39,93
13	9482	Composto de óleo de soja	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 9,25
14	9483	Coxão mole moído	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 38,90
15	9484	Coxa e sobrecoxa de frango	H&G SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	55.219.559/0001-07	R$ 10,99
17	9486	Feijão tipo 1 (branco carioquinha)	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 9,08
18	9487	Feijão preto tipo 1	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 8,96
19	9488	Iogurte natural integral	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 2,88
20	9479	Laranja pêra	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 3,67
21	9489	Leite em pó integral	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 8,90
22	9477	Maçã	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 13,45
23	9490	Macarrão comum espaguete	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 2,28
24	9491	Milho para mungunzá	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 1,99
25	9492	Pão para cachorro-quente	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 0,74
26	9493	Peito de frango	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 12,98
29	9496	Polpa de fruta sabor cajú	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 10,98
30	9497	Sal refinado	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 1,92
31	9498	Vinagre de álcool	SUPERMIX SÃO JOSÉ LTDA	62.134.777/0001-04	R$ 1,88

Coronel João Pessoa/RN, 03 de agosto de 2026.

MIGUEL FERREIRA DE AQUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Miguel Ferreira de Aquino
Código Identificador:74E6043F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 014/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 080/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **04 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento gradativo de material de informática, visando suprir as necessidades de trabalho junto às atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais de Cruzeta/RN e o Instituto de Previdência do Município de Cruzeta/RN – CRUZETA-PREV**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 14 de agosto de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 03 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:A6BC9C71

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 015/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 082/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **04 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR LOTE, destinado ao **Registro de preços para possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e material permanente para a unidade mista de saúde do município de Cruzeta/RN, oriundos da emenda parlamentar nº 11268314000126001**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **17 de agosto de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 03 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:2CD8D8AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 016/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ACADEMIA DA SAÚDE E FISIOTERAPIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 081/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **04 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para a possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais para Academia da Saúde e Fisioterapia**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 18 de agosto de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 03 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:1358D4D0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 017/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE REBOQUE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 093/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **04 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo **MAIOR DESCONTO**, adjudicação **POR LOTE**, destinado ao **Registro de preços para a possível contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas, com reposição de peças e acessórios e serviços de reboque**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 19 de agosto de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 03 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:7C0A5018

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 018/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CASA DE APOIO (HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, E TRASLADO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS NA CIDADE DE NATAL/RN)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 077/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **04 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de

Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR LOTE**, destinado ao **Registro de preços para possível contratação dos serviços de casa de apoio (hospedagem, alimentação, e traslado aos hospitais e clínicas na cidade de Natal/RN)**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **19 de agosto de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 03 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:C14841E7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 019/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAGEM DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIO QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 092/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **04 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para possível contratação de empresa para execução dos serviços de lavagem dos veículos e maquinário que compõem a frota municipal: próprios, cedidos, conveniados (atuais e futuros) do município de Cruzeta/RN**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 19 de agosto de 2026, às 12:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 03 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:AC6F1978

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 179/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos 83, 84 e 85 da Lei Complementar Municipal nº 02/92, alterada pela Lei Complementar N° 02-A de 10 de julho de 1995,
CONSIDERANDO a Declaração da Coordenadoria de Recursos Humanos, informando que a servidora faz jus ao gozo da Licença Prêmio - LP.
CONSIDERANDO o parecer da procuradoria municipal proferido nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 115/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio - LP, por assiduidade, a servidora **RITA GEORGIANA PEREIRA DANTAS,** Professora, Mat. 3501-1.
Art. 2º - A licença de que trata o artigo anterior terá o período de gozo compreendido de 03/08/2026 a 03/11/2026.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Cruzeta/RN, em 03 de agosto de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:F7AAA7AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 142/2026-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Joselle Darlly Silva Santos
Cargo /Função: Subcoordenadora de Regulação em Saúde
Quantidade: 5(cinco) ½ (meias) diárias.
Destino: Caicó/RN
Data do Afastamento: 03 de julho à 07 de julho de 2026
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem à Caicó/RN, participar da oficina de capacitação presencial unificada dos sistemas (SinanNet, Sinan-Online e e-SUS Sinan)
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 30 de julho de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:42845449

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026 - SRP

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente aoPregão Eletrônico nº 90016/2026, que tem por objeto a **Aquisição de Gêneros de Alimentação - Hortifruti**, realizada em 11 de junho de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo

71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

J F COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ Nº **56.776.548/0001-82**, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 01 pelo valor unitário de R$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) e a quantidade de 15.000 unidades;
Item 02 pelo valor unitário de R$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos) e a quantidade de 4.500 quilos;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos) e a quantidade de 30.000 quilos;
Item 04 pelo valor unitário de R$ 7,69 (sete reais e sessenta e nove centavos) e a quantidade de 12.000 quilos;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos) e a quantidade de 3.000 unidades.
Item 06 pelo valor unitário de R$ 18,90 (dezoito reais e noventa centavos) e a quantidade de 2.250 quilos;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) e a quantidade de 9.000 quilos;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos) e a quantidade de 30.000 quilos;
Item 09 pelo valor unitário de R$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) e a quantidade de 3.000 quilos;
Item 10 pelo valor unitário de R$ 5,25 (cinco reais e vinte e cinco centavos) e a quantidade de 15.000 quilos;
Item 11 pelo valor unitário de R$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) e a quantidade de 2.500 quilos;
Item 12 pelo valor unitário de R$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos) e a quantidade de 13.500 quilos;
Item 14 pelo valor unitário de R$ 5,00 (cinco reais) e a quantidade de 15.000 quilos;
Item 15 pelo valor unitário de R$ 3,10 (três reais e dez centavos) e a quantidade de 6.500 quilos;
Item 17 pelo valor unitário de R$ 3,20 (três reais e vinte centavos) e a quantidade de 750 unidades;
Item 19 pelo valor unitário de R$ 19,00 (dezenove reais) e a quantidade de 3.500 quilos;
Item 20 pelo valor unitário de R$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) e a quantidade de 6.000 quilos;
Item 21 pelo valor unitário de R$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) e a quantidade de 7.500 quilos;
Item 22 pelo valor unitário de R$ 3,00 (três reais) e a quantidade de 15.000 quilos;
Item 23 pelo valor unitário de R$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) e a quantidade de 450 quilos;
Item 24 pelo valor unitário de R$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos) e a quantidade de 3.000 quilos;
Item 25 pelo valor unitário de R$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) e a quantidade de 7.500 quilos;
Item 26 pelo valor unitário de R$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos) e a quantidade de 15.000 quilos;
Item 27 pelo valor unitário de R$ 3,20 (três reais e vinte centavos) e a quantidade de 22.500 quilos;
Item 28 pelo valor unitário de R$ 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos) e a quantidade de 900 quilos;
Item 29 pelo valor unitário de R$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos) e a quantidade de 450 quilos;
Item 30 pelo valor unitário de R$ 6,73 (seis reais e setenta e três centavos) e a quantidade de 1.500 quilos;
Item 31 pelo valor unitário de R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) e a quantidade de 1.500 quilos;
Item 32 pelo valor unitário de R$ 19,00 (dezenove reais) e a quantidade de 250 quilos;
Item 33 pelo valor unitário de R$ 11,00 (onze reais) e a quantidade de 250 quilos;
Item 34 pelo valor unitário de R$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 18.000 quilos.

Currais Novos/RN, 03 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:402431F6

GABINETE DO PREFEITO
DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS A FASE DE PERÍCIA MÉDICA OFICIAL EDITAL Nº 26/2026

Dispõe sobre a Divulgação dos Candidatos Aptos, convocados por meio do Edital nº 26/2026 aprovados nas vagas do Concurso Público n° 001/2024 da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais,

Considerando a homologação dos aprovados e classificados no cadastro de reserva conforme Decreto 5.391/2024 e seus anexos;

Considerando que cada cargo possuía exigências específicas que necessitam ser avaliadas para que o candidato aprovado possa ser nomeado;

Considerando o Edital nº 26/2026, o qual convoca os candidatos aprovados no Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

RESOLVE:

Tornar público o RESULTADO da Convocação dos candidatos aptos e inaptos realizada por meio de Edital nº 26/2026 divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 3835, de 16 de julho de 2026.

Art. 1º. DO RESULTADO

Segue listagem dos candidatos aptos, inaptos, bem como daqueles que solicitaram reclassificação:

CARGO 1 AGENTE ADMINISTRATIVO

AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
816460-8	AGRYO FABRICIO DE ARAUJO FIGUEIREDO	29	APTO(A)

CARGO 4 PROFESSOR DE MATEMÁTICA

PESSOAS NEGRAS

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
818213-0	MARIA DO SOCORRO BRAZ FERREIRA	4	APTO(A)

CARGO 22 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (SANTA MARIA GORETE)

AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
833324-3	ÍCARO MOURA DOS SANTOS	5	APTO(A)

CARGO 23 AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
817553-6	MARCOS GONÇALVES DA SILVA	8	APTO(A)

ART. 2º. DOS RECURSOS

Para os recursos, conforme cronograma do Edital nº 26/2026, deste Município, fica estabelecido o prazo de 07/08/2026 a 11/08/2026. Estes deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de

Administração, com sede na Av. Coronel Jose Bezerra, 167, Bairro Centro, nas datas previstas no cronograma do Art. 7º, das 08:00 às 13:00, ou pelo e-mail **concursoprefeituracurraisnovos@gmail.com.**

Currais Novos/RN, 03 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2CCB269F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1098, DE 30 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 56, inciso II,

Considerando o teor do requerimento protocolizado sob o nº 22.333/2026 de 29 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr(a). Nicollas Matheus Taveira da Silva, CPF nº ***.*84.014-**, do cargo de Assessor de Eventos, Cargo Comissionado CC-4, com atribuições na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação.

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir de 31 de julho, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:6B95C043

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1099, DE 30 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 56, inciso II,

Considerando o teor do Ofício nº 242/2026/SEMTHAS, de 30/07/2026, protocolizado sob o nº 22.432/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr(a). Nicollas Matheus Taveira da Silva, CPF nº ***.*84.014-**, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Controle de Atividades, símbolo CC-4, com atribuições na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:822D5128

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1119, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 19.889/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) Karla Gardênia Silva Souza, matrícula nº 32301, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 6 (seis) meses, referente ao período aquisitivo de 2015-2025, com usufruto no período compreendido entre 03/08/2026 a 29/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 03 de agosto de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B918FFCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 487/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00.
CONTRATADO(A): 56.299.546 FABRIZYO LEE ZANDRO PEREIRA DE MORAIS SILVA, CNPJ: 56.299.546/0001-40.
OBJETO: apresentação musical da Banda The Clássicos, no dia 04 de julho de 2026, durante a 74° edição da Festa de Santa Maria Goretti/RN.
VALOR: R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 26 de junho de 2026 a 31 de agosto de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 26 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ -
Prefeito Municipal

DAVID NARWITH MARQUES GOMES -
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:9CE7C5E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 248/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 3956/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021,

para a contratação do(a) senhor(a) SANDRA REGIA DANTAS DE ARAUJO, CPF: 538.719.954-87, para prestação de serviços de Zelador na sede da Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor de R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) mensal, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 17672/2026.

Currais Novos, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:A7FE3888

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 249/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 3970/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) EDUARDO FREIRE DA COSTA, CPF: 027.867.494-17, para prestação de serviços de Zelador na Rede Municipal de Ensino, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2026, com valor de R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) mensal, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 17739/2026.

Currais Novos, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:BB023B00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 250/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 4.017/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) LUCAS ADAUTO DOS SANTOS, CPF: 703.554.634-07, para prestação de serviços de Técnico em Tecnologia da Informação na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 19.280/2026.

Currais Novos, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:EE3209E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 550/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): 67.030.281 DAVID MANOEL SILVA DE LIMA, CNPJ: 67.030.281/0001-04.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Servente.
VALOR: R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 160 diárias.
VIGÊNCIA: 13 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 13 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CAIO PEDRO DOS SANTOS SILVA –
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:8B4AAB9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 551/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): 66.925.105 FRANCISCO GILIARD DE OLIVEIRA, CNPJ: 66.925.105/0001-60.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Servente.
VALOR: R$ 86,77 (oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 160 diárias.
VIGÊNCIA: 13 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 13 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CAIO PEDRO DOS SANTOS SILVA –
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:6847F0A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 308/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 4.398/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 65.352.901 THAUN GUILHERME PEREIRA DA SILVA, CNPJ: 65.352.901/0001-98, para prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, no período de 10 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor de R$ 123,11 (cento e vinte e três reais e onze centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 150 diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 20.672/2026.

Currais Novos, 10 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:90B4A39B

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 251/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 4.426/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do (a) senhor (a) ELIEDSON JOSE MEDEIROS DE OLIVEIRA, CPF: 096.625.914-94, para prestação de serviços de Tratorista, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, no período de 13 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 20.766/2026.

Currais Novos, 13 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:06B8BA36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 313/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 4.315/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, a contratação do(a) senhor(a) ANA TAISE SILVA DE MORAIS, CPF: 076.221.504-60, para prestação de serviços como Enfermeira na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) + 20 % de insalubridade sobre o salário mínimo de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 19.964/2026.

Currais Novos, 06 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:545C734E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica

TIPO: Menor preço

EDITAL Nº: 005/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de passagem molhada no sítio Lagoa de Dentro, município de Doutor Severiano.

A Comissão de Licitação do Município Doutor Severiano/RN comunica aos interessados que no dia 20/08/2026 às 08:30 (oito horas e trinta minutos), será realizado o processo, cujo objeto supracitado.

Os interessados poderão obter o texto integral do Edital pelo ambiente eletrônico no sítio da Bolsa Brasileira de Mercadorias no site: https://novobbmnet.com.br/ e https://www.doutorseveriano.rn.gov.br/.

Doutor Severiano/RN, 03 de agosto de 2026

ÍRIS MATIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:25A2D989

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 206/2026

Portaria nº 206/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **JOSÉ DEUZIVAN BENTO LEITE**, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 404, lotado na Unidade Hospitalar José Desílio Fernandes, Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2023, no período compreendido de 01 a 30 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:18B83080

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 207/2026

Portaria nº 207/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **ANITA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula nº 486, lotado na Unidade Hospitalar José Desílio Fernandes, Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2026, no período compreendido de 01 a 30 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:52334BED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 208/2026

Portaria nº 208/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **CELINE KELLY BENTO DE SOUZA**, ocupante do cargo de Educador(a) Social, matrícula nº 581, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 03 de agosto a 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:38876952

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 209/2026

Portaria nº 209/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **THIAGO PEREIRA DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 484, lotado na Secretaria Municipal de Obas e Agricultura, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 03 de agosto a 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:3F779AF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 210/2026

Portaria nº 210/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **ALANIELLY ADNA BESSA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 474, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 03 de agosto a 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:5D6E037B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 211/2026

Portaria nº 211/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **DAYANE KELLY BARBOZA PEREIRA**, ocupante do cargo de Técnico(a) em Segurança do Trabalho, matricula nº 557, lotada na Secretaria Municipal de Administração, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 03 de agosto a 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:8148DC48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 212/2026

Portaria nº 212/2026, Doutor Severiano, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **ANTONIO FIDEL MARQUES BESSA**, ocupante do cargo de Gerente de Consumo, inscrito no CPF sob o nº 074.879.874-93, lotado no Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 03 de agosto a 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:A147D958

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 213/2026,

Portaria nº 213/2026, Doutor Severiano/RN, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, ao Servidor **FRANCISCO EDJUNIO NOGUEIRA PINHEIRO**, matrícula nº 229, ocupante do cargo de Coveiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras, pelo período de 03 (três) meses, com data de início em 01 de agosto a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:90C346D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 214/2026

Portaria nº 214/2026, Doutor Severiano/RN, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, ao Servidor **JARDEEL CALÉBIO DA SILVA NUNES**, matrícula nº 370, ocupante do cargo de Agente de Endemias, lotado na Unidade Básica de Saúde Francisco Ildemar de Castro, Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, com data de início em 03 de agosto a 01 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2942676B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 215/2026,

Portaria nº 215/2026, Doutor Severiano/RN, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, ao Servidor **FRANCISCO ALCIMAR LOPES FERNANDES**, matrícula nº 041, ocupante do cargo de Porteiro, lotado na Escola Municipal José Augusto da Silva, Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com data de início em 03 de agosto a 01 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:951A6509

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 216/2026

Portaria nº 216/2026, Doutor Severiano/RN, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a Servidora **MARIA ÊNIA MARQUES DE MELO NOGUEIRA**, matrícula nº 083, ocupante do cargo de Professora, lotada na Escola Municipal José Neri de Oliveira, Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com data de início em 03 de agosto a 01 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2775EEB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 217/2026

Portaria nº 217/2026, Doutor Severiano/RN, 31 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a Servidora **ROSE MERE MARIA ALMEIDA DA SILVA**, matrícula nº 170, ocupante do cargo de Professora, lotada na Escola Municipal José Neri de Oliveira, Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com data de início em 03 de agosto a 01 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:B20C8F10

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 ATA 011/2026

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO AO CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2026
ATA 011/2026

Ata dos trabalhos da Comissão de Contratação, encarregada de atuar nos procedimentos relativos ao Chamada Pública para Realização de Procedimento Auxiliar de Credenciamento, visando a formação de um banco de Prestadoras de Serviços de Saúde, através as Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis, com a finalidade de

contratar empresas ou profissionais especializadas na prestação de serviços de saúde, incluindo prestadores na área de exames, consultas especializadas e demais procedimentos de saúde de forma a propiciar atendimento especializados nas sedes dos contratados.

O presente procedimento, a seleção e o credenciamento dele decorrente se regem especialmente pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, na conformidade com os incisos I a IV do art. 10 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN

FORNECEDORES:

ESPAÇO SAÚDE EXAMES SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA. CNPJ: 32.056.518/0001-33 - ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO, 219 SALA 03; CENTRO - CEP: 58.884-000 - UF: RN - Município: Catolé do Rocha PB

ITEM	Produto	Qtde	Vr Unitário
95	ENDOSCÓPIA	360 UND	R$ 290,00
122	CONSULTA PEDIATRA	60 UND	R$ 370,00

EMPRESA DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAS E HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 12.423.693/0001-04 - ENDEREÇO: RUA PROMOTOR MANOEL ALVES PESSOA NETO Nº45, SALA 1010; OND. EMP. OFFICE TOWER - CEP: 59.065-555, BAIRRO: CANDELÁRIA NATAL -RN

ITEM	Produto	Qtde	Vr Unitário
120	CONSULTA PSIQUIATRA	360 UND	R$ 383,33
124	CONSULTA ORTOPEDISTA	360 UND	R$ 353,33
125	CONSULTA GINECOLOGISTA/ OBSTETRA	600 UND	R$ 322,50

DA HABILITAÇÃO/ INABILITAÇÃO:

Nesta data de 03 de agosto de 2026, a comissão designada para analisar as documentações do credenciamento deste chamamento, fez a devida análise da documentação apresentada pela requerente acima mencionada, e declara como HABILITADA/CREDENCIADA, por terem cumprido plenamente os requisitos de habilitação conforme solicitado no edital, as pessoas jurídicas:

ESPAÇO SAÚDE EXAMES SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA CNPJ: 32.056.518/0001-33

EMPRESA DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAS E HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 12.423.693/0001-04 -

OCORRÊNCIAS:

Não houve.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada pelos membros da comissão abaixo assinados:
Encanto/RN, 03 de agosto de 2026

JOSAFÁ NEVES DA SILVA
Agente de Contratação

BRENDA MARIA TORRES SILVA
Equipe de Apoio

MARIA JOSIVÂNIA NATO DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:A66AF773

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, através do Agente de contratação torna público que realizará às **08:00**, do dia **17 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, PREGÃO nº 015/2026. Objeto: **Aquisição de urnas e a contratação de serviços funerários, incluindo translado, ornamentação e paramentação para atendimento às famílias residentes no município de Encanto – RN.** O edital e seus anexos, poderão ser obtidos no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/ Informações: licitacaoencanto@gmail.com

Encanto/RN, 3 de agosto de 2026

JOSAFÁ NEVES DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:F6B83A9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 240701/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 240701/2026

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 240701/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais ópticos destinados ao atendimento das demandas do Programa Novo Olhar, da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência. **pelo valor de R$ 55.195,00 (cinquenta e cinco mil e cento e noventa e cinco reais),** em favor da empresa CRUZEIRO OPTICAL MIX LTDA

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 3 de agosto de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 240701/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24070001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 240701/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: CRUZEIRO OPTICAL MIX LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais ópticos destinados ao atendimento das demandas do Programa Novo Olhar, da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência.

VALOR TOTAL: R$ 55.195,00 (cinquenta e cinco mil e cento e noventa e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Encanto/RN, 3 de agosto de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:5D6A2BDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 030801/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 030801/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN
CONTRATADA: TUIUIU SERVICOS MEDICOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a realização de procedimentos de infiltração intra e peri articular, conforme quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este contrato decorre da Dispensa de nº 270701/2026, processada nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores, bem como toda legislação correlata.

VALOR: O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ 62.640,00sessenta e dois mil e seiscentos e quarenta reais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos destinados às despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente Contrato de prestação de serviços, encontram-se alocados no Orçamento Geral do Município, através da Unidade Orçamentária:

2 - Fundo Municipal de Saúde de Encanto
8000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
8001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
122 - Administração Geral
5 - Gestão de Atenção Primária em Saúde
2.108 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
308 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15001002 - RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

VIGÊNCIA: O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes até o dia 03/08/2027. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 109 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
LOCAL DE DATA: Encanto/RN, 3 de agosto de 2026
ASSINANTES:
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA - **PREFEITO MUNICIPAL**
TUIUIU SERVICOS MEDICOS LTDA- **CONTRATADO**

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:D0709A1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, ações, procedimentos e atividades na Política Municipal de Assistência Social/SUAS, através de pessoal técnico e administrativo,conforme Termo de Referência em anexo. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00001/2024. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação à demanda. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PE01/2024 - Cooperativa de Trabalho de Servicos Gerais e Administrativos Ltda - 6º Aditivo – Acréscimo de R$ **150.299,64**. ASSINATURA: 03.08.26

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:22B1450A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DESTINADO A MANUTENÇÃO DE PREDIOS PUBICOS E PEQUENAS OBRAS NO MUNICIPIO DE EQUADOR. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00025/2025. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação à demanda. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PE25/2025 - Rjf Material de Construçao Ltda - CNPJ: 29.960.146/0001-60 - 1º Aditivo - acréscimo de R$ 159.438,97. ASSINATURA: 03.08.26

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:C048FE8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 063/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 063/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Sr. **JOÃO BATISTA CUNHA**, do Cargo em Comissão de Chefe Divisão de Administração Geral, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Equador, 03 agosto de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:87DBBB71

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 064/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 064/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, o Sr. RAFAEL FELIPE DINIZ do Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, lotado na Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Prefeitura Municipal de Equador, 03 agosto de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:35DD0AF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 065/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 065/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568, de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. RAFAEL FELIPE DINIZ, para exercer o Cargo em Comissão de OUVIDOR MUNICIPAL, lotado à Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito do Município de Equador.
Art. 2º. Ao Cargo em Comissão de OUVIDOR MUNICIPAL, do Município de Equador, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo Único. No exercício de suas funções, compete ainda ao Cargo de OUVIDOR MUNICIPAL, do município, a observância do Regime Interno de que fala o Art. 29 da Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Equador, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:AAEBCF77

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 066/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 066/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Sr. **JOSÉ DIRCEU DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão de **Chefe de Divisão de Administração Geral** no Hospital Municipal Marina Bezerra lotado na Secretaria de Saúde do Município de Equador – RN.
Art. 2º - Ao cargo de **Chefe de Divisão Administração Geral** do Município, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Equador-RN, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:FF2530F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 – SMEC - ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 – SMEC

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome completo:	
	Data de nascimento: ____/____/_____
CPF:	RG:
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Telefone: ( )	
E-mail:	

2. REPRESENTAÇÃO
Nome da entidade/organização (quando houver):

Segmento da entidade:
( ) Associação Comunitária
( ) Associação de Moradores
( ) Organização Não Governamental (ONG)
( ) Organização Religiosa
( ) Movimento Social
( ) Entidade Cultural
( ) Outra:
Cargo ou vínculo do candidato com a entidade (quando houver):

3. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO
Declaro que:

as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras;
conheço e aceito as normas constantes do Edital de Chamada Pública nº 001/2026 – SMEC;
possuo disponibilidade para participar das reuniões e atividades do Fórum Municipal de Educação;
autorizo a utilização dos dados constantes nesta inscrição exclusivamente para fins do presente processo seletivo.

Espírito Santo/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

DOCUMENTOS APRESENTADOS
( ) Documento oficial com foto
( ) CPF
( ) Comprovante de residência
( ) Declaração de Representatividade (Anexo II), quando aplicável
( ) Outros:

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO
Número da inscrição: _____
Data da análise: ____/____/2026
( ) Inscrição DEFERIDA
( ) Inscrição INDEFERIDA
Motivo do indeferimento (quando houver):

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 – SMEC

A entidade/organização _____, inscrita no CNPJ nº _____ (quando houver), com atuação no Município de Espírito Santo/RN, neste ato representada por:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

CPF: _____

DECLARA, para os fins do Edital de Chamada Pública nº 001/2026 – SMEC, que o(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, é membro, associado(a), colaborador(a) ou integrante desta entidade e está formalmente indicado(a) para representá-la no processo de seleção destinado à composição do Fórum Municipal de Educação de Espírito Santo/RN.

Declara, ainda, que:
I – a entidade desenvolve atividades no Município de Espírito Santo/RN;
II – a presente indicação foi autorizada por sua representação legal;
III – o representante indicado possui legitimidade para atuar em nome desta entidade perante o Fórum Municipal de Educação, caso seja selecionado.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

Espírito Santo/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Nome do(a) Responsável Legal
Cargo: _____
CPF: _____

(Carimbo da entidade, quando houver)
CIÊNCIA DO CANDIDATO

Declaro estar ciente da presente indicação e comprometo-me a representar a entidade com ética, responsabilidade e observância às normas do Fórum Municipal de Educação.

Espírito Santo/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Nome do(a) Responsável Legal

Publicado por:
Bruno César de Oliveira Barbosa
Código Identificador:387B4A78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

Partes: Município de Espírito Santo/RN e a empresa Espírito Santo Comércio de Combustível Domingos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 55.678.341/0001-02. Objeto: Reconhecimento da obrigação de indenizar a empresa pelo fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota oficial do Município de Espírito Santo/RN, efetivamente fornecidos e utilizados pela Administração no período de 01 a 27 de maio de 2026, sem cobertura contratual suficiente, em razão do esgotamento do saldo quantitativo da Ata de Registro de Preços nº 010/2025, nos termos do art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa. Valor: R$ 115.253,34 (cento e quinze mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos). Fundamentação Legal: art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021; art. 37, caput, da Constituição Federal. Data da Assinatura: 03 de agosto de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal /

ADRIANO COUTINHO DA SILVA -
Representante Legal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:14AEE7EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO N° 080/2026- REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

PROCESSO N° 07010080-26. Partes: **Contratante:** Fundo Municipal de Assistência Social de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 17.878.454/0001-62, **Contratada**: **SANIRELI DA SILVA CAVALCANTE –** CPF: 028.xxx.xxx-48; Objeto Primeiro Termo Aditivo de Duração de contrato de pessoa na função de Visitadora Social, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, através do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Felipe Guerra/RN. Vigência **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal 8.745/93 e Lei Complementar 603/2025 do Município de Felipe Guerra. Dotação: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentaria: Unidade Orçamentaria: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social - Programa: 08.122.0243.2.059 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado Fonte: 15000000; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026.

MARIA DE FATIMA MAXIMINA MOTA MAIA
Gestora do FMA

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:ADFC2FFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº331/2026-SEMARH EM, 03 DE AGOSTO DE 2026

Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora Sra. Janete Fernandes de Morais na função de Gari e da outra providência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora **Sra. Janete Fernandes de Morais** na função de **Gari** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/08/2026 a 30/08/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Felipe Guerra – RN, 03 de Agosto de 2026

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:DBBA4FB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00308001/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 00308001/2026

Objeto: Contratação de profissional Biomédico(a), devidamente habilitado e registrado no respectivo Conselho Regional de Biomedicina (CRBM), para prestação de serviços técnicos especializados junto ao Hospital Municipal de Frutuoso Gomes/RN, visando atender às demandas assistenciais e laboratoriais da unidade hospitalar, compreendendo a execução, supervisão e responsabilidade técnica das atividades inerentes à área de análises clínicas e demais atribuições compatíveis com a profissão.
Contratado: CLÁUDIO VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA (706.261.454-81)
VALOR TOTAL JULGADO: R$ 10.660,00
Embasamento legal: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 03/08/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:3B4DCAF2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 031007033/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 031007033/2026
Objeto:. Contratação de serviços referentes a viagens para estudantes da zona rural do município de Frutuoso Gomes/RN, com destino a escolas da rede de ensino fundamental
Contratado: Francisco Holanda da Silva (807.392.454-49)
Valor Total Julgado: R$ 4.047,36
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/07/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:38E26B6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

A Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021, fará realizar Procedimento Licitatório- Sistema de Registro de Preços -Modalidade: Pregão -Tipo: Menor preço - Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos hospitalares destinados a atender às necessidades das unidades de saúde do Município de Frutuoso Gomes/RN – **a sessão pública marcada anteriormente para o 14/08/2026 as 09:00 terá a sua data de realização modificada para o dia 17/08/2026 às 09:00 horas,** Local:www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local. Motivação: Erro no cadastramento dos itens da licitação.

FRUTUOSO GOMES/RN, 03/08/2026

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:D5F68114

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026 - CE (REPUBLICAÇÃO)

MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 65454879/2026
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

O Município de Galinhos/RN por meio de seu Prefeito torna público para conhecimento dos interessados a nova data para realização da Concorrência Eletrônica n° 004/2026, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO SOCIETY EM GALOS NO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou no Setor de Licitações com endereço no Centro Administrativo – Praça dos 3 poderes s/n, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 14h00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h00min do dia 23/07/2026 até às 08h30min do dia 20/08/2026, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br. A sessão pública eletrônica será aberta às 09h00min (horário de Brasília- DF) do dia 20 de agosto de 2026.

Galinhos/RN, em 03 de agosto de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:809FE710

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 280701-2026

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Dispensa de Licitação.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.110.991/0001-77.
CONTRATADA: LEMOS SERVICOS & COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 51.234.019/0001-33, representada por: PEDRO JOSE CABRAL LEMOS, inscrito no CPF/MF sob nº: ***.564.***-30, situada na Rua do norte, 10, sala 01, Centro, São Bento do Norte/RN, CEP: 59.590-000.
OBJETO: Contratação do artista musical "LUKAS FERNANDES" para apresentação artística no dia 08 de agosto de 2026, visando promover, animar e abrilhantar os festejos do "aniversario do assentamento Pirangi 2026".
VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato se inicia com a sua assinatura e se encerra no dia 31/12/2026.
VALOR DO CONTRATO: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a apresentação artística "LUKAS FERNANDES".
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNID. ADM.: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E EVENTOS
PROJ/ATIV.: PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00
FONTE: 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos / FONTE: 1.720.000 - FUNDO ESPECIAL DE PETROLEO - FEP
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 23.691.0008.1027

DATA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o extrato de contrato foi publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal e diário oficial do município, para efeito de cumprimento das disposições da lei 14.133 de 01 de abril de 2021. Por ser verdade firmo a presente para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Galinhos-RN, 29 de julho de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:09C789D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 468/2026/PMG-GP

Exonerar Servidor Efetivo por motivo de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°- Exonerar o servidor,**HÉLIO DA SILVA LIMA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.362.474-****, do Cargo de **VIGIA** do quadro efetivo do Município de Galinhos/RN, matrícula nº 174, lotado na**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.**

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Galinhos (RN), 03 de agosto de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:C7103D55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 469/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor, que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao Sr.**FRANCISCO CAIO FARIAS DA SILVA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº *****.956.274-****, Coordenador de Cultura do Município de Galinhos/RN, 02 (duas) diárias de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) que totalizam o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência em Natal/RN, paraparticipar do **ENCONTRO DO (RE) CONEXÕES, PROGRAMA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM),** que ocorrerá entre os dias 04 e 05 de agosto de 2026.

Local de Destino: Natal – RN

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 03 de agosto de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:C8142DDB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 470/2026/PMG-GP

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Galinhos/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 450/2019, 02 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, do município de Galinhos/RN.

Art. 2º - O Conselho terá a seguinte composição:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Juliana Mara do Nascimento Assunção – CPF: ***.282.114-** (**Vice-Presidente**)
Suplente: Karla Priscila Profiro da Silva – CPF: ***.956.694-**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Brenda Kaynara Lopes da Silva - CPF: ***.645.964-** (**Presidente)**
Suplente: Maria da Conceição Soares de Oliveira – CPF: ***.398.914-**

SECRETARIA M UNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular: José Carlos Rodrigues de Oliveira – CPF: ***.063.094-**
Suplente: Maria da Conceição da Cruz de Oliveira Souza – CPF: ***.530.294-**

COLÔNIA DE PESCADORES
Titular: Rosângela da Silva – CPF: ***.340.234-**
Suplente: Lenir Souza de Matos – CPF: ***.729.854-**

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos (RN), 03 de agosto de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:791977B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-IPREVGOIANINHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026)

Processo Licitatório nº 22/2026
Processo Administrativo nº 2026080301/2026
Interessado: Diretoria Administrativa/Financeira - IPREVGOIANINHA
Órgão: IPREVGOIANINHA - CNPJ: 19.649.853/0001-87
O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha - IPREVGOIANINHA, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de participação de 03 (três) servidores do IPREVGOIANINHA no Seminário RPPS Invest, a realizar-se nos dias 06 e 07 de agosto de 2026, no Auditório do Natalprev, em Natal/RN, evento de capacitação técnica especializada voltado à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, conforme justificativa de necessidade constante dos autos do Processo Administrativo nº 2026080301/2026;
CONSIDERANDO que a LEMA TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.826.836/0001-24, é a legítima e exclusiva titular dos direitos sobre a organização e realização do referido evento, conforme Declaração de Notória Especialização/Exclusividade a ser firmada por seu representante legal, o que configura inviabilidade de competição nos termos do art. 74, caput, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o processo foi regularmente instruído, com a devida justificativa da contratação, pesquisa/justificativa de compatibilidade de preços realizada com base nos valores praticados pela própria entidade organizadora, verificação de habilitação e confirmação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021;
RESOLVE:
Art. 1º RECONHECER a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, para a contratação de inscrições no Seminário RPPS Invest, em razão da notória especialização da entidade contratada na realização do evento, consoante Declaração de Exclusividade constante dos autos.
Art. 2º AUTORIZAR a contratação direta com a LEMA TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.826.836/0001-24, sediada na Av. Santos Dumont, 3060, sala 715, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.150-162, para fornecimento de 03 (três) inscrições no Seminário RPPS Invest, a realizar-se nos dias 06 e 07 de agosto de 2026, no Auditório do Natalprev, em Natal/RN, pelo valor total de R$ 1.197,00 (mil, cento e noventa e sete reais), conforme documentos constantes do Processo Administrativo nº 2026080301/2026.
Art. 3º A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 19.007 - Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha
Ação: 2111 - Manutenção das Atividades do IPREVGOIANINHA
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
Art. 4º A contratação será formalizada mediante nota de empenho, sem necessidade de instrumento contratual específico, em razão da natureza pontual do objeto e da ausência de obrigações futuras complexas, observadas as disposições do Termo de Referência e demais documentos do processo.
Art. 5º DETERMINAR a publicação do presente ato, ou do respectivo extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Goianinha/RN, 05 de agosto de 2026.

FÁBIO JOSÉ DE VASCONCELOS UCHOA
Diretor Executivo - IPREVGoianinha

Publicado por:
Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa
Código Identificador:C1614D88

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-IPREVGOIANINHA
ERRATA

Na publicação do Ato de Autorização da Contratação Direta — Inexigibilidade de Licitação nº 10/2026, referente ao Processo Administrativo nº 2026070101/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte em 16 de julho de 2026, Edição 3835, código identificador 3095FC0B:
Onde se lê (2º Considerando e Art. 1º):
"[...] nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 [...]"
Leia-se:
"[...] nos termos do art. 74, caput, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021 [...]"
As demais informações permanecem inalteradas.

Goianinha/RN, 31 de julho de 2026.

FÁBIO JOSÉ DE VASCONCELOS UCHOA
Diretor Executivo – IPREVGOIANINHA

Publicado por:
Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa
Código Identificador:A056BA9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA N.º 129/2026 - SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através do Decreto nº 1.564/2024, de 07/05/2024.

RESOLVE:

Conceder duas meias diária, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando a importância de R$ 200,00 (duzentos reais),a servidora **BRUNNA RAFAELLA CORDEIRO MACHADO,** matrícula de nº **1436295 / 2**, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** para cobrir as despesas com deslocamento e alimentação na cidade de **Natal/RN**, no período de 04 e 05 de agosto de 2026, para participação no evento "(Re)Conexões", promovido pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:6D40D8AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA N.º 130/2026 - SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através do Decreto nº 1.564/2024, de 07/05/2024.

RESOLVE:

Conceder duas meias diária, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando a importância de R$ 200,00 (duzentos reais),a servidora **HELOISA DE MELO LIMA GALVAO,** matrícula de nº **1425650 / 5**, ocupante do cargo de **DIRETOR(A) II** para cobrir as despesas com deslocamento e alimentação na cidade de **Natal/RN**, no período de 04 e 05 de agosto de 2026, para participação no evento "(Re)Conexões", promovido pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:31E6B201

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 267/2026 - GP

Goianinha/RN, 03 de agosto de 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar o Sr. WELLYSON FELIPE LIMA DE ALMEIDA, sob a portaria nº 267/2026, do cargo de Assessor(a) Técnico(a) I, da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º - Nomear o Sr. WELLYSON FELIPE LIMA DE ALMEIDA, sob a portaria nº 267/2026, para o cargo de Secretário(a) Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goianinha/RN, em 03 de agosto de 2026.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Tavares Silva
Código Identificador:71D33FF7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 080/2026-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os termos disposto no Art. 102, da Lei Nº 178/96, (Regime Jurídico Único), o Servidor faz jus a cada quinquênio a 03 meses de Licença Premio por Assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora **GIUMARA CRISTIANI DA COSTA**, ocupante do Cargo de Auxiliar Operacional I – AOP1, função de Auxiliar de Serviços Diversos, lotada na Secretaria de Saúde deste Município, **LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE**, pelo período de 03(três) meses, compreendido entre 01.08.2026 à 29.10.2026**,** correspondente ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado,
Governador Dix-sept Rosado-RN, 03 de agosto de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:D6E33F39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 081/2026-GP

DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DA APOSENTADORIA CONCEDIDA PELO INSS À SERVIDORA LUCIA DE FATIMA TAVARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a comunicação da servidora LUCIA DE FATIMA TAVARES, matrícula funcional nº 6047, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acerca da concessão de sua aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO a apresentação da Carta de Concessão de Aposentadoria expedida pelo INSS, entregue na Secretaria de Administração na data 03/08/2026,

CONSIDERANDO que, nos termos da legislação vigente, a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao servidor efetivo é causa de vacância do cargo público,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a concessão de aposentadoria voluntária à servidora LUCIA DE FATIMA TAVARES, matrícula nº 6047, ocupante do cargo efetivo de Professora, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme Carta de Concessão com DIB em 16/03/2026, nos termos da legislação previdenciária federal.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo efetivo anteriormente ocupado pela servidora, a partir da data de 03 de agosto de 2026, nos termos do Art. 33, inciso VII, da Lei Municipal nº 178/96 (Regime Jurídico Único).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Palácio Dix-sept Rosado,
Governador Dix-sept Rosado-RN, 03 de agosto de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:1211A22E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA

PROCESSO Nº 701212/2026
DISPENSA Nº 5/ 2026

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancorada na norma inscrita no Art. 72, "caput", da Lei 14.133/2021, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no

Parecer Jurídico, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃOa empresa CIA AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 59.217.797/0001-26, para a Aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos destinados à manutenção do Estádio Municipal de Grossos/RN, compreendendo trator aparador de grama, roçadeira, adubos e demais materiais necessários à conservação, recuperação e manutenção do gramado e das áreas esportivas, visando garantir a adequada utilização do espaço, a segurança dos usuários e a realização das atividades esportivas promovidas pelo Município., no valor total de R$ 34.650,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) ancorado no Art. 75, inciso II, da lei Federal nº 14.133/2021

Grossos/RN, 03 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:0A28F5E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO OITAVO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL N° 079/2019

PROCESSO Nº: 002549/000034/2026.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: JOÃO BATISTA FERREIRA DOS SANTOS
CPF: 369.315.004-49
OBJETO DO ADITIVO: Renovação e a alteração de proprietário de imóvel para funcionamento do Projeto Bem Estar I, em Guamaré, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 01 de agosto de 2026 e término em 31 de julho de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
DA ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE: A titularidade do imóvel acima mencionado passou do EDMAR FERREIRA DOS SANTOS, portador do CPF: 852.405.914-15 para o Sr. JOÃO BATISTA FERREIRA DOS SANTOS portador do CPF nº 369.315.004-49.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 14.133/21 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA (Prefeito Municipal) – Contratante. JOÃO BATISTA FERREIRA DOS SANTOS – Contratado.

Guamaré/RN, 30 de julho de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:F729F532

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 078/2023

Processo nº: 002582/000036/2026.
Locatário: Município de Guamaré/RN.
Locadora: Karina Santos de Andrade.
CPF Nº: 965.563.405-10.
Objeto do contrato: Locação do imóvel situado à Rua Rio Gameleira, nº 02, Conjunto Vila Maria, Guamaré/RN, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social com o funcionamento do Almoxarifado.
Objeto do aditivo: Renovação de locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses.
Vigência: O aditivo tem vigência de 25 de julho de 2026 a 24 de julho de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do Processo Administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: art. 57, II, art. 3º, da Lei nº 8.245/91 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito Municipal) – LOCATÁRIO; Karina Santos de Andrade - LOCADORA.

Guamaré/RN, 24 de julho de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:6C14B2FA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL N°106/2022*

PROCESSO Nº: 000896/000001/2025.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADA: ITHAMARA KARMELITA DE MIRANDA SIQUEIRA MORAIS
CNPJ: 059.222.434-11
OBJETO DO ADITIVO: O reajuste em 9,81% (nove virgula oitenta e um por cento) com base no IPCA (IBGE), a renovação em 12 (doze) meses e a alteração de proprietário do Imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde com o funcionamento de sua sede.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 09 de novembro de 2025 e término em 08 de novembro de 2026.
DO VALOR: Após o reajuste com base no IPCA (IBGE), passa de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para R$ 3.953,03 (Três mil, novecentos e cinquenta e três reais e três centavos);
DA ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE: A titularidade do imóvel acima mencionado passou do Sr. MARCUS VINICIUS DE SIQUEIRA MORAIS, portador do CPF: 086.011.474-02 para a Sra. ITHAMARA KARMELITA DE MIRANDA SIQUEIRA MORAIS portadora do RG: 002.187.356 e CPF nº 059.222.434-11.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito Municipal) – Contratante. ITHAMARA KARMELITA DE MIRANDA SIQUEIRA MORAIS – Contratada.

Guamaré/RN, 03 de novembro de 2025.

*Republicado por Incorreção.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:715E3EEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 580/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento de exoneração formulado pela servidora **ROCHELE DE SOUSA COELHO**, por meio do Protocolo da Servidora nº 002340/000040/2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 34, caput, da Lei Municipal nº 501, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece que a exoneração de cargo efetivo poderá ocorrer a pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora **ROCHELE DE SOUSA COELHO**, matrícula 50032, inscrita no CPF nº 055.xxx.xxx-xx, das atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 03 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:EF6E5811

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 581/2026

Dispõe sobre a exoneração do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **GUILHERME DE FRANCA VITURINO,** das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Gerência de Atenção Básica, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 03 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:7F87A3DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 582/2026

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JANAINA CAMARA DE ANDRADE**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Gerência de Atenção Básica, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 03 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:497CF542

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 583/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento de exoneração formulado pela servidora **SARAH FERNANDES RIBEIRO**, por meio do Protocolo da Servidora nº 002272/000039/2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 34, caput, da Lei Municipal nº 501, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece que a exoneração de cargo efetivo poderá ocorrer a pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora **SARAH FERNANDES RIBEIRO**, matrícula 43834, inscrita no CPF nº 063.xxx.xxx-xx, das atribuições inerentes ao cargo efetivo de **PSICÓLOGA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 03 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:0B2D66F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 002664/000037/2026.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: MARCELO EDUARDO DA SILVA BEZERRA
CPF: 429.728.254 -20
OBJETO DO ADITIVO: Renovação de locação de imóvel para o funcionamento da Casa de Acolhimento Caminho do Lar no município de Guamaré/RN, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 11 de agosto de 2026 e término em 10 de agosto de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Larisa Mayara Pereira Da Silva (Fundo Municipal De Assistência Social) – Contratante. Marcelo Eduardo Da Silva Bezerra – Contratado.

Guamaré/RN, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:6130B72B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DOS RECURSOS E REPUBLICAÇÃO DO CRONOGRAMA (ART. 10)

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo de nº 001/2026 para Provimento das Funções de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital, torna público o Resultado dos Recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da Análise Curricular.

1. DO RESULTADO DOS RECURSOS

Encerrado o prazo para interposição de recursos, previsto para o dia 30 de julho de 2026, a Comissão Organizadora informa que não houve interposição de recursos por parte dos candidatos.

Dessa forma, permanece inalterado o Resultado Preliminar anteriormente publicado.

2. DA REPUBLICAÇÃO DO CRONOGRAMA (ART. 10)

Em razão da inexistência de recursos, fica republicado o Art. 10 do Edital, com o cronograma atualizado, incluindo os horários das entrevistas.

Art. 10 – Cronograma

ETAPAS	DATA
Publicação do Edital	17/07/2026
Período de Inscrição	20 e 21/07/2026
Publicação da Homologação das Inscrições	22/07/2026
Análise Curricular	23/07/2026
chatPublicação do Resultado Preliminar	29/07/2026
Interposição de Recursos	30/07/2026
Resultado dos Recursos	04/08/2026
Entrevistas	05/08/2026
Resultado Final da Seleção	07/08/2026

3. CRONOGRAMA DAS ENTREVISTAS

Data: 05 de agosto de 2026

Local: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC

Endereço: Rua Sete de Setembro, nº 116 e 117, Centro, Guamaré/RN.

Escola	Cargo	Candidato (a)	Horário
Escola Municipal Benvinda Nunes Teixeira	Diretor(a)	Cleangela Maria Lima de Melo	08h30
Escola Municipal Benvinda Nunes Teixeira	Vice-Diretor(a)	Luciene da Silva Felix	09h00
Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva	Diretor(a)	Iolanda Gonçalves da Silva	09h30
Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva	Vice-Diretor(a)	Marileide Gonçalves da Silva Moreira	10h00
Escola Municipal Deputado Jessé Pinto Freire	Diretor(a)	Jorge Luiz Fernandes de Abreu	10h30
Escola Municipal Professora Francisca Freire de Miranda	Diretor(a)	Diego Henrique Mendonça de Souza	11h00

Os candidatos deverão comparecer ao local da entrevista com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário agendado, portando documento oficial de identificação com foto.

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 que não conflitarem com a presente alteração.

Guamaré/RN, 04 de agosto de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO

ANDRÉ LUIZ BRITO DA SILVA

EMANUELLY BARACHO DA SILVA

FABIO PINHEIRO BEZERRIL

TAIANE MIRANDA DOS SANTOS MORAIS

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:19197ACA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 290/2026 - GP

Convocação de Reunião.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, conferias pela Lei Complementar Nº 48/2022;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Convocar servidores municipais e representantes da sociedade civil, que tenham interesse, para reunião e audiência pública do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Ielmo Marinho/RN, a realizar-se na sede da Prefeitura Municipal, acerca de tema relacionado a planejamento e organização intersetorial, desenvolvimento econômico e social e demais assuntos relacionados, nos dias,06, 11, 18 e 25 de agosto de 2026.

Ielmo Marinho/RN, em 03 de agosto de 2026.

JOÃO SOARES DA COSTA JÚNIOR
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3E908989

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O Município de Ielmo marinho/RN (Prefeitura Municipal)**,**através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que promoverá em **18 de agosto de 2026 (terça-feira), às 09:00**, no Portal de Compras Públicas**:**www.portaldecompraspublicas.com.br o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026**, visando o registro de preços para contratação de empresa especializada na locação de veículos diversos objetivando atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Ielmo Marinho/RN. O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal, à Rua José Camilo Bezerra, nº 69, Centro, Ielmo Marinho/RN, no horário das 8h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou através do e-mail: e-mail: licitacao@ielmomarinho.rn.gov.br.

Ielmo Marinho/RN, 03 de agosto de 2026.

MARCELO HENRIQUE VIANA DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3EA1BBA1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

OBJETO: Registro de Preço para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de Buffet, fornecimento de Refeições e Coffee Break, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN. **Disponibilização do Edital:** a partir da data de publicação deste extrato, na página eletrônica: **www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações:** de segunda a sexta-feira, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. Data da Sessão Pública: 18/08/2026 às 9h01min.**

Ipanguaçu/RN, 03 de agosto de 2026.

JOÃO BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BCC47A15

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

OBJETO: Registro de preços visando à Futura contratação de empresa especializada para locação de veículo tipo trator de esteira, destinado à execução de serviços de manutenção, limpeza e organização do terreno destinado ao lixão municipal, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos do Município de Ipanguaçu/RN. **Disponibilização do Edital:** a partir da data de publicação deste extrato, na página eletrônica: **www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações:** de segunda a sexta-feira, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. Data da Sessão Pública: 18/08/2026 às 9h01min.**

Ipanguaçu/RN, 03 de agosto de 2026.

JOÃO BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:2CF9941A

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

OBJETO: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, contemplando os itens fracassados do Pregão Eletrônico 011/2025. A presente republicação decorre da revisão, adequação e atualização do instrumento convocatório, realizadas após análise técnica e saneamento de informações constantes no Termo de Referência**. Disponibilização do Edital:** a partir da data de publicação deste extrato, na página eletrônica: **www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações:** de segunda a sexta-feira, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. Data da Sessão Pública: 14/08/2026 às 09h01min.** Ipanguaçu/RN, 03 de agosto de 2026.

JOÃO BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:AEDFE337

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 009/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CARLA SIMONICA DE OLIVEIRA SOUZA – CPF nº xxx-725.614-44 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:07628ABC

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 036/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIA GEONARIA TRINDADE – CPF nº xxx-084.044-78 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0D591CA5

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 044/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FERNANDA CARLA CAVALCANTE – CPF nº xxx-211.184-99 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:18CB9CE8

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 075/2026 – DISPENSA Nº. 15/2026

PROCESSO Nº: 2130/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24.
CONTRATADO: NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-NDS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.656.212/0001-82.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assessoria pedagógica continuada, compreendendo orientação técnica, capacitação de profissionais da educação, acompanhamento das práticas pedagógicas, apoio ao planejamento educacional, monitoramento de indicadores de aprendizagem e suporte à avaliação das ações educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/21.
DO VALOR TOTAL: R$ 58.872,00 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e dois reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	02	PODER EXECUTIVO	UNIDADE	005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função	12	Educação	Subfunção:	122	Administração geral
Programa	0033	Garantia de Educação Inclusiva e de Qualidade	Ação:	2137	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino				

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Ipanguaçu/RN, 03 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS	***GUSTAVO ALBERTO FRANÇA DA SILVA***
Prefeito do Município de Ipanguaçu	Nucleo de Desenvolvimento Social-NDS
Contratante	Contratada

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8F079A37

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 001/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CINTHIA RODRIGUES DA SILVA – CPF nº xxx-992.854-88 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DB43D8E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 002/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOYCE MIKAELI BARBOSA DA SILVA – CPF nº xxx-096.764-31 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B2C39CFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 003/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIA JAQUILENE PINTO DE OLIVEIRA – CPF nº xxx-036.704-40 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:EEB597A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 004/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). REGINA CLEMENTINO DA SILVA – CPF nº xxx-329.364-07 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:D732C018

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 005/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). UBERLÂNIA CARLA DE AGUIAR – CPF nº xxx-792.674-06 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8B5D61CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 006/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). VICTOR LUIZ TAVARES LINS DE MEDEIROS – CPF nº xxx-728.574-13 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B94C3210

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 007/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANA PAULA VARELA – CPF nº xxx-437.034-05 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:000AE758

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 008/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MICHERLE BARRETO DE SOUZA – CPF nº xxx-584.874-05 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:7688C659

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 010/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANTONIA JOELMA BARBOSA DE MELO SILVA – CPF nº xxx-501.764-55 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:13F34F92

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 011/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSE HENRIQUE SOARES LOPES – CPF nº xxx-258.044-82 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:2CCA7E4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 012/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANTONIA LUCIANA ALVES DOS SANTOS – CPF nº xxx-555.364-11 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:01EF6EEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 013/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ITALA KERZIA DA SILVA GARCIA DE OLIVEIRA – CPF nº xxx-989.024-38 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DF35C281

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 014/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ALINE TIARA COSTA DOS SANTOS – CPF nº xxx-980.044-48 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C524D154

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 015/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). RAIMUNDA DE LIMA NASCIMENTO – CPF nº xxx-986.394-76 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:85AEAAD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 016/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANA KARINA SILVA MACEDO – CPF nº xxx-954.574-48 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:578833DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 017/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). LERCIA MARIA VARELA BARCA FONSECA – CPF nº xxx-491.148-60 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:D51FDCBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 018/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). RAIANA TAISE DO NASCIMENTO – CPF nº xxx-388.124-83 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:61702922

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 019/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSIVANIA DANTAS GONZAGA – CPF nº xxx-605.014-94 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:212C62F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 020/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANIARA LOPES DE OLIVEIRA – CPF nº xxx-653.384-69 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E0735750

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 021/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). PAULA JULIANA DA SILVA – CPF nº xxx-108.244-92 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CCD69388

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 022/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JAISE CLECIA SANTOS OLIVEIRA – CPF nº xxx-927.624-50 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:48341E23

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 023/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ALEXSANDRA CAMPELO FERREIRA – CPF nº xxx-994.364-76 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BD96D744

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 024/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ELAINE DANIELLE GONZAGA DE OLIVEIRA – CPF nº xxx-064.044-00 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:1B65FB43

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 025/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). BARBARA INGRIDI NUNES DA SILVA – CPF nº xxx-702.164-30 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:58BE5478

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 026/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSE LUIS SOARES TAVARES – CPF nº xxx-175.634-29 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6C4BAC66

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 027/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). TERCIA TAINA SALVIANO DA COSTA – CPF nº xxx-501.454-14 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:158C33AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 028/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANA MARIA OLIVEIRA BARRETO – CPF nº xxx-931.244-59 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B495F719

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 029/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). RAMIRIS RAQUEL FERNANDES SALES – CPF nº xxx-799.894-17 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:893A48D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 030/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THIALY BRUNA LOPES SANTOS – CPF nº xxx-278.374-24 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BBC8A716

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 031/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CARLOS CEZAR OLIVEIRA MACEDO – CPF nº xxx-516.714-00 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:5DD6C3EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 031/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CARLOS CEZAR OLIVEIRA MACEDO – CPF nº xxx-516.714-00 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:94D0FD15

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 032/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). RYLLA LIDICE VARELA DE MELO OLIVEIRA – CPF nº xxx-240.994-30 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8A92C964

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 034/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). HELDER MIKAEL PEREIRA DA SILVA COSTA – CPF nº xxx-660.733-79 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F221D9D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 035/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THAIS MIRANDA RODRIGUES – CPF nº xxx-338.294-92 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6C30008F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 037/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). EDUARDO MELO DOS SANTOS – CPF nº xxx-730.714-22 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4B488C7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 038/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ARTHUR DE SOUZA SANTOS – CPF nº xxx-892.494-07 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8919A839

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 039/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSE UBIRATAN DE ALCANTARA JUNIOR – CPF nº xxx-038.484-57 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DC38512F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 040/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THUANE CARDOSO COSME – CPF nº xxx-083.574-08 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:863C8F0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 041/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JHULYANE AUGUSTA DE MORAIS FERNANDES – CPF nº xxx-390.744-81 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3E861C70

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 042/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). SAMILA TUANE DE FRANCA – CPF nº xxx-146.914-60 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BC33327D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 043/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CARLINYKA MARIANO RIBEIRO – CPF nº xxx-665.684-60 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:508C4CEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 045/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOICE RODRIGUES GONZAGA – CPF nº xxx-112.254-36 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:ED7374F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 047/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ALDINEIDE PEREIRA SILVA DO NASCIMENTO – CPF nº xxx-573.474-04 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A899D608

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 048/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THAYSSA RAILA BRASIL GONZAGA – CPF nº xxx-284.644-48 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0792CFB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 049/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSEANE SOARES BATISTA – CPF nº xxx-002.604-51 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CD8AE92C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 050/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCINETE PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – CPF nº xxx-029.284-40 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:AAA92C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 051/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANGELA SIMONE PEREIRA DE MORAIS – CPF nº xxx-312.254-11 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A51FE91F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 054/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CRISLAYNE FERREIRA DA SILVA – CPF nº xxx-984.964-51 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:82DB5BF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 055/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). SIMONELLEY COSTA DO NASCIMENTO – CPF nº xxx-090.324-83 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:50ACDF1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 056/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THUIZA CARDOSO COSME – CPF nº xxx-084.294-62 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BCA6F878

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 057/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CAIO CESAR BATISTA DA COSTA – CPF nº xxx-971.104-46 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4A589725

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 058/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THAYRONNE DE PAIVA MELO – CPF nº xxx-092.924-94 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:AF573016

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES

CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 059/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). CHARLLYS JOSEPHUS OSEAS TAVARES – CPF nº xxx-511.604-44 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C5F6FB3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 060/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ALANNY ESTEFANNY DE MELO BANDEIRA – CPF nº xxx-364.294-04 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0FA000B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 061/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). POLLYANA RAYLANNE SILVA DA COSTA PEREIRA – CPF nº xxx-487.504-76 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:20C831BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 062/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ELISANDRA BENTO DA COSTA – CPF nº xxx-171.844-56 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4E594CA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 063/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MILENA MENDES DE QUEIROZ – CPF nº xxx-879.204-04 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:1C5526D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 064/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). LUANA MARTINS DA SILVA – CPF nº xxx-929.164-24 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:361E64C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 065/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). LAYLA GABRIELY SIQUEIRA DA SILVA – CPF nº xxx-237.244-16 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:82E9E164

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 066/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ISABEL CRISTINA COSTA FONSECA – CPF nº xxx-574.534-44 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C410C0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 067/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIANE LIMA DA CUNHA – CPF nº xxx-471.024-78 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F3A37B83

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 068/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCISCO ROMAO RODRIGUES – CPF nº xxx-966.994-04 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F6D99B6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 069/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). GUIMARAES SANTANA DE LIRA – CPF nº xxx-327.684-16 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:56A1F4D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 070/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). SAMANDA CARLA DE MATOS RIBEIRO – CPF nº xxx-057.944-37 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:863EBBD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 071/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). LIGIA CRISTINA LIBERATO DAS NEVES – CPF nº xxx-512.114-10 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F1629CD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 072/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIA SANTANA DA SILVA BATISTA – CPF nº xxx-308.314-04 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:800E3D01

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 073/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARTA JUSSARA DE MELO PAULINO – CPF nº xxx-167.284-80 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:72110C46

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 075/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANA VITORIA SOUSA DOS SANTOS – CPF nº xxx-614.844-52 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BF9AD6F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 077/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIA KAROLAINY FONSECA DA CRUZ – CPF nº xxx-148.784-30 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:7B7C01A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 078/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS SILVA – CPF nº xxx-030.664-52 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BB1F4AE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 079/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCISCA IZIA SIQUEIRA DA COSTA – CPF nº xxx-248.324-16 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3434F6D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 080/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). LAYSE FONSECA MIRANDA – CPF nº xxx-222.284-42 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:7E5CD6C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 081/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). GRAZIELLA MARGARIDA DE SOUZA MORAIS – CPF nº xxx-288.654-29 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:58F9E909

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 082/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MIKAELLA FERNANDA DE MOURA – CPF nº xxx-305.554-94 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:EB81B6AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 083/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). IRIS MARINHO DA SILVA – CPF nº xxx-401.664-94 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A088A2E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 084/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSILENE AMBROSIO DA SILVA – CPF nº xxx-539.244-04 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E5113D1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 085/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIA EDUARDA DE LIRA MELO – CPF nº xxx-799.044-77 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:179CF94C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 086/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JUCIANA TAVARES BEZERRA DE SOUZA – CPF nº xxx-589.864-16 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CEA8D0B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 087/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCISCA ERICA SOARES DE SOUZA TRINDADE – CPF nº xxx-241.674-23 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:9A3A3F9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 088/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). IURY WAGNER SILVA DE MEDEIROS – CPF nº xxx-796.454-01 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B02441F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 089/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANA CARLA DE OLIVEIRA XAVIER – CPF nº xxx-740.934-67 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CD3A89A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 090/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCISCO NETO – CPF nº xxx-282.334-49 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:59DE9737

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 091/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCISCO ALBERTO FERNANDES VARELA – CPF nº xxx-968.494-49 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:9B465DC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 092/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ANTONIO WESLLEY SILVA COSTA – CPF nº xxx-935.094-06 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0DAF1691

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 093/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). PAULO RICARDO DE MELO OLIVEIRA – CPF nº xxx-333.824-10 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E23E1E7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 094/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JOSE CARLOS DE SANTANA – CPF nº xxx-631.394-20 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B525CD2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 095/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). KALIANNE KELLY BARBALHO DE SOUZA MEDEIROS – CPF nº xxx-579.764-60 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B11B9C59

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 096/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). RAFAEL CAZUZA DO NASCIMENTO – CPF nº xxx-411.444-30 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:D1C8E2BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 097/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). FRANCISCO HELIOMAR DE MELO – CPF nº xxx-084.544-03 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F256C2CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 098/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ELENILSON GONZAGA DE FIGUEREDO – CPF nº xxx-493.164-53 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C2C2B742

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 100/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). MARIA JULIANE DANTAS – CPF nº xxx-813.794-66 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0277A7C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 101/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JEAN BATISTA AMORIM – CPF nº xxx-210.484-88 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:21400670

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 102/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). ALENBERG AQUINO DA SILVA – CPF nº xxx-720.364-90 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:23B56A0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CONTRATO TEMPORÁRIO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – Nº 103/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL
Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). THALITA COSME MARINHO – CPF nº xxx-488.744-16 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 01 de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4ECF8466

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA 385/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR,**MARLUCE ARAÚJO DE SOUZA BARBOSA**, inscrita no CPF sob o nº.*****.538.644-00**, das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Coordenador Nível II, lotado Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DD80F8EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 372/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, **PEDRO PAULO MACHADO FERNANDES**, inscrito no CPF sob o nº. ***.722.574-27, das atribuições inerentes ao cargo de Coordenador Nível II, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31 de Julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN, 31-07- 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C9BCFC65

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 373/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**15 dias de Férias ao servidor (a) municipal,**LIOMAR BARBALHO DE ARAUJO,** matrícula nº 123191, CPF nº ***. 454.674-72 Ocupante, do cargo Professor (a), lotado na Secretaria Municipal de Educação, correspondendo ao período aquisitivo 02/01/2025 a 01/01//2026 serem gozadas a partir 04/08/2026 à 18/08/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 04 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:47BE3C18

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 374/2025

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR , **LAURA BEATRIZ CUNHA MOREIRA**, inscrita no CPF sob o nº. ***. 653.374-79, das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Agente de Contratação, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Transporte – SEPLADT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31 de Julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN 31-07-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E41FE59D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 375/2026

Dispõe sobre a exoneraçãoi de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º **EXONERAR, JOÃO HENRIQUE DA SILVA**, CPF:*****.030.114-90**, do cargo de provimento político em comissão de Coordenador Nível I, lotado na Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer.

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31/07/2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31/07/2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:877068F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 376/2025

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR,**ALCILENE AMBRÓSIO DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº. ***.021.954-00, das atribuições inerentes ao cargo de Secretário Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-206, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN 31-07-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A864E69D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 377/2026

Dispõe sobre a exonerar de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, **LUZIELSON PEREIRA DE MELO FILHO**, inscrito no CPF sob o nº. ***. 239.564-24, das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Chefia de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:1EE64199

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 378/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025

RESOLVE:

Art. 1º -EXONERAR**, JORGE LUIS FONSECA CUNHA**, inscrito (a) no CPF sob o nº. ***.489.974-20, das atribuições inerentes ao cargo de Assessor de Projetos, lotado na Secretaria Municipal do Gabinete Civil

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-07- 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:5B30892C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 379/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º **EXONERAR, ANDRÉ LUIS OLIVEIRA COSTA**, CPF:*****.947.614-24**, das atribuições inerentes ao cargo de provimento político em comissão de Assessor Jurídico, lotado na Procuradoria Geral do Município .

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:518951D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 380/2025

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, JOYCE JONES DE OLIVEIRA JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº. ***.638.494-52**das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Assessor de Projetos e Programas, lotado na Consultoria De Projetos e Programas - CONSPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CB111D6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 381/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, **ALMIR VARELA DA COSTA**, inscrito no CPF sob o nº. ***.095.724-27, das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Secretário Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Articulação Política.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:9FB456EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 382/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025.

RESOLVE:

Art. 1º -EXONERAR ,**DANIELY BATISTA DE OLIVEIRA**, inscrito (a) no CPF sob o nº. ***.266.854-18, das atribuições inerentes ao cargo comissionado de Chefe de Gabinete, lotado na Secretária Municipal de Articulação Política.

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-07- 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DF7AE7A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 383/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º- **EXONERAR;TONIETSON FERNANDES DE ARAÚJO,**CPF:*****.**701.524-39, do cargo de provimento político Coordenador Nível I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CC4209ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 384/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025.

RESOLVE:

Art. 1º -EXONERAR,**LEILANE LOPES CUNHA,**inscrito (a) no CPF sob o nº. ***.**694.994-47**, das atribuições inerentes ao cargo comissionado Coordenador Nível II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 31-07-2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-07-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3FBD6997

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 386/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º- **EXONERAR;FRANK LONEY COSTA DO NASCIMENTO,**CPF:*****.085.114-08 ,** do cargo de provimento político Coordenador Nível III, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 31-06-2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 31-06-2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:BF51A0E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100120250001/2025 DA INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 100120250001/2025

O MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ nº 08.148.553/0001-06, com sede à Rua Cleofas Nunes, 74 – Centro – Itaú-RN – CEP: 59.855.000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO, e a empresa J H CONTABILIDADE LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ nº 47.345.980/0001-28**, considerando o Contratos Administrativo nº **100120250001/2025**, firmado, têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL**, mediante as seguintes considerações:

I – Que o Contrato Administrativo nº **100120250001/2025** teve por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria contábil;

II – Que, embora ainda exista saldo financeiro e a vigência contratual não tenha expirado, a utilização integral do saldo contratual constitui mera expectativa do contratado, não gerando direito adquirido à sua execução, cabendo à Administração, mediante motivação e observância do interesse público, decidir pelo encerramento;

III – Que a extinção antecipada do contrato decorre de conveniência administrativa devidamente motivada, devendo ser assegurado o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados e regularmente atestados, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Resolve formalizar o presente **TERMO DE ENCERRAMENTO**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO

Fica extinto o Contrato Administrativo nº 100120250001/2025, a partir da assinatura deste Termo, por decisão motivada da Administração Pública, fundamentada em razões de interesse público supervenientes, permanecendo devidos apenas os pagamentos referentes aos serviços efetivamente executados e regularmente atestados até a data da extinção.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

A contratada faz jus exclusivamente ao pagamento dos serviços efetivamente executados e regularmente atestados até a data da extinção do contrato, ficando sem execução o saldo contratual remanescente, em razão da decisão administrativa de extinguir antecipadamente o ajuste por interesse público. Permanecem

resguardadas as responsabilidades legais e contratuais que, por sua natureza,

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo formaliza a extinção antecipada do Contrato Administrativo nº 100120250001/2025 por razões de interesse público devidamente motivadas, não gera o direito à utilização do saldo contratual remanescente, à prorrogação da vigência ou à renovação do ajuste.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 10 de junho de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:EB862D40

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 499, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Jaçanã/RN, afetado por SECA – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme a Portaria Federal nº 260/2022.

A **Prefeita do Município de Jaçanã**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72, VI, da Lei Orgânica do Município de Jaçanã/RN e pelo inciso VI, art. 8º, da Lei Federal nº 12.608/2012,

Considerando que, a situação de emergência é a situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido;

Considerando que, a irregularidade das chuvas no município provoca o desabastecimento de água necessário para suprir a demanda da população rural, sendo que esta não tem acesso a água potável, por isso, se caracteriza como uma demanda emergencial e de relevante interesse público;

Considerando que, água armazenada/captada nos reservatórios existentes da zona rural do município não é própria para consumo humano, servindo, somente, para consumo animal e uso em atividades domésticas;

Considerando que as pessoas que moram na zona rural do Município não têm acesso a água potável para consumo humano mediante rede de distribuição da CAERN, nem há sistema de tratamento da água nos reservatórios da zona rural;

Considerando que, somente o abastecimento por meio da Operação Carro Pipa (OCP) é possível fornecer água potável e, assim, minimizar a problemática do desabastecimento para a população rural de Jaçanã/RN

Considerando que, a garantia do acesso à água potável de qualidade para população da zona rural promove o bem-estar, sendo, portanto, imprescindível a continuidade da Operação Carro Pipa Federal para mitigar os efeitos negativos da seca e assegurar o direito básico de acesso à água para o consumo para todos;

Considerando que, mesmo com ações municipais para minimizar a escassez de água potável, por meio de contratação de carros pipa, não é possível atender a demanda, necessitando do imprescindível apoio federal complementar para a continuidade da operação; e

Considerando que, a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Defesa Civil favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no inciso IV e no § 2º do Art. 9º da Portaria Federal nº 260, de 02 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada **Situação de Emergência nas áreas do Município de Jaçanã/RN** registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como SECA – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme o anexo da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Defesa Civil de Jaçanã/RN, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Defesa Civil de Jaçanã/RN.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem validade por 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaçanã/RN, 03 de agosto de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:332CF9E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 173/2026 - GABINETE DA PREFEITA

HOMOLOGAÇÃO DE SELEÇÃO PRELIMINAR
EDITAL 002/2026 – SUBSÍDIOS A ESPAÇOS CULTURAIS

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL 002/2026 – EDITAL DE PREMIAÇÃO - INICIATIVAS

ARTÍSTICAS E CULTURAIS: SUBSÍDIOS A ESPAÇOS CULTURAIS - JAÇANÃ/RN.

Fazemos saber a todos os interessados, que, nesta data, torna-se pública o Resultado de SELEÇÃO PRELIMINAR DE PROPOSTAS do **EDITAL DE PREMIAÇÃO - INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS: SUBSÍDIOS A ESPAÇOS CULTURAIS,** tendo como participantes fazedores de cultura Pessoa Física, conforme critérios estabelecidos em Edital e na Lei Federal nº 14.339 de 8 de julho de 2022 – Lei Aldir Blanc - PNAB, regulamentada pelo Decreto n° 11.740 de 18 de outubro de 2023, município de **JAÇANÃ/RN**.
1 - Relação de Habilitados Selecionados:

Nº	NOME	CPF	CATEGORIA	SITUAÇÃO
01	Felipe Eduardo Dias Ferraz	104.143.524-08	Grupo Essência de Deus	Apto
02	Fernando Henrique Medeiros Costa	017.459.164-07	Quadrilha Estilizada Fagulha Junina	Apto
03	Hércules Ferreira	017.458.224-29	Banda Som da Adoração	Apto
04	José Adelânio Ferreira	106.016.344-90	Trio Trairi	Apto
05	José Samuel Silva Salustino	083.856.274-48	KB Produções	Apto

Jaçanã/RN, 03 de agosto de 2026.

RENATO ALEX GONÇALVES
Membro do Comitê Gestor de Cultura

JUCIELEN THALIA DA COSTA AZEVEDO
Membro do Comitê Gestor de Cultura

ANDRÉIA DOS SANTOS GONÇALVES
Membro do Comitê Gestor de Cultura

JOSENILDA SOARES DE ASSIS
Membro do Comitê Gestor de Cultura

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:C8ADAA84

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 174/2026– GABINETE DO PREFEITA

Em, 03 de agosto de 2026.

O Prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art. 15 da Lei Municipal nº 048/1997;

Resolve:

Art. 1º Relotar o servidor **ROBERIO JOSE DA COSTA**, MOTORISTA, matrícula nº 075, da Secretaria Municipal de Saúde para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

03 de agosto de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:CE0DF640

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 03 de julho de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses ao servidor público municipal, **GEIMESON VANDERLEI SOARES PEREIRA**, AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, Matrícula n° 605, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento protocolado, com início no dia 03/08/2026 e termino 31/10/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 03 de julho de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:405D2E81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONVÊNIO Nº. 000001/2022 – PMJ/RN

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 001/2022 – PMJ/RN

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONVENIADA: COMUNIDADE TERAPÊUTICA EBENEZER EXTREMOZ – DESAFIO JOVEM EBENEZER, inscrita no CNPJ/MF nº 50.XXX.XXX/0012-09**.**
OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº. 001/2022 – PMJ/RN**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2026 a 02 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2026.

Jandaíra/RN, 31 de julho de 2026.

Município de Jandaíra/RN
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Conveniente

Comunidade Terapêutica Ebenezer Extremoz – Desafio Jovem Ebenezer
CNPJ/MF**:** 50.XXX.XXX/0012-09
JESIVAN MOURA DE OLIVEIRA
Representante Legal/Conveniada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:EB167F02

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000033/2026 – PMJ/RN

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(...) 4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa **MEL SHOWS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº. 39.543.593/0001-78, no valor total de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, para **c**ontratação da banda desejo de menina, para se apresentar no dia 15 de agosto de 2026, na Quinta Edição da Feira Agropecuária de Jandaíra/RN – AGROPEC. (...)

Jandaíra/RN, 31 de julho de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:E5A309D4

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000034/2026 – PMJ/RN

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(...) 4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa **AMANDA RAINHA DA FARRA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº. 63.616.937/0001-06, no valor total de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta reais)**, para contratação do Show com Banda da Cantora Amanda Ranha da farra, para se apresentar no dia 14 de agosto de 2026, na quinta edição da feira agropecuária de Jandaíra/RN – AGROPEC**.** (...)

Jandaíra/RN, 31 de julho de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:28BEE2BE

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000036/2026 – PMJ/RN

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(...) 4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa **SILVANIA AQUINO E BERG RABELO PRODUCOES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº. 64.052.906/0001-32, no valor total de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)**, para contratação da Banda Silvana Aquino & Berg Rabelo, para se apresentar no dia 14 de agosto de 2026, na Quinta Edição da Feira Agropecuária de Jandaíra/RN – AGROPEC. (...)

Jandaíra/RN, 03 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:22A09AD8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 234/2026-GP.

CONCEDE: 01 (uma) diária a DIRETORA PRESIDENTE - FUNCULT abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 01 (uma) diária para custear as despesas com a **Diretora-Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá**, Srta. **Ketilly Karoline Pimenta Garcia**, inscrita no CPF nº **701.404.444-32**, matrícula nº **1216**, em viagem à cidade de Natal/RN, no dia 04 de agosto de 2026, para participar do programa (re)CONEXÕES, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte (SECULT/RN), em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), destinado ao fortalecimento das políticas públicas para os museus e à integração entre os gestores municipais de cultura.
Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 30 de julho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:C75CF0ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
1º TERMO ADITIVO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025

1º TERMO ADITIVO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN E A PESSOA JURÍDICA: CDH CENTRO DE DIAGNOSTICO HUMANO LTDA.

Cláusula Primeira – Das Partes
Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS - RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.003/0001-47, com sede na Rua do Sul, 159 Dr. Onézimo Maia, Janduís - RN, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **CDH CENTRO DE DIAGNOSTICO HUMANO LTDA - CNPJ : 04.666.364/0001-66, com sede na AV XAVIER DA SILVEIRA, 150 , LAGOA NOVA, Natal/RN CEP:59056700**, neste ato representada pela **Sra. GLEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS, portador do CPF nº 028.532.334-21**, doravante denominado CONTRATADO**,** tem entre si justos e acordados a celebração do Contrato Administrativo nº 146/2025, sujeitando-se as partes às normas da Lei das Licitações Consolidadas, nº 14.133/21 e alterações posteriores:

Cláusula Segunda – Do Objeto
Termo Aditivo objetivando a dilatação de prazo pelo período de 12 (doze) meses ao Contrato Administrativo: 146/2025. Oriundo da Dispensa de Licitação Nº 048/2025- Objeto: Contratação de pessoa jurídica o futuro e eventual fornecimento, parcelado, de material para uso em laboratório, atendendo as necessidades do laboratório municipal, pertencente a Secretaria municipal da Saúde e Saneamento básico de Janduís-RN**.**

Cláusula Terceira – Da fundamentação legal
Prazo vigente – Conforme implantação do Termo Aditivo: 19 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027, Artigos 105, 106 e 107 da lei 14.133/21, em consonância com as cláusulas consignadas no contrato inicial.

Cláusula Quarta – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial – Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Janduís-RN, 28 de julho de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

CDH Centro de Diagnostico Humano LTDA EPP
CNPJ: 04.666.364/0001-66
GLEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:393985AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 038/2026 GC

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 038/2026 GC
Japi/RN, em 03 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a lotação temporária de servidor público municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Japi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar, temporariamente, o servidor Francisco Emanuel Pereira da Costa, matrícula 0005975, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, anteriormente lotado na Unidade Mista Toquarta Leopoldina da Costa, para exercer suas funções no Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), junto ao quadro de servidores da Unidade Básica de Saúde da Comunidade de Queimadas.

Art. 2º A presente lotação tem caráter temporário e destina-se à substituição da servidora Maria José Dias de Souza, matrícula 0004448, durante o período de gozo de sua licença-maternidade, compreendido entre 18 de julho de 2026 e 14 de novembro de 2026.

Art. 3º Encerrado o período de substituição, o servidor retornará à sua unidade de lotação de origem, salvo disposição administrativa em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas eventuais disposições contrárias a esta portaria.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:C604E51B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: CAMILA MARIA GOMES BATALHA - CNPJ: 47.217.908/0001-15 - R$ 378.735,27; DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ: 40.876.269/0001-50 - R$ 2.857,62; L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA - CNPJ: 19.210.207/0001-19 - R$ 60.651,75; M3. BUSINESS GROUP LTDA - CNPJ: 54.494.740/0001-50 - R$ 3.826,40; MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 47.484.691/0001-00 - R$ 13.387,10; PAPELARIA CAJAZEIRAS LTDA - CNPJ: 41.883.167/0001-25 - R$ 3.409,35.

Jardim de Piranhas-RN, 28 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:F64B8811

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00010/2026. DOTAÇÃO: 03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 09001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER 2042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 11001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 2038 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 12001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 14001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 08001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 3.3.90.30 - Material de Consumo 15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos 10031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2020 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF 2022 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. VIGÊNCIA: até 29/07/2027.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00092/2026 - 29.07.2026- L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA - CNPJ 19.210.207/0001-19 - R$ 60.651,75 (sessenta mil seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos); CT Nº 00093/2026 - 29.07.2026- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ 40.876.269/0001-50 - R$ 2.857,62 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos); CT Nº 00094/2026 - 29.07.2026- PAPELARIA CAJAZEIRAS LTDA - CNPJ 41.883.167/0001-25 - R$ 3.409,35 (três mil quatrocentos e nove reais e trinta e cinco centavos); CT Nº 00095/2026 - 29.07.2026- CAMILA MARIA GOMES BATALHA - CNPJ 47.217.908/0001-15 - R$ 378.735,27 (trezentos e setenta e oito mil setecentos e trinta e cinco

reais e vinte e sete centavos); CT Nº 00096/2026 - 29.07.2026- MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ 47.484.691/0001-00 - R$ 13.387,10 (treze mil trezentos e oitenta e sete reais e dez centavos); CT Nº 00097/2026 - 29.07.2026- M3. BUSINESS GROUP LTDA - CNPJ 54.494.740/0001-50 - R$ 3.826,40 (três mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:3CA3AD15

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN; DESIGNO os servidores Israel Souza Donato dos Santos, Secretário de Administração, como Gestor; e Ilana Murieli de Sousa, Atendente, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00010/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Jardim de Piranhas-RN, 28 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:8DB2048B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO DE DEJETOS LÍQUIDOS, RESULTANTES DO PROCESSO DA MATANÇA DE ANIMAIS E SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00015/2025. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00142/2025 - Imunizadora Jardim Ltda - CNPJ: 38.146.499/0001-12 - 1º Aditivo O prazo de vigência do contrato será prorrogado por mais: 12 (doze) meses, passando para 29/07/2027. ASSINATURA: 17.06.2026.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:992BBF28

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 393/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 393/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a senhora **MARIA ADRIANA DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob nº 097.182.564-58, para o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial – CC2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 03 de agosto de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:2B29DD41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 394/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 394/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria por tempo de serviço de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar na Lei Orgânica Municipal.
Considerando a Lei Complementar nº 001/1997;
Considerando a Carta de Concessão emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR**, a servidora **ELIETE GERMANO DE SOUZA**, inscrita no CPF sob nº 444.160.674-53, ocupante do cargo efetivo de Professora do Quadro Único de Pessoal do Município de Jardim de Piranhas/RN, pelo motivo de Aposentadoria por tempo de serviço.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 03 de agosto de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:DC0B1DA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2026 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 608.008/2026.

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca as seguintes empresas: **B. GOMES BEZERRA LTDA CNPJ: 03.647.696/0001-30; CIRURGICA RC LTDA CNPJ: 57.700.108/0001-04; GIRASSOL REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 56.982.062/0001-09; LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 57.692.992/0001-82; ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI CNPJ: 27.029.083/0001-06; ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 34.707.920/0001-66; PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA CNPJ: 45.107.793/0001-80; R P HOSPITALAR LTDA CNPJ: 59.903.312/0001-58, SAUDENORD COMERCIO HOSPITALAR**

LTDA CNPJ: 62.077.080/0001-30; WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 44.554.219/0001-08; ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALRES LTDA CNPJ: 41.347.974/0001-23, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preço encaminhada pelo e-mail: cplmjs2021@gmail.com referente ao Pregão Eletrônico 033/2026 cujo o objeto é: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO SUPRIMENTO CONTÍNUO E À MANUTENÇÃO DO ESTOQUE DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021.Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Fone: (84) 3472-3902.

Jardim do Seridó/RN, em 03 de agosto de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:14AC7C0A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO REAJUSTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da demais legislação aplicável, a Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, o **Pregão Eletrônico nº 034/2026- SRP**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO E EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL E DA SALA DE FISIOTERAPIA, BEM COMO AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS**. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com, pelo e-mail cplmjs2021@gmail.com, no PNCP (www.pncp.gov.br) ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 08h às 13h, de segunda a sexta-feira. A sessão eletrônica será aberta às 08h01min (horário de Brasília) do dia **19 de agosto de 2026**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:BE225B13

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 194/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 206.035/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **EMPRESA:ESTHER MARINHO FURTADO DE SOUZA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.102.128/0001-20; **OBJETO:** LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 03 de agosto de 2026; **VIGÊNCIA**: 03 de agosto de 2026 e termo final em 03 de agosto de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 2.713.200,00 (Dois milhões setecentos e treze mil duzentos e duzentos reais) **SUBSCRITORES:** Omides Ferreira Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.***.***-31 - pelo Contratante e Esther Marinho Furtado de Souza, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.***.***-24 - pela Contratada.
Jardim do Seridó/RN, em 03 de agosto de 2026.

OMIDES FERREIRA NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:62BD4FF0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

I – RELATÓRIO
Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **M DE L M BEZERRA COMÉRCIO**, inscrita no CNPJ nº **49.695.571/0001-87**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2026, cujo objeto consiste na aquisição de itens de higiene, enxoval e vestuário infantil destinados à composição de Kits de Saúde do Bebê e ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS e Educação do Município de Jardim do Seridó/RN.
A impugnante questiona as exigências de apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, e de Alvará ou Licença Sanitária, sustentando, em síntese, que o edital não diferencia fabricantes, distribuidores e comerciantes varejistas, exigindo documentos que não seriam legalmente aplicáveis a todas as empresas do ramo. Ao final, requer a retirada ou flexibilização dessas exigências.
Em razão da natureza técnica da matéria, os autos foram encaminhados ao Núcleo de Planejamento de Licitações, responsável pela elaboração do Termo de Referência, que apresentou manifestação técnica propondo a revisão parcial das exigências editalícias.
É o relatório.
II – ADMISSIBILIDADE
Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021:
"Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."
Verifica-se que a impugnação foi apresentada dentro do prazo estabelecido no edital, sendo, portanto, tempestiva.
Diante disso, conhece-se da impugnação, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.
III – MÉRITO
1. Da exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE
A impugnante sustenta que a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE foi prevista de forma genérica, alcançando empresas que exercem exclusivamente comércio varejista de produtos de higiene, cosméticos e perfumes, embora tais atividades sejam dispensadas dessa autorização.
Assiste-lhe razão neste ponto.
Conforme manifestação do Núcleo de Planejamento de Licitações, a obrigatoriedade da AFE decorre da atividade efetivamente exercida pela empresa, alcançando fabricantes, importadores, exportadores, distribuidores, armazenadores e comerciantes atacadistas, não se aplicando aos estabelecimentos que exercem exclusivamente o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, nos termos da RDC ANVISA nº 16/2014. A manutenção da exigência de forma indistinta restringiria indevidamente a competitividade do certame.
A Lei nº 14.133/2021 determina que a licitação observe os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, vedando exigências sem respaldo legal que restrinjam injustificadamente a participação de interessados.
A retirada da AFE como requisito de habilitação não compromete a segurança da contratação, uma vez que permanecem obrigatórias todas as exigências relativas à regularidade sanitária dos produtos, previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável.
Assim, a impugnação merece acolhimento neste ponto.

2. Da exigência de Alvará ou Licença Sanitária

A impugnante também requer a exclusão da exigência de Alvará ou Licença Sanitária.

Neste ponto, contudo, a impugnação não merece prosperar.

Os itens para os quais o edital exige Alvará ou Licença Sanitária compreendem produtos destinados ao contato direto com gestantes, puérperas, recém-nascidos, bebês e crianças, como fraldas descartáveis, lenços umedecidos, sabonete líquido infantil, shampoo infantil, colônia infantil, creme preventivo contra assaduras e outros produtos de higiene.

Conforme manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações, a exigência foi mantida exclusivamente para as licitantes que cotarem os itens sujeitos ao controle sanitário (itens 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 17 e 18), permanecendo dispensadas dessa exigência as empresas que cotarem exclusivamente os itens 03, 04, 06, 12, 13, 14 e 19.

A Licença Sanitária constitui ato administrativo expedido pela autoridade sanitária competente para comprovar a regularidade do estabelecimento, não se confundindo com a AFE. A dispensa desta não implica, por si só, dispensa daquela.

Também não procede a alegação de que a condição de Microempreendedor Individual autorizaria a substituição da Licença Sanitária pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI. Eventuais dispensas decorrem da legislação sanitária aplicável e da classificação da atividade perante a autoridade competente, não cabendo ao edital criar hipótese geral de substituição documental.

Dessa forma, mantém-se a exigência de Alvará ou Licença Sanitária para os itens sujeitos ao controle sanitário, por guardar relação direta com a natureza do objeto e com a proteção da saúde dos beneficiários da contratação.

3. Da regularidade sanitária dos produtos

O acolhimento parcial da impugnação quanto à Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE não afasta a obrigatoriedade de que os produtos ofertados atendam integralmente à legislação sanitária aplicável.

Permanecem exigíveis, quando cabíveis, o registro, a notificação ou outra forma de regularização perante a ANVISA, bem como o atendimento às especificações técnicas constantes do Termo de Referência. Da mesma forma, a contratada deverá fornecer produtos em embalagens originais, devidamente identificadas, dentro do prazo de validade e em conformidade com todas as normas sanitárias aplicáveis.

Assim, a alteração promovida restringe-se à documentação de habilitação da empresa, sem reduzir o controle sanitário incidente sobre os produtos objeto da contratação.

4. Da adequação do edital

Em razão da manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações, mostra-se necessária a adequação do edital e do Termo de Referência, consolidando as exigências de habilitação sanitária nos seguintes termos:

a) As licitantes convocadas para habilitação nos itens 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 17 e 18 deverão apresentar Alvará ou Licença Sanitária vigente, expedido pela autoridade sanitária competente.

b) As licitantes que cotarem exclusivamente os itens 03, 04, 06, 12, 13, 14 e 19 ficam dispensadas da apresentação de Alvará ou Licença Sanitária.

c) Não será exigida Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, para fins de habilitação neste certame.

d) A dispensa da AFE não afasta a obrigação de que os produtos ofertados atendam integralmente às exigências da legislação sanitária aplicável.

A revisão também elimina a duplicidade anteriormente existente entre o Edital e o Termo de Referência, conferindo maior clareza e segurança jurídica ao instrumento convocatório, conforme manifestação do Núcleo de Planejamento de Licitações.

5. Da republicação do edital

Considerando que as alterações promovidas modificam requisito de habilitação e ampliam o universo de possíveis participantes, impõe-se a retificação e a republicação do edital, com a reabertura dos prazos originalmente estabelecidos, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, recebo a impugnação apresentada pela empresa **M DE L M BEZERRA COMÉRCIO** e, no mérito, **DEFIRO PARCIALMENTE** os argumentos apresentados.

Determino:

I – a retirada da exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE para fins de habilitação das licitantes, por não constituir requisito legal aplicável às empresas que exercem atividades dispensadas dessa autorização;

II – a manutenção da exigência de Alvará ou Licença Sanitária para as licitantes que cotarem os itens 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 17 e 18, por constituir requisito pertinente à natureza do objeto e à proteção da saúde dos beneficiários da contratação;

III – a manutenção da dispensa de Alvará ou Licença Sanitária para as licitantes que cotarem exclusivamente os itens 03, 04, 06, 12, 13, 14 e 19;

IV – a retificação do Edital e do Termo de Referência, para adequação das exigências de habilitação sanitária aos termos desta decisão e da manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações;

V – a republicação do edital, com reabertura dos prazos legais e redesignação da sessão pública, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Mantêm-se inalteradas as demais disposições do Edital e do Termo de Referência. Publique-se a presente resposta no Portal de Compras Públicas e nos demais meios oficiais de divulgação do certame, assegurando-se amplo acesso a todos os interessados.

Jardim do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:14EC4E68

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **NINO E NANI LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **11.146.474/0001-62**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2026, cujo objeto consiste na aquisição de itens de higiene, enxoval e vestuário infantil destinados à composição de Kits de Saúde do Bebê e ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS e Educação do Município de Jardim do Seridó/RN.

A impugnante questiona as exigências relativas à apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, e de Alvará ou Licença Sanitária, sustentando que a primeira foi exigida de forma genérica e que a segunda foi prevista em duplicidade no edital e no Termo de Referência. Ao final, requer a exclusão dessas exigências, a retificação do instrumento convocatório e a republicação do certame.

Considerando que as matérias discutidas dizem respeito às especificações constantes do Termo de Referência, os autos foram encaminhados ao Núcleo de Planejamento de Licitações, responsável pela fase preparatória da contratação, que apresentou manifestação técnica propondo revisão parcial das exigências editalícias.

É o relatório.

II – ADMISSIBILIDADE

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021:

"Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

Verifica-se que a impugnação foi apresentada dentro do prazo estabelecido no edital, sendo, portanto, tempestiva.

Diante disso, conhece-se da impugnação, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.

III – MÉRITO

1. Da exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE

A impugnante sustenta que a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE alcança indistintamente empresas que exercem atividades para as quais a legislação sanitária não exige essa autorização.
Assiste-lhe razão.
Conforme manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações, a obrigatoriedade da AFE está vinculada às atividades efetivamente desenvolvidas pelo estabelecimento, como fabricação, importação, exportação, armazenamento, distribuição e comércio atacadista, não alcançando os estabelecimentos que exercem exclusivamente o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, nos termos da RDC ANVISA nº 16/2014. A manutenção dessa exigência de forma genérica restringiria indevidamente a competitividade do certame.
A Administração pode exigir documentos necessários à demonstração da capacidade do licitante, desde que guardem pertinência com a legislação aplicável e com a natureza da atividade exercida. Não é admissível exigir documento cuja obtenção seja dispensada pelo próprio órgão regulador competente.
Assim, procede a impugnação quanto à retirada da AFE como requisito geral de habilitação.

2. Da exigência de Alvará ou Licença Sanitária

Também requer a impugnante a exclusão da exigência de Alvará ou Licença Sanitária.
Neste ponto, contudo, não lhe assiste razão.
Os itens para os quais o edital exige esse documento compreendem produtos destinados ao contato direto com gestantes, puérperas, recém-nascidos, bebês e crianças, cuja natureza demanda especial controle sanitário.
Conforme manifestação do Núcleo de Planejamento de Licitações, o Alvará ou a Licença Sanitária constitui ato administrativo distinto da AFE, expedido pela autoridade sanitária municipal ou estadual competente para comprovar a regularidade do estabelecimento, razão pela qual a dispensa da autorização federal não implica, automaticamente, dispensa do licenciamento sanitário local.
O edital restringiu essa exigência aos itens sujeitos ao controle sanitário (itens 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 17 e 18), dispensando-a para as empresas que cotarem exclusivamente os itens 03, 04, 06, 12, 13, 14 e 19, demonstrando observância aos princípios da proporcionalidade e da competitividade.
Também não procede a alegação de que a condição de comerciante varejista ou de Microempreendedor Individual afaste, por si só, a necessidade de Licença Sanitária. Eventuais hipóteses de dispensa decorrem da legislação sanitária e da classificação da atividade perante a autoridade competente, não cabendo ao edital criar hipótese geral de substituição documental.
Dessa forma, a exigência de Alvará ou Licença Sanitária permanece mantida.

3. Da alegada duplicidade da exigência

A impugnante aponta que a exigência de Alvará ou Licença Sanitária foi reproduzida em mais de um dispositivo do Edital e do Termo de Referência.
Neste ponto, assiste-lhe razão apenas quanto ao aspecto formal.
Conforme manifestação do Núcleo de Planejamento de Licitações, procedeu-se à revisão do Termo de Referência, consolidando as exigências sanitárias em dispositivo único, eliminando a duplicidade anteriormente existente, sem qualquer alteração material das exigências de habilitação.
Assim, acolhe-se a impugnação apenas para promover a adequação redacional do instrumento convocatório.

4. Da regularidade sanitária dos produtos

A retirada da AFE como requisito geral de habilitação não afasta a obrigatoriedade de que os produtos ofertados atendam integralmente à legislação sanitária aplicável.
Permanecem exigíveis, quando cabíveis, o registro, a notificação, a comunicação prévia ou outra forma de regularização perante a ANVISA, bem como o atendimento às especificações constantes do Termo de Referência.
A futura contratada continuará responsável pela qualidade, origem, regularidade, acondicionamento, transporte e integridade dos produtos fornecidos, sujeitando-se às sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021 em caso de desconformidade.
Assim, a alteração promovida limita-se aos documentos de habilitação, sem qualquer redução do controle sanitário incidente sobre os produtos objeto da contratação.

5. Da adequação do edital e do Termo de Referência

Em razão do acolhimento parcial da impugnação e da manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações, os itens 4.4.4 e 4.4.5 do Edital, bem como os itens 9.26 e 9.27 do Termo de Referência, deverão ser consolidados, passando a vigorar com a seguinte redação:
a) As licitantes convocadas para habilitação nos itens 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 17 e 18 deverão apresentar Alvará ou Licença Sanitária vigente, expedido pela autoridade sanitária competente.
b) As licitantes que cotarem exclusivamente os itens 03, 04, 06, 12, 13, 14 e 19 ficam dispensadas da apresentação de Alvará ou Licença Sanitária.
c) Não será exigida Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, para fins de habilitação neste certame.
d) A dispensa da AFE não afasta a obrigatoriedade de que os produtos cotados, quando sujeitos ao controle sanitário, possuam registro, notificação, comunicação prévia ou cadastro ativo perante a ANVISA e/ou certificação compulsória do INMETRO, conforme exigido pela legislação específica aplicável a cada item.
A consolidação elimina a duplicidade anteriormente existente, adequa o instrumento convocatório à legislação sanitária aplicável e preserva o controle sanitário pertinente à natureza dos produtos, conforme manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações.

6. Da suspensão do procedimento e da republicação do edital

A impugnante requer a suspensão do procedimento licitatório até o julgamento da impugnação.
O pedido resta prejudicado, uma vez que a presente decisão determina a retificação do edital e a consequente republicação do instrumento convocatório.
Considerando que as alterações promovidas incidem sobre requisito de habilitação e ampliam o universo potencial de participantes, mostra-se necessária a republicação do edital, com reabertura dos prazos originalmente estabelecidos, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, recebo a impugnação apresentada pela empresa **NINO E NANI LTDA** e, no mérito, **DEFIRO PARCIALMENTE** os argumentos apresentados.
Determino:
I – **DEFIRO** o pedido de retirada da exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº 032/2026, por não constituir requisito legal aplicável às empresas que exercem atividades dispensadas dessa autorização;
II – **INDEFIRO** o pedido de exclusão do Alvará ou da Licença Sanitária, mantendo-se a exigência para as licitantes convocadas à habilitação relativamente aos itens 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 17 e 18, por constituir requisito pertinente à natureza do objeto e à proteção da saúde dos beneficiários da contratação;
III – **DEFIRO** o argumento relativo à duplicidade formal da exigência de Alvará ou Licença Sanitária, determinando a consolidação das disposições correspondentes em dispositivo único, sem alteração material das exigências de habilitação;
IV – **MANTENHO** a dispensa de Alvará ou Licença Sanitária para as licitantes que cotarem exclusivamente os itens 03, 04, 06, 12, 13, 14 e 19;
V – **DETERMINO** a retificação do Edital e do Termo de Referência, para adequação das exigências de habilitação sanitária aos termos desta decisão e da manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações;
VI – **DETERMINO** que permaneça expressamente consignado no instrumento convocatório que a retirada da AFE não afasta a obrigatoriedade de regularidade sanitária dos produtos ofertados, inclusive quanto ao registro, notificação, comunicação prévia, dispensa de registro ou outra forma de regularização exigida pela legislação sanitária;
VII – DETERMINO a republicação do edital e de seus anexos, com reabertura dos prazos legais e redesignação da sessão pública, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Mantêm-se inalteradas as demais disposições do Edital e do Termo de Referência. Publique-se a presente resposta no Portal de Compras Públicas e nos demais meios oficiais de divulgação do certame, assegurando-se amplo acesso a todos os interessados.

Jardim do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:62CBA173

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

01- ADJUDICO os vencedores do Pregão Eletrônico nº 031/2026, realizado em 14/07/2026 a saber:

A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 17.238.455/0001-42, saiu vencedor nos itens: 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25; totalizando o valor de **R$ 20.521,98 (vinte mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos)**.

FLORIANOPOLIS COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 23.514.704/0001-88, saiu vencedor nos itens: 2, 3; totalizando o valor de **R$ 12.380,00 (doze mil, trezentos e oitenta reais)**.

SZ HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 57.977.634/0001-16, saiu vencedor no item: 15; totalizando o valor de **R$ 1.140,00 (mil, cento e quarenta reais)**.

Objeto**: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.**

02- HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissãode Licitação - CL, referente a Licitação- Pregão Eletrônico de nº 031/2026 com início 01 de julho de 2026, realizada em 14 de julho de 2026 (terça-feira), nos termos do artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa relacionada anteriormente.

03 - DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para as contratações das referidas empresas.

Jardim do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:01C6B8F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 91006/2026

O Município de João Dias/RN, por intermédio do Agente de Contratação Pregoeiro da Prefeitura Municipal, torna público que a fara a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 91006/2026**, tipo menor preço, que tem como objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos (referência), genéricos, similares, controlados, de alto custo, excepcionais e fórmulas especiais, não padronizados na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, mediante aplicação do maior percentual de desconto incidente sobre a Tabela CMED/ANVISA, considerando o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), quando aplicável, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência, de acordo com o que determina a legislação vigente, INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/08/2026; DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/08/2026, às 09:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 18/08/2026, às 10:30. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e subsidiariamente a Decreto Municipal n° 001/2024, de 04 de janeiro de 2024, e do disposto no presente edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site **https://www.joaodias.rn.gov.br/ e www.novobbmnet.com.br.** As vistas estão franqueadas a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, das 08h00min às 13h00min, na Sala de Licitações situada a Rua Francisco Veríssimo Filho, nº 40, Centro, João Dias/RN.

João Dias – RN, 03 de agosto de 2026.

NILDEMARCIO BEZERRA
Agente de Contratação Pregoeiro

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:85A797E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 089 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 089 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA EXONERA A PEDIDO A SRA. FATIMA NAYARA DE OLIVEIRA NOBREGA PARA O CARGO DE SUBCOORDENADOR (A) DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE CONSULTAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;
CONSIDERANDO O REQUERIMENTO E PEDIDO DE EXONERAÇÃO FORMULADO PELO SERVIDOR NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido, a Sra. **Fátima Nayara de Oliveira Nobrega** no cargo de **Subcoordenador (a) de Regulação e Controle de Consultas** na Prefeitura Municipal de José da Penha – RN.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeit0

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8C148CB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 118/2026 DISPENSA N° 040/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 109/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA; ROUPARIA AUGUSTUS LTDA - 61.472.275/0001-12; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL MATERNIDADE TEREZINHA LULA DE QUEIROZ SANTOS, CONSIDERANDO A PERMANÊNCIA DA NECESSIDADE ADMINISTRATIVA APÓS O FRACASSO DA DISPENSA Nº 030/2026. VIGÊNCIA: O prazo de vigência inicial da contratação é de 12 (doze) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de itens de fornecimento contínuo, diante disso o contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos. VALOR GLOBAL R$ 23.024,80 (vinte e três mil, vinte e quatro reais e oitenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA I – Gestão/Unidade: 09.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. II – Fontes de Recursos 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde 16000000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde 16210000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 16003110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais 16003120 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde 17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais. III – Programa de Trabalho: 0010 – SAÚDE PARA TODOS. IV – Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo. V – Projeto/Atividade: 2016 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2048 – MANUT. PROG. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL 2229 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE TEREZINHA LULA DE QUEIROZ SANTOS. FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Sebastiao Helmano Augusto de Souza – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 03 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:FF70F784

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.549.155 JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.549.155/0001-73; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 31 de julho de 2026 a 30 de julho de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e José Carlos Rodrigues Pereira – Contratado.

Jucurutu/ RN, 30 de julho de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:3EF12A0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180/2024 CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: 55.644.148 ADONES SILVA DE MEDEIROS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 55.644.148/0001-50; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 31 de julho de 2026 a 30 de julho de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Adones Silva De Medeiros – Contratado.

Jucurutu/ RN, 30 de julho de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:5C328B22

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2026 DISPENSA N° 037/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
Assunto: Dispensa de licitação com fulcro no ***inciso III "a" do art. 75 da Lei nº 14.133/2021*.**
Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LÚDICOS, PEDAGÓGICOS E TERAPÊUTICOS DESTINADOS ÀS AÇÕES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, NOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 – ITENS DESERTOS E FRACASSADOS.

ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICO o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o resultado da **Dispensa nº 037/2026**, com base no artigo 71, IV da Lei nº 14.133/2021.

Relata-se nos autos que as empresas declaradas vencedoras **FLORIPA SOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 11.590.017/0001-62, L. MOHR LTDA – ME – CNPJ nº 07.261.562/0001-38, PAPELARIA SANTA DULCE LTDA – CNPJ nº 19.210.207/0001-19 e DANDARA SPORT LTDA ME – CNPJ nº 51.543.641/0001-23,** comprovaram que preencheram os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhidas por atenderem todas as exigências do aviso de contratação direta e seus anexos, inclusive, por apresentarem os preços compatíveis com o preço de referência apurado pela Administração, perfazendo um valor global de

R$ 70.715,90 (setenta mil, setecentos e quinze reais e noventa centavos)**.**

Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências:

I – Encaminhe-se à **Secretaria Municipal de Finanças** para providenciar a emissão de Nota de Empenho e envio da mesma juntamente com o Contrato Administrativo em favor das empresas adjudicatárias **FLORIPA SOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 11.590.017/0001-62, L. MOHR LTDA – ME – CNPJ nº 07.261.562/0001-38, PAPELARIA SANTA DULCE LTDA – CNPJ nº 19.210.207/0001-19 e DANDARA SPORT LTDA ME – CNPJ nº 51.543.641/0001-23,.**

II – Após, que se DIVULGUE este ato no site oficial do Município de Jucurutu/ RN, na forma do art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021 e o Contrato Administrativo no **Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP**, conforme o art. 94 da mesma lei.

Jucurutu/RN, 03 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:A2A68A4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 097/2026 - DISPENSA Nº 037/2026
CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR o representante das empresas: **FLORIPA SOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 11.590.017/0001-62, L. MOHR LTDA – ME – CNPJ nº 07.261.562/0001-38, PAPELARIA SANTA DULCE LTDA – CNPJ nº 19.210.207/0001-19 e DANDARA SPORT LTDA ME – CNPJ nº 51.543.641/0001-23,** visando à assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LÚDICOS, PEDAGÓGICOS E TERAPÊUTICOS DESTINADOS ÀS AÇÕES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, NOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 – ITENS DESERTOS E FRACASSADOS.**

Assim, comunicamos V. Sª da demanda apresentada, ao tempo em que concedemos 02 (dois) dias úteis para a **assinatura de contrato administrativo** pelo ProSipe, onde disponibilizaremos ao prestador de serviços os dados necessários via e-mail.

Atenciosamente,

Jucurutu/ RN, 03 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:7062016B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 256 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 256 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Saul Morais Teixeira de Souza
CARGO/FUNÇÃO: Secretário Adjunto de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal* de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente **MATRÍCULA:** 5005
CPF: ***.247.***-91
RG:1.***.880

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente para participar de reuniões com o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte, para discutir apresentar o projeto arquitetônico e o apoio por parte do Governo do Estado do RN, a 2ª Edição do ExpoJuca-Jucurutu 2026, que será realizado em setembro de 2026, para definir o processo de estrutura física e logística do evento, a reunião acontecerá no dia 04 de agosto de 2026, na cidade de Natal.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 04 de agosto de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(x) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *500,00 (quinhentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 03 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:8F0C271A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

PROCESSO Nº 744/2025
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 14.034.776/0001-37
CONTRATADO: INEAS INSTITUTO NORTE RIO GRANDENSE DE EDUCACAO ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE
CNPJ: 49.642.816/0001-08
ENDEREÇO: Rua dos Potiguares, 2346, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.062-280
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Termo de Colaboração nº 001/2025 pelo período de 01 (um) mês e o aporte de recursos no valor de R$ 516.136,16, visando à continuidade das ações de assistência à saúde e gestão de programas em Jundiá/RN.
ADITIVO DE VIGÊNCIA DE PRAZO: 01 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2026
MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Aditivo tem por fundamento os artigos 55 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014, pelas leis que norteiam e regem a administração pública.

Jundiá/RN, 30 de julho de 2026.

Girlanny Luize da Silva Morais
P/ Contratante:

JAMES DEAN HENRIQUE DA SILVA
P/ Contratado:

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:AE825EB7

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO Nº 003/2026

PROCESSO Nº 1382/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em locação de máquinas pesadas com equipamentos e operador para atender as demandas do município de Jundiá/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO/RN
CNPJ: 08.354.896/0001-19
ÓRGÃO PARTICIPANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55

Após cumprimento de todas as fases legais e preliminares, a Prefeitura Municipal de Jundiá/RN torna pública a **adesão a 36,08% (trinta e seis vírgula zero oito por cento)** dos quantitativos registrados na **Ata de Registro de Preços nº 014/2025**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2025, conduzido pela Prefeitura Municipal de Pedro Velho/RN, referente aos itens 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12, adjudicados à empresa **ESTHER MARINHOFURTADO DE SOUZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.102.128/0001-20, com valor global estimado de **R$ 2.514.540,00 (dois milhões quinhentos e quatorze mil e quinhentos e quarenta reais)**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Jundiá/RN, 30 de julho de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:D27768F9

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1492/2026** da **Dispensa de Licitação nº 021/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de materiais e equipamentos esportivos destinados ao desenvolvimento de atividades, treinamentos, competições e eventos esportivos promovidos pelo Município de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 04 de agosto de 2026 até as 10h:00min do dia 07 de agosto de 2026**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:C8E1CA71

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1357/2026** da **Dispensa de Licitação nº 022/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de consultoria de comunicação, clipping, media training, monitoramento de redes sociais, desenvolvimento de plano de comunicação institucional, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 04 de agosto de 2026 até as 10h:00min do dia 07 de agosto de 2026**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:9DFB907F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO
Contratante: Prefeitura Municipal de Lagoa D'Anta/RN
CNPJ: 08.142.887/0001-64
Contratada: MAURA MATIAS DE LIMA
CPF nº. 422.467.174-34
Objeto: Aditivo ao contrato de locação de imóvel, situado na Rua Belízio Xavier, nº. 90, Centro, Lagoa d'Anta/RN, para o funcionamento da escolinha de Jiu Jitsu do município.

Valor do Contrato: Valor: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).
Fundamentação legal: Lei 14.133/21 em consonância com o art. 74, inc. V.
Dotação orçamentária:
06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Vigência do contrato: 13/07/2026 à 12/07/2027.

Lagoa D'Anta/RN, 13 de julho de 2026

Signatários:

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal
Pela Contratante

MAURA MATIAS DE LIMA
CPF nº. 422.467.174-34
Pela Contratada

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:EA4BC710

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260102

CONTRATO Nº 20260102

ORIGEM: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS-RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09

CONTRATADO: 56.422.537 ANTONIA CRISTINA DE SOUSA SILVA
CNPJ: 56.422.537/0001-02

OBJETIVO: contratação de empresa para aquisição de dispositivos móveis portáteis (tablets) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lagoa de Pedras/RN,

VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).
PROGRAMA DE TRABALHO:

Unidade orçamentária: 08 01 - Projeto atividade: 2.071 - manutenção das atividades do fundo municipal de saúde - Ficha de despesa: 44905200 - Fonte de recurso: 1500100200

Vigência: 04 de Agosto de 2026 a 03 de Agosto de 2027.

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, Inciso II.

Data Assinatura: 31 de Julho de 2026.

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:A922836B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O **MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN**, através do Agente de Contratação no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Processo Administrativo nº 73/2026 – na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 001/2026**, TIPO "**MENOR PREÇO GLOBA**L", objetivando a contratação de empresa especializada para execução completa de obras de pavimentação em paralelepípedos, implantação de sistema de drenagem e iluminação pública na Avenida Antônio Anselmo, município de Lagoa de Velhos/RN, em conformidade com Projetos, Memorial de Cálculo, Planilhas e demais anexos do Edital. A abertura dos envelopes está prevista para o dia **18 de agosto de 2026**, às **09h01min**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br/ e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro, Lagoa de Velhos, no horário de expediente das 08h00min às 14h00min. Outras informações pelo e-mail cpl@lagoadevelhos.rn.gov.br

Lagoa de Velhos/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:B5CBA7B1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2024

OBJETO: Prorrogação de prazo junto ao contrato nº 045/2024, o qual tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados (Assistente Social, Orientador Social, Merendeira, Porteiro, dentre outros), para atender as demandas de execução dos serviços, ações, procedimentos e atividades em Assistência Social do SUAS, através de Pessoal Técnico e Administrativo do Município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO:COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS E SERVICOS DA ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ:42.717.812/0001-00
ORIGEM: SRP Pregão Eletrônico nº 028/2023
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 01 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 31 de julho de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Sônia Maria de Souza Ribeiro
P/ CONTRATADA: Valeria Lopes de Medeiros Santos

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:61BC32BE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026

PROCESSO Nº 72/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: ALVES DUARTE E ADVOGADOS
CNPJ: 07.181.623/0001-57

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de advocacia, com notória especialização, para representação judicial e extrajudicial visando a recuperação de créditos e a proteção das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do Município de Lagoa de Velhos/RN.
REMUNERAÇÃO: 20% (vinte por cento) incidente, exclusivamente, sobre o valor efetivamente recuperado ou garantido ao Município, a título de êxito na demanda, sem ônus antecipado ou fixo para a Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "e" § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Lagoa de Velhos/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:89E9D088

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo INEXIGIBILIDADE a seguir:

PROCESSO Nº 72/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: ALVES DUARTE E ADVOGADOS
CNPJ: 07.181.623/0001-57
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de advocacia, com notória especialização, para representação judicial e extrajudicial visando a recuperação de créditos e a proteção das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do Município de Lagoa de Velhos/RN.
REMUNERAÇÃO: 20% (vinte por cento) incidente, exclusivamente, sobre o valor efetivamente recuperado ou garantido ao Município, a título de êxito na demanda, sem ônus antecipado ou fixo para a Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "e" § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.020 – Gabinete do Prefeito; **PROJETO ATIVIDADE:** 04.122.0001.2006 – Manutenção do Gabinete do Prefeito; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Lagoa de Velhos/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:BA1AD3E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 079/2026-GP – PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Dispõe sobre a concessão de Licença-Prêmio a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado pela servidora;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, que opinou pelo deferimento do pedido, diante do preenchimento dos requisitos legais;
CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria Municipal de lotação quanto à existência de disponibilidade administrativa para o afastamento, sem prejuízo da continuidade do serviço público;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de formalização do ato administrativo de concessão da Licença-Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio à servidora **Francisca Josefa da Silva**, matrícula nº 123-1, ocupante do cargo de ASG-I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/06/2003 à 31/05/2008, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a ser usufruída no período de 01 de agosto de 2026 à 29 de outubro de 2026.
Art. 2º Durante o período de gozo da Licença-Prêmio, à servidora perceberá sua remuneração na forma da legislação municipal vigente.
Art. 3º Compete ao Setor de Recursos Humanos promover as anotações na ficha funcional da servidora, bem como adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Lagoa de Velhos/RN, Gabinete do Prefeito, 31 de julho de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:1F8BA613

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 081/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Torna sem efeito a Portaria nº 077/2026, que concedeu Licença-Prêmio à servidora Marineide Teixeira de Moura, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito, em todos os seus termos, a Portaria nº 077/2026, que concedeu Licença-Prêmio à servidora Marineide Teixeira de Moura, permanecendo a referida servidora no exercício regular de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal de Lagoa De Velhos/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:02DF6730

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026-SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA**, torna público que realizará licitação para Sistema de Registro de Preços na modalidade **PREGÃO** a se processar de **FORMA ELETRÔNICA** (**MENOR PREÇO POR LOTE)**, objetivando a Contratação de plataforma de monitoramento, incluindo, manutenção preventiva e corretiva, gravação, armazenamento, gerenciamento, combinada à câmeras em sistema de Videomonitoramento 100% em nuvem com acessos via ambiente Cloud Computing, e acesso web e via aplicativos para sistemas IOS e ANDROID, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à licitação. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 11h00min do dia 04 de agosto de 2026. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 06h00min do dia 17 de agosto de 2026 **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 17 de agosto de 2026. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 17 de agosto de 2026. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada: dia 04 de agosto de 2026, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal (8h00min às 13h00min, em dias úteis) ou no site www.lagoanova.rn.gov.br (Portal da Transparência) e e-mail cpl@lagoanova.rn.gov.br. Os Pedidos de esclarecimento/impugnação ocorrerão diretamente no Portal www.portaldecompraspublicas.com.br. **Pregoeira:** Renata Sabrina Silva de Menezes.

Lagoa Nova/RN, em 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:4CE2A18E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

Iranildo Aciole da Silva, Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 2.525/2026, em especial o Parecer Técnico do Agente de Contratação e o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município, AUTORIZA, com fundamento no art. 72 c/c art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, a Inexigibilidade de Licitação nº 023/2026, para a contratação da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Norte – UNDIME/RN, inscrita no CNPJ nº 00.596.662/0001-76, destinada ao pagamento da inscrição de equipe composta pela Secretária Municipal de Educação e técnicos do Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Nova/RN, para participação na 6ª Edição do UNDIME/RN em Movimento, a realizar-se no dia 07 de agosto de 2026, no município de Carnaúba dos Dantas/RN, visando ao aperfeiçoamento e à atualização técnica dos gestores e servidores da rede municipal de ensino, pelo valor global de R$ 500,00 (quinhentos reais). Lagoa Nova/RN, 03 de agosto de 2026. Assinatura: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:F8F3A0C7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Processo Administrativo nº 1.289/2026. O Agente de Contratação do Município de Lagoa Nova/RN, Abner Paulo de Araújo, torna público o resultado parcial do Credenciamento nº 2/2026, vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social, destinado ao credenciamento de oficineiros. Após análise da documentação de habilitação e das propostas apresentadas, foram considerados devidamente credenciados os seguintes interessados: HEUDES ORLANDO DEODORO DA SILVA, inscrito no CPF/CNPJ nº 48.018.926/0001-30, para o Item 0001 (oficineiro com habilidades profissionais em Jiu-Jitsu); e ANA GILZA GOMES DE ARAUJO, inscrita no CPF/CNPJ nº 67.313.352/0001-78, para o Item 0005 (oficineiro com habilidades profissionais em Artes). Todos os documentos relativos ao processo, inclusive a Ata Parcial contendo a relação completa dos itens, quantitativos, valores de referência e fornecedores credenciados, encontram-se disponíveis para consulta pública no Portal de Compras Públicas. Abner Paulo de Araújo / Agente de Contratação.

Lagoa Nova/RN, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:4AF244A9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

O Agente de Contratação do Município de Lagoa Nova/RN, Abner Paulo de Araújo, torna público o resultado parcial do Credenciamento nº 003/2026, referente ao Processo Administrativo nº 2.454/2026, destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de transporte de passageiros mediante utilização de veículos de pequeno porte, vans e ônibus. Após análise da documentação de habilitação e das propostas apresentadas, foram considerados devidamente credenciados os seguintes interessados: EDINALDO MARTINS PEREIRA, inscrito no CNPJ nº 17.330.460/0001-80; ASSUNCAO VIAGENS & TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.268.936/0001-85; e 37.038.757 JACKSON BEZERRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº 37.038.757/0001-84, para os itens constantes na Ata Parcial de Julgamento. Todos os documentos relativos ao processo, inclusive a Ata Parcial contendo a relação completa dos itens, quantitativos, valores de referência e fornecedores credenciados, encontram-se disponíveis para consulta pública no Portal de Compras Públicas. Abner Paulo de Araújo / Agente de Contratação.

Lagoa Nova/RN, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:E956F500

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0373/2026 – GP

Portaria nº 0373/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 03 de agosto de 2026.

"NOMEIA A SENHORA MARÍLIA RUTE DE SOUTO MEDEIROS NO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a senhora **MARÍLIA RUTE DE SOUTO MEDEIROS**, no Cargo Comissionado de **Chefe do Arquivo Médico e Estatística**, simbologia – **CC5**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As atribuições que competem ao cargo de Chefe do Arquivo Médico e Estatística estão descritas na Lei Municipal nº 759/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:FC8EB6CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0374/2026 - GP

Portaria nº 374/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 03 de agosto de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES, FUNCIONÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio a senhora **Maria das Graças Rodrigues,** matrícula nº **657**; Cargo: **Agente Comunitária de Saúde**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **03 de novembro de 2025 a 31 de janeiro de 2027.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:D86CC7D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0375/2026 – GP

Portaria nº 0375/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 03 de agosto de 2026.

"EXONERAR A PEDIDO A SENHORA CAMILA MACEDO CAPISTRANO DO CARGO COMISSIONADO DE SUPERINTENDENTE MÉDICA DO HOSPITAL MATERNIDADE GARIBALDI ALVES FILHO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido a senhora **CAMILA MACEDO CAPISTRANO** do Cargo Comissionado de **Superintendente Médica do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:FA3E6BF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0376/2026 – GP

Portaria nº 0376/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 03 de agosto de 2026.

"NOMEIA O SENHOR PAULO ALIPIO DE PONTES NETO NO CARGO COMISSIONADO DE SUPERINTENDENTE MÉDICO DO HOSPITAL MATERNIDADE GARIBALDI ALVES FILHO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **PAULO ALIPIO DE PONTES NETO, CRM/RN N° 10550**, no Cargo Comissionado de **Superintendente Médico do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho**, simbologia – **CC1**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As atribuições que competem ao cargo de Superintendente Médico do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, estão descritas na Lei Municipal nº 759/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:9723C4B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026/SMS-FMS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO ESPECIAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026/SMS-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2026

PROTOCOLO DE Nº 3.046/2026 – PROTOCOLO REFERNETE A INPUGNAÇÃO.
IMPUGNANTE: INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS — IPAS
CNPJ nº: 55.170.976/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: Renata Cintya de Aquino Lopes — CPF nº 072.671.224-85
PROTOCOLO: peça datada e assinada digitalmente em 24/07/2026

OBJETO DA DECISÃO: admissibilidade e mérito da impugnação ao instrumento convocatório, com pedido de suspensão cautelar, retificação e republicação do Edital.

I — RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao instrumento convocatório apresentada pelo INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS — IPAS, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sediada em Recife/PE, em face do Edital de Chamamento Público nº 001/2026/SMS-FMS, promovido pelo Município de Lagoa Nova/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde, destinado à seleção de Organização da Sociedade Civil — OSC para celebração de Termo de Colaboração voltado ao gerenciamento, à operacionalização e à execução das ações e serviços públicos de saúde do Município, na forma do Anexo I — Termo de Referência.

A Impugnante deduz onze linhas de insurgência, a saber: (i) ilegalidade da exigência de 3 (três) anos de existência com cadastro ativo (itens 8.1.1, V, e 8.1.4, I); (ii) ilegalidade da restrição territorial do item 5.2, que admitiria apenas entidades sediadas no Estado do Rio Grande do Norte; (iii) divergência material entre o valor anual indicado no preâmbulo e o somatório das doze parcelas mensais; (iv) insuficiência do Termo de Referência para a composição dos custos; (v) ausência de detalhamento das categorias profissionais, jornadas, escalas e lotações; (vi) ausência de matriz de responsabilidades entre o Município e a OSC; (vii) indefinição quanto aos documentos destinados à pontuação e à habilitação; (viii) generalidade da exigência de CNES acompanhado de BPA (item 8.1.4, IV); (ix) ausência de data e horário da sessão pública; (x) contradição e inexequibilidade do cronograma recursal; e (xi) desproporção da pontuação atribuída ao CEBAS (item 10.1.4).

Ao final, requer o recebimento e processamento da impugnação, a suspensão cautelar do certame, a retificação dos dispositivos questionados, a complementação do Termo de Referência, a republicação integral do Edital e a reabertura integral do prazo de 30 (trinta) dias para apresentação das propostas, além de motivação específica e individualizada na hipótese de rejeição de qualquer dos pedidos.

Os autos vieram conclusos a esta Comissão Especial de Chamamento Público, instituída pela Portaria Conjunta nº 033/2026 — Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Saúde, para apreciação.

É o relatório. Passa-se a decidir.

II — DA ADMISSIBILIDADE

O item 4.2 do Edital dispõe que decairá do direito de impugnar o instrumento convocatório a Organização da Sociedade Civil que não o fizer até o 10º (décimo) dia útil que anteceder a data-limite de entrega dos envelopes; o item 4.3, por sua vez, admite o protocolo presencial ou por meio do endereço eletrônico institucional.

Fixada a data-limite de entrega dos envelopes em 10/08/2026, o termo final para impugnação recai em 27/07/2026. Tendo a peça sido subscrita e protocolizada em 24/07/2026, reconhece-se a tempestividade.

Quanto à legitimidade, embora a Impugnante esteja sediada em outra unidade da Federação e, por isso, não satisfaça, à primeira vista, a condição de participação do item 5.2, é precisamente essa cláusula que integra o objeto de sua insurgência. Seria contraditório negar-lhe legitimidade para questionar a própria regra que a exclui. Reconhece-se, pois, o interesse jurídico e a legitimidade da Impugnante, na condição de potencial participante.

A impugnação, portanto, deve ser CONHECIDA. Registre-se, desde logo, que o conhecimento da peça não implica juízo antecipado sobre a procedência das razões nela deduzidas, que passam a ser examinadas individualmente, tal como requerido pela própria Impugnante.

III — DOS PARÂMETROS DE ANÁLISE

Antes do exame individualizado, cumpre assentar quatro premissas que orientam toda a fundamentação subsequente.

Primeira. O art. 24, § 1º, da Lei nº 13.019/2014 estabelece o conteúdo mínimo do edital de chamamento público, e não o seu conteúdo máximo ou exaustivo. A norma fixa um piso de informação e de disciplina procedimental, sem retirar da Administração a competência para conformar o instrumento convocatório às particularidades do objeto, desde que observados os princípios da legalidade, da isonomia, da proporcionalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Segunda. A vedação do art. 24, § 2º, da Lei nº 13.019/2014 não alcança toda e qualquer exigência que reduza o universo de interessados, mas apenas aquelas fundadas em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria. O critério legal, portanto, é o da pertinência com o objeto — e não o da amplitude do universo competitivo considerado em abstrato.

Terceira. A alegação de restrição à competitividade não se presume: reclama demonstração de prejuízo concreto, isto é, da inaptidão da cláusula para servir ao objeto ou do seu direcionamento a determinada entidade. Alegações genéricas de insegurança, desacompanhadas de indicação do prejuízo efetivo à formulação da proposta, não têm aptidão para infirmar a presunção de legitimidade do ato administrativo.

Quarta. Compete à Administração, no exercício do poder de autotutela, sanear de ofício as impropriedades formais e os erros materiais que identifique no instrumento convocatório, independentemente de provocação, o que será feito na Seção V desta decisão. O saneamento de ofício, por sua natureza, não configura acolhimento dos pedidos da Impugnante nem confere a estes procedência retroativa.

IV — DA ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DOS PONTOS IMPUGNADOS

IV.1 — DA EXIGÊNCIA DE 3 (TRÊS) ANOS DE EXISTÊNCIA COM CADASTRO ATIVO (itens 8.1.1, V, e 8.1.4, I)

Sustenta a Impugnante que os itens 8.1.1, V, e 8.1.4, I, do Edital contrariariam o art. 33, V, alínea "a", da Lei nº 13.019/2014, ao exigir 3 (três) anos de existência em parceria de âmbito municipal, quando o dispositivo legal contemplaria, para os Municípios, o prazo de 1 (um) ano.

O argumento não merece acolhimento.

Dispõe o art. 33, V, alínea "a", da Lei nº 13.019/2014:

Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: [...] V — possuir: a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

A leitura literal do dispositivo revela que o legislador fixou um patamar mínimo de aferição da maturidade institucional da organização da sociedade civil, e não um teto ao poder de conformação do edital. A locução "no mínimo" é inequívoca e não comporta a inversão de sentido pretendida pela Impugnante, que a lê como se dissesse "no máximo". Fosse a intenção legislativa vedar exigência superior, teria o dispositivo estabelecido prazo fixo, e não patamar mínimo expressamente qualificado como tal.

A interpretação sistemática confirma a conclusão. O art. 33 enuncia requisitos que a organização deve preencher para celebrar parceria; não disciplina, nem exaure, os critérios de seleção que a Administração pode legitimamente estabelecer no chamamento público, matéria versada nos arts. 23, 24 e 27 da mesma Lei. Somar-se a isso o já assentado caráter mínimo do conteúdo editalício previsto no art. 24, § 1º, conduz à conclusão de que a exigência de prazo superior é juridicamente possível, desde que pertinente ao objeto e proporcional à sua complexidade.

Passa-se, então, ao exame da pertinência e da proporcionalidade no caso concreto, ônus que esta Comissão assume expressamente.

O objeto desta parceria não é pontual, episódico nem de baixa complexidade. Conforme o Anexo I — Termo de Referência, a Organização da Sociedade Civil selecionada assumirá:

a) a execução de ações e serviços em 8 (oito) unidades e equipamentos de saúde relacionados no Quadro C, entre os quais o Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, unidade de internação e maternidade, além de seis unidades de atenção básica e equipe multiprofissional;

b) o dimensionamento e a manutenção de quadro mínimo de 95 (noventa e cinco) profissionais, sendo 35 (trinta e cinco) de nível médio e 60 (sessenta) de nível superior, na forma do Quadro B;

c) o cumprimento de metas anuais de elevada densidade assistencial, entre as quais 100.512 atendimentos de enfermagem, 34.560 atendimentos de urgência, 17.136 consultas médicas e de outros

profissionais de nível superior e 4.752 atendimentos nutricionais, na forma do Quadro A;

d) a gestão de recursos públicos da ordem de R$ 7.219.422,60 (sete milhões, duzentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta centavos) no período de 12 (doze) meses, com prestação de contas parcial mensal e final, na forma do item 18 do Edital e da Cláusula Oitava do Anexo III.

Trata-se, portanto, de parceria que envolve serviços de urgência e de internação, de execução contínua e ininterrupta, cuja descontinuidade acarreta risco direto e imediato à vida e à saúde da população usuária do Sistema Único de Saúde no Município. Nesse cenário, a exigência de maturidade institucional superior ao piso legal não é adorno formal: é medida de mitigação de risco de descontinuidade dos serviços essenciais, diretamente ancorada no dever imposto ao administrador público pelo art. 8º da Lei nº 13.019/2014, de avaliar as propostas com o necessário rigor técnico e de adotar as condições indispensáveis à adequada celebração, gestão e fiscalização da parceria.

A exigência é ainda proporcional em sentido estrito. Trata-se de requisito objetivo, verificável por documento único emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base no CNPJ, aplicável indistintamente a todas as interessadas, que não demanda estrutura prévia, investimento, certificação onerosa ou vínculo territorial e que não é insuscetível de atendimento por organizações consolidadas no setor — situação, aliás, da própria Impugnante, que declara atuar como Organização da Sociedade Civil e pretender concorrer ao certame, sem afirmar, em momento algum de sua peça, que deixe de atender ao prazo de três anos.

Este último ponto é decisivo e merece registro expresso: a Impugnante não alega, nem demonstra, que a cláusula impugnada a exclua do certame. Impugna a exigência em tese, sem apontar prejuízo concreto à sua própria participação. Nesses termos, e à luz da terceira premissa fixada na Seção III, a insurgência é destituída do lastro fático necessário à sua procedência.

Registre-se, por fim, que o Edital já contempla, nos próprios itens 8.1.1, V, e 8.1.4, I, a possibilidade de redução do prazo na hipótese de nenhuma organização atingi-lo, em consonância com a parte final do art. 33, V, alínea "a", da Lei nº 13.019/2014 — cláusula de salvaguarda que afasta, na prática, o risco de frustração do certame por ausência de interessadas aptas. A remissão legal ali constante, contudo, encontra-se equivocada e será corrigida de ofício na Seção V desta decisão.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de alteração dos itens 8.1.1, inciso V, e 8.1.4, inciso I, mantendo-se a exigência de 3 (três) anos de existência com cadastro ativo, com a ressalva da correção de ofício da respectiva fundamentação legal.

IV.2 — DA RESTRIÇÃO TERRITORIAL (item 5.2)

Insurge-se a Impugnante contra o item 5.2 do Edital, que admite exclusivamente propostas apresentadas por entidades sediadas e regularmente constituídas no Estado do Rio Grande do Norte, sustentando que o art. 24, § 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014 contemplaria duas hipóteses alternativas — sede ou representação atuante e reconhecida —, de modo que o Edital teria reduzido indevidamente o alcance da norma federal.

O pedido não merece acolhimento.

O art. 24, § 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014 é norma permissiva, e não impositiva. Seu enunciado ressalva, do âmbito da vedação geral às cláusulas restritivas da competitividade, a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto. O dispositivo, portanto, autoriza a Administração a estabelecer recorte territorial; não lhe impõe a adoção simultânea e obrigatória de ambas as hipóteses ali referidas.

A interpretação sustentada pela Impugnante conduziria a resultado incompatível com a estrutura da norma: o § 2º do art. 24 é preceito de vedação, cujas ressalvas delimitam o espaço de conformação legítima do administrador. Ler a ressalva como comando cogente equivale a converter uma faculdade em obrigação, sem respaldo no texto legal.

Ainda que assim não fosse — e é o que se registra por dever de exaustividade —, a opção pela sede encontra motivação idônea e específica nas características do objeto desta parceria.

Os serviços a serem executados incluem atendimento de urgência em geral, com meta anual de 34.560 atendimentos, atenção domiciliar, com 192 visitas domiciliares, e a operação de hospital-maternidade, todos de funcionamento contínuo e de natureza inadiável. A execução desse conjunto exige presença institucional permanente, capacidade de substituição imediata de profissionais em caso de ausência, articulação cotidiana com a rede municipal e regional de saúde, com o Conselho Municipal de Saúde e com os órgãos de regulação, além de resposta tempestiva às diligências de monitoramento previstas no item 17.2, II, do Edital, que contempla visitas técnicas in loco.

A exigência de sede no Estado onde o objeto será executado é, ademais, critério objetivo, verificável documentalmente e aplicável de forma isonômica a todas as interessadas, sem qualquer margem de subjetivismo na aferição. Não se identifica, no caso concreto, elemento indicativo de que a cláusula tenha sido concebida para direcionar o certame ou beneficiar organização determinada — e a Impugnante, registre-se, tampouco o alega.

Anote-se, por relevante, que a alternativa da "representação atuante e reconhecida", pretendida pela Impugnante, é conceito legal de contornos indeterminados, cuja aferição demandaria juízo valorativo sobre o que se deve entender por representação "atuante" e "reconhecida". A adoção do critério de sede, ao contrário, assegura verificação objetiva e imune a controvérsia — o que atende, e não contraria, o princípio do julgamento objetivo invocado pela própria Impugnante.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de alteração do item 5.2, mantendo-se a redação original do instrumento convocatório.

IV.3 — DA DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR ANUAL E O SOMATÓRIO DAS PARCELAS MENSAIS

Aponta a Impugnante divergência entre o valor anual indicado no preâmbulo do Edital e na Cláusula Terceira, item 3.1, da minuta do Termo de Colaboração — R$ 7.211.422,61 — e o resultado da multiplicação das 12 (doze) parcelas mensais de R$ 601.618,55, que perfaz R$ 7.219.422,60, com diferença de R$ 7.999,99.

Neste ponto, e somente neste, verifica-se a existência de erro material a ser sanado.

O cotejo dos dispositivos demonstra que o parâmetro econômico da parceria — a parcela mensal — é indicado de forma coincidente e por extenso em dois pontos distintos do instrumento: no preâmbulo, sob a rubrica "VALOR ANUAL PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO", e na Cláusula Terceira, item 3.1, da minuta do Termo de Colaboração (Anexo III). Não há, portanto, divergência quanto ao valor da parcela mensal, mas apenas equívoco aritmético na expressão do respectivo somatório anual.

Prevalece, por conseguinte, o valor de R$ 7.219.422,60 (sete milhões, duzentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), correspondente ao produto de 12 (doze) parcelas mensais de R$ 601.618,55 (seiscentos e um mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), procedendo-se à retificação de ofício, na forma da Seção V.

Consigna-se expressamente, para os fins do art. 35, inciso II, da Lei nº 13.019/2014 e da Lei Complementar nº 101/2000, que esta Comissão certificou nos autos a existência de prévia e suficiente dotação orçamentária e da correspondente reserva orçamentária compatíveis com o valor ora retificado, nas fontes e classificações indicadas no preâmbulo do Edital, ficando a eficácia da presente retificação condicionada à juntada da respectiva certidão de reserva atualizada.

Impende observar, quanto às consequências da retificação, que a correção não altera o parâmetro econômico com base no qual as propostas são formuladas. A parcela mensal permanece rigorosamente a mesma; a variação do valor global corresponde a 0,11% (onze centésimos por cento) do montante originalmente indicado e opera em favor das interessadas, por elevar — e não reduzir — o teto admitido. Os percentuais de redução do item 10.1.3 e o limite de inexequibilidade do item 11.1, III, incidem sobre base praticamente idêntica, sem alteração das faixas de pontuação nem da metodologia de julgamento.

Decisão: RETIFICA-SE DE OFÍCIO o erro material, para que o valor anual previsto para a realização do objeto passe a constar como R$ 7.219.422,60, correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 601.618,55, uniformizando-se a informação no preâmbulo do Edital e na Cláusula Terceira, item 3.1, da minuta do Termo de Colaboração (Anexo III). REJEITAM-SE, contudo, os pedidos correlatos de republicação integral do Edital e de reabertura do prazo, pelas razões da Seção VII.

IV.4 — DA ALEGADA INSUFICIÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

Sustenta a Impugnante que o Anexo I não ofereceria os dados mínimos necessários à elaboração da previsão de receitas e despesas, arrolando extensa lista de elementos que reputa indispensáveis — de pisos salariais e convenções coletivas a gases medicinais, lavanderia, seguros e custos de transição operacional —, e requerendo, entre outras providências, a publicação da memória de cálculo do valor de referência, do inventário de equipamentos e do histórico de consumo.

O argumento não merece acolhimento.

A pretensão parte de premissa metodológica equivocada: a de que o chamamento público regido pela Lei nº 13.019/2014 se submeteria ao mesmo padrão de detalhamento exigido nas contratações regidas pela legislação de licitações, nas quais o termo de referência define, de forma fechada, a solução a ser executada.

Não é essa a lógica do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O art. 22 da Lei nº 13.019/2014 atribui ao Plano de Trabalho — elaborado pela própria organização — a descrição da forma de execução das atividades, da metodologia e da previsão de receitas e despesas. À Administração compete definir o objeto, as metas, os indicadores e os parâmetros de aferição, tal como fez o Anexo I; à organização compete propor o modo de alcançá-los, com a autonomia que é da essência do regime de mútua cooperação.

Fosse acolhida a pretensão da Impugnante, o resultado seria o oposto do por ela declarado: a fixação editalícia prévia de quadro de pessoal, jornadas, escalas, lotações, insumos e estrutura de custos suprimiria o espaço de proposição metodológica que o art. 22 reserva à organização, uniformizaria compulsoriamente todas as propostas e esvaziaria o critério de julgamento do art. 27 da mesma Lei, que é justamente o grau de adequação da proposta aos objetivos da ação. A parceria converter-se-ia, na prática, em contrato de prestação de serviços com modelagem imposta — figura estranha ao regime do art. 2º, VII, da Lei nº 13.019/2014.

O Anexo I, ademais, é objetivamente suficiente para o dimensionamento pretendido. Ele fornece: (i) os procedimentos a serem executados, identificados por código CBO; (ii) a meta anual de cada procedimento; (iii) o indicador de desempenho correspondente, com apuração mensal; (iv) o quantitativo mínimo de profissionais, segregado por nível médio e superior; e (v) a relação nominal e o número CNES de cada unidade de saúde abrangida. Esses elementos permitem que qualquer organização com experiência no setor — e a experiência prévia é, precisamente, requisito de habilitação do item 8.1.4, II — dimensione a força de trabalho, projete a produção e componha seus custos segundo a metodologia que reputar mais eficiente.

Quanto ao pedido de publicação da memória de cálculo, do inventário de bens e do histórico de consumo, observe-se que o art. 24, § 1º, VI, da Lei nº 13.019/2014 exige do edital a indicação do valor previsto para a realização do objeto — exigência integralmente atendida no preâmbulo —, não a divulgação prévia de sua composição analítica. Os elementos que instruem o processo administrativo permanecem, de todo modo, franqueados à consulta dos interessados, na forma da legislação de acesso à informação, o que assegura o controle pretendido sem necessidade de alteração do instrumento convocatório.

Por fim, e a exemplo do já assinalado, a Impugnante não indica de que modo a suposta insuficiência a teria impedido, concretamente, de formular proposta. Limita-se a arrolar, em abstrato, elementos cuja ausência reputa relevante — sem demonstrar impossibilidade de dimensionamento a partir das metas objetivamente publicadas.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de complementação do Termo de Referência e de publicação da memória de cálculo, do inventário de bens e do histórico de consumo, mantendo-se o Anexo I na redação vigente.

IV.5 — DA AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, JORNADAS, ESCALAS E LOTAÇÕES

Requer a Impugnante que o Edital discrimine as categorias profissionais que deverão integrar a equipe, os respectivos quantitativos, cargas horárias, escalas, unidades de lotação e exigências de responsabilidade técnica.

O argumento não merece acolhimento, pelas mesmas razões desenvolvidas no tópico anterior, às quais se acrescem as seguintes considerações.

O Quadro B do Anexo I estabelece quantitativo mínimo de 35 (trinta e cinco) profissionais de nível médio e 60 (sessenta) de nível superior. Trata-se de piso, e não de teto: a fixação de quantitativo mínimo global assegura à Administração parâmetro objetivo de controle da suficiência da equipe, sem engessar a composição interna que cada organização entenda adequada ao cumprimento das metas.

A composição qualitativa da equipe, de resto, não é indeterminável a partir do Edital. O Quadro A discrimina os procedimentos por código CBO — saúde bucal, dentística, periodontia clínica, atendimento fisioterapêutico, alimentação e nutrição, atendimento psicossocial, atendimentos de enfermagem, consultas médicas, pequenas cirurgias, entre outros —, de modo que as categorias profissionais necessárias decorrem, por vinculação técnica e regulatória, dos próprios procedimentos cuja execução foi pactuada. A organização interessada não precisa conjecturar: basta-lhe ler as metas.

Acrescente-se que a exigência de habilitação legal e de responsabilidade técnica dos profissionais decorre da legislação sanitária e das normas dos respectivos conselhos de classe, cuja observância é obrigatória independentemente de reprodução no instrumento convocatório, e cujo cumprimento é objeto do item 8.1.4, V, do Edital, que exige registro da entidade junto ao Conselho Regional pertinente.

A responsabilidade integral pelos encargos remuneratórios, indenizatórios, sociais e trabalhistas do pessoal empregado na execução do objeto está expressamente atribuída à organização pelo item 21.1 do Edital e pela Cláusula Segunda, II, alíneas “f” e “g”, do Anexo III. É precisamente por deter essa responsabilidade que à organização cabe dimensionar sua equipe — e não à Administração impor-lhe estrutura funcional predeterminada.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de fixação prévia e exaustiva de categorias profissionais, quantitativos por função, jornadas, escalas e lotações, mantendo-se as disposições do Quadro B do Anexo I.

IV.6 — DA ALEGADA AUSÊNCIA DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADES ENTRE O MUNICÍPIO E A OSC

Alega a Impugnante que o Edital não definiria, com precisão, a quem incumbem medicamentos, insumos, materiais odontológicos, equipamentos, manutenção, sistemas informatizados, utilidades, licenças, seguros e adequações estruturais, expondo a futura parceira ao risco de assumir obrigações não previstas na proposta.

O argumento não merece acolhimento.

A repartição de responsabilidades está disciplinada, de forma articulada, em três dispositivos que devem ser lidos conjuntamente, como determina o item 5.3 do Edital: (i) o item 2.3, V, que remete expressamente à Cláusula Segunda da minuta do Termo de Colaboração a distribuição das responsabilidades administrativas, operacionais e financeiras; (ii) a própria Cláusula Segunda do Anexo III, que enumera, em dois blocos distintos, as obrigações da Administração Pública (alíneas “a” a “j”) e as da Organização da Sociedade Civil (alíneas “a” a “h”); e (iii) o item 21.1, que atribui à organização a inteira responsabilidade pelos encargos de pessoal e pelos danos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal.

A esses dispositivos soma-se o Quadro C do Anexo I, que identifica nominalmente e por número CNES as unidades e equipamentos disponibilizados pelo Município — vale dizer, a estrutura física é cedida pela Administração, e não custeada pela parceira, o que responde diretamente à preocupação manifestada quanto a adequações estruturais e reposição de bens.

O regime jurídico da parceria é, ademais, de custeio integral: o preâmbulo do Edital estabelece que o valor previsto se refere “à totalidade do custeio e dos investimentos das atividades a serem executadas”. Vale dizer, toda despesa necessária à execução do objeto — inclusive insumos e materiais — corre por conta dos recursos repassados e integra a previsão de despesas do Plano de Trabalho, na forma do item 7.1, IV, do Edital. Não há, portanto, a zona cinzenta que a Impugnante alega existir.

Por fim, eventual necessidade de detalhamento adicional encontra sede própria no Plano de Trabalho aprovado, que passa a integrar o Termo de Colaboração como anexo indissociável (itens 7.2 e 14.5 do Edital e art. 42, II, da Lei nº 13.019/2014), e no regime de alterações da Cláusula Nona do Anexo III — instrumentos que asseguram, ao longo da execução, a precisão que a Impugnante pretende antecipar ao edital.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de publicação de matriz analítica de responsabilidades, mantendo-se as disposições do item 2.3, V, do item 21.1 e da Cláusula Segunda do Anexo III.

IV.7 — DOS DOCUMENTOS DESTINADOS À PONTUAÇÃO E À HABILITAÇÃO

Aponta a Impugnante contradição procedimental entre os itens 10.1.1 e 10.1.4, que atribuem pontuação a atestados de capacidade técnica e ao CEBAS, e o item 9.4, segundo o qual o Envelope nº 02 — Habilitação somente será aberto após o encerramento da fase competitiva, quando os documentos técnicos figuram arrolados no item 8.1.4, integrante daquele envelope.

Não há, contudo, a contradição alegada, mas questão de interpretação do instrumento convocatório, que ora se resolve por esclarecimento vinculante.

O art. 28 da Lei nº 13.019/2014 determina que a verificação dos documentos de habilitação se dê após o encerramento da etapa competitiva e a ordenação das propostas. O Edital observa integralmente essa sequência: o item 9.4 condiciona a abertura do Envelope nº 02 à preclusão ou ao julgamento definitivo dos recursos relativos à classificação.

Disso decorre, por consequência lógica e necessária, que os documentos destinados exclusivamente à atribuição de pontuação integram o Envelope nº 01 — Plano de Trabalho/Proposta de Preço, e não o Envelope nº 02. A dúvida suscitada resolve-se, pois, por interpretação conforme, sem necessidade de alteração das cláusulas editalícias.

Para eliminar qualquer margem de incerteza e assegurar tratamento isonômico, esta Comissão esclarece, com efeito vinculante para a Administração e para todas as participantes, nos termos do item 4.5 do Edital:

a) os documentos destinados à pontuação da qualificação técnica (item 10.1.1) — comprovantes das parcerias anteriormente celebradas e regularmente executadas com órgãos da Administração Pública para execução de ações e serviços de saúde do SUS — deverão ser apresentados no Envelope nº 01;

b) o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS vigente, para os fins do item 10.1.4, deverá igualmente ser apresentado no Envelope nº 01;

c) os documentos que sirvam simultaneamente à pontuação e à habilitação, notadamente o atestado de capacidade técnica exigido pelo item 8.1.4, II, deverão ser reapresentados no Envelope nº 02, sem que a duplicidade configure irregularidade ou motivo de desclassificação;

d) a ausência, no Envelope nº 01, de documento destinado exclusivamente à pontuação implica tão somente a não atribuição dos pontos correspondentes, não acarretando desclassificação da proposta.

O esclarecimento ora prestado não altera a sistemática do Edital: apenas explicita a única leitura compatível com o art. 28 da Lei nº 13.019/2014 e com a estrutura procedimental dos itens 9.3 a 9.6, afastando o risco de tratamento desigual apontado pela Impugnante.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de alteração da sistemática de apresentação e análise dos documentos, PRESTANDO-SE, contudo, o esclarecimento vinculante acima, que será divulgado no mesmo veículo de publicação do Edital, na forma do item 4.5.

IV.8 — DA EXIGÊNCIA DE CNES ACOMPANHADO DE BPA (item 8.1.4, IV)

Questiona a Impugnante a exigência de Certidão do CNES acompanhada de Boletim de Produção Ambulatorial — BPA, sustentando ser genérica e podendo ser interpretada como imposição de capacidade instalada prévia, em contrariedade ao art. 33, § 5º, da Lei nº 13.019/2014. Requer a exclusão da cláusula e, subsidiariamente, sua delimitação objetiva.

O pedido principal não merece acolhimento.

O invocado art. 33, § 5º, da Lei nº 13.019/2014 dispõe que, "para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso V, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia". A dispensa, como se vê do texto, é expressamente circunscrita à alínea "c" do inciso V — capacidade técnica e operacional. Não alcança a alínea "b" do mesmo inciso, que exige experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante.

A exigência do item 8.1.4, IV, situa-se precisamente nesse segundo plano: destina-se à comprovação de experiência prévia efetiva, e não de estrutura instalada. O CNES e o BPA são, nesse contexto, os instrumentos oficiais por excelência de registro e de aferição da produção assistencial no âmbito do Sistema Único de Saúde — documentos públicos, padronizados nacionalmente e imunes a manipulação unilateral pela interessada, o que confere ao critério objetividade superior à do simples atestado.

A pertinência temática com o objeto é evidente e dispensa maior desenvolvimento: cuida-se de parceria destinada à execução de ações e serviços de saúde do SUS, e a exigência versa sobre comprovação de produção de ações e serviços de saúde do SUS.

O pedido subsidiário de delimitação, todavia, comporta atendimento parcial, no exercício do poder de esclarecimento do item 4.1 do Edital.

Com efeito, embora a cláusula seja legítima em sua substância, a ausência de parâmetros expressos de aferição poderia, em tese, ensejar aplicação não uniforme pela Comissão. Assim, esclarece-se, com efeito vinculante:

a) a exigência tem por finalidade exclusiva a comprovação de experiência prévia na execução de ações e serviços de saúde do SUS, na forma do art. 33, V, alínea "b", da Lei nº 13.019/2014, não configurando exigência de capacidade instalada prévia;

b) será admitida certidão de CNES de estabelecimento próprio da organização ou de unidade de saúde cuja execução de ações e serviços tenha sido comprovadamente desempenhada pela organização, ainda que em período anterior e ainda que o estabelecimento pertença a ente público ou a terceiro;

c) o BPA deverá referir-se a, no mínimo, 1 (uma) competência mensal do período de experiência declarado, admitida a apresentação de competências não consecutivas;

d) serão admitidos, como documentos equivalentes, termos de colaboração, termos de fomento, contratos de gestão, convênios, contratos administrativos, relatórios de execução e declarações emitidas pelos entes parceiros, desde que aptos a demonstrar a execução de ações e serviços de saúde do SUS;

e) o documento presta-se a fins de habilitação (item 8.1.4, IV), sem prejuízo da pontuação autônoma prevista no item 10.1.1, observado o esclarecimento do tópico IV.7.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de exclusão da exigência de CNES acompanhado de BPA, mantendo-se o item 8.1.4, inciso IV. ACOLHE-SE PARCIALMENTE o pedido subsidiário de delimitação, exclusivamente para prestar o esclarecimento vinculante acima, sem alteração da redação editalícia.

IV.9 — DA DATA E DO HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

Aponta a Impugnante que o item 9.1 remete a data e o horário da sessão pública ao cronograma do item 1, o qual, contudo, não os contempla, arguindo que o horário de encerramento do protocolo dos envelopes não pode ser automaticamente tomado como horário de abertura da sessão.

Assiste razão à Impugnante quanto à constatação fática, e a impropriedade será sanada de ofício.

Esta Comissão não subestima a relevância da informação: a data e o horário da sessão pública condicionam o comparecimento, o credenciamento, o acompanhamento da abertura dos envelopes e a própria lavratura da ata circunstanciada de que trata o item 9.8. Reconhecer a omissão e saná-la é providência que atende ao princípio da publicidade e reforça, e não fragiliza, a higidez do procedimento.

Impõe-se, contudo, a devida qualificação jurídica do vício. Trata-se de omissão pontual em quadro sinótico, sanável por aviso retificador publicado nos mesmos meios de divulgação do Edital, na forma do item 1.2 do instrumento e do art. 26 da Lei nº 13.019/2014. A informação diz respeito a ato posterior ao encerramento do prazo de entrega dos envelopes e não repercute, sob nenhum aspecto, sobre a formulação das propostas — não altera objeto, metas, valor, condições de participação, critérios de julgamento ou documentação exigida.

Fica designada, por conseguinte, a sessão pública para o dia 10/08/2026, às 14h00, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, situado na Av. Doutor Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, Lagoa Nova/RN, CEP 59390-000, com credenciamento a partir das 13h30, observado o encerramento do protocolo dos envelopes às 12h00 do mesmo dia.

Decisão: SANA-SE DE OFÍCIO a omissão, designando-se a sessão pública para 10/08/2026, às 14h00, no endereço acima, com credenciamento a partir das 13h30, com inclusão da respectiva linha no cronograma do item 1, na forma da Seção V. REJEITA-SE, todavia, o pedido de republicação integral e de reabertura do prazo daí decorrente, pelas razões da Seção VII.

IV.10 — DO CRONOGRAMA RECURSAL

Sustenta a Impugnante que o cronograma do item 1 apresenta contradições e inexequibilidade, na medida em que: (i) indica prazo recursal de 2 (dois) dias úteis no intervalo de 17 a 19/08/2026, que

compreende 3 (três) dias úteis; (ii) remete ao item 11 do Edital, quando os recursos são disciplinados no item 12; (iii) prevê o resultado preliminar para 16/08/2026, que é domingo, em desacordo com o item 1.3; e (iv) não comporta, entre o resultado preliminar e a homologação, o desenvolvimento regular de todas as etapas previstas nos itens 9.4 a 9.6 e 12.

As constatações fáticas procedem e serão integralmente saneadas de ofício.

Esta Comissão, no exercício da autotutela, reconhece que o cronograma originalmente publicado apresenta impropriedades materiais que devem ser corrigidas: a remissão ao item 11 é equivocada, devendo ler-se item 12; o intervalo de 17 a 19/08/2026 é incompatível com o prazo de 2 (dois) dias úteis; a data de 16/08/2026 recai em domingo, contrariando o item 1.3; e a data de 15/08/2026, indicada como termo final da análise das propostas, recai em sábado.

Mais relevante que a correção pontual das datas, contudo, é a observação de que o cronograma original não contemplava linhas próprias para as fases de contrarrazões, de juízo de reconsideração, de abertura do Envelope nº 02 e de julgamento da habilitação, todas expressamente previstas nos itens 9.4 a 9.6 e 12 do Edital. A supressão dessas linhas não retirava tais fases do procedimento — que decorrem do texto editalício e da lei —, mas comprometia a clareza do quadro sinótico.

Antes que a ausência de clareza possa converter-se em cerceamento do contraditório e da ampla defesa, esta Comissão promove a recomposição integral do cronograma das fases posteriores à entrega dos envelopes, com explicitação de cada etapa e de seus respectivos prazos, todos fixados em dias de expediente normal na Prefeitura Municipal, na forma do item 1.3.

Registre-se, com ênfase, que a recomposição não alcança a fase de formulação e apresentação das propostas: a publicação do Edital (10/07/2026) e o período de entrega dos envelopes (10/07/2026 a 10/08/2026) permanecem inalterados, preservando-se integralmente o prazo de divulgação do art. 26 da Lei nº 13.019/2014.

O cronograma do item 1 passa a vigorar com a seguinte redação:

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	10/07/2026
Período para apresentação das propostas (Envelopes nº 01 e nº 02)	10/07/2026 a 10/08/2026
Sessão pública de credenciamento e abertura do Envelope nº 01	10/08/2026, às 14h00
Análise das propostas pela Comissão Especial de Chamamento Público	11/08/2026 a 14/08/2026
Divulgação do resultado preliminar da classificação	17/08/2026
Prazo recursal da classificação (2 dias úteis — item 12)	18/08/2026 a 19/08/2026
Prazo para contrarrazões (2 dias úteis — item 12.2)	20/08/2026 a 21/08/2026
Juízo de reconsideração ou remessa à autoridade superior (item 12.3)	24/08/2026 a 25/08/2026
Abertura do Envelope nº 02 e julgamento da habilitação	26/08/2026
Prazo recursal da habilitação (2 dias úteis — item 12)	27/08/2026 a 28/08/2026
Prazo para contrarrazões (2 dias úteis — item 12.2)	31/08/2026 a 01/09/2026
Juízo de reconsideração ou remessa à autoridade superior (item 12.3)	02/09/2026 a 03/09/2026
Resultado final e homologação	04/09/2026
Celebração do Termo de Colaboração	Após a homologação e a apresentação da documentação pela OSC vencedora

Permanecem inalteradas as demais disposições do item 12 do Edital, inclusive quanto aos prazos de interposição de recurso, de contrarrazões e de juízo de reconsideração, ora apenas explicitados no quadro.

Decisão: ACOLHE-SE PARCIALMENTE a impugnação neste ponto, exclusivamente quanto às constatações materiais, promovendo-se DE OFÍCIO a correção da remissão ao item 12 e a recomposição integral do cronograma das fases posteriores à entrega dos envelopes, nos termos do quadro acima. REJEITA-SE o pedido de republicação integral do Edital e de reabertura do prazo de apresentação das propostas, pelas razões da Seção VII.

IV.11 — DA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO CEBAS (item 10.1.4)

Requer a Impugnante a redução da pontuação do CEBAS de 20 (vinte) para 10 (dez) pontos, com a correspondente elevação do Plano de Trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) pontos, sustentando desproporção na matriz de julgamento e vantagem cumulativa da certificação, que também figura como critério de desempate no item 10.3.

O pedido de redistribuição da pontuação não merece acolhimento.

A definição da metodologia de pontuação e do peso atribuído a cada critério é matéria expressamente cometida ao edital pelo art. 24, § 1º, inciso V, da Lei nº 13.019/2014. Trata-se de espaço de conformação da Administração, sindicável quanto à objetividade, à pertinência e à isonomia dos critérios — não quanto à conveniência da graduação de pesos, que se insere no mérito administrativo.

O CEBAS é certificação conferida pelo Poder Público federal, mediante processo próprio de aferição, que atesta a condição de entidade beneficente e a prestação de serviços à população em caráter de gratuidade e universalidade. Sua exigência como critério de pontuação é objetiva, verificável por documento único, aplicável indistintamente e diretamente relacionada à natureza da parceria — execução de serviços públicos de saúde no âmbito do SUS.

A alegação de desproporção, ademais, não resiste ao exame da matriz na sua integralidade:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Qualificação técnica (item 10.1.1)	até 50 pontos
Plano de Trabalho (item 10.1.2)	até 10 pontos
Preço (item 10.1.3)	até 40 pontos
CEBAS vigente (item 10.1.4)	20 pontos
Total	120 pontos
Pontuação mínima para classificação (item 11.1, IV)	50 pontos

Como se vê, o CEBAS responde por 20 (vinte) dos 120 (cento e vinte) pontos possíveis, ou seja, por um sexto da pontuação máxima. Os critérios vinculados ao mérito da proposta — qualificação técnica, Plano de Trabalho e preço — somam 100 (cem) pontos, correspondentes a cinco sextos do total. Uma organização que não detenha a certificação dispõe, portanto, de 100 (cem) pontos alcançáveis, o dobro dos 50 (cinquenta) exigidos para a classificação pelo item 11.1, IV — de modo que a ausência de CEBAS não obsta a classificação nem, por si só, a vitória no certame.

A comparação isolada entre os 20 pontos do CEBAS e os 10 pontos do Plano de Trabalho, tal como proposta na impugnação, é metodologicamente inadequada: ignora que o mérito técnico da proposta é aferido conjuntamente pelos itens 10.1.1 e 10.1.2, que somam 60 (sessenta) pontos, e desconsidera o peso do critério econômico.

Merece acolhimento, contudo, e apenas em parte, a observação relativa à cumulação da vantagem em mais de uma etapa do julgamento.

De fato, o cotejo entre os itens 10.3 e 10.4 do Edital revela antinomia interna: o primeiro elege o CEBAS como critério único de desempate; o segundo estabelece, sucessivamente, menor valor anual proposto, maior número de parcerias comprovadas e sorteio em ato público. Os dois dispositivos não podem subsistir simultaneamente, sob pena de indefinição quanto à regra aplicável — vício que, este sim, comprometeria o julgamento objetivo.

A antinomia resolve-se pela prevalência do item 10.4, que estabelece critérios sucessivos, objetivos e diretamente vinculados ao mérito da proposta, com suprimento da lacuna final pelo sorteio em ato público. A providência, além de sanar a contradição, atende à preocupação legítima manifestada pela Impugnante quanto à influência cumulativa da certificação, sem alterar a matriz de pontuação nem os pesos nela estabelecidos.

Decisão: REJEITA-SE o pedido de redução da pontuação do CEBAS de 20 (vinte) para 10 (dez) pontos e de correspondente elevação da pontuação do Plano de Trabalho, mantendo-se integralmente a matriz de julgamento do item 10.1. SANA-SE DE OFÍCIO a antinomia entre os itens 10.3 e 10.4, com a supressão do item 10.3 e a prevalência exclusiva dos critérios sucessivos de desempate do item 10.4.

V — DAS RETIFICAÇÕES E DOS ESCLARECIMENTOS PROMOVIDOS DE OFÍCIO

No exercício do poder de autotutela e independentemente da procedência das razões da impugnação, esta Comissão promove as seguintes providências saneadoras, todas de natureza material ou formal:

a) IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO — fica consignado que o presente Chamamento Público tramita sob o Processo Administrativo nº _____, cuja indicação restou em branco no Edital publicado, determinando-se sua inserção no preâmbulo e sua divulgação;

b) VALOR DA PARCERIA — o valor anual previsto para a realização do objeto passa a ser de R$ 7.219.422,60 (sete milhões, duzentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta

centavos), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 601.618,55 (seiscentos e um mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), uniformizando-se o preâmbulo do Edital e a Cláusula Terceira, item 3.1, do Anexo III;

c) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PRAZO DE EXISTÊNCIA — nos itens 8.1.1, inciso V, e 8.1.4, inciso I, onde se lê "nos termos do art. 34, § 1º, da Lei nº 13.019/2014", leia-se "nos termos do art. 33, inciso V, alínea 'a', parte final, da Lei nº 13.019/2014", mantida a exigência de 3 (três) anos de existência com cadastro ativo;

d) SESSÃO PÚBLICA — fica designada a sessão pública para 10/08/2026, às 14h00, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, Av. Doutor Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, com credenciamento a partir das 13h30, incluindo-se a respectiva linha no cronograma do item 1;

e) CRONOGRAMA — o cronograma do item 1 passa a vigorar na forma do quadro constante do tópico IV.10 desta decisão, mantidos inalterados a data de publicação do Edital e o período de apresentação das propostas;

f) REMISSÃO RECURSAL — no cronograma do item 1, onde se lê "nos termos do item 11 deste Edital", leia-se "nos termos do item 12 deste Edital";

g) COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM 9.3 — o item 9.3 do Edital, cuja redação restou truncada, passa a vigorar com a seguinte redação: "9.3. Aberto o Envelope nº 01 — Plano de Trabalho/Proposta de Preço, a Comissão Especial de Chamamento Público poderá proceder à análise imediata da documentação e divulgar, na mesma sessão, o resultado preliminar da classificação, lavrando-se ata circunstanciada, ou suspender a sessão para análise, hipótese em que o resultado preliminar será divulgado na data prevista no cronograma do item 1";

h) CRITÉRIOS DE DESEMPATE — fica suprimido o item 10.3 do Edital, prevalecendo exclusivamente os critérios sucessivos de desempate do item 10.4;

i) EPÍGRAFE DO ITEM 4 — onde se lê "DOS ESCLARECIMENTOS E EMPUGNAÇÕES", leia-se "DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES";

j) ESCLARECIMENTOS VINCULANTES — ficam mantidos, com efeito vinculante para a Administração e para todas as participantes, os esclarecimentos prestados nos tópicos IV.7 e IV.8 desta decisão, relativos, respectivamente, à distribuição dos documentos entre os Envelopes nº 01 e nº 02 e à delimitação objetiva da exigência de CNES e BPA.

Todas as providências acima, sem exceção, referem-se a erros materiais, impropriedades formais, remissões equivocadas ou fases procedimentais posteriores ao encerramento do prazo de entrega dos envelopes. Nenhuma delas altera o objeto da parceria, as metas, os indicadores, as condições de participação, os requisitos de habilitação, os critérios de julgamento ou a metodologia de pontuação.

VI — DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A SUSPENSÃO CAUTELAR

Requer a Impugnante a suspensão imediata do Chamamento Público, do prazo de apresentação dos envelopes e da realização de qualquer ato decisório, invocando plausibilidade jurídica e risco de dano ao resultado útil do procedimento.

O pedido não comporta deferimento.

A plausibilidade jurídica invocada apoia-se, nos termos da própria peça, em oito fundamentos, dos quais os dois de maior relevo — a exigência de três anos de existência e a restrição territorial — foram, nesta decisão, examinados e rejeitados com fundamentação específica. Os demais ou foram rejeitados no mérito ou consistem em impropriedades materiais já integralmente saneadas de ofício na Seção V. Não subsiste, pois, o fumus boni iuris.

Tampouco subsiste o perigo na demora. Os riscos arrolados pela Impugnante — exclusão indevida de organizações aptas, propostas fundadas em premissas distintas, abertura irregular de envelopes, tratamento desigual e sucessivos recursos — pressupõem, todos, a permanência dos vícios apontados. Uma vez saneadas as impropriedades materiais e esclarecidas, com efeito vinculante, as dúvidas procedimentais suscitadas, os riscos remanescentes são hipotéticos.

Milita, ainda, em sentido contrário à suspensão, consideração de ordem material que esta Comissão não pode desconsiderar. O objeto desta parceria compreende a execução de ações e serviços públicos de saúde de caráter essencial e continuado — atendimento de urgência, atenção básica, atenção domiciliar e assistência hospitalar e obstétrica — destinados à população usuária do Sistema Único de Saúde no Município de Lagoa Nova/RN. A paralisação do procedimento seletivo, na ausência de vício substancial que a justifique, transferiria à população o ônus de controvérsia que esta decisão resolve na via administrativa própria, sem prejuízo às interessadas.

A providência adequada e proporcional, no caso, é precisamente a que ora se adota: correção imediata das impropriedades materiais, esclarecimento vinculante das dúvidas procedimentais e prosseguimento regular do certame.

Decisão: INDEFERE-SE o pedido de suspensão cautelar do Chamamento Público nº 001/2026/SMS-FMS e dos prazos em curso.

VII — DA DESNECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO INTEGRAL E DE REABERTURA DO PRAZO

Requer a Impugnante a republicação integral do Edital e de seus anexos, com divulgação de versão consolidada e reabertura integral do prazo mínimo de 30 (trinta) dias para apresentação das propostas.

O pedido merece acolhimento apenas parcial, e não nos termos formulados.

O art. 26 da Lei nº 13.019/2014 e o item 1.2 do Edital estabelecem que, havendo alteração de data do cronograma, a divulgação se fará pelos mesmos meios do edital original, respeitando-se, no que couber, o mesmo prazo previsto na publicação original. A locução "no que couber" é decisiva: a reabertura do prazo de divulgação é exigível quando a alteração repercute sobre a formulação das propostas — e somente nessa hipótese.

Esse não é o caso. Confrontem-se as providências determinadas nesta decisão com o parâmetro legal:

a) a retificação do valor anual não altera a parcela mensal, que permanece em R$ 601.618,55, e implica variação de 0,11% no teto global, em benefício das interessadas;

b) a correção da remissão do art. 34, § 1º para o art. 33, V, "a", não modifica a exigência substantiva, que permanece a mesma;

c) a designação da sessão pública e a recomposição do cronograma alcançam exclusivamente fases posteriores ao encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

d) a complementação do item 9.3, a correção da epígrafe do item 4 e a supressão do item 10.3 não interferem na elaboração do Plano de Trabalho nem na formulação da proposta de preço;

e) os esclarecimentos dos tópicos IV.7 e IV.8 explicitam a leitura já decorrente do texto editalício e da lei, sem inovar.

Nenhuma providência atinge o objeto, as metas, os indicadores, o quantitativo de profissionais, as unidades abrangidas, as condições de participação, os requisitos de habilitação, os critérios de julgamento ou a metodologia de pontuação. Vale dizer: nenhuma das premissas com base nas quais as interessadas elaboram suas propostas foi modificada. Não há, por conseguinte, alteração relevante a exigir a reabertura do prazo.

Registre-se que a data de publicação do Edital (10/07/2026) e o termo final de apresentação das propostas (10/08/2026) permanecem inalterados, assegurando-se às interessadas o prazo integral de divulgação legalmente exigido.

Acolhe-se, contudo, a pretensão de divulgação em versão consolidada — providência que atende ao princípio da publicidade e afasta a necessidade de leitura conjugada de edital, erratas e avisos esparsos. Determina-se, assim, a publicação de aviso de retificação e da versão consolidada do Edital, com destaque das alterações, nos mesmos meios utilizados para a divulgação original, na forma dos itens 1.2 e 4.5 do instrumento convocatório.

Decisão: INDEFERE-SE o pedido de reabertura integral do prazo de 30 (trinta) dias para apresentação das propostas. ACOLHE-SE, exclusivamente, o pedido de divulgação de versão consolidada do Edital, com publicação do respectivo aviso de retificação nos mesmos meios da publicação original.

VIII — DO PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE MOTIVAÇÃO REFORÇADA

A Impugnante requer que, na hipótese de rejeição de qualquer de seus pedidos, a decisão administrativa apresente motivação específica, explícita e individualizada, com indicação do fundamento legal, da justificativa técnica, da relação da cláusula com o objeto, da análise de proporcionalidade e da razão pela qual não haveria restrição à competitividade, vedada resposta genérica ou meramente afirmativa.

O pedido é legítimo e foi integralmente atendido.

Cada um dos onze pontos impugnados recebeu tópico próprio na Seção IV, com identificação da cláusula editalícia questionada, do

dispositivo legal invocado pela Impugnante, do fundamento normativo da decisão e das razões concretas — extraídas do objeto, das metas e dos quadros do Anexo I — que sustentam a manutenção ou a retificação da cláusula. Nos pontos em que a manutenção da exigência foi determinada (tópicos IV.1, IV.2, IV.4, IV.5, IV.6, IV.8 e IV.11), a decisão explicitou a pertinência com o objeto, a proporcionalidade da medida e a razão pela qual não se configura restrição indevida à competitividade.

Fica assegurada à Impugnante a integral publicidade desta decisão, com sua publicação no mesmo veículo utilizado para a divulgação do Edital, na forma do item 4.5 do instrumento convocatório, para conhecimento de todos os interessados.

IX — DISPOSITIVO

Diante do exposto, a Comissão Especial de Chamamento Público do Município de Lagoa Nova/RN, instituída pela Portaria Conjunta nº 033/2026, DECIDE:

I — CONHECER da impugnação apresentada pelo INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS — IPAS, por tempestiva e por presentes a legitimidade e o interesse;

II — NEGAR-LHE PROVIMENTO no mérito, mantendo-se o Edital de Chamamento Público nº 001/2026/SMS-FMS quanto a todas as suas cláusulas substanciais, notadamente: a) a exigência de 3 (três) anos de existência com cadastro ativo (itens 8.1.1, V, e 8.1.4, I); b) a restrição territorial às entidades sediadas no Estado do Rio Grande do Norte (item 5.2); c) o conteúdo e o nível de detalhamento do Anexo I — Termo de Referência; d) o quantitativo mínimo de profissionais do Quadro B, sem discriminação por categoria, jornada, escala ou lotação; e) a repartição de responsabilidades constante do item 2.3, V, do item 21.1 e da Cláusula Segunda do Anexo III; f) a sistemática de apresentação e análise dos documentos de pontuação e de habilitação; g) a exigência de CNES acompanhado de BPA (item 8.1.4, IV); e h) a matriz de julgamento do item 10.1, inclusive quanto aos 20 (vinte) pontos atribuídos ao CEBAS;

III — RETIFICAR DE OFÍCIO, por erro material, o valor anual previsto para a realização do objeto, que passa a ser de R$ 7.219.422,60 (sete milhões, duzentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 601.618,55, uniformizando-se o preâmbulo do Edital e a Cláusula Terceira, item 3.1, do Anexo III, condicionada a eficácia à juntada aos autos da certidão de reserva orçamentária atualizada;

IV — RETIFICAR DE OFÍCIO a fundamentação legal dos itens 8.1.1, V, e 8.1.4, I, para que passe a constar o art. 33, inciso V, alínea "a", parte final, da Lei nº 13.019/2014, mantida a exigência de 3 (três) anos de existência;

V — DESIGNAR a sessão pública para o dia 10/08/2026, às 14h00, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, Av. Doutor Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, com credenciamento a partir das 13h30, incluindo-se a respectiva linha no cronograma do item 1;

VI — RECOMPOR DE OFÍCIO o cronograma do item 1, exclusivamente quanto às fases posteriores à entrega dos envelopes, na forma do quadro do tópico IV.10, corrigindo-se a remissão ao item 12 e mantidos inalterados a data de publicação do Edital e o período de apresentação das propostas;

VII — SANEAR DE OFÍCIO as demais impropriedades formais indicadas na Seção V, notadamente a complementação do item 9.3, a supressão do item 10.3, a correção da epígrafe do item 4 e a inserção do número do processo administrativo;

VIII — PRESTAR, com efeito vinculante para a Administração e para todas as participantes, os esclarecimentos dos tópicos IV.7 e IV.8, relativos à distribuição dos documentos entre os Envelopes nº 01 e nº 02 e à delimitação objetiva da exigência de CNES e BPA;

IX — INDEFERIR o pedido de suspensão cautelar do Chamamento Público e dos prazos em curso;

X — INDEFERIR o pedido de reabertura integral do prazo de 30 (trinta) dias para apresentação das propostas, mantido o termo final de 10/08/2026, às 12h00;

XI — DETERMINAR a publicação do aviso de retificação e da versão consolidada do Edital, com destaque das alterações, nos mesmos meios utilizados para a divulgação original, na forma dos itens 1.2 e 4.5 do instrumento convocatório;

XII — DETERMINAR a publicação integral desta decisão no mesmo veículo de divulgação do Edital e a intimação da Impugnante, para ciência;

XIII — DETERMINAR a juntada desta decisão e da peça impugnatória aos autos do processo administrativo, para os fins do art. 26 da Lei nº 13.019/2014.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Lagoa Nova/RN, 30 de julho de 2026.

ZUCLECIA REISY APRIGIO DE CARVALHO
Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público

MATHEUS BEZERRA AQUINO
Membro da Comissão Especial de Chamamento Público

FRANCISCA SUELÂNIA DA SILVA BEZERRA
Membro da Comissão Especial de Chamamento Público

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:0A3303F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025- ANA LUCIA DA SILVA MELO SILVA

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO(A): **ANA LUCIA DA SILVA MELO SILVA**, BRASILEIRA, CASADA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.953- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 051.XXX.XXX-09, DOMICILIADA NA RUA TRAVESSA FRANCISCO JOSÉ, Nº 121, BAIRRO ANTÔNIO ACIOLE – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **AÇÃO**: 2030 – FUNDO MUN. DESEN. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% **NATUREZA DA DESPESA**: 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15401070.

VALOR R$ 1.620,00 (UM MIL, SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS) MENSAL.

VIGÊNCIA: 03 DE AGOSTO DE 2026 A 02 DE FEVEREIRO DE 2027. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE AGOSTO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:282505E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026- FERNANDA LETICIA DA SILVA FELIX

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **FERNANDA LETICIA DA SILVA FELIX**, BRASILEIRA, SOLTEIRA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.038- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 108.XXX.XXX-25, DOMICILIADA NA MINA BREJUÍ, N º48, ZONA RURAL – CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **MÉDICA VETERINÁRIA.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **NATUREZA DA DESPESA:** 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15001002. DESCRIÇÃO DA FONTE: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: R$ 2.118,60 (DOIS MIL, CENTO E DEZOITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS) POR MÊS.

VIGÊNCIA: 03 DE AGOSTO DE 2026 A 02 DE FEVEREIRO DE 2027. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE AGOSTO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:1C6D8689

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025- PRISCILA EMANUELE BARROS DE LIMA

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **PRISCILA EMANUELE BARROS DE LIMA**, BRASILEIRA, DIVORCIADA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.960 - SSP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 039.XXX.XXX-41, DOMICILIADA NA RUA ANTÔNIO BEZERRA FERNANDES, Nº 355, ARY DE PINHO – ACARI/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **CIRURGIÃO DENTISTA.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **NATUREZA DA DESPESA:** 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15001002. DESCRIÇÃO DA FONTE: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: R$ 2.118,60 (DOIS MIL, CENTO E DEZOITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS) POR MÊS.

VIGÊNCIA: 03 DE AGOSTO DE 2026 Á 02 DE FEVEREIRO DE 2027. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE AGOSTO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:709EAD4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025- MACIEL DA SILVA MEDEIROS

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA - SME**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **08.182.313/0001-10.**

CONTRATADO (A): **MACIEL DA SILVA MEDEIROS**, BRASILEIRO, CASADO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.117- ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 072.XXX.XXX-64, DOMICILIADO NO SÍTIO CEARÁ, N°15 – ZONA RURAL, LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **MOTORISTA TRANSPORTES DE ALUNOS**, DECORRENTE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, FIRMADO EM 12 DE MARÇO DE 2026.

FUNDAMENTAÇÃO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DEU-SE EM VIRTUDE DE MOTIVOS PESSOAIS DO CONTRATADO. PORTANTO, EMBASAMOS O DESLIGAMENTO DIANTE DO QUE REGE O ITEM 3 DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE VERSA SOBRE O CONSENSO DE AMBAS AS PARTES SOBRE O DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL CONTRATADO.

PARÁGRADO ÚNICO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE AGOSTO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:DC16F57F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025- MARIA KAILANE DE ARAUJO SILVA

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA - SME**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **08.182.313/0001-10.**

CONTRATADO (A): **MARIA KAILANE DE ARAUJO SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.936 - ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 709.XXX.XXX-07, DOMICILIADA NO SÍTIO BURACO DA LAGOA, Nº 7134, ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE CUIDADOR, DECORRENTE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, FIRMADO EM 02 DE SETEMBRO DE 2025.

FUNDAMENTAÇÃO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DEU-SE EM VIRTUDE DE MOTIVOS PESSOAIS DO CONTRATADO. PORTANTO, EMBASAMOS O DESLIGAMENTO DIANTE DO QUE REGE O ITEM 3 DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE VERSA SOBRE O CONSENSO DE AMBAS AS PARTES SOBRE O DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL CONTRATADO.

PARÁGRADO ÚNICO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE AGOSTO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:5164195A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 002/2025 – ADITIVO Nº 001- MARILENE DE MACEDO SANTOS SILVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 002/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SMS, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO(A): MARILENE DE MACEDO SANTOS SILVA, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 001.XXX.007– ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 031.XXX.XXX-37, DOMICILIADA NA RUA FRANCISCA LEDA PINHEIRO, Nº 117, JK – CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **EDUCADOR (A) FÍSICO (A)** PELO PERÍODO DE 03 DE AGOSTO DE 2026 A 02 DE FEVEREIRO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE AGOSTO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:C2258BC3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº. 000003/2026 – PMLS/RN AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 000003/2026 – PMLS/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº.08.162.869/0001-44, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, destinada a CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE DO CAJUEIRO NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SALGADA/RN, conforme especificações contidas no Edital. A sessão pública, para abertura das propostas de preços e realização da sessão de lances, será às 09:30h (Horário de Brasília) do dia 20 de agosto de 2026, no endereço www.localcontratacoespublicas.com.br.
Lagoa Salgada/RN, 03 de agosto de 2026.

RONNAN SAMI ARAÚJO BRÁZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:0790DFF2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 118/2026.

Portaria nº 118 /2025. Lagoa Salgada/RN, 03 de agosto de 2026.

Dispõe sobre Nomeação para Cargo Comissionado e dá outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei Orgânica, e

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo em Comissão de Secretária Municipal de Administração – SMA, do Município de Lagoa Salgada/RN, o senhor **JOÃO MARQUES DE SENA**, portador do CPF ***.609.254-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:FAC41B8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 119/2026

Portaria nº 119/2026. Lagoa Salgada/RN, 03 de Agosto de 2026.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei Orgânica, e

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido do cargo efetivo de Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Lagoa Salgada/RN, a Sra. **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA FARIAS**, portador do CPF ***.341.584-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Atenciosamente,

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:A23EAD3C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 82/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA ISF PRODUCOES LTDA.

Processo Administrativo n° 1161/07-2026
Licitação nº 98/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **ISF PRODUCOES LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 63.600.991/0001-63, sediado na Rua Seridó, 396, Petropolis, Natal/RN, CEP:59020010, neste ato representado por **Ênio Ricardo Sinedino de Oliveira Filho**, inscrito no CPF nº 070.XXX.924-XX.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO CANTOR ISRAEL FERNANDEZ PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA EXPOLAJES 2026, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2026 (SÁBADO), COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 2H.

MODALIDADE: Inexigibilidade nº 43/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 1210 - Manutenção de Ações para a Realização de Eventos Culturais, Históricos e Artísticos
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0117 - DESENVOLVIMENTO E PROMOCAO CULTURAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Lajes

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 03 de agosto de 2026 a 02 de fevereiro de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 29 de julho de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

ISF Producoes LTDA
CNPJ: 63.600.991/0001-63
ÊNIO RICARDO SINEDINO DE OLIVEIRA FILHO
CPF: 070.XXX.924-XX
Contratada

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:D6DCAAC3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA DANIEL DONATO PRODUCOES LTDA.

Processo Administrativo n° 1165/07-2026
Licitação nº 99/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **DANIEL DONATO PRODUCOES LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 64.869.481/0001-59, sediado na Rua Seridó, 396, Petropoles, Natal/RN, CEP:59020010, neste ato representado por **Mário Sérgio Macedo Lopes Filho**, inscrito no CPF nº 017.XXX.634-XX.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO CANTOR DANIEL DONATO PARA APRESENTAÇÃO NA

PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA EXPOLAJES 2026, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2026 (SEXTA-FEIRA), COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 2H.

MODALIDADE: Inexigibilidade nº 44/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 1210 - Manutenção de Ações para a Realização de Eventos Culturais, Históricos e Artísticos
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0117 - DESENVOLVIMENTO E PROMOCAO CULTURAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Lajes

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 31 de julho de 2026 a 30 de janeiro de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 29 de julho de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

Daniel Donato Producoes LTDA
CNPJ: 64.869.481/0001-59
MÁRIO SÉRGIO MACEDO LOPES FILHO
CPF: 017.XXX.634-XX
Contratada

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:9BDCE40C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 265, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração do (a) servidor (a) *MARÍLIA MARIANA DA SILVA BARACHO*, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o (a) servidor (a) **MARÍLIA MARIANA DA SILVA BARACHO**, inscrito (a) no CPF nº **##6.695.134-##**, do cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta *Portaria* entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroagindo a 01 de agosto de 2026, revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 03 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:3FB99FC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 266, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diárias servidores que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.007, de 08 de janeiro de 2025;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2025;

CONSIDERANDO o Processo nº **02003.000009/2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 1,5 (uma diária e meia) ao servidor **IGOR THALES SILVA CRUZ**, matrícula nº 2240/4, ocupante do cargo de Gestor de Difusão e Formação Cultural, **no valor total de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)**, destinado ao custeio de despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem durante sua participação no **(re) CONEXÕES**, **programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a ser realizado nos dias 04 e 05 de agosto de 2026, no Complexo Cultural Rampa, localizado no Município de Natal/RN.**

Art. 2º Conceder 1,5 (uma diária e meia) à servidora **JEHNYFFER KAROLAY VARELA DE LIMA SILVA**, matrícula nº 7242/1, ocupante do cargo de Coordenadora de Patrimônio Histórico e Cultural, **no valor total de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**, destinado ao custeio de despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem durante sua participação no **(re) CONEXÕES, programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a ser realizado nos dias 04 e 05 de agosto de 2026, no Complexo Cultural Rampa, localizado no Município de Natal/RN.**

Art. 3º O deslocamento ocorrerá no dia 04 de agosto de 2026, com saída prevista às 06h, do Município de Lajes/RN, e retorno no dia 05 de agosto de 2026, às 14h, em veículo oficial.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 5º Os servidores beneficiados deverão apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios da realização do deslocamento, na forma prevista no Decreto Municipal nº 004/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 03 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:AB173915

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 1776, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas da Zona Rural do município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, afetadas por natural climatológico por SECA- COBRADE 1.4.1.2.0, conforme a Portaria Federal nº 260/2022.

O senhor ANTONIO WALTER DE ARAÚJO, Prefeito do MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA,Estado do Rio grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 69 da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Federal 12.608, 10 de abril de 2012, artigo 8º e Inciso IV e VI;

CONSIDERANDO a Portaria Federal n° 260 de 02 de Fevereiro de 2022 e da Portaria Federal n° 3.646 de 20 de Dezembro de 2022, mais especificamente o Art.5º e inciso II, cuja classificação do desastre no âmbito do município é nível II;

CONSIDERANDO o Monitor de Secas, emitido e publicação pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, cujo município de Lucrécia/RN, encontra-se classificado em SECA;

CONSIDERANDO a necessidade da continuação da Ação de Resposta da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Operação Carro Pipa – OCP, cuja execução se dá por meio do Exército Brasileiro;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do município de Lucrécia/RN, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como SECA - COBRADE 1.4.1.2.0, conforme o anexo V da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC de Lucrécia/RN, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC de Lucrécia/RN.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.
Art. 7º. Este Decreto tem validade por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Lucrécia/RN, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:74D723A3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 759/2026

Dispõe sobre a designação de Conselheiro Tutelar Suplente para exercício temporário da função de Conselheiro Titular durante o período de férias regulamentares.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais dispositivos aplicáveis à espécie, especialmente nos termos da Resolução nº 139, artigo 15, §1º, de 17 de março de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
CONSIDERANDO a concessão de férias aos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade e o pleno funcionamento das atividades do referido órgão;
RESOLVE:
Art. 1º – Nomear o Senhor Juscelino Eduardo de Carvalho e Silva, Conselheiro Tutelar Suplente, para exercer, em caráter temporário, as funções de Conselheiro Tutelar Titular, em substituição a Conselheira Tutelar Titular Márcia Maria Leite, durante o período de afastamento, em razão do gozo de férias regulamentares, compreendido entre 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026.
Art. 2º – O Conselheiro Tutelar Suplente designado exercerá as atribuições legais e regimentais do cargo, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 594/2017, bem como nas normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), observando os princípios éticos e funcionais que regem a atuação do Conselho Tutelar.
Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Prefeitura de Lucrécia - RN, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:7135F580

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 760/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor Cleomar Benigno de Oliveira, Matrícula 120718-0, ocupante do cargo de Assessor de Apoio às Ações de Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 30 de julho de 2026 e retorno no dia 31 de julho de 2026 . O objetivo da viagem é realizar o transporte de paciente para atendimento médico especializado no Hospital Rio Grande, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:03D8AFDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA Nº 06-DLE/2026

AVISO DE DISPENSA Nº 06-DLE/2026
O Agente de Contratações da Prefeitura Municipal através da Secretaria de Administração de Marcelino Vieira-RN, torna público a Dispensa de Licitação Eletrônica nº 06-DLE/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para atender as necessidades do Município de Marcelino Vieira-RN, conforme detalhados em Termo de Referência e demais anexos. O Aviso, e demais Informações estão disponíveis no Portal da Transparência Municipal https://www.marcelinovieira.m.gov.br/licitacaolista.php. As propostas de pretensos interessados, deverão ser enviadas por cadastradas na plataforma do www.novobbmnet.com.br, no período de 04/08 até as 08:00h do dia 07/08/2026 com abertura da sessão do último dia.

FRANCK JACKSON DE ARAÚJO –
Agente de Contratações.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:03167934

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 196/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias ao servidor José Omar do Nascimento, matrícula nº 100013, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo 2025, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:1DE110EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 197/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 197/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias ao servidor Hugo Napoleão Alves Silva, matrícula nº 100096, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Tributação e Planejamento, ocupante do cargo comissionado de Assessor, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:65EBB679

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 198/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 198/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Karla Joelma da Silva, matrícula nº 100443, lotada na Procuradoria do Município, ocupante do cargo comissionado de Coordenadora, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:F9BEDB45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 199/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 199/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Maria Gilsicleide Fernandes, matrícula nº 100088, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 01/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:AAA464AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 200/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 200/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias ao servidor Francisco Hélio Costa Silva, matrícula nº 100441, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Comissionado de Assessor, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:7C74BCB9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 201/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 201/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias ao servidor Rodrigo Bezerra, matrícula nº 100766, lotado na Secretaria Municipal de Obras, ocupante do cargo de Gari, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:F88F1792

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 202/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 202/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Maria da Conceição de Oliveira Silva, matrícula nº 99770, lotada na Secretaria Municipal de Obras, ocupante do cargo de Gari, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:E80DCFA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 203/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Maria Nildamária da Silva, matrícula nº 100818, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Tributação e Planejamento, ocupante do cargo comissionado de Chefe do Setor de Tributação e Fiscalização, referente ao período aquisitivo 2025/2026, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 02/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:41BE0DF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 204/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 204/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias a servidora Raicleide Conrado Fontes, Matrícula nº 100784, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Divisão, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 03/08/2026 à 02/09/2026;

Art. 2º - Fica facultado o Município a interromper suas férias por um período de 20 dias, por interesse público, devidamente justificado, devendo indenizar o servidor os dias de férias trabalhados no valor proporcional;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 03 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:31FF76D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2026-DPRH/SMA/PMM

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2026-DPRH/SMA/PMM

PORTARIA Nº 082/2026-DPRH/SMA/PMM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 310/97,artigo nº 91**,**que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Maxaranguape/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a **GERALDO ALVES DE OLIVEIRA,**matrícula nº. 4315, ocupante do cargo efetivo de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, **férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2024/2025, com vigência no período de: 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, conforme protocolo nº. 768/2026.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogando-se as disposições em contrário, Publique-se e Cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 03 de agosto de 2026**.**

DENISIA DA SILVA
Coordenadora de Gestão Pessoal e Departamento Pessoal

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:296666AE

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 138/2023 - *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 138/2023 - *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 08.170.540/0001-25.

CONTRATADA: ENGETECH COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.559.664/0001-50.

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 25,00% ao valor do Item 01 do contrato firmado entre as partes, em 07 de agosto de 2023, nos termos previstos em sua Cláusula Sétima.

VALOR ADITIVADO: R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS
06.001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
11.001 - Secretaria Municipal de Administração
13.001 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
14.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário
16.001 - Secretaria Municipal de Saúde
18.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

ATIVIDADES:
2076 . Manut. Sec. Municipal de Administração
2013 - Manut. da Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esporte 2106 - Manut. da Sec. Municipal de Saúde
2082 - Manut. da Sec. Municipal de Assistência, Trabalho e Habitação
2101 - Manut. da Sec. Municipal de Agricultura
2133 - Manut. da Sec. Municipal de Obras e Serv. Públicos

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA:
3.3.90.30 - Material de Consumo
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica

FONTES:
15001001 - Receitas de Impostos e Transf. - Educação 15000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos
15500000 - Transf. do Salário Educação
15001002 - Receitas de Impostos e Transf. - Saúde.

VIGÊNCIA: Vinculada ao Contrato 138/2023.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n.º 005/2023.

FUNDAMENTAÇÃO: artigo 65, § 1°, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ASSINATURAS:

Pela Contratante, MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA (Prefeita Municipal).

Pela Contratada, HERICK GRACIANO DE ALMEIDA.

Republicado por incorreção em virtude da mudança do nome empresarial do prestador de serviço

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:12573762

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REGISTRO DA PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N° 051/2025

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REGISTRO DA PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N° 051/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

Contratante: Município de Maxaranguape/RN.

Contratada: RD SOLUÇÕES LTDA – CNPJ nº 43.557.575/0001-40.

Objeto: Apostilamento de Registro administrativo da prorrogação automática da vigência do Contrato Administrativo nº 051/2025, decorrente da incidência do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se inalterados o objeto, os quantitativos, os preços unitários e o valor global contratado, bem como aprovação do Cronograma Físico-Financeiro Revisado.

Nova vigência: até **28 de abril de 2027**.

Fundamento Legal: art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Data da formalização: **28/04/**2026

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:8C19AE0A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 144/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 144/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Exonerar a pedido a servidora de provimento efetivo **MAYARA ROBERTA SILVA DA ROCHA CARVALHO**, CPF nº. 063.xxx.xxx-48, do cargo de Professora Fundamental II – Língua Portuguesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na Prefeitura Municipal de Maxaranguape.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de julho de 2026.

Maxaranguape/RN, 03 de julho de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:33052EE2

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2026
Processo Administrativo n° 081/2026

Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Geral em Licitações deste Município, como também a informação da SEFOP - Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento, onde assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o suporte da despesa aqui tratada, destinada à **Aquisição, em caráter emergencial, de bomba centrífuga monoestágio, equipada com motor elétrico trifásico, mangueiras e acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento, destinada ao escoamento de águas pluviais e alagamentos nas áreas afetadas pelas intensas chuvas no Município de Maxaranguape/RN, visando atender às ações de resposta e mitigação dos danos decorrentes da situação de emergência reconhecida pelo Decreto Municipal nº 046, de 23 de julho de 2026. AUTORIZO e RATIFICO** a Dispensa Emergencial de Licitação para a contratação da empresa: **A CHELITA LTDA,** inscrito(a) no **CNPJ** sob o **nº 08.285.124/0001-72**, com valor global estimado de R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), tendo como Diploma Legal o Art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21, **DETERMINO** a publicação da presente Ratificação no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 27 de julho de 2026

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:B810F665

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 145, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 145, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,
CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;
CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas

retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.
Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:
I – Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
II – Declaração de bens.
Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.
Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 04 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2026, das 08h às 15h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR FUNDAMENTAL II – LÍNGUA PORTUGUESA
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ADRIANO MENINO DE MACÊDO JÚNIOR	100.974.514-01	4º Pcd

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:39516EDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADESÃO N° 04/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO DE ADESÃO
Adesão N° 04/2026
Processo Administrativo Nº 69/2026
O Sr. Prefeito do Município de Montanhas/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, e com fulcro no Parecer da Assessoria Jurídica do município:
CONSIDERANDO que o município promoverá uma reestruturação nas competências das Secretarias de Projetos e Meio Ambiente e Obras e Urbanismo.
CONSIDERANDO a necessidade de um estudo técnico mais detalhado em relação ao mapeamento territorial de pontos de coleta, dado ao crescimento da cidade.
CONSIDERANDO a previsão legal para manutenção e prorrogação do contrato vigente.
RESOLVE:
REVOGAR, *a ADESÃO Nº 04/2026 as ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2026 da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 026/2025, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, o qual tem por objeto o registro de preço para contratação de empresa para prestação dos serviços de limpeza urbana, capina e poda nas vias e logradouros, coleta de resíduos sólidos e domiciliares na área urbana e rural do município, tendo como detentora as empresas* ***PLANO A SERVICOS LTDA,*** *inscrita no CNPJ nº:* ***23.249.596/0001-63****, no valor total de R$ 4.901.179,08 (quatro milhões, novecentos e um mil, cento e setenta e nove reais e oito centavos).*
Montanhas/RN, 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:A872823E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 48/2026

OBJETO: Contratação de empresa para construção da Creche Municipal do Bairro Boa Esperança, conforme projeto básico no município de Montanhas RN.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após negociação direta com o Pregoeiro, foram conseguidos valores de acordo com a prática do mercado.

Considerando, que encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, constatamos o atendimento a todos os ditames edilícios pela (s) a(s) empresa(s) vencedora(s).

Considerando, finalmente o que preconiza o artigo 71, inciso IV da Lei Nº 14.133/2021.

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação "**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026**" em favor da empresa **DNS SERVICOS E LOCACOES LTDA - 32.301.940/0001-07,** vencedora com o valor total de **R$ 591.198,33** (quinhentos e noventa e um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e três centavos).

Assim CONVOQUEM-SE as empresas acima adjudicadas para a assinatura dos contratos nos termos do edital de licitação do processo em epígrafe.

Registre-se, publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Montanhas/RN, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:93DB7389

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2023

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2023

OBJETO: Prorrogação do contrato nº 125/2024 o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capinação, caiação de meio fio, varrição, serviços complementares de podação de árvores, coleta de resíduos sólidos (Coleta de Lixo) do município de Montanhas/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
CONTRATADO:P G CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
CNPJ:21.052.876/0001-51
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 003/2022
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 01 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Montanhas/RN, 31 de julho de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: **Antonio Marcolino Neto**
PELA CONTRATADA:Paulo Ricardo Marques Guedes

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:50F191FB

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EDITAL 001/2026 - CMDPI

Dispõe sobre a Convocação das Entidades da Sociedade Civil para o Processo de Escolha e Composição do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) para o Biênio 2026-2028.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho e Lazer no uso de suas atribuições legais,

TORNA PÚBLICO:

A Convocação de todas as Entidades, Organizações e Associações da Sociedade Civil, regularmente constituídas, atuantes no município, para participarem do Processo de Eleição e Composição do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI, Lei Municipal Nº 567/2025 e Lei Federal Nº 10.741/2003- Estatuto da Pessoa Idosa.

I- DAS VAGAS:

Art. 1º O presente edital visa o preenchimento de 10(dez) vagas para representantes da Sociedade Civil, no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa- Lei Municipal Nº 567 / 2025 e Lei Federal Nº 10.741/2003, sendo distribuídas da seguinte forma:

02 (duas) para Representantes dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social- SUAS;
02 (duas) para Representantes de Credo Religioso com Políticas Explícitas e regulares atendimentos à pessoa idosa;
02 (duas) para Representantes e Sindicato e /ou Associações de Aposentados;
02 (duas) para Representantes de Movimentos Sociais;
02 (duas) para Representantes de outras entidades que comprovem possuir Políticas explícitas de atendimento à pessoa idosa.

§1º Para cada vaga de membro Titular, será eleito 01(um) respectivo membro Suplente.
§2º O mandato dos membros eleitos será de 02(dois) anos, sendo permitida à recondução.

II- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Art. 2º Poderão se candidatar e votar as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atendam os seguintes requisitos:
I- Estar legalmente constituída e em funcionamento no Município há pelo menos 01(um) ano;
II- Possuir seu Estatuto Social ou finalidade estatutária a defesa, a promoção ou atendimento aos direitos da pessoa idosa;
III- Estar com a documentação fiscal e cadastral regularizada;

III- DAS INSCRIÇOES E DOCUMENTAÇÃO:

Art. 3º As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas no período 03/08/2026 a 14/08/2026, das 8h: 00min, às 13h: 00min.

Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação Trabalho e Lazer - SMDSHTL
Endereço: Rua Esportiva, SN-Centro (vizinho Ao prédio do Cadastro Único/Bolsa Família).
Formato: Presencial.

Art. 4º No ato da inscrição, a Entidade deverá apresentar envelope lacrado, contendo:

I- Requerimento de inscrição preenchido e assinado pelo representante legal (Anexo I);
II- Cópia atualizada do estatuto Social ou Contrato Social;
III- Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
IV- Certidão Negativa de Débitos (CND) Federal Estadual e Municipal;
V- Relatório Sucinto que comprova as atividades desenvolvidas em prol da pessoa idosa;
VI- Documento com foto do representante Legal.

IV- DO PROCESSO ELEITORAL:

Art. 5º A Assembleia Geral para eleição das entidades da sociedade civil que comporão O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa-CMDPI, ocorrerá no dia 26/08/2026 (quarta –feira), das 8h: 00min às 12h : 00 min.

Local: Centro de Convivência de Idosos- CCI
Endereço: Rua Esportiva, SN-Centro (Em frente ao prédio do Cadastro Único/Bolsa Família).

Art. 6º A Comissão Eleitoral instituída pela Portaria Municipal Nº /2026 conduzirá o pleito e publicará a Relação das entidades habilitadas no dia 17/08/2026 no Diário Oficial da FEMURN-Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte e no site da Prefeitura Municipal https://montanhas.rn.gov.br/

VI- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 7º A participação no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa-CMDPI é considerada função pública relevante não remunerada.

Art. 8º Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 9º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Montanhas/ RN, 03 de agosto de 2026.

EVANICE NASCIMENTO DA SILVA DE LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho e Lazer.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA- CMDPI	
I- IDENTIFICAÇÃO	
Nome da Entidade:	
CNPJ:	
Endereço:	
Nome do (a) Presidente:	
Telefone:	**E-mail:**
Período de Atuação no Município	
II- POLÍTICA DE ATENDIMENTO: Conforme o estatuto da Pessoa Idosa Lei Federal Nº 10.741/2003 e suas alterações.	
Relatório Sucinto das Atividades Desenvolvidas em Prol dos Direitos da Pessoa Idosa.	
III- DOCUMENTOS ANEXOS:	
Requerimento Preenchido; Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Certidão Negativa de Débito (CND) Federal Estadual e Municipal; Cópia do Documento com Foto do Responsável Legal.	

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:D23986E2

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 459/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de Agosto de 2026, a Senhora, **MARIA DO SOCORRO COUTINHO BARBOSA SOUZA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003336/1 referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:C75915B9

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 460/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de Agosto de 2026, a Senhora, **ROZILENE FERREIRA DO NASCIMENTO SANTIAGO,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003379/1 referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:FE0A6000

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 461/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de Agosto de 2026, ao Senhor, **RONALDO DARIO DA COSTA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, **0009636/1** referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:4965E683

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 462/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de Agosto de 2026, ao Senhor, **JOSE LUCIO COUTINHO,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, **0000248/1** referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:FB124EC6

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 463/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de Agosto de 2026, ao Senhor, **JOSE ROBERTO FREIRE,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, **0000795/1** referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:F624A34B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 464/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de Agosto de 2026, ao Senhor, **ALESSANDRO GOMES DA SILVA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, **0002313/1** referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:EAEAB5FA

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 465/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO que o art. 30 da Lei Municipal nº 365/2010 assegura aos profissionais do magistério em exercício de regência de classe o direito ao gozo de 45 (quarenta e cinco) dias anuais de férias, distribuídos nos períodos de recesso, conforme o interesse da escola, não estabelecendo, contudo, datas fixas para sua fruição;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tinha o dever de reorganizar o calendário escolar para assegurar o cumprimento da carga horária mínima anual e dos dias letivos exigidos pela legislação educacional, compatibilizando o interesse público com a continuidade da prestação do serviço público de educação;

CONSIDERANDO que a legislação municipal confere à Administração Pública a competência para definir o período de gozo das férias dos profissionais do magistério, observadas as necessidades do serviço público, o calendário escolar e o interesse da Administração;

CONSIDERANDO que o entendimento firmado pela Segunda Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, no Recurso Inominado nº 0802513-75.2023.8.20.5107, reconheceu que compete à Administração Pública definir o momento da fruição das férias dos servidores, inexistindo previsão legal que atribua ao servidor a faculdade de escolher unilateralmente o período de seu gozo;

CONSIDERANDO por fim, que a atuação administrativa deve observar os princípios da legalidade, da continuidade do serviço público, da eficiência e da supremacia do interesse público, preservando simultaneamente os direitos dos servidores e a regular prestação do serviço educacional.

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, quinze (15) dias de férias, em 22 de junho de 2026, a senhora **RAINE DE LIMA CAVALCANTI**, servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula **0001111-2**, referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 22 de junho de 2026.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:B2A4369B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 466/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, três meses de Licença Prêmio, com início em 03 de agosto de 2026, ao senhor **NILSON VARELA DA SILVA**, servidor do quadro efetivo do município de Montanhas/RN, sob a matrícula **0003107-1**.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 03 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:C969630F

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 467/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, três meses de Licença Prêmio, com início em 03 de agosto de 2026, ao senhor **LUCIANO CORREIA DE LIMA**, servidor do quadro efetivo do município de Montanhas/RN, sob a matrícula **0002461/1.**

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 03 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:D8153B71

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 468/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder ao servidor abaixo indicado a (as) diária (as) correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... : CAMILA LIMA DE MEDEIROS
CPF..... :XXX.179.754--XX
Matrícula..... : 0001803
Quantidade..... :2/5 (duas meia) diárias
Valor R$..... : 400,00 (quatrocentos reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: SECULTRN (Re)Conexões - Programa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)
Período.....: 04/08/2026 a 05/08/2026
Lotação..... :Secretaria de Cultura.
Função..... : Secretária de Cultura.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 03 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:D32B7212

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 240/2026- GP

NOMEIA OS NOVOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CAE PARA O PERÍODO DE 04.08.2026 A 31.10.2027.

O PREFEITO DO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e a Lei Municipal nº 511, de 22 de outubro de 2010, e em consonância com a Resolução CD/FNDE Nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas abaixo relacionadas para compor o**CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MONTE AELGRE/RN.**

Representante do poder Executivo: a Sra. **DILIANE LEÃO GOMES POLICARPO – CPF: 064.***.*** - 16** (Titular), e a Sra. **RAQUEL DE GOIS GOMES BEZERRA** (Suplente) **CPF: 088.***.*** - 61 .**

Representante do Segmento da Educação:a Sra**. IRIS SIMONE DOS REIS - CPF: 030.***.*** - 98** (Titular), e a Sra. **ÂNGELA MARÍLIA FREITAS GALVÃO**(Suplente) **CPF: 049.***.*** - 70.**

E a Sra**. ELIZABETH PEDRO BEZERRA CPF: 323.***.*** - 70** (Titular), e a Sra. **DAISY GOMES DA SILVACPF: 090.***.*** - 02** (Suplente).

Representante Segmento de Pais de Alunos:a Sra.**LUCIVÂNIA BATISTA MIRANDA** (Titular) **CPF: 052.***.*** - 46**, e a Sra. **JÉSSICA LAÍS DE MORAIS FERREIRA**(Suplente) **CPF: 018.***.*** - 60.**

E a Sra.**MIDIAN RAYANA GOMES DE LIMACPF: 117.***.*** - 13** (Titular), e a Sra.**MARIA JOSÉ DE ARAÚJOCPF: 070.***.*** - 77** (Suplente).

Representante da Sociedade Civil - Associação de Desenvolvimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sitio Castanha:a Sra.**MARIA DAS DORES ALVES CPF: 066.***.*** - 88**(Titular), e a Sra.**JACIANE GOMES DE LIMACPF: 072.***.*** - 47** (Suplente).

Representante da Sociedade Civil - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Monte Alegre/RN: o Sr. **ALÉCIO ANANIAS DA SILVACPF: 096.***.*** - 16** (Titular), e o Sra. **THAISE FRANCISCA XAVIER DA SILVA CPF: 130 .***.*** - 00** (Suplente).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, 30 de julho de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Daiane Simões Araújo
Código Identificador:8F24741B

SECRETARIA MUN. TRAB. HABIT. E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº005 /2026

Aprova a Prestação de Contas dos recursos transferidos pelo FNAS e recursos próprios alocados no FMAS nos anos de 2024 e 2025 e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE ALEGRE/RN**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e pela Lei Municipal 273/1997 em reunião ocorrida no dia 29 de julho de 2026,
CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social é instância deliberativa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, responsável pelo controle social da política de assistência social no âmbito municipal;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB-SUAS), que estabelece as responsabilidades dos Conselhos de Assistência Social no acompanhamento e fiscalização da execução financeira dos recursos da assistência social;
CONSIDERANDO as disposições das Portarias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS nº 1041/2024, nº 1043/2024 e nº 1044/2024, bem como suas alterações, que tratam das regras e procedimentos para prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS;
CONSIDERANDO que a prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2024 e 2025, foi registrada no Sistema Agiliza SUAS, plataforma oficial do MDS destinada ao registro, análise e acompanhamento das prestações de contas do cofinanciamento federal da Assistência Social;
CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Monte Alegre/RN, contendo os relatórios financeiros e demais informações relativas à execução dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
CONSIDERANDO que os serviços, programas e benefícios foram executados, durante o exercício, de forma adequada, continuada, permanente e planejada.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do exercício financeiro de 2024 referente aos recursos executados pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do município de Monte Alegre/RN, incluindo os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, conforme demonstrativos registrados no Sistema Agiliza SUAS.
Art. 2º A aprovação refere-se aos recursos destinados ao financiamento das ações, serviços, programas, projetos e benefícios

socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, executados pelo município durante o exercício de 2025.
Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social declara ter realizado a análise das informações constantes no Sistema Agiliza SUAS, bem como da documentação apresentada pela gestão municipal, manifestando-se pela regularidade da execução dos recursos, sem prejuízo do acompanhamento permanente da política de assistência social.
Parágrafo único. As ações de fortalecimento do controle social financiadas com recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF deverão observar as diretrizes previstas no Plano de Aplicação definido por este CMAS, que trata da aplicação mínima dos recursos de que trata o caput.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Alegre/RN, 29 de julho de 2026.

PRISCILA AMORIM DE MELO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Daiane Simões Araújo
Código Identificador:D69B25C9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 102 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 102 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

DECLARA LUTO OFICIAL EM MONTE DAS GAMELEIRAS PELO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR, SENHOR MANOEL FELIX NETO.

O Prefeito Municipal de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor **MANOEL FELIX NETO**;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda do **EX-VEREADOR**, que prestou serviços relevantes para sociedade;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público Monte-Gameleirense, render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade.

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial no Município de Monte das Gameleiras/RN, por 03 (três) dias, contados desta data, pelo falecimento do ex-vereador **MANOEL FELIX NETO**.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município.

Monte das Gameleiras - RN, 03 de agosto de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:0C6931D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161/2026 – GP

PORTARIA Nº 161/2026 – GP

Dispõe sobre a homologação do Parecer CEF/CME nº 001/2026, que normatiza a Declaração de Transferência e de Vagas; Regime de Aprovação em Progressão Parcial (RAPP) e Avaliação da aprendizagem dos estudantes do 3º Ano Escolar do Ensino Fundamental I no âmbito do Sistema Municipal de Educação (Educação Básica) de Monte das Gameleiras/RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil/1988;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996;
CONSIDERANDO a Legislação educacional nacional e local vigente que trata da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o Parecer CEF/CME nº 001/2026, que ***normatiza a Declaração de Transferência e de Vagas; Regime de Aprovação em Progressão Parcial (RAPP) e Avaliação da aprendizagem dos estudantes do 3º Ano Escolar do Ensino Fundamental I no âmbito do Sistema Municipal de Educação (Educação Básica),*** como documento de referência a ser seguido pelas Unidades Escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Educação de Monte das Gameleiras/RN.
Art. 2º. Este Parecer CEF/CME nº 001/2026 homologado será apresentado e divulgado pelo Órgão Central da Educação Municipal a todos que fazem parte do Sistema Municipal de Educação para obterem conhecimento e efetivarem os direcionamentos necessários em cada função no contexto escolar.
Art. 3º. As informações contidas neste Parecer precisam ser comunicadas a toda comunidade escolar para conhecimento e tirar as dúvidas necessárias, para isso o Órgão Central da Educação municipal juntamente com as Unidades Escolares ficarão responsável de fazer esta ação.
Art. 4º. As orientações mais detalhadas constarão em Resolução do Conselho Municipal de Educação para ser efetivada em todo Sistema Municipal de Educação.
Art. 5º. O Órgão Central da Educação municipal buscará parceria e apoio para ofertar ações de formação continuada dos profissionais da educação que atuam diretamente com estas Atividades Administrativas e Pedagógicas para melhor atender aos estudantes e toda comunidade escolar.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 20 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:ED95CE56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163 DE 20 DE JULHO DE 2026-*REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 163 DE 20 DE JULHO DE 2026

Nomear os novos membros para compor o Fórum Municipal de Educação-FME do Município de Monte das Gameleiras/RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República e de acordo com a Lei Orgânica do Município e considerando os termos do Art. 1º do Decreto Municipal nº 030, de 30 de Novembro de 2023 que regulamenta o Fórum Municipal de Educação-FME conforme a Lei Municipal nº 453, de 22/08/2023,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear os novos membros titulares e suplentes para compor o Fórum Municipal de Educação-FME do Município de Monte das Gameleiras/RN.

I-Representantes do Poder Executivo Municipal:
Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Helmisson de Souza
Suplente: Amauri Viana Cavalcante da Silva

Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Gerson Emídio
Suplente: Joseli Bezerra Cavalcante da Silva

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Simone da Silva Avelar Felix
Suplente: José William Soares de Oliveira

II-Representantes do Conselho Municipal de Educação-CME:
Titular: Hosanete Maria Filho Silva
Suplente: Francisca Rodrigues Pereira do Nascimento

III-Representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal (Poder Legislativo):
Titular: Nicolau Miguel de Melo Neto
Suplente: Maria Rosinete Matias do Nascimento

IV-Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação-SINTE/RN:
Titular: Vilani Alves Feitosa de Carvalho
Suplente: Maria Veralúcia Pinheiro Rodrigues

V-Representantes dos Pais de Alunos da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Vilma de Souza Lemos
Suplente: Juscilene de Souza Leandro

VI-Representantes de Estudantes da Rede Municipal de Ensino:
Titular: João Paulo Ferreira da Silva
Suplente: José Hugo de Lima Domingos

VII-Representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social da Educação Básica do FUNDEB-CACS FUNDEB:
Titular: Maria Eponina Crizanto Pinheiro de Lima
Suplente: Marisete de Sousa

VIII-Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Aderi Bernardino de Souza Filho
Suplente: Josevânia do Nascimento Pontes Gomes

IX-Representantes da Sociedade civil organizada (Igreja Católica):
Titular: Francisca Adileuza de Pontes Costa
Suplente: Inaldi Cristina do Amaral Altnetter

X-Representantes da Educação do campo (escolas rurais):
Titular: Francisca Valterlândia Avelino de Sousa
Suplente: Rozeni Pereira do Nascimento

Art. 2° O Fórum Municipal de Educação terá 01 um(a) Coordenador(a), um(a) Vice-Coordenador(a) e um(a) Secretário(a), eleito(a)s e escolhido(a) entre seus pares respectivamente.

Parágrafo único-O mandato do FME é permanente, como preceitua os Arts. 1º e 5º deste Decreto Municipal nº 030, de 30 de novembro de 2023.

Art. 3° A finalidade do FME consta no Art. 2º deste Decreto Municipal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 116, de 18 de Abril de 2024.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

**Republicar por incorreção*

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:1A5FD09F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 106 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 106 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: SIMONE DA SILVA AVELAR FELIX
CPF: 070.XXX.XXX-88
Cargo/Emprego/Função: Secretária Municipal de Assistência Social

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Natal/RN	04 e 05.08.2026	250,00	**250,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento (serão duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.
Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:BFB2F127

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 107 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 107 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: ANGELA NETA DA SILVA OLIVEIRA
CPF: 099.XXX.XXX-77
Cargo/Emprego/Função: PSICÓLOGA DO CRAS

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
2 ½ diária	Natal/RN	03, 04 e 05/08/2026	150,00	375,00

Descrição do Objetivo / Serviços do deslocamento

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.
Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:5BE3EF85

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 108 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 108 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: MARIA LAIS DA SILVA DUARTE

CPF: 073.XXX.XXX-96

Cargo/Emprego/Função: COORD DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário R$	Valor Total R$
½ diária	Natal/RN	04 e 05/08/2026	**150,00**	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento (serão duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.

Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:8DFEB784

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 109 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 109 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO de MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: HILARIO JOSE MOREIRA
CPF 074******.46

Cargo/Emprego/Função: Assistente Social

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Natal /RN	03,04 e 05/08/2026	150,00	**225,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento (serão três meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.
Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:01F44146

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 110 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 110 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO de MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: ERNANDES DA SILVA LEMOS

CPF 121.XXX.XXX.57

Cargo/Emprego/Função: Auxiliar Administrativo

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
2 ½ diária	Natal /RN	03,04 e 05/08/2026	150,00	**375,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.
Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:634E9037

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 111 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 111 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: MACEANE DOS SANTOS
CPF: 011.XXX.XXX-05
Cargo/Emprego/Função: COORDENADORA DO CRAS

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (RS)	Valor Total (R$)
½ diária	Natal/RN	04 e 05/08/2026	150,00	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento (serão duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.
Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:23C6FEE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 112 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 112 DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: FRANCISCO ANDRIELE DA SILVA

CPF: 074.XXX.XXX-12

Cargo/Emprego/Função: Assistente Social da Secretária Mun. de A. Social

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (RS)	Valor Total (R$)
½ diárias	Natal/RN	03, 04 e 05/07/2026	150,00	**225,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento (serão três meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar do CAPACITASUAS 2026 – RIO GRANDE DO NORTE – POLO NATAL.
Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN.
Endereço: SETOR DE AULA V

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 31 de julho de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:7C607A5D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 117/2026 – DISPENSA 32/2026.

Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026. OBJETO: Contratação de empresa para publicações de atos administrativos em jornal de grande circulação no Estado do RN e no Diário Oficial da União - DOU. CONTRATADA: SEC PUBLICIDADE LTDA – CNPJ: 08.381.234/0001-38 – recursos orçamentários 2026, Elemento de Despesa: 339039, vigência: 12 meses – licitação; Dispensa de Licitação Nº 032/2026. P/ Contratada: André Luiz Trindade de Medeiros e Gustavo da Silva Santos – p/contratante.

Nísia Floresta, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:34A32BAF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 253/2026

Institui a Comissão Municipal de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2026 a 2036;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte – DCRN, que orientam a organização curricular das redes de ensino e asseguram os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;

CONSIDERANDO o Documento Base da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, que orienta os municípios na elaboração e institucionalização de suas políticas de alfabetização;

CONSIDERANDO o regime de colaboração entre a União, o Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Nísia Floresta para a implementação de políticas públicas voltadas à garantia do direito à alfabetização, conforme previsto na legislação educacional vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança da alfabetização no Município de Nísia Floresta, mediante a elaboração de uma Política Municipal de Alfabetização alinhada às diretrizes nacionais e estaduais, assegurando a continuidade das ações, a formação continuada dos profissionais da educação, o monitoramento das aprendizagens e a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Municipal de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização de Nísia Floresta/RN, com a finalidade de coordenar os estudos, elaborar a minuta da Política Municipal de Alfabetização e subsidiar sua institucionalização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º- Compete à Comissão Municipal de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização:

I – realizar estudos sobre a legislação, as diretrizes e os documentos orientadores da alfabetização em âmbito nacional, estadual e municipal;

II – elaborar o diagnóstico da alfabetização da Rede Municipal de Ensino;

III – elaborar a minuta da Política Municipal de Alfabetização, observando as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e do Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte;

IV – definir os princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e eixos estruturantes da Política Municipal de Alfabetização;

V – sistematizar as contribuições técnicas recebidas durante o processo de elaboração da política;

VI – promover, quando necessário, reuniões técnicas e momentos de escuta com representantes da Rede Municipal de Ensino;

VII – apresentar a minuta da Política Municipal de Alfabetização ao Secretário Municipal de Educação para encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação e às demais providências legais.

Art. 3º - A Comissão Municipal de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente
Gustavo dos Santos Fernandes – Secretário Municipal de Educação.
II – Coordenação Técnica
Sheyla Ferreira da Silva – Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
III – Membros
Luciene maria Monteiro da Silva Dantas – Coordenador(a) da Educação Infantil;
Micarla do Nascimento Moreira – Coordenadora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
Sandra Wanderley Pereira – Coordenador(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação;
Alexandre Reinaldo da Silva – Coordenador do setor de Inspeção da Secretaria Municipal de Educação;
Jailson Carlos da Silva Barbosa – Responsável pelo Setor Técnico-Administrativo e Sistemas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação;
Ana Sheila Marinho de Araújo– Representante dos Gestores Escolares da Rede Municipal de Ensino;
Olga Caroline Basílio Figueredo– Representante dos Professores Alfabetizadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. Os membros da Comissão serão designados por ato do Secretário Municipal de Educação.

Art. 4º- A Coordenação Técnica da Comissão será exercida pela Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, competindo-lhe:

I – coordenar os trabalhos da Comissão;
II – organizar o cronograma de atividades;
III – promover os estudos técnicos necessários;
IV – sistematizar as contribuições recebidas;
V – acompanhar a elaboração da minuta da Política Municipal de Alfabetização;
VI – assegurar o alinhamento do documento às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, do Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte e das demais normativas vigentes.

Art. 5º - A Comissão poderá convidar técnicos da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, representantes de instituições de ensino superior e demais especialistas para contribuir com estudos e discussões técnicas, sem integrar sua composição permanente.

Art. 6º - Concluída a minuta da Política Municipal de Alfabetização, o documento será submetido à apreciação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino para apresentação de sugestões e contribuições. Após a consolidação do texto final, será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para análise, emissão de parecer e deliberação, precedendo sua instituição por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - A Comissão terá o prazo de até **30 (trinta dias)**, contados da publicação desta Portaria, para concluir seus trabalhos e apresentar a minuta da Política Municipal de Alfabetização, podendo esse prazo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada.

Art. 8º - A participação na Comissão será considerada prestação de relevante interesse público e não ensejará qualquer tipo de remuneração adicional.

Art. 9º - Os casos omissos decorrentes da execução desta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 03 de agosto de 2026.

GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:D7E2B0A5

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 623002/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN**, através da Secretaria Municipal de Administração.
CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Município;
CONSIDERANDO o disposto do Inciso II artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal n° 002/2024, verbi:
Art. 75.É dispensável a licitação:
II- no caso de outros serviços e compras - valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE
DISPENSARa licitação, com fundamento no **Artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/21,** DISPENSAR, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, **o** seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RN, NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU. CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA,** em favor da Empresa: **SEC PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.381.234/0001-38,** estabelecida a Avenida Prudente de Morais, nº 744, Sala 1109, Tirol, Natal/RN – CEP: 59.020-510, no item 01 com valor unitário de R$ 42,00 (quarenta e dois reais) e no item 02 com valor unitário de R$ 54,00 (cinquenta e quatro reais), perfazendo o valor global de R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais). Prazo: 12 (doze) meses.
A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 623002/2026, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, o Prefeito Municipal de NÍSIA FLORESTA/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026,** para que este produza seus legais efeitos.
Publique-se.

NÍSIA FLORESTA/RN, em 03 de agosto de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:014E7370

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS
TERMO DE HABILITAÇÃO

TERMO DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0701009/2026

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o Edital de Credenciamento nº 002/2026, referente ao Processo Administrativo nº 0701009/2026, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços contínuos de fornecimento de mão de obra de apoio, em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Olho d'Água do Borges/RN;

CONSIDERANDO o Relatório de Análise da Documentação de Habilitação elaborado pela Comissão de Contratação, referente à sessão inicial de análise realizada em 03 de agosto de 2026, do qual constou a conclusão pela habilitação da empresa interessada, por ter atendido integralmente às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações previstas no Edital;

CONSIDERANDO a análise específica quanto à compatibilidade da participação de sociedade cooperativa com a natureza do objeto, realizada pela Comissão de Contratação nos termos do item 3.2.9 do Edital, da qual não resultou óbice à habilitação da interessada;

CONSIDERANDO que não houve necessidade de diligência, tampouco pendência documental a suprir;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar **HABILITADA**, para os fins do Edital de Credenciamento nº 002/2026, a empresa:

Razão Social: COOPERATIVA DE TRABALHO DE SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 40.713.342/0001-73

por ter atendido integralmente às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações previstas no Edital e no Termo de Referência.

Art. 2º A empresa habilitada passa a integrar a lista de credenciados do Edital de Credenciamento nº 002/2026, ocupando a 1ª (primeira) posição na ordem cronológica de credenciamento, nos termos do item 7 do Edital, por ser a única interessada que apresentou, até a presente sessão, documentação completa e regular.

Art. 3º Determinar a publicação do presente Termo e da relação de empresas habilitadas nos meios oficiais utilizados pelo Município, inclusive no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, iniciando-se, a partir da publicação, o prazo recursal de 3 (três) dias úteis previsto no item 11 do Edital.

Art. 4º A convocação da empresa habilitada para assinatura de contrato, emissão de nota de empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente observará a necessidade da Administração, a disponibilidade orçamentária e os demais critérios estabelecidos no Edital, não gerando o credenciamento direito subjetivo à contratação imediata.

Art. 5º Este Termo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 03 de agosto de 2026.

VANESSA FREITAS OLIVEIRA
Secretária Municipal do Planejamento, da Administração e Das Finanças

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:8E1224B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO 3.967/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 26/2026

A Pregoeira Municipal no uso das prerrogativas que lhes confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico n° 26/2026, visando a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE DENSITOMETRIA ÓSSEA E MAMÓGRAFO DIGITAL**, marcada para o dia 05/08/2026 às 08:00 horas, está **SUSPENSA**, em decorrência **DA APRECIAÇÃO DAS IMPUGNAÇÃO**. Após ser realizado os devidos ajustes, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo e-mail: licitacao@parelhas.rn.gov.br

Parelhas/RN, em 03 de Agosto de 2026.

NÁDIA NÉRI DE OLIVEIRA MACÊDO
Pregoeira/Agente de Contratação

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:690B2570

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 130/2024 CONCORRÊNCIA Nº 07/2024

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 130/2024 CONCORRÊNCIA Nº 07/2024

CONTRATADA: **CONTROL CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA.**
CNPJ: 07.933.604/0001-30**.**

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão da prorrogação do prazo do contrato Nº. 130/2024, em 12 (dose) meses, cujo objeto se refere a **"PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (ESTRADAS VICINAIS) DESTINADAS AO ESCOAMENTO PRODUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN"**, nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.

DAS JUSTIFICATIVA: O referido contrato possui natureza jurídica de **contrato por escopo**, caracterizado pela execução de objeto certo e determinado, cuja conclusão está vinculada ao cumprimento integral das metas físicas previamente estabelecidas, e não a um prazo fixo estritamente considerado. Nesse contexto, a necessidade de celebração do presente Termo Aditivo decorre de circunstâncias supervenientes verificadas durante a execução contratual, que impactaram o cronograma inicialmente previsto, sem, contudo, alterar a essência do objeto contratado. Tais circunstâncias podem envolver fatores técnicos, operacionais e/ou condições adversas que são comuns em obras de infraestrutura, especialmente em áreas rurais. Importante destacar que o aditamento proposto visa exclusivamente assegurar a plena execução do objeto contratual, garantindo o atendimento do interesse público, especialmente no que se refere à melhoria da mobilidade rural e ao fortalecimento do escoamento da produção local. No que se refere à dispensa de submissão à análise jurídica, ressalta-se que o presente aditivo não promove alterações substanciais nas cláusulas contratuais originárias, limitando-se a prorrogação de prazo em contrato por escopo, prática esta admitida pela jurisprudência e pela doutrina administrativa, quando devidamente justificada e motivada pela Administração Pública. Entende-se que o presente Termo Aditivo possui natureza meramente acessória e operacional, não exigindo, portanto, manifestação jurídica prévia, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade. Por fim, ressalta-se que a formalização do aditivo encontra respaldo no interesse público, garantindo a continuidade da execução contratual e a efetiva entrega dos benefícios esperados à população do Município de Parelhas/RN.

DATA DA ASSINATURA: 24 de outubro de 2025.
VIGÊNCIA: 24/10/2025 até 24/10/2026.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:FAEC490A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 103/2026 PROCESSO N° 3.919/2026 DISPENSA Nº 32/2026

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO N° 3.919/2026
DISPENSA Nº 32/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EXAMES VETERINÁRIOS.

Data da Assinatura: 31/07/2026.

Vigência: 31/07/2026 até 31/07/2027.

Contratante:

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Contratada:

ARAÚJO GOMES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº: 49.224.693/0001-95, estabelecida a Rua José Roque nº 160 – Dinarte Mariz - Parelhas/RN - CEP: 59360-000, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pela senhora ANNA ISABEL ARAÚJO GOMES DE ASSIS, inscrita no CPF sob n° 065. ***.***-31.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	EXAME DE TUBERCULOSE E BRUCELOSE	UNI.	100	R$ 195,00	R$ 19.500,00

FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.
AÇÃO: 2056 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DOS RECURSOS HIDRICOS, DA PESCA, DO MEIO AMBIENTE E DA DEFESA CIVIL.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:7A148C80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°256/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

PORTARIA n.°256/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO requerimento n.°41864/2026 apresentado pelo servidor (a), KERCIA MARIA DE LIMA LEITE matrícula n.°1205978 lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) KERCIA MARIA DE LIMA LEITE matrícula n.°1205978 o gozo de férias no período de 1/9/2026 A 15/9/2026 e de 16/11/2026 a 30/11/2026 perfazendo um total de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei Complementar n°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 3 de agosto de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:E2A28E7D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

O **MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN**, através de sua Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Licitatório nº 51/2026**, **na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE"**, **objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de exames destinado atender as demandas da saúde do município de Passagem/RN, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital**. A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **11h01min do dia 18 de agosto de 2026**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br/ e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua Senador Dinarte Mariz, nº 288, centro, Passagem/RN, no horário das 08h00min às 14h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis. Outras informações pelo e-mail licitacaopassagemrn@gmail.com

Passagem/RN, 03 de agosto de 2026.

IZABELLY CAMILO FERNANDES SILVA
Pregoeira da PMP/RN

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:E08E1799

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2025

OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato nº 067/2025, o qual tem como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura anual de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA
CNPJ: 07.797.967/0001-95
ORIGEM: Inexigibilidade nº 023/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 04 de agosto de 2026 à 03 de agosto de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/21
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Passagem/RN, 03 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Wedna Maria Tavares Mendonça de Araújo
P/ CONTRATADA: Rudimar Barbosa dos Reis

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:0BB560A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 55/2026 POR INCORREÇÃO

Portaria nº 55/2026

Dispõe sobre a nomeação de membros substitutos do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Passagem/RN e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município.
R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros substitutos do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Passagem para completar o mandato do período de 2023 a 2026.

I – Representantes do Poder Executivo
Titular: FABIANA BEZERRA DO NASCIMENTO
Suplente: ELIENE AMÂNCIO LIMA

II – Representantes do Poder Executivo - Secretaria Municipal de Educação
Titular: GEMERSON DA SILVA
Suplente: EDILSON AMÂNCIO LIMA

III – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública
Titular: MARIA JOSÉ GOMES
Suplente: PEDRO VINICIUS DE SOUZA
Suplente: PRISCILA PEREIRA DA SILVA

IV - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas
Titular: RODOLFO CAMILO MASCENA
Suplente: MARIA LUCINALVA DO NASCIMENTO

V - Representantes do Conselho Municipal da Educação
Titular: ELIETE VENÂNCIO DA SILVA

VI - Representantes dos Pais de Alunos
Titular: JESSICA VITÓRIA BERNARDO
Suplente: EDINALVA DA SILVA
Suplente: ANDREIA WENYA DA SILVA FERREIRA CHAVES

VII - Representantes da Sociedade Civil
Titular: VANUZA EUNICE DE OLIVEIRA
Suplente: THAYS MANUELLE FELIX BEZERRA

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passagem/RN, 17 de abril de 2026.

Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:E9A0F2B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais previstas na nova Lei Orgânica do Município de Patu,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear **ANTÔNIA NEYARA DE OLIVEIRA BRAGA**, brasileira, portadora do CPF Nº 064.893.244-31, para o Cargo em Comissão CC III – **Chefe de Gabinete, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde,** do quadro de pessoal desta Prefeitura.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 03 de agosto de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:6116BB7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ARP VISANDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025
PREGÃO SRP Nº 005/2025
ARP N° 011/2025

Primeiro Termo Aditivo à ARP Visando o Fornecimento de combustíveis, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU, CNPJ/MF Nº 08.349.078/0001-28, com sede a Avenida Antônio Suassuna nº 54 Patu/RN, representada neste ato por **EDNARDO BENÍGNO DE MOURA**, brasileiro, solteiro, com endereço na Rua Antônio de Lima, nº 207, centro, Patu/RN, CPF nº 077.222.574-53, doravante **ORGÃO GESTOR**, e do outro lado **AUTO POSTO SERRANO LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.699.131/0001-95, com sede na Rua R MARIA HENRIQUE GODEIRO DA SILVA, Nº 731, ESTAÇÃO, PATU/RN, CEP: 59.770-000, neste ato representado pela Sra. MARLLYOLLANDA ROSSY DANTAS FORTE DE HOLANDA - CPF: 052.971.304-76, doravante **BENEFICIÁRIO DA ARP**, resolvem **ADITAR** o pacto celebrado nas condições constantes neste **Primeiro Termo Aditivo à ARP** visando o **Fornecimento de combustíveis, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN**, conforme o disposto na **ARP nº 011/2025, Processo nº 028/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Da fundamentação legal: O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições constantes no art. 84 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

Da data e local de assinatura: Lavrado e assinado em Patu/RN, aos 03 (três) dias do mês de Junho de 2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto **aditivar** a **ARP n° 011/2025**, Visando o **Fornecimento de combustíveis, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN**, na forma como especificado na **ARP nº 011/2025**, **Processo nº 028/2025**, condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ante a necessidade de continuidade no fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: Em decorrência deste, a vigência da **ARP n° 011/2025**, fica prorrogada de 04 de Junho de 2026 à 04 de Junho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente termo aditivo.

E, por estarem assim acordados em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Termo Aditivo, a **PREFEITURA**, e o(a) **BENEFICIÁRIO DA ARP** assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para uma única finalidade, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Patu/RN, 03 de Junho de 2026.

EDNARDO BENÍGNO DE MOURA
CPF/MF Nº 077.222.574-53
Prefeito Municipal– P/ Gestor

AUTO POSTO SERRANO LTDA
CNPJ nº 06.699.131/0001-95
Beneficiária

Testemunhas:

1º) _____
NOME.:
CPF....:

2º) _____
NOME.:
CPF....:

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:3CC5345A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2025
ADESÃO Nº 005/2025
CONTRATO N° 036/2025

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica, diagramação e serigrafia com vistas à confecção de cartazes, folders, banners, backdrop, dedalhas, troféus, diplomas, faixas, fitas personalizadas, placas informativas, camisetas de identificação e demais serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU, CNPJ/MF Nº 08.349.078/0001-28, com sede a Avenida Antônio Suassuna nº 54

Patu/RN, representada neste ato por **EDNARDO BENÍGNO DE MOURA**, brasileiro, solteiro, com endereço na Rua Antônio de Lima, nº 207, centro, Patu/RN, CPF nº 077.222.574-53, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado **GRID COMUNICACAO VISUAL, SINALIZACAO E EVENTOS LTDA**, com registro na Junta Comercial sob o nº 24200912721, inscrita no CNPJ nº 27.997.819/0001-21, com sede na Rua Rodrigo Rodrigues de Gois, nº l0l, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN - CEP: 59.625-521, representada pela Sra. **PATRÍCIA RAMOS DA CUNHA FROTA**, brasileira, empresária, residente e domiciliada a Rua Zélia Rodrigues Rocha Bezerra, 190, apto 501, Bairro Presidente Costa e Silva, CEP: 59.625-627, Mossoró/RN, portadora do CPF nº 046.800.784-99, CNH nº 02451814017 DETRAN/RN, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:, de agora por diante denominado simplesmente CONTRATADA, sob as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123 e pela conveniência e necessidade administrativa, resolvem ADITAR o pacto celebrado nas condições constantes neste **Primeiro Termo Aditivo** ao contrato Visando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica, diagramação e serigrafia com vistas à confecção de cartazes, folders, banners, backdrop, dedalhas, troféus, diplomas, faixas, fitas personalizadas, placas informativas, camisetas de identificação e demais serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN, conforme o disposto na **Adesão nº 005/2025**, **Processo nº 046/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Da fundamentação legal: O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições constantes da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123.

Da data e local de assinatura: Lavrado e assinado em Patu/RN, aos 02 (Dois) dias do mês de Julho de 2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto **aditivar** o Contrato, Visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica, diagramação e serigrafia com vistas à confecção de cartazes, folders, banners, backdrop, dedalhas, troféus, diplomas, faixas, fitas personalizadas, placas informativas, camisetas de identificação e demais serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN, na forma como especificado na **Adesão nº 005/2025**, **Processo nº 046/2025**, condições previstas no art. 107, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, ante a necessidade de continuidade na prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: Em decorrência deste, a vigência do contrato n° **036/2025** fica prorrogada de 03 de Julho de 2026 à 03 de Julho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente termo aditivo.

E, por estarem assim acordados em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Termo Aditivo, a PREFEITURA, e o(a) CONTRATADO(A) assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para uma única finalidade, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Patu/RN, 02 de Julho de 2026.

EDNARDO BENÍGNO DE MOURA
CPF/MF Nº 077.222.574-53
Prefeito Municipal – P/ Contratante

GRID COMUNICACAO VISUAL, SINALIZACAO E EVENTOS LTDA
CNPJ nº 27.997.819/0001-21
Contratada

Testemunhas:

1º) _____
NOME.:
CPF....:

2º) _____
NOME.:
CPF....:

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:6CB1989E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 05/2026

Dispõe sobre o horário de realização das reuniões de pais e responsáveis nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Patu e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATU, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a importância da participação das famílias no acompanhamento do desenvolvimento educacional dos estudantes;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar o diálogo com a comunidade escolar e a continuidade das atividades pedagógicas;

CONSIDERANDO que a interrupção total das aulas pode prejudicar o cumprimento da carga horária letiva e o desenvolvimento dos conteúdos curriculares;

RESOLVE:

Art. 1º As reuniões de pais e responsáveis nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Patu serão realizadas no segundo horário de aula de cada turno, após o intervalo, mantendo-se o primeiro horário exclusivamente para atividades letivas regulares.

Art. 2º A definição do horário previsto no art. 1º tem por finalidade assegurar a continuidade das aulas durante parte do turno escolar, evitando a suspensão integral das atividades e reduzindo possíveis prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem.

Art. 3º Compete à gestão de cada unidade escolar organizar o cronograma das reuniões, observando o disposto nesta Portaria e garantindo a devida e prévia comunicação aos pais e responsáveis.

Art. 4º As unidades escolares deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, até o início do ano letivo ou no prazo por ela estipulado, o Calendário Anual de Reuniões de Pais e Responsáveis, contendo as datas e os horários previstos para cada reunião.

Parágrafo único. Qualquer alteração no calendário deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Educação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante justificativa apresentada pela gestão escolar.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patu (RN), 03 de agosto de 2026.

MILENA CELÂNDIA RODRIGUES SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:7A48AC0F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
AVISO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

AVISO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

Aviso de Edital de Pregão Eletrônico nº 010/2026, Processo nº 1998/2026, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DO RAMO PERTINENTE PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (NOTEBOOKS EDUCACIONAIS) DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PEDRA PRETA/RN, VISANDO FORTALECER AS AÇÕES PEDAGÓGICAS, PROMOVER A INCLUSÃO DIGITAL, AMPLIAR O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência deste edital. Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da abertura: 14/08/2026 às 10:01h. Legislação aplicável: Lei nº 14.133/21. Decreto nº 10.024/19. Lei Complementar n° 123/06 e subsidiárias. Local: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Todos os esclarecimentos ou dúvidas poderão ser solicitados pelo Site www.portaldecompraspublicas.com.br.
Disponibilidade do edital:
www.portaldecompraspublicas.com.br
http://licitafacil.tce.rn.gov.br
cplpedrapreta@gmail.com

Pedra Preta/RN, 03 de agosto de 2026.

FRANCISCO VITORIANO RODRIGUES DO NASCIMENTO
Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:952755B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma diária e maia ao senhor **VENCERLAU ROMULO F FERNANDES**, Matricula: 1295, ocupante do Cargo de Secretário de Tributos deste Município, sendo o valor total de uma diária R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Natal/RN, nos dias 04 e 05 de agosto de 2026, para participar do (RE) CONEXÕES - programa do Instituto Brasileiro de Museus-Ibram.

Pedra Preta/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:93EA1304

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma diária e maia a senhora **ELIANE DA SILVA CAVALCANTE**, Matricula: 1331, ocupante do Cargo de SECRETARIO ADJUNTO DE CULTURA deste Município, sendo o valor total de uma diária R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Natal/RN, nos dias 04 e 05 de agosto de 2026, para participar do (RE) CONEXÕES - programa do Instituto Brasileiro de Museus-Ibram.

Pedra Preta/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:5BD129DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - **ANULAR** Portaria Nº **097/2026** que concedeu meia diária a senhora **EDICLEIDE CRISTINA DE SOUZA**, Matricula: 1381, ocupante do Cargo de COORDENADOR(A) DE MEIO AMBIENTE**,** em decorrência de motivos maiores.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos legais a data 27 de julho de 2026**, data que foi publicada a diária, revogadas as disposições em contrário.

Pedra Preta/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:7CB34EC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 815/2026

O Município de Pedro Avelino/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação do objeto abaixo descrito.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de cilindros e recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) – P45, destinados ao abastecimento dos seis boxes do Mercado Público Municipal de Pedro Avelino/RN, visando assegurar o regular funcionamento das atividades comerciais desenvolvidas no local, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
Recebimento das Propostas: As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
Período para apresentação das propostas:
Início: 04/08/2026, às 09h00;
Encerramento: 07/08/2026, às 09h00.

As propostas deverão ser cadastradas exclusivamente por meio do **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br).
Critério de Julgamento: Menor preço global.
Habilitação: A documentação de habilitação será exigida apenas do fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme o **Aviso de Contratação Direta** e o **Termo de Referência**.
O **Aviso de Contratação Direta**, o Termo de Referência e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal de Compras Públicas, no PNCP e no Portal da Transparência do Município.

Pedro Avelino/RN, 03 de agosto de 2026.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2026

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:0BC6B0A8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): MARIA CRISTINA GALDINO DE SOUZA, inscrito(a) no CPF nº 046.902.994-39.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e MARIA CRISTINA GALDINO DE SOUZA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:301636A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): MARIA EDUARDA PINHEIRO DE OLIVEIRA, inscrito(a) no CPF nº 114.736.854-60.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 39.545,60 (trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e MARIA EDUARDA PINHEIRO DE OLIVEIRA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:BAE9502F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): IGO GUSTAVO FERREIRA DE ARAÚJO, inscrito(a) no CPF nº 118.474.904-33.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 39.998,61 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e IGO GUSTAVO FERREIRA DE ARAÚJO, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:CD21E9AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): FABIOLA MELO DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF nº 120.987.994-89.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 39.981,96 (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.

SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e FABIOLA MELO DOS SANTOS, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:24F4D4B1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): CARLITO PEREIRA DA SILVA CÂMARA, inscrito(a) no CPF nº 097.900.734-88.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 39.940,80 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e CARLITO PEREIRA DA SILVA CÂMARA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:F7D66306

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): IELMA DANTAS GOMES LISBOA, inscrito(a) no CPF nº 096.817.974-69.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 26.081,50 (vinte e seis mil, oitenta e um reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e IELMA DANTAS GOMES LISBOA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:1174B6CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): IRENEIDE DANTAS GOMES, inscrito(a) no CPF nº 037.841.594-89.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 27.249,00 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta e nove reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e IRENEIDE DANTAS GOMES, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:2BA404D1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): ISLAINE DANTAS GOMES DA SILVA, inscrito(a) no CPF nº 097.780.104-71.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 32.745,74 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e ISLAINE DANTAS GOMES DA SILVA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:F702AA77

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA, inscrito(a) no CPF nº 071.500.844-78.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 36.330,74 (trinta e seis mil, trezentos e trinta reais e setenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:56999B20

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026.

CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADO(A): MARIA EUNICE GALDINO DE SOUZA, inscrito(a) no CPF nº 054.887.034-97.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e especificações constantes da Chamada Pública nº 002/2026, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.
VALOR GLOBAL: R$ 39.265,00 (trinta e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observada a execução parcelada do objeto conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com alterações das Resoluções CD/FNDE nº 20/2020 e nº 21/2021; Lei Federal nº 14.133/2021; e Chamada Pública nº 002/2026.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Edi Carlos Alexandre de Souza Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e MARIA EUNICE GALDINO DE SOUZA, pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:C4B98B84

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 690, DE 03 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 690, DE 03 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **28 de Julho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4B89AB6E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 691, DE 03 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 691, DE 03 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **30 de Julho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem

como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:FAACFF7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
037 - DECRETO DE REMANEJAMENTO 1180 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1180 , DE 03 DE agosto DE 2026

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o
art.13, da Lei nº 608 de 01/07/2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o
exercício de 2026.
DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias
aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito
adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites
dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº608, de 01 de julho
de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PORTALEGRE, 03 de agosto de 2026

_____

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
Ficha: 248 12.365.0026.2169.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSIN 20.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 20.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
Ficha: 275 12.365.0026.2227.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
Ficha: 276 12.365.0026.2227.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO -10.000,00
3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTIC

TOTAL DAS ANULAÇÕES

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:B28DDFD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 230702/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 230702/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23070002/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 230702/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO RIACHO DA CRUZ/RN.
CONTRATADO: D F DE S SILVA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.04.599.190/0001-66
OBJETO: Aquisição de Kits Natalidade, destinados à concessão de benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Riacho da Cruz/RN, mediante parecer técnico emitido pela equipe de referência da Proteção Social Básica, em conformidade com a legislação vigente e a política de assistência social.
VALOR TOTAL: 16.791,00 (DEZESSEIS MIL E SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Riacho da Cruz/RN, 03/08/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:5C18F92E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 230702/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 230702/2026

O Município de Riacho da Cruz/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 230702/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Aquisição de Kits Natalidade, destinados à concessão de benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Riacho da Cruz/RN, mediante parecer técnico emitido pela equipe de referência da Proteção Social Básica, em conformidade com a legislação vigente e a política de assistência social, pelo valor de R$ 16.791,00 (DEZESSEIS MIL E SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS), em favor de D F DE S SILVA, Inscrito no CNPJ/MF sob o nº.04.599.190/0001-66.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz/RN, 03/08/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:4D225D0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 PROCESSO ADM: Nº 30060014

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
Processo Adm: Nº 30060014

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.188.890,04 (um milhão e cento e oitenta e oito mil e oitocentos e noventa reais e quatro centavos): MIRAGEM ATACAREJO LTDA (11939808000155) com os lotes: 5, 9, 12, 18, 21, 24, 31, 34, 40, 43, 57, 60, 63, 66, 69, 75, 79, 82, 88, 89, 98, 104, 109, 115, 117 no valor total de R$ 161.778,48 (cento e sessenta e um mil e setecentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos). FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE (24594947000136) com os lotes: 3, 8, 23, 39, 48, 56, 62, 67, 71, 81, 103, 106 no valor total de R$ 59.117,60 (cinquenta e nove mil e cento e dezessete reais e sessenta centavos). MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401 (32352800000168) com os lotes: 2, 4, 16, 44, 45, 46, 84, 85 no valor total de R$ 107.228,24 (cento e sete mil e duzentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos). SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA (70046685000192) com os lotes: 13, 19, 41, 64, 70, 93, 99, 110 no valor total de R$ 111.625,72 (cento e onze mil e seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos). FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA VAREJISTA (70321492000100) com os lotes: 6, 14, 20, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 54, 55, 61, 77, 87, 108, 116 no valor total de R$ 153.602,88 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos e dois reais e oitenta e oito centavos). FR COMERICO E SERVIÇO (50719967000104) com os lotes: 1, 7, 10, 11, 15, 17, 26, 33, 35, 36, 38, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 65, 68, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 83, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 105, 107, 111, 112, 113, 114 no valor total de R$ 595.537,12 (quinhentos e noventa e cinco mil e quinhentos e trinta e sete reais e doze centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133/2021, e suas alterações, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RIACHO DA CRUZ (RN), 3 de agosto de 2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:87877280

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 300701/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 300701/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando à Contratação de serviços para fornecimento de acesso ao West Acqua Park, localizado no município de Umarizal/RN, incluindo refeição, destinado aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), participantes dos grupos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Riacho da Cruz/RN, bem como aos profissionais da referida Secretaria que atuarão como acompanhantes durante a realização da atividade socioeducativa e de integração.

Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de R$ 10.500,00 (DEZ MIL E QUINHENTOS REAIS), correspondentes à contratação acima solicitada, conforme especificações constantes da Proposta Orçamentária.

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Inexigível, Art. 74, Inciso I, LEI Nº 14.133/21 da lei 14.133/21 e alterações subseqüentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74.*É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
....

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação dos serviços ora pretendida deve ser efetuada diretamente à empresa ACQUA PARK E RESORT HOTEL LTDA, compreendendo todos os serviços inerentes na proposta de preço.

RIACHO DA CRUZ/RN,30/07/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:AF1E7EFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Prestação dos Serviços com fornecimento de sistema fotovoltaico e instalação em telhados e/ou solo dos prédios e iluminação pública deste município de Riacho de Santana–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão Registro de Preços nº AD00001/2026 - Ata de Registro de Preços nº 001/2024, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 0001/2024, realizado pelo Consórcio Regional Metropolitano de Resíduos Sólidos de Alagoas. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2.2000.2213.25.752.31.1.16 – Construção, Instalação e montagem de Usina de geração de Energia Fotovoltáica (ENERGIA SOLAR) 3.3.90.51.00 Obras e Instalações. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e: CT Nº 02190/2026 - 19.02.26 - COESA - CORPO DE OBRAS, ELETRIFICACOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - R$ 1.914.572,90.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:80F7B808

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO - ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00003/2026

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)
Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão Registro de Preços nº AD00003/2026, que objetiva: Fornecimento de 01 Trator Agrícola Cabinado 110 cv para melhoria da infraestrutura produtiva em apoio aos produtores rurais no município de Riacho de Santana/RN; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: SOLUCAO PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - R$ 181.990,00.

Riacho de Santana - RN, 28 de Julho de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:159F91EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 345/2026 RIACHO SANTANA/RN, 31 DE JULHO DE 2026. - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 345/2026 RIACHO SANTANA/RN, 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 31 de julho de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:BF99F85F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 346/2026 RIACHO SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 346/2026 RIACHO SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDSON SILVA FREIRE**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 2 de agosto do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 3 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:767EFEEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 347/2026 RIACHO SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 347/2026 RIACHO SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 3 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:2F97F9A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 030/2026 RIACHO DE SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N.º 030/2026 RIACHO DE SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º Exonerar a Senhora **JESSICA DAYANA FERNANDES LEMOS**, do cargo de COORDENADORA DO CADASTRO UNICO DO MUNICÍPIO.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 3 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:AEF61CDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 012/2026-CMDCA RIACHO DE SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 012/2026-CMDCA RIACHO DE SANTANA/RN, 3 DE AGOSTO DE 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
Criado pela Lei Federal nº 8.069/1990 e Lei Municipal nº 312/2019

Dispõe sobre a homologação da eleição e posse da nova Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Riacho de Santana/RN, e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Lei Municipal nº 312/2019;

CONSIDERANDO a necessidade constante de fortalecimento do controle social e do funcionamento institucional do colegiado encarregado da salvaguarda dos direitos infantojuvenis no Município;

CONSIDERANDO as disposições expressas do Regimento Interno do CMDCA relativas à composição, renovação, mandato e funcionamento de sua Mesa Diretora;

CONSIDERANDO o encerramento do mandato de 02 (dois) anos de gestão sob a Presidência de representante governamental e a consequente necessidade de observância do princípio fundamental da alternância paritária entre os segmentos da Sociedade Civil e do Poder Público Governamental na direção do Conselho;

CONSIDERANDO o resultado do sufrágio realizado na Reunião Extraordinária do CMDCA ocorrida no dia 30 de julho de 2026, devidamente consignado em ata aprovada pelo colegiado;
RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da eleição da nova Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Riacho de Santana/RN, realizada em Reunião Extraordinária no dia 30 de julho de 2026.

Art. 2º DECLARAR ELEITAS E EMPOSSADAS, para a condução dos trabalhos da Mesa Diretora deste Colegiado no mandato referente ao período de julho de 2026 a julho de 2027, permitida a prorrogação nos termos regimentais, as seguintes conselheiras:
I – PRESIDENTE: DÉBORA ALVES DE SÁ (Representante da Sociedade Civil / Profissionais da área da infância e adolescência);
II – VICE-PRESIDENTE: MARIA CECÍLIA NERIS CARVALHO (Representante da Sociedade Civil / Criança e/ou adolescente atendidos).
Art. 3º As representantes eleitas passam a exercer imediatamente todas as atribuições regimentais, administrativas e de representação legal inerentes aos respectivos cargos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e produzindo seus efeitos jurídicos e administrativos a partir de 30 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Riacho de Santana/RN, 3 agosto de 2026.

THALES ALDEIDE MOIZEIS GALDINO
Presidente do CMDCA
(Gestão Biênio 2024–2026)

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:3EA69A6A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

Termo de adesão a Ata de Registro de Preços nº 007/2026 Gerenciada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005/2026.

O Prefeito do Município de Riachuelo/RN no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 86, § 2°, incisos: I, II e III, da Lei Federal n° 14.133/2021, torna público à adesão, em 24,35% do Lote 01 (itens 01 e 02) dos quantitativos da Ata de Registro de Preços nº 007/2026, Gerenciada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005/2026, em que foram registrados os preços da empresa: **BPC ENERGIA, INFRAESTRUTURA E CARBONO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.811.273/0001-20, com sede na Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1.560, Sala 1607, Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP 66.055-200**, cujo objeto é a: futura e eventual contratação de serviços comuns de engenharia, compreendendo a elaboração de estudos de viabilidade, projetos executivos, fornecimento, instalação, operação, manutenção e demais serviços relacionados aos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, no Município.

Riachuelo/RN, 03 de agosto de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:9D2552DD

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026 GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026.

Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica do Município, opinando favoravelmente com a adesão, em 24,35% do Lote 01 (itens 01 e 02) dos quantitativos da Ata de Registro de Preços nº 007/2026, Gerenciada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005/2026, em que foram registrados os preços da empresa: **BPC ENERGIA, INFRAESTRUTURA E CARBONO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.811.273/0001-20, com sede na Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1.560, Sala 1607, Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP 66.055-200**, cujo objeto é a: futura e eventual contratação de serviços comuns de engenharia, compreendendo a elaboração de estudos de viabilidade, projetos executivos, fornecimento, instalação, operação, manutenção e demais serviços relacionados aos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, no Município, de acordo com o Art. 86, § 2°, incisos: I, II e III, da Lei Federal n° 14.133/2021, conforme descritivo abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade (KWp)	Valor Unitário (R$/KWL)	Valor Total (R$/KWL)
01	FORNECIMENTO & INSTALAÇÃO (COM ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE, PROJETOS EXECUTIVOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS/INSUMOS E MÃO DE OBRA) DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO (EM COBERTURA OU SOLO).	Serviço	380	R$ 6.390,91	R$ 2.428.545,80
02	OPERAÇÃO & MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO PARA O PERIODO DE 12 MESES. (EM COBERTURA SOLO)	Serviço	380	R$ 212,75	R$ 80.845,00

Riachuelo/RN, 03 de agosto de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:CBF1496A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

RODOLFOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RODOLFO FERNANDES
PORTARIA N° 021/2026

Dispõe sobre a Exoneração do(a) Diretor(a) de Previdência do Instituto de Previdência Própria de Rodolfo Fernandes – RODOLFOPREV, e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DO FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas nos incisos XIV, XV, do art. 8, da Lei Municipal de 429/2011.
RESOLVE:
Art. 1º. – Exonerar o Sra. **Maria Raquel Angelico Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG X.XXX.596 – SSP/RN e CPF: XXX.025.XXX-69**, da função de **Diretor(a) de Previdência do Instituto de Previdência Própria de Rodolfo Fernandes – RODOLFOPREV.**
Art. 2°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Rodolfo Fernandes/RN, 03 de agosto de 2026

JOSÉ CAVALCANTE JUNIOR
CPF: XXX.159.XXX-20
Presidente do Instituto RODOLFOPREV

Publicado por:
José Cavalcante Junior
Código Identificador:88D2ECC1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
DECISÃO COMISSÃO ESPORTIVA DISCIPLINAR – 2ª INSTÂNCIA PROCESSO Nº 02/2025

A Comissão Esportiva Disciplinar – 2ª Instância, em sessão realizada em 30 de julho de 2026, julgou o recurso interposto pelo Instituto Educacional Santa Cruz – IESC contra decisão da Comissão Disciplinar dos V Jogos Escolares de Santa Cruz, que aplicou penalidades decorrentes de infração disciplinar relacionada aos fatos ocorridos antes da partida final da modalidade futsal mirim masculino.

Por unanimidade, a Comissão conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, para:

I – Manter o reconhecimento da responsabilidade disciplinar do Instituto Educacional Santa Cruz – IESC;

II – Manter a suspensão aplicada ao Sr. José William Medeiros dos Santos;

III – Substituir a multa pecuniária de R$ 2.000,00 e a suspensão da equipe de futsal mirim por medida socioeducativa consistente na entrega de cinco cestas básicas, no valor mínimo de R$ 100,00 cada, destinadas à entidade beneficente indicada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante comprovação perante a Comissão Disciplinar, sob pena de restabelecimento automático das penalidades originalmente impostas;

IV – Manter a advertência aplicada à instituição;

V – Manter a anulação da partida e os respectivos efeitos esportivos.

Santa Cruz/RN, 30 de julho de 2026.

STHEFANY GABRIELLA DOS SANTOS COSTA
Presidente da Comissão Esportiva Disciplinar – 2ª Instância

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:0638B331

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1550/2026 - GC/PMSC

Concessão de redução de jornada de trabalho de servidor, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o teor do Laudo Pericial emitido pelo Médico/Neurologista e o Parecer Social das Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde - eMulti, que atesta a necessidade de assistência direta, permanente e indispensável da servidora ao seu dependente;

CONSIDERANDO os preceitos constitucionais de proteção à família, à Saúde e à Dignidade da Pessoa Humana (Art. 6º e Art. 226 da Constituição Federal), bem como a **Lei Municipal nº 836/2021**, regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 2.125/2025**, que dispõe sobre a concessão de horário especial ao Servidor Público Municipal;

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **PATRICIA FIRMINO MAIA** protocolado na Secretaria Municipal de Administração, solicitando redução de sua jornada de trabalho, que deu origem ao Processo Administrativo nº 135/2021;

CONSIDERANDO parecer Jurídico favorável ao pedido da servidora;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder Redução de Jornada de Trabalho a pedido da servidora efetiva **PATRICIA FIRMINO MAIA**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, Matrícula: **011000-0**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração, com redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária.

Parágrafo Único: à servidora deverá comunicar à Administração qualquer fato modificativo da condição ensejadora do afastamento;
Art. 2º O benefício concedido por esta Portaria é vinculado ao tratamento e à assistência do dependente/irmão ADRIANO FIRMINO MAIA, inscrito no CPF sob o nº 015.656.184-08, conforme especificações do laudo médico anexado aos autos do processo administrativo acima**.**

Art. 3º À servidora beneficiária fica obrigada a comunicar imediatamente ao setor de Recursos Humanos desta Prefeitura, qualquer alteração que importe na cessação do motivo determinante desta concessão, sob pena de responsabilização administrativa e legal**.**

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos adotará as providências decorrentes do presente ato, inclusive no que se refere aos registros, anotações e comunicações legais.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:A6413A31

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1551/2026 - GC/PMSC

Concessão de Licença Maternidade, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 571/2009;

CONSIDERANDO o Atestado médico, oriundo da Unidade Básida de Saúde/Centro;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder à **WILNARA NEYRELLE DAMASCENO DE SOUTO**, **A.S.G**, matrícula nº. **1537580-2**, vinculada ao Quadro de Pessoal Temporário da **Secretaria Municipal de Educação,** os benefícios da Lei Municipal nº. 571/09, que trata da **LICENÇA-MATERNIDADE**, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, iniciado em ***03 de agosto de 2026*** com término em ***29 de janeiro de 2027***.

Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, à Servidora deverá retornar imediatamente as suas funções laborativas, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.

Art. 3º - Dê-se ciência à interessada, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor no ato de sua publicação**.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:D397B1BA

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1552/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a renovação da cessão de servidor público municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o interesse manifestado pelo órgão/entidade cessionário por meio do Expediente oriundo da Prefeitura Municipal de Campo Redondo/RN;

CONSIDERANDO que continuam presentes os pressupostos de conveniência e oportunidade para a administração pública;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Jurídica deste Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Prorrogar/Renovar a cessão do servidor *PEDRO HAMILTON AZEVEDO DOS SANTOS*, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia, Matrícula: 0072524-1.

Art. 2º A renovação da cessão dar-se-á pelo prazo de 02 (dois) ano, com início em 24 de abril do corrente ano e término em 24 de abril de 2028, podendo ser revogada ou encerrada a qualquer tempo por ato unilateral da autoridade competente.

Art. 3º O ônus referente à remuneração e aos encargos sociais do servidor cedido continuará a cargo desta Prefeitura Municipal.

Art. 4º - O Servidor deverá apresentar-se ao órgão de origem imediatamente após o término do prazo estipulado no Art. 2º, caso não haja nova prorrogação formalizada.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:8D8AA328

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250199/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2026, com início no dia 18 de junho de 2026 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, em favor da empresa relacionada a seguir: FORZA DISTRIBUIDORA LTDA-CNPJ: 46.135.499/0002-26, saiu vencedora no item: 01; totalizando o valor de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 28 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:142092B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250204/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº

29/2026 com início no dia 22 de junho de 2026 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE PLACAS DE NOMENCLATURA DE LOGRADOUROS E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL, DESTINADAS À IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, ORIENTAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA E DIRECIONAMENTO DO TRÂNSITO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO CONTRAN, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, em favor das empresas relacionadas a seguir: ARTSTICKER COMUNICACAO VISUAL EIRELI- CNPJ: 35.210.098/0001-96, saiu vencedor nos itens: 01, 02; totalizando o valor de R$ 184.700,00 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos reais). PREVIEW PROMOCOES E EVENTOS LTDA- CNPJ: 09.584.060/0001-73, saiu vencedor nos itens: 03, 04, 05, 06, 07 ; totalizando o valor de R$ 322.300,00 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos reais). As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 29 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:B32FCA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza, Prefeita Municipal de SANTA CRUZ/RN, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do Artigo 72, da Lei 14.133/2021, e considerando toda a documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnicos, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026 nos termos descritos: Objeto: Aquisição de 1 Kit Brincar e Incluir, destinados a Secretaria de Saúde de Santa Cruz/RN, para atender a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de SANTA CRUZ/RN. Contratado: Empresa **OLIVEIRA SOLUCOES EDUCACIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **66.112.329/0001-52,** Valor total : R$ **8.888,00**, (oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

SANTA CRUZ/RN, 01 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:DC78EEEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
G A B I N E T E D A P R E F E I T A

EXTRATO DO CONTRATO Nº109/2026

Pregão Eletrônico Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20250199/2026
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP)**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, representado pela Prefeita aSenhora ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 009.133.444-60, portadora do RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município de Santa Cruz/RN.

CONTRATADO: FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 46.135.499/0002-26, com sede à AV P 1 QUADRA 25, , Palmas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ.

VALOR TOTAL: R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

Santa Cruz/RN, 28 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita – Contratante

LEIDIMAR FERNANDES ALVES DA SILVA TRIGUEIRO
Forza Distribuidora LTDA
Contratado

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:FCB04579

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 28.2026- "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA 028/2026. Santa Maria-RN, 03 de Agosto de 2026.

> "Dispõe sobre Exoneração de servidor público em virtude de seu falecimento, e dá outras providências."

O Prefeito constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** em virtude de seu falecimento, ocorrido no dia 27 de Julho de 2026 a Sra. **FABRICIA RIBEIRO DA SILVA SARAIVA**, CPF: 030.717.004-74, do cargo de **PROFESSORA.**

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor nesta data, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se nos locais de costume, e cumpra-se.

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:96C06C9F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE DECLARAÇÃO DE DECADÊNCIA DO DIREITO À CONTRATAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE REMANESCENTE - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3866/2025

OBJETO: Contratação de empresa para a construção da primeira etapa da Adutora das Comunidades de Residências, Coroas Limpas e Bom Jesus, na Zona Rural do Município de Santana do Matos/RN

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, por intermédio do Agente de Contratação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com os parâmetros da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando o resultado da Concorrência Eletrônica nº 001/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para a construção da 1ª Etapa da Adutora para as comunidades de Residências, Coroas Limpas e Bom Jesus, no Município de Santana do Matos/RN;

Considerando a Adjudicação e Homologação do certame em favor da empresa PELICANO COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.089.757/0001-80, com sede na Avenida Antônio Anselmo, nº 711, Centro, Lagoa de Velhos/RN;

Considerando o Termo de Convocação para Apresentação de Garantia de Execução Contratual, datado de 22/06/2026 e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), Edição 3818, de 23/06/2026, pelo qual a empresa adjudicatária foi convocada a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação, a Garantia de Execução Contratual prevista no item 13 do Edital e no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, no valor total de R$ 477.226,34 (quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), assim composto: (i) R$ 50.900,00, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, nos termos do item 13.2 do Edital; e (ii) R$ 426.326,34, a título de garantia adicional exigida pelo item 7.6.3 do Edital, em razão de a proposta vencedora (R$ 1.018.000,00) ser inferior a 85% do valor orçado pela Administração (R$ 1.444.326,34);

Considerando a reiteração da convocação encaminhada por correio eletrônico em 25/06/2026, reforçando o prazo e as condições anteriormente comunicados;

Considerando que até o prazo de 01 (um) mês conforme previsão do Art. 96, §3º da Lei 14.133, de 2021 também foi transcorrido;

Considerando que, transcorrido o prazo assinalado, a empresa PELICANO COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA não apresentou a garantia exigida, tampouco justificativa para o descumprimento da obrigação, não havendo, ainda, notícia de fato superveniente que a impedisse de fazê-lo;

Considerando o disposto no item 12.2 do Edital da Concorrência Eletrônica nº 001/2026 e no art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais o não atendimento da convocação no prazo e nas condições estabelecidas sujeita o adjudicatário à decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

Considerando o disposto no item 12.5 do Edital, que faculta à Administração, nessa hipótese, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato e, a critério da Administração, da suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

RESOLVE:

• **DECLARAR** a decadência do direito da empresa **PELICANO COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 06.089.757/0001-80, à contratação decorrente da Concorrência Eletrônica nº 001/2026, em razão do não atendimento, no prazo legal e editalício, à convocação para apresentação da Garantia de Execução Contratual.

• **DETERMINAR**, com fundamento no item 12.5 do Edital, a convocação da empresa classificada em segundo lugar no certame, **CAMPO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n. CNPJ n. 13.862.053/0001-63**, para que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, apresente a documentação de habilitação, e proposta readequada, para a avaliação, nas mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, sob pena de repetição do procedimento em relação aos demais licitantes remanescentes ou revogação da licitação.

• **DETERMINAR** a publicação deste Termo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com a juntada de cópia aos autos do Processo Administrativo nº 3866/2025.

• **ENCAMINHAR** os autos à Assessoria da Licitação para análise de eventual possibilidade de indício de ilícito administrativo.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

LUCAS IONALDO DA SILVA FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:38DFB4CD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.151-2026 – GAB-PMSM - ADEQUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD.

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta de Santana do Matos/RN, a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), institui a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, cria a figura do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pala Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a vigência da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal, direta e indireta, realiza o tratamento de dados pessoais de servidores, munícipes, fornecedores e demais titulares no exercício de suas competências e na prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a necessidade de compatibilizar a transparência pública com a proteção de dados pessoais;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecerem regras, procedimentos e responsabilidades para o tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Municipal, de modo a assegurar a conformidade legal e a proteção dos direitos dos titulares de dados;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Santana do Matos/RN, a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), estabelecendo diretrizes, princípios, competências e procedimentos para o tratamento de dados pessoais realizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º Este Decreto aplica-se a todos os órgãos da Administração Direta, às autarquias, fundações, empresas públicas e demais

entidades vinculadas ao Poder Executivo Municipal, bem como a todo agente público, contratado, estagiário ou terceirizado que, no exercício de suas funções, realize o tratamento de dados pessoais em nome do Município.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, além dos conceitos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 13.709/2018, considera-se:
I – dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
II – dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a pessoa natural;
III – titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento;
IV – tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
V – controlador: o Município de Santana do Matos, por meio de seus órgãos e entidades, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
VI – operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
VII – encarregado (DPO – Data Protection Officer): pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
VIII – consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade determinada;
IX – anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
X – ANPD: Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades municipais observará, além dos princípios previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018, os seguintes:
I – finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
II – adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
III – necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades;
IV – livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
V – qualidade dos dados: garantia de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados;
VI – transparência: garantia de informações claras, precisas e acessíveis sobre a realização do tratamento;
VII – segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas;
VIII – prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
IX – não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
X – responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO III

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Art. 5º O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades municipais somente poderá ocorrer nas hipóteses previstas no art. 7º e, quando aplicável, no art. 11 da Lei nº 13.709/2018, dentre elas:
I – para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
II – para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
III – para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;
IV – para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
V – para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
VI – quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, resguardados os direitos e liberdades fundamentais do titular.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades municipais deverão dar publicidade às hipóteses legais que fundamentam cada tratamento de dados pessoais realizado, preferencialmente em seus sítios eletrônicos oficiais.

Art. 6º É vedado aos órgãos e entidades municipais:
I – utilizar dados pessoais para finalidade diversa daquela que motivou sua coleta, salvo nas hipóteses legalmente previstas;
II – transferir dados pessoais a terceiros sem amparo legal ou sem a adoção das salvaguardas previstas na LGPD;
III – manter dados pessoais armazenados além do prazo necessário ao cumprimento da finalidade do tratamento, ressalvadas as hipóteses legais de guarda obrigatória.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS DO TITULAR

Art. 7º É assegurado ao titular dos dados pessoais tratados pela Administração Municipal, mediante requisição, o exercício dos direitos previstos no art. 18 da Lei nº 13.709/2018, dentre eles:
I – confirmação da existência de tratamento;
II – acesso aos dados;
III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
V – portabilidade dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, ressalvadas as hipóteses de conservação previstas em lei;
VII – informação sobre entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
VIII – revogação do consentimento, quando este for a base legal do tratamento.

Parágrafo único. As solicitações de que trata este artigo deverão ser protocoladas junto ao Encarregado (DPO) do órgão ou entidade responsável pelo tratamento, que providenciará resposta no prazo estabelecido em ato normativo próprio, observados os prazos legais aplicáveis.

CAPÍTULO V

DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO)

Art. 8º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO), que será exercida pelo Ouvidor Municipal, sem prejuízo de suas demais atribuições legais.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, impedimento ou ausência do titular da Ouvidoria Municipal, a função de Encarregado será

exercida por servidor designado por ato do Prefeito Municipal, até a regularização do cargo.

Art. 9º Compete ao Encarregado, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas:
I – aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
II – receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;
III – orientar os servidores e colaboradores do Município a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
IV – executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Parágrafo único. A identidade e as informações de contato do Encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico oficial do Município, inclusive no canal da Ouvidoria Municipal.

CAPÍTULO VI

DA GOVERNANÇA E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 10. Fica instituído o Comitê Municipal de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de elaborar diretrizes, planos de ação e acompanhar a implementação da Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais.
§ 1º O Comitê será composto por representantes indicados pelos titulares das Secretarias Municipais e será presidido pelo Encarregado (DPO), na forma a ser definida em ato específico do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º Compete ao Comitê, dentre outras atribuições:
I – elaborar o Plano Municipal de Adequação à LGPD;
II – propor normas complementares, manuais e fluxos de trabalho relativos ao tratamento de dados pessoais;
III – acompanhar a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), quando exigíveis;
IV – propor ações de capacitação e conscientização dos servidores municipais.

Art. 11. Os órgãos e entidades municipais adotarão medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, dentre as quais:
I – controle de acesso a sistemas e bancos de dados que contenham dados pessoais, restrito aos servidores autorizados;
II – adoção de mecanismos de autenticação e registro (log) de acessos;
III – capacitação periódica dos servidores e colaboradores quanto às boas práticas de proteção de dados;
IV – celebração de termos de confidencialidade com servidores, estagiários, terceirizados e empresas contratadas que tenham acesso a dados pessoais;
V – inclusão, em contratos e convênios que envolvam tratamento de dados pessoais por terceiros, de cláusulas específicas de proteção de dados.

Art. 12. Será elaborado Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) sempre que o tratamento de dados pessoais representar risco elevado às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares, especialmente quando envolver dados sensíveis ou tratamento em larga escala.

CAPÍTULO VII

DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA

Art. 13. Constatado incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, o órgão ou entidade responsável deverá comunicar imediatamente o fato ao Encarregado (DPO), que avaliará a necessidade de comunicação à ANPD e aos titulares afetados, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

Parágrafo único. A comunicação de que trata o caput deverá conter, no mínimo, a descrição da natureza dos dados afetados, as informações sobre os titulares envolvidos, as medidas técnicas e de segurança adotadas e os riscos relacionados ao incidente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para promover a adequação de seus processos, sistemas e contratos às disposições da Lei nº 13.709/2018 e deste Decreto.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Encarregado (DPO), em conjunto com a Procuradoria Geral do Município, observada a legislação aplicável.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:A1E13AEE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.152-2026 – GAB-PMSM - DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA FRUIÇÃO DO FERIADO MUNICIPAL DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO EXERCÍCIO DE 2026.

Dispõe sobre a transferência da fruição do feriado municipal da Emancipação Política no exercício de 2026, no âmbito da Administração Pública Municipal de Santana do Matos/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO *que o dia 06 de agosto é reconhecido como feriado municipal em comemoração à Emancipação Política do Município de Santana do Matos/RN;*

CONSIDERANDO *a necessidade de adequação do calendário administrativo municipal para o exercício de 2026;*

CONSIDERANDO *a conveniência administrativa e o interesse público na transferência, em caráter excepcional, da fruição do referido feriado para o dia imediatamente subsequente, correspondente a uma sexta-feira;*

DECRETA:

Art. 1º *Fica transferida, excepcionalmente para o exercício de 2026, a fruição do feriado municipal da Emancipação Política do Município de Santana do Matos/RN, originalmente comemorado no dia* ***06 de agosto****, para o dia* ***07 de agosto de 2026 (sexta-feira)****.*

Parágrafo único. *A presente transferência refere-se exclusivamente à observância do feriado no âmbito da Administração Pública Municipal, permanecendo inalterada a data oficial da comemoração da Emancipação Política do Município.*

***Art. 2º** No dia **06 de agosto de 2026 (quinta-feira)**, haverá expediente normal nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.*

***Art. 3º** Caberá aos Secretários Municipais e dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal assegurar a continuidade dos serviços essenciais, especialmente nas áreas de saúde, limpeza pública, assistência social, segurança patrimonial e demais serviços indispensáveis ao interesse público.*

***Art. 4º** Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto Municipal nº 1.120/2026 – GAB/PMSM, que dispõe sobre os feriados e pontos facultativos no âmbito da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026.*

***Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:65417231

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 232-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

***Art. 1º** Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Marluce Medeiros da Cunha Neta**, matrícula nº **2570**, ocupante do cargo de **Psicóloga**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.*

***Parágrafo único.** A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **04 de agosto de 2026**, para realização de **acompanhamento psicossocial a adolescente em acolhimento institucional nas Aldeias SOS**.*
***Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:70EE4602

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 233-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

***Art. 1º** Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Aise Tailana da Cunha Ferreira**, matrícula nº **3164**, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Saúde**, no valor unitário de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 200,00 (duzentos reais)**.*

***Parágrafo único.** A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **06 de agosto de 2026**, para participação na **156ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional (CIR) da 4ª Região de Saúde**.*
***Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:1B3F2540

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 234-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

***Art. 1º** Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Mônica Maria Damasceno Araújo**, matrícula nº **318**, ocupante do cargo de **Assessora Técnica**, no valor unitário de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 200,00 (duzentos reais)**.*

***Parágrafo único.** A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **06 de agosto de 2026**, para participação na **156ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional (CIR) da 4ª Região de Saúde**.*
***Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:57432D11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 235-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

***Art. 1º** Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Paula Karoline de Medeiros Silva**, matrícula nº **3193**, ocupante do cargo de **Assistente de Gabinete**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.*

Parágrafo único. *A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de* ***Caicó/RN****, no dia* ***06 de agosto de 2026****, para participação na* ***156ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional (CIR) da 4ª Região de Saúde****.*
Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:A1786F67

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 236-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS*, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias* ***a servidor(a) municipal*** *para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,*

RESOLVE:

Art. 1º *Conceder ½ (meia) diária à servidora* ***Gilmara Araujo Justino****, matrícula nº 3213, ocupante do cargo de* ***Coordenadora de Gestão de Média e Alta Complexidade Hospitalar****, no valor unitário de* ***R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)****, totalizando o montante de* ***R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)****.*

Parágrafo único. *A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de* ***Caicó/RN****, no dia* ***06 de agosto de 2026****, para participação na* ***156ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional (CIR) da 4ª Região de Saúde****.*
Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:D47F1D09

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO EXTRA Nº 14/2026

PORTARIA Nº 14/2026

O Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 981/2023, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no município de Santana do Matos/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar as alterações ocorridas na escala prevista do motorista lotado nesta secretaria referente ao mês de julho/2026.

Art. 2º - As alterações devem ser inseridas na folha de pagamento do motorista no mês de agosto/2026.

MOTORISTA	MATRÍCULA	QUANTIDADE EXTRA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO
José Ivan Leite Júnior	2347	2

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publica-se e cumpra-se.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026.

LEONALDO DE ASSUNÇÃO
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Matrícula: 3159

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Assunção da Silva Ferreira
Código Identificador:37E4B05A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 293.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **MARIA NELITA SANTOS NETA,** CPF: XXX.707.445-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALMIRA MELO.

Do Valor Global: **R$ 46.181,40 (quarenta e seis mil, cento e oitenta e um reais e quarenta centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **03 de agosto de 2026 a 03 de agosto de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2036 – Manutenção do Fundo da Educação – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 03 de agosto de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **MARIA NELITA SANTOS NETA** (Contratada).

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:3B17EC25

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 041/2026

O Município de Santana do Seridó/RN, por meio de seu pregoeiro vem tornar público a realização da licitação Pregão Eletrônico nº 041/2026 que tem como objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de produtos de panificação, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. Abertura da Sessão: 14/08/2026 às 10:01h. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a

partir do dia 04/08/2026 às 10:00h. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do Portal de Compras Públicas.

Santana do Seridó, 03 de agosto de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:E11294DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0156/2026/PMSS/CD/ADM DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 0156/2026/PMSS/CD/ADM de 03 de agosto de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **ERICK PONTES COSTA,** ocupante do cargo de **Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 06 a 07 de agosto de 2026, com a finalidade de participar do curso e-Social – Domínio técnico e legal do e-Social nos órgãos públicos. Curso promovido pela Escola do Governo e que tem como objetivo capacitar os participantes no domínio técnico e normativo do e-Social aplicado a Órgãos Públicos, detalhando seus princípios fundamentais, base legal e a arquitetura sistêmica necessária para a transmissão de dados, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de Nº 0156/2026/PMSS/CD/ADM de 03 de agosto de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:ABAE27E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0157/2026/PMSS/CD/ADM DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 0157/2026/PMSS/CD/ADM de 03 de agosto de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **MARCIO ALVES DE AZEVEDO,** ocupante do cargo de **Secretário Municipal de Governo**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 06 a 07 de agosto de 2026, com a finalidade de participar do curso e-Social – Domínio técnico e legal do e-Social nos órgãos públicos. Curso promovido pela Escola do Governo e que tem como objetivo capacitar os participantes no domínio técnico e normativo do e-Social aplicado a Órgãos Públicos, detalhando seus princípios fundamentais, base legal e a arquitetura sistêmica necessária para a transmissão de dados, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de Nº 0157/2026/PMSS/CD/ADM de 03 de agosto de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:A464704C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0187/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 0187/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 64, inciso III, e 92 inciso II "a" ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 54 da Lei Complementar nº 001/1994 (estatuto do servidor municipal).

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora no dia 03 de agosto de 2026, por motivos de concessão de sua aposentadoria.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR: a pedido, a funcionária efetiva, **TASMANIA PALMEIRA CABRAL DIAS**, matrícula 130037-7, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Santana do Seridó (RN), 03 de agosto de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:83CC9F4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1359/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 RESULTADO DE PREGÃO

O Município de Santana do Seridó/RN, através de sua Agente de Contratação/Pregoeiro, vem tornar público o resultado do processo administrativo nº 1359/2026, pregão eletrônico Nº 31/2026, tendo como objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de construção e acessórios, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, declaro vencedores do certame as empresas: A MEDEIROS DANTAS, inscrita no CNPJ n° 70.146.345/0001-33, vencedora nos itens 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 23, 24, 26, 30, 31, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 58, 59, 60, 66, 74, 75, 85, 87, 88, 92, 95, 96, 97, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 127, 128, 131, 142, 146, 149, 150, 160, 165, 166, 174, 184, 198, 203, 204, 205, 209, 213 e 214 perfazendo um valor global de R$ 79.673, 21 (setenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e um centavos); a empresa DECOR & PISO LTDA, inscrita no CNPJ n° 24.622.067/0001-26, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69,

70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 111, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 134, 136, 139, 140, 144, 145, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 216, 217 e 218, perfazendo um valor global de R$ 1.016.304, 23 (um milhão, dezesseis mil, trezentos e quatro reais e vinte e três centavos); a empresa EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 37.278.673/0001-18, vencedora no item 152, perfazendo um valor global R$ 9.059, 60 (nove mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos); a empresa J.S.A COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.361.487/0001-67, vencedora nos itens 143 e 161, perfazendo um valor global R$ 6.528, 00 (seis mil, quinhentos e vinte e oito reais); a empresa JOÃO GUALBERTO DANTAS, inscrita no CNPJ n° 12.703.955/0001-94, vencedora nos itens 29, 37, 38, 39, 82, 84, 132, 133, 135, 141, 181, 182, 192, 193, 195, 202, 215 e 219, perfazendo um valor global R$ 165.032, 00 (cento e sessenta e cinco mil e trinta e dois reais), e a empresa SUPERART QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 51.679.708/0001-51, vencedora nos itens 137 e 138, perfazendo um valor global R$ 11.372, 00 (onze mil, trezentos e setenta e dois reais).

Santana do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026

JOELAINE CARLA ALVES DANTAS
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:D89B12C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1359/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN torna público a adjudicação do Pregão Eletrônico nº 31/2026, referente ao PROCESSO N° 1359/**2026,** tendo como objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de construção e acessórios, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, em conformidade com o termo de referência anexo – I, do edital, que adjudicou como vencedores do certame as empresas: A MEDEIROS DANTAS, inscrita no CNPJ n° 70.146.345/0001-33, vencedora nos itens 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 23, 24, 26, 30, 31, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 58, 59, 60, 66, 74, 75, 85, 87, 88, 92, 95, 96, 97, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 127, 128, 131, 142, 146, 149, 150, 160, 165, 166, 174, 184, 198, 203, 204, 205, 209, 213 e 214 perfazendo um valor global de R$ 79.673, 21 (setenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e um centavos); a empresa DECOR & PISO LTDA, inscrita no CNPJ n° 24.622.067/0001-26, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 111, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 134, 136, 139, 140, 144, 145, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 216, 217 e 218, perfazendo um valor global de R$ 1.016.304, 23 (um milhão, dezesseis mil, trezentos e quatro reais e vinte e três centavos); a empresa EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 37.278.673/0001-18, vencedora no item 152, perfazendo um valor global R$ 9.059, 60 (nove mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos); a empresa J.S.A COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.361.487/0001-67, vencedora nos itens 143 e 161, perfazendo um valor global R$ 6.528, 00 (seis mil, quinhentos e vinte e oito reais); a empresa JOÃO GUALBERTO DANTAS, inscrita no CNPJ n° 12.703.955/0001-94, vencedora nos itens 29, 37, 38, 39, 82, 84, 132, 133, 135, 141, 181, 182, 192, 193, 195, 202, 215 e 219, perfazendo um valor global R$ 165.032, 00 (cento e sessenta e cinco mil e trinta e dois reais), e a empresa SUPERART QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 51.679.708/0001-51, vencedora nos itens 137 e 138, perfazendo um valor global R$ 11.372, 00 (onze mil, trezentos e setenta e dois reais).

Santana do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:CD3508F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1359/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1359/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório supracitado, tendo como objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de construção e acessórios, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, em favor das empresas: A MEDEIROS DANTAS, inscrita no CNPJ n° 70.146.345/0001-33, vencedora nos itens 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 23, 24, 26, 30, 31, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 58, 59, 60, 66, 74, 75, 85, 87, 88, 92, 95, 96, 97, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 127, 128, 131, 142, 146, 149, 150, 160, 165, 166, 174, 184, 198, 203, 204, 205, 209, 213 e 214 perfazendo um valor global de R$ 79.673, 21 (setenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e um centavos); a empresa DECOR & PISO LTDA, inscrita no CNPJ n° 24.622.067/0001-26, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 111, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 134, 136, 139, 140, 144, 145, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 216, 217 e 218, perfazendo um valor global de R$ 1.016.304, 23 (um milhão, dezesseis mil, trezentos e quatro reais e vinte e três centavos); a empresa EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 37.278.673/0001-18, vencedora no item 152, perfazendo um valor global R$ 9.059, 60 (nove mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos); a empresa J.S.A COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.361.487/0001-67, vencedora nos itens 143 e 161, perfazendo um valor global R$ 6.528, 00 (seis mil, quinhentos e vinte e oito reais); a empresa JOÃO GUALBERTO DANTAS, inscrita no CNPJ n° 12.703.955/0001-94, vencedora nos itens 29, 37, 38, 39, 82, 84, 132, 133, 135, 141, 181, 182, 192, 193, 195, 202, 215 e 219, perfazendo um valor global R$ 165.032, 00 (cento e sessenta e cinco mil e trinta e dois reais), e a empresa SUPERART QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 51.679.708/0001-51, vencedora nos itens 137 e 138, perfazendo um valor global R$ 11.372, 00 (onze mil, trezentos e setenta e dois reais).

Santana do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:53AE0502

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ATA DA REUNIÃO EXTRAÓRDINARIA

ATA Nº 007/2026

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 11h00, em formato virtual, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Santo Antônio/RN, convocada por meio do Edital de Convocação nº 006/2026. A reunião foi presidida pela Presidente do CMAS, a Sra. Ana Paula da Silva Araújo, que deu início aos trabalhos, verificando a existência de quórum para deliberação. Na sequência, foi apresentada a pauta da reunião: apreciação e deliberação do Termo de Aceite do Serviço Regionalizado de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Após a apresentação do Termo de Aceite e dos esclarecimentos prestados aos conselheiros, explanado pela Coordenadora Geral da Secretaria de Assistência Social, a Srª Marcia Valquíria Rodrigues, que colocou sobre as reponsabilidades do município bem como da importância da assinatura no momento, visto que temos um caso de máxima urgência de uma criança que precisa de acolhimento. Colocando ainda, o Sr Prefeito e a Secretaria de Assistência Social já assinou o referido termo necessitado agora da aprovação deste conselho para o processo de regionalização continuar e o município conseguir as vagas destinadas pela pactuação. Após, seguimos dando continuidade, a presidente abriu para discussão. Os membros destacaram a importância da adesão ao serviço regionalizado como estratégia para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes que necessitem de acolhimento institucional, fortalecendo a rede socioassistencial do município. Encerradas as discussões, a Presidente submeteu o Termo de Aceite à votação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Ficou deliberado que a Secretaria Executiva do CMAS adotará as providências necessárias para emissão da Resolução de aprovação e encaminhamento da documentação aos órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Ana Cristina Teixeira do Nascimento, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pela Presidente e pelos conselheiros presentes.

Santo Antônio/RN, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:4695DABA

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RESOLUÇÃO CMAS Nº 010/2026

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Serviço Regionalizado de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE SANTO ANTÔNIO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e pela legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para apreciar e deliberar sobre matérias relacionadas à Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na Reunião Extraordinária realizada em 03 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do Serviço Regionalizado de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, conforme apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar o encaminhamento da documentação necessária aos órgãos competentes para formalização da adesão ao referido serviço.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Santo Antônio/RN, 03 de agosto de 2026.

ANA PAULA DA SILVA ARAÚJO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:C3AF4465

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - LICENÇA PRÊMIO

Interessada: Edjanne Freire do Nascimento
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pela Servidora Pública Efetiva do Município de Santo Antônio/RN, a Sra. **Edjanne Freire do Nascimento**, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

A servidora supracitada requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido da servidora acima mencionada, a saber, licença prêmio, pelo período estabelecido entre **05 de agosto de 2026 a 03 de novembro de 2026**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se a Servidora requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, 03 de agosto de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:B41EB166

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2026 – GP

Santo Antônio/RN, 03 de agosto de 2026.

A CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com o Decreto nº 005/2017 de 17 de fevereiro de 2017 e as alterações do Decreto nº 013/2025 de 07 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Concessão de ½ (meia diária), para **ALEX DE PONTES SILVA,** ocupante do cargo de Secretário Municipal de Cultura;

Art. 2º - Para participar do **PROGRAMA (re)CONEXÕES**. O evento deste ano tem como objetivo promover o diálogo entre

gestores públicos, profissionais da cultura, instituições museológicas e a sociedade, voltada à participação social, à articulação federativa e à construção colaborativa de políticas públicas para os museus;

Art. 3º - O evento promovido pelo **Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)**, o secretário participará no dia 04, onde o evento acontecerá nos dias 04 e 05 de agosto de 2026, no **Complexo Cultural Rampa**, Rua Coronel Flamínio, 1 – Santos Reis, Natal/RN.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCIA FRANCO RIBEIRO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:1B4D6F1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**, através da Agente de Contratação no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Administrativo nº 512009/2026**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, TIPO **"MENOR PREÇO GLOBAL com o regime de execução de Empreitada por Preço UNITÁRIO"**, objetivando a contratação de empresa especializada para construção de uma Quadra Pública na Comunidade de Redenção, Zona Rural do município de Santo Antônio/RN, em conformidade com Projetos, Planilhas e demais anexos do Edital. A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **10h01min do dia 18 de agosto de 2026**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br/ e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua Padre Cerveira, nº 505, Centro, Santo Antônio/RN, no horário de expediente das 08h00min às 14h00min. Outras informações pelo e-mail pmsa.licitacoes@gmail.com

Santo Antônio/RN, 03 de agosto de 2026.

MARIA IZABEL SILVA BARBOSA GUILHERME
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:DA8C392B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 057/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 415024/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 028/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, visando atender as necessidades das Escolas Municipais e execução de eventos e oficinas sociais promovidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura do Município de Santo Antônio/RN.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN.

CONTRATADO: RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.979.527/0001-11, com sede na Avenida do Líbano, 663, Q. 47, Lote 01, Jd. Santo Antônio, Goiânia/GO, CEP:74.853-050

VIGÊNCIA: de 04 de julho de 2026 à 03 de 03 de 2027.

BASE LEGAL: art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 03 de julho de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:154E9C3D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 248, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de São Bento do Norte/RN afetadas por desastre natural climatológico decorrente de estiagem prolongada, classificado e codificado como COBRADE 1.4.1.1.0 – Estiagem, nos termos da Portaria Federal nº 260/2022, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e demais normas aplicáveis à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil,

CONSIDERANDO que compete ao Município executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil em âmbito local, bem como declarar situação de emergência e estado de calamidade pública quando configurados os pressupostos legais e técnicos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil , organiza o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabelece diretrizes para as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 260/2022, que estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal de situação de emergência e de estado de calamidade pública, bem como a classificação dos desastres conforme a Codificação Brasileira de Desastres — COBRADE;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 35.416, de 31 de março de 2026, que declara situação de emergência nas áreas dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO a situação hídrica verificada no Município de São Bento do Norte/RN, especialmente nas comunidades rurais, onde há maior vulnerabilidade decorrente da ausência ou insuficiência de rede estruturada de abastecimento regular de água potável;

CONSIDERANDO os dados técnicos disponíveis, inclusive informações oriundas do Monitor de Secas e de órgãos oficiais de acompanhamento climático e hidrológico, os quais subsidiam a caracterização da anormalidade climática e de março de seus efeitos sobre o território municipal;

Considerando o Parecer Técnico nº 02/2026, de 27 de março de 2026, expedido pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – COPDEC, órgão vinculado à estrutura do Gabinete Civil do Governo do Estado – GAC, que atestou o quadro característico de Situação de Emergência, provocada por desastre natural climatológico, caracterizado por estiagem prolongada, com uma considerável redução dos níveis das principais reservas hídricas do Estado.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de São Bento do Norte/RN afetadas por desastre natural climatológico decorrente de estiagem prolongada, caracterizado pela redução sustentada das reservas hídricas existentes, classificado e codificado como COBRADE 1.4.1.1.0 — Estiagem.

Art. 2º Ficam autorizados os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, no âmbito de suas competências, a adotar as medidas administrativas necessárias à resposta ao desastre, à assistência da população afetada e à mitigação dos danos e prejuízos decorrentes da estiagem.

Art. 3º Durante a vigência da Situação de Emergência, o Município poderá realizar contratações diretas, por dispensa de licitação, exclusivamente para aquisição de bens, contratação de serviços e execução de obras necessários ao enfrentamento da situação emergencial, observados os requisitos, limites e formalidades previstos no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. As contratações de que trata o caput deverão restringir-se ao atendimento da situação emergencial, ser devidamente justificadas no respectivo processo administrativo, observar os preços praticados no mercado e atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, motivação e interesse público.

Art. 4º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil — COMPDEC, vinculada à Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN, fica responsável por prestar o suporte técnico necessário à instrução do processo administrativo, inclusive quanto ao preenchimento do Formulário de Informações do Desastre — FIDE e demais documentos exigidos para fins de eventual reconhecimento estadual ou federal da Situação de Emergência.

Art. 5º Este Decreto terá vigência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação, podendo ser revisto ou revogado antes do término de sua vigência caso cesse a situação de anormalidade que motivou sua edição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 03 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:AAF9C1CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 81/2026 – SEMAP DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA EFETIVA LILIANA GOMES DA SILVA JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 81/2026 – SEMAP

Dispõe sobre a designação da servidora efetiva Liliana Gomes da Silva junto à Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO que o Edital nº 001/2018 – Prefeituras e Câmaras Municipais do Trairi/Agreste Potiguar previu o cargo efetivo de **Psicólogo**, Código nº 103, exigindo Curso Superior Completo em Psicologia e registro no respectivo Conselho Profissional, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

CONSIDERANDO a Portaria nº 40/2023, que nomeou a senhora **LILIANA GOMES DA SILVA**, matrícula nº **4901**, para o cargo efetivo de Psicóloga do Município de São Bento do Trairi/RN;

CONSIDERANDO o Ofício nº 28/2024, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, solicitando a disponibilização de profissional de Psicologia para atuação junto à Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a discricionariedade administrativa conferida ao gestor público para, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e o interesse público, adotar as medidas necessárias à adequada organização e ao funcionamento da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, determina que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de Psicologia e de Serviço Social, por meio de equipes multiprofissionais, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, promover a mediação das relações sociais e institucionais, fortalecer a inclusão, prevenir situações de vulnerabilidade e apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes, sem substituir as atribuições próprias dos profissionais do magistério.

CONSIDERANDO o Ofício nº 21/2024, que disponibilizou a referida servidora à Administração Municipal;

CONSIDERANDO o encaminhamento interno da Administração Municipal que direcionou a servidora para o exercício de suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO as deliberações constantes da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de 2025, realizada em 24 de abril de 2025;

CONSIDERANDO o interesse público na adequada prestação dos serviços de Psicologia no âmbito da Rede Municipal de Ensino, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional da servidora, mediante a formalização de sua lotação administrativa, em conformidade com os atos administrativos anteriormente praticados;

CONSIDERANDO que a presente Portaria possui natureza declaratória e de regularização administrativa, não implicando alteração do vínculo efetivo, da remuneração do edital, da carga horária ou de quaisquer direitos e vantagens da servidora;

CONSIDERANDO que a retroação dos **efeitos administrativos a 03 de julho de 2024** não acarreta prejuízo ao erário público, limitando-se à convalidação da situação funcional existente, em observância aos princípios da legalidade, segurança jurídica, eficiência, continuidade do serviço público e proteção da confiança legítima;

RESOLVE:

Art. 1º designar a servidora **LILIANA GOMES DA SILVA**, matrícula nº **4901**, ocupante do cargo efetivo de **Psicóloga**, integrante do quadro permanente de pessoal do Município de São Bento do Trairi/RN, para exercer suas atribuições junto à **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 2º A servidora desempenhará suas atividades observando as atribuições inerentes ao cargo efetivo de Psicóloga, em conformidade com a legislação vigente e as necessidades da Administração Pública Municipal.

Art. 3º A presente Portaria produz efeitos administrativos retroativos a **03 de julho de 2024**, exclusivamente para fins de regularização da lotação funcional da servidora, ficando convalidados os atos administrativos praticados no exercício de suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Educação desde essa data, sem qualquer prejuízo ao erário do edital, a terceiros ou aos direitos funcionais da servidora.

Art. 4º Permanecem inalterados o vínculo efetivo da servidora, sua carga horária de 30 (trinta) horas semanais, remuneração com base no edital, direitos, e demais condições funcionais previstas na legislação municipal.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observados os efeitos retroativos previstos no art. 3º.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de São Bento do Trairi/RN, aos 28 dias do mês de julho de 2026.

JOSÉ JADSON DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:3C61160F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 83/2026 AUTORIZA A CONCESSÃO DE FERIA PRÊMIO A SERVIDORA: MARIA DO CARMO SOUZA DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 83/2026

Autoriza a concessão de feria prêmio a Servidora: MARIA DO CARMO SOUZA DOS SANTOS**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e;

R E S O L V E:

Art. 1º conceder Licença Prêmio a servidora **MARIA DO CARMO SOUZA DOS SANTOS**, no período de 90 (noventa) dias, com início em 03 de agosto de 2026 e termino em 31 de outubro de 2026, de acordo com o Art. 106 e seus parágrafos do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, em 03 de agosto de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:811A1E81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 84/2026 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS PARA O BIÊNIO DE JULHO DE 2026 A JULHO DE 2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 84/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS para o biênio de julho de 2026 a julho de 2028, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 313/2026,
CONSIDERANDO o Ofício nº 31/2026, de 31 de julho de 2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde realizada na 3ª Reunião Ordinária do CMS, em 01 de julho de 2026, conforme Ata;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS do Município de São Bento do Trairí/RN para o mandato correspondente ao período de **julho de 2026 a julho de 2028**, permitida a recondução por mais um mandato, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 313/2026.
I – REPRESENTANTES DO GOVERNO
Titulares:
Jucineide Pereira de Araújo Wong – Secretaria Municipal de Saúde;
Francisco Romário dos Santos Silva – Secretaria Municipal de Educação.
Suplentes:
Jairam Paulo Teixeira – Unidade Básica de Saúde José Xavier da Silva;
Gildene dos Santos Costa – Secretaria Municipal de Assistência Social.
II – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE
Titulares:
Ivonir João Damasceno – Unidade Mista de Saúde Geracina Maria de Oliveira;
Artur Genilson Ferreira da Costa – Unidade Básica de Saúde José Xavier da Silva;
Adelândia Andrade de Souza Silva – Unidade Básica de Saúde do Sítio Telha.
Suplente:
William Bruno da Silva – Unidade Mista de Saúde Geracina Maria de Oliveira.
III – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS
Titulares:
Tales Rian de Oliveira Nascimento – Grupo de Escoteiros Luiz Pereira de Araújo (GELPA);
Glória Etaniele Silva de Medeiros – Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR);
Sandra Ferreira da Costa Medeiros – Associação dos Produtores Rurais do Sítio Camelo (APROSIC);
Francinaldo Gonçalves de Medeiros – Assembleia de Deus de São Bento do Trairí/RN (ADESBT).
Suplentes:
Eshley Beatriz Soares Teixeira – Grupo de Escoteiros Luiz Pereira de Araújo (GELPA);
Renata Ferreira de Macedo – Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR);
Maylle Nascimento Dantas – Associação dos Produtores Rurais do Sítio Camelo (APROSIC);
Vera Lúcia Queiroz de Morais – Assembleia de Deus de São Bento do Trairí/RN (ADESBT).
Art. 2º Fica homologada a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde, eleita em reunião realizada em 01 de julho de 2026, ficando assim constituída:
I – **Presidente:** Artur Genilson Ferreira da Costa;
II – **Vice-Presidente:** Tales Rian de Oliveira Nascimento;
III – **Secretária Executiva:** Francisca Kátia do Nascimento.
Art. 3º O exercício das funções de Conselheiro Municipal de Saúde é considerado de relevante interesse público, não sendo remunerado.
Art. 4º O mandato dos membros nomeados por esta Portaria terá vigência de julho de 2026 a julho de 2028, podendo haver recondução na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 313/2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Trairí/RN, 03 de agosto de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

JOSÉ JADSON DOS SANTOS SILVA
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento
Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:933077BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 095/2026 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 76, inciso IV, da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 03 meses a Sra. **DANIELE PAULA MACEDO BATISTA MIGUEL**, matrícula nº 7256, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 09/06/2026 a 09/09/2026, tendo como base o período trabalhado de 08/06/2021 a 08/06/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 08 de junho de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:A00BCB61

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS, MEDIANTE DEMANDA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ABRANGENDO DESLOCAMENTOS RELACIONADOS A ATIVIDADES

AVISO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4.793/2026
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: 03/08/2026 à 02/08/2027

O Município de São José de Mipibu/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu, representada por seus Agentes de Contratação designados pela Portaria 163/2026, torna público para conhecimento dos interessados que a partir do dia **03/08/2026 às 15:00hs**, até a data de **02/08/2027 ás 15:00hs**, estará disponibilizado o Credenciamento para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS, MEDIANTE DEMANDA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ABRANGENDO DESLOCAMENTOS RELACIONADOS A ATIVIDADES SOCIAIS, ESPORTIVAS, TURISTICAS, CULTURAIS, EDUCACIONAIS, VELÓRIOS, SEPULTAMENTOS, DE SAÚDE E DEMAIS AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO,** incluindo transporte intermunicipal e interestadual, remuneração por quilometragem rodada, com motorista, combustível, manutenção, seguros, tributos e demais custos, conforme especificações e quantidades estabelecidas no termo de Referência, O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site oficial da Prefeitura Municipal, Portal de Compras Públicas, Portal Nacional de Compras Públicas, e no TCE/RN.

São José de Mipibu/RN, 03 de agosto de 2026

FABÍOLA MARIA JERÔNIMA DA COSTA SOUZA
Coordenadora de Licitação
Portaria Nº 118/2025

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:E2DB8F8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 080/2026 – GP

São José de Mipibu/RN, 31 de julho de 2026.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PAS, PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PRATICADAS POR LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada as funções dos membros da Comissão de Processo Administrativo sancionador passando a ser composta da seguinte forma.
Renato Soares Galvão - Matrícula nº 6925 - Membro-Presidente
José Gumercindo Carvalho Nunes Neto - membro Matrícula nº 10278
Silzy Dayanne da Silva - Matrícula nº 5935 – Membro

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da portaria 93/2026 de 08 julho de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raissa Pinheiro de Souza Silva
Código Identificador:C378099A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 03/2026, CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E CIRURGICOS NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, E, REALIZAÇÃO. CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
MODALIDADE: **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E CIRURGICOS NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, E, REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE ANALISE ANATOMO PATOLÓGICO, COM BASE NO ETP DA REFERIDA DEMANMDA DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.**

LISTA DE CREDENCIADOS APTOS:

CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA - CNPJ: 35.652.783/0001-72, credenciada nos itens:
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 43, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75.

VALOR GLOBAL: **R$ 1.430.543, 44** (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

São José de Mipibu/RN, 31 de julho de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município.

EXTRATO DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
CREDENCIANTE:
Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN.

CREDENCIADOS:

CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA - CNPJ: 35.652.783/0001-72, credenciada nos itens:
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30,
32, 33, 35, 36, 37, 41, 43, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75.

VALOR GLOBAL: **R$ 1.430.543, 44** (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).
São José de Mipibu/RN, 31 de julho de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município. RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ASSINATURAS: Maurício José Gomes de Melo – p/Credenciante e - p/Credenciados. CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA.
DATA: São José de Mipibu/RN, 03 de agosto de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:C2796A90

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 232/2026 – SGM

São José de Mipibu/RN, 31 de julho de 2026.

O SECRETÁRIO GERAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, no uso das suas atribuições legais,

R E S O L V E exonerar por motivo de aposentadoria compulsória o Sr. **JANILSON ANTONIO DO NASCIMENTO,** conforme carta de concessão de aposentadoria em caráter irrevogável do cargo provimento efetivo de **PROFESSORA N I H**, matrícula nº 000274, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir da presente data.

MAURICIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Raissa Pinheiro de Souza Silva
Código Identificador:233FF4BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20230087 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023*

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN.
CONTRATADA: ETECONP ESCRITORIO TECNICO DE CONTABILIDADE PUBLICA S/S LTDA – CNPJ nº 24.371.015/0001-24.
OBJETO: Formalização do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20230087, oriundo da PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2023, que tem por objeto Contratação de Serviço de Assessoria Contábil, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN. **VIGÊNCIA:** Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo de 03 de julho de 2026 a 03 de julho de 2027. **BASE LEGAL:** Art 57, inciso II, c/c § 2º da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2026

ASSINATURA: Eribaldo Lima – Prefeito Municipal.

*republicado por incorreção!

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:67C4F7B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2026 CONCORRÊNCIA N° 003/2026 – PROC. ADM. MSJS/ RN N° 025/2026

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: JQ CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 37883801000152; OBJETO: execução de obras de pavimentação em vias públicas na zona urbana do município de São José do Seridó/RN; VALOR GLOBAL: R$ 570.957,49 (Quinhentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos); VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de seis (06) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021; MODALIDADE LICITATÓRIA: Concorrência Eletrônica; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE: 13.15.451.0023.1040 - CONSTRUCAO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTACAO, DRENAGEM E GALERIAS; FONTES: 15000000 Recursos não vinculados de Impostos; 17063110 Transferências da União Decorrentes de Emenda Individual; PROGRAMA: 0023 - MELHORIA E CONSOLIDACAO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL; ELEMENTO: 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES; PLANO: PROPOCIONAR MELHORIA DAS VIAS DE ACESSO, SOBRETUDO AOS SERVIÇOS PUBLICOS. DOTAR O MUNICIPIO DE INFRAESTRUTURA DE LAZER; Nota de Empenho: 132607300015; 132607300026.; SUBSCRITORES: Jackson Dantas - Pelo Promitente Contratante e Priscilla Jales Dantas- Pela Promitente Contratada.

São José do Seridó/RN, 31 de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:48C388D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 359/2026, DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	31 de julho de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 01 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 31 de julho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:9DB24F93

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 360/2026, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	31 de julho de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 02 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 31 de julho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:988E86F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 361/2026, DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **MANOEL JOSE CIRNE NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	31 de julho de 2026	310,00	155,00

R$ 155,00

TOTAL

( )100%

(x) 50%
() 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 03 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 31 de julho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:D0667FDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 362/2026, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: CARLLA JESSYCA DE MEDEIROS LIMA**

Cargo/Função: Técnica de Enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	31 de julho de 2026	R$320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 02 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 31 de julho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:41517D74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 363/2026, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	31 de julho de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 03 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 31 de julho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:30FCB2FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 364/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	03 de agosto de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem a Natal/RN, no dia 04 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:6A8159A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação especial prevista na Lei Complementar nº 49, de 28 de junho de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Complementar nº 49, de 28 de janeiro de 2015, e,
CONSIDERANDO o Ofício nº 063/2026-SESAD, que requisita a concessão de gratificação para Fiscal de Vigilância Sanitária,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor **ANTONIO PEREIRA DE ARAUJO NETO**, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, a Gratificação Fiscal de Vigilância Sanitária, sigla G FVS, em conformidade com a Lei Complementar nº 049/15.
Art. 2º. A percepção da gratificação fica condicionada às normas estabelecidas na Lei Complementar nº 49/15.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:7481D337

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade a servidor municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO que a servidor ocupante do cargo de **FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA** está sujeita a atividade insalubre,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio (20%), calculado sobre o salário mínimo vigente, ao servidor **ANTONIO PEREIRA DE ARAUJO NETO**, ocupante do cargo de **FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, de 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:99F265AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade a servidor municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO que a servidora ocupante do cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO** está sujeita a atividade insalubre,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio (20%), calculado sobre o salário mínimo vigente, à servidora **DÉBORA LUÍSE CANUTO DE SOUSA**, ocupante do cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, de 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:45D28585

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a substituição dos representantes para o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município e, ainda, em observância à Lei Municipal Nº. 323, de 20 de dezembro de 2010;
CONSIDERANDO o Ofício nº 001/2026 do Conselho Municipal de Saúde solicitando substituição dos representantes do Conselho Municipal de Saúde.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear, os membros titulares e suplentes, representantes do Poder Público Municipal e Sociedade Civil, abaixo descrito para o Conselho Municipal de Saúde, que cumprirão mandato de dois anos, admitida a recondução uma única vez, por igual período:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

REPRESENTANTES PRESTADORES DE SERVIÇOS DO PODER MUNICIPAL:
SESAD:
TITULAR: ANNA CLARA ARAÚJO DE MEDEIROS
SUPLENTE: WELLINGTON NOBREGA DA SILVA

SEMTHAS:
TITULAR: SIMONE DE ARAÚJO E SANTIAGO
SUPLENTE: LARA VIRGÍNIA SANTOS MEDEIROS

SEMEC:
TITULAR: MÁRCIA REJANE PEREIRA
SUPLENTE: DAIANA CRISTINA CAMPELO FRANCISCO

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:
CENTRO DE SAÚDE:
TITULAR: SEBASTIANA CLARISSE DE MEDEIROS DANTAS

SUPLENTE: ANDRESSA RAVANY OLIVEIRA DA SILVA COSTA

AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE:
TITULAR: ANNA LUIZA DANTAS SANTOS
SUPLENTE: KANDICE ALVES DE ARAUJO

UNIDADE MISTA:
TITULAR: JESÂNGELA AZEVEDO DOS SANTOS
SUPLENTE: MAIARA FABIANY DANTAS SILVA

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DO SUS:
IGREJA CATÓLICA:
TITULAR: JANETE AZEVEDO DA COSTA
SUPLENTE: EDILEUZA HELENA DE MEDEIROS

IGREJA EVANGÉLICA:
TITULAR: MIRIAN DOS SANTOS SILVESTRE
SUPLENTE: JONHY HERBERT DE PAIVA

ASSOCIAÇÃO DOS CANTORES, COMPOSITORES E ARTISTAS SEMELHANTES – ACCAS:
TITULAR: DANIEL GOMES DA SILVA NETO
SUPLENTE: FERNANDO LUIZ DE ARAUJO VICENTE

ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES Z-62
TITULAR: GILBERTO SILVA DE AZEVEDO
SUPLENTE: RITA GOMES DE LUCAS ARAUJO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS – STRSJS
TITULAR: LUCINNEIDE DE MEDEIROS
SUPLENTE: MARLETE ASSIS DE MEDEIROS BERNADINO

PASTORAL DA CRIANÇA:
TITULAR: ANA LAURA DE MEDEIROS
SUPLENTE: SANDRA DANTAS COSTA

Art. 2º - Fica nomeada como Presidenta do Conselho a Senhora **JANETE AZEVEDO DA COSTA**, tendo como Vice-presidente a Senhora **ANNA LUIZA DANTAS SANTOS.**
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:301F0493

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 077/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o período de gozo de férias do servidor **SUELANIA SUELI DE MEDEIROS CIRNE**, referente ao exercício de 2026, do período de 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, conforme Portaria nº 012/2026, para dois períodos, sendo o primeiro para 17 a 31 de agosto de 2026 e o segundo período de 05 a 19 de outubro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:17750830

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 078/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o período de gozo de férias da servidora **IVANETE MEDEIROS DA SILVA**, referente ao exercício de 2026, do período de 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, conforme Portaria nº 012/2026, para de 05 de agosto a 03 de setembro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:6F9DDCCA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 079/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o período de gozo de férias da **JOALBA MEDEIROS DANTAS**, referente ao exercício de 2026, do período de 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, conforme Portaria nº 012/2026, para de 05 de agosto a 01 a 30 de dezembro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:C9865E8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 135, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 070/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o segundo período de gozo de férias da servidora **SIMONE DE ARAUJO E SANTIAGO**, referente ao exercício de 2026, do período de 03 a 22 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, conforme Portaria nº 012/2026, para de 24 de agosto a 12 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:2E166700

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 136, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 073/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o primeiro período de gozo de férias da servidora **NARA REGINA DE MEDEIROS MARTINS**, referente ao exercício de 2026, do período de 17 a 31 de agosto de 2026, conforme Portaria nº 012/2026, para de 20 de agosto a 03 de setembro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:724BD965

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESILIÇAO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ E O SR. JAIME DANTAS DOS SANTOS.

O MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, doravante denominado **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Senhora **JULIANA ANDREA DANTAS**, portadora da cédula de identidade nº 2#####5 SSP/RN, inscrita no CPF nº 013.###.###-59, conforme autorização do Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor **JACKSON DANTAS,** portador da cédula de identidade nº 4##.##8 -SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº 243.###.###-00, e, de outro lado, a sob o nº 243.###.###-00, ambos denominados **CONTRATANTES,** e, de outro lado, o Sr. **JAIME DANTAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, Professor, portador da cédula de identidade nº 3.8###9 - SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº 108.###.###-49, domiciliado na Rua Augusto Monteiro, 1141, Caicó/RN, CEP:59.300-000, têm justo e firmado entre si este Termo de Resilição Contratual, em conformidade com os despachos e demais elementos constantes no Contrato celebrado entre as partes aos 19 de fevereiro de 2026, resolvem rescindir o referido Contrato de Prestação de Serviços e seu aditivo, na forma do artigo 37,inciso IX, da Constituição da Republica , que se regerá pelas normas da Lei Municipal nº 294, de 06 de julho de 2009, resolvem rescindir o referido Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento na Cláusula Oitava e no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante as Clausulas e Condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto da Resilição Contratual, tendo em vista o pedido de desligamento do contratado e a anuência do contratante em relação ao pacto celebrado em 19 de fevereiro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente resilição, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente a Justiça Estadual da Comarca de Cruzeta/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

São José do Seridó/RN, 03 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN
SR. JACKSON DANTAS
Prefeito Constitucional
Contratante

JULIANA ANDREA DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura-SEMEC

JAIME DANTAS DOS SANTOS
Contratado

_____
Testemunha
RG.:

_____
Testemunha
RG.:

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:BF03C096

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATO DE DECLARAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026

Declaro como Inexigibilidade a licitação com fundamento no Art. 74, V e Decreto Municipal nº 001/25, corroborando também a Procuradoria Geral do Município através do seu parecer Jurídico pág. 37 a 47 e controle interno pág. 49 a 50.

A Inexigibilidade refere-se à **Contratação de pessoa física ou jurídica para a locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no Município de São Miguel/RN, com estrutura adequada para abrigar ambulâncias, equipamentos, equipe técnica e administrativa, garantindo condições seguras e funcionais para a execução dos serviços de urgência e emergência pré-hospitalar,** no valor total de **R$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais).**

Consta no processo administrativo, conforme o Art. 72 da lei 14.133/21 os elementos necessários para a caracterização do objeto, documento de formalização de demanda, termo de referência,

estimativa de preços, parecer jurídico, demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, comprovação de que o contratado preenche os requisitos mínimos de habilitação e qualificação mínima, tudo em conformidade com os documentos que instruem este **Processo Administrativo nº 201505176-9**.

Diante do exposto, estando o processo corretamente instruído e o pleito amparado no Art. 74, V somos favoráveis pela INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da empresa ELISDEIRE FERNANDES PINHEIRO inscrita no CPF 009.155.784-41.

São Miguel/RN, 03 de julho de 2026.

JORDÃO LIMA MORENO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:EC09E9FD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 100/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 18/2026-DI MODALIDADE: DISPENSA

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **R. F. DE CARVALHO ME**
CNPJ: **06.268.660/0001-34**

Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de madeiras e artefatos e prestação de serviços de marcenaria**

Valor do Contrato**: R$ 51.205,00 (cinquenta e um mil e duzentos e cinco reais)**

Fontes de Recurso: **1172 - 2 . 2013 . 23 . 695 . 102 . 2.283 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1170 - 2 . 2013 . 23 . 695 . 102 . 2.283 . 0 . 339030 - Material de Consumo; 1157 - 2 . 2013 . 13 . 392 . 102 . 2.285 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1153 - 2 . 2013 . 13 . 392 . 102 . 2.285 . 0 . 339030 - Material de Consumo; 987 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 982 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339030 - Material de Consumo.**

Início da Vigência: **03/08/2026**
Final da Vigência: **02/08/2027**
Assinatura: **03/08/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:A04F065C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 99/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 18/2026-DI MODALIDADE: DISPENSA

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **IRINEU PINHEIRO DIAS LTDA**
CNPJ: **41.002.874/0001-65**

Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de madeiras e artefatos e prestação de serviços de marcenaria**

Valor do Contrato**: R$ 11.240,00 (onze mil e duzentos e quarenta reais)**

Fontes de Recurso: **1172 - 2 . 2013 . 23 . 695 . 102 . 2.283 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1170 - 2 . 2013 . 23 . 695 . 102 . 2.283 . 0 . 339030 - Material de Consumo; 1157 - 2 . 2013 . 13 . 392 . 102 . 2.285 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1153 - 2 . 2013 . 13 . 392 . 102 . 2.285 . 0 . 339030 - Material de Consumo; 987 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 982 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339030 - Material de Consumo.**

Início da Vigência: **03/08/2026**
Final da Vigência: **02/08/2027**
Assinatura: **03/08/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:82716521

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DE ATO DE DECLARAÇÃO DISPENSA Nº 18/2026

Declaro como Dispensa a licitação com fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/21 e suas alterações e Decreto Municipal nº 001/25, corroborando também a Procuradoria Geral do Município através do seu parecer Jurídico pág. 109 a 120 e controle interno pág. 122 a 124.

A Dispensa refere-se à **Contratação de empresa para fornecimento de madeiras e artefatos e prestação de serviços de marcenaria**, no valor total de **R$ 62.445,00 (Sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).**

Consta no processo administrativo, conforme o Art. 72 da lei 14.133/21 os elementos necessários para a caracterização do objeto, documento de formalização de demanda, termo de referência, estimativa de preços, parecer jurídico, demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, comprovação de que o contratado preenche os requisitos mínimos de habilitação e qualificação mínima, tudo em conformidade com os documentos que instruem este **Processo Administrativo nº 201509863-6**.

Diante do exposto, estando o processo corretamente instruído e o pleito amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14133/21 e suas alterações somos favoráveis pela DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da empresa R F DE CARVALHO, inscrita no CNPJ nº 06.268.660/0001-34; IRINEU PINHEIRO DIAS LTDA inscrita no CNPJ nº 41.002.874/0001-65.

São Miguel/RN, 31 de julho de 2026.

FRANCISCO GLEDSON DE FREITAS
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:54AD8288

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
PORTARIA N.º 12, DE 01 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

O Sr. Francisco Fabio Pinheiro, Presidente do Instituto de Previdência do Município de São Miguel – IPSAM, consoante Portaria de Nomeação PM/GP n.º 0173/2025, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 53, da Lei Ordinária Municipal n.º 12, de 30 de junho de 2014 e,
CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta Autarquia Previdenciária, requerendo **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** pela Servidora Pública Municipal, **MARIA MADELEINE CRISOSTOMO AQUINO MORENO** admitida no Serviço Público em 01 de outubro de 1999, exercendo as atribuições do cargo de **Professora Nível III Referência "J",** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, inscrita na matrícula n° 211209-6, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no magistério;

CONSIDERANDO que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos no Artigo 8°, inciso I, alínea "b" da Lei Municipal n° 12, 30 de junho de 2014, cumulado com o artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003 e alínea "b" do inciso III do §1° e §3° §5° e §17° do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, calculado nos termos do artigo 7° da Lei Municipal n° 12, 30 de junho de 2014 cumulado coma Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003; consoante corrobora Ficha Financeira, Ficha Funcional, Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Ente Federativo, e Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;
CONSIDERANDO a emissão de Parecer da Assessoria Jurídica do IPSAM pugnando pelo deferimento do pleito;
RESOLVE: Art. 1º – CONCEDER a **MARIA MADELEINE CRISOSTOMO AQUINO MORENO**, brasileira, Servidora Pública Municipal, matriculada sob o nº 211209-6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **PROFESSORA Nível III Referência "J", APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, cadastrado sob o número 101.101.692-3, estatuído no Artigo 8°, inciso I, alínea "b", da Lei Ordinária Municipal n.º 12, de 30 de junho de 2014 e no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003 e alínea "b" do inciso III do §1º e §5º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003), fixando-se os rendimentos da aposentadoria conforme artigo 7° da Lei Municipal n° 12, 30 de junho de 2014 e nos §3º e §17º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003), como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais e com paridade, conforme preceituado nos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, que corresponderão a título de provento básico, proporcional às horas laboradas pela servidora (40 horas), considerando-se ainda o nível e a referência em que está enquadrada, ou seja, Nível III, Classe "J", em concomitância com a Lei Ordinária Municipal n° 668, de 09 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações do Magistério Público Municipal, adicionando-se ao referido provento básico, em rubricas próprias, o valor das verbas incorporadas, qual seja, 05 (cinco) quinquênios, nos termos do artigo 75, da Lei Complementar Municipal n.º 356, 04 de novembro de 1997, bem como, 03 (três) gratificações de título, estatuído no inciso I do artigo 19, da Lei Complementar Municipal n.º 668, de 09 de fevereiro de 2009, cada uma no percentual de 5% (cinco por cento), incidentes sobre o salário-base da classe e nível respectivos, respectivamente.
Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

FRANCISCO FABIO PINHEIRO
Presidente do IPSAM
Portaria PMSM/GP n.º 0173/2025

Publicado por:
Francisco Fábio Pinheiro
Código Identificador:14159D60

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 185/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. **JEAN SILVA DOS SANTOS**, do cargo de provimento comissionado de **Subcoordenador de Transporte**, da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte**, símbolo **CC5**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:9A8FB801

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 186/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR senhor(a) **DAIANNY CRUZ CAVALCANTE**, do cargo de provimento comissionado de Secretaria Adjunta de Governo, do Gabinete do Prefeito, símbolo **CC2**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:1B22E2D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 2º EXONERAR o(a) Sr(a). **SILMAX LEI FONSECA DE SOUZA**, para o cargo de provimento comissionado de **Secretário Adjunto de Finanças**, do **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento**, símbolo **CC2**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:7F894268

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 2º NOMEAR o(a) Sr(a). **DAIANNY CRUZ CAVALCANTE**, para o cargo de provimento comissionado de **Secretário Adjunto de Finanças**, do **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento**, símbolo **CC2**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:74405D0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 189/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR senhor(a) **SILMAX LEI FONSECA DE SOUZA**, do cargo de provimento comissionado de Secretário Adjunto de Governo, do Gabinete do Prefeito, símbolo **CC2**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:86E879B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 190/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sr(a). **JANAINA CASSIMIRO DE SOUZA** do cargo de provimento comissionado de **Coordenador Geral de Políticas Públicas**, da **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania**, símbolo **CC4**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:ACA157E7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2022

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato Nº 013/2022
Dispensa de Licitação N° 015/2022

CONTRATANTE: INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN - IPREVSAPP. **CONTRATADO:** JOSÉ MATEUS SILVESTRE DE FARIAS, inscrito no CPF nº 112.084.034-19. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem como objeto a Locação de um imóvel, localizado na rua Potengi, 20, centro, São Paulo do Potengi/RN para o funcionamento do Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São Paulo do Potengi/RN, no contrato celebrado em 02 de agosto de 2022, entre as partes acima mencionadas. **DA VIGENCIA:** O presente termo aditivo objetivo a prorrogação do prazo de contratual, passando a vigorar com início em 02 de agosto de 2026 e término em 02 de agosto de 2027, nos termos do Artigo 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021. **RATIFICAÇÃO:** As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 14.133/2021 e seus adendos.

São Paulo do Potengi/RN, em, 31 de julho de 2026.

Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN
FRANCISCO GENILSON DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Pelo Contratante

JOSÉ MATEUS SILVESTRE DE FARIAS
CPF nº 112.084.034-19.
Pelo Contratado

Publicado por:
Paulo Roberto Macedo de Araújo Filho
Código Identificador:AD54CF3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 061/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: MARCOS INÁCIO ADVOGADOS, inscrita no CNPJ nº 08.983.619/0001-75. **OBJETO**: Contratação de escritório de advocacia com notória especialização para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados, visando à propositura, acompanhamento e conclusão de ações judiciais contra a União, com o objetivo de recuperar créditos e valores devidos ao Município de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA:** O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação do contrato com vencimento previsto para 12 de agosto de 2026, passando a vigorar de 13 de agosto de 2026 a 12 de agosto de 2027. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: A celebração deste aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços está prevista no artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores

São Paulo do Potengi/RN, em 03 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO –
Prefeito Municipal – Contratante

e

MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA,
P /contratada.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:0663C1AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº. 20060108/2026 TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO

PROCESSO Nº. 20060108/2026
TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO
O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.079.915/0001-46, visando compor dívida oriunda da prestação de serviços de coleta de lixo, pela empresa DR & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.382.733/0001-30, na forma do art. 149 da Lei nº. 14.133/2021, têm como justo emitir o presente TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO, regendo-se pelo fixado a seguir:
1. Reconhece a Administração seu dever de indenizar a empresa DR & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.382.733/0001-30, decorrente da prestação de serviços de coleta de lixo no mês de julho, no valor total de R$ 99.957,36 (noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).
2. A Administração liquidará a obrigação referida por meio de Nota de Empenho que será emitida, com base na dotação orçamentária.
3. A liquidação dar-se-á por crédito na conta bancária da empresa.
4. A Administração publicará o presente termo na forma do art. 54 c/c art. 174, §2º., inciso V, ambos da Lei nº. 14.133/2021. São Pedro/RN, 03 de agosto de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:8BD6C356

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº.101, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. JÚLIO CÉSAR BARBOSA DA COSTA, Delegado de Polícia da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 157.845-6, a quantia de R$ 1.503,60 (um mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14/07 e 15/07 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 15/07 e 16/07 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 20/07 e 21/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/07 e 22/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 22/07 e 23/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 27/07 e 28/07 das 18:00 às 06:00h (2 diárias), 28/07 e 29/07 das 18:00 às 06:00 (2 diárias) do mês de julho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:1D86CE3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 102, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. FRANCISCO ALVES FEITOSA NETO, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 249379-9 a quantia de R$ 1.503,60 (um mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14/07 e 15/07 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 15/07 e 16/07 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 20/07 e 21/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/07 e 22/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 22/07 e 23/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 27/07 e 28/07 das 18:00 às 06:00h (2 diárias), 28/07 e 29/07 das 18:00 às 06:00 (2 diárias) do mês de julho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:1FFDDE87

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº.103, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ALEXANDRO JOSÉ DA SILVA, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 194.966-7, a quantia de R$ 1.503,60 (um mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14/07 e 15/07 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 15/07 e 16/07 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 20/07 e 21/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/07 e 22/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 22/07 e 23/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 27/07 e 28/07 das 18:00 às 06:00h (2 diárias), 28/07 e 29/07 das 18:00 às 06:00 (2 diárias) do mês de julho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:5D716EB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº.105, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ANTONIO MARQUES DE ANDRADE, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula167.259-2, a quantia R$ 1.503,60 (um mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14/07 e 15/07 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 15/07 e 16/07 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 20/07 e 21/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/07 e 22/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 22/07 e 23/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 27/07 e 28/07 das 18:00 às 06:00h (2 diárias), 28/07 e 29/07 das 18:00 às 06:00 (2 diárias) do mês de julho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:76DCC02A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº.106, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ROGERIO CESAR DE ALMEIDA PINTO, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 207.237-8, a quantia de R$ 1.503,60 (um mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14/07 e 15/07 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 15/07 e 16/07 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 20/07 e 21/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/07 e 22/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 22/07 e 23/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 27/07 e 28/07 das 18:00 às 06:00h (2 diárias), 28/07 e 29/07 das 18:00 às 06:00 (2 diárias) do mês de julho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:CE9EC617

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº.107, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. MARCIO VIANA DE MEDEIROS, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 197.209-0, a quantia de R$ 1.503,60 (um mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) referente a 14 (quatorze) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14/07 e 15/07 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 15/07 e 16/07 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 20/07 e 21/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 21/07 e 22/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 22/07 e 23/07 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 27/07 e 28/07 das 18:00 às 06:00h (2 diárias), 28/07 e 29/07 das 18:00 às 06:00 (2 diárias) do mês de julho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:5168C7AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA EXECUTIVA Nº 38/2026 INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA E FISCALIZADORA DO FESTIVAL DE PRÊMIOS DO DIA DOS PAIS 2026 E DESIGNA SEUS MEMBROS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a realização do Festival de Prêmios do Dia dos Pais 2026, promovido pela Prefeitura Municipal de São Tomé, por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar transparência, lisura, publicidade e regularidade na distribuição das cartelas, realização dos sorteios e pagamento das premiações;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Festival de Prêmios do Dia dos Pais 2026, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e execução dos procedimentos administrativos relacionados ao evento.
Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão os seguintes servidores:
I – **Lucicarla Pereira da Silva**, Presidente;
II – **Hérica Rayane Rodrigues Araújo**, Vice-Presidente;
III – **José Walter Andrade da Silva,** Membro;
IV – **Teresa Cristina da Silva**, Secretária da Comissão.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – acompanhar a distribuição das cartelas nas comunidades rurais e na zona urbana;
II – conferir a regularidade da entrega das cartelas e da documentação apresentada pelos beneficiários;
III – organizar e acompanhar os procedimentos de realização dos sorteios;
IV – conferir a identificação dos contemplados;
V – registrar em Ata todos os atos relativos aos sorteios;
VI – encaminhar à Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social a relação oficial dos contemplados;
VII – acompanhar a instrução do processo administrativo destinado ao pagamento das premiações;
VIII – dirimir dúvidas operacionais relacionadas ao Festival de Prêmios;
IX – adotar as providências necessárias para garantir a transparência e a lisura do evento.
Art. 4º A Comissão poderá solicitar apoio dos demais servidores municipais sempre que necessário ao pleno cumprimento de suas atribuições.
Art. 5º Ao término do evento, a Comissão elaborará Relatório Final contendo, no mínimo:
I – quantidade de cartelas distribuídas;
II – registro dos sorteios realizados;
III – relação nominal dos contemplados;
IV – ocorrências verificadas durante o evento;
V – declaração de regularidade dos procedimentos adotados.
Art. 6º Os membros da Comissão exercerão suas funções sem percepção de remuneração adicional, sendo os serviços considerados de relevante interesse público.
Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Tomé/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:8BDB9B58

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 203/2026 – SMS, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO Nº 262/2026.

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como **FISCAL DO CONTRATO Nº 262/2026,** celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ Nº 11.261.481/0001-05)** e a empresa **DENTAL SMART COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (CNPJ: 45.503.295/0001-57),** o seguinte servidor: **NATHAN LUCIO DE LIMA - MATRÍCULA nº 1073.**
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 03 de agosto de 2026.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JÚNIOR
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Matrícula nº 1140

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7DA6BC71

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
PORTARIA N° 171/2026-FMS, 01 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 01 (uma) (diárias) de ¼ **(um quarto)** a servidora **MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS,** Mat. 60442 , ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem, sendo 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos),** a fim de acompanhar pacientes para órgãos Hospitalares, no dia 24 de junho de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 01 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B7625D97

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 170/2026-FMS, 01 DE JULHO DE 2026.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 01 (uma) (diárias) de ¼ **(um quarto)** a servidora **MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS,** Mat. 60442 , ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem, sendo 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos),** a fim de acompanhar pacientes para órgãos Hospitalares, no dia 04 de junho de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 01 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:23D198BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 172/2026-FMS, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a ANA NEILMA PINHEIRO NEVES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **ANA NEILMA PINHEIRO NEVES,** Mat. **058**, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade **SANTA CRUZ/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 06 de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 01 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8AE606A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 173/2026-FMS, DE 01 JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a NATALIA NERI DE AZEVEDO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a **NATALIA NERI DE AZEVEDO, Mat. 853,** ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **CAICÓ/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 21 de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 01 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B437130B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 174/2026-FMS, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a THAISE SOARES DANTAS DE ARAÚJO, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE 1/4 (um quarto)** a **THAISE SOARES DANTAS DE ARAÚJO,** Mat. 770, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **SANTA CRUZ/RN**, para acompanhar pacientes para órgãos hospitalares, no dia no dia 21 de maio de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 01 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E15450F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 175/2026-FMS, DE 02 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSUÉ ARNOUD DA SILVA OLIVEIRA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **08 (oito) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA e 01 (uma) de ⅓ (um terço)** ao servidor **JOSUÉ ARNOUD DA SILVA OLIVEIRA**, Mat. 784, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo: 06 (seis) para a cidade de NATAL/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade de SANTA CRUZ/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de NATAL/RN ao valor unitário de R$ 116,66 (cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 716,66 (setecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 02 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0C7DEA08

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 176/2026-FMS, 02 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a CLEZIO DANTAS DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 DE 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **02 (duas) diárias de ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **CLEZIO DANTAS DE MEDEIROS**, Mat. 1169, ocupante da função de **SUBCOORDENADOR TRANSPORTE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens, sendo **02 (duas)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 02 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1C196487

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 181/2026-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ MEDEIROS DE LIMA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **03 (três) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **JOSÉ MEDEIROS DE LIMA,** Mat. 787, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (duas) para a cidade de **SANTA CRUZ/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta), e 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 212,50 (DUZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9D0C15B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 182/2026-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a RONALDO SALVIANO SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **03 (três) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **RONALDO SALVIANO SILVA,** Mat. 785, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (uma) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 162,50 (DUZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5BF5B9DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 185/2026 - FMS, DE 13 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de OUTUBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **06 (seis) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS,** Mat. 468, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo: 01 (uma) para a cidade de CAICÓ/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 03 (três) para a cidade de NATAL/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade de SANTA CRUZ/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 13 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:07BF920E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 186/2026-FMS, 13 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a LUCIANO JOSÉ APOLINÁRIO XAVIER e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **03 (três) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto)** ao servidor **LUCIANO JOSÉ APOLINÁRIO XAVIER**, Mat. 782, ocupante da função de **motorista da secretaria municipal de saúde** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ALEXANDRIA/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 212,50 (DUZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**
A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 13 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:71142016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 187/2026-FMS, DE 13 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a LINDEMBERGUE MIELE OLIVEIRA LUCAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **05 (cinco) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **LINDEMBERGUE MIELE OLIVEIRA LUCAS**, Mat. 809, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 03 (três) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **PARELHAS/RN** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos),

conforme comprovante em anexo do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 337,50 (TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 13 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C1E07902

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 188/2026-FMS, DE 13 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a PEDRO JULIÃO DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **02 (duas) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto),** ao servidor **PEDRO JULIÃO DA SILVA**, Mat. 786, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 13 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9B8157E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 189/2026-FMS, DE 13 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ CARLOS DANTAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedida **06 (seis) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA e 01 (uma) DIÁRIAS DE 1/3 CADA** ao servidor **JOSÉ CARLOS DANTAS,** Mat. 258, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **MOSSORO/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 116,66 (cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), conforme comprovantes em anexo do mês junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 591,66 (QUINHENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 13 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:734AF11C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 190/2026-FMS, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSENILSON SOARES VICENTE e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **06 (seis) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **JOSENILSON SOARES VICENTE**, Mat. 301, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 425,00 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 14 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:FC7802FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 191/2026-FMS, 15 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a IGOR FAGNER ALVES DOS SANTOS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 04 DE SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **14 (quatorze) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto),** ao servidor **IGOR FAGNER ALVES DOS SANTOS,** Mat. 886, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 06 (seis) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 06 (seis) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade **ASSU/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **PARELHAS/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 825,00 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 15 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3DEF4CA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 192/2026-FMS, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOHNNY EVERTHON FERNANDES COSTA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **08 (oito) DIÁRIA (s) de ¼ (um quarto) e 03 (três) DIÁRIA (s) de ⅓ CADA,** ao servidor **JOHNNY EVERTHON FERNANDES COSTA,** Mat. 899, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada, sendo 08 (oito) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 03 (três) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 116,66 (cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), referentes ao mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 1049,98 (UM MIL E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 15 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:04033832

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 193/2026-FMS, 17 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **06 (seis) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO,** Mat. 887, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de **SANTA CRUZ/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 03 (três) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **MOSSORO/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 275,00 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 17 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:4907A6F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 194/2026-FMS, DE 17 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a SILVINO ARAÚJO NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **06 (seis) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **SILVINO ARAÚJO NETO**, Mat. 842, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 02 (duas) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de julho 2026, totalizando o valor de **R$ 425,00 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 17 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3B6ED072

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 195/2026-FMS, DE 21 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR**, Mat. 1140, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para **ASSEMBLEIA LESGISLATIVA,** para tratar de assunto relacionado ao seu município, no dia 21 de julho de 2026. Conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 21 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças
031.977.534-88

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DC2FB854

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 196/2026-FMS, DE 21 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 03 de setembro de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **04 (quatro) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO**, Mat. 239, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas sendo **04 (quatro)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 21 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BF3AB157

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 197/2026-FMS, 21 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a TEREZINHA NETA DOS SANTOS RODRIGUES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 01 (uma) (diárias) de ¼ (um quarto) a servidora TEREZINHA NETA DOS SANTOS RODRIGUES, Mat. 740, ocupante da função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem, sendo 01 (uma) para a Cidade de NATAL/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, no dia 22 de junho de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 21 de julho de 2026.

Publique-se Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5BA2BD4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 199/2026-FMS, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Concede diária (s) a NATHAN LUCIO DE LIMA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **NATHAN LUCIO DE LIMA,** Mat. 1073, ocupante da função de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** viagem realizada para comparecer a empresa **INTITUTO DE GESTÃO DO RN** tratar de assuntos de interesse do município de SÃO VICENTE/RN, no dia 21 de julho de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 22 julho de outubro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C59CF425

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 200/2026-FMS, DE 27 DE JULHO DE 2026.

Concede diária(s) a MARIA JOSÉ DE MEDEIROS DANTAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 DE 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **03 (três) DIÁRIA (s) INTEGRAL E 01 (uma) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** a servidora **MARIA JOSÉ DE MEDEIROS DANTAS**, Mat. 1128, ocupante da função SUBCOORDENADORA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRA E DE INFORMÁTICA deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **CAICO/RN,** para participar de uma reunião participar de uma oficina de capacitação unificada dos sistemas: SINANNETT, SINAN-ONLINE E E-SUS SINAN, nos dias 03 a 06 de agosto de 2026 conforme anexo, totalizando o valor de **R$ 487,50 (quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 27 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:4A05D2D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 201/2026-FMS, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Concede diária (s) a EMERSON GUSTAVO ALVES GALVAO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **EMERSON GUSTAVO ALVES GALVAO,** Mat. 1109, ocupante da função de **COORDENADOR COMBATE AS ENDEMIAS**, deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** viagem realizada para comparecer em **NATAL-RN** tratar de assuntos de interesse do município de SÃO VICENTE/RN, no dia 28 de julho de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 28 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:CF8CF929

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 262/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 83/2026

CONTRATO Nº.....: 262

ORIGEM.....: Inexigibilidade - 41/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro - na cidade de São Vicente/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.261.481/0001-05

CONTRATADA(O).....: DENTAL SMART COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ: 45.503.295/0001-57 ENDEREÇO R BIBIANO XAVIER, 16, CENTRO, AFONSO BEZERRA/RN CEP:59510000

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário
1	CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS ABRANGENDO PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVÉL, PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL, PROTESE TOTAL MANDIBULAR , PROTESE TOTAL MAXILAR	Unidade		200	225,0000

VALOR TOTAL.....: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Exercício 2026 Atividade 10.301.0013.2041 Manutenção da Atenção Primária á Saúde, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.
negociação com o contratado.

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até 03 de agosto de 2027, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a

DATA DAS ASSINATURAS ELETRÔNICAS .....: 03 de agosto de 2026

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS

PELA CONTRATADA: IGOR MATEUS DE JESUS COSTA CUNHA

FISCAL DO CONTRATO:NATHAN LUCIO DE LIMA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:034EB268

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 20220445

Pregão Eletrônico Nº 023/2022

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na PRAÇA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.308.470/0001-29, representado pelo(a) Sr.(a) Jane Maria Soares de Medeiros, brasileira, casada, Prefeita Municipal, já devidamente qualificada nos autos, registra por intermédio desta **APOSTILA**, de acordo com o Art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, a alteração da razão social da pessoa jurídica NEXUS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, inscrito no sob o n.º CNPJ 11.661.215/0001-70, estabelecida na AVENIDA PRES. GETULIO VARGAS,843, SALA 5, CENTRO, Currais Novos-RN, CEP 59380-000 conforme nona Alteração Contratual averbada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em 22/05/2026 (ID 31625/2026) , mediante os termos que constam do processo eletrônico nº 03003.000129/2026 e nas cláusulas a seguir especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **REGISTRAR** a alteração da razão social NEXUS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.661.215/0001-70, que passa a ser denominada N4 TELECOMUNICACOES LTDA-ME, permanecendo o mesmo CNPJ e sede social localizada na AVENIDA PRES. GETULIO VARGAS,843, SALA 5, CENTRO, Currais Novos-RN, CEP 59380-000, conforme nona Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em 22/05/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Por meio das justificativas apresentadas nos autos do processo eletrônico nº 03003.000129/2026 e com fulcro no Art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993

São Vicente/RN, 03 de agosto de 2026

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
CNPJ(MF) 08.308.470/0001-29
Contratante

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C6BDD9B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 75/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026 - SME

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 14/2026, de 18 de junho de 2026, que institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Senador Elói de Souza/RN;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º e § 1º do referido Decreto, que estabelece a composição da Comissão Gestora e determina a designação de seus membros por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:
Art. 1º. Designar os membros titulares e respectivos suplentes da **Comissão Gestora responsável pela coordenação, acompanhamento e elaboração do Plano Municipal de Educação – PME**, conforme composição abaixo:

Segmento	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Educação (01)	Marcio Gley Cunha	José Adriano de Aquino
Secretaria Municipal de Educação (02)	Lutemberg Lima de Medeiros	Aline Maria de Araujo
Secretaria Municipal de Educação (03)	Priscila Taísa Fernandes Carvalho	Rilana Alves Pereira
Conselho Municipal de Educação	Francis Kennedy Alves da Silva	Joelma Freitas da Silva Pontes
Fórum Permanente Municipal de Educação	Carlos Alexandre de Medeiros	Lourdes Dayane Dantas Constantino
Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores	Severino da Silva Neto	Josineide Alexandre de Araújo Câmara
Sindicato dos Professores e/ou Trabalhadores da Educação	Vanda Maria Moreira de Araújo	Eliano Albino da Silva

Art. 2º. A coordenação da Comissão Gestora será exercida pelo(a) **Secretário(a) Municipal de Educação**, nos termos do § 5º do art. 3º do Decreto Municipal nº 14/2026, podendo ser delegada a servidor(a) formalmente designado(a).

Art. 3º. O exercício das funções dos membros da Comissão Gestora será considerado **serviço público relevante e não remunerado**.

Art. 4º. O mandato dos membros da Comissão Gestora perdurará **até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação**, quando a Comissão será automaticamente encerrada.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 03 de agosto de 2026.

MÁRCIO GLEY CUNHA
Secretário Municipal de Educação Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:853E3D2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 76/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026 - SME

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO FÓRUM PERMANENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN – FPME/SES.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13/2026, de 18 de junho de 2026, que institui o Fórum Permanente Municipal de Educação de Senador Elói de Souza/RN – FPME/SES**;**

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do referido Decreto, que estabelece que os membros titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos segmentos e designados por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros titulares e respectivos suplentes do Fórum Permanente Municipal de Educação de Senador Elói de Souza/RN – FPME/SES, para mandato de 03 (três) anos, conforme composição abaixo:

Segmento	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Educação (01)	Marcio Gley Cunha	José Adriano de Aquino
Secretaria Municipal de Educação (02)	Carlos Alexandre de Medeiros	Aline Maria de Araújo
Conselho Municipal de Educação	Francis Kennedy Alves da Silva	Dalvanice da Silva Santos
Gestores Escolares da Rede Pública Municipal e/ou Estadual	Joelma Freitas da Silva Pontes	Fernanda Bernardo da Silva
Professores da Educação Básica (01)	Angelita Maria da Silva	Maria José Constantino Pereira Aquino
Professores da Educação Básica (02)	Andreia Ribeiro da Silva	Alcione da Costa Silva
Professores da Educação Básica (03)	Maria Luiz de Morais Oliveira	Valcleide Paulo da Silva
Servidores Técnico-Administrativos da Educação	David Figueiredo de Lima	Genielson Gomes Moreira
Estudantes da Educação Básica	Lívia Geovanna Bento de Souza	Nayara Beatriz Ribeiro dos Santos
Pais ou Responsáveis por Estudantes	Lourdes Dayane Dantas Constantino	Maria de Lourdes Bernardo da Silva
Conselho Tutelar	Sócrates Felix da Lima	Danielle da Silva
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Caionara Neves de Araújo	Anabelle Hortêncio da Costa
Câmara Municipal de Vereadores	Severino da Silva Neto	Edivania Pereira Cassimiro Junior
Representações Sindicais vinculadas à Educação	Vanda Maria Moreira de Araújo	Eliano Albino da Silva
Movimentos Sociais e Sociedade Civil Organizada (01)	Gildécio Hortêncio da Costa	Priscila Taísa Fernandes Carvalho
Movimentos Sociais e Sociedade Civil Organizada (02)	Láercio Hortêncio da Costa	Rehversson Hortêncio da Costa

Art. 2º. Os membros designados exercerão mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução por igual período, na forma prevista no Decreto Municipal nº 13/2026.

Art. 3º. A participação dos membros no Fórum Permanente Municipal de Educação constitui serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 4º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 03 de agosto de 2026.

MÁRCIO GLEY CUNHA
Secretário Municipal de Educação Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:9581981B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN

CONVOCAÇÃO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em 09 de fevereiro de 2026, Edição nº 3726, cuja autenticidade pode ser verificada mediante o código identificador no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/),
CONVOCA
A candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, para comparecer à Secretaria Municipal de Educação de Senador Georgino Avelino/RN, a fim de apresentar a documentação exigida no edital e assumir o exercício de suas funções.
10º LUGAR- MAT 58 –Andressa Silva Moares
A candidata convocada deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, situada na sede da Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta convocação, munida dos documentos exigidos no Edital do Processo Seletivo Simplificado.
O não comparecimento no prazo estabelecido, ou a ausência da documentação necessária, implicará na desistência tácita da vaga, autorizando a Administração Pública a proceder à convocação do candidato subsequente, observada rigorosamente a ordem de classificação.

Senador Georgino Avelino/RN, 03 de agosto de 2026.

STELA BARBOSA DE SENA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:8E48613D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 122/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Executivo nº 067/2023,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) meia diária a servidora RANIELLE INACIO DOS SANTOS , CPF nº 066.292.904-XX, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, para participar do (RE) CONEXÕES, programa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que será realizado nos dias 04 e 05 de Agosto de 2026 no Complexo Cultural Rampa na Rua Cel Flaminio, Natal/RN.

O valor da meia diária será de R$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:4C5F72BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Executivo nº 067/2023,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) meia diária a servidora CECILIA EDUARDA LIMA DA SILVA , CPF nº 0704.606.624-XX, Coordenadora Geral na Secretaria Municipal de Educação, para participar do (RE) CONEXÕES, programa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que será realizado nos dias 04 e 05 de Agosto de 2026 no Complexo Cultural Rampa na Rua Cel Flaminio, Natal/RN.

O valor da meia diária será de R$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:0408645A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
3º AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DAS BARRACAS DA FEIRA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna publico interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;
A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Contratação de empresa ou pessoas física para prestação de serviços para reforma das barracas da Feira da Agricultura Municipal, localizada em Carnaúba - Senador Georgino Avelino/RN, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Senador Georgino Avelino/RN.

QUANTIDADE:

1 °Serviços para reforma/manutenção das 10 barracas, incluindo: Substituição de lonas antigas, para novas lonas reforçadas, impermeável, com proteção contra raios UV e resistência a rasgos. - Pintura das barracas - Reparos com soldas e rebites em todas as estruturas das 10 barracas. **10** Serviços.

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível. As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail cplsgavelinolicitacoes2020@gmail.com, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão.
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até ás 10hs do dia 06/08/2026.

Senador Georgino Avelino, 03 de Agosto de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:BB4848C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;

A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN

Especificações:

N	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	**Conjunto de Placas de Denominação de Ruas - Confecção, fornecimento e instalação de conjunto de placas de denominação de ruas, composto por 02 (duas) placas medindo 50 x 25 cm cada, confeccionadas em chapa de aço galvanizado nº 20, com identificação do nome da via em adesivo vinílico de alta performance, resistente à ação dos raios UV, intempéries e umidade, com aplicação de verniz**	100 conjuntos

	automotivo PU para maior proteção e durabilidade. As placas deverão ser fixadas 01 cano de 02 polegadas galvanizadas medindo 03 metros, chumbado com concreto no local indicado. O fornecimento deverá contemplar todos os materiais, insumos, ferragens, transporte, mão de obra, instalação e acabamento necessários à perfeita execução dos serviços, conforme locais indicados pela Administração Municipal.	
2	**Placas de Sinalização Viária – Confecção, fornecimento e instalação de placas de sinalização viária, medindo 50 x 50 cm, confeccionadas em chapa de aço galvanizado nº 20, com aplicação de película refletiva de alta intensidade, resistente à ação dos raios UV, intempéries e umidade, em conformidade com as normas vigentes do CONTRAN e do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito. A placa deverá ser instalada em 01 (um) tubo de aço galvanizado de 2" (duas polegadas), com 3,00 metros de comprimento, fixada por meio de abraçadeiras e parafusos galvanizados, com chumbamento em base de concreto no local indicado pela Administração Municipal. O fornecimento deverá contemplar todos os materiais, insumos, ferragens, concreto, transporte, mão de obra, instalação e acabamento necessários à perfeita execução dos serviços.**	30 unidades

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: **dispensa.georginoavelino@gmail.com**, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até as 10h do dia 06/08/2026.

Senador Georgino Avelino, 03 de agosto de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:B9A51B70

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA O INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

JUSTIFICATIVA PARA O INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060001/2026

Após análise dos argumentos apresentados pela empresa **LAGB Acessório e Peças Ltda**, conclui-se que a impugnação não merece acolhimento, uma vez que não foram demonstrados elementos técnicos ou jurídicos capazes de evidenciar ilegalidade ou restrição indevida à competitividade decorrente do prazo de entrega de **05 (cinco) dias úteis**, previsto no Termo de Referência.
A Administração Pública possui competência para estabelecer as condições de execução contratual, desde que estas estejam fundamentadas na necessidade do interesse público e observem os princípios previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, especialmente os princípios da legalidade, da isonomia, da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade, do planejamento e da seleção da proposta mais vantajosa.
No presente caso, o prazo estipulado decorre de necessidade administrativa previamente identificada durante a fase de planejamento da contratação, considerando que o objeto consiste na aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de aro destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, composta por veículos e máquinas utilizados na prestação de serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e administração.
A indisponibilidade desses insumos pode ocasionar a paralisação de veículos oficiais, comprometendo diretamente a continuidade dos serviços públicos e o atendimento à população, circunstância que justifica a fixação de prazo reduzido para entrega dos materiais.
Importa destacar que a empresa impugnante limitou-se a alegações genéricas acerca da suposta restrição à competitividade, sem apresentar estudos de mercado, manifestações de fabricantes, informações logísticas, documentos técnicos ou qualquer outro elemento probatório que demonstrasse, de forma objetiva, a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido ou que evidenciasse sua incompatibilidade com a realidade do mercado fornecedor.
Além disso, o edital não estabelece qualquer exigência relacionada à localização geográfica dos licitantes, inexistindo obrigação de manutenção de sede, filial, depósito ou representante comercial no Município de Senador Georgino Avelino/RN ou em qualquer outra localidade, assegurando-se plena observância ao princípio da isonomia e à ampla competitividade.
Cumpre ressaltar que eventuais custos logísticos, estrutura operacional, formação de estoque e planejamento de distribuição constituem fatores inerentes à atividade empresarial e devem ser considerados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas, não sendo possível transferir à Administração Pública os riscos decorrentes da organização interna de cada fornecedor.
O prazo estabelecido mostra-se compatível com a natureza do objeto e proporcional às necessidades da Administração, inexistindo qualquer demonstração de que seja inexequível para fornecedores regularmente estabelecidos no mercado nacional.
Ademais, em observância aos princípios da boa governança, da transparência e do planejamento, a Administração adotará medidas destinadas a conferir maior segurança jurídica à execução contratual, tais como a contagem do prazo a partir do efetivo recebimento da ordem de compra, a adequada identificação dos itens e quantitativos solicitados, o planejamento das requisições pelos setores demandantes e a análise individualizada de eventuais hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas, sem que tais providências impliquem alteração das condições originalmente previstas no edital.
Dessa forma, considerando que o prazo de entrega previsto no instrumento convocatório encontra respaldo na necessidade administrativa, atende ao interesse público, observa os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e não foi demonstrada qualquer restrição indevida à competitividade, conclui-se pelo **indeferimento da impugnação**, mantendo-se integralmente o prazo de **05 (cinco) dias úteis** previsto no item 2.2.3 do Termo de Referência e nas demais disposições correlatas do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2026.

Senador Georgino Avelino, 03 de Agosto de 2026

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

MARIA DO CARMO LINS DA SILVA
Equipe de Apoio

MARIA SILVANA FERREIRA COSME
Equipe de Apoio

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:C75C3BB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 191-2026, 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe, em caráter excepcional, sobre os prazos de vencimento do IPTU do exercício de 2026 nos lançamentos originários ou complementares decorrentes da implantação e consolidação do Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento nos arts. 3º, 4º, 13 a 29 e 260 e 261 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 15 de dezembro de 2022, bem como na Lei Complementar Municipal nº 001, de 8 de novembro de 2024,

CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 001/2022 estabelece que o recolhimento dos tributos municipais será realizado na forma e nos prazos definidos em regulamento e autoriza, conforme a peculiaridade de cada tributo, a fixação de novos prazos de pagamento;

CONSIDERANDO que o art. 29, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 001/2022 admite o pagamento do IPTU em quota única ou em até oito prestações mensais, na forma regulamentar;

CONSIDERANDO que os arts. 13, 24 e 25 do Código Tributário Municipal autorizam a inscrição e o lançamento de ofício dos imóveis não cadastrados, sem prejuízo da regular notificação do sujeito passivo e do direito de impugnação;

CONSIDERANDO que a implantação e consolidação do Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, com levantamento de campo, georreferenciamento, conferência documental e validação de dados, ocasionou o processamento tardio de parcela dos lançamentos do IPTU do exercício de 2026, conforme Parecer Técnico nº 010/2026 e demais elementos do processo administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos contribuintes notificados tardiamente oportunidade de pagamento compatível com aquela conferida nos lançamentos ordinários, observados a igualdade, a segurança jurídica, a razoabilidade, a boa-fé, o contraditório e a eficiência administrativa;

CONSIDERANDO que a fixação inicial de vencimentos para créditos ainda não vencidos não altera o fato gerador, a base de cálculo, a alíquota, o sujeito passivo, o valor do crédito ou o exercício a que se refere o IPTU, nem concede remissão, anistia, isenção, desconto, moratória de crédito vencido ou dispensa de acréscimos legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o calendário excepcional com o controle da arrecadação, a programação financeira -e o registro da receita no exercício de seu efetivo recebimento.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto disciplina, em caráter excepcional e transitório, os vencimentos do IPTU do exercício de 2026 relativos aos lançamentos originários ou complementares decorrentes da implantação, atualização e consolidação do Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, desde que regularmente notificados entre a data de publicação deste Decreto e 31 de dezembro de 2026.
§ 1º O regime deste Decreto aplica-se somente aos créditos que, na data de sua publicação, não estejam vencidos e cujo calendário inicial de pagamento seja estabelecido por ocasião da notificação do lançamento.
§ 2º Ficam excluídos deste Decreto:
I - os créditos com vencimento já ocorrido, inscritos ou não em dívida ativa;
II - os parcelamentos de créditos vencidos e os acordos tributários já formalizados;
III - os lançamentos ordinários regularmente abrangidos pelo calendário geral do Decreto Municipal nº 187, de 14 de julho de 2026; e
IV - os imóveis cuja incidência do IPTU no exercício de 2026 não esteja individualmente demonstrada pela Administração Tributária.
Art. 2º A inclusão de lançamento no calendário excepcional dependerá de validação da Administração Tributária quanto:
I - à ocorrência do fato gerador e à situação territorial e jurídica do imóvel em 1º de janeiro de 2026;
II - à correspondência do imóvel com a zona, o setor, a quadra e os valores legalmente aplicáveis da Planta Genérica de Valores;
III - à identificação do sujeito passivo, sem prejuízo das regras de responsabilidade tributária;
IV - à memória individual de cálculo, com indicação da área, do valor venal, da alíquota, do exercício e do montante lançado; e
V - à regular notificação do lançamento.
§ 1º A inclusão do imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário e o lançamento do IPTU não importam reconhecimento de propriedade ou posse legítima, aprovação de parcelamento do solo, regularização fundiária, concessão de licença, alvará ou habite-se, nem convalidação de obra ou ocupação irregular.
§ 2º Este Decreto não altera o perímetro urbano, as zonas de expansão urbana, a Planta Genérica de Valores, as alíquotas, os critérios de cálculo ou qualquer elemento material da obrigação tributária.
§ 3º A mera inclusão do imóvel no levantamento cadastral ou georreferenciado não autoriza a incidência do IPTU sem o preenchimento dos requisitos da legislação municipal e do art. 32 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.
Art. 3º O IPTU abrangido por este Decreto poderá ser pago em quota única ou em prestações mensais e sucessivas, observado o limite máximo de seis prestações.
§ 1º O vencimento da quota única e da primeira prestação ocorrerá trinta dias após a data em que o sujeito passivo for considerado validamente notificado do lançamento.
§ 2º As prestações subsequentes vencerão mensalmente, em dia correspondente ao do primeiro vencimento, sem ultrapassar 30 de abril de 2027.
§ 3º Quando o dia do vencimento não existir no mês correspondente ou recair em dia sem expediente bancário municipal, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem acréscimos.
§ 4º O número de prestações será definido automaticamente conforme o período existente entre o primeiro vencimento e o termo final previsto no § 2º, sem exceder seis prestações.
§ 5º As prestações serão de igual valor, ressalvado o ajuste de centavos na última, e as respectivas datas deverão constar expressamente do Documento de Arrecadação Municipal e da notificação do lançamento.
Art. 4º A opção pela quota única ou pelo pagamento em prestações será exercida mediante o pagamento tempestivo da alternativa escolhida pelo sujeito passivo.
§ 1º A quota única e as prestações previstas neste Decreto corresponderão ao valor integral do crédito lançado, sem prejuízo de correção decorrente de impugnação ou revisão administrativa.
§ 2º Os vencimentos instituídos por este Decreto não prorrogam, restabelecem ou ampliam desconto, redução ou outro benefício fiscal previsto para prazo ou condição específica no Decreto Municipal nº 187/2026 ou em outro ato normativo.
§ 3º A concessão de eventual benefício fiscal aos lançamentos tardios dependerá de ato próprio, precedido de análise jurídica e fiscal específica.
Art. 5º A notificação do lançamento observará o art. 27 da Lei Complementar Municipal nº 001/2022 e conterá, no mínimo:
I - a identificação do sujeito passivo e do imóvel;
II - o número da inscrição imobiliária, o exercício e a natureza predial ou territorial do lançamento;
III - a área do terreno e da edificação, o valor venal, a alíquota e a memória resumida do cálculo;
IV - o valor total, a opção de quota única, a quantidade e as datas exatas das prestações;
V - a indicação do prazo, da autoridade e do meio para reclamação ou impugnação; e

VI - os canais para obtenção da memória detalhada, correção cadastral e emissão do Documento de Arrecadação Municipal.
Parágrafo único. A Administração Tributária manterá no processo ou sistema próprio prova auditável da forma e da data da notificação de cada lançamento.
Art. 6º Ficam integralmente preservados os direitos de reclamação, impugnação e recurso previstos na legislação tributária municipal.
§ 1º A reclamação, a impugnação e o recurso produzirão os efeitos previstos no Código Tributário Municipal, inclusive quanto à suspensão da cobrança e à incidência de multa, juros e atualização após a decisão definitiva.
§ 2º Mantido ou revisto o lançamento após decisão administrativa definitiva, o sujeito passivo será notificado do resultado e receberá novo Documento de Arrecadação Municipal, com o valor e o prazo de pagamento definidos conforme a legislação tributária aplicável.
§ 3º Reconhecido erro total ou parcial no lançamento, a Administração Tributária efetuará a correção e afastará os encargos incidentes sobre a parcela considerada indevida.
Art. 7º A multa de mora, os juros, a atualização monetária e as demais consequências do inadimplemento incidirão individualmente sobre cada prestação não paga, a partir do dia subsequente ao respectivo vencimento, na forma dos arts. 260 e 261 da Lei Complementar Municipal nº 001/2022.
§ 1º Não incidirão acréscimos moratórios antes das datas de vencimento indicadas na notificação e no Documento de Arrecadação Municipal.
§ 2º A inscrição em dívida ativa somente poderá alcançar crédito exigível, líquido e certo, após o vencimento e a conclusão do procedimento administrativo cabível.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Tributação encaminhará, mensalmente, à Secretaria Municipal de Finanças, ao Controle Interno e à Procuradoria-Geral do Município relatório consolidado contendo:
I - quantidade e valor dos lançamentos incluídos no regime excepcional;
II - datas e meios de notificação;
III - valores arrecadados em 2026 e 2027;
IV - impugnações, revisões, cancelamentos e valores correspondentes; e
V - prestações vencidas e providências de cobrança.
Parágrafo único. A receita será registrada no exercício de seu efetivo recebimento, observadas a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as normas contábeis aplicáveis ao setor público.
Art. 9º A Secretaria Municipal de Tributação poderá expedir instruções exclusivamente operacionais para execução deste Decreto, vedada a alteração de sua abrangência, dos prazos mínimos, do termo final, do número máximo de prestações ou a criação de desconto, redução, remissão, anistia, dispensa de encargos ou outra vantagem fiscal.
Art. 10. O Decreto Municipal nº 187, de 14 de julho de 2026, permanece aplicável aos lançamentos ordinários e, quanto aos lançamentos abrangidos por este Decreto, apenas naquilo que for expressamente compatível com suas disposições.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e não se aplica a lançamentos notificados após 31 de dezembro de 2026, sem prejuízo da constituição posterior de créditos tributários dentro do prazo legal.

Serra de São Bento/RN, 31 de julho de 2026.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:BB18DCDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 275-2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Serra de São Bento/RN e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Serra de São Bento/RN, a Política Municipal de Alfabetização, com a finalidade de assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais que apresentem defasagens no processo de leitura, escrita e letramento.

Parágrafo único - A Política Municipal de Alfabetização observará o regime de colaboração entre União, Estado e Município, em consonância com a Lei Federal nº 9.394/1996, a Lei Federal nº 15.247/2025, o Decreto Estadual nº 33.990/2024, o Decreto Municipal nº 159/2025 e os documentos curriculares vigentes.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – identificar, acompanhar e reduzir defasagens de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – fortalecer as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores, por meio de formação continuada e acompanhamento pedagógico;
IV – utilizar indicadores educacionais para o planejamento, o monitoramento e o aperfeiçoamento das ações de alfabetização;
V – incentivar a participação das famílias e da comunidade escolar na promoção da aprendizagem.
Art. 3º A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará as seguintes diretrizes:
I – valorização da alfabetização como direito fundamental da criança e condição essencial para a continuidade da trajetória escolar;
II – promoção da equidade educacional, com atenção às especificidades dos estudantes e às desigualdades de aprendizagem;
III – articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, garantindo continuidade ao desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e letramento;
IV – formação continuada dos profissionais que atuam na alfabetização e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – acompanhamento sistemático da aprendizagem, mediante avaliações diagnósticas, formativas e de monitoramento;
VI – adoção de práticas pedagógicas orientadas pelos documentos curriculares vigentes e por evidências educacionais, respeitada a autonomia pedagógica dos profissionais da educação e das unidades escolares.

EMENDA ADITIVA 001/2026, de 03 de agosto de 2026.

Adita artigo a Lei Municipal nº 275/2026, de 03 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Serra de São Bento/RN.

Art. 1º - A Política Municipal de Alfabetização de Serra de São Bento/RN assegurará, de forma complementar, ações pedagógicas estratégicas de recomposição da aprendizagem voltadas aos estudantes matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentarem defasagens nos níveis de alfabetização, letramento e fluência leitora.

Paragráfo Único - As ações de que trata o caput deste artigo contemplarão:

I - Triagem e diagnóstico periódico dos níveis de leitura e escrita dos estudantes;
II - Oferta de apoio pedagógico focado e materiais didáticos complementares específicos; e

III - Formação continuada para os professores regentes dessas turmas visando sanar as distorções de aprendizagem.

CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DO MONITORAMENTO

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida, especialmente, pelos seguintes eixos de atuação:
I – planejamento e gestão pedagógica das ações de alfabetização;
II – formação continuada dos profissionais da educação;
III – acompanhamento pedagógico das unidades escolares;
IV – avaliação, monitoramento e análise dos resultados de aprendizagem;
V – recomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagem;
VI – mobilização das famílias e da comunidade escolar.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, executar, acompanhar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, cabendo-lhe:
I – elaborar e executar o Plano Municipal de Alfabetização, ou plano de ação equivalente, em consonância com as políticas nacional e estadual;
II – promover ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico e assessoramento técnico às unidades escolares;
III – organizar mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados, com base em indicadores de aprendizagem;
IV – planejar ações de recomposição das aprendizagens para estudantes que apresentem defasagens;
V – estimular a participação das famílias e da comunidade escolar nas ações de alfabetização;
VI – celebrar parcerias e instrumentos de cooperação técnica com órgãos públicos e instituições públicas ou privadas, observada a legislação vigente.
Art. 6º O Plano Municipal de Alfabetização, ou plano de ação equivalente, poderá conter metas, ações, responsáveis, cronograma e indicadores de acompanhamento, observados o porte do Município, as condições da Rede Municipal de Ensino e a disponibilidade administrativa, pedagógica e orçamentária.
Art. 7º Para fins de acompanhamento da política instituída por esta Lei, o Poder Executivo poderá instituir, por ato próprio, grupo técnico ou comissão de acompanhamento, sem criação de cargos, funções remuneradas ou despesa obrigatória de caráter continuado.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, observada a legislação orçamentária e financeira aplicável.
Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para disciplinar os procedimentos necessários à implementação, ao acompanhamento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Serra de São Bento/RN, 03 de agosto de 2026.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:17200C53

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 186, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 186, de 03 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Concessão 02 (suas) diárias para Huenderson Kenedy de Moura Azevedo, Secretário Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN, CPF: 702.978.424-39 Matricula: 007798-4, destinadas ao custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, visando a participação no evento (re) CONEXÕES, programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que será realizado nos dias 04 e 05 de agosto, no Complexo Cultural Rampa (R. Cel. Flamínio, 1 - Santos Reis, Natal - RN, 59037-155).
A presente solicitação visa justificar a concessão de 02 (duas) diárias ao Secretário Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN, Huenderson Kenedy de Moura Azevedo, para custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana na cidade de Natal/RN, nos dias 04 e 05 de agosto. A liberação do recurso é indispensável para viabilizar a representação máxima da pasta cultural do município no evento (re) CONEXÕES, programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), sediado no Complexo Cultural Rampa. A pertinência desta despesa ampara-se no convite oficial expedido pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT/RN), que destaca o programa como uma iniciativa essencial para a articulação federativa e a construção colaborativa de políticas públicas voltadas aos museus. Conforme expressamente ressaltado no documento estadual, a participação dos Secretários Municipais de Cultura é considerada fundamental para enriquecer as discussões, fortalecer a cooperação entre o Estado e os municípios, e contribuir para a construção de uma agenda integrada de preservação do patrimônio cultural potiguar.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Serra do Mel/RN, 03 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:AA053D0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 187, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 187, de 03 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Concessão de 02 (duas) diárias para Francisco Bezerra Dantas Filho, Diretor Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN, CPF: 009.700.614-98, Matricula: 007689-3, destinadas ao custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, visando acompanhar o Secretário Municipal de Cultura, Huenderson Kenedy de Moura Azevedo, que irão participar do evento (re) CONEXÕES, programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que será realizado nos dias 04 e 05 de agosto, no Complexo Cultural Rampa (R. Cel. Flamínio, 1 - Santos Reis, Natal - RN, 59037-155).
A presente solicitação visa justificar a concessão de 02 (duas) diárias ao Diretor Municipal de Cultura, Francisco Bezerra Dantas Filho, para custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, nos dias 04 e 05 de agosto. O recurso é necessário para o acompanhamento institucional do Secretário Municipal de Cultura, Huenderson Kenedy de Moura Azevedo, durante o programa (re) CONEXÕES, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no Complexo Cultural Rampa. A

pertinência desta despesa fundamenta-se no convite oficial expedido pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT/RN), que ressalta o evento como uma iniciativa essencial de fortalecimento do campo museológico brasileiro, com foco na articulação federativa e na construção colaborativa de políticas públicas. A participação conjunta da gestão municipal é uma oportunidade estratégica para integrar os debates sobre a preservação do patrimônio cultural, a valorização da memória e a ampliação da cooperação entre o Estado e os municípios.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 03 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:FEBB3DC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

O **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.755.971/0001-20, sito a av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, na cidade de Serra do Mel/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e DE OUTRO LADO o(a) **FORT FRIO COMÉRCIO, LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 18.516.925/0001-55, Endereço: Alto da Conceição, CEP 59.600-480, Mossoró/RN, e-mail): fort.frio@outlook.com.br, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº 733/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 16/2026.

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas, com reposição de peças e acessórios originais ou de primeira linha, em atendimento as necessidades da manutenção de toda frota oficial que está à disposição do município de Serra do Mel/RN.

Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITENS	UNID	VL INICIAL	SALDO R$	Desconto
42356 PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	UND	750.000,00	R$ 750.000,00	1,00%
42357 MÃO DE OBRA - VEÍCULOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	Hora	248,25	R$ 744.750,00	8,00%
28395 PEÇAS E ACESSÓRIO - VEICULOS GRANDE PORTE	Pç	1.100.000,00	R$ 1.100.000,00	1,00%
28320 MÃO DE OBRA - VEICULOS GRANDE PORTE	Hora	948.750,00	R$ 948.750,00	13,00%
44484 PEÇAS E ACESSÓRIOS - MÁQUINAS PESADAS	Unid	1.100.000,00	R$ 1.100.000,00	1,00%
44483 MÃO DE OBRA - MÁQUINAS PESADAS	Hora	460,75	R$ 1.382.250,00	6,80%
SALDO FINAL			**R$ 6.025.750,00**	

Por se tratar de contratação continuada o prazo de vigência é de **12 meses**, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Serra do Mel/RN, 29 de julho de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:487259F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 087/2025 DO CREDENCIAMENTO N° 02/2025.

Termo de aditivo ao Contrato de execução de serviços entre a O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **SOMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.777.742/0001-11, plenamente qualificada nos autos, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo no CREDENCIAMENTO nº 02/2025, em obediência à Lei nº 14.133/21.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato para contratação de pessoas jurídicas destinadas à realização de procedimentos com finalidade diagnóstica, em caráter complementar à rede municipal de assistência à saúde, destinados aos usuários de saúde que necessitam dos serviços.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu aditamento de PRAZO ao contrato por mais **12 (doze) meses.**

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel/RN, 29 de julho de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:52A789DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 088/2025 DO CREDENCIAMENTO N° 02/2025.

Termo de aditivo ao Contrato de execução de serviços entre a O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **BIOMED SERVICOS E CONSULTORIA EM SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.396.298/0001-15, plenamente qualificada nos autos, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo no CREDENCIAMENTO nº 02/2025, em obediência à Lei nº 14.133/21.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato para contratação de pessoas jurídicas destinadas à realização de procedimentos com finalidade diagnóstica, em caráter complementar à rede municipal de assistência à saúde, destinados aos usuários de saúde que necessitam dos serviços.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu aditamento de PRAZO ao contrato por mais **12 (doze) meses.**

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel/RN, 29 de julho de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:9F0CCC7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE QUANTIDADE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 495/2024.

Termo de aditivo ao contrato de execução de serviços entre a O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado **DOISE PROJEJOS E CONSTRUCOES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.254.143/0001-41, plenamente qualificada nos autos, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE QUANTIDADE AO CONTRATO, com amparo na Concorrência Eletrônica nº 03/2024, em obediência à Lei nº 14.133/2021.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de quantidade ao contrato para Contratação de empresa para a execução de uma obra de reforme e ampliação da unidade mista Dr. Silvio Romero – 2º etapa, na Vila Brasília, no município de Serra do Mel/RN.

O valor a que se refere à Cláusula Quarta do presente Contrato deverá ser aumentado em mais **R$ 59.817,42** (cinquenta e nove mil e oitocentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos), conforme justificativa técnica anexada aos autos.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel/RN, 29 de julho de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:1F8AA64C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 018/2026

PORTARIA Nº 018, DE 01 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERA, o(a) senhor(a) GARDENNIA MORENO DE LUCENA do cargo de COORDENADOR DE PROCESSOS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, e, tendo em vista lei municipal nº 993, de 03 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR**,** o(a) senhor(a) GARDENNIA MORENO DE LUCENA do cargo de COORDENADOR DE PROCESSOS lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, constante da Estrutura Administrativa do Município.
Art. 2º - Essa portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de agosto de 2026, revogando-se a disposição em contrário.

Serra do Mel/RN, 01 de agosto de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:7DAFB63E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
(*)EXTRATO DE CONTRATO

(*)EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN
CNPJ: 08.144.792/0001-80
Contratada: SILVA RIBEIRO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 49.572.307/0001-56
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN
Valor: R$ 2.561.125,33
Fundamentação legal:
LEI FEDERAL nº 14.133/21 e alterações posteriores.
Dotação orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33.90.39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Vigência do contrato: 12 meses
Vinculação: O presente extrato vincula-se a Concorrência Eletrônica nº. 002/2026.

Serrinha/RN, 10 de junho de 2026.

Prefeitura Municipal de Serrinha/RN
KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEAO DE LIMA
Pelo Contratante

Silva Ribeiro Comercio e Serviços LTDA
CNPJ: 49.572.307/0001-56
GIRLEIDE RAQUEL DA SILVA BARBOSA RIBEIRO
CPF:067.xxx.xxx-65
Pela Contratada

* Republicado por incorreção em razão de erro de digitação em publicação veiculada no Diário Oficial da FEMURN em 16/06/2026 – Edição 3813.

Publicado por:
Samuel Duarte de Souza
Código Identificador:CC13DB4E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN
CNPJ: 08.144.792/0001-80
Contratada: AG SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 42.386.488/0001-87
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços itinerantes por meio de unidade móvel tipo ônibus adaptado e equipado, destinada à realização de atendimentos e ações itinerantes de saúde, educação em saúde junto às comunidades urbanas e rurais do município, incluindo disponibilização do veículo, manutenção, operação, equipamentos, mobiliários, insumos, equipe de apoio e demais estruturas necessárias à execução dos serviços.
Dotação orçamentária:
11.001- SECRETARIA MUNCIPAL DE SAUDE
Fundamentação: Lei Federal nº. 14.133/21
Vigência: 27/07/2026 a 26/07/2027.

Serrinha/RN, 27 de julho de 2026.

Signatários:
Kauanny Sthefany Clemente Leão de Lima
Prefeita Municipal de Serrinha/RN
P/ Contratante

AG SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 42.386.488/0001-87
P/ Contratada

Publicado por:
Samuel Duarte de Souza
Código Identificador:2523D03A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 030801/2026 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN CONTRATADO: PALLOMA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 090700021/2026
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 030801/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN
CONTRATADO: PALLOMA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

OBJETIVO: Constitui o objeto do presente do contrato o objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, consultoria e assessoramento tributário destinados à revisão, recuperação, incremento e otimização das receitas municipais decorrentes do IPM, ICMS, IRRF, FUNDEB e da atualização da legislação tributária.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2026

Unidade Gestora	*Unidade Orçamentária*	*Dotação*	*Valor*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*020400*	*2006.33903900-15000000*	*54.000,00*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.
VIGÊNCIA: Início 03/08/2026 fim 03/08/2027
LOCAL DE DATA: SERRINHA DOS PINTOS/RN, 03/08/2026

ASSINANTES:
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA – PREFEITA MUNICIPAL
PALLOMA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - CONTRATADA

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:494F2090

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 120/2026 DE 29 DE JULHO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO DE 03 (TRÊS) MESES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDILSON ARMANDO DA SILVA, MATRICULA Nº 0521998, OCUPANTE DO CARGO DE GARI PADRÃO

PORTARIA Nº. 120/2026 DE 29 DE JULHO DE 2026.

Concede Férias prêmio de 03 (três) meses a servidor Público Municipal, efetivo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 106 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio de 90 (noventa) dias com início acontar do dia 29 (vinte e nove) de julho de 2026 a 24 (vinte e seis) de outubro de 2026 a (o) Servidor (a) público (a) **EDILSON ARMANDO DA SILVA,** matricula nº 0521998, ocupante do Cargo de **Gari Padrão A – Nível - V**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente**.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 29 de julho de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:00A84B1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 121/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO DE 90 (NOVENTA) DIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ROSÁLIO FERNANDES DE QUEIROZ, ADMITIDO EM 03/07/2000, MATRICULA 1722000, OCUPANTE DO CARGO DE ASG

PORTARIA Nº. 121/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Férias prêmio de 90 (noventa) dias a servidor Público Municipal, efetivo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 106 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio de 90 (noventa) dias com início acontar do dia 03 (três) de agosto de 2026 a 31 (trinta e um) de outubro de 2026 a (o) Servidor (a) público (a) **ROSÁLIO FERNANDES DE QUEIROZ**, admitido em 03/07/2000, matricula 1722000, ocupante do Cargo de ASG – PADRÃO - A – NÍVEL - V, lotado (a) na Secretaria de Municipal de Educação
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 03 de agosto de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:13940C23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 122/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO DE 90 (NOVENTA) DIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NILZINEIDE MARIA DE QUEIROZ, ADMITIDA EM 03/07/2000, MATRICULA 1702000, OCUPANTE DO CARGO DE ASG

PORTARIA Nº. 122/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Férias prêmio de 90 (noventa) dias a servidor Público Municipal, efetivo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 106 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio de 90 (noventa) dias com início acontar do dia 03 (três) de agosto de 2026 a 31 (trinta e um) de outubro de 2026 a (o) Servidor (a) público (a) **NILZINEIDE MARIA DE QUEIROZ,** admitida em 03/07/2000, matricula 1702000, ocupante do Cargo de ASG – PADRÃO – NÍVEL - V, lotado (a) na Secretaria de Municipal de Educação
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 03 de agosto de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:F67C39B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 310701/2026

O(A) Prefeitura Municipal de Severiano Melo, por intermédio do Agente de Contratação, torna público que do dia 04/08/2026 (Horário de Brasília/DF) até as 09 horas do dia 07/08/2026, estará disponível para receber propostas a Dispensa de Licitação nº 310701/2026 - tipo "menor preço". A presente licitação tem por finalidade a Aquisição de peças para manutenção preventiva e corretivo da Van DUCATO ENGESIGEXE modelo 2021 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Severiano Melo/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, Fundamentação Legal: Lei Nº 14.133. Na fase externa, o Aviso de Contratação Direta do certame estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos: https://severianomelo.rn.gov.br/, podendo ser a proposta encaminhada exclusivamente via e-mail: **cplseverianomelo@gmail.com**

Severiano Melo/RN, 3 de agosto de 2026.

VITOR MATEUS MORAIS DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:E4321192

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: Dispensa nº 220701/2026. Objeto: Contratação de profissional especializado em Serviços de Lavagem de veículos para que possa prestar os serviços nos veículos lotados nas Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN. Vencedor(es):

Fornecedor	Item	Valor total (R$)
150 - SIDNEY GOMES HOLANDA CAMPELO	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11	60.850,00

- Valor total de R$ 60.850,00. Conforme ata de sessão anexada aos autos.

Homologo a Licitação na forma da Lei nº 14.133/21 – JACINTO LOPES DE CARVALHO. 03/08/2026.

SEVERIANO MELO - RN, 03/08/2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:60460A80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: Dispensa nº 240701/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) da sede UBS - Prefeito Genildo Melo, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN. Vencedor(es):

Fornecedor	Item	Valor total (R$)
208 - F J CIRIACO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	1	105.498,86

- Valor total de R$ 105.498,86. Conforme ata de sessão anexada aos autos.

Homologo a Licitação na forma da Lei nº 14.133/21 – FRANCISCO SALES REGIS BESSA. 03/08/2026.

SEVERIANO MELO - RN, 03/08/2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:53F5DDBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 170701/2026
OBJETO: Contratação de empresa para Licença de Uso de Sistema de Gestão Pública, inclusos serviços de migração base de dados, implantação, capacitação, suporte técnico, manutenção legal e corretiva e provimento de data center para o município de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Pregão 16/2026PE
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Severiano Melo 08.358.046/0001-99
CONTRATADA(O): SISTEMAS INTEGRADOS APLICADO AO SETOR PUBLICO LTDA 18.603.971/0001-91
VALOR TOTAL: R$ 433.800,00
VIGÊNCIA: 24/07/2026 a 17/07/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 527 - 2 . 2003 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:F55E9005

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026
A Prefeitura Municipal de Taipu/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 030/2023, conforme a seguir delineado: OBJETO: contratação de apresentação artística, para realização de show musical com duração de 02 (duas) horas, durante a programação do projeto Sexta da Cultura, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura do Município de Taipu/RN, a ser realizado no dia 07 de agosto de 2026, na Praça Pública Nossa Senhora do Livramento, através do e-mail:

cpl@taipu.rn.gov.br As propostas e a documentação de habilitação serão recebidas até do dia 06 de agosto de 2026, encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: cpl@taipu.rn.gov.br Informações e esclarecimentos através do e-mail: cpl@taipu.rn.gov.br
Taipu/RN, 03 de agosto de 2026.

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO/
Agente de Contratação

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:09120E11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 040, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a substituição temporária de Fiscal de Contrato Administrativo de Serviço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação vigente,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **CAIO SOUZA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0210064, para exercer, temporariamente, as atribuições de Fiscal do **Contrato Administrativo**, em substituição ao servidor **Henrique José do Nascimento**, matrícula nº 0003336, durante o período de suas férias, compreendido entre ***03/08//2026 e 01/09/2026.***
Art. 2º O servidor designado deverá exercer as atribuições de fiscalização em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com as normas internas do órgão e com as cláusulas contratuais, respondendo pelos atos praticados durante o período da substituição.
Art. 3º Encerrado o período de férias do Fiscal Titular, este reassumirá automaticamente as atribuições de fiscalização do contrato.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Taipu, 03 de agosto de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:29DE63B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2026-0017

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2026-0017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 620260017
A Prefeita Municipal de Tenente Ananias/RN, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, faz publicar o presente Extrato de Inexigibilidade de Licitação.
Objeto: Contratação da empresa para prestação de serviços de formação continuada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Tenente Ananias/RN, visando à implementação da Educação Digital, em conformidade com a Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital), a BNCC Computação e o Documento Curricular em Computação do Município.
Fundamento Legal: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Contratada: 41.162.640 – MARIA SELENE DE CARVALHO NOGUEIRA.
CNPJ: 41.162.640/0001-85.
Valor Global: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).
Vigência: Até a conclusão da execução dos serviços, conforme cronograma da formação e disposições contratuais.
Justificativa: Contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual voltado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Rede Municipal de Ensino, caracterizando hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

Tenente Ananias/RN, 31 de julho de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA JÁCOME
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Clesiano de Paiva Lima
Código Identificador:D327B824

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260035

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260035
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026.0035
RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e RATIFICO a contratação da empresa GLEE TELECOM LTDA, CNPJ 42.894.082/0001-05, com sede na Rua Doutor José Torquato de Figueiredo, nº 1115, Centro, São Miguel/RN, para a locação, instalação, configuração, implantação, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e disponibilização de Sistema Integrado de Videomonitoramento Urbano, destinado ao monitoramento de vias e espaços públicos do Município de Tenente Ananias/RN.
A presente contratação atende ao interesse público, encontrando-se devidamente instruída com Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência, pesquisa mercadológica, parecer jurídico e demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL RATIFICADO: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
04.122.0003.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO
Determino a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as exigências legais pertinentes, bem como a publicação do presente ato na forma da Lei.
Tenente Ananias/RN, 03 de agosto de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA JÁCOME
Prefeita Municipal
Município de Tenente Ananias/RN

Publicado por:
Francisco Clesiano de Paiva Lima
Código Identificador:8F6AC746

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 040/2026 – GP

"Estabelece novo prazo de vigência para o Decreto n.º 060/2023".

O Prefeito Do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:
Art. 1º Fica prorrogado o prazo de vigência do Decreto nº 060/2023 retroativamente a **1º de julho de 2026**, por um período de **6 (seis) meses**, com data final em **31 de dezembro de 2026**.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, mantendo seus efeitos até o dia **31 de dezembro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, em 03 de agosto de 2026.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:E83683A0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 43/2025

INEXGIBILIDADE 32/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.3-000 **- CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CONTRATADO: DUNAS ASSESORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 30.248.766/0001-50, com sede na Rua Promotor Manuel Alves Pessoa Neto, Candelária 45 Natal/RN.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DE FROTA, COM FOCO EM CONTROLE DE COMBUSTÍVEIS, PNEUS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS.

Dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.002 GABINETE DO PREFEITO
AÇÃO: 2004 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0100 Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.004 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO: 2011 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0100 Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.005 SECRETARIA AGROP/MEIO AMB. ABAST. R. HIDRICOS
AÇÃO: 2025 MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA
FUNÇÃO: 20 AGRICULTURA
SUB-FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0100 Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.006 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO: 1040 AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0122 Educação Básica de Qualidade
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15001001
15500000 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Transferência do Salário-Educação

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.006 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO: 2140 DESPESAS ORIUNDAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0122 Educação Básica de Qualidade
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15500000 Transferência do Salário-Educação

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.009 SECRETARIA DE OBRAS, HABITACAO E SERV. URBANOS
AÇÃO: 2091 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0100 Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO: 2113 ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA (ESF)
FUNÇÃO: 10 SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 301 ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0113 Promoção, Prevenção e Vigilância a Saúde
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 16000000

15001002 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO: 2052 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0113 Promoção, Prevenção e Vigilância a Saúde
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.001 FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO: 2075 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0100 Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.001 FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO: 1075 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB-FUNÇÃO: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 0121 Atendimento a Criança e ao Adolescente
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

VIGÊNCIA: Fica Prorrogado por mais 12 (DOSE) meses**,** nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

MAVINIER EMANUEL ARAUJO DE ME

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:A652A0F6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO; Nº09/2026
PROCESSO ADMINISTRTIVIO; 02004.000230/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a locação de veículos tipo passeio, em modelos hatch, minivan e van, todos com no mínimo 20 (vinte) mil km (ano/modelo 2024 ou superior), devidamente equipados conforme especificações exigidas neste Termo de Referência, para atender às demandas das diversas secretarias do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.
A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.382/0001-77, através da Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos torna público que, CONVOCA o representantes legais das empresas; **MAIS TRANSPORTES LTDA (CNPJ: 55.017.553/0001-49)**, E **SPA CAR TLC LTDA (CNPJ: 57.527.477/0001-47)** Classificados no certame, que, compareça junto a este Órgão OU assine por meio de assinatura eletrônica ao **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** no prazo máximo de 05 (CINCO) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.
Cumpre alertar que a falta de devolução dos documentos acima referidos no prazo indicado configura quebra de obrigação legal, ensejando a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 03 de agosto de 2026

FRANCIEL RAYEDSON GARCIA DE MACEDO
Gestor de Contratos
Sec. Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos.

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:0DF3FF04

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS - AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, através do Departamento de Compras, avisa a todas as empresas interessadas e do ramo que, **até o dia 07 de agosto de 2026**, receberá Pesquisa de Preços, visando à obtenção de valores de referência para aquisição de MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS. As descrições dos itens e suas especificações estão disponíveis na Pesquisa Mercadológica nº 28/2026, que pode ser acessada pelo link:https://drive.google.com/file/d/1Pf67r7VROHq-fWmmMTYUTT5Zc7_ihslZ/view?usp=sharing

As empresas que desejarem apresentar pesquisa de preços para os itens que compõem a referida Pesquisa Mercadológica deverão baixá-la através do link mencionado, preenchê-la e enviá-la para o seguinte e-mail: ***compras@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br***

Portanto, em caso de dúvidas e outros esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail do Departamento de Compras, mencionado anteriormente.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 03 de agosto de 2026.

JADSON JUAN DANTAS
Coord. de Departamento de Compras

Publicado por:
Jadson Juan Dantas
Código Identificador:03E306F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 229/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 229/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **60,00** (sessenta reais) cada, a(o) servidor (a) **JOSECLEBIO CLAUDINO DE MEDEIROS,** portador do CPF: nº **XXX.266.604-XX**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **17 de Julho de 2026**, saindo de **17:35** e retornando as **00:05** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:CD30628C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 230/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 230/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a(o) servidor (a) **JOSECLEBIO CLAUDINO DE MEDEIROS,** portador do CPF: nº **XXX.266.604-XX**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **19 de Julho de 2026**, saindo de **21:30** e retornando as **04:00** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:6D9EB37F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 231/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 231/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a(o) servidor (a) **JOSECLEBIO CLAUDINO DE MEDEIROS,** portador do CPF: nº **XXX.266.604-XX**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **22 de Julho de 2026**, saindo de **12:30** e retornando as **19:30** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:D1E8B770

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 232/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 232/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a(o) servidor (a) **JOSECLEBIO CLAUDINO DE MEDEIROS,** portador do CPF: nº **XXX.266.604-XX**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **24 de Julho de 2026**, saindo de **07:30** e retornando as **17:55** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:CAD6583C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 233/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 233/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a (o) servidor (a) **FRANCIMAR AMARAL ANDRADE** portador do CPF nº **XXX.795.794-XX**, Matrícula: **14/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **20 de Julho de 2026**, saindo as **09:00** e retornando as **00:10** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:74B51A5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 234/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 234/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a(o) servidor(a) **MARIA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES**, portador do CPF nº **XXX.841.754-XX**, Matrícula: **0045/1,** ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **26 de Julho de 2026**, saindo as **11:15** e retornando as **19:10** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:2D7B7F53

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 235/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 235/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a(o) servidor(a) **MARIA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES**, portador do CPF nº **XXX.841.754-XX**, Matrícula: **0045/1,** ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **27 de Julho de 2026**, saindo as **11:30** e retornando as **21:17** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Agosto de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:1833FFCE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 0053/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Contratante: MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratada: PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA,CNPJ: 40.757.908/0001-69
Processo nº 0119/2026 - Dispensa nº 053/2026 – Comissão de Contratação
Objeto: REVISÃO DO VEÍCULO STRADA TSP-4D10 PERTENCENTE A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE..

VALOR: R$ 6.660,06 (seis mil seiscentos e sessenta reais e seis centavos)

MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratante

PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:16FA9DEF

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO - PRAZO CONTRATO: 57/2022 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 30/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL – RN
CNPJ:08.168.775/0001-82
CONTRATADO: MARCO A B DE MELO – ME
CNPJ: 03.911.717/0001-83
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE RECARGA E REMANUFATURA DE TONER, COM FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS EM COMODATO
ADITIVO: Prorrogação por mais 12(doze)meses.
VIGÊNCIA: início em **20/07/2026 à 19/07/2027.**
DATA DA ASSINATURA: 17/07/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, § II da Lei Federal nº 8.666/93.

Tibau do Sul/RN.

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/ Contratante

Marco A B de Melo - ME
MARCO AURÉLIO BARROS DE MELO
Representante Legal - P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:5B6B2CCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 91/2026 – GS/SEMAD/GMTS

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 588 de 15 de agosto 2017 e Lei Municipal nº 645 de 26 de junho de 2019.

RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (Duas) diárias, ao valor unitário de R$ 400,00 (Quatrocentos reais), para o Sra. Natalia Keller Magalhães Gomes Montenegro, matrícula nº 0027774, Secretaria de Cultura, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, para custear as despesas com alimentação e deslocamento, durante sua estadia na Cidade de Natal/RN, com saída programada no dia 04/08/2026, com retorno no 05/08/2026, para participar do (re) CONEXÕES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 03 de agosto de 2026.

HULLY TAINARA SILVA DE ALBUQUERQUE COELHO

Publicado por:
Hully T. S.de Albuquerque Coelho
Código Identificador:EB9E74EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 92/2026 – GS/SEMAD/GMTS

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 588 de 15 de agosto 2017 e Lei Municipal nº 645 de 26 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias, ao valor unitário de R$ 200,00 (Duzentos reais), para o Sra. Suzankelly Inacio Ricardo Serafim, matrícula nº 0035548, Diretora de Cultura, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, para custear as despesas com alimentação e deslocamento, durante sua estadia na Cidade de Natal/RN, com saída programada no dia 04/08/2026, com retorno no 05/08/2026, para participar (re) CONEXÕES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 03 de agosto de 2026.

HULLY TAINARA SILVA DE ALBUQUERQUE COELHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hully T. S.de Albuquerque Coelho
Código Identificador:515E5A09

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL 175.6/2026-DF/SEMURB

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL 175.6/2026-DF/SEMURB

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL - SEMURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos quanto virem ou tomarem conhecimento do presente Edital, que os fiscais do município lavraram Auto de Infração (AI) em desfavor da pessoa física relacionada abaixo; e dá ciência ao autuado sobre o PRAZO DE 15 dias, a contar da data desta publicação, para que apresente defesa ou impugnação do (AI) nos termos do inciso III, §1º do Art. 215 da Lei Municipal Nº383/2008, a contar da data desta publicação.

AIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO	NOTIFICADO	CPF
175.6/2026/DF/SEMURB	000764/000410/2026	SEVERINO ARCANJO DE BARROS	***.***.684-70

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: REALIZAR QUEIMADAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO TIPO MADEIRAS EM ÁREA DE DESOVAS DAS TARTARUGAS MARINHAS.	
INFRAÇÕES: Art. 193, inciso III, alínea (B) da Lei Municipal 383/2008; Art. 194, inciso II da Lei Municipal nº 383/2008; Art. 202, §1º, inciso III da Lei Municipal nº 383/2008.	SANÇÕES: Multa pecuniária no valor de R$10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Tibau do Sul/RN, 03 de agosto de 2026

KATARINE MARIA F. DIESEL
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Costa de Lima
Código Identificador:6CDADACA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 29/2026;

O Município de Touros/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, torna público para conhecimento das pessoas jurídica interessadas, que receberá cotação de preços para, Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material para confecção de itens decorativos natalinos destinados à ornamentação dos espaços públicos do Município de Touros/RN, visando à realização da decoração temática das festividades de Natal. Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA que estará disponível e poderá ser solicitado, através do emai licita@touros.rn.gov.br, As propostas deverão ser apresentadas em arquivo PDF, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação, através do endereço eletrônico acima ou no Setor de Planejamento do Município, situado na Praça Bom Jesus do Navegantes, nº 28, Centro, Touros/RN, devendo a cotação ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, está devidamente datada, assinada e

em papel timbrado da empresa, Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Touros/RN, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:346BB2CE

GABINETE CIVIL
AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 30/2026;

O Município de Touros/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, torna público para conhecimento das pessoas jurídica interessadas, que receberá cotação de preços para, Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento futuro e eventual de insumos agrícolas, equipamentos e acessórios agrícolas, bem como para a prestação de serviços de análises laboratoriais de solo e foliares, destinados à manutenção, recuperação e conservação dos gramados esportivos, praças, jardins, canteiros, áreas verdes e demais espaços públicos urbanos e rurais do Município de Touros/RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA que estará disponível e poderá ser solicitado, através do emai licita@touros.rn.gov.br, As propostas deverão ser apresentadas em arquivo PDF, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação, através do endereço eletrônico acima ou no Setor de Planejamento do Município, situado na Praça Bom Jesus do Navegantes, nº 28, Centro, Touros/RN, devendo a cotação ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, está devidamente datada, assinada e em papel timbrado da empresa, Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Touros/RN, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:1650D144

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PE 004/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

O Município de Triunfo Potiguar/RN, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do seu Agente de Contratação designado pela Portaria nº 185/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Maior Percentual de Desconto**, em sessão pública eletrônica a partir **das 08:00 horas** (horário de Brasília-DF) do **dia 18/08/2026,** através do *site* https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO EMISSÃO, RESERVA, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, BEM COMO RESERVA DE HOSPEDAGENS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRIUNFO POTIGUAR/RN**, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, relativo ao Processo Administrativo nº **113/2026,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 222/2023, Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Federal Nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015, Decreto Municipal nº 091/2017, Lei Complementar Nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 170, de 1º de Fevereiro de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Triunfo Potiguar - RN, 03 de agosto de 2026.

JONATHAS PEDRO DE ALMEIDA QUEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:77F783BF

GABINETE DO PREFEITO
ATO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2026

ATO AUTORIZATIVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2026

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo a **CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE**, inscrita no **CNPJ 61.600.839/0001-55,** que ofereceu um valor de R$ **30.000,00** (trinta mil reais).

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/21, a visando a **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, FORMALIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS DE ESTUDANTES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN**, e, na oportunidade, que se dê publicidade no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Triunfo Potiguar/RN, 03 de agosto de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:2983BF5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 - PE

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de UMARIZAL-RN, através do Fundo Municipal de Saúde deste município, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 056/2026**, vem tornar público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**, às 09:00 horas do dia 21 de agosto 2026, tipo menor preço, para **registro de preços para aquisição de uma Ambulância Tipo "A" - Simples Remoção Tipo Furgão destinado ao transporte de pacientes deste município. Conforme Emenda Parlamentar Nº 71210009**, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br da **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL**.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal nº 11.462/2023, e Decreto Municipal nº 009/2024, com as alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

Edital e seus anexos disponível na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, no site http://www.umarizal.rn.gov.br a partir da sua publicação, na sede da Prefeitura na Av. Gavião, 19 - Centro, Umarizal-RN, das 8:00h às 12:00h, bem como será enviado através de solicitação no endereço de e-mail: licitacaoprefeituraumarizal@gmail.com.

Umarizal – RN, 03 de agosto de 2026.

ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA
Pregoeiro

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:0CFD553A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2026

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Processo Administrativo nº 08001.000072/2026
Pregão Eletrônico SRP nº 15/2026

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **PROSPORT FITNESS PLAYGROUNDS E PETS LTDA**, em face da decisão que promoveu sua desclassificação nos itens 1 e 12 do Pregão Eletrônico SRP nº 15/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura aquisição de acessórios e materiais destinados aos maquinários da Academia Municipal Carlos Gregório de Melo.
Recebidos os autos, a Procuradoria-Geral do Município emitiu Parecer Jurídico opinando pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento, concluindo pela manutenção da decisão recorrida, por entender que a exclusividade regional prevista no edital encontra amparo na Lei Municipal nº 887/2025, na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e na Lei Federal nº 14.133/2021.
Examinados os autos, verifico que o recurso preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.
No mérito, entretanto, não assiste razão à recorrente.
Conforme demonstrado no parecer jurídico, a exigência legal referente à existência mínima de fornecedores regionais competitivos constitui requisito aferido na fase de planejamento da contratação, mediante pesquisa de mercado realizada pela Administração, e não condição sujeita à reavaliação durante a fase competitiva do certame.
A interpretação sustentada pela recorrente, no sentido de que a exclusividade deveria ser afastada em razão do número de empresas que efetivamente disputaram determinados itens, implicaria alteração das regras do edital após a abertura das propostas, comprometendo os princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da estabilidade do procedimento licitatório.
Também não se verifica ilegalidade na cláusula editalícia que estabeleceu a exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que sua previsão decorre diretamente da Lei Municipal nº 887/2025, editada em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.
Quanto à alegação de que houve participação de empresa sediada no Estado do Piauí, verifica-se que tal circunstância, caso efetivamente configure irregularidade, deverá ser apurada pela Administração em procedimento próprio, não sendo suficiente para afastar a legalidade da desclassificação da recorrente nem para converter a licitação exclusiva em ampla concorrência.
Dessa forma, adoto integralmente, como fundamento desta decisão, as conclusões constantes do Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município, por seus próprios fundamentos, os quais passam a integrar o presente ato decisório.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto pela empresa **PROSPORT FITNESS PLAYGROUNDS E PETS LTDA**, por preencher os requisitos de admissibilidade.
No mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão que promoveu sua desclassificação dos itens 1 e 12 do Pregão Eletrônico SRP nº 15/2026, pelos fundamentos constantes do Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município, que adoto como razão de decidir.
Determino, ainda, o cumprimento da recomendação constante do parecer jurídico para que o Pregoeiro verifique, em procedimento próprio, a regularidade da participação da licitante sediada no Estado do Piauí, adotando, se for o caso, as providências administrativas cabíveis, preservando-se a aplicação isonômica das regras editalícias.
Publique-se.
Intimem-se os interessados.
Após, retornem os autos ao Agente de Contratação/Pregoeiro para prosseguimento do certame, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Upanema/RN, 03 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E423D5C3

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

PROCESSO N.º 9002000020/2026

Adjudico e Homologo pelo presente termo, para que surta os efeitos legais, referente ao Pregão Eletrônico nº. 014/2026, tendo como objeto a **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA GENÉRICO E SIMILAR DESTINADOS A NECESSIDADE DOS PACIENTES SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM BASE NA LISTAGEM DE A A Z DA ABCFARMA/GUIA DA FARMÁCIA**", em favor dos licitantes relacionados abaixo, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração:

MMB DA SILVA LTDA- CNPJ: 38.131.234/0001-40, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 02, 03, 04 e 06 totalizando o valor de R$ 764.000,00 (setecentos e sessenta e quatro mil reais).

VCC MONTEIRO- CNPJ: 28.164.274/0001-35, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 01 e 05 totalizando o valor de R$ 374.000,00 (trezentos e setenta e quatro mil reais).

Upanema/RN, 03 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:7DE91620

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: KLECIA KAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS, CPF: 100.575.404-70

Processo nº 1843/2024 - Dispensa nº 050/2024
Objeto: Contratação de profissional habilitada para a prestação de serviços de nutricionista na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de vigência.
VALOR: R$22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
VIGENCIA: 03/08/2026 a 03/08/2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Assinado Pelo Contratante

KLECIA KAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS,
CPF: 100.575.404-70
Assinado Pela Contratada

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:FEE6C8AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 004, 03/08/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 004, 03/08/2026 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Duas Diária, sendo uma com pernoite, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) e outra sem pernoite, no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), a senhora **LUSINACIA PINHEIRO DE FIQUEIREDO MACEDO CASTRO**, ocupante do cargo de COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE , para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Fortaleza/CE , conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: para participar do Conexão CNM - A importância do Município na implantação de Políticas Locais e Regionais no tocante ao Licenciamento Municipal Ambiental e Urbanístico - Edição Fortaleza/CE;
Local de destino: Fortaleza/CE;

Período do Afastamento: 09 de agosto de 2026 e 10 de agosto de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:15AACEDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 044/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 044/2026
PROCESSO LICITATÓRIO. Nº: 073/2026.
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 035/2026.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA 17.542.746 WALFREDO FREIRE DE LIMA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

Pelo Presente instrumento, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, o **Município de VÁRZEA/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59.185-000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, **Senhor Getúlio Luciano Ribeiro,** inscrito no CPF (MF) sob o nº. 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN; e do outro lado como **CONTRATADA**, a Empresa **17.542.746 WALFREDO FREIRE DE LIMA,** inscrita no CNPJ sob nº 17.542.746/0001-20, com sede na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 08, Centro, Várzea-RN, CEP: 59.185-000, neste ato, representada pelo, Sr. Walfredo Freire de Lima, portador do CPF nº. 473.992.364-53, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
1.1. Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº. **035/2026**, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
2.1. O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO A ALIMENTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONTROLE, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento**, de acordo com as especificações abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VLR UNIT.R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços de operacionalização do sistema de gestão patrimonial, compreendendo a alimentação, atualização, manutenção, controle, organização e gerenciamento das informações relativas aos bens móveis e imóveis pertencentes ao Município de Várzea/RN.	MÊS	12	1.700,00	20.400,00
VALOR GLOBAL TOTAL					20.400,00

2.2. O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº **035/2026** e instruções do CONTRATANTE, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1 O valor total estimado deste contrato, a base do preço proposto, é de **R$20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).**

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

4.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO:

5.1 As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente, Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Várzea-RN:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO;

AÇÃO: 22190-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA;

FONTE DE RECURSOS: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de (30) trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO:

7.1. O prazo de liquidação será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

8.1. Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

8.1.1. Início: Imediato;

8.1.2. A vigência do presente contrato se inicia em **03/08/2026 até 03/08/2027**, considerada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. Efetuar o pagamento relativo à execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

9.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

9.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

9.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

9.5. Segue relação abaixo, Gestores e Fiscais do Contrato;

GESTORES DE CONTRATOS	SECRETARIAS DE ATUAÇÃO
Sra. Erlane Viana de Lima, Recepcionista (Secretaria de Agricultura), Mat. nº.11410.	Secretaria de Chefia do Gabinete, Administração, Educação , Meio Ambietnte , Obras, Cultura, Finanças e Agricultura.
FISCAIS DE CONTRATO	**SECRETARIAS DE ATUAÇÃO**
Sra. Ana Maria Silva Nascimento, Secretaria de Finanças (Coordenadora de Secretaria), Mat. nº. 7668;	Secretaria de Administração, Tributação, Desporto, Finanças e Cultura.

9.6. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.1. Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

10.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

10.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

10.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

10.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

10.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

10.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
10.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em Lei nº 8.213/1991, art.93 para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
10.9. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

11.1. Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei nº 14.133/21
11.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:

12.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do art. 140, da Lei nº 14.133/21.
12.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado.

12.3. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:

13.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: **a** – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; **b** – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; **c** – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; **d** – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; **e** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido art. 156; **f** – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

14.1. Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficial aqui considerado os sítios: https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Várzea/RN, 03 de Agosto de 2026.

Município De Várzea-RN
Contratante
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional

17.542.746 Walfredo Freire De Lima
CNPJ nº: 17.542.746/0001-20
Contratada
WALFREDO FREIRE DE LIMA
Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:1149D266

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026
Dadas às informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 033/2026.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2026.

ÓRGÃO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrito no CNPJ nº: 08.168.940/0001-04.
EMPRESA CONTRATADA: JOZILMA MARIA DE CARVALHO, inscrita no CNPJ sob nº. 04.805.345/0001-73
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, jogos recreativos e acessórios destinados ao desenvolvimento das atividades esportivas, recreativas, educacionais e de lazer promovidas no Município de Várzea/RN.
VALOR GLOBAL: R$45.730,00 (Quarenta e cinco mil setecentos e trinta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade orçamentária	14.001 05.001	SECRETARIA MUN DO DESPORTO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	22237 22313	PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS MANUTENÇÃO DO VAAR MANUTENÇÃO DO ENSINO-QSE

	22200	
Natureza de Despesa	33.90.30 33.90.31	MATERIAL DE CONSUMO PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
Fonte:	15000000 15430000 15500000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR Transferência do Salário-Educação

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 03 de agosto de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:67C6575C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

Dadas às informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 035/2026.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 073/2026.

ÓRGÃO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrito no CNPJ: 08.168.940/0001-04.

EMPRESA CONTRATADA: 17.542.746 WALFREDO FREIRE DE LIMA / Inscrita nº CNPJ sob o nº. 17.542.746/0001-20.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO A ALIMENTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONTROLE, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN.
VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO;
AÇÃO: 22190-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA;
FONTE DE RECURSOS: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
Várzea/RN, 03 de Agosto de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:3DF23CE2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 033/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 033/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, jogos recreativos e acessórios destinados ao desenvolvimento das atividades esportivas, recreativas, educacionais e de lazer promovidas no Município de Várzea/RN.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrita no CNPJ: 08.168.940/0001-04.

CONTRATADA: JOZILMA MARIA DE CARVALHO, inscrita no CNPJ sob nº. **04.805.345/0001-73**

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$45.730,00 (Quarenta e cinco mil setecentos e trinta reais)..

Compulsado os autos do processo e considerando o disposto no **PARECER JURÍDICO** emitido por esta Procuradoria: **AUTORIZO** o processo de contratação direta em epígrafe, por Dispensa de Licitação, com fundamentação legal no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 03 de agosto de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:AAB98B28

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 035/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 035/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 073/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO A ALIMENTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONTROLE, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrito no CNPJ nº: 08.168.940/0001-04.

CONTRATADA: 17.542.746 WALFREDO FREIRE DE LIMA / Inscrita nº CNPJ sob o nº. 17.542.746/0001-20.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Compulsado os autos do processo e considerando o disposto no **PARECER JURÍDICO** emitido por esta Procuradoria: **AUTORIZO** o processo de contratação direta em epígrafe, por Dispensa de Licitação, com fundamentação legal no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 03 de Agosto de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:6D88A935

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº 002/2026

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº 002/2026

Dispõe sobre a retificação do Edital nº 002/2026, que regulamenta o Processo de Seleção Democrática para escolha dos Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN.

A **COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL**, instituída para condução do Processo de Seleção Democrática destinado à escolha dos Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 383/2011 e pelo Edital nº 002/2026,
CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar a identificação dos eleitores pertencentes ao segmento de pais ou responsáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior segurança jurídica, transparência e isonomia ao processo eleitoral;
RESOLVE:
Art. 1º Fica retificado o art. 40 do Edital nº 002/2026, permanecendo inalterados o caput e os §§ 1º e 2º, ficando acrescidos os §§ 3º, 4º, 5º e 6º, com a seguinte redação:
§ 3º Para fins de composição do segmento de pais ou responsáveis, será considerado eleitor um dos pais ou a pessoa maior de 18 (dezoito) anos formalmente identificada nos registros da unidade escolar como responsável pelo estudante e encarregada do acompanhamento de sua vida escolar.
§ 4º A condição de responsável será comprovada mediante cadastro constante da ficha de matrícula, do sistema de gestão escolar ou de outro documento oficial arquivado na unidade escolar até a data fixada para a consolidação da relação de eleitores.
§ 5º O simples comparecimento para entrega de documentos ou realização material da matrícula, sem indicação formal como responsável pelo estudante nos registros da unidade escolar, não confere, por si só, direito de participação no processo de consulta pública.
§ 6º O pai ou responsável regularmente cadastrado terá direito a apenas um voto na respectiva unidade escolar, ainda que possua mais de um filho regularmente matriculado na mesma unidade de ensino.
Art. 2º Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes do Edital nº 002/2026.
Art. 3º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente da Comissão Eleitoral Central

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:CFA0E3AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 141/2026

Portaria nº 141/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Gurizinho Feliz

A Silvana Nelo da Silva, Diretor(a) do Centro Municipal De Educação Infantill Gurizinho Feliz, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar do Centro Municipal De Educação Infantil Gurizinho feliz , responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, composta pelos seguintes membros:
I – Representante dos Professores
Ana Maria dos Santos Oliveira, inscrita no CPF: 009.327.154-94
Maria de Fátima da Rocha, inscrita no CPF: 466.324.094-15
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Vera Lúcia Dantas de Souza Silva, inscrita no CPF: 022.874.774-03
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
Daiane Felinto da Silva, inscrita no CPF: 100.290.664-41
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)
Anaiane Barbosa da Silva, inscrita no CPF:110.924.074-05

Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

SILVANA NELO DA SILVA
Nome do(a) Diretor(a) Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:CDFD5106

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 142/2026

Portaria nº 142/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Teodósia Tomaz.

O(o) Diretor(a) da Escola Municipal Tedósia Tomaz, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal, Tedósia Tomaz, responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, composta pelos seguintes membros:
I – Representante dos Professores
Maria Núbia Xavier da Silva
Kênia Surex do Nascimento
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Maria Ediane Pinheiro da Silva
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
Patrícia Macedo de Oliveira Souza
Ana Claúdia da Silva
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)

Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

CRISTIANE GOMES DA SILVA NASCIMENTO
Nome do(a) Diretor(a) Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:D3320AB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 143/2026

Portaria nº 143/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Cônego Antônio Barros.

O (o) Diretor (a) da Escola Municipal Luiz Antonio do Nascimento, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Cônego Antônio Barros, responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor (a) e Vice-Diretor(a) Escolar, composta pelos seguintes membros:
I – Representante dos Professores
Mário Alexandre de Lima
CPF: 100.782.334-88
Jacione Tavares Vilela
CPF: 010.557.814-20
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Severino Abel de Oliveira
CPF: 026.046.024-90
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
Josileide Maria Gomes Anjos
CPF: 010.293.664-11
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)
José Deyverson Câmara da Silva
CPF: 135.466.414-00
Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

LUIZ ANTONIO DO NASCIMENTO
Nome do(a) Diretor(a) Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:F8EF9F0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 144/2026

Portaria nº 144/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Edith Guedes de Moura.

O(o) Diretor(a) da Escola Municipal Edith Guedes de Moura no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Edith Guedes de Moura, responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor(a), composta pelos seguintes membros:
I – Representante dos Professores
Janaína Batista Duarte
Janeize de Mora Silva
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Taciana Guedes de Moura
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
Amanda Joyce Moura Viegas Silva
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)
Antônia Ferreira da Silva
Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

VILANI GUEDES DE MOURA
Nome do(a) Diretor(a) Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:D40B043A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 145/2026

Portaria nº 145/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal do Araçá II.

O Diretor da Escola Municipal do Araçá II, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal do Araçá II, responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, composta pelos seguintes membros:
I – Representante dos Professores
Juscilene Moura dos Santos**,** CPF: 324.280.848-79
Ivonise Ferreira da Silva**,** CPF:
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Jane Keila Alves de Lima**,** CPF: 949.950.872-49
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
Edjane da Silva**,** CPF: 083.316.834-71
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)
Francisca Eliemara da silva**,** CPF: 111.678.514-55
Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026

Diretor Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:BB805949

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 146/2026

Portaria nº 146/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Filomena Cúrcio Cabral.

O(o) Diretor(a) da Escola Municipal Filomena Cúrcio Cabral, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Filomena Cúrcio Cabral, responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, composta pelos seguintes membros:
I – Representante dos Professores
MARCOS ANTÔNIO FERNANDES PEREIRA, CPF: 020.536.174-97
VALDECIA FREITAS DA SILVA**,** CPF: 009.659.314-80
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
FILOMENA DA SILVA CABRAL**,** CPF: 837.617.804-00
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
LUCIANA GOMES DA SILVA FERREIRA, CPF: 027.904.274-45
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)
MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO DA SILVA CPF: 837.617.804-00
Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

RENATA OLIVEIRA DE LIMA DE SALES
Nome Do(a) Diretor(a) Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:84BE1410

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 147/2026

Portaria nº 147/2026

Designa a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Professora Ascendina Lustosa.

O(o) Diretor(a) da Escola Municipal Everaldo Ferreira da Silva, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital nº 02/2026, que regulamenta o processo de escolha para os cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz/RN,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal Professora Ascendina Lustosa, responsável por organizar, coordenar, acompanhar e conduzir o processo eleitoral para escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, composta pelos seguintes membros:

I – Representante dos Professores
Lusinete Dalva da Silva, CPF: 897.706.504-63 (Presidente)
Maria Nélia Pinheiro Dionízio CPF: 851.094.794-53
II – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Fábio Silva de Souza, CPF: 050.849.274-23
III – Representante dos Pais ou Responsáveis
Maria Karina Ferreira da Rocha, CPF: 113.103.014-17
IV – Representante dos Estudantes (quando houver representação estudantil)
Guilherme Moisés Gomes Poli, CPF: 128.254.714-37
Art. 2º - Compete à Comissão Eleitoral Escolar:
I – Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Edital do Processo Eleitoral;
II – Organizar e acompanhar todas as etapas da eleição no âmbito da unidade escolar;
III – garantir a transparência, a lisura e a regularidade do processo eleitoral;
IV – Proceder à apuração dos votos, lavrar a ata e encaminhar o resultado à Comissão Eleitoral Central, quando for o caso.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Cruz/RN, 31 de julho de 2026.

EVERALDO FERREIRA DA SILVA
Nome do(a) Diretor(a) Escolar

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:8CAD15E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 006/2026 – SMAS

PORTARIA DE FÉRIAS N.º 006/2026

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 915 de 23 de agosto de 2021, que "Regulamenta a concessão de férias e décimo terceiro salário aos Agentes Políticos Municipais vinculados ao Poder Executivo;
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias de 15 (Quize) dias consecutivos, a servidora**, JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS,** Secretária Municipal de Assistência Social, período de **2025/2026**, contados a partir do dia **05/08/2026** com término em **19/08/2026.**
.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN
Em 03 de agosto de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:3997B6AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 163/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 90,00 (noventa reais) ao servidor **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, ocupante da função de **AUXILIAR EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN**, dia 31/07/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31/07/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 03/08/2026.

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:A4F2D9A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 164/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) ao servidor **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, ocupante da função de **AUXILIAR EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICO/RN**, dia 01/08/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 03/08/2026.

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:67BAC671

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150009.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 22/06/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 19/06/2026**, processo administrativo n.º **2041001378/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS.**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 15/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **SOMA/MG Produtos Hospitalares Ltda**		
CNPJ: **12.927.876/0001-67**	Telefone: **54996276865**	Email:
Endereço: **EST PEDRO ROSA DA SILVA, 515 , RESIDENCIAL PARK, Extrema/MG, CEP: 37640-000**		
Representante: Lazaro Calebe Neri do Carmo - CPF21683110803		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
22	0003008 - 270120 – CLONAZEPAM 2,5MG/ML 20ML FRASCOS EMBALADOS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E LOTE	GENÉRICO / HIPOLABOR	FRASCO	6000,000000	2,380	14.280,00
53	0003038 - 271607 – NORTRIPTILINA 75MG - COMPRIMIDOS EMBALADOS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	PAMELOR /	COMPRIMI	60000,000000	0,920	55.200,00

	DO LOTE E ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE	CELLERA				

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE.**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 30 de julho de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde Pelo Órgão Participante.

SOMA/MG Produtos Hospitalares LTDA
CPF/CNPJ: 12.927.876/0001-67.
Rep. Por Procuracao:
LAZARO CALEBE NERI DO CARMO,
CPF: 21683110803.
Fornecedor 9.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:3AF319B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0273/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a autorização contida no art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 3698, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinado às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o Anexo II deste Decreto, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, 03 de agosto de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.000,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL DE APODI					**4.000,00**
	2118 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
Anexo II (Redução)					**4.000,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL DE APODI					**4.000,00**
	2118 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				**4.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 03 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:546B93C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E RESULTADO - PROCESSO Nº 143752/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

ASSUNTO: Registro de Preços para a Aquisição de Playgrounds Infantis para as escolas municipais de Arez/RN.

O Prefeito do Município de Arez/RN, tendo em vista a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 12/2026**, destinado ao **Registro de Preços para a Aquisição de Playgrounds Infantis para as escolas municipais de Arez/RN**, tendo transcorridas as fases de lances e análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021; **ADJUDICA** o objeto da licitação à:

Vencedor: **DANDARA SPORT LTDA**						
CNPJ: **51.543.641/0001-23**		Email: **dandarah.katarine@gmail.com**		Telefone: **(84) 99890-5825**		
Endereço: **Av Brigadeiro Everaldo Breves, 135, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59140-200**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
01	PLAYGROUND INFANTIL - Composto por: Três torres com telhados e duas pontes de conexão, confeccionado em rotomoldado com paredes de quatro milímetros de Polietileno virgem de alta densidade, tratado contra a ação dos raios ultravioletas, deve ser montado sem a necessidade de parafusos com encaixes de alta precisão. Medidas mínimas do Playground: 3 torres com paredes de 4mm. Cada torre: 3 fases com plataformas de sustentação triangular. 2 pontes compostas por piso antiderrapante e ranhuras para evitar o acúmulo de água. 2 corrimãos com laterais vazadas no sentido vertical e formato ondulado na parte superior. 1 escalada antiderrapante com desenhos de pedras nas seguintes medidas aproximadas de: 1.400 mm do chão até a base e 750 mm de largura. 1 escorregador de 1.54 mt C x54,0 cm L x 4,0 cm. Cada módulo deve acompanhar: 1 telhado triangular de 1.44 mt C x 1.37 mt L x 47,0 cm de A. 3 bases de apoio. Medidas mínimas totais: Altura: 2.25 mt Largura: 3.80 mt Comprimento: 6.50 mt. Deve estar em conformidade com a norma NBR 300-1/2011 e NBR 300-3/2011 com a Portaria 369/07-Certificado pelo INMETRO	bmx	Unid	6	20.580,00	123.480,00
02	Gangorra de animais - Composta por: Assento anatômico em formato de animais com pegadores em polietileno uniforme ao padrão do molde. Confeccionada em polietileno rotomoldado	bmx	Unid	10	259,00	2.590,00
Total do vencedor R$:						126.070,00

O valor total da adjudicação realizada é de **R$ 126.070,00 (cento e vinte e seis mil e setenta reais).**

Arez/RN, 03 de agosto de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:4AEAE183

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - PROCESSO SELETIVO DE GESTORES 2026

A classificação final será resultado da média entre os pontos obtidos na 2ª fase (Análise de currículo = 2,0 pontos); 4ª fase (Avaliação do Plano de Gestão Escolar = 4,0 pontos e análise do Projeto Político Pedagógico - PPP = 1,0 ponto) e a 5ª fase (Avaliação escrita = 3,0), obedecendo ao seguinte somatório: (2ª fase) + (4ª Fase) + (5ª Fase) = 2,0+4,0+1,0+3,0 = 10,0 pontos. Será aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 7,0 pontos.

Nº	Nome do candidato	Documentos	Currículo/ Títulos (2,0 pontos)	PPP	Apresentação do Plano (4,0 pontos)	Prova escrita (3,0 pontos)	TOTAL
01	Lourenço Madeiro da Costa	Ok	2,0	1,0	3,0	2,1	8,1
02	José Carlos Martins Leitão	Ok	2,0	1,0	3,0	2,0	8,0

Os dados demonstrados foram avaliados pela Comissão de Avaliação do PROCESSO SELETIVO DE GESTORES 2026, edital nº 04/2026 formados pelas seguintes educadoras: Prof.ª Dr.ª Márcia de Paula Brilhante Portela Sbrussi (Formadora), Prof.ª Me. Suzana Magaly do Nascimento (Coordenação Pedagógica da SEMEC) e Prof.ª Esp. Juliana Maria Silva Santos (Coordenação do Segmento Ensino Fundamental e EJAI). Após o período do curso e apreciação de todas as etapas a Comissão declara que este é o Resultado Preliminar e que, caso haja recurso, fará nova conferência para publicação do Resultado Final em 28 de julho de 2026.

Baia Formosa, 28 de julho de 2026.

PROF.ª DR. MÁRCIA DE PAULA BRILHANTE PORTELA SBRUSSI
CPF 044.XXX.XXX-76

PROF.ª MS. SUZANA MAGALY DO NASCIMENTO.
CPF 655.XXX.XXX-49

PROF.ª ESPECIALISTA JULIANA MARIA SILVA SANTOS.
CPF 026.XXX.XXX-78

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:67390F6D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Setor de Compras e Complementos, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 71/2023 e demais normas aplicáveis.
Informa-se que serão recebidas propostas adicionais para seleção da proposta mais vantajosa, as quais poderão ser apresentadas presencialmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviadas por e-mail, conforme orientações a seguir:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de periféricos de informática e insumos destinados à manutenção, reposição, expansão e padronização da infraestrutura tecnológica da rede municipal de saúde, compreendendo dispositivos de proteção elétrica, periféricos de entrada para computadores e insumos para equipamentos de tecnologia e automação, visando atender às necessidades operacionais das unidades de saúde e dos setores administrativos do Fundo Municipal de Saúde Pública de Baraúna/RN.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasbaraunarn@gmail.com

Endereço e Horário: Rua Hermenegildo Montenegro, nº 126, Centro, Baraúna/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira,

Os interessados poderão, caso desejem, solicitar o Termo de Referência correspondente, o qual estará disponível para envio mediante requisição formal, seja presencialmente no Setor de Compras e Complementos ou por correspondência eletrônica encaminhada ao e-mail institucional informado, garantindo pleno acesso às especificações, condições e demais elementos necessários à formulação das propostas.

Baraúna/RN, 03 de agosto de 2026.

GILDEON CARVALHO BEZERRA
Gerente de Compras e Complementos

- ANEXO ÚNICO –

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL]
[CNPJ]
[ENDEREÇO]
[CONTATOS]

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Dispositivo De Proteção Contra Surtos (Dps) Classe III, Tipo Filtro De Linha (Régua De Tomadas), Projetado Para Proteção De Equipamentos Eletroeletrônicos Sensíveis (Computadores, Servidores, Monitores, Periféricos) Contra Surtos Elétricos, Descargas Atmosféricas E Ruídos Na Rede Elétrica, Tensão Nominal De Operação Bivolt (127v/220v) - Operação Ideal Em 220v, Conexão De Entrada Padrão Brasileiro NBR 14136, 3 Pinos (2P+T) 10a, Tomadas De Saída Mínimo De 5 Tomadas, Padrão Brasileiro NBR 14136, Dispostas De Forma A Permitir A Conexão De Fontes De Alimentação Diversas (Tomadas Inclinadas Ou Com Espaçamento), Proteção (Dps), Tecnologia De Varistor De Óxido Metálico (Mov) E Centelhador A Gás (Lcf) Para Redução De Tensão Residual, Normas Técnicas Em Conformidade Com ABNT NBR IEC 61643-11, Proteção Ativa Microdisjuntor Rearmável (Chave Breaker) Para Proteção Contra Sobrecarga E Curto-Circuito, Dispensando A Troca De Fusíveis, Indicação De Funcionamento, Led Indicador De Proteção Ativa (Proteção Em Funcionamento), Carcaça De Material Termoplástico De Engenharia, Antichama (Resistente Ao Fogo), Capacidade De Carga Máxima De 10a, Potência Nominal Mínima De 2200w Em 220v, Comprimento Mínimo Do Cabo De 1,0 Metro, Possuir Furos Na Parte Inferior Para Fixação Em Paredes Ou Mesas, Certificado Pelo Inmetro, Mínimo 1 Anos De Garantia Direta Pelo Fabricante.		150	UND		
2	Conjunto de periféricos de entrada composto por teclado e mouse com fio, com conexão de interface USB individual e independente para cada dispositivo, sistema de instalação automatizada Plug and Play (dispensando drivers ou softwares adicionais), compatível nativamente com os principais sistemas operacionais de mercado. O teclado deve possuir tamanho normal, padrão de layout brasileiro (ABNT2), teclado numérico dedicado integrado e setas direcionais em tamanho padrão. As teclas devem ser de perfil plano com acionamento silencioso, caracteres impressos de alta visibilidade com revestimento contra desgaste e vida útil mecânica mínima de 5 milhões de ciclos/pulsos por tecla. Deve apresentar design com resistência a		150	KIT		

	respingos de líquidos por meio de canais de escoamento internos, além de pés/suportes inclináveis ajustáveis para regulagem de altura. O mouse deve possuir sensor de rastreamento óptico de alta definição com resolução mínima de 1000 DPI, formato ambidestro de tamanho padrão, contendo no mínimo 3 botões (esquerdo, direito e roda de rolagem), com vida útil mecânica mínima de 3 milhões de cliques nos botões principais. Ambos os dispositivos devem possuir cabos flexíveis com comprimento mínimo de 1,40 metro. Os produtos devem possuir conformidade com diretrizes regulatórias internacionais de fabricação (como CE, FCC ou RoHS). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação prestada diretamente pelo fabricante ou rede autorizada.					
3	Etiqueta - Etiqueta adesiva 50x25mm 5x2,5cm (1 coluna) Térmica (impressão s/ ribbon) impressora térmica direta Rolo c/ 30m.		50	RL		
4	Bobina - Bobina de Papel Termoscript (KPH), branco, gramatura 48 g/m², medindo 57x360, compatível os relógios de ponto eletrônico DIMEP Kairos.		36	UND		
5	Mousepad com formato ergonômico, dotado de almofada integrada para apoio de pulso preenchida com gel fluido ou silicone macio, projetada para proporcionar o correto alinhamento anatômico do punho, atuando na prevenção de lesões por esforço repetitivo (LER/DORT) e redução da fadiga muscular durante o uso prolongado. A estrutura superior deve ser revestida em tecido liso de alta qualidade (como microfibra ou elastano), otimizada para permitir o deslizamento suave, uniforme e preciso de mouses com sensores ópticos ou laser. A base inferior deve possuir propriedades estritamente antiderrapantes (fabricada em material emborrachado, poliuretano ou silicone texturizado), garantindo total aderência e estabilidade da peça sobre superfícies lisas ou mesas de trabalho. Dimensões mínimas aproximadas de 23 cm de comprimento por 20 cm de largura, com acabamento resistente ao desgaste nas bordas. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.		150	UND		
VALOR TOTAL						

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da entrega do orçamento.

Declaro de que todos os elementos (tributos, seguros, mão de obra, combustível, depreciação do veículo etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço ora ofertados.

[Cidade]/[UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura do Representante Legal
CPF:

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D0F8BEF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27030001/2026

O MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.xxx.xxx-49, residente e domiciliada a Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2026, publicada no Portal de Compras de Públicas na data de 12/05/2026, Processo Administrativo n.º **27030001/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, especificado(s) no(s) item(ns) 1 (Objeto) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 009/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA					
CNPJ: 40.876.269/0001-50					
ENDEREÇO: RUA SARGENTO SILVINO MACEDO, Nº 03 – SÃO JOSÉ- GARANHUNS-PE					
REPRESENTANTE LEGAL: Raissa Rabelo Ferreira					
E-MAIL: distribuidora_agreste@outlook.com TELEFONE: (87) 988363257					
COD.	**PRODUTO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0009	CESTO PARA LIXO DE PLÁSTICO COM PEDAL 50 LITROS	PLESTIN	200 UND	R$ 61,85	R$ 12.370,00
0010	CESTO PARA LIXO DE PLÁSTICO COM PEDAL 30 LITROS	SANREMO	280 UND	R$ 41,94	R$ 11.743,20
0056	TAMPA DE VASO SANITÁRIO POLIPROPILENO, BRANCO, MODELO UNIVERSAL, ALMOFADADO E CONFORTÁVEL.	ASTRA	150 UND	R$ 30,20	R$ 4.530,00
0059	PRATO FUNDO BRANCO DESCARTÁVEL 12CM CAIXA C/1000	TRIK TRIK	180 CX	R$ 99,96	R$ 17.992,80
0060	PRATO DESCARTÁVEL RASO BRANCO 15CM CX C/1000 UN	TRIK TRIK	180 CX	R$ 125,91	R$ 22.663,80
0062	PALITO DE DENTE 100 CAIXAS COM 100 UNIDADES CADA.	GABOARDI	20 CX	R$ 1,97	R$ 39,40

VALOR TOTAL	R$ 69.339,20

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Baraúna/RN, 30 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Distribuidora De Produtos Agreste Meridional LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***RAISSA RABELO FERREIRA***
Prefeita Municipal de Baraúna/RN	Representante Legal
(Representante Legal do Órgão Gerenciador)	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D318B4E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27030001/2026

O MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.xxx.xxx-49, residente e domiciliada a Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2026, publicada no Portal de Compras de Públicas na data de 12/05/2026, Processo Administrativo n.º **27030001/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, especificado(s) no(s) item(ns) 1 (Objeto) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 009/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA**: H F DINIZ**					
CNPJ: 28.121.546/0001-10					
ENDEREÇO: RUA MANOEL SALVIANO Nº 274, CENTRO, GOV. DIX – SEPT ROSADO/RN, CEP: 59.790-000					
REPRESENTANTE LEGAL: **HANDENBERGY FERREIRA DINIZ**					
E-MAIL: pague_certo.vendas@hotmail.com TELEFONE: (84) 9.9927 6070					
COD	**PRODUTO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0008	CERA LÍQUIDA PARA PISO 5L ALTO BRILHO	LAVANDEIRA	600 UND	R$ 30,00	R$ 18.000,00
0015	DESINFETANTE FLORAL BACTERICIDA GERMICIDA COM COMPOSIÇÃO QUÍMICA TENSOATIVA NÃO IÔNICA, CONSERVANTES COM PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DIALQUI DE METRI BENZIL HAMONIO 5% COM PH 6,5 # 0,5, UND COM 5 LTS	FORTE BRILHO	2.940 UND	R$ 9,00	R$ 26.460,00
0016	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TESOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES,, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANELAS, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL DE 5 LTS	CLARILUX	1.850 UND	R$ 12,19	R$ 22.551,50
0019	ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE SINTÉTICA PARA LIMPEZA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, MÍNIMO DE 110 X 75 X 20 MM. CX COM 60 UNDADES	LUME	210 CX	R$ 33,00	R$ 6.930,00
0021	FÓSFORO TRADICIONAL PACOTE DE 10 CAIXA C/40 FÓSFOROS	GABOARDI	90 PC	R$ 3,70	R$ 333,00
0024	INSETICIDA EM FORMA AEROSOL, BASE AQUOSA, MULTIINSETICIDA, NÃO CONTENDO (CFC) CLOROFLUOR CARBONO, EMBALAGEM COM 300ML.	KELLDRIN	630 UND	R$ 8,75	R$ 5.512,50
0025	LIMPA PISO, UNDS 5 LITROS.	FORTE BRILHO	1.700 UND	R$ 15,00	R$ 25.500,00
0033	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA BRANCO 10 CM X 30M. - PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA DUPLA DE ALTA QUALIDADE, PICOTADO, ALTA ABSORÇÃO, 100% FIBRA CELULÓSICA, COR BRANCA, ROLO COM: 10 CM X 30M (L X C), EMBALAGEM COM 64 ROLOS.	CAPRICE	1.130 FD	R$ 74,00	R$ 83.620,00
0035	POLIDOR DE METAIS, LÍQUIDO, PARA POLIMENTOS EM METAIS RATEADOS, INOXIDÁVEL, CROMADOS, NIQUELADOS, E TALHERES. 5L	FORTE BRILHO	310 UND	R$ 17,90	R$ 5.549,00
0036	RODO, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL SUPORTE DE PLÁSTICO, COMPRIMENTO DO SUPORTE 30 CM, QUANTIDADE DE BORRACHAS 02 UND, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM ROSCA PLÁSTICA.	GILMAR	350 UND	R$ 5,75	R$ 2.012,50
0037	SABÃO EM BARRA DE 1KG GRAMAS GLICERINADO.	LAVANDEIRA	600 PC	R$ 7,90	R$ 4.740,00
0038	SABÃO, EM PÓ, BIO DEGRADÁVEL, SISTEMA EXCLUSIVO PARA ROUPAS	UZE	370 FD	R$ 45,00	R$ 16.650,00

	COLORIDAS, EMBALAGEM CX COM 500G, CONFORME NORMA ASTM D 460. FARDO COM 30 UNI.				
0042	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMÉSTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO APROXIMADA 100L/20KG, CONFECCIONADO RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, LARGURA 750MM VARIANDO +/- 10MM, ALTURA MÍN 1050MM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT-NBR 9191.	DONA PACK	560 FD	R$ 23,00	R$ 12.880,00
0043	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMÉSTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO APROXIMADA 200L/40KG, CONFECCIONADO RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, LARGURA 750MM VARIANDO +/- 10MM, ALTURA MÍN 1050MM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT-NBR 9191.	DONA PACK	610 FD	R$ 30,00	R$ 18.300,00
0045	VASSOURA DE PELO COM CERDAS MACIAS, CEPO PLÁSTICO DE 22 CM, CERDAS DE 11,5 CM, COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA EM GERAL, TIPO DOMÉSTICA.	RAINHA	530 UND	R$ 8,80	R$ 4.664,00
0050	LIMPA VIDROS - LIMPA VIDROS 500 ML. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO NÃO IÔNICO ALQUILPOLIGLICOSIDEO: SOLUBILIZANTE: PERFUME E ÁGUA. CX COM 12	MARILUX	80 CX	R$ 43,00	R$ 3.440,00
0053	SACO DE LIXO HOSPITALAR PARA RESÍDUO INFECTANTE 50 LITROS, PACOTE COM 100 UNDADES.	DONA PACK	300 FD	R$ 20,00	R$ 6.000,00
0055	PASTA DE PINHO, CX COM 12 UNDADES DE 1L	FORTE BRILHO	680 CX	R$ 75,00	R$ 51.000,00
0057	COLHER DE REFEIÇÃO DESCARTÁVEL, BRANCA, MATERIAL ATÓXICO. CAIXA C/ 1.000 UNIDADES.	STRAW	260 CX	R$ 62,00	R$ 16.120,00
0058	MARMITEX ISOPOR 750 ML, COM TAMPA, CX. C/100 UNIDADES	ULTRA	220 CX	R$ 45,00	R$ 9.900,00
VALOR TOTAL					R$ 340.162,50

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Baraúna/RN, 30 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	H F Diniz
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***HANDENBERGY FERREIRA DINIZ***
Prefeita Municipal de Baraúna/RN	Representante Legal do Fornecedor Registrado
(Representante Legal do Órgão Gerenciador)	

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:DAFCA68C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27030001/2026

O MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.xxx.xxx-49, residente e domiciliada a Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2026, publicada no Portal de Compras de Públicas na data de 12/05/2026, Processo Administrativo n.º **27030001/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, especificado(s) no(s) item(ns) 1 (Objeto) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 009/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA**: H.C. CORDEIRO**					
CNPJ: 20.755.100/0001-35					
ENDEREÇO: Rua Coronel Gurgel, 1311 Lj 04 – Alto da Conceição - Mossoró/RN - CEP: 59.600-322					
REPRESENTANTE LEGAL: HILTON COSTA CORDEIRO					
E-MAIL: hilton.hccomercial@gmail.com TELEFONE: 3061-0491					
COD	**PRODUTO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0005	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, POLIETILENO CAPACIDADE DE 10 LITROS, MATERIAL ALÇA PLÁSTICO, COR NATURAL.	POLYUTIL	250 UND	R$ 7,65	R$ 1.912,50
0006	BACIA, MATERIAL PLÁSTICO, POLIETILENO CAPACIDADE DE 10 LITROS, COR NATURAL.	POLYUTIL	190 UND	R$ 14,88	R$ 2.827,20
0007	BACIA, MATERIAL PLÁSTICO, POLIETILENO CAPACIDADE DE 20 LITROS, COR NATURAL.	POLYUTIL	240 UND	R$ 15,22	R$ 3.652,80
0011	CESTO PARA LIXO DE PLÁSTICO COM PEDAL 100 LITROS	PLASUTIL	150 UN	R$ 356,88	R$ 53.532,00
0017	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO.	MILPLASTIC	380 UND	R$ 5,17	R$ 1.964,60
0018	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL LÃ DE AÇO CARBONO, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, COMPRIMENTO MÍNIMO 90 MM, LARGURA MÍNIMA 40 MM, PESO LÍQUIDO MÍNIMO 42G. FARDO COM 14 UNIDADES LÃ DE AÇO.	ASSOLAN	530 FD	R$ 23,45	R$ 12.428,50
0020	PANO DE LIMPEZA, TIPO FLANELA, PARA MÓVEL, 100% ALGODÃO, PARA USO GERAL, BAINHA PADRONIZADA, 400 X 600 MM.	FLANEBERG	1.000 UND	R$ 2,54	R$ 2.540,00
0022	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO, TAMANHO MÍNIMO 22X18CM, PACOTE CONTENDO 48 UND.	PROSPACK	180 FD	R$ 55,88	R$ 10.058,40
0023	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10%. 5L	LIMPEMAX	1.610 UND	R$ 24,45	R$ 39.364,50
0026	LIXEIRA EM PLÁSTICO REFORÇADO, COM TAMPA SOLTA, CAPACIDADE 100 LITROS, RETA.	MERCONPLAS	40 UND	R$ 58,00	R$ 2.320,00
0027	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML, APRESENTANDO EM SUA COMPOSIÇÃO CERA MICROCRISTALINA, CERA DE PARAFINA, SILICONE, DERIVADO DE ISOTIAZOLINONA, SOLVENTES ALIFÁTICOS E FRAGRÂNCIA SUAVE, QUE PROPORCIONE BRILHO SECO, PROTEÇÃO E DIMINUIÇÃO DE ADERÊNCIA À POEIRA E MARCAS D'ÁGUA, COM REGISTRO NO MS.	AUDAX	130 UND	R$ 5,44	R$ 707,20
0028	LUVA DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, PARA USO DOMÉSTICO, EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, CLORADO E DUPLA FACE (LISA E ANTIDERRAPANTE), SEM FORRO, TAMANHO G (GRANDE).	MEDIX	2.950 UND	R$ 4,83	R$ 14.248,50
0029	PÁ COLETORA DE LIXO EM PLÁSTICO, COM CABO DE MADEIRA, AÇO OU PLÁSTICO DE APROXIMADAMENTE 1M DE COMPRIMENTO.	PAULISTINHA	300 UND	R$ 5,35	R$ 1.605,00
0030	DESODORIZANTE, SANITÁRIO, EM PEDRA, A BASE DE NAFTALINA, HIGIENIZANTE, BACTERICIDA E GERMICIDA, DIVERSOS AROMAS, EMBALAGEM CONTENDO UM SUPORTE E UMA PEDRA COM 20G.	SANY	1.500 UND	R$ 1,77	R$ 2.655,00
0031	PANO DE LIMPEZA PARA CHÃO 540 X 800 MM – PANO DE LIMPEZA, PARA CHÃO, TIPO SACO, EM ALGODÃO, 540 X 800 MM, VARIAÇÃO 10%.	FLANEBERG	1.000 UND	R$ 4,30	R$ 4.300,00
0032	PANO DE PRATO DIMENSÕES MÍNIMAS: 43 LARGURA X 71 ALTURA CM.	FLANEBERG	800 UND	R$ 3,15	R$ 2.520,00
0034	(PAPEL TOALHA, INTERFOLHADO, GOFRADO) RUGOSIDADE DO PAPEL, ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA AO ÚMIDO, 100% FIBRA CELULÓSICA, COR BRANCO, EMBALAGEM FARDO COM 1250 FOLHAS, DIMENSÕES: 230 X 270MM.	PROSPACK	580 FD	R$ 15,90	R$ 9.222,00
0039	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO LÍQUIDO FÍSICO PEROLADO, AROMA ERVA-DOCE, ACIDEZ NEUTRO-PH, APLICAÇÃO TOUCADOR. TUBO 1 LITRO.	LIMPEMAX	550 UND	R$ 8,97	R$ 4.933,50
0040	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMÉSTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO APROXIMADA 30L/20KG, CONFECCIONADO RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, LARGURA 750MM VARIANDO +/- 10MM, ALTURA MÍN 1050MM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT-NBR 9191.	RAVA	270 FD	R$ 9,52	R$ 2.570,40
0041	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMÉSTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO APROXIMADA 50L/20KG, CONFECCIONADO RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, LARGURA 750MM VARIANDO +/- 10MM, ALTURA MÍN 1050MM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT-NBR 9191.	RAVA	260 FD	R$ 10,87	R$ 2.826,20
0044	VASSOURA DE PALHA, MATERIAL DAS CERDAS PALHA, MATERIAL DO CABO MADEIRA, COMPRIMENTO DAS CERDAS 60 CM, COM CABO COMPRIDO PARA LIMPEZA EM GERAL.	ARTEZANAL	450 UND	R$ 3,30	R$ 1.485,00
0046	VASSOURA DE PIAÇAVA COM CERDAS DURAS, CEPO PLÁSTICO DE 22 CM, CERDAS DE 11,5 CM, COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA EM GERAL, TIPO DOMÉSTICA.	PAULISTINHA	200 UND	R$ 8,97	R$ 1.794,00
0047	AVENTAL EMBORRACHADO, 1,00 X 0,70. SEM LOGOTIPO.	FLANEBERG	200 UND	R$ 9,80	R$ 1.960,00
0048	BORRIFADOR (PULVERIZADOR) MANUAL, SEM COMPRESSOR, 500 ML. FABRICADO EM PLÁSTICO. CAPACIDADE DO FRASCO: 500 ML. SEM MECANISMO DE COMPRESSÃO. Ï MODELO MANUAL DE USO DOMÉSTICO. NÃO UTILIZÁVEL EM PULVERIZAÇÕES QUE ENVOLVAM PRODUTOS QUÍMICOS COMO ÁCIDOS, TINTAS OU SOLVENTES. SISTEMA DE ACIONAMENTO: GATILHO. BICO COM JATO REGULÁVEL. SINÔNIMO DO MATERIAL BORRIFADOR: PULVERIZADOR.	NOBRE	290 UND	R$ 6,47	R$ 1.876,30
0049	DISPENSADOR DE SABONETE LÍQUIDO E ÁLCOOL EM GEL. TOTEM DISPENSADOR DE SABONETE LÍQUIDO E ÁLCOOL EM GEL COM ACIONAMENTO POR PEDAL. TORRE E BASE CONFECCIONADA EM MADEIRA, AÇO INOX, ALUMÍNIO OU PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. BASE ANTIDERRAPANTE NIVELADA. PEDAL ANTIDERRAPANTE. CONTENDO RESERVATÓRIO RECARREGÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITRO. DISPARADOR DE SAÍDA DO ÁLCOOL POSICIONADO A UMA ALTURA ENTRE 90CM E 100 CM. ALTURA MÁXIMA DO TOTEM: APROXIMADAMENTE 120 CM. DEVERÁ POSSUIR AS INFORMAÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES (PEDAL E DISPARADOR DE SAÍDA DO SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL) VISÍVEIS NO TOTEM.	INOVAMAQ	90 UND	R$ 271,60	R$ 24.444,00
0051	RODO GRANDE. RODO, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,20 CM DE COMPRIMENTO, SUPORTE PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 60 CM, COM BORRACHA DUPLA. UTILIZAÇÃO: PISO OU QUALQUER SUPERFÍCIE LISA, RÓTULO OU CORPO GRAVADO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	PAULISTINHA	410 UND	R$ 9,98	R$ 4.091,80
0052	PAPEL FILME. PAPEL FILME-PLÁSTICO ROLO 30 MTS.	CHFILMS	480 UND	R$ 6,38	R$ 3.062,40
0054	SACO DE LIXO HOSPITALAR PARA RESÍDUO INFECTANTE 100 LITROS, PACOTE COM 100 UNDADES.	RAVA	600 FD	R$ 32,90	R$ 19.740,00
0061	DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS HOSPITALARES 5 LITROS	AUDAX	50 UND	R$ 105,00	R$ 5.250,00
VALOR TOTAL					R$ 239.891,80

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Baraúna/RN, 30 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	H.C. Cordeiro
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***HILTON COSTA CORDEIRO***
Prefeita Municipal de Baraúna/RN	Representante Legal do Fornecedor Registrado
(Representante Legal do Órgão Gerenciador)	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:AACE4D62

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 106/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 020/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01060003/2026.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA**, brasileira, divorviada, inscrita no CPF: 067.084.894-81, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000, representada pelo Sr. **LACI SILVANO DA SILVA**, brasileiro, portadora da cédula de identidade n° 002.507.342 , inscrito no CPF: 069.987.974-43, residente e domiciliada no Sitio Mata Burro, N° 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Água mineral (adicionada de sais), sem gás, acondicionada em embalagem de garrafão de 20 litros, retornável.	Manara	Unidade	4000	R$ 6,80	R$ 27.200,00
2	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 500ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	1000	R$ 2,00	R$ 2.000,00
3	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 200ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	1500	R$ 1,60	R$ 2.400,00
4	Garrafão vazio – Vasilhame galão de água mineral de 20 litros, em plástico. Produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super-resistente e com, no mínimo, 80% de vida útil. Produto fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPN.	Amana	Unidade	200	R$ 28,90	R$ 5.780,00
5	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes de 3kg.	Zero Grau	Pacote	100	R$ 4,90	R$ 490,00
VALOR TOTAL						**R$ 37.870,00**

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para o Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de **R$ 37.870,00 (trinta e sete mil e oitocentos e setenta reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 017/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5.1. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **31 de julho de 2026 até 31 de julho de 2027**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, visto que se enquadra como fornecimento contínuo, haja vista ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.

5.2.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
5.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
5.2.2.Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
5.2.3. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
5.2.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
5.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
5.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Monalisa Jordania de Paiva Costa,** Portaria número 027/2026, inscrita no CPF: 705.723.414-74
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE

AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2904 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL
2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)
NATUREZA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;

15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

Gestora Do Fundo Municipal De Saúde
BEVANIA SILVA COSTA
Gestora Do Fundo Municipal De Saúde
(Contratante)

62.350.404 Laci Silvano Da Silva
LACI SILVANO DA SILVA
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:EBF5A175

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 107/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 021/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 27.996.936/0001-70, com sede na AV Jeronimo Rosado, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal da Educação, Sr. **MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF: 163.119.528-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sito Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000, representada pelo Sr. **LACI SILVANO DA SILVA**, brasileiro, portadora da cédula de identidade n° 002.507.342 , inscrito no CPF: 069.987.974-43, residente e domiciliada no Sitio Mata Burro, N° 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Água mineral (adicionada de sais), sem gás, acondicionada em embalagem de garrafão de 20 litros, retornável.	Manara	Unidade	500	R$ 6,80	R$ 3.400,00
3	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 200ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	12.000	R$ 1,60	R$ 19.200,00
4	Garrafão vazio – Vasilhame galão de água mineral de 20 litros, em plástico. Produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super-resistente e com, no mínimo, 80% de vida útil. Produto fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPN.	Amana	Unidade	50	R$ 28,90	R$ 1.445,00
VALOR TOTAL						**R$ 24.045,00**

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para o Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de **R$ 24.045,00 (vinte e quatro mil e quarenta e cinco reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 021/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5.1. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **31 de julho de 2026 até 31 de julho de 2027**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, visto que se enquadra como fornecimento contínuo, haja vista ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
5.2.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
5.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
5.2.2.Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
5.2.3. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
5.2.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
5.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
5.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Antonia Matias de Souza,** Matrícula: 000079-8, inscrita no CPF: 633.837.994-68.

9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
AÇÃO:
2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2021 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO (QSE)
NATUREZA:
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15001001 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15500000 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;

12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

Fundo Municipal De Educação
MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Gestor Do Fundo Municipal De Educação
(Contratante)

62.350.404 Laci Silvano Da Silva
LACI SILVANO DA SILVA
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:397BA2E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 108/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03060002/2026.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.783.011/0001-08, com sede na R Hermenegildo Montenegro, A/N, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania, Sr. **JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF: 938.465.414-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000, representada pelo Sr. **LACI SILVANO DA SILVA**, brasileiro, portadora da cédula de identidade n° 002.507.342 , inscrito no CPF: 069.987.974-43, residente e domiciliada no Sitio Mata Burro, N° 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Água mineral (adicionada de sais), sem gás, acondicionada em embalagem de garrafão de 20 litros, retornável.	Manara	Unidade	1600	R$ 6,80	R$ 10.880,00
2	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 500ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	3000	R$ 2,00	R$ 6.000,00
3	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 200ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	1500	R$ 1,60	R$ 2.400,00
4	Garrafão vazio – Vasilhame galão de água mineral de 20 litros, em plástico. Produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super-resistente e com, no mínimo, 80% de vida útil. Produto fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPN.	Amana	Unidade	50	R$ 28,90	R$ 1.445,00
5	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes de 3kg.	Zero Grau	Pacote	300	R$ 4,90	R$ 1.470,00
VALOR TOTAL						**R$ 22.195,00**

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para o Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de **R$ 22.195,00 (Vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 022/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **03 de agosto de 2026 até 03 de agosto de 2027**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, visto que se enquadra como fornecimento contínuo, haja vista ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.

5.2.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

5.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

5.2.2.Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

5.2.3. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

5.2.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;

6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;

6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;

6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) Salários;

b) Seguros de acidentes;

c) Taxas, impostos e contribuições;

d) Frete;

e) Indenizações; e

f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Maria Juliana de Macêdo Silva**, Matrícula número 14826-2, inscrito no **CPF: 101.643.704-80**
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
04.001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
AÇÃO:
2046 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2048 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2052 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
2053 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS
2867 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO BOLSA FAMÍLIA
2908 CASA LAR – ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NATUREZA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
16600000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 03 de agosto de 2026.

Fundo Municipal Assistência Social E Cidadania
JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA
Gestor Do Fundo Municipal Assistência Social E Cidadania
(Contratante)

62.350.404 Laci Silvano Da Silva
LACI SILVANO DA SILVA
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:B52DB318

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 109/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09060002/2026.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **62.350.404 LACI SILVANO DA SILVA– CNPJ: 62.350.404/0001-62,** com sede no Sit Mata Burro, 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP 59695-000, representada pelo Sr. **LACI SILVANO DA SILVA**, brasileiro, portadora da cédula de identidade n°

002.507.342 , inscrito no CPF: 069.987.974-43, residente e domiciliada no Sitio Mata Burro, N° 34, Zona Rural, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em cubo e garrafão de plástico vazio, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas dos Fundos Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, bem como da Administração Geral do Executivo de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Água mineral (adicionada de sais), sem gás, acondicionada em embalagem de garrafão de 20 litros, retornável.	Manara	Unidade	2000	R$ 6,80	R$ 13.600,00
2	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 500ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	1000	R$ 2,00	R$ 2.000,00
3	Água mineral sem gás, acondicionada em embalagem de 200ml, descartável.	Ster Bom	Unidade	1000	R$ 1,60	R$ 1.600,00
4	Garrafão vazio – Vasilhame galão de água mineral de 20 litros, em plástico. Produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super-resistente e com, no mínimo, 80% de vida útil. Produto fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPN.	Amana	Unidade	100	R$ 28,90	R$ 2.890,00
5	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes de 3kg.	Zero Grau	Pacote	100	R$ 4,90	R$ 490,00
VALOR TOTAL						**R$ 20.580,00**

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para o Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de **20.580,00 (vinte mil quinhentos e oitenta reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 017/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **31 de julho de 2026 até 31 de julho de 2027**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, visto que se enquadra como fornecimento contínuo, haja vista ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.

5.2.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

5.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

5.2.2.Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

5.2.3. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

5.2.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;

6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;

6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;

6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) Salários;

b) Seguros de acidentes;

c) Taxas, impostos e contribuições;

d) Frete;

e) Indenizações; e

f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;

6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;

6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;

6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Artur Ravanelly de Souza,** Portaria número 014/2026, inscrito no CPF: 118.417.134-30.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.002 SECRETARIA MUN. DE ADMNISTRAÇÃO E REC. HUMANOS
AÇÃO:
2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
NATUREZA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.

15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN
(Contratante)

62.350.404 Laci Silvano da Silva
LACI SILVANO DA SILVA
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:147954BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 110/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02060002/2026

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **EFATA SOLUCOES LTDA – 51.376.627/0001-82,** com sede na Rua Professora Maria Augusta Mendonca, 495, Loja C, Malvinas, 58.433-275, Campina Grande/PB, representado pelo Sr. **ALLYSSON BRUNO LIMA PONTES**, brasileiro, inscrito no CPF: 706.031.344-32 doravante denominado **CONTRATADO** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Inexigibilidade de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento para a aquisição de 02 (dois) Projetos Pedagógicos Tecnológicos Integrados, visando à implantação e montagem de 02 (dois) Laboratórios de Robótica Educacional Completos, cujos itens são interdependentes e indivisíveis, serão destinados a atender, de forma eficaz, focado em elevar a qualidade do ensino de tecnologia aos estudantes da Educação regulamente matriculados nas unidades escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	VLR UNIT R$	VLR TOTAL R$
	Robótica Sustentável – **Livro do Aluno – 1º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	30	R$ 216,66	R$ 6.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Aluno – 2º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o	Und	30	R$ 216,66	R$ 6.500,00

	desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.				
	Robótica Sustentável – **Livro do Aluno – 3º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	30	R$ 216,66	R$ 6.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Aluno – 4º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	30	R$ 216,66	R$ 6.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Aluno – 5º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	30	R$ 216,66	R$ 6.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Professor – 1º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Professor – 2º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Professor – 3º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Professor – 4º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
	Robótica Sustentável – **Livro do Professor – 5º Ano**. O Material é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, justamente com seu complemento, a BNCC Computação, e ao Currículo de Referência em Tecnologia do Centro para Inovação da Educação Brasileira (CIEB), tendo como premissa pedagógica o protagonismo do estudante, a colaboração entre pares, o trabalho investigativo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Autora Débora Garofalo e Maurício Gebran.	Und	10	R$ 310,00	R$ 3.100,00
	Kit de Robótica Educacional para aulas práticas e inovação da aprendizagem tecnológica e digital para os alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, sendo no mínimo 19 itens, somando um total de 115 (cento e quinze), composto pelos seguintes itens: Arduino UNO R3 DIP + Cabo USB*, Protoboard 830 pontos, Jumpers Macho-Macho 20cm, Jumpers Macho-Fêmea 20cm, Módulo Display de 7 segmentos, Sensor ultrassônico de distância HC-SR04, Módulo Joystick Analógico, Módulo Driver de Motor Ponte H L9110, Potenciômetro 10K com porcas e arruelas, Mini Motor DC 3-6V, Mini Hélice Azul para motor DC, Buzzer, LEDs (vermelho, verde, azul, amarelo), LED RGB 5mm Difuso, Push Buttons coloridos (cores variadas), Sensor de Luz (LDR), Sensor de Temperatura Termistor NTC 10K, Conjunto de 10 Resistores de valores variados, Chave Táctil Push Button (6x6x5mm), LED Difuso 5mm Amarelo, Roda Boba Omni para Robótica, Micro Servo Motor MG90S TowerPro, Chassi 2WD Acrílico e Caixa Organizadora GG.	Und	06	R$ 1.300,00	R$ 7.800,00
	Kit de Robótica Educacional para aulas práticas e inovação da aprendizagem tecnológica e digital para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental anos finais, sendo no mínimo 54 itens, somando um total de 221 (duzentos e vinte e uma), composto pelos seguintes itens: Arduino UNO R3 DIP + Cabo USB*, Protoboard 830 pontos, Jumpers Macho-Macho 20cm, Jumpers Macho-Fêmea 20cm, Módulo Display de 7 segmentos, Sensor ultrassônico de distância HC-SR04, Módulo Joystick Analógico, Módulo Driver de Motor Ponte H L9110, Potenciômetro 10K com porcas e arruelas, Mini Motor DC 3-6V, Mini Hélice Azul para motor DC, Buzzer, LEDs (vermelho, verde, azul, amarelo), LED RGB 5mm Difuso, Push Buttons coloridos (cores variadas), Sensor de Luz (LDR), Sensor de Temperatura Termistor NTC 10K, Conjunto de 10 Resistores de valores variados, Chave Táctil Push Button (6x6x5mm), LED Difuso 5mm Amarelo, Roda Boba Omni para Robótica, Micro Servo Motor MG90S TowerPro, Chassi 2WD Acrílico e Caixa Organizadora GG.	Und	06	R$ 1.100,00	R$ 6.600,00
	Sala maker completa e personalizada com materiais pedagógicos, conjunto de mobiliário, ferramentas e equipamentos para aulas teóricas e práticas do Projeto 4.0, de acordo com a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Sala composta por: 02 Televisores Smart 55 polegadas; 02 Suportes articulado de parede para tvs de 32" A 75"; 02 Mesas para Alunos com caixaria central para fiação e tomadas (com Montagem); 02 Kits com 32 Cadeiras para Alunos (com montagem); 02 Mesas Para o Professor com gaveta (com montagem); 02 Cadeiras de Escritório Giratória para o professor (com montagem); 02 Armários de apoio com nichos e gaveteiros (com montagem); 02 Paineis de Ferramentas completo com no mínimo 64 (sessenta e quatro) itens+ montagem + instalação.	Und	02	R$ 50.000,00	R$ 100.000,00
	Notebook 14" Multi Ultra UB250 Intel Celeron N4020C, Memória 4GB, eMMC 128GB, Tela HD (1366 x 768), Windows 11 + Microsoft 365 Personal.14 polegadas.	Und	60	R$ 2.000,00	R$ 120.000,00
	Impressora 3D **Bambu LabA1:** Um portal colorido para a impressão 3D. Corpo, Volume de montagem: 256 x 256 x 256 mm³, Chassis: Aço + Alumínio extrudado, Cabeça da ferramenta, Hotend: Todo em metal, Engrenagens da extrusora: Aço temperado, Bico: Aço inoxidável, Temperatura máxima da hotend: 300 °C, Diâmetro do bico (incluído): 0,4 mm, Diâmetro do bico (opcional): 0,2 mm, 0,6 mm, 0,8 mm, Cortador de filamento: Sim, Diâmetro do filamento: 1,75 mm Leito aquecido, Placa de montagem compatível: Placa PEI com textura de bambu, Placa Bambu Cool, Placa de alta temperatura Bambu, Placa PEI de textura dupla Bambu, Temperatura máx. da placa de montagem: 100 °C, Velocidade máxima da cabeça da ferramenta: 500 mm/s, Aceleração máxima da cabeça da ferramenta: 10.000 mm/s², Fluxo máximo de hotend: 28 mm³/s no ABS (Modelo: parede simples de 150 x 150 mm;Material: Bambu ABS; Temperatura: 280 °C), Resfriamento, Ventoinha de resfriamento parcial: Controle de malha fechada, Ventoinha de hotend: Controle de malha fechada, Filamentos compatíveis PLA, PETG, TPU, PVA: Ideal ABS, ASA, PC, PA, PET, polímero reforçado com fibra de carbono/vidro: Não recomendado, Sensores Câmera de monitoramento: Câmera de baixa taxa (até 1080P) com suporte a time-lapse, Sensor de esgotamento de filamento: Sim, Odometria do filamento: Sim, Recuperação de perda de energia: Sim, Sensor de emaranhamento de filamentos: Sim, Dimensões físicas, Dimensões: 465 x 410 x 430 mm³, Peso líquido: 8,3 kg, Requisitos elétricos, Tensão de entrada: 100–240 VCA, 50/60 Hz, Potência máxima: 1.300 W a 220 V, 350 W a 110 V, Eletrônica, Monitor: Tela sensível ao toque IPS de 3,5 polegadas 320 x 240, Conectividade: Wi-Fi, Bambu-Bus, Armazenamento: Cartão Micro SD Interface de controle: Tela sensível ao toque, APP, aplicativo para PC, Controlador de movimento: Cortex M4 de núcleo duplo, Software, Segmentador: O Bambu Studio oferece suporte a segmentadores de terceiros que exportam Gcode padrão, como SuperSlicer, PrusaSlicer e Cura, mas determinadosrecursos avançados não são compatíveis. Sistemas operacionais compatíveis com o segmentador: macOS, Windows, Wi-Fi, Faixa de frequência: 2.412 MHz–2.472 MHz (CE), 2.412 MHz–2.462 MHz (FCC), 2.400 MHz–2.483,5 MHz (SRRC), Potência do transmissor (EIRP): ≤ 21,5 dBm (FCC)≤ 20 dBm (CE/SRRC), Protocolo: Padrão IEEE 802,11 b/g/n.	Und	04	R$ 4.000,00	R$ 16.000,00
300.000,00					

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para a Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir de **31 de julho de 2026** e vigerá até **31 de julho de 2027**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **FRANCISCO REGINALDO DE SOUZA, Coordenador Municipal da Educação Administrativo,** MATRICULA**: 000003-1,** inscrito no **CPF: 626.076.424-34**.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO:
2074 PROGRAMA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNIDADES ESCOLARES
2895 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2021 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO (QSE)
NATUREZA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT
15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da
União - VAAR
15001001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas
com manutenção e desenvolvimento do ensino
15500000 Transferência do Salário-Educação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Do Município De Baraúna/RN
(Contratante)

Efata Solucoes LTDA
ALLYSSON BRUNO LIMA PONTES
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6F448F9D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1170/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1170/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) s/pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):		**ALEX BATISTA DE OLIVEIRA**		
CARGO:		MOTORISTA		
MATRÍCULA:		1.5045		
DOCUMENTOS:		CPF: 008.xxx.xxx-50		
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde - SAMU		
HORÁRIO DE SAÍDA:		11:35 horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Ambulância RQC – 0C56**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Gabriel Saldanha Damasio, do HETFF, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 25/07/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25/07/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de julho de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:68D3A7FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 135/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 135,
DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.559/2025, no art. 6º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 03 de agosto de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**205.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**205.000,00**
	2178 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB				**164.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	6.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15421071	0001	158.000,00
	2179 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)				**14.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15421071	0001	14.000,00
	2180 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré Escola (FUNDEB)				**27.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	13.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15421071	0001	14.000,00
Anexo II (Redução)					**205.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**205.000,00**
	2178 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB				**47.542,16**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15421070	0001	47.080,16
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	462,00
	2179 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)				**119.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	19.000,00
	2180 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré Escola (FUNDEB)				**38.457,84**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	38.457,84

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:14C88B3B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 65/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 65/2026
Inexigibilidade Nº 22/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa JESSICA MEDEIROS DANTAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 42.662.849/0001-70, estabelecida a Rua 10 RUA JOSE MATIAS 118A CENTRO CARNAÚBA DOS DANTAS-RN .

Do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Do preço total: R$ R$ 60.000,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
37053	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA, INCLUINDO ATENDIMENTOS, ORIENTAÇÕES, CONSULTAS JURÍDICAS E ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES QUE ENVOLVEM DIREITO DE FAMÍLIA, ABRANGENDO, ENTRE OUTRAS DEMANDAS, GUARDA JUDICIAL, INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, ALIMENTOS E EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, DIVÓRCIO, REGULAMENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR, TUTELA, CURATELA E DEMAIS AÇÕES CORRELATAS	MÊS	12,0000	5000,0000	R$ 60.000,00
				Valor Total:	R$ 60.000,00

Gestão/Unidade: 1.02.017.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Dotação(ões):

442	02.017.08.122.0116.2123.3.3.90.39.1.669.0000

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 31/07/2026 a 31/07/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 31 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) p/ Contratante

JESSICA MEDEIROS DANTAS
p/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:722A989F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 01/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N.º 01/2024

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e das demais normas aplicáveis à espécie, considerando a homologação do resultado final do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, realizado em conformidade com a legislação vigente, sob a organização do Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro (IDIB), **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, relacionados no **Anexo I** deste Edital, para apresentação da documentação necessária ao provimento dos cargos do quadro efetivo do Município, bem como para a realização dos demais procedimentos relativos à nomeação e à posse, nos termos e condições estabelecidos neste Edital.

01 - DATA E LOCAL DE APRESENTAÇÃO:

Os candidatos convocados deverão comparecer à **Biblioteca Municipal de Ceará-Mirim/RN**, localizada na Rua Heráclito Vilar, nº 881, bairro Santa Águeda, Ceará-Mirim/RN, CEP 59570-000, no horário das **08h00 às 13h00**, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 05 de agosto de 2026**, para apresentação da documentação exigida para fins de nomeação e posse.

O **não comparecimento do candidato no prazo estabelecido**, bem como a **não apresentação da documentação exigida**, implicará na **perda do direito à nomeação**, com a consequente convocação do próximo candidato classificado, observada a ordem de classificação no certame.

02. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

Os candidatos convocados deverão comparecer para a **entrega da documentação exigida no Edital nº 01/2024**, incluindo todos os documentos pessoais, certidões e comprovantes necessários ao provimento do cargo, bem como **os formulários anexos ao presente Edital de Convocação, devidamente preenchidos e assinados**.

03. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Os candidatos constantes na lista anexa ao presente Edital estão sendo convocados para atendimento às vagas existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN, observada a estrita ordem de classificação no certame.

A não apresentação da documentação exigida no prazo estabelecido acarretará a **perda do direito à nomeação**, com a consequente convocação do candidato subsequente na ordem classificatória, **ressalvadas as hipóteses de justificativa devidamente fundamentada e aceita pela Comissão do Concurso**.

Todas as cópias dos documentos apresentados deverão estar **legíveis e acompanhadas dos respectivos originais para fins de conferência e autenticação administrativa**, nos termos da legislação aplicável

A eventual **prorrogação do prazo para posse** deverá ser requerida administrativamente mediante protocolo junto ao setor de Recursos Humanos, dentro do prazo fixado para apresentação da documentação prevista neste Edital de Convocação, devendo o candidato apresentar **requerimento formal devidamente fundamentado nas hipóteses autorizadas pela legislação vigente**, acompanhado da documentação comprobatória pertinente.

A responsabilidade pela **apresentação correta, completa e tempestiva da documentação exigida é exclusiva do candidato**.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal de Ceará-Mirim.

ANEXO I - LISTA DE CONVOCAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO
110 - CONTADOR - CEARÁ MIRIM/RN			
2153658	ADRIANNE ALVES PINHEIRO TORQUATO	Ampla Concorrência	4
104 - CIRURGIÃO DENTISTA - CEARÁ MIRIM/RN			
2124479	ALEXSSANDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA ROCHA	Ampla Concorrência	23
2145427	MARIA LUISA FERREIRA DOS SANTOS PACHECO	Ampla Concorrência	24

ANEXO II - INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO DE SERVIDORES
NOME: CARGO: LOTAÇÃO: TELEFONE: E-MAIL:

DOCUMENTOS	ENTREGUE
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF)	
CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO	
DECLARAÇÃO ESCOLAR OU DIPLOMA	
TITULO DE ELEITOR + COMPROVANTE DE VOTAÇÃO	
NÚMERO DO PIS/PASEP	
CARTEIRA DE TRABALHO (PÁGINAS DE IDENTIFICAÇÃO E CONTRATUAIS)	
CARTEIRA DO CONSELHO (VERIFICAR VALIDADE)	
CARTEIRA DE RESERVISTA (APENAS SEXO MASCULINO)	
1 FOTO 3X4	
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (ATUAL)	
EXAME COMPLEMENTARES (ANEXO II.1)	
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES MENORES DE 7 ANOS + CARTÃO DE VACINA E CPF	
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES MAIORES DE 7ANOS + DECLARAÇÃO DE MATRICULA E CPF	
DECLARAÇÃO DE BENS	
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS	
DECLARAÇÃO DE PARENTESCO	
AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	
COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL NO CPF https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp	
CERTIDÃO – NADA CONSTA – TJRN (CIVEL E FISCAL) https://apps.tjrn.jus.br/certidoes/f/public/index.xhtml	
CERTIDÃO – NADA CONSTA – TJRN (CRIMINAL) https://apps.tjrn.jus.br/certidoes/f/public/index.xhtml	
CERTIDÃO – NADA CONSTA – JFRN https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/paginas/certidaocivel.faces	

ANEXO III - EXAMES COMPLEMENTARES

EXAMES COMPLEMENTARES	ENTREGUE
EXAME DE SANIDADE MENTAL (FORNECIDO EXCLUSIVAMENTE POR MÉDICO PSIQUIATRA)	
LAUDO ADMISSIONAL (EXPEDIDO EXCLUSIVAMENTE PELO MÉDICO DO TRABALHO)	
HEMOGRAMA COMPLETO	
GLICOSE	
UREIA	
CREATININA	
COLESTEROL TOTAL E FRAÇÕES	
TRIGLICERÍDIOS	
TGO	
TGP	
SOROLOGIA PARA CHAGAS	
ACUIDADE VISUAL (FORNECIDO EXCLUSIVAMENTE POR ORFTALMOLOGISTA)	
ELETROCARDIOGRAMA (FORNECIDO EXCLUSIVAMENTE POR CARDIOLOGISTA)	
RAIO X DE TORAX	
AUDIOMETRIA TONAL E VOCAL (FORNECIDO EXCLUSIVAMENTE POR FONOAUDIÓLOGO)	
ATENÇÃO. **Validade dos Exames**: Exames de sangue (Hemograma Completo, Glicose, Ureia, Creatinina, Colesterol Total e Frações, Triglicerídeos, Gama GT, TGO, TGP, Sorologia para Chagas, VDRL, HBsAg, Anti-HBs, Anti-HBc e Anti-HCV, Sumário de Urina) têm validade de 30 dias antes da entrega; Demais exames (Exame de Sanidade Mental, Laudo Admissional, Acuidade Visual, ECG, Raio-X de Tórax e Audiometria) têm validade de até 1 ano, desde que os resultados tenham sido considerados normais.	

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_,
Nacionalidade,_, Estado civil,_, portador(a) do RG nº,_e do CPFnº,_, Residente e domiciliado à,_, Bairro,_,Cidade,_, Estado,_.
DECLARO para os devidos fins que se fizerem necessários que possuo os seguintes bens móveis e/ou imóveis, nos termos da Lei.
DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS:

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS MÓVEIS:

Por fim **CERTIFICO** que são verdadeiras as declarações prestadas e que é do meu inteiro conhecimento que qualquer omissão poderá constituir punição de má-fé, na forma da Lei.

Ceará-Mirim/RN,_/_/

Assinatura do Servidor(a)

ANEXO V - DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO COM OCUPANTES DE CARGOS ELETIVOS, COMISSIONADOS OU DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA NO ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Eu,_,
Nacionalidade,_, Estadocivil,_, portador(a) do RG nº,_e do CPFnº,_, Residente e domiciliado à,_, Bairro,_,Cidade,_, Estado,_.

DECLARO para os devidos fins que se fizerem necessários que NÃO possuo nenhum vínculo de parentesco com ocupantes de cargos eletivos, comissionados ou de função de confiança no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

Por fim **CERTIFICO** que são verdadeiras as declarações prestadas e que é do meu inteiro conhecimento que qualquer omissão poderá constituir punição de má-fé, na forma da Lei.

Ceará-Mirim/RN,_/_/

Assinatura do Servidor(a)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de investidura no cargo de _____, junto ao Município de Ceará-Mirim/RN, que **não exerço outro cargo, emprego ou função pública incompatível** com o referido cargo, em qualquer das esferas da Administração Pública **Federal, Estadual ou Municipal**
Declaro, ainda, estar ciente de que a **prestação de informações falsas ou a omissão de dados relevantes** poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.
Por fim, **certifico que as informações acima prestadas são verdadeiras**, assumindo inteira responsabilidade por seu conteúdo.

Ceará-Mirim/RN, / /

Assinatura do Servidor(a)

ANEXO VII - AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o n° _____, DECLARO, sob as penas da lei, minha raça/etnia sendo:

[ ] Branca
[ ] Preta
[ ] Parda
[ ] Amarela
[ ] Indígena

Esta autodeclaração atende a exigência do art. 39, § 8°, da Lei n° 12.288/2010, alterado pela Lei n° 14.553/2023 e da Portaria MTE n° 3.784/2023, que obriga a prestação da informação nas inclusões, alterações ou retificações cadastrais dos trabalhadores ocorridas a partir de 1° de janeiro de 2024, respeitando o critério de autodeclaração do trabalhador, em conformidade com a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.
Por fim CERTIFICO que são verdadeiras as declarações prestadas e que é do meu inteiro conhecimento que qualquer omissão poderá constituir punição de má-fé, na forma da Lei.

Ceará-Mirim/RN, / /

Assinatura do Servidor(a)

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:75A02A5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2026 – SMEC - ANEXO I

FICHA DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
(Portaria nº 002/2026 – SMEC)

I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	
Escola:	
Endereço:	
Diretor(a):	

II – CANDIDATO(A) A REPRESENTANTE TITULAR	
Nome completo:	
	Data de nascimento: ___/___ /_____
CPF:	RG:
Endereço:	
Telefone: ( )	E-mail:
O(A) indicado(a) é: ( ) Pai ( ) Mãe ( ) Responsável legal	
Nome do(a) estudante:	
	Ano/Série:

III – CANDIDATO(A) A REPRESENTANTE SUPLENTE	
Nome completo:	
	Data de nascimento: ___/___ /_____
CPF:	RG:
Endereço:	
Telefone: ( )	E-mail:
O(A) indicado(a) é: ( ) Pai ( ) Mãe ( ) Responsável legal	
Nome do(a) estudante:	
	Ano/Série:
IV – DECLARAÇÃO DA EQUIPE GESTORA	
A equipe gestora da unidade escolar acima identificada declara que os candidatos acima relacionados são pais, mães ou responsáveis legais por estudantes regularmente matriculados nesta unidade escolar e os indica para	

participar do processo de escolha dos representantes do segmento dos pais ou responsáveis no Fórum Municipal de Educação de Espírito Santo/RN, nos termos do art. 5º, inciso VII, do Decreto Municipal nº 030/2026-GP e da Portaria nº 002/2026 – SMEC.

Espírito Santo/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Diretor(a) da Unidade Escolar

V – DECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS

Declaramos que:
I – somos pais, mães ou responsáveis legais pelos estudantes acima identificados;
II – as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras;
III – aceitamos a presente indicação; e
IV – comprometemo-nos, caso escolhidos, a exercer a representação junto ao Fórum Municipal de Educação, observando as normas legais e regimentais aplicáveis.
Espírito Santo/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Candidato(a) a Titular

_____
Candidato(a) a Suplente

VI – DOCUMENTOS ANEXADOS

( ) Cópia do documento oficial de identificação.
( ) Cópia do CPF (quando não constar no documento de identificação).
( ) Documento que comprove ser pai, mãe ou responsável legal pelo estudante, quando necessário.
( ) Comprovante de matrícula do estudante.

VII – USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Data do recebimento: ___/___/_____

( ) Documentação conferida.
( ) Indicação homologada.

Observações:

Publicado por:
Bruno César de Oliveira Barbosa
Código Identificador:42AA134D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO P.E SRP Nº 14/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Goianinha
Prefeitura Municipal de Goianinha
Registro de Preços Eletrônico - 14/2026
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - 0042661 - Gesso especial para uso em protese dental, em potes de 01 kg - Valor Referência: R$ 38,61

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	YAMAY	YAMAY	10,0000	178,20

Item: 0002 - 0024460 - Resina acrilica autopolimerizavel liquida frascos com 30 ml - Valor Referência: R$ 42,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	10,0000	117,20

Item: 0003 - 0042662 - Vaselina Solida Embalagem contendo 90g tubo - Valor Referência: R$ 19,58

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	20,0000	224,20

Item: 0004 - 0024468 - Cubetas plasticas para manipular gesso e alginato, com cores variadas - Valor Referência: R$ 14,14

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DENTAL UNIVERSO LTDA (26.395.502/0001-52)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	MAQUIRA	MAQUIRA	10,0000	88,20

Item: 0005 - 0024469 - Espatula para manipulacao de gesso e alginato - Valor Referência: R$ 7,21

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	OGP	OGP	10,0000	22,90

Item: 0006 - 0024470 - Espatula 31 em aco para uso em odontologia - Valor Referência: R$ 15,88

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	IMPLA	IMPLA	5,0000	39,70

Item: 0007 - 0042663 - Jogo de moldeira dentarias metalicas adulto, com perfuracoes para escoar o material de moldagem - Valor Referência: R$ 84,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	TECNODENT	TECNODENT	6,0000	367,92

Item: 0009 - 0024473 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 62. Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,08

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50

Item: 0010 - 0024474 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 66. Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,27

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50

Item: 0011 - 0024475 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 67. Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,04

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0012 - 0024476 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 69. Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,79					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0013 - 0024477 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,79					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0014 - 0024478 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,64					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0015 - 0024479 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,04					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0016 - 0024480 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,04					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0017 - 0024481 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,43					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0018 - 0024482 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0019 - 0024483 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0020 - 0024484 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0021 - 0024485 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0022 - 0024486 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0023 - 0024487 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0024 - 0024488 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,06					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0025 - 0024489 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,77					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0026 - 0024490 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0027 - 0024491 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0028 - 0024492 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,79					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0029 - 0024493 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,15					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0030 - 0024494 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50

Item: 0031 - 0024495 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0032 - 0024496 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0033 - 0024497 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0034 - 0024498 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0035 - 0024499 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0036 - 0024500 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	493,50
Item: 0037 - 0024501 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0038 - 0024502 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0039 - 0024503 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0040 - 0024504 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0041 - 0024505 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,22					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0042 - 0024506 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,37					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0043 - 0024507 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0044 - 0024508 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0045 - 0024509 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0046 - 0024510 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0047 - 0024511 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0048 - 0024512 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,85					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0049 - 0024513 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0050 - 0024514 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidad - Valor Referência: R$ 7,90					

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0051 - 0024515 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0052 - 0024516 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0053 - 0024517 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,76					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0054 - 0024518 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0055 - 0024519 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0056 - 0024520 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,76					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0057 - 0024521 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0058 - 0024522 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,89					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0059 - 0024523 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,91					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0060 - 0024524 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,70					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0061 - 0024525 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 8,62					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0062 - 0024526 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0063 - 0024527 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 9,40					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	VIPI	VIPI	150,0000	496,50
Item: 0064 - 0024528 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - Valor Referência: R$ 7,91					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DENTAL UNIVERSO LTDA (26.395.502/0001-52)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	POP DENT	VIPI	150,0000	609,00
Item: 0065 - 0042664 - Gesso pedra para uso em protese dentaria. saco com 25 kg - Valor Referência: R$ 134,07					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	CHAVES	CHAVES	10,0000	1.078,70
Item: 0066 - 0024530 - Alginato, tipo II, de presa normal para moldagem dental, com baixa distorcao, em embalagem de 454 gramas, aproximadamente. - Valor Referência: R$ 71,87					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DENTAL UNIVERSO LTDA (26.395.502/0001-52)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	ALGI GEL 454G	MAQUIRA	120,0000	3.224,40
Item: 0067 - 0024531 - Cera N 07, caixa com 12 unidades, na cor vermelha, para uso em laboratorio de protese dentaria. - Valor Referência: R$ 30,32					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LYSANDA	LYSANDA	50,0000	961,50
Item: 0068 - 0024532 - Cera tipo Utilidade em laminas para uso em protese dental. Caixa com 5 laminas30 - Valor Referência: R$ 34,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LYSANDA	LYSANDA	30,0000	613,80
Item: 0070 - 0024534 - Godiva em bastao, caixa com aproximadamente 15 bastoes - Valor Referência: R$ 33,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LYSANDA	LYSANDA	20,0000	666,40
Item: 0071 - 0024535 - Resina acrilica autopolimerizavel po na cor 66, frasco c/ 25 g - Valor Referência: R$ 48,96					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DENTAL UNIVERSO LTDA (26.395.502/0001-52)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	RESINLAY SPEED	TDV	15,0000	669,90
Item: 0074 - 0024463 - Medidor de agua para manipulacao de alginato confeccionado em plastico - Valor Referência: R$ 11,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	DENTSPLY	DENTSPLY	3,0000	29,13
Item: 0075 - 0024538 - Broca de peca de mao tipo pera multilaminada de metal - Valor Referência: R$ 76,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	A. BURRS	A. BURRS	10,0000	574,00
Item: 0076 - 0024539 - Broca tipo pedra de acabamento de protese, para peca de mao, formato de pera - Valor Referência: R$ 64,18					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	SCHELBLE	SCHELBLE	10,0000	394,00
Item: 0077 - 0024540 - Mandril para peca de mao para uso com lixa. - Valor Referência: R$ 17,01					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	MICRODONT	MICRODONT	20,0000	244,80
Item: 0078 - 0024541 - Mandril para peca de mao para uso com discos de aco - Valor Referência: R$ 11,04					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DENTAL UNIVERSO LTDA (26.395.502/0001-52)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	MANDRITEC	IODONTOSUL	20,0000	185,00
Item: 0079 - 0024465 - Broca esferica pequena para uso em peca de mao, para acabamento em protese - Valor Referência: R$ 12,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LABORDENTAL	LABORDENTAL	15,0000	192,15
Item: 0080 - 0024466 - Broca esferica media para uso em peca de mao, para acabamento em protese - Valor Referência: R$ 13,87					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LABORDENTAL	LABORDENTAL	15,0000	208,05
Item: 0081 - 0024467 - Broca tipo fissura para acabamento em protese, uso em peca de mao - Valor Referência: R$ 14,71					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LABORDENTAL	LABORDENTAL	15,0000	220,65
Item: 0082 - 0042665 - Silicone especial para uso em laboratorios de proteses, possuindo resistencia ao calor; Extremidade flexivel; Alta estabilidade dimensional; e fluidez inicial; indeformavel; Resistente a ruptura. Embalagem em potes com 900g. - Valor Referência: R$ 135,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	YLLER REFLEX LAB YLLER REFLEX LAB 900GR	900GR	15,0000	1.455,90
Item: 0083 - 0035996 - Silicone especial para uso em laboratorios de proteses, possuindo resistencia ao calor; Extremidade flexivel; Alta estabilidade dimensional; e fluidez inicial; indeformavel; Resistente a ruptura. Embalagem em potes com 2,6Kg. - Valor Referência: R$ 463,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	YLLER REFLEX LAB 2.6KG	YLLER REFLEX LAB 2.6KG	10,0000	2.797,00
Item: 0084 - 0024544 - Catalisador Usado para endurecimento de Silicone especial para Uso em laboratorios de protese dentaria, em forma de gel acondicionado em pasta individual contendo 60 ml do produto - Valor Referência: R$ 72,54					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	ZHERMACK INDURENT LAB 60	ZHERMACK ML INDURENT LAB 60 ML	50,0000	3.046,00
Item: 0085 - 0024545 - Lamparina a alcool para uso em odontologia confeccionada em metal - Valor Referência: R$ 46,82					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	AF DO BRASIL	AF DO BRASIL	5,0000	136,00
Item: 0086 - 0024546 - Pedra pomes extra fina pote com 100g - Valor Referência: R$ 13,70					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	IODONTOSUL	IODONTOSUL	30,0000	172,20
Item: 0087 - 0024547 - Resina acrilica termopolimerizavel na cor Rosa medio, com veias Embalagem com 01 Kg - Valor Referência: R$ 146,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	frantins - RESINA REFIL ROSA	frantins - RESINA REFIL ROSA	15,0000	1.790,25
Item: 0088 - 0024548 - Resina acrilica termopolimerizavel incolor para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01 Kg - Valor Referência: R$ 159,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	15,0000	1.764,15
Item: 0089 - 0024549 - Monomero Liquido para resina acrilica termopolimerizavel de lenta polimerizacao para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01litro - Valor Referência: R$ 116,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	30,0000	3.267,90
Item: 0090 - 0024550 - Resina acrilica autopolimerizavel cor rosa medio para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01Kg - Valor Referência: R$ 125,46					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	10,0000	1.086,30
Item: 0091 - 0024551 - Resina acrilica autopolimerizavel incolor para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01Kg - Valor Referência: R$ 136,45					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	20,0000	2.170,60
Item: 0092 - 0024552 - Monomero Liquido para resina acrilica autopolimerizavel para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01litro - Valor Referência: R$ 149,99					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	20,0000	2.284,20
Item: 0093 - 0042666 - Resina acrilica autopolimerizavel liquida, frascos com 60 ml - Valor Referência: R$ 29,89					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	20,0000	377,80
Item: 0094 - 0042667 - Isolante liquido para trabalhos em resina acrilica para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01litro - Valor Referência: R$ 36,42					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	FRANTINS	FRANTINS	20,0000	728,40
Item: 0095 - 0042668 - Escova tipo flanela redonda (roda de pano) para acabamento de protese dentaria , uso em politriz de laboratorio. Medindo 4x12 cm - Valor Referência: R$ 39,76					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	MAC	MAC	5,0000	180,55
Item: 0097 - 0024559 - Mufla Odontologica indicada para coccao N 06 metalica - Valor Referência: R$ 227,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	ORTOCENTRAL - MUFLA DE ALUMÍNIO	ORTOCENTRAL - MUFLA DE ALUMÍNIO	10,0000	1.622,70
Item: 0099 - 0042670 - Cera periferica em bastao para auxilio de moldagem embalagem com 40 bastoes - Valor Referência: R$ 27,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DENTAL UNIVERSO LTDA (26.395.502/0001-52)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	LYSANDA	LYSANDA	30,0000	626,10
Item: 0102 - 0042673 - Escova De Pano Para Polimento tipo roda, a ser acomplada em peca de mao, com 22 mm - Valor Referência: R$ 29,64					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	A.BURRS	A.BURRS	20,0000	313,40
Item: 0103 - 0042674 - Prensa para coccao de muflas, zincada - Valor Referência: R$ 88,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (26.690.173/0001-72)	Adjudicado em: 31/07/2026 - 14:54:09 - Por: HOSANIRA GALVAO	MAC	MAC	10,0000	883,30
HOSANIRA GALVAO					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:75AFA37D

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.E SRP Nº 14/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Goianinha			
Prefeitura Municipal de Goianinha			
Registro de Preços Eletrônico - 14/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - 0042661 - Gesso especial para uso em protese dental, em potes de 01 kg - YAMAY - Valor Referência: R$ 38,61			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	17,82	178,20	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0002 - 0024460 - Resina acrilica autopolimerizavel liquida frascos com 30 ml - VIPI - Valor Referência: R$ 42,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	11,72	117,20	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0003 - 0042662 - Vaselina Solida Embalagem contendo 90g tubo - RIOQUIMICA - Valor Referência: R$ 19,58			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	11,21	224,20	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0004 - 0024468 - Cubetas plasticas para manipular gesso e alginato, com cores variadas - MAQUIRA - Valor Referência: R$ 14,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DENTAL UNIVERSO LTDA	8,82	88,20	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0005 - 0024469 - Espatula para manipulacao de gesso e alginato - OGP - Valor Referência: R$ 7,21			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	2,29	22,90	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0006 - 0024470 - Espatula 31 em aco para uso em odontologia - IMPLA - Valor Referência: R$ 15,88			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	7,94	39,70	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0007 - 0042663 - Jogo de moldeira dentarias metalicas adulto, com perfuracoes para escoar o material de moldagem - TECNODENT - Valor Referência: R$ 84,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	61,32	367,92	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0009 - 0024473 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 62. Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0010 - 0024474 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 66. Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,27			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0011 - 0024475 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 67. Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,04			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0012 - 0024476 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Superior Cor 69. Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,79			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0013 - 0024477 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,79			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0014 - 0024478 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0015 - 0024479 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,04			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0016 - 0024480 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A25 Inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,04			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0017 - 0024481 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,43			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0018 - 0024482 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0019 - 0024483 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0020 - 0024484 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 Superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0021 - 0024485 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0022 - 0024486 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0023 - 0024487 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0024 - 0024488 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho A26 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0025 - 0024489 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,77			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0026 - 0024490 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0027 - 0024491 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0028 - 0024492 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,79			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0029 - 0024493 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,15			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0030 - 0024494 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0031 - 0024495 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0032 - 0024496 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 263 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0033 - 0024497 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0034 - 0024498 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0035 - 0024499 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0036 - 0024500 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,29	493,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0037 - 0024501 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0038 - 0024502 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0039 - 0024503 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0040 - 0024504 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 264 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO

0041 - 0024505 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,22			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0042 - 0024506 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,37			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0043 - 0024507 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0044 - 0024508 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0045 - 0024509 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0046 - 0024510 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0047 - 0024511 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0048 - 0024512 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,85			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0049 - 0024513 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0050 - 0024514 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidad - VIPI - Valor Referência: R$ 7,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0051 - 0024515 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0052 - 0024516 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0053 - 0024517 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0054 - 0024518 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 266 inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0055 - 0024519 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0056 - 0024520 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 32L inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0057 - 0024521 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0058 - 0024522 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,89			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0059 - 0024523 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,91			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0060 - 0024524 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L superior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,70			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0061 - 0024525 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 66 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 8,62			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0062 - 0024526 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 67 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 7,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0063 - 0024527 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 69 Embalagem com placa de 06 unidades - VIPI - Valor Referência: R$ 9,40			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	3,31	496,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0064 - 0024528 - Boca de dentes para protese dentaria Tamanho 34L inferior Cor 62 Embalagem com placa de 06 unidades - POP DENT - Valor Referência: R$ 7,91			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DENTAL UNIVERSO LTDA	4,06	609,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0065 - 0042664 - Gesso pedra para uso em protese dentaria. saco com 25 kg - CHAVES - Valor Referência: R$ 134,07			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	107,87	1.078,70	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0066 - 0024530 - Alginato, tipo II, de presa normal para moldagem dental, com baixa distorcao, em embalagem de 454 gramas, aproximadamente. - ALGI GEL 454G - Valor Referência: R$ 71,87			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DENTAL UNIVERSO LTDA	26,87	3.224,40	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0067 - 0024531 - Cera N 07, caixa com 12 unidades, na cor vermelha, para uso em laboratorio de protese dentaria. - LYSANDA - Valor Referência: R$ 30,32			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	19,23	961,50	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0068 - 0024532 - Cera tipo Utilidade em laminas para uso em protese dental. Caixa com 5 laminas30 - LYSANDA - Valor Referência: R$ 34,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	20,46	613,80	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0070 - 0024534 - Godiva em bastao, caixa com aproximadamente 15 bastoes - LYSANDA - Valor Referência: R$ 33,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	33,32	666,40	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0071 - 0024535 - Resina acrilica autopolimerizavel po na cor 66, frasco c/ 25 g - RESINLAY SPEED - Valor Referência: R$ 48,96			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

DENTAL UNIVERSO LTDA	44,66	669,90	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0074 - 0024463 - Medidor de agua para manipulacao de alginato confeccionado em plastico - DENTSPLY - Valor Referência: R$ 11,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	9,71	29,13	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0075 - 0024538 - Broca de peca de mao tipo pera multilaminada de metal - A. BURRS - Valor Referência: R$ 76,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	57,40	574,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0076 - 0024539 - Broca tipo pedra de acabamento de protese, para peca de mao, formato de pera - SCHELBLE - Valor Referência: R$ 64,18			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	39,40	394,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0077 - 0024540 - Mandril para peca de mao para uso com lixa. - MICRODONT - Valor Referência: R$ 17,01			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	12,24	244,80	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0078 - 0024541 - Mandril para peca de mao para uso com discos de aco - MANDRITEC - Valor Referência: R$ 11,04			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DENTAL UNIVERSO LTDA	9,25	185,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0079 - 0024465 - Broca esferica pequena para uso em peca de mao, para acabamento em protese - LABORDENTAL - Valor Referência: R$ 12,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	12,81	192,15	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0080 - 0024466 - Broca esferica media para uso em peca de mao, para acabamento em protese - LABORDENTAL - Valor Referência: R$ 13,87			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	13,87	208,05	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0081 - 0024467 - Broca tipo fissura para acabamento em protese, uso em peca de mao - LABORDENTAL - Valor Referência: R$ 14,71			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	14,71	220,65	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0082 - 0042665 - Silicone especial para uso em laboratorios de proteses, possuindo resistencia ao calor; Extremidade flexivel; Alta estabilidade dimensional; e fluidez inicial; indeformavel; Resistente a ruptura. Embalagem em potes com 900g. - YLLER REFLEX LAB 900GR - Valor Referência: R$ 135,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	97,06	1.455,90	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0083 - 0035996 - Silicone especial para uso em laboratorios de proteses, possuindo resistencia ao calor; Extremidade flexivel; Alta estabilidade dimensional; e fluidez inicial; indeformavel; Resistente a ruptura. Embalagem em potes com 2,6Kg. - YLLER REFLEX LAB 2.6KG - Valor Referência: R$ 463,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	279,70	2.797,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0084 - 0024544 - Catalisador Usado para endurecimento de Silicone especial para Uso em laboratorios de protese dentaria, em forma de gel acondicionado em pasta individual contendo 60 ml do produto - ZHERMACK INDURENT LAB 60 ML - Valor Referência: R$ 72,54			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	60,92	3.046,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0085 - 0024545 - Lamparina a alcool para uso em odontologia confeccionada em metal - AF DO BRASIL - Valor Referência: R$ 46,82			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	27,20	136,00	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0086 - 0024546 - Pedra pomes extra fina pote com 100g - IODONTOSUL - Valor Referência: R$ 13,70			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	5,74	172,20	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0087 - 0024547 - Resina acrilica termopolimerizavel na cor Rosa medio, com veias Embalagem com 01 Kg - frantins - RESINA REFIL ROSA - Valor Referência: R$ 146,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	119,35	1.790,25	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0088 - 0024548 - Resina acrilica termopolimerizavel incolor para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01 Kg - FRANTINS - Valor Referência: R$ 159,59			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	117,61	1.764,15	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0089 - 0024549 - Monomero Liquido para resina acrilica termopolimerizavel de lenta polimerizacao para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01litro - FRANTINS - Valor Referência: R$ 116,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	108,93	3.267,90	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0090 - 0024550 - Resina acrilica autopolimerizavel cor rosa medio para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01Kg - FRANTINS - Valor Referência: R$ 125,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	108,63	1.086,30	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0091 - 0024551 - Resina acrilica autopolimerizavel incolor para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01Kg - FRANTINS - Valor Referência: R$ 136,45			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	108,53	2.170,60	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0092 - 0024552 - Monomero Liquido para resina acrilica autopolimerizavel para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01litro - FRANTINS - Valor Referência: R$ 149,99			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	114,21	2.284,20	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0093 - 0042666 - Resina acrilica autopolimerizavel liquida, frascos com 60 ml - FRANTINS - Valor Referência: R$ 29,89			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	18,89	377,80	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0094 - 0042667 - Isolante liquido para trabalhos em resina acrilica para uso em laboratorio de protese dentaria. Embalagem com 01litro - FRANTINS - Valor Referência: R$ 36,42			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	36,42	728,40	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0095 - 0042668 - Escova tipo flanela redonda (roda de pano) para acabamento de protese dentaria , uso em politriz de laboratorio. Medindo 4x12 cm - MAC - Valor Referência: R$ 39,76			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	36,11	180,55	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0097 - 0024559 - Mufla Odontologica indicada para coccao N 06 metalica - ORTOCENTRAL - MUFLA DE ALUMÍNIO - Valor Referência: R$ 227,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	162,27	1.622,70	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0099 - 0042670 - Cera periferica em bastao para auxilio de moldagem embalagem com 40 bastoes - LYSANDA - Valor Referência: R$ 27,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DENTAL UNIVERSO LTDA	20,87	626,10	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0102 - 0042673 - Escova De Pano Para Polimento tipo roda, a ser acomplada em peca de mao, com 22 mm - A.BURRS - Valor Referência: R$ 29,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	15,67	313,40	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
0103 - 0042674 - Prensa para coccao de muflas, zincada - MAC - Valor Referência: R$ 88,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	88,33	883,30	Homologado em 31/07/2026 14:54:32 Por: HOSANIRA GALVAO
HOSANIRA GALVAO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:94ADFB8E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 076/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº. 045/2026

PROCESSO Nº: 2325/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24.
CONTRATADO: F A DOS SANTOS JUNIOR ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 38.030.115/0001-00.
OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de assessoramento e consultoria continuada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na gestão e prestação de contas dos recursos provenientes de programas e Convênios das esferas federal e estadual, destinados à Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS) do Município de Ipanguaçu/RN com recursos da Lei nº 14.399/2022, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.
DO VALOR TOTAL: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Unidade	001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função	08	Assistência social	Subfunção	122	Administração geral
Programa	0039	Cuidar de Todos: Direitos e Dignidade em Primeiro Lugar	Ação	2030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos				
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos 1.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos 1.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS				
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 1.665.0000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência				

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Ipanguaçu/RN, 03 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS	***FRANCISCO ASSIS DOS SANTOS JÚNIOR***
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN	Representante Legal
Contratante	Contratado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:30B6D185

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATO ADJUDICATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° Nº 3152/2026.

ATO ADJUDICATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° Nº 3152/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.
CNPJ: 08.349.003/0001-47
base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.
objeto Constitui objeto do presente certame, o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, equipamentos, acessórios e itens correlatos, destinados à manutenção, desenvolvimento e execução das atividades esportivas, recreativas e educacionais promovidas pelas secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Janduís.**

PREÂMBULO:
Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21 e suas atualizações posteriores, bem como, na regulamentação do PREGÃO ELETRÔNICO, nº 10/2026
Considerando ainda os autos do processo licitatório referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 Processo Administrativo nº 0000073, encaminhado pelo Pregoeiro Oficial do Município, FRANCISCO CLEBER TORRES;
Considerando o parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica do município relativo ao processo epígrafe,

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro Oficial, referente a licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 10/2026, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, em favor das empresas vencedoras no processo licitatório em tela, conforme adiante especificado:

Fornecedor: **SIGMA COMÉRCIO LTDA**		
CNPJ: **64.384.417/0001-88**	Telefone: (88) 9776-9356/	E-mail: SIGMA.COMERCIAL26@GMAIL.COM
Endereço: AV. PREFEITO AILTON GOMES DE ALENCAR 4900 SALA 01, Bairro: LAGOA SECA – Cidade: JUAZEIRO DO NORTE CEP :63040602		
Representante: WESLEY RODRIGUES SANTOS - CPF: 497.118.798-75		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	0038518 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL- Peso: 410-450g.Circunferência: 68-70 cm. Gomos: 6. Laminado: PU. Construção: Ultra Fusion.Câmara: 6D. Sistema de Forro: Termofixo. Camada Interna: Evacel. Processo Extra: Dupla Colagem. Miolo: Cápsula SIS. Marca/Modelo referência: PENALTY ASA BRANCA R2 XXIII. Marca/Modelo ofertado: magussy.	50	72,00	3.600,00
02	0038519 - BOLA DE FUTSAL - Peso: 410-430g. Circunferência: 62,5-63,5cm. Gomos:14, Laminado: PU PRO. Construção: Termotec. Câmara: 6D. Sistema de Forro: Termofixo. Camada Interna: Neotec. Miolo: Cápsula SIS. Processo Extra: Dupla Colagem. Marca/Modelo referência: PENALTY MAX 1000 2024. Marca/Modelo ofertado: magussy.	70	72,00	5.040,00
04	0038521 - BOLA DE FUTEBOL SOCIETY - Laminado em microfibra, 6 gomos em PU, dupla colagem, Circunferência 66cm X 69cm, cápsula SIS 6D. Marca/Modelo referência: PENALTY LIDER XXIV. Marca/Modelo ofertado: magussy.	50	70,00	3.500,00
07	0038524 - BOLA DE FUTEVÔLEI Nº 5 - 32 painéis; Tamanho 5 – oficial; Composição: Material sintético de alta densidade; Circunferência: 68-70 cm; Peso: 410-450 g; Laminada com tecnologia diferenciada para melhor deslize; Calibragem: 3-4 psi. Marca/Modelo referência: MIKASA. Marca/Modelo ofertado: magussy.	20	79,00	1.580,00
09	0032774 - BOLA TÊNIS MESA PING PONG PROFISSIONAL - Material: ABS; Diâmetro: 40mm; Peso: 3 g; Quantidade de estrela: 3. Marca/Modelo ofertado: castela.	100	1,50	150,00
25	0038530 - CONJUNTO DE CARTÃO PARA ARBITRAGEM - Material em plástico pvc contendo 2 cartões de cor vermelho e amarelo. Marca/Modelo ofertado: pangue.	30	9,40	282,00
Valor Total: R$ 14.152,00 (quatorze mil, cento e cinquenta e dois reais).				

Fornecedor: **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**		
CNPJ: **47.484.691/0001-00**	Telefone: (51) 3637-2901	E-mail: FINANCEIRO@PASSARELAFELIZ .COM.BR
Endereço: TV UM, **Nº:** 83, **COMPLEMENTO:** VRS 452 SALA 02, **BAIRRO:**ARROIO FELIZ, **CIDADE:** FELIZ		
Representante: LEONARDO MARTINY - CPF: 031.348.950-56		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	0038520 - BOLA BASQUETE PENALTY CROSSOVER 7.8 MICROFIBRA - ORIGINAL - Laminado em microfibra; Miolo em capsulas sis; Tecnologia de construção matrizada; Peso entre 580g a 620g; Tamanho oficial padrão FIBA. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	10	172,60	1.726,00
05	0038522 - BOLA DE VÔLEI DE QUADRA - Tamanho: 5. Construção: 18 Painéis - Microfibra Circunferência: 65-67 cm. Peso:260-280g. Aprovada pela FIVB. Marca/Modelo referência: MIKASA V200W. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	187,90	3.758,00
06	0038523 - BOLA VÔLEI DE PRAIA - Peso: 260-280g. Circunferência: 66-68 cm; Gomos: 12; Laminado: Microfibra. Construção: Termotec; Câmara: 6D; Sistema de forro: Termofixo. Camada interna: Neogel; Processo extra: Dupla colagem; Miolo: cápsula sis. Marca/Modelo referência: PENALTY BEACH PRÓ IX. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	187,90	3.758,00
08	0038525 - KIT PING PONG TÊNIS DE MESA RAQUETE E REDE - Composição da Rede: Nylon; Composição do Suporte: ABS; Composição das Raquetes: Polipropileno (PP); Composição das Bolas: ABS; Suporte para mesas de até 4,5 cm de espessura; A rede se estende até 1,75 m. Marca referência: VOLLO. Marca/Modelo ofertado: CONVOY.	20	59,30	1.186,00
10	0032799 - REDE DE FUTEBOL DE CAMPO - Dimensão de 2,5m de altura, 7,5m de largura, 2m de profundidade. Material em polietileno com fio de 4mm trançado, com espaçamento de 14cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	448,50	8.970,00
11	0024862 - REDE DE FUTSAL - Dimensão de 2,1m de altura, 3,1m de largura, 80cm de profundidade. Material em polietileno com fio de 4mm trançado, com espaçamento de 12cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	30	258,30	7.749,00
12	0032798 - REDE DE CAMPO SOCIETY - Dimensão de 2,2m de altura, 4,2m de largura, 80cm de profundidade. Material em polietileno com fio de 4mm trançado, com espaçamento de 12cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	30	350,20	10.506,00
13	0032800 - REDE DE VÔLEI - Medidas: 10,00m de comprimento por 1,00m de altura; Fio: 2mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV; Malha (Distância entre nós): 10cm; Faixa: 4 Faixas de PVC impermeáveis. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	179,90	3.598,00
14	0038526 - REDE DE BEACH TENNIS OFICIAL 4 FAIXAS - Dimensões: 8,20m de comprimento por 1,00m de altura; Faixas: 4 faixas de poliéster com cordas e ilhós de latão; Fio: 2mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV (contra as ações do tempo); Malha: 5x5cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	10	304,30	3.043,00
26	0038531 - APITO DE ARBITRAGEM PROFISSIONAL - MODELO BEATMASTER-NBY. Material em plástico pvc. Marca/Modelo ofertado: CMG.	20	5,90	118,00
27	0024881 - CRONÔMETRO - Material em plástico e componentes eletrônicos com as funções de marcação de data, hora, minutos e segundos. Marca/Modelo ofertado: CONVOY.	10	29,20	292,00
33	0032781 - ESCADA DE AGILIDADE - Possui duas tiras de nylon com degraus em PVC com 52 cm de largura; Tamanhos: 4 metros com 8 degraus. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	10	45,30	453,00
46	0038544 - Apitos profissionais de alta potência sonora, para arbitragem em material de metal. Marca/Modelo ofertado: CMG.	10	7,90	79,00
47	0038545 - Cordas de pular com pegadores ergonômicos, feitas em material nylon. Marca/Modelo ofertado: IMPORT.	10	13,90	139,00
52	0038550 - Boliche recreativo composto por pinos e bola, fabricado em material plástico. Marca/Modelo ofertado: PLASFOR.	15	51,90	778,50
Valor Total: R$ 46.153,50 (quarenta e seis mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).				

Fornecedor: **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **63.129.821/0001-42**	Telefone:(41) 9596-0216	E-mail: DISTRIBUIDORAGUIDONI @GMAIL.COM
Endereço: R. BUENOS AIRES **N°: 71, MUNICIPIO:** CURITIBA		
Representante: BURNA MONIQUE GUIDI- CPF: 093.425.049-90		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	0038527 - KIT DE BANDEIRINHA DE ARBITRO. Material do produto: Nylon. Modelo do produto: Bandeira Para Árbitro AM-LJ T-U. Marca ofertada: Velden.	10	76,10	761,00
31	0038534 - KIT FUNCIONAL PRATOS CHAPÉUS CHINÊS - Contém: 10 Pratos Chapéus Chinês; Dimensões: 19cm x 5cm; Peso: 35g; Material: polipropileno. Marca ofertada: Velden.	10	18,50	185,00
42	0038540 - DUMBELL HALTER ANILHA KETTLEBELL - Peso: 4kg; Materiais: Ferro Fundido com Revestimento em PVC Premium. Marca ofertada: Envolst.	20	85,10	1.702,00
Valor Total: R$ 2.648,00 (dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais).				

Fornecedor: **ALLA COMERCIO E SERVICOS LTDA**		
CNPJ: **55.722.733/0001-21**	Telefone: (37) 9979-0034	E-mail: ALACOMERCIOESERVICOS @GMAIL.COM
Endereço: AV. JOSE JOÃO RODRIQUES, **COMPLETO**: TERREO LOJA-03, **N°** 1224, BAIRRO: FAUSTO I PINTO DA FONSECA **MUNICIPIO:** NOVA SERRANA		
Representante: ANDRE MACIEL MOREIRA RAMOS - CPF: 580.380.216-83 _____		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	0032778 - CHUTEIRA DE FUTEBOL DE CAMPO - Cabedal: 100% Sintético; Forro: 100% Poliéster; Palmilha: 90% Eva, 10% Poliéster; Sola: 100% Pvc. Marca ofertada: TOUR.	60	49,00	2.940,00
17	0038528 - CHUTEIRA CAMPO SOCIETY - Material do Cabedal: Sintético de alta qualidade; Solado: Borracha antiderrapante para gramados sintéticos; Indicado para: Futebol Society. Tamanho do 32 ao 43. Marca ofertada: TOUR.	260	57,00	14.820,00
18	0032801 - TÊNIS DE FUTSAL - Solado: Aderente Bicolor; Forração: Têxtil; Palmilha: Eva; Solado Costurado; Cabedal Costurado: Sim; Cadarços: Quadrados. Marca ofertada: TOUR.	60	49,00	2.940,00
Valor Total: R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).				

Fornecedor: **FP COMERCIO SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**		
CNPJ: **27.060.088/0001-93**	Telefone:(84) 9804-0927	E-mail: PEREIRA PRESTADORADESERVIÇOS@ GMAIL.COM
Endereço: R.MANOEL GONDIM DE OLIVEIRA, **N°:** 36, MUNICIPIO: CAMPO GRANDE, CEP: 59.680.000		
Representante: FLAVIO PEREIRA DA SILVA - CPF:345.678.444-91		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	0032794 - PLACA DE TATAME EM EVA - Material em EVA com textura antiderrapante com dimensões 1m x 1m x 40mm de encaixe. Marca ofertada: DECORAÇÃO CURITIBA. Modelo: PROFISSIONAL.	100	68,00	6.800,00
21	0032802 - UNIFORME DE FUTEBOL COMPLETO - Kit com 22 camisas e 22 shorts; Tipo do tecido: Dryfit; Composição: 100% poliéster; Material principal: Microfibra; Tipo da manga: Curta; Tipo da gola: Redonda; Forma de caimento: Slim; Desenho do tecido: Personalizado, com numeração de 1 ao 22 na camisa e no short. Marca ofertada: SA VARIEDADES. Modelo: PROFISSIONAL.	8	999,00	7.992,00
Valor Total: R$ 14.792,00 (quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais).				

Fornecedor: **BRUNA ALVES DE SOUZA ME**		
CNPJ: **26.176.661/0001-66**	Telefone: (64) 9983-1831	E-mail: BRUNAALVESCALCADOS@HOTMAIL.COM
Endereço: R MASCARENHAS DE MORAIS, **N°**: 20 CEP: 75.780-000, **MUNICIPIO:** IPAMERI		
Representante: BRUNA ALVES DE SOUZA - CPF:035.389.051-00		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	0032780 - COLETE PARA TREINAMENTO - Material em poliéster com dupla face com elástico na lateral. Marca ofertada: TRB. Modelo: OFICIAL.	120	21,30	2.556,00
45	0038543 - Coletes esportivos - infantil e juvenil (P,M,G); cores: azul, vermelho, amarelo e verde; confeccionados em material poliéster, respiráveis. Marca ofertada: TRB. Modelo: OFICIAL.	200	14,20	2.840,00
48	0038546 - Colchonetes com superfícies acolchoadas, revestidas em material sintético impermeável (90x40x3). Marca ofertada: SCALIBU. Modelo: OFICIAL.	40	39,70	1.588,00
Valor Total: R$ 6.984,00 (seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais).				

Fornecedor: **A NOVA SOLUCAO EIRELI**		
CNPJ: **70.157.680/0001-37**	Telefone: (84) 9931-6066	E-mail: ANOVASOLUCAO@GMAIL.COM
Endereço: AV PRESIDENTE GETULIO VARGAS, N°: 1328, CEP: 59.900-000,BAIRRO: CENTRO MUNICIPIO: PAU DOS FERROS		
Representante: ANTONIO CLAUDIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CPF: 318;226;143-68		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	0032803 - UNIFORME DE VÔLEI COMPLETO - Kit com 15 camisas e 15 shorts; Tipo do tecido: Dryfit; Composição: 100% poliéster; Material principal: Microfibra; Tipo da manga: Curta; Tipo da gola: Redonda; Forma de caimento: Slim; Desenho do tecido: Personalizado, com numeração de 1 ao 15 na camisa e no short. Marca ofertada: própria. Modelo: conforme edital.	10	697,90	6.979,00
51	0038549 - Terno Esportivo - Juvenil (P,M,G), composto por camisa e short fabricado em tecido leve e respirável (azul, vermelho, amarelo e verde). Marca ofertada: própria. Modelo: conforme edital.	80	64,90	5.192,00
Valor Total: R$ 12.171,00 (doze mil, cento e setenta e um reais).				

Fornecedor: **WPPT CONFECÇÕES LTDA ME**		
CNPJ: **45.438.114/0001-56**	Telefone: (32) 9954-5867	E-mail: WPPTCONFECCOES@GMAIL.COM
Endereço: R OSORIO DE ALMEIDA, N°: 999, CEP: 36.020-020, **MUICIPIO**: JUIZ DE FORA		
Representante: WELLERSON PARO PEREIRA TAVARES- CPF: 050.513.516-70		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	0032793 - MEIÃO - Confeccionado em malha de poliamida, algodão, poliéster, elastano; Cores: Azul, Branco, Vermelho ou Preto. Marca ofertada: MITO. Modelo: MEIÃO ESPORTIVO.	300	10,40	3.120,00
Valor Total: R$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais).				

Fornecedor: **R B ALMEIDA DE AZEVEDO**		
CNPJ: **70.041.900/0001-62**	Telefone: (84) 9906-7493	E-mail: EXCELENCIACONTABIL01@GMAIL.COM
Endereço: LOGRADOUROR SANTA TEREZINHA, N°: 25,MUNICIPIO: JANDUIS, CEP:59690-000		
Representante: RITA BATISTA ALMEIDA DE AZEVEDO- CPF: 289.180.454-68 _____		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	0038529 - BOMBA DE INFLAR - Característica: Acompanha duas agulhas; Composto em Polipropileno; Tecnologia Double Action; Fabricada em PVC; Infla nos dois sentidos da haste; Mangueira de ar em borracha com Nylon e liga de zinco. Marca ofertada: PENALTY.	30	22,30	669,00
28	0032795 - PLACAR DE MESA - Marcação de 7 sets até 31 pontos. Numeração: 1 a 31 pontos. Sets: 1 ao 7. Material: PVC (estrutura) e papelão (plaquinhas). Comprimento: 38 cm, Placa maior - Altura: 13,5 cm, Comprimento: 10,5 cm, Placa menor - Altura: 5,8 cm. Marca ofertada: GOLD PLACA.	10	121,50	1.215,00
29	0038532 - KIT PRANCHETA DE TREINADOR - Design de 2 lados: quadra frontal completa, quadra traseira estendida e marcador de estatísticas; Tamanho: 35,00 x 22,00 x 1,00 cm; Material: pvc; Contém: 1 Prancha magnética; 22 imãs e 1 simulando a "bola"; 1 Caneta. Marca ofertada: iBoa.	4	70,00	280,00
30	0038533 - KIT TREINO FUTEBOL 10 CONES ESPORTIVOS FURADO C/ 5 BARREIRAS - Material: Plástico PVC injetado rígido; Dimensões do cone: 12,5cm largura x 23cm altura; Dimensões da barreira: 1,20mt comprimento de madeira maciça. Marca ofertada: Zuí Brasil.	15	62,00	930,00
32	0038535 - KIT BAMBOLÊ FÍSICA CORRIDA CIRCUITO REFORÇADO - Itens Inclusos: 10 Bambolês; Cores: Sortidas Conforme Disponibilidade; Dimensões Do Produto: 90 cm de Raio Total; Composição/Material:	15	98,20	1.473,00

	Plástico. Marca ofertada: MB.			
34	0038536 - KIT DE BARREIRA PARA TREINAMENTO DE SALTO - Kit com 4 Barreiras de Treinamento Funcional; Com 50cm de altura; Fabricadas em polipropileno (PP) resistente de alta intensidade. Marca ofertada: MIG.	10	188,00	1.880,00
35	0032779 - CINTO TRAÇÃO DUPLO TREINO ATLETA ARRANQUE RESISTENCIA - Composição EVA e tubos de látex; Gênero: Unissex; Dimensões Aproximadas (Comprimento x Largura) 55 x 19 cm. Marca ofertada: ML PRODUTOS ESPORTIVOS.	10	187,50	1.875,00
36	0032776 - BOLSA MASSAGISTA FUTEBOL PROFISSIONAL - Com dimensões de 23 cm de altura, 35 cm de comprimento e 35 cm de largura; Fabricada em poliéster de alta qualidade. Marca ofertada: HEJO.	10	148,00	1.480,00
37	0038537 - KIT SQUEEZE AUTOMÁTICA 800ML C/ CESTA PORTA GARRAFAS - Cesta com 6 divisórias; O kit vem com 6 garrafas de plástico com capacidade para 800 ml, no modelo Squeeze, com bico automático; Alça Ajustável; Garrafa livre de Bisfenol A. Marca ofertada: FUTEBOL SHOP.	10	140,00	1.400,00
38	0038538 - UNIFORME DE ARBITRAGEM - Kit vem com camisa e short; Composição: 100% Poliéster; Tecnologia: DRY FRESH; Com Bolso; Manga Curta; Gola redonda (rebatida e com acabamento impecável). Marca ofertada: IDEIAS SPORT.	8	89,50	716,00
39	0032782 - JOGO DE XADREZ - Jogo contendo 16 peças Brancas x 16 peças Pretas confeccionado em plástico ou madeira; 01 tabuleiro confeccionado em napa, impresso em silk screen, medindo 450x450mm; Acondicionado em bolsa com cordão. Marca ofertada: EPIX IMPORTADOS.	40	74,50	2.980,00
40	0032784 - KIT BLUSÃO E CALÇA KIMONO PARA JIU-JITSU ADULTO TRANÇADO - 100% algodão; Blusão: Confeccionado em tecido trançado; Gola: Rígida com 6 costuras, feita internamente em E.V.A (Borracha Anti-Bactericida); Calça: Confeccionada em Rip Stop reforçado. Marca ofertada: GENERICA.	30	345,80	10.374,00
41	0038539 - STEP - Eva 50x28x10 para Musculação, Academia, Crossfit Ginástica Fitness. Marca ofertada: GENERICA.	40	79,50	3.180,00
44	0038542 - KIT COM PAR DE HALTER FORMATO BOLA EMBORRACHADO - Peso: 2kg, 4kg, 6kg; Material: Ferro Fundido, redondo, revestido em borracha premium. Marca ofertada: BILD.	20	355,00	7.100,00
49	0038547 - Jogo de dama conjunto com tabuleiro e peças circulares. Marca ofertada: GENERICA.	20	25,00	500,00
50	0038548 - Caneleira com revestimento rígido e interior acolchoado. Marca ofertada: CARREIRO.	200	23,10	4.620,00
53	0038551 - Dominó confeccionado em resina ABS COMPLETO - Jogo de Dominó Profissional 28 Peças com Estojo - Clássico para Família, Amigos e Lazer. Marca ofertada: GENERICA.	20	22,00	440,00
Valor Total: R$ 41.112,00 (quarenta e um mil, cento e doze reais).				

Fornecedor: **JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA**		
CNPJ: **08.973.569/0001-45**	Telefone: (17) 8112-9205	E-mail: JUNIOR@FLEX.IND.BR
Endereço: AV DOUTOR EDGARD ARCHIMEDES BEOLCHI JUNIOR, N°: 1687, BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL EDGARDARCHIMEDES BEOLCHIMENICIPIO: CEDRAL, CEP: 15.897-410		
Representante: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - CPF: 337.889.768-61		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	0038541 - MINI JUMP - TRAMPOLIM - Características principais: Modelo Academia Fitness Exercícios Ginástica Mini Trampolim Aeróbico Funcional, Diâmetro do mini trampolim 88 cm, Peso: 5 kg, Tipo de amortecimento: Molas, Materiais da estrutura: Tubo de aço carbono, Material das molas: Aço galvanizado, Quantidade de molas do mini trampolim: 30 molas, Peso máximo suportado: 150 kg. Marca ofertada: FLEX EQUIPMENT.	100	315,80	31.580,00
Valor Total: R$ 31.580,00 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta reais).				

Valor Total do Processo: R$ 193.412,50 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).
Finalizado o presente ato administrativo de ADJUDICAÇÃO do certame inerente às licitantes supra, submetemos os autos para o Sr. Prefeito Municipal, **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, analisar em consonância com a Assessoria Jurídica e posterior publicação na imprensa oficial, cumprindo a legislação vigente e assim proceder com o Ato de Homologação do processo em epígrafe.

Janduís/RN, 31 de JULHO de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:0A8A94CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3152/2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3152/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.
CNPJ: 08.349.003/0001-47
base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.
objeto: Constitui objeto do presente certame, o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, equipamentos, acessórios e itens correlatos, destinados à manutenção, desenvolvimento e execução das atividades esportivas, recreativas e educacionais promovidas pelas secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Janduís.
PREÂMBULO:
Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21 e suas atualizações posteriores, bem como, na regulamentação do PREGÃO ELETRÔNICO, nº 10/2026
Considerando ainda os autos do processo licitatório referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026. Processo Administrativo nº 3152/2026, encaminhado pelo Pregoeiro Oficial do Município;
Considerando o parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica do município relativo ao processo epígrafe,
HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro Oficial, referente a licitação, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor das empresas vencedoras no processo licitatório em tela, conforme adiante especificado:

Fornecedor: **SIGMA COMÉRCIO LTDA**		
CNPJ: **64.384.417/0001-88**	Telefone: (88) 9776-9356/	E-mail: SIGMA.COMERCIAL26 @GMAIL.COM
Endereço: AV. PREFEITO AILTON GOMES DE ALENCAR 4900 SALA 01, Bairro: LAGOA SECA – Cidade: JUAZEIRO DO NORTE CEP :63040602		
Representante: WESLEY RODRIGUES SANTOS - CPF: 497.118.798-75		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	0038518 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL- Peso: 410-450g.Circunferência: 68-70 cm. Gomos: 6. Laminado: PU. Construção: Ultra Fusion.Câmara: 6D. Sistema de Forro: Termofixo. Camada Interna: Evacel. Processo Extra: Dupla Colagem. Miolo: Cápsula SIS. Marca/Modelo referência: PENALTY ASA BRANCA R2 XXIII. Marca/Modelo ofertado: magussy.	50	72,00	3.600,00
02	0038519 - BOLA DE FUTSAL - Peso: 410-430g. Circunferência: 62,5-63,5cm. Gomos:14, Laminado: PU PRO. Construção: Termotec. Câmara: 6D. Sistema de Forro: Termofixo. Camada Interna: Neotec. Miolo: Cápsula SIS. Processo Extra: Dupla Colagem. Marca/Modelo referência: PENALTY MAX 1000 2024. Marca/Modelo ofertado: magussy.	70	72,00	5.040,00
04	0038521 - BOLA DE FUTEBOL SOCIETY - Laminado em microfibra, 6 gomos em PU, dupla colagem, Circunferência 66cm X 69cm, cápsula SIS 6D. Marca/Modelo referência: PENALTY LIDER XXIV. Marca/Modelo ofertado: magussy.	50	70,00	3.500,00
07	0038524 - BOLA DE FUTEVÔLEI Nº 5 - 32 painéis; Tamanho 5 – oficial; Composição: Material sintético de alta densidade; Circunferência: 68-70 cm; Peso: 410-450 g; Laminada com tecnologia diferenciada para melhor deslize; Calibragem: 3-4 psi. Marca/Modelo referência: MIKASA. Marca/Modelo ofertado: magussy.	20	79,00	1.580,00
09	0032774 - BOLA TÊNIS MESA PING PONG PROFISSIONAL - Material: ABS; Diâmetro: 40mm; Peso: 3 g; Quantidade de estrela: 3. Marca/Modelo ofertado: castela.	100	1,50	150,00
25	0038530 - CONJUNTO DE CARTÃO PARA ARBITRAGEM - Material em plástico pvc contendo 2 cartões de cor vermelho e amarelo. Marca/Modelo ofertado: pangue.	30	9,40	282,00
Valor Total: R$ 14.152,00 (quatorze mil, cento e cinquenta e dois reais).				

Fornecedor: **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**		
CNPJ: **47.484.691/0001-00**	Telefone: (51) 3637-2901	E-mail: FINANCEIRO@PASSARELAFELIZ .COM.BR
Endereço: TV UM, **Nº:** 83, **COMPLEMENTO:** VRS 452 SALA 02, **BAIRRO:**ARROIO FELIZ, **CIDADE:** FELIZ		
Representante: LEONARDO MARTINY - CPF: 031.348.950-56		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	0038520 - BOLA BASQUETE PENALTY CROSSOVER 7.8 MICROFIBRA - ORIGINAL - Laminado em microfibra; Miolo em capsulas sis; Tecnologia de construção matrizada; Peso entre 580g a 620g; Tamanho oficial padrão FIBA. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	10	172,60	1.726,00
05	0038522 - BOLA DE VÔLEI DE QUADRA - Tamanho: 5. Construção: 18 Painéis - Microfibra Circunferência: 65-67 cm. Peso:260-280g. Aprovada pela FIVB. Marca/Modelo referência: MIKASA V200W. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	187,90	3.758,00
06	0038523 - BOLA VÔLEI DE PRAIA - Peso: 260-280g. Circunferência: 66-68 cm; Gomos: 12; Laminado: Microfibra. Construção: Termotec; Câmara: 6D; Sistema de forro: Termofixo. Camada interna: Neogel; Processo extra: Dupla colagem; Miolo: cápsula sis. Marca/Modelo referência: PENALTY BEACH PRÓ IX. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	187,90	3.758,00
08	0038525 - KIT PING PONG TÊNIS DE MESA RAQUETE E REDE - Composição da Rede: Nylon; Composição do Suporte: ABS; Composição das Raquetes: Polipropileno (PP); Composição das Bolas: ABS; Suporte para mesas de até 4,5 cm de espessura; A rede se estende até 1,75 m. Marca referência: VOLLO. Marca/Modelo ofertado: CONVOY.	20	59,30	1.186,00
10	0032799 - REDE DE FUTEBOL DE CAMPO - Dimensão de 2,5m de altura, 7,5m de largura, 2m de profundidade. Material em polietileno com fio de 4mm trançado, com espaçamento de 14cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	448,50	8.970,00
11	0024862 - REDE DE FUTSAL - Dimensão de 2,1m de altura, 3,1m de largura, 80cm de profundidade. Material em polietileno com fio de 4mm trançado, com espaçamento de 12cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	30	258,30	7.749,00
12	0032798 - REDE DE CAMPO SOCIETY - Dimensão de 2,2m de altura, 4,2m de largura, 80cm de profundidade. Material em polietileno com fio de 4mm trançado, com espaçamento de 12cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	30	350,20	10.506,00
13	0032800 - REDE DE VÔLEI - Medidas: 10,00m de comprimento por 1,00m de altura; Fio: 2mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV; Malha (Distância entre nós): 10cm; Faixa: 4 Faixas de PVC impermeáveis. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	20	179,90	3.598,00
14	0038526 - REDE DE BEACH TENNIS OFICIAL 4 FAIXAS - Dimensões: 8,20m de comprimento por 1,00m de altura; Faixas: 4 faixas de poliéster com cordas e ilhós de latão; Fio: 2mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV (contra as ações do tempo); Malha: 5x5cm. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	10	304,30	3.043,00
26	0038531 - APITO DE ARBITRAGEM PROFISSIONAL - MODELO BEATMASTER-NBY. Material em plástico pvc. Marca/Modelo ofertado: CMG.	20	5,90	118,00
27	0024881 - CRONÔMETRO - Material em plástico e componentes eletrônicos com as funções de marcação de data, hora, minutos e segundos. Marca/Modelo ofertado: CONVOY.	10	29,20	292,00
33	0032781 - ESCADA DE AGILIDADE - Possui duas tiras de nylon com degraus em PVC com 52 cm de largura; Tamanhos: 4 metros com 8 degraus. Marca/Modelo ofertado: NEDEL.	10	45,30	453,00
46	0038544 - Apitos profissionais de alta potência sonora, para arbitragem em material de metal. Marca/Modelo ofertado: CMG.	10	7,90	79,00
47	0038545 - Cordas de pular com pegadores ergonômicos, feitas em material nylon. Marca/Modelo ofertado: IMPORT.	10	13,90	139,00
52	0038550 - Boliche recreativo composto por pinos e bola, fabricado em material plástico. Marca/Modelo ofertado: PLASFOR.	15	51,90	778,50
Valor Total: R$ 46.153,50 (quarenta e seis mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).				

Fornecedor: **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **63.129.821/0001-42**	Telefone:(41) 9596-0216	E-mail: DISTRIBUIDORAGUIDONI @GMAIL.COM
Endereço: R. BUENOS AIRES **N°: 71, MUNICIPIO:** CURITIBA		
Representante: BURNA MONIQUE GUIDI- CPF: 093.425.049-90		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	0038527 - KIT DE BANDEIRINHA DE ARBITRO. Material do produto: Nylon. Modelo do produto: Bandeira Para Árbitro AM-LJ T-U. Marca ofertada: Velden.	10	76,10	761,00
31	0038534 - KIT FUNCIONAL PRATOS CHAPÉUS CHINÊS - Contém: 10 Pratos Chapéus Chinês; Dimensões: 19cm x 5cm; Peso: 35g; Material: polipropileno. Marca ofertada: Velden.	10	18,50	185,00
42	0038540 - DUMBELL HALTER ANILHA KETTLEBELL - Peso: 4kg; Materiais: Ferro Fundido com Revestimento em PVC Premium. Marca ofertada: Envolst.	20	85,10	1.702,00
Valor Total: R$ 2.648,00 (dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais).				

Fornecedor: **ALLA COMERCIO E SERVICOS LTDA**		
CNPJ: **55.722.733/0001-21**	Telefone: (37) 9979-0034	E-mail: ALACOMERCIOESERVICOS @GMAIL.COM
Endereço: AV. JOSE JOÃO RODRIQUES, **COMPLETO**: TERREO LOJA-03, **N°** 1224, BAIRRO: FAUSTO I PINTO DA FONSECA **MUNICIPIO:** NOVA SERRANA		
Representante: ANDRE MACIEL MOREIRA RAMOS - CPF: 580.380.216-83 _____		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	0032778 - CHUTEIRA DE FUTEBOL DE CAMPO - Cabedal: 100% Sintético; Forro: 100% Poliéster; Palmilha: 90% Eva, 10% Poliéster; Sola: 100% Pvc. Marca ofertada: TOUR.	60	49,00	2.940,00
17	0038528 - CHUTEIRA CAMPO SOCIETY - Material do Cabedal: Sintético de alta qualidade; Solado: Borracha antiderrapante para gramados sintéticos; Indicado para: Futebol Society. Tamanho do 32 ao 43. Marca ofertada:	260	57,00	14.820,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	TOUR.			
18	0032801 - TÊNIS DE FUTSAL - Solado: Aderente Bicolor; Forração: Têxtil; Palmilha: Eva; Solado Costurado; Cabedal Costurado: Sim; Cadarços: Quadrados. Marca ofertada: TOUR.	60	49,00	2.940,00
Valor Total: R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).				

Fornecedor: **FP COMERCIO SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**		
CNPJ: **27.060.088/0001-93**	Telefone:(84) 9804-0927	E-mail: PEREIRA PRESTADORADESERVIÇOS@ GMAIL.COM
Endereço: R.MANOEL GONDIM DE OLIVEIRA, **N°:** 36, MUNICIPIO: CAMPO GRANDE, CEP: 59.680.000		
Representante: FLAVIO PEREIRA DA SILVA - CPF:345.678.444-91		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	0032794 - PLACA DE TATAME EM EVA - Material em EVA com textura antiderrapante com dimensões 1m x 1m x 40mm de encaixe. Marca ofertada: DECORAÇÃO CURITIBA. Modelo: PROFISSIONAL.	100	68,00	6.800,00
21	0032802 - UNIFORME DE FUTEBOL COMPLETO - Kit com 22 camisas e 22 shorts; Tipo do tecido: Dryfit; Composição: 100% poliéster; Material principal: Microfibra; Tipo da manga: Curta; Tipo da gola: Redonda; Forma de caimento: Slim; Desenho do tecido: Personalizado, com numeração de 1 ao 22 na camisa e no short. Marca ofertada: SA VARIEDADES. Modelo: PROFISSIONAL.	8	999,00	7.992,00
Valor Total: R$ 14.792,00 (quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais).				

Fornecedor: **BRUNA ALVES DE SOUZA ME**		
CNPJ: **26.176.661/0001-66**	Telefone: (64) 9983-1831	E-mail: BRUNAALVESCALCADOS@HOTMAIL.COM
Endereço: R MASCARENHAS DE MORAIS, **N°:** 20 CEP: 75.780-000, **MUNICIPIO:** IPAMERI		
Representante: BRUNA ALVES DE SOUZA - CPF:035.389.051-00		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	0032780 - COLETE PARA TREINAMENTO - Material em poliéster com dupla face com elástico na lateral. Marca ofertada: TRB. Modelo: OFICIAL.	120	21,30	2.556,00
45	0038543 - Coletes esportivos - infantil e juvenil (P,M,G); cores: azul, vermelho, amarelo e verde; confeccionados em material poliéster, respiráveis. Marca ofertada: TRB. Modelo: OFICIAL.	200	14,20	2.840,00
48	0038546 - Colchonetes com superfícies acolchoadas, revestidas em material sintético impermeável (90x40x3). Marca ofertada: SCALIBU. Modelo: OFICIAL.	40	39,70	1.588,00
Valor Total: R$ 6.984,00 (seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais).				

Fornecedor: **A NOVA SOLUCAO EIRELI**		
CNPJ: **70.157.680/0001-37**	Telefone: (84) 9931-6066	E-mail: ANOVASOLUCAO@GMAIL.COM
Endereço: AV PRESIDENTE GETULIO VARGAS, N°: 1328, CEP: 59.900-000,BAIRRO: CENTRO MUNICIPIO: PAU DOS FERROS		
Representante: ANTONIO CLAUDIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CPF: 318;226;143-68		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	0032803 - UNIFORME DE VÔLEI COMPLETO - Kit com 15 camisas e 15 shorts; Tipo do tecido: Dryfit; Composição: 100% poliéster; Material principal: Microfibra; Tipo da manga: Curta; Tipo da gola: Redonda; Forma de caimento: Slim; Desenho do tecido: Personalizado, com numeração de 1 ao 15 na camisa e no short. Marca ofertada: própria. Modelo: conforme edital.	10	697,90	6.979,00
51	0038549 - Terno Esportivo - Juvenil (P,M,G), composto por camisa e short fabricado em tecido leve e respirável (azul, vermelho, amarelo e verde). Marca ofertada: própria. Modelo: conforme edital.	80	64,90	5.192,00
Valor Total: R$ 12.171,00 (doze mil, cento e setenta e um reais).				

Fornecedor: **WPPT CONFECÇÕES LTDA ME**		
CNPJ: **45.438.114/0001-56**	Telefone: (32) 9954-5867	E-mail: WPPTCONFECCOES@GMAIL.COM
Endereço: R OSORIO DE ALMEIDA, N°: 999, CEP: 36.020-020, **MUICIPIO**: JUIZ DE FORA		
Representante: WELLERSON PARO PEREIRA TAVARES- CPF: 050.513.516-70		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	0032793 - MEIÃO - Confeccionado em malha de poliamida, algodão, poliéster, elastano; Cores: Azul, Branco, Vermelho ou Preto. Marca ofertada: MITO. Modelo: MEIÃO ESPORTIVO.	300	10,40	3.120,00
Valor Total: R$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais).				

Fornecedor: **R B ALMEIDA DE AZEVEDO**		
CNPJ: **70.041.900/0001-62**	Telefone: (84) 9906-7493	E-mail: EXCELENCIACONTABIL01@GMAIL.COM
Endereço: LOGRADOUROR SANTA TEREZINHA, N°: 25,MUNICIPIO: JANDUIS, CEP:59690-000		
Representante: RITA BATISTA ALMEIDA DE AZEVEDO- CPF: 289.180.454-68 _____		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	0038529 - BOMBA DE INFLAR - Característica: Acompanha duas agulhas; Composto em Polipropileno; Tecnologia Double Action; Fabricada em PVC; Infla nos dois sentidos da haste; Mangueira de ar em borracha com Nylon e liga de zinco. Marca ofertada: PENALTY.	30	22,30	669,00
28	0032795 - PLACAR DE MESA - Marcação de 7 sets até 31 pontos. Numeração: 1 a 31 pontos. Sets: 1 ao 7. Material: PVC (estrutura) e papelão (plaquinhas). Comprimento: 38 cm, Placa maior - Altura: 13,5 cm, Comprimento: 10,5 cm, Placa menor - Altura: 5,8 cm. Marca ofertada: GOLD PLACA.	10	121,50	1.215,00
29	0038532 - KIT PRANCHETA DE TREINADOR - Design de 2 lados: quadra frontal completa, quadra traseira estendida e marcador de estatísticas; Tamanho: 35,00 x 22,00 x 1,00 cm; Material: pvc; Contém: 1 Prancha magnética; 22 imãs e 1 simulando a "bola"; 1 Caneta. Marca ofertada: iBoa.	4	70,00	280,00
30	0038533 - KIT TREINO FUTEBOL 10 CONES ESPORTIVOS FURADO C/ 5 BARREIRAS - Material: Plástico PVC injetado rígido; Dimensões do cone: 12,5cm largura x 23cm altura; Dimensões da barreira: 1,20mt comprimento de madeira maciça. Marca ofertada: Zuí Brasil.	15	62,00	930,00
32	0038535 - KIT BAMBOLÊ FÍSICA CORRIDA CIRCUITO REFORÇADO - Itens Inclusos: 10 Bambolês; Cores: Sortidas Conforme Disponibilidade; Dimensões Do Produto: 90 cm de Raio Total; Composição/Material: Plástico. Marca ofertada: MB.	15	98,20	1.473,00
34	0038536 - KIT DE BARREIRA PARA TREINAMENTO DE SALTO - Kit com 4 Barreiras de Treinamento Funcional; Com 50cm de altura; Fabricadas em polipropileno (PP) resistente de alta intensidade. Marca ofertada: MIG.	10	188,00	1.880,00
35	0032779 - CINTO TRAÇÃO DUPLO TREINO ATLETA ARRANQUE RESISTENCIA - Composição EVA e tubos de látex; Gênero: Unissex; Dimensões Aproximadas (Comprimento x Largura) 55 x 19 cm. Marca ofertada: ML PRODUTOS ESPORTIVOS.	10	187,50	1.875,00
36	0032776 - BOLSA MASSAGISTA FUTEBOL PROFISSIONAL - Com dimensões de 23 cm de altura, 35 cm de comprimento e 35 cm de largura; Fabricada em poliéster de alta qualidade. Marca ofertada: HEJO.	10	148,00	1.480,00
37	0038537 - KIT SQUEEZE AUTOMÁTICA 800ML C/ CESTA PORTA GARRAFAS - Cesta com 6 divisórias; O kit vem com 6 garrafas de plástico com capacidade para 800 ml, no modelo Squeeze, com bico automático;	10	140,00	1.400,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Alça Ajustável; Garrafa livre de Bisfenol A. Marca ofertada: FUTEBOL SHOP.			
38	0038538 - UNIFORME DE ARBITRAGEM - Kit vem com camisa e short; Composição: 100% Poliéster; Tecnologia: DRY FRESH; Com Bolso; Manga Curta; Gola redonda (rebatida e com acabamento impecável). Marca ofertada: IDEIAS SPORT.	8	89,50	716,00
39	0032782 - JOGO DE XADREZ - Jogo contendo 16 peças Brancas x 16 peças Pretas confeccionado em plástico ou madeira; 01 tabuleiro confeccionado em napa, impresso em silk screen, medindo 450x450mm; Acondicionado em bolsa com cordão. Marca ofertada: EPIX IMPORTADOS.	40	74,50	2.980,00
40	0032784 - KIT BLUSÃO E CALÇA KIMONO PARA JIU-JITSU ADULTO TRANÇADO - 100% algodão; Blusão: Confeccionado em tecido trançado; Gola: Rígida com 6 costuras, feita internamente em E.V.A (Borracha Anti-Bactericida); Calça: Confeccionada em Rip Stop reforçado. Marca ofertada: GENERICA.	30	345,80	10.374,00
41	0038539 - STEP - Eva 50x28x10 para Musculação, Academia, Crossfit Ginástica Fitness. Marca ofertada: GENERICA.	40	79,50	3.180,00
44	0038542 - KIT COM PAR DE HALTER FORMATO BOLA EMBORRACHADO - Peso: 2kg, 4kg, 6kg; Material: Ferro Fundido, redondo, revestido em borracha premium. Marca ofertada: BILD.	20	355,00	7.100,00
49	0038547 - Jogo de dama conjunto com tabuleiro e peças circulares. Marca ofertada: GENERICA.	20	25,00	500,00
50	0038548 - Caneleira com revestimento rígido e interior acolchoado. Marca ofertada: CARREIRO.	200	23,10	4.620,00
53	0038551 - Dominó confeccionado em resina ABS COMPLETO - Jogo de Dominó Profissional 28 Peças com Estojo - Clássico para Família, Amigos e Lazer. Marca ofertada: GENERICA.	20	22,00	440,00
Valor Total: R$ 41.112,00 (quarenta e um mil, cento e doze reais).				

Fornecedor: **JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA**		
CNPJ: **08.973.569/0001-45**	Telefone: (17) 8112-9205	E-mail: JUNIOR@FLEX.IND.BR
Endereço: AV DOUTOR EDGARD ARCHIMEDES BEOLCHI JUNIOR, Nº: 1687, BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL EDGARDARCHIMEDES BEOLCHIMENICIPIO: CEDRAL, CEP: 15.897-410		
Representante: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - CPF: 337.889.768-61		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	0038541 - MINI JUMP - TRAMPOLIM - Características principais: Modelo Academia Fitness Exercícios Ginástica Mini Trampolim Aeróbico Funcional, Diâmetro do mini trampolim 88 cm, Peso: 5 kg, Tipo de amortecimento: Molas, Materiais da estrutura: Tubo de aço carbono, Material das molas: Aço galvanizado, Quantidade de molas do mini trampolim: 30 molas, Peso máximo suportado: 150 kg. Marca ofertada: FLEX EQUIPMENT.	100	315,80	31.580,00
Valor Total: R$ 31.580,00 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta reais).				

Valor Total do Processo: R$ 193.412,50 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Finalizado o presente ato administrativo de HOMOLOGAÇÃO do certame inerente às licitantes supra, submetemos os autos para o Sr. Prefeito Municipal, **ELVÉCIO GURGEL DE SALES** analisar em consonância com a Assessoria Jurídica e posterior publicação na imprensa oficial, cumprindo a legislação vigente e assim proceder com o Ato de Homologação do processo em epígrafe.
Janduís/RN,31 de julho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:E0FBA059

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00015/2026

Aos 29 dias do mês de Julho de 2026, na sede do Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix–sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS– RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA						
CNPJ: 19.210.207/0001-19						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
2	PAPEL MADEIRA 66X96CM	SM	UND	1000	0,78	780,00
5	CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 8/0 COM NO MINIMO 25 UNIDADES	ECCO	CX	450	1,97	886,50
6	PASTA COM ABA E ELASTICO EM PAPELAO CORES DIVERSAS	POLYCART	UND	600	1,87	1.122,00
9	PASTA PLASTICA TIPO L TAMANHOA4.	ACP	UND	100	0,67	67,00
11	PINCEL ATOMICO COM PONTA CHANFRADA COM TRACOS –MARCANTES COM CORPO ROLICO E TAMPA DA COR DA TINTA, CORES VARIADAS	MASTERPRINT	UND	40	1,16	46,40
14	BALAO DE ENCHER METALICO CAPACIDADE 6,5 LITROS PACOTE COM 50 UNIDADES.	ARTFLOC	PCT	50	7,98	399,00
16	BORRACHA APAGADORA BICOLOR TAMANHO APROXIMADO 5,5 X 1,8 X 0,06CM	REDBOR	UND	1500	0,48	720,00
17	BORRACHA BRANCA TAMANHO APROXIMADO 4 X 3 X 0,9CM	BRW	UND	1500	0,22	330,00
19	CARTOLINA CARD SET TAMANHO MINIMO 48X66 CORES VARIADAS	PREMIATA	UND	600	0,82	492,00
21	CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 3/0 COM 50 UNIDADES	ECCO	CX	500	1,94	970,00
22	CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 4/0 COM NO MINIMO 50 UNIDADES	ECCO	CX	500	1,94	970,00

23	COLA EM BASTAO 20G PARA USO GERAL EM PAPEIS, COM SISTEMA DE ROLAGEM	LEONORA	UND	500	1,17	585,00
24	COLA EM BASTAO 8G PARA USO GERAL EM PAPEIS, COM SISTEMA DE ROLAGEM	LEONORA	UND	100	0,82	82,00
25	COLA GLITER, PESO MEDIO 25G, CORES VARIADAS	BAMBINI	UND	200	1,22	244,00
38	GIZ DE CERA CAIXA C/ 12 UNIDADES TAMANHO PEQUENO	MASTERPRINT	CX	300	2,22	666,00
42	ISOPOR PLACA TAMANHO MEDIO 10MM	FRICALOR	UND	150	2,77	415,50
43	ISOPOR, PLACA DE TAMANHO MEDIO 15MM	FRICALOR	UND	90	4,23	380,70
44	ISOPOR, PLACA DE TAMANHO MEDIO 20MM	FRICALOR	UND	90	5,65	508,50
45	LAMINA PARA ESTILETE PEQUENO, ACONDICIONADA EM TUBO PLASTICO COM 10 LAMINAS.	MASTERPRINT	TB	20	1,58	31,60
46	LAMINA PARA ESTILETE GRANDE, ACONDICIONADA EM TUBO PLASTICO COM 10 LAMINAS.	MASTERPRINT	TB	30	2,12	63,60
47	CANETA TIPO LAPISEIRA DIAMETRO 0,5 MM, COM PRENDEDOR, PONTA E ACIONADOR DE METAL E COM BORRACHA.	TOK	UND	100	2,07	207,00
48	CANETA TIPO LAPISEIRA DIAMETRO 0,7 MM, COM PRENDEDOR, PONTA E ACIONADOR DE METAL E COM BORRACHA.	TOK	UND	100	2,97	297,00
49	LIMPADOR DE QUADRO BCO 500ML	MARKA	UND	100	23,33	2.333,00
54	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, COM PONTAS ARREDONDADAS E CORPO ROLICO A TAMPA DA COR DA TINTA, CORES VARIADAS.	MASTERPRINT	UND	200	1,17	234,00
55	MINA DE CANETA LAPISEIRA, GRAFITE 0,5 MM ACONDICIONADA EM TUBO COM NO MINIMOS 12 MINAS	BRW	TB	15	0,56	8,40
59	PASTA SUSPENSA PLASTIFICADA, CONF. EM CARTAO KRAFT 200GR/M2, NA COR MARROM, C/ PONTEIRA E GRAMPO PLASTICO E VISOR	DELLO	UND	150	1,38	207,00
68	PISTOLA ELETRICA PARA COLA QUENTE TAMANHO GRANDE	MIX	UND	50	17,52	876,00
81	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO 20ML COR PRETA	BRW	UND	90	3,58	322,20
86	CADERNO COM ESPIRAL, CAPA DURA, COM 96 FOLHAS	CREDEAL	UND	800	5,37	4.296,00
87	CANETA HIDROGRAFICA, TAMANHO MEDIO, COM PONTAS ARREDONDADAS COM 12 CORES VARIADAS.	BRW	UND	150	2,97	445,50
88	CANETA HIDROGRAFICA, TAMANHO PEQUENO, COM PONTAS ARREDONDADAS COM 12 CORES VARIADAS.	BAZZE	UND	150	2,77	415,50
89	CANETA PARA QUADRO BRANCO COR AZUL	BRW	UND	500	1,16	580,00
90	CANETA PARA QUADRO BRANCO COR PRETA	BRW	UND	500	1,15	575,00
91	CANETA PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA	BRW	UND	150	1,14	171,00
94	REFIL DE COLA DE SILICONE, PARA PISTOLA, ESPESSURA GROSSA	RENDI	UND	200	0,94	188,00
96	LAPIS EM MADEIRA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE PAPELAO COM 12 CORES VARIADAS, TAMANHO GRANDE.	BRW	CX	1500	2,67	4.005,00
97	AGENDA PERMANENTE, MEDINDO 13,5CMX19,2CM, CAPA DURA, FOLHAS INTERNAS :PAPEL OFFSET 63G/M2 COM NO MINIMO 352 PAGINAS.	FWB	UND	25	17,77	444,25
98	ALFINETE COM BASE COLORIDA PARA MAPA, CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES.	JOCAR	CX	50	3,22	161,00
100	BLOCO TILEMBRETE COM 600 FOLHAS (PAPEL LEMBRETE) TAMANHO 95 X81,5MM	TILIBRA	PCT	1000	10,47	10.470,00
102	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA COR AZUL	BAZZE	UND	3500	0,49	1.715,00
103	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA COR PRETA	BAZZE	UND	1500	0,50	750,00
104	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA COR VERMELHA	BAZZE	UND	1500	0,50	750,00
107	CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 2/0 COM 100 UNIDADES	PUPY	CX	400	1,91	764,00
108	COLA COLORIDA COM 4 X 25G, SECAGEM RAPIDA	BAMBINI	UND	300	4,17	1.251,00
110	COLA LIQUIDA BRANCA 500G ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA	BAMBINI	UND	200	5,17	1.034,00
112	EMBORRACHADO EM EVA TAMANHO 39 X47 EM ROLO COM PROTECAO PLASTICA	EBR	UND	1500	1,33	1.995,00
115	LAPIS GRAFITE Nº 2 PRETO, EM MADEIRA MACICA SEXTAVADO, E APONTADO.	BRW	UND	3000	0,19	570,00
118	PAPEL CREPOM TAMANHO 48MMX2MMCORES VARIADAS	ARTFLOC	UND	2000	1,07	2.140,00
119	PAPEL LAMINADO TAMANHO 48X60CM CORES VARIADAS	CROMUS	UND	2000	1,00	2.000,00
128	TESOURA PARA SERVICOS GERAIS COM LAMINA EM ACO TAMANHO 21CM.	TK	UND	80	4,87	389,60
129	TINTA GUACHE ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO COM 250 ML, CORES VARIADAS.	BAMBINI	UND	150	3,39	508,50
131	BARBANTE CRU – 100% ALGODAO, 08 FIOS, ROLO DE APROXIMADAMENTE 184 METROS, COM ROTULO NA EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	BOCAZUL	UND	100	8,50	850,00
132	ENVELOPE, TIPO SACO, TAMANHO MEDIO 24 X 34, CORES VARIADAS.	SCRITY	UND	2400	0,32	768,00
133	MASSA DE MODELAR, TAMANHO GRANDE, CAIXA COM 12 CORES, CORES VARIADAS	ALCALEX	UND	200	2,97	594,00
136	FITA ADESIVA EM MATERIAL NA COR MARROM, TAMANHO MEDIO 25MM X50M	EUROCEL	UND	200	2,67	534,00
138	CARTOLINA COMUM TAMANHO MINIMO 500 X 660 CORES VARIADAS	BIGNARDI	UND	1500	0,67	1.005,00
143	PASTA CLASSIFICADOR EM PAPELAO C/ ESPIRAL DUPLO CAPA DURA CORES VARIADAS	POLYCART	UND	500	4,77	2.385,00
144	PASTA EM POLIONDA COM ELASTICO LOMBADA DE 2 CM CORES VARIADAS	ACP	UND	300	2,47	741,00
146	ENVELOPE, TIPO SACO, TAMANHO MEDIO 22 X 32, CORES VARIADAS.	SCRITY	UND	1500	0,32	480,00
148	MASSA DE MODELAR, TAMANHO PEQUENO, CAIXA COM 12 CORES, CORES VARIADAS	ALCALEX	UND	200	2,87	574,00
153	PALITO DE PICOLÉ, PCT 100UND	THEOTO	UND	20	3,33	66,60
155	GRAMPOS DE PAREDE, 106–06 E 108–08	ACC	UND	20	10,58	211,60
159	MINI CHAPÉU DE PALHA	CY	UND	100	1,69	169,00
161	FITA DE CETIM, 7MM	NAJAR	UND	40	2,57	102,80
162	BOLA DE ASSOPRO PACOTE COM 50 UND	ARTLATEX	UND	400	5,77	2.308,00
TOTAL						60.651,75

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA.
19.210.207/0001-19
Valor: R$ 60.651,75

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 29 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES
- Prefeito Constitucional

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00016/2026

Aos 29 dias do mês de Julho de 2026, na sede do Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix–sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei

Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS– RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA						
CNPJ: 40.876.269/0001-50						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
15	BANDEIRA DO BRASIL TAMANHO OFICIAL DUPLA FACE	MULTIMAPAS	UND	3	44,94	134,82
72	PRENDEDOR DE PAPEL EM ACO TAMANHO51MM.	BRW	UND	200	1,03	206,00
134	PO GLITER, PESO MEDIO DE 3G, ACONDICIONADO EM POTE PLASTICO, CORES VARIADAS	LANTECOR	UND	200	0,50	100,00
142	ETIQUETA TAMANHO 33,9 X 101,6 COM 14 ETIQUETAS POR FOLHA E 1400 ETIQUETAS POR CAIXA	POLIFIX	CX	80	26,86	2.148,80
157	FITA DUPLA FACE, 18MM 30M	EUROCELL	UND	40	6,70	268,00
TOTAL						2.857,62

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA.
40.876.269/0001-50
Valor: R$ 2.857,62

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 29 de julho de 2026

***ROGÉRIO SOARES* –**
Prefeito Constitucional

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00017/2026

Aos 29 dias do mês de Julho de 2026, na sede do Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix–sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS– RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: PAPELARIA CAJAZEIRAS LTDA						
CNPJ: 41.883.167/0001-25						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
51	LIVRO ATA COM 200 FOLHAS, CAPA DURA, EM PAPELAO 1000G/M2, FOLHAS INTERNAS EM PAPEL BRANCO 56G/M2 E NUMERADAS E PAUTADAS.	ANIMATIVA	UND	150	21,00	3.150,00
56	MINA DE CANETA LAPISEIRA, GRAFITE 0,7 MM ACONDICIONADA EM TUBO COM NO MINIMOS 12 MINAS	LEONORA	TB	15	0,89	13,35
127	TESOURA PARA SERVICOS GERAIS COM LAMINA EM ACO TAMANHO 16CM.	BRW	UND	60	4,10	246,00
TOTAL						3.409,35

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- PAPELARIA CAJAZEIRAS LTDA.
41.883.167/0001-25
Valor: R$ 3.409,35

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 29 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES
- Prefeito Constitucional

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00018/2026

Aos 29 dias do mês de Julho de 2026, na sede do Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix–sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS– RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: CAMILA MARIA GOMES BATALHA						
CNPJ: 47.217.908/0001-15						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	APONTADOR SIMPLES RETANGULAR COM NO MINIMO 2,5X1,5X1,5CM.	MASTERPRINT	UND	1500	0,19	285,00

4	CAPA P/ ENCADERNACAO TAM. A4, TRANSPARENTE	ACP MERCANTIL	UND	100	0,40	40,00
7	PASTA PLASTICA C/ ABA ELASTICA 18 MM	POLIBRAS	UND	1000	2,55	2.550,00
8	PASTA PLASTICA C/ ABA ELASTICA 32MM	POLIBRAS	UND	1000	2,90	2.900,00
10	PERFURADOR DE PAPEL COM REGUA MARGEADORA, COMPOSICAO: ACO, CAVALETE DUPLO, PINOS PERFURANTES COM TRATAMENTO DE SUPERFICIE, TAPETE PLASTICO E TRAVA LATERAL; CARACTERISTICAS: ESTRUTURA TOTALMENTE EM ACO COM REVESTIMWNTO PLASTICO E APOIO EMBORRACHADO; CAPACI	MASTERPRINT	UND	20	12,40	248,00
12	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO C/ ENCAIXE PARA DUAS CANETAS	MASTERPRINT	UND	250	3,00	750,00
13	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO EMBALAGEM INDIVIDUAL	MASTERPRINT	UND	150	2,40	360,00
18	BORRACHA BRANCA TIPO PONTEIRA CAIXA COM 40 UNIDADES	MASTERPRINT	CX	40	4,50	180,00
20	CARTOLINA COLORSET TAMANHO MINIMO 48 X 66 CORES VARIADAS	VMP PAPEIS	UND	1000	0,84	840,00
27	COLA PARA ISOPOR 450 GRAMAS ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA	RADEX	UND	150	16,60	2.490,00
32	ESTILETE PEQUENO CORPO PLASTICO COM LAMINA DE 9 MM E TRAVA DE SEGURANCA	MASTERPRINT	UND	40	0,59	23,60
33	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPATULA EM ACO INOX	MASTERPRINT	UND	120	1,19	142,80
37	GIZ DE CERA CAIXA C/ 12 UNIDADES TAMANHO MEDIO	GR QUIMICA	CX	500	3,15	1.575,00
39	GRAMPEADOR COM ESTRUTURA METALICA PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS DE UMA UNICA VEZ.	MASTERPRINT	UND	80	39,98	3.198,40
40	GRAMPEADOR MEDIO COM BASE ANTI DERRAPANTE COM NO MINIMO 13CM, PARA GRAMPEAR ATE 20 FOLHAS	MASTERPRINT	UND	70	7,95	556,50
41	GUILHOTINA COM ESCALA MILIMETRICA CAP DE CORTE 10 FL DE 75G/M2 C/ APOIO EM BORRACHA PARA MELHOR ADERENCIA	KIT	UND	3	141,00	423,00
50	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS, CAPA DURA, EM PAPELAO 1000G/M2, FOLHAS INTERNAS EM PAPEL BRANCO 56G/M2 E NUMERADAS E PAUTADAS.	CADERSIL	UND	150	10,00	1.500,00
52	LIVRO PROTOCOLO PARA CORRESPONDENCIA COM 100 FOLHAS, CAPA DURA, EM PAPELAO COM NO MINIMO 705G/M2	CADERSIL	UND	60	7,12	427,20
57	PAPEL A4, 210MM X 297MM SULFITE BRANCO, 75G/M2 (RM C/ 500 FLS) COM SELO CERFLOR E IMETRO	SUZANO	RESMA	12000	23,00	276.000,00
58	PASTA AZ COM FERRAGENS LOMBADA LARGA TAMANHO OFICIO PRETA	FRAMA	UND	1500	11,00	16.500,00
63	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº06	BRW	UND	100	0,86	86,00
64	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº08.	BRW	UND	150	1,00	150,00
69	PISTOLA ELETRICA PARA COLA QUENTE TAMANHO PEQUENA	LEONORA	UND	50	11,00	550,00
70	PORTA CLIPES, LAPIS E LEMBRETES EM ACRILICO TRANSPARENTE	MAXCRIL	UND	15	8,00	120,00
73	QUADRO BRANCO TAMANHO 120X90 COM ESTRUTURA EM ALUMINIO.	MADEMASTER	UND	15	79,99	1.199,85
74	REABASTECEDOR DE PINCEL ATOMICO COM 37ML COR AZUL	RADEX	UND	100	3,99	399,00
75	REABASTECEDOR DE PINCEL ATOMICO COM 37ML COR PRETA	RADEX	UND	100	3,99	399,00
76	TESOURA TIPO ESCOLAR COM LAMINAS EM ACO COM NO MINIMO13CM.	MASTERPRINT	UND	1500	1,49	2.235,00
78	TINTA PARA CARIMBO COM 42ML COR AZUL	RADEX	UND	15	3,19	47,85
79	TINTA PARA CARIMBO COM 42ML COR PRETA	RADEX	UND	50	3,39	169,50
80	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO 20ML COR AZUL	RADEX	UND	90	3,09	278,10
82	TINTA PARA TECIDO POTE COM 250ML CORES VARIADAS.	ACRILEX	UND	100	12,99	1.299,00
83	BLOCO AUTO ADESIVO, COM 04 BLOCOS POR PACOTE COM 100 FOLHAS, TAMANHO 38 X 50MM	MASTERPRINT	PCT	150	2,65	397,50
84	CADERNO CAPA DURA, 10 MATERIAS, COM NO MINIMO 200 FOLHAS	CREDEAL	UND	500	12,99	6.495,00
85	CADERNO CAPA DURA, 12 MATERIAS, COM NO MINIMO 200 FOLHAS	CREDEAL	UND	500	16,99	8.495,00
92	PASTA TIPO ARQUIVO MORTO EM MATERIAL POLIONDA, TAMANHO APROXIMADO 350 X 130 X 235MM, COM DADOS IMPRESSOS PARA ANOTACAO	POLIBRAS	UND	600	4,00	2.400,00
99	BANDEIRA DO RN TAMANHO OFICIAL DUPLA FACE	TOK	UND	3	79,99	239,97
109	COLA ISOPOR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA 90G	FRAMA	UND	300	2,00	600,00
113	ESTILETE GRANDE CORPO PLASTICO COM LAMINA DE 18 MM E TRAVA DE SEGURANCA	MASTERPRINT	UND	40	0,75	30,00
114	FITA DECORATIVA TAMANHO 16MM X50M CORES VARIADAS	MAKE +	UND	80	3,70	296,00
116	PAPEL CAMURCA TAMANHO 40X60 CORES VARIADAS	ART FLOC	UND	500	0,94	470,00
117	PAPEL CARBONO DUPLA FACE CORES VARIADAS	BAZZE	UND	500	0,27	135,00
122	REABASTECEDOR DE PINCEL ATOMICO COM 37ML COR VERMELHA	RADEX	CX	10	3,50	35,00
123	REABASTECEDOR PERMANENTE PARA LAPIS MARCADOR DE QUADRO BRANCO CORES VARIADAS	RADEX	UND	80	3,30	264,00
130	TNT, CORES VARIADAS	SANTA FE	MT	5000	1,20	6.000,00
137	BLOCO AUTO ADESIVO TAMANHO 76X102MM COM 100 FOLHAS.	MASTERPRINT	UND	2500	1,90	4.750,00
140	CORRETIVO LIQUIDO, NA COR BRANCA, A BASE D'AGUA, SECAGEM RAPIDA, PESO MEDIO 18 ML	GR QUIMICA	UND	150	1,40	210,00
141	EMBORRACHADO EM EVA TAMANHO MEDIO 90 X180 EM ROLO COM PROTECAO PLASTICA	MAKE +	UND	1000	20,00	20.000,00
145	PERFURADOR DE PAPEL COM REGUA MARGEADORA, COMPOSICAO: ACO, CAVALETE DUPLO, PINOS PERFURANTES COM TRATAMENTO DE SUPERFICIE, TAPETE PLASTICO E TRAVA LATERAL; CARACTERISTICAS: ESTRUTURA TOTALMENTE EM ACO COM REVESTIMWNTO PLASTICO E APOIO EMBORRACHADO; CAPACI	MASTERPRINT	UND	50	13,00	650,00
147	ENVELOPE, TIPO SACO, TAMANHO MEDIO 26 X 36, CORES VARIADAS.	FORONI	UND	1200	0,40	480,00
149	PAPEL PESO 40, COR BRANCA, TAMANHO OFICIO, MEDINDO 215 MM X 315 MM, PACOTE 250 FOLHAS.	JANDAIA	RESMA	100	30,00	3.000,00
150	QUADRO BRANCO TAMANHO 100X80 COM ESTRUTURA EM ALUMINIO.	MADEMASTER	UND	15	60,00	900,00
151	QUADRO BRANCO TAMANHO 150X120 COM ESTRUTURA EM ALUMINIO.	MADEMASTER	UND	15	115,00	1.725,00
152	QUADRO BRANCO TAMANHO 200X120 COM ESTRUTURA EM ALUMINIO.	MADEMASTER	UND	15	200,00	3.000,00
156	PAPEL FOTO, A4 CX 50UND	MASTERPRINT	UND	20	7,00	140,00
160	BARBANTE SISAL, COR NATURAL, DIÂMETRO 3MM, ROLO 100M	EMPORIO SISU	UND	10	10,00	100,00
TOTAL						378.735,27

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- CAMILA MARIA GOMES BATALHA.
47.217.908/0001-15
Valor: R$ 378.735,27

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 29 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES –
Prefeito Constitucional

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00019/2026

Aos 29 dias do mês de Julho de 2026, na sede do Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix–sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS– RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA						
CNPJ: 47.484.691/0001-00						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
3	GRAMPO PARA PASTA TIPO TRILHO 80MM, EM MATERIAL PLASTICO, FABRICADO COM FOLHAS DE FLANDES COMP. UTIL DA LINGUENTA(HASTE) 50MM, CAPACIDADE DE PRENDER ATE 300 FOLHAS DE PAPEL 75G/M²	FIX	UND	20	10,19	203,80
28	ENVELOPE CONVITE TAMANHO 160 X 235 CORES VARIADAS	SCRITI	UND	250	0,56	140,00
29	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO ESPESSURA 07 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	EJR	UND	100	14,89	1.489,00
30	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO ESPESSURA 09 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	EJR	UND	100	18,14	1.814,00
31	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO ESPESSURA 12 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	EJR	UND	100	22,99	2.299,00
34	FITA ADESIVA EM MATERIAL NA COR TRANSPARENTE, TAMANHO MEDIO 12MM x 30M	FIX	UND	200	1,05	210,00
35	FITA ADESIVA LARGA 45X45MM TRANSPARENTE	FIX	UND	100	2,98	298,00
36	FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAMANHO25X50 M	FIX	UND	250	2,30	575,00
60	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº00.	RIO	UND	100	0,85	85,00
61	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº02.	RIO	UND	100	0,85	85,00
62	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº04.	RIO	UND	100	0,85	85,00
65	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº10.	RIO	UND	100	1,58	158,00
66	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº12.	RIO	UND	100	1,72	172,00
67	PINCEL CHATO PARA TRABALHOS ESCOLARES DIVERSOS COM CABO EM MADEIRA Nº14.	RIO	UND	100	1,93	193,00
93	PASTA CREMOSA, MOLHA DEDO, POTE ARREDONDADO	CARBRINK	UND	100	2,78	278,00
95	FITA ADESIVA EM MATERIAL NA COR TRASPARENTE, TAMANHO MEDIO 12MM X 50M	FIX	UND	90	1,08	97,20
101	CADERNO DESENHO COM ESPIRAL COM NO MINIMO 40 FOLHAS	PAN	UND	1000	2,24	2.240,00
105	CARTOLINA GUACHE TAMANHO MINIMO 48 X66 CORES VARIADAS	RST	UND	1000	0,99	990,00
111	COLA LIQUIDA PARA E.V.A ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA COM 90G	PIRA	UND	200	4,54	908,00
120	PRENDEDOR DE PAPEL EM ACO TAMANHO25MM.	FUTURO	UND	150	0,43	64,50
121	PRENDEDOR DE PAPEL EM ACO TAMANHO32MM.	FUTURO	UND	200	0,59	118,00
126	TESOURA PARA PICOTAR COM NO MINIMO 15CM	CLASSE	UND	60	4,39	263,40
135	REFIL DE COLA DE SILICONE, PARA PISTOLA, ESPESSURA FINA	REND	UND	200	0,37	74,00
139	COLA PARA TECIDO, CAPACIDADE MEDIA DE 37ML, CORES VARIADAS	TEKBOND	UND	50	4,34	217,00
154	GRAMPEADOR DE PAREDE	IDEA	UND	10	29,98	299,80
158	PALITO PARA CHURRASCO, 20CM, PCT 100UND	THEOTO	UND	10	3,04	30,40
TOTAL						13.387,10

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.
47.484.691/0001-00
Valor: R$ 13.387,10

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 29 de julho de 2026

***ROGÉRIO SOARES* –**
Prefeito Constitucional

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00020/2026

Aos 29 dias do mês de Julho de 2026, na sede do Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix–sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS– RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: M3. BUSINESS GROUP LTDA						
CNPJ: 54.494.740/0001-50						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
26	COLA LIQUIDA BRANCA 1.000ML ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA	GATTE	UND	150	9,86	1.479,00
53	CANETA MARCADOR DE TEXTO COM PONTAS CHANFRADA E TRACOS MARCANTES CORES VARIADAS	MASTERPRINT	UND	400	0,59	236,00

71	PRANCHETA EM ACRILICO COM PRENDEDOR METALICO TAMANHO OFICIO	NOVACRIL/ FACA FACIL / YINS	UND	30	10,63	318,90
77	TINTA GUACHE ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO COM 6X15ML, CORES VARIADAS	GATTE	UND	150	2,93	439,50
106	CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 6/0 COM NO MINIMO 50 UNIDADES	JUSSARA / TOP	CX	200	2,03	406,00
124	REGUA 20 CM, PLASTICO CRISTAL, EM CENTIMETROS, RIGIDA	MAXCRIL	UND	300	0,69	207,00
125	REGUA 30 CM, PLASTICO CRISTAL, EM CENTIMETROS, RIGIDA	MAXCRIL	UND	1000	0,74	740,00
TOTAL						3.826,40

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00010/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- M3. BUSINESS GROUP LTDA.
54.494.740/0001-50
Valor: R$ 3.826,40

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 29 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES –
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:860518FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 256, DE 04 DE MAIO DE 2026 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 562.499,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Lagoa d'Anta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 562.499,00 (quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa d'Anta/RN, 04 de maio de 2026

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**562.499,00**
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**238.963,00**
	2168 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL				**238.963,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	238.963,00
15 .001 SECRETARIA DE SAÚDE					**323.536,00**
	1056 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - APS				**323.536,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	323.536,00
Anexo II (Redução)					**562.499,00**
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**562.499,00**
	1005 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESPORTIVAS - ENSINO FUNDAMENTAL				**1.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1006 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL				**3.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	2.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1008 CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL				**10.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	9.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1101 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS				**19.998,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15001001	0001	9.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	9.999,00
	1407 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL				**24.999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	24.999,00
	2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**2.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	1.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL				**323.536,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	323.536,00
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**2.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	1.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				**1.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	999,00

		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1609 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESPORTIVAS - ENSINO INFANTIL				**14.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	14.999,00
	1610 CONSTRUÇÃO DE CRECHE PROINFÂNCIA				**19.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	19.999,00
	1611 CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL				**8.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	8.999,00
	1612 CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS EM ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL				**9.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	9.999,00
	1615 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR				**10.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	9.999,00
	1616 REMOÇÃO DE OBSTÁCULOS ARQUITETÔNICOS À MELHORIA À ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS ESPECIAIS				**9.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	9.999,00
	1028 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DA MERENDA ESCOLAR				**9.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	4.999,00
	1128 CONSTRUIR/AMPLIAR ESCOLAS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL				**15.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	14.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1129 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICOS E PLATAFORMA DIGITAL				**1.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1130 AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA MÓVEL				**7.998,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	5.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.999,00
	1131 IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS				**9.999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	9.999,00
	1132 CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO MUNICIPAL				**1.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1133 CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL				**30.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	29.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
	1134 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOTECA NAS CRECHES MUNICIPAIS				**14.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	9.999,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.999,00

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:2328E4FE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 257, DE 04 DE MAIO DE 2026 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.732.604,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Lagoa d'Anta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.732.604,00 (um milhão, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e quatro reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional referido no artigo anterior, são provenientes do **"excesso de arrecadação"** apurado na fonte de recursos de Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde de código 1.631.000, conforme dispõe o art. 43, II da Lei Nacional n° 4.320/1964.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa d'Anta/RN, 04 de maio de 2026

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.732.604,00**
15 .001 SECRETARIA DE SAÚDE					**1.732.604,00**
	1056 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - APS				**1.732.604,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	1.732.604,00

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:C87E24C4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 260, DE 01 DE JUNHO DE 2026 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 542.814,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Lagoa d'Anta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 542.814,00 (quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quatorze reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa d'Anta/RN, 01 de junho de 2026

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**542.814,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**11.136,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**11.136,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	11.136,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**204.678,00**
	1008 CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL				**4.678,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15440000	0001	4.678,00
	2168 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL				**200.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	200.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**100.000,00**
	1012 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17103210	0001	100.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					**227.000,00**
	2014 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				**227.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	227.000,00
Anexo II (Redução)					**542.814,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**11.136,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**11.136,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	11.136,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**4.678,00**
	2185 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**4.678,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15440000	0001	3.960,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15440000	0001	718,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**100.000,00**
	1012 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17103110	0001	100.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					**227.000,00**
	1034 CONTRUÇÃO DO MERCADO DE ARTESANATO				**19.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	19.000,00
	1035 CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER				**29.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	29.000,00
	1139 CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA				**49.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	49.000,00
	1140 CONSTRUÇÃO DE MIRANTE E REVITALIZAÇÃO DA LAGOA DO MUNICÍPIO				**99.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	99.000,00
	1141 IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA				**31.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	31.000,00
90 .001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					**200.000,00**
	2027 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				**200.000,00**
		9.9.99.99 A CLASSIFICAR	15000000	0001	200.000,00

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:533D6F5A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 43, DE 04 DE MAIO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Lagoa d'Anta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 2.084.715,34 (dois milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e quinze reais e trinta e quatro centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa d'Anta/RN, 04 de maio de 2026

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.084.715,34**
01 .001 GABINETE DO PREFEITO					**496.996,00**
	2002 MANUTENCAO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO				**474.496,00**

		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	464.496,00
	2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**22.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	700,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**829.737,34**
	2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**29.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	29.000,00
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**4.117,34**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.517,34
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	600,00
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - CRECHE				**535.851,50**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	262.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	273.851,50
	2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	7.000,00
	2054 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO				**35.300,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	35.300,00
	2168 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL				**45.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	37.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	8.000,00
	2185 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	30.000,00
	2214 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				**23.150,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	23.150,00
	2216 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - PRÉ ESCOLA				**63.478,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	54.878,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	8.600,00
	2219 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	2.000,00
	2220 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17010000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17010000	0001	20.000,00
	2224 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - EJA				**14.340,50**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	2.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	12.140,50
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**84.170,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS				**84.170,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	67.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	16.570,00
15 .001 SECRETARIA DE SAÚDE					**611.310,00**
	1056 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - APS				**79.997,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	79.997,00
	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL- SB				**27.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	27.500,00
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**374.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	235.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	119.700,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB				**37.708,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	22.208,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	15.500,00
	2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE				**38.904,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	38.904,00
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA - ESF				**36.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	6.000,00
	2192 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL				**16.501,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	16.501,00
16 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**62.502,00**
	2181 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL				**62.201,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	62.201,00
	2248 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO UNICO - IGDPBF				**301,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	301,00
Anexo II (Redução)					**2.084.715,34**
01 .001 GABINETE DO PREFEITO					**127.200,00**
	2002 MANUTENCAO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO				**64.700,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	18.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.900,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	4.800,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**57.500,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	999,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	701,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	53.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	700,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	2195 MANUTENÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR				**1.900,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.900,00
	2196 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA				**800,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	800,00
	2250 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA				**2.300,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.400,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	900,00

06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**945.737,34**
	2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**69.254,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	3.854,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	63.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL				**301.542,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	301.542,00
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**25.117,34**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	300,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	24.517,34
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - CRECHE				**262.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	262.000,00
	2054 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO				**29.895,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.999,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	1.999,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	999,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	22.900,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	999,00
	2185 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**111.900,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	111.900,00
	2216 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - PRÉ ESCOLA				**44.029,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	44.029,00
	2222 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NAC. DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENSINO INFANTIL				**1.100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	900,00
	2224 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - EJA				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	100.000,00
	2225 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - QUILOMBOLA				**900,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	900,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**84.170,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS				**29.199,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	700,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17500000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	19.999,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	4.900,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
	2227 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
	1641 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS				**34.971,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	29.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.971,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					**369.796,00**
	2014 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				**170.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	170.000,00
	2015 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS				**199.796,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	199.796,00
15 .001 SECRETARIA DE SAÚDE					**495.310,00**
	1003 AQUISIÇÃO DE VEICULOS - ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE				**49.999,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	49.999,00
	1050 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - MAC				**14.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	14.999,00
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				**3.435,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	438,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	999,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	999,00
	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL- SB				**30.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	27.500,00
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**231.109,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	11.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	156.400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	32.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	31.709,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB				**15.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	11.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.500,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA				**999,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	999,00
	2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE				**3.997,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	999,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	999,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.999,00
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA - ESF				**95.300,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	59.300,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	6.000,00
	2192 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	4.000,00
	2234 MANUTENÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PNAN				**3.996,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	999,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	999,00
	2235 MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COM IMPLANTAÇÃO DO PEC (PRONTUÁRIO ELETRÔNICO CIDADÃO)				**6.996,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.999,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	999,00
	2236 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SELO UNICEF				**5.495,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.499,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	999,00
	2237 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE				**999,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	999,00
	1024 CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE				**14.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	14.999,00
	2040 APRIMORAMENTO TECNICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE				**3.996,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	999,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
	2043 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR - SAD				**4.995,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	999,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
	2044 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS				**3.996,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	999,00
16 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**62.502,00**
	1038 CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SERVIÇO				**301,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	301,00
	2041 MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				**3.999,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.999,00
	2056 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO				**4.995,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	999,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	999,00
	2057 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DA MULHER				**3.615,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	618,00
	2181 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL				**40.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
	2047 ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO À ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E GRUPOS DE PRODUÇÃO PROMOÇÃO DE EVENTOS SO				**3.996,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	999,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	999,00
	2050 CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DE GERAÇÃO DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS				**5.596,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.999,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	999,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	999,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.599,00

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:AE71C556

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 44, DE 04 DE MAIO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Lagoa d'Anta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 416.004,00 (quatrocentos e dezesseis mil e quatro reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa D'Anta/RN, 04 de maio de 2026

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**416.004,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**346.500,00**
	1002 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDAS FUNDADAS				**346.500,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	346.500,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**45.504,00**
	1012 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**45.504,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	45.504,00
16 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**24.000,00**
	2193 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**24.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	24.000,00
Anexo II (Redução)					**416.004,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**346.500,00**
	1019 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO				**15.015,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.015,00
	1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				**23.998,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	11.999,00
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	11.999,00
	1027 CONSTRUÇÃO DE POÇOS E CISTERNAS EM TERRA DE PEQUENOS AGRICULTORES				**20.996,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.999,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.999,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	11.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	999,00
	1029 CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS				**26.495,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.499,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.499,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.499,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	19.999,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.999,00
	1052 CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA				**109.997,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	49.999,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49.999,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	9.999,00
	1025 CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS				**149.999,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	149.999,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**45.504,00**
	1053 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS				**45.504,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	34.999,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063110	0001	10.505,00
16 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**24.000,00**
	2193 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**24.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	24.000,00

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:5931EC2F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 46, DE 02 DE JUNHO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Lagoa d'Anta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 1.504.789,00 (um milhão, quinhentos e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa D'Anta/RN, 02 de junho de 2026

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.504.789,00**
01 .001 GABINETE DO PREFEITO					**5.825,00**
	2002 MANUTENCAO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO				**2.800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.800,00
	2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**3.025,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**133.250,00**
	2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**5.850,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.850,00
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	50.000,00
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
	2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	20.000,00
	2168 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL				**5.500,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	5.500,00
	2214 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	50.000,00
	2219 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE				**1.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	1.400,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**306.200,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS				**306.200,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	240.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.200,00
15 .001 SECRETARIA DE SAÚDE					**1.049.800,00**
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**696.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	96.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	600.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	50.000,00
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA - ESF				**300.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.800,00
	2173 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE				**3.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
16 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**9.714,00**
	2041 MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				**3.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.000,00
	2177 MATUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**3.714,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.714,00
	2181 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL				**3.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					**1.504.789,00**
01 .001 GABINETE DO PREFEITO					**5.825,00**
	2002 MANUTENCAO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO				**5.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.800,00
	2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**25,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	25,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**160.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**160.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	160.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**502.250,00**
	2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**5.850,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	850,00
	2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL				**490.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	490.400,00
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	500,00
	2185 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**5.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	5.500,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS					**27.200,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS				**16.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	14.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
	2227 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	11.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					**600.000,00**
	2015 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS				**600.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	600.000,00
15 .001 SECRETARIA DE SAÚDE					**199.800,00**
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**196.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	196.000,00
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA - ESF				**800,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	800,00
	2173 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
16 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**9.714,00**
	2041 MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				**1.399,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.399,00
	2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO ANTIDROGAS				**929,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	929,00
	2177 MATUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**5.768,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.096,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	672,00
	2181 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL				**1.618,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	999,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	619,00

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:9FD8C6FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2026

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviço técnico especializado de capacitação prática na área de confecção industrial, visando à formação produtiva e a inserção imediata no mercado de trabalho, compreendendo a realização de capacitação técnica em operação de máquinas de costura industrial, com fornecimento de metodologia, instrutores qualificados, equipamentos e acompanhamento técnico.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: CIFOP - CENTRO INTEGRADO E FORMACAO PROFISSIONAL LTDA
CNPJ: 26.390.184/0001-37
ENDEREÇO: Rua Bento Urbano, nº 265, Centro, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CARGA HORÁRIA TOTAL	DURAÇÃO ESTIMADA	UND.	QUANT.	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INTEGRADA EM CONFECÇÃO INDUSTRIAL, COM FOCO EM OPERAÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAL E PRÁTICA PRODUTIVA.	80 HORAS	ATÉ 30 DIAS	SERV.	01	8.950,00	8.950,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 8.950,00							

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 8.950,00 (oito mil, novecentos e cinquenta reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 031/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 02.080 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 08.244.0001.2057 – Manutenção Fundo Municipal de Ass Social
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Lagoa de Velhos/RN, 31 de julho de 2026. Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: José Nildo Galdino
PELA CONTRATADA: Edmilson Lima Roberto

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:78A324E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.1972026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.1972026 – GP, Lagoa Nova/RN, 03 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 19.452,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 19.452,00 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais) destinados a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**19.452,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**19.452,00**
	2047 APOIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				**19.452,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	19.452,00
Anexo II (Redução)					**19.452,00**
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**19.452,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**19.452,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	17.900,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	552,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:84364025

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.1982026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.1982026 – GP, Lagoa Nova/RN, 03 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 73.900,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 73.900,00 (setenta e três mil e novicentos reais) destinados a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**73.900,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**73.900,00**
	2090 MANUTENÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL				**73.900,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25460000	0001	73.900,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:E076BC51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO Nº 006/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 002/2025

EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO Nº 006/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 002/2025

O Município de Lagoa Nova - RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Provimento de contratação de profissionais por prazo determinado, o Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, situada na Avenida Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, Lagoa Nova - RN, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS – EDITAL 002/2025, para a contratação por tempo determinado de profissionais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do município, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal N° 804/2023, e demais legislações municipais correlatas.

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária para composição do quadro de necessidade de pessoal da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, visando à seleção de profissionais a título precário, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado - EDITAL 002/2025, publicado em diário oficial dos municipios no dia 25 de setembro de 2025. Edição 3632.

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação da candidata, DAMIANA JACIRA FERREIRA DE OLIVEIRA N° 06 - Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SMS – 40H.

1.RESOLVE:

1.1 Tornar público a ordem de classificados dos candidatos habilitados, dentro do quantitativo de vagas, mais cadastro reserva, após o requerimento de **RECLASSIFICAÇÃO** conforme, a categoria descrita abaixo seguindo a ordem da Classificação Final do último candidato:

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO LAGOA NOVA / RN - EDITAL 002/2025
RESULTADO DEFINITIVO FINAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGO Nº 02 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SMS – 40H

(LEI MUNICIPAL N° 804/2023)

Class.	Nome	CPF	Nota Final	Habilitado
01	JOSÉ ADAILSON LIMA DE OLIVEIRA	XXX.264.064-XX	100	Sim
02	MARIA MACIONEIDE DOS SANTOS	XXX.750.784-XX	100	Sim
03	JOSIANE CLAUDIA DOS SANTOS SILVA	XXX.334.684-XX	100	Sim
04	MARIA DAS DORES BARBOSA DA SILVA	XXX.443.374-XX	100	Sim
05	MARIA DE LOURDES LUCIANO ROQUE	XXX.561.734-XX	96	Sim
06	JOSÉ ROMILDO DA SILVA FREITAS	XXX.550.474-XX	95	Sim
07	PAULO VINICIUS GALVÃO DE MEDEIROS	XXX.442.564-XX	95	Sim
08	MARIA RANIERICA ALVES DA SILVA	XXX.895.094-XX	90	Sim
09	MARIA JOSE DOS SANTOS	XXX.153.848-XX	80	Sim
10	MARIA APARECIDA DOS SANTOS AUGUSTA	XXX.324.924-XX	75	Sim
11	GERONICE PATRÍCIA BARBOSA ALVES	XXX.680.464-XX	75	Sim
12	JOICE KAROLINE FELIPE SANTOS	XXX.306.254-XX	74	Sim
13	ERICA JULIANA DA SILVA	XXX.501.284-XX	71	Sim
14	LUCIANA THAIS ACIOLI BARBOSA	XXX.679.564-XX	70	Sim
15	ANA CLAUDIA ALEXANDRE DE MEDEIROS	XXX.626.454-XX	70	Sim
16	TALY JANAINA DA COSTA	XXX.407.114-XX	67	Sim
17	RONAILZA MARIA DA SILVA SOUSA	XXX.882.794-XX	63	Sim
18	ADRIANA PAULINO DE ARAUJO SILVA	XXX.421.274-XX	57	Sim
19	LUIZ GOMES DA SILVA NETO	XXX.013.746-XX	53	Sim
20	JACIA VERANILZA DE LIRA MARQUES ASSUNÇÃO	XXX.387.764-XX	51	Sim
21	KATIELLY SANTANA MEDEIROS DE FARIAS	XXX.457.294.XX	51	Sim
22	MARIA JOSÉ CIPRIANO DA SILVA	XXX.717.024-XX	50	Sim
23	MARICELIA LOPES DE MEDERIOS	XXX.397.894-XX	50	Sim
24	LARISSA NARIELLY MEDEIROS DE LIMA	XXX.150.734-XX	50	Sim
25	ELAINE SAMILA DE FARIAS GOMES	XXX.755.814-XX	45	Sim
26	ALCIONE JAQUELINE BEZERRA PEREIRA	XXX.792.314-XX	35	Sim
27	TONNY RIBEIRO DE MEDEIROS	XXX.686.484-XX	35	Sim
28	CLARA BEATRIZ DE FREITAS GALVÃO	XXX.324.994-XX	35	Sim
29	JOSEFA GEILZA DOS SANTOS	XXX.250.334-XX	31	Sim
30	MARIA SOLANGE FERREIRA	XXX.681.354-XX	30	Sim
31	SABRYNA HELOISA SANTOS SILVA	XXX.328.814-XX	30	Sim
32	JORGE AUGUSTO PEREIRA GUEDES	XXX.674.334-XX	29	Sim
33	SUERDA DE ALMEIDA LIMA	XXX.994.474-XX	27	Sim
34	SUELMA DANIEL DA SILVA	XXX.688.704-XX	26	Sim
35	ANTONIO FERINO NETO	XXX.216.414-XX	25	Sim
36	GISLÂNE DE FARIAS SANTOS PAZ	XXX.820.194-XX	23	Sim
37	KAUANNE RUTH DE SOUZA DAVI	XXX.003.064-XX	20	Sim
38	MARIA JOSÉ DA SILVA	XXX.717.044.XX	19	Sim
39	MARILDA CRISTINA DE SOUTO MEDEIROS	XXX.055.494-XX	19	Sim
40	ARIELLY MIRELY BEZERRA MIRANDA	XXX.589.224-XX	19	Sim
41	MARIANNE ARAUJO DE MEDEIROS	XXX.006.514-XX	18	Sim
42	MARIA LIZIANY ALVEZ RIBEIRO	XXX.938.464-XX	14	Sim
43	EMILY THEREZA FERNADES DA SILVA	XXX.809.384-XX	14	Sim
44	JOSIANE DARC CARLOS SANTOS CLEMENTINO	XXX.955.094-XX	13	Sim
45	GABRIELA CAMILA DA SILVA COSTA	XXX.227.834-XX	13	Sim
46	RENATA MIKAELY BEZERRA ESTAVAM	XXX.422.004-XX	13	Sim
47	THUANNY MARIELLE MENDES CANDIDO	XXX.009.414-XX	09	Sim
48	APARECIDA JAMILE GABRIELE DE MACEDO	XXX.148.924-XX	09	Sim
49	JOSE AUGUSTO CESAR BEZERRA GUIMARÃES	XXX.752.544-XX	09	Sim
50	JUÁBIO NUAN SANTOS ROCHA	XXX.684.784-XX	09	Sim
51	MARIA EDUARDA OLIVEIRA DA SILVA	XXX.034.434-XX	09	Sim
52	LUIS CARLOS SANTANA DA SILVA	XXX.356.294-XX	09	Sim
53	ANNA HIONARA DA SILVA ARAUJO	XXX.247.104-XX	08	Sim
54	ANNA LUYZA OLIVEIRA SILVA	XXX.132.684-XX	08	Sim
55	MARIA DA GUIA NOBERTO ALVES	XXX.226.874-XX	04	Sim
56	ARTHUR ARAUJO VASCONCELOS	XXX.018.524-XX	04	Sim
57	ANA MIRELE DE ARAÚJO SANTOS	XXX.320.584-XX	04	Sim
58	DAMIANA JACIRA FERREIRA DE OLIVEIRA	XXX.667.884-XX	95	Sim

Lagoa Nova - RN, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:C04716C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 065/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 065/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 03 de agosto de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretária Municipal Interina de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.000,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**8.000,00**
	2020 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**8.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
Anexo II (Redução)					**8.000,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**8.000,00**
	2020 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:CD00526F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 063/2026 – SMS

Portaria nº 063/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providencias."

A Secretária Municipal interina de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 0355/2025 de 26/06/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **RENALDO PEREIRA SILVA TAVARES** matrícula n° 3400, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
TST – 0J87	Natal – RN	16h:12min	07h:12min	01.06.2026	R$ 60,00	Gestante com sinais de pré-eclâmpsia para avaliação IG = 38s 3d
RGI – 5A31	Santa Cruz – RN	16h:00min	21h:40min	02.06.2026	R$ 30,00	Liberado da hemodialise
TSV – 4D58	Caicó – RN	18h:01min	01h:30min	06.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente par Caicó - tomar soro antiofídico
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	14h:20min	16h:00min	11.06.2026	R$ 30,00	RN foi para avaliação
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	02h:05min	05h:25min	12.06.2026	R$ 30,00	Avaliação obstétrica
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	18h:00min	22h:13min	12.06.2026	R$ 30,00	Paciente segue para a hemodialise
RGL – 2D27	Natal – RN	04h:00min	16h:00min	16.06.2026	R$ 60,00	Paciente criança irá para consulta no HUOL realizar acompanhamento com profissionais do hospital citado
RGL -2D27	Natal – RN	07h:00min	21h:30min	24.06.2026	R$ 60,00	Avaliação da neurocirurgia
TST – 4D58	Santa Cruz – RN	14h:40min	21h:30min	26.06.2026	R$ 30,00	Paciente segue para hemodialise
RGL – 2D27	Natal – RN	08h:45min	16h:00min	26.06.2026	R$ 60,00	Paciente encaminhado para uma avaliação com vascular + realização de doppler após trauma de queda em bicicleta

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:BE9A7975

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 064/2026 – SMS

Portaria nº 064/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e da outras providencias."

A Secretária Municipal Interina de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 0355/2025 de 26/06/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **FERNANDO FERNANDES DA SILVA OLIVEIRA RODRIGUES**, matrícula n° 1451, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:05min	02.06.2026	R$ 30,00	Hemodialise
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	22h:00min	04.06.2026	R$ 30,00	Paciente realizou procedimento de hemodialise aguarda remoção
RGM – 0B71	Natal – RN	06h:00min	20h:00min	15.06.2026	R$ 60,00	Paciente foi realizar consulta
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	14h:30min	16h:30min	17.06.2026	R$ 30,00	Gestante 36s 2d, com queixa de cefaleia, dor e edema em MMII, segue par avaliação especializada
RGL – 1E20	Natal – RN	22h:00min	07h:00min	17.06.2026	R$ 60,00	Gestante encaminhada para o hospital Mariano Coelho em seguida regulada para natal MEJEC
OJW – 4H07	Natal – RN	14h:03min	23h:30min	21.06.2026	R$ 60,00	Segue para avaliação especializada
TSQ – 2B25	Natal – RN	14h:00min	22h:00min	24.06.2026	R$ 60,00	Paciente segue para atendimento de referência
RGL – 1E20	Natal – RN	14h:00min	22h:00min	27.06.2026	R$ 60,00	Remoção de paciente de alta hospitalar no Onofre Lopes
OJW – 4H07	Caicó – RN	10h:00min	21h:30min	26.06.2026	R$ 30,00	Autorização de remoção de paciente para avaliação em medico especializado

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:6A7847DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 065/2026 – SMS

Portaria nº 065/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e da outras providencias."

A Secretária Municipal Interina de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 0355/2025 de 26/06/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS DE MEDEIROS**, matrícula n° 178, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL – 1E20	Natal – RN	18h:15min	02h:00min	02.06.2026	R$ 60,00	Paciente sofreu queda de moto com lesão em punho encaminhada para avaliação
RGL – 2D27	Natal – RN	18h:00min	00h:10min	03.06.2026	R$ 60,00	Remoção de paciente para atendimento especializado
RGL – 1E20	Caicó – RN	07h:30min	13h:30min	03.06.2026	R$ 30,00	Paciente regulado pelo médico de plantão para atendimentos no Telicita
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	06h:15min	12h:00min	07.06.2026	R$ 30,00	Alta hospitalar
RGL – 1E20	Parnamirim – RN	12h:00min	16h:00min	08.06.2026	R$ 60,00	Paciente em PO em fémur
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	05h:30min	10h:30min	12.06.2026	R$ 30,00	Encaminhada para Santa Cruz já em trabalho de parto
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:00min	13.06.2026	R$ 30,00	Paciente internada nesta unidade ira realizar hemodialise
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	16h:00min	21h:30min	13.06.2026	R$ 30,00	Paciente liberada de hemodialise
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	14h:30min	16h:00min	18.06.2026	R$ 30,00	Gestante encaminhada para avaliação obstétrica
TSQ – 2B07	Santa Cruz – RN	06h:30min	16h:40min	20.06.2026	R$ 30,00	Paciente realizará hemodialise
TSV – 4D58	Natal – RN	16h:20min	23h:10min	22.06.2026	R$ 60,00	Alta hospitalar
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:00min	22.06.2026	R$ 30,00	Paciente irá realizar procedimento de hemodialise
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:20min	26.06.2026	R$ 30,00	Segue para hemodialise
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	16h:00min	23h:30min	26.06.2026	R$ 30,00	Segue para conduzir paciente para Caicó leito de UTI
RGL – 1E20	Caicó – RN	18h:30min	22h:30min	26.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente internado no hospital Telecita Freitas e que se encontra em alta hospitalar
RGI – 5A31	Natal – RN	06h:00min	18h:00min	30.06.2026	R$ 60,00	Remoção interno no hospital Giselda Trigueiro

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:E744C550

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 066/2026 – SMS

Portaria nº 066/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

A Secretária Municipal Interina de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 0355/2025 de 26.06.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **FRANCISCO LEONALDO DA SILVA**, matrícula nº 3581, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RQD – 7A38	Natal – RN	15h:15min	01h:18min	02.06.2026	R$ 60,00	Paciente de 42 anos epilética. Queixa-se de dor e edema em MIE, suspeita de trombose venosa encaminhada para avaliação obstétrica
OJW -4H07	Santa Cruz – RN	12h:20min	22h:31min	07.06.2026	R$ 30,00	Encaminhada para avaliação medica em serviço de referência em obstetrícia
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:12min	06.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente para hemodialise
RGL – 1E20	Natal – RN	15h:45min	23h:15min	14.06.2026	R$ 60,00	Puérpera de alta da maternidade Januário Cicco
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	21h:20min	17.06.2026	R$ 30,00	Realizar hemodialise
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:15min	16.06.2026	R$ 30,00	Paciente segue para realizar hemodialise
RGL – 2D27	Natal – RN	16h:31min	02h:50min	22.06.2026	R$ 60,00	Paciente para avaliação obstétrica na HUAB; após atendimento regulado para natal– MEJC
RGI – 5A31	Santa Cruz – RN	13h:00min	16h:15min	24.06.2026	R$ 30,00	Hemodialise
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	18h:35min	22h:16min	26.06.2026	R$ 30,00	Hemodialise
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	10h:40min	14h:10min	27.06.2026	R$ 30,00	Autorizado a remoção da paciente gestante com IG 41 g2 p1ao. Encaminhado para avaliação devido a pós-datismo
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	16h:17min	22h:18min	27.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente que foi para hemodialise
TSV – 4D58	Natal – RN	05h:00min	15h:37min	30.06.2026	R$ 60,00	Remoção de paciente oncológica para a liga

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:748E6290

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 067/2026 – SMS

Portaria nº 067/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providencias."

A Secretária Municipal interina de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 0355/2025 de 26/06/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **Gilmar Querino da Silva**, matrícula n° 3899, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL – 1E20	Natal – RN	06h:00min	18h:50min	01.06.2026	R$ 60,00	Atendimento ambulatorial com equipe de neuro cirurgia
TST – 0J87	Natal – RN	13h:15min	00h:20min	04.06.2026	R$ 60,00	Paciente com dor em MID. Após queda em bicicleta com edema. Encaminhado para avaliação
TSV – 4D58	Natal – RN	05h:40min	17h:20min	05.06.2026	R$ 60,00	Transportar paciente com lesão no braço referenciando ao hospital Walfredo Gurgel
TSV - 4D58	Natal – RN	06h:10min	16h:15min	16.06.2026	R$ 60,00	Paciente com relação de queimadura em região ocular há 03 dias provocado por fogos de artificio(chuveirinho) e encaminhado para avaliação no oftalmologista
TSV – 4D58	Natal – RN	04h:50min	16h:50min	26.06.2026	R$ 60,00	Paciente segue para realizar cateterismo
RQC – 4C41	Mossoró – RN	05h:40min	15h:45min	26.06.2026	R$ 60,00	Paciente para realizar histeroscopia

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:F0606A62

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 068.2026 – SMS

Portaria nº 068.2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providencias."

A Secretária Municipal interina de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 0355/2025 de 26/06/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **ITAMAR GUIMARÃES DOMINGOS**, matrícula n° 780, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL – 2D27	Natal – RN	10h:00min	16h:44min	04.06.2026	R$ 60,00	Paciente vítima de queda de moto com várias escoriações e cortes no punho e trauma no joelho encaminhada para avaliação
TSQ – 2B25	Santa Cruz – RN	06h:00min	16h:10min	06.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente para realizar hemodialise
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	18h:00min	21h:16min	06.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente de alta da hemodialise
RGL – 1E20	Natal – RN	13h:00min	21h:36min	12.06.2026	R$ 60,00	Paciente regulado de AVC
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	17h:00min	20h:00min	14.06.2026	R$ 30,00	Transportar puérpera de alta hospitalar
TSV – 4D58	Mossoró – RN	06h:17min	17h:12min	16.06.2026	R$ 60,00	Remoção de paciente de maca necessitado de remoção
QGV – 5E32	Caicó – RN	05h:00min	17h:35min	21.06.2026	R$ 30,00	Paciente para consulta e cirurgia no instituto de olhos do seridó em Caicó
TSV – 4D58	Parnamirim – RN	04h:30min	13h:18min	24.06.2026	R$ 60,00	Paciente com fratura no fémur ira para retorno
TSQ – 2B25	Santa Cruz – RN	06h:00min	13h:00min	27.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente para hemodialise
RGI – 5A31	Santa Cruz – RN	13h:40min	21h:48min	26.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente para hemodialise

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:E7B12CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 069/2026 – SMS

Portaria nº 069/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providencias."

A Secretária Municipal interina de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 0355/2025 de 26/06/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **ITAMAR MACEDO SOARES DE ARAUJO**, matrícula n° 3261, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
TSV – 4D58	Natal – RN	06h:00min	16h:40min	01.06.2026	R$ 60,00	Paciente oncológica para Cecan
TSV – 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	21h:40min	03.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente em hemodialise
RGI – 5A31	Santa Cruz – RN	18h:00min	22h:50min	05.06.2026	R$ 30,00	Remoção
TSV – 4D58	Santa Cruz - RN	13h:00min	21h:11min	06.06.2026	R$ 30,00	Paciente precisa de ir ao serviço de hemodialise em Santa Cruz
TSV – 4D58	Natal – RN	03h:00min	13h:10min	11.06.2026	R$ 60,00	Paciente gestante ira para consulta com insectologista
TSV – 4D58	Natal – RN	00h:31min	08h:00min	12.06.2026	R$ 60,00	Paciente regulado para o Maria Alice
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	13h:00min	21h:15min	16.06.2026	R$ 30,00	Paciente interna irá realizar hemodialise
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	18h:15min	21h:50min	22.06.2026	R$ 30,00	Paciente liberado do procedimento de hemodialise
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	08h:45min	16h:30min	22.06.2026	R$ 30,00	Gestante encaminhada para avaliação obstétrica

R GL – 1E20	Natal – RN	08h:00min	18h:20min	26.06.2026	R$ 60,00	Paciente acamada ira realizar ecocardiografia transtorácica

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:BEBA063E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 070/2026 – SMS

Portaria nº 070/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

A Secretária Municipal Interina de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 0355/2025 de 26.06.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **José Mariano de Medeiros**, matrícula nº 191, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL – 2D27	Caicó – RN	06h:40min	16h:40min	03.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente interna para Caicó
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	13h:30min	22h:40min	03.06.2026	R$ 30,00	Transportar paciente para serviço de hemodialise
TSV – 4D58	Santo Cruz – RN	10h:25min	18h:10min	08.06.2026	R$ 30,00	Paciente gestante encaminhada ao atendimento especializado em Santa Cruz
OJW – 4H07	Santa Cruz – RN	17h:00min	00h:20min	10.06.2026	R$ 30,00	Paciente encaminhada para avaliação obstétrica
RGL – 1E20	Santa Cruz – RN	07h:54min	11h:30min	11.06.2026	R$ 30,00	Gestante encaminhada para avaliação.
TSQ – 2B37	Natal – RN	13h:15min	20h:40min	11.06.2026	R$ 60,00	Paciente com corpo estranho no olho encaminhado para oftalmologista
RGL – 1E20	Natal – RN	21h:35min	04h:40min	11.06.2026	R$ 60,00	Gestante para avaliação obstétrica
TSV – 4D58	Caicó – RN	12h:40min	17h:25min	18.06.2026	R$ 30,00	Paciente acidente vascular cerebral
TST – 4D58	Santa Cruz – RN	06h:30min	13h:30min	23.06.2026	R$ 30,00	Gestante encaminhado para avaliação obstétrica
OJW – 4H07	Caicó – RN	06h:00min	11h:30min	28.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente, para a avaliação com o bucomaxilofacial no hospital Telicita Freitas
RGL – 2D27	Caicó – RN	20h:30min	00h:10min	28.06.2026	R$ 30,00	Encaminhado paciente acamado para o hospital Telicita Freitas para avaliação paciente apresentando quadro convulsivo

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:0A3B94C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 071/2026 – SMS

Portaria nº 071/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

A Secretária Municipal Interina de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 0355/2025 de 26.06.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **JOSAIR RAIMUNDO COSTA**, matrícula nº 183, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL – 2D27	Caicó – RN	10h:20min	15h:30min	06.06.2026	R$ 30,00	Remover paciente do HTFF em Caicó para UTI do Mariano Coelho
RGL – 2D27	Caicó – RN	00h:30min	04h:30min	06.06.2026	R$ 30,00	Avaliação obstétrica devido já ter iniciado o trabalho de parto

TSV 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	22h:00min	10.06.2026	R$ 30,00	Paciente irá realizar procedimento de hemodialise
TSQ 2B25	Santa Cruz – RN	06h:30min	16h:50min	13.06.2026	R$ 30,00	Hemodialise
RGL 1E20	Caicó – RN	11h:00min	15h:55min	15.06.2026	R$ 30,00	Paciente irá realizar um eco doppler
RGI 5A31	Santa Cruz – RN	18h:00min	23h:30min	21.06.2026	R$ 30,00	Segue para avaliação
RGL 1E20	Caicó – RN	06h:00min	14h:00min	22.06.2026	R$ 30,00	Viagem lotada na SMS
RGL 2D27	Santa Cruz – RN	23h:00min	05h:30min	24.06.2026	R$ 30,00	Avaliação obstétrica
TSV 4D58	Caicó – RN	14h:30min	20h:50min	27.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente vítima de queda de bicicleta causando trauma na face, encaminhada para avaliação de bucomaxilo
OJW 4H07	Natal – RN	04h:30min	17h:50min	30.06.2026	R$ 60,00	Encaminhado para serviço de referência
OJW 4H07	Santa Cruz – RN	16h:30min	23h:45min	30.06.2026	R$ 30,00	Remoção de paciente gestante com 33s e 5dias GIIIPIIAO e 3cm de dilatação da dor em baixo ventre irradiando para lombar. Encaminhado para avaliação obstétrica

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:2B2057D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 072/2026 – SMS

Portaria nº 072/2026 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

A Secretária Municipal Interina de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 0355/2025 de 26.06.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **LAVOSIER SANTOS DE SOUZA**, matrícula nº 671, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
OJW 4H07	Santa Cruz – RN	17h:46min	21h:45min	01.06.2026	R$ 30,00	Paciente liberado do procedimento de hemodialise
OJW 4H07	Santa Cruz – RN	13h:00min	17h:45min	01.06.2026	R$ 30,00	Paciente ira realizar procedimento de hemodialise, trazer uma gestante
TSQ 2B37	Santa Cruz – RN	08h:30min	17h:00min	04.06.2026	R$ 30,00	Transporte de paciente de hemodialise.
OJW 4H07	Natal - RN	11h:20min	18h:50min	05.06.2026	R$ 60,00	Pegar paciente de alta hospitalar
RGL 2D27	Natal – RN	08h:00min	16h:30min	10.06.2026	R$ 60,00	Paciente vítima de acidente automobilístico com fratura em pé. Encaminhado para avaliação ortopédica
TSV 4D58	Santa Cruz – RN	13h:00min	22h:00min	15.06.2026	R$ 30,00	Paciente irá realizar hemodialise
TSQ 2B37	Natal – RN	08h:30min	16h:30min	16.06.2026	R$ 60,00	Transporte de paciente para consultas especializadas
RGL 2D27	Santa Cruz – RN	17h:00min	22h:00min	16.06.2026	R$ 30,00	Remoção do paciente gestante com dor em baixo ventre para avaliação
TST – 0J87	Natal – RN	06h:00min	17h:00min	20.06.2026	R$ 60,00	Encaminhada paciente para avaliação especializada no Walfredo Gurgel
RGL 1E20	Natal – RN	06h:00min	17h:00min	30.06.2026	R$ 60,00	Paciente acamada irá realizar eco doppler vascular periférico venoso
RGL 1E20	Santa Cruz – RN	16h:30min	23h:55min	30.06.2026	R$30,00	Remoção de paciente com IG 26s ,01, g2p1ao. Parto Cesário há 7 anos sem perda de líquido ausência de sangramento ou contenção uterina encaminhada para avaliação obstétrica

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.
Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Assinado Eletronicamente)
MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:81770B98

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026 - PRÊMIO JOÃO BATISTA MARTINS DE FOMENTO À CULTURA, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural torna público para conhecimento dos interessados o resultado preliminar da etapa de habilitação do Edital de Chamada Pública nº 006/2026 - Prêmio de Fomento à Cultura, com recursos da PNAB no município de Lajes/RN ao mesmo tempo que avisa que o período de interposição de Recursos para a etapa de habilitação compreende os dias úteis entre 31 de julho à 04 de agosto de 2026, das 9h às 13h na SECULT – Secretaria Municipal de Cultura, localizada na rua Ponta de Serra, nº 70, bairro São Judas Tadeu.

CATEGORIA	NOME DO PROJETO/PROPONENTE	DOCUMENTO	SITUAÇÃO
Prêmio individual de Reconhecimento de Referência Cultural para espaços afro-brasileiros e de cultura gospel	Conjunto As Déboras - José Vandércio Santiago dos Santos	###.###./0001-##	Habilitado
Prêmio individual de Reconhecimento de Referência Cultural para espaços afro-brasileiros e de cultura gospel	Centro Espírita José Pelintra - Leandro Oliveira de Carvalho	###.###..294-##	Habilitado
Prêmio individual de Reconhecimento de Referência Cultural para espaços afro-brasileiros e de cultura gospel	Tenda Espírita Umbanda Xangô Kao - Heriberto Cícero de Moura	###.###..504-##	Habilitado
Prêmio individual de Reconhecimento de Referência Cultural para espaços afro-brasileiros e de cultura gospel	Nova Geração - Emily Micaelly C. Nascimento	###.###..674-##	Habilitado
Prêmio individual de Reconhecimento de Referência Cultural para espaços afro-brasileiros e de cultura gospel	Tenda Reis Malunguinho - Emanuel Bezerra da Silva	###.###.564-##	Habilitado
Prêmio Individual de Música	Iara Isabelly - Iara Isabelly de Albuquerque Vieira	###.###.384-##	Habilitado
Prêmio Individual de Música	Alisson Felipe de Oliveira Santos	###.###.634-##	Habilitado
Prêmio Individual de Música	Alessandro Bota Pressão - José Alessandro da Silva	###.###..854-##	Habilitado
Prêmio Individual de Música	Ivanzinho Gomes - Gessivan Gomes Leiros	###.###..404-##	Habilitado
Prêmio Individual de Música	Felipe Pegada Top - Felipe David Felisberto da Silva	###.###..734-##	Habilitado
Prêmio Individual de Música	Adorador Alan Xavier - Alan Gustavo Xavier das Chagas	###.###.704-##	Habilitado
Prêmio Individual de artesanato	Fazendo Arte com palha - José Leandro de Souza	###.###.554-##	Habilitado
Prêmio Individual de artesanato	Arte da Nilda - Francisca Alenilda da Silva	###.###..924-##	Habilitado - cotas
Prêmio Individual de artesanato	Pérolas Artesanais - Dalvanira Quirino da Silva e Silva	###.###..064-##	Habilitado
Prêmio Individual de artesanato	Maria Rosimar da Silva	###.###.374-##	Habilitado
Prêmio Individual de artesanato	Josefa Cassiano da Silva	###.###.234-##	Habilitado
Prêmio Individual de artesanato	Mãos que constroem fitas e fios em sonhos - Edivânia de Lima Silva	###.###.604-##	Habilitado
Prêmio Individual de artesanato	Artes da Célia - Célia Maria dos Santos	###.###..654-##	Habilitado
Prêmio Individual de Teatro	Teatro – Rubens Adrano Fernandes Silva	###.###.874-##	Habilitado
Prêmio Individual de Teatro	Teatro - Maria Isabelli Silva Fernandes	###.###.594-##	Habilitado
Prêmio Individual de Dança	Passos Ungidos - Marcos Laurentino da Silva	###.###..764-##	Não Habilitado
Prêmio Individual de Dança	Brilho Negro - Maria Silvana da Silva	###.###.304-##	Habilitado
Prêmio Individual de artes visuais	Rogério Adriano Fernandes	###.###..244-##	Habilitado
Prêmio Individual de Livro, leitura e literatura	Francisca Ivonete Barbalho de Andrade	###.###..254-##	Habilitado
Prêmio de Reconhecimento de Referência Cultural para grupo de Banda Marcial	Banda Marcial Juraci Soares - Alysson Sena de Lima Silva	###.###..064-##	Habilitado
Prêmio de Reconhecimento de Referência Cultural para grupo de Banda Filarmônica	Filarmônica 03 de Dezembro - Francisco Adriano de Assis	###.###..834-##	Habilitado

Lajes/RN, 29 de julho de 2026.

COMISSÃO AVALIADORA INSTITUÍDA PELA PORTARIA 245/2026

Presidente:
LAÍLSON NASCIMENTO DA SILVA -
CPF: ###.657.###-##

Membro:
FÁBIO LUIS DE SOUZA FERNANDES -
CPF: ###.606. ###-##

Membro:
RAIANE KARLA DA SILVA LAURENTINO -
CPF: ###.088. ###-##

Suplentes:

VÉRCIA NATÁLIA AVELINO DA SILVA –
CPF: ###.575.###-##

LUIZ FELIPE DA SILVA LIMA -
CPF: ###.340.###-##

VIÊNIO LEONARDO DA SILVA –
CPF: ###.889.###-##

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:C101A2B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANTONIMAR AMORIN CARLOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela base legal Dispensável, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo nº:	072301			
b) Licitação nº:	072301			
c) Modalidade:	Dispensa			
d) Data de Homologação:	03/08/2026			
f) Objeto da Licitação :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PERTENCENTES ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN			

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor:	35.662.667/0001-34 - SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA				
Qtd. Itens:	54	**Média Desconto(%):**	-	**Total:**	104.554,33

Item	Descrição	Marca	UN	Qtd.	Vl. Unitário	Vl. Total
1	Serviço com reposição de pçs em autoclave de mesa de 21L , troca das resistências, sensor de temperatura, reparo na plc	Serviço	UND	16,00	250,00	4.000,00
2	Serviço com reposição de peças em Agitador de Kline Benfe	Serviço	UND	3,00	50,00	150,00
3	Serviço com reposição de peças em amalgamador, com trocas das peças e reparo na placa	Serviço	UND	10,00	150,00	1.500,00
4	Serviço com reposição de peças em aparelho de pressão, com troca de braçadeira, manguito, pera, válvula e manometro	Serviço	UND	15,00	15,00	225,00
5	Serviço com reposição de peças em aparelho de Raio-X odontológica, com troca da placa cabeçote	Serviço	UND	5,00	700,00	3.500,00
6	Serviço com reposição de peças em Balança Pediátrica digital Welmy	Serviço	UND	10,00	120,00	1.200,00
7	Serviço com reposição de peças em Banho Maria	Serviço	UND	3,00	100,00	300,00
8	Serviço com reposição de peças em Bioplus Bio	Serviço	UND	5,00	790,00	3.950,00
9	Serviço com reposição de peças em cadeira, odontológica, revisão geral nos sistemas hidraulicos, eletricos e pneumáticos	Serviço	UND	20,00	250,00	5.000,00
10	Serviço com reposição de peças em caneta de alta rotação, com troca dos rolamentos e engrenagem	Serviço	UND	20,00	120,00	2.400,00
11	Serviço com reposição de peças em caneta de contra ângulo, com troca dos rolamentos e engrenagem	Serviço	UND	20,00	120,00	2.400,00
12	Serviço com reposição de peças em caneta de micro motor, com troca dos rolamentos e engrenagem.	Serviço	UND	20,00	120,00	2.400,00
13	Serviço com reposição de peças em compressor de ar, com troca das ligações, reparo no motor, biela e filtro	Serviço	UND	20,00	250,00	5.000,00
14	Serviço com reposição de peças em Contador de celulas sanguineas kaci	Serviço	UND	3,00	120,00	360,00
15	Serviço com reposição de peças em Destilador de água cristofoli	Serviço	UND	5,00	130,00	650,00
16	Serviço com reposição de peças em Detector Fetal, com troca da placa e transdutor	Serviço	UND	15,00	150,00	2.250,00
17	Serviço com reposição de peças em estetoscopios, com troca de olivas, membrana e hastes	Serviço	UND	15,00	22,00	330,00
18	Serviço com reposição de peças em fotopolimerizador, com troca da led, reparo na placa e troca da fonte	Serviço	UND	10,00	120,00	1.200,00
19	Serviço com reposição de peças em Glicosímetro	Serviço	UND	10,00	24,00	240,00
20	Serviço com reposição de peças em Homogenizador Sanguineo	Serviço	UND	3,00	130,00	390,00
21	Serviço com reposição de peças em Laringoscopios	Serviço	UND	10,00	130,00	1.300,00
22	Serviço com reposição de peças em Microscópio	Serviço	UND	4,00	200,00	800,00
23	Serviço com reposição de peças em Multiplo marcador de tempo	Serviço	UND	3,00	150,00	450,00
24	Serviço com reposição de peças em Nebolizador	Serviço	UND	10,00	110,00	1.100,00
25	Serviço com reposição de peças em Otoscopios	Serviço	UND	10,00	70,00	700,00
26	Serviço com reposição de peças em seladora, com troca da resistência	Serviço	UND	10,00	99,00	990,00
27	Serviço com reposição de peças em SONAR	Serviço	UND	3,00	200,00	600,00
	Total de Itens por Fornecedor: 27	**Total por Fornecedor:**				**43.385,00**
Total Geral						**43.385,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Dotação(ões):

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito
Mat.1239

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:8AA7574A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 214, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

DECRETO Nº 214, de 29 de Junho de 2026.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, constante no inciso I do art. 6º da Lei Municipal nº 2859/2025, de 12 de Dezembro de 2025;
CONSIDERANDO o superávit financeiro da fonte 2700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 313.369,88 (trezentos e treze mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o superávit financeiro da fonte 2700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, em igual valor, conforme discriminado no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Junho de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**313.369,88**
07 .001 Sec. Munic.de Assist. Social, Trab. Hab. e Esporte					**313.369,88**
	1130 Construção de Galpão Industrial Apoio á Inclusão Produtiva				**313.369,88**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	27000000	0001	313.369,88

ANEXO II - SUPERÁVIT FINANCEIRO 2025		
FONTE 2700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		
1 -SALDO BANCÁRIO		
CONTA		SALDO BANCÁRIO R$
CC 31.228-2		2.873.835,93
TOTAL		**2.873.835,93**
2 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS/NÃO PROCESSADOS		
DISCRIMINAÇÃO		**VALOR R$**
2.1 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (2.1.1+2.1.2)		-
2.1.1-EXERCÍCIOS ANTERIORES		-
2.1.2-EXERCÍCIO 2025		-
2.2 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (2.2.1+2.2.2)		-
2.2.1-EXERCÍCIOS ANTERIORES		-
2.2.2-EXERCÍCIO 2025		-
TOTAL (2.1+2.2)		-
3 - RETENÇÕES A PAGAR		
CONTA	**FONTE**	**VALOR R$**
		-
TOTAL		-
RESUMO		
4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO		
		VALOR R$
1-SALDO BANCÁRIO		**2.873.835,93**
2-RESTOS A PAGAR PROCESSADO/NÃO PROCESSADOS		-
3-RETENÇÕES		-
4-SUPERÁVIT (1-2-3)		**2.873.835,93**
5 - ANULAÇÃO DE RP's NÃO PROCESSADOS		
6 - SUPERÁVIT UTILIZADO		**1.743.980,14**
6.1-DECRETO 128/2026-Março/2026		684.822,59
6.2-DECRETO 188/2026-Maio/2026		745.787,67
6.3-DECRETO 214/2026-Junho/2026		313.369,88
7 - SUPERÁVIT À UTILIZAR (4+5-6):		**1.129.855,79**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:57DF2D81

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 237, DE 21 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 237, de 21 de Julho de 2026.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 1/2026 QUE TRATA SOBRE O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DO EXERCÍCIO 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 2859/2025 de 12 de Dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do Orçamento 2026 para cumprimento de Políticas Públicas voltadas para a população;

DECRETA:
Art. 1º - Fica INCLUSO, ao Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD do orçamento 2026, o(s) acréscimo(s) descritos no ANEXO I deste decreto.

Art. 2º - Para fazer face a inclusão descrita no artigo 1º será reduzida do Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD 2026, as fontes de recurso descrita(s) no ANEXO II deste decreto:
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Julho de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**31.500,00**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**31.500,00**
	2044 Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura				**31.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	31.500,00
Anexo II (Redução)					**31.500,00**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**31.500,00**
	2049 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré Escola				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	10.000,00
	2092 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%				**9.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	9.500,00
	2170 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche				**12.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	12.000,00

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:DC93B8DD

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA 04/2026 – GS

Portaria 04/2026 – GS

Homologa resultado final, referente às propostas submetidas ao Edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais e Edital 02/2026 – Edital de Chamamento para Credenciamento de Artesãos, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no município Parelhas/RN e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Parelhas, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Homologar resultado final da Avaliação de Mérito Cultural, após fase de recursos, referente ao Edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais e Edital 02/2026 – Edital de Chamamento para Credenciamento de Artesãos, Lei 14.399/2022, Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, Ciclo 2.

Art. 2º - Incluir na avaliação, o portfolio do proponente Manoel Dantas de Maria Neto, Categoria C – literatura e avaliar o projeto Auto de São Sebastião, Categoria F – espetáculo de Rua, apresentado por Matheus Geannini Caldas Dantas, não inclusos na avaliação, por questões técnicas;

Art. 3º - Remanejar o valor de 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) do Edital 02/2026 -Edital de Chamamento para Credenciamento de Artesãos e complementar o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) de rendimentos, para ampliação de uma vaga na categoria G – Produções Audiovisual e uma vaga na categoria C – Literatura, em acordo com o item 2.7 do edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais, considerando pontuação na ordem decrescente e disponibilidade de recurso;

Art. 4º - Atribuir o resultado para selecionados (projetos convocados pra fase de habilitação), suplentes (projetos classificados por ordem decrescente), desclassificados (projetos que não atingiram a pontuação de corte), recursos deferidos (quando a comissão acata a argumentação do requerente) e recursos indeferidos (quando a comissão rejeita o recurso do requerente);

Art. 5º - Convocar os projetos selecionados para o envio de documentos de habilitação descritos nos itens 12 ou 13, do edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais e item 10 edital 02/2026 – Edital de Chamamento para Credenciamento de Artesãos, exclusivamente pelo e-mail labparelhas26@gmail.com, no período de 05 a 10 de agosto de 2026.

Art. 6º - Abrir prazo de 3 dias úteis, exclusivamente para o proponente Matheus Geaninni Caldas Dantas, projeto Auto de São Sebastião 2027, Categoria F – Espetáculo de Rua, para interposição de recurso, pelo e-mail labparelhas26@gmail.com.

Art. 7º - Considerar cronograma dos editais, definido pela portaria 03/2026, de 23 de julho de 2026, a seguir:
05 a 10 de agosto de 2026 – (Envio do dos documentos de habilitação)
11 a 17 de agosto de 2026 – (Análise dos documentos de habilitação e diligencias)
18 de agosto de 2026 – (Resultado provisório da habilitação)
19 a 21 de agosto de 2026 – (Interposição de recursos a fase de habilitação)
24 a 27 de agosto de 2026 – (Análise de recurso)
28 de agosto de 2026 – (Divulgação do resultado final)
31 de agosto a 04 de setembro de 2026 – (Informes de contas e elaboração Assinatura do Termo de Premiação Cultural e Termo de Credenciamento)
05 a 14 de setembro de 2026 – (Convocação para Assinatura do Termo de Premiação Cultural e Termo de Credenciamento)
21 de setembro a 30 de outubro de 2026 – (Realização de pagamentos)

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parelhas/RN, 04 de agosto de 2026.

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

RESULTADO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA
EDITAL 01/2026 – FOMENTO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

CATEOGRIA A – TEATRO

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Coletivo Grupo de Teatro Sonhos - Matheus Giannini Caldas Dantas	***.683.45*-**	YVY – Reestruturação E Fortalecimento	45,0	DEFERIDO	Selecionado

CATEGORIA B - MÚSICA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Viviana Souza de Oliveira	***.397.38*-**	Vivi Doll Canta O Seridó	71,5	Não apresentou recurso	Selecionado
2	Lyncon Santos do Nascimento	***.541.63*-**	Oficina de Embolada: Do Pandeiro a Poesia	71,3	Não apresentou recurso	Selecionado
3	Adelange Santos de Azevedo	***.211.91*-**	Adelange Canta Memórias	68,2	Não apresentou recurso	Selecionado
4	Aysha Evelyn Azevedo dos Santos	***.363.61*-**	Entre Vozes e Instrumentos: Uma Jornada Musical por Diferentes Culturas	68,0	Não apresentou recurso	Selecionado
5	Odirlei Enedino do Nascimento	***.498.94*-**	Baile do Leley	62,8	Não apresentou recurso	Selecionado
6	Robson Ramos dos Santos Azevedo Junior	***.481.96*-**	Forró no Quilombo	55,8	Não apresentou recurso	Selecionado
7	Sigberto Felix de Souza	***.740.90*-**	Música ao Entardecer	54,0	Não apresentou recurso	Selecionado
8	Pablo Rodrigues Sousa	***.527.52*-**	Vozes da Praça - Música, Cultura e Oportunidade	53,3	Não apresentou recurso	Selecionado
9	João José de Lima Neto	***.379.82*-**	Netinho Lima – Parelhas Canta 100 Anos	51,0	Não apresentou recurso	Suplente
10	Hélio Viturino Da Silva	***.775.06*-**	Álbum Musical "As Vozes dos que Ficaram: Sonetos, Poemas, Canções e Memórias do Sertão"	49,5	INDEFERIDO	Suplente
11	Simário Syllas Silva Tavares	***.179.42*-**	Canções da Memória: Música, Histórias e Afeto para a Melhor Idade	47,9	Não apresentou recurso	Suplente
12	Cleyton de Oliveira Pinheiro	***.596.72*-**	Cleyton Pinheiro Acústico	47,9	Não apresentou recurso	Suplente
13	Thiago Olímpio de Macedo	***.113.88*-**	Backline Cultura Parelhas – Estrutura para Fortalecimento dos Artistas Locais de Parelhas/RN	29,0	Não apresentou recurso	Desclassificado
14	Eduardo de Souza Santos	***.708.05*-**	Eduardo Manara Resgatando Origens Nordestina Através da Música	19,0	Não apresentou recurso	Desclassificado

CATEGORIA C - LITERATURA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Helena Francisca Meira	***.122.33*-**	Ciranda Literária	78,8	Não apresentou recurso	Selecionado
2	Herculys Gabriel de Oliveira França	***.552.98*-**	No Fundo Do Poço: O Cordel Na Boca Do Povo	77,5	Não apresentou recurso	Selecionado
3	Josivan Alves Pereira	***.535.72*-**	O Baú do Pequeno Príncipe	53,0	Não apresentou recurso	Selecionado
4	Manoel Dantas de Maria Neto	***.940.81*-**	Encontrando a Poesia	52,7	DEFERIDO	Selecionado
5	Maria Aparecida Freire	***.426.36*.**	Saberes da Caatinga: A Continuidade da Medicina Popular Sertaneja	52,0	Não apresentou recurso	Suplente
6	Maria das Graças Silva Oliveira	***.417.66*-**	Tesouros da Parelhense: Sabores que o tempo guardou	48,5	Não apresentou recurso	Suplente

CATEGORIA D - FILARMÔNICA, ORQUESTRA, FANFARRA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Associação Da Filarmônica Onze De Fevereiro Da Cidade De Parelhas/RN-AFOF	**.*55.857/000*-**	O Centenário e a Centenária	71,0	Não apresentou recurso	Selecionado
2	Maria Angelita da Silva Dias (COOEPAR)	***.933.79*-**	Ecos do Futuro	40,0	Não apresentou recurso	Selecionado

CATEGORIA E – GRUPO JUNINO

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Associação Brasileirinhos Sensação Nordestina - ABSN	**.*55.857/000*-**	Junina Sensação Nordestina 2026	40,0	Não apresentou recurso	Selecionado

CATEGORIA F - ESPETÁCULO DE RUA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Matheus Geaninni Caldas Dantas	***.683.45*-**	Auto de São Sebastião 2027	85,2	DEFERIDO	Selecionado
2	Maria da Glória Lima	***.367.94*-**	Brilha Parelhas: Cantata Natalina 5° Edição	77,5	DEFERIDO	Selecionado
3	Daniel Francisco da Silva	***.196.81*-**	Encontro de Poetas na Zona Rural	74,3	Não apresentou recurso	Suplente
4	Ana Lura da Silva Araújo	***.832.32*-**	Ballet na Rua: Arte Clássica na Periferia.	59,5	INDEFERIDO	Suplente
5	Mariclécia Bezerra De Araújo	***.654.34*-**	A Festa do Encontro	46,9	INDEFERIDO	Suplente

CATEGORIA G - PRODUÇÕES AUDIOVISUAL

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Alcides Prazeres Filho	***.188.36*-**	Produção do Videoclipe "Quem Sou Eu?"	67,9	INDEFERIDO	Selecionado
2	Alexandre Luiz do Nascimento - MorganaMatarazo	***.458.38*-**	Medo	65,0	INDEFERIDO	Selecionado
3	Thiago Christofany Pereira Franco	***.443.49*-**	CineLab Patrimonial	61,5	Não apresentou recurso	Selecionado
4	Ronaldo de Lima	***.446.20*-**	Parelhas: Memória viva de um Povo	57,1	INDEFERIDO	Suplente

5	Elison Araujo Pereira de Castro	***.898.69*-**	Patrimônio em Canção: Registro Audiovisual do Hino de Parelhas	54,5	Não apresentou recurso	Suplente
6	Jocielio de Oliveira Pereira	***.800.08*-**	Curta Parelhas Festival de Cinema – Lab Audiovisual Boa Vista dos Negros	51,2	Não apresentou recurso	Suplente

CATEGORIA H – ARTES VISUAIS

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Wilde Reusa de Azevedo Nascimento Silva	***.955.11*-**	Ateliê Aberto à Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros Continuação	71,0	Não apresentou recurso	Selecionado
2	André Marcos de Souza Araújo	***.369.78*-**	Arte com propósito – Cultura e Raízes	55,0	Não apresentou recurso	Selecionado
3	Sulamir Jênice de Figuerêdo Santos	***.529.57*-**	Fios da Cultura: Formação em Arte Têxtil para Crianças e Adolescentes	51,0	Não apresentou recurso	Selecionado

RESULTADO FINAL – COTAS PESSOAS PRETAS E PARDAS – CATEGORIA B - MÚSICA
EDITAL 01/2026 – FOMENTO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RECURSO	RESULTADO
1	Emanuel Nascimento Alves	***.353.54*-**	Emanuel em Sax Nostálgico	52,8	Não apresentou recurso	Selecionado
2	Fabiana da Silva Azevedo	***.035.57*-**	Música e Cultura para Todos.	48,0	Não apresentou recurso	Selecionado

RESULTADO FINAL – AMPLA COMCORRÊNCIA
EDITAL 02/2026 – CREDENCIAMENTO

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	PONTUAÇÃO TOTAL	RERCURSO	RESULTADO
1	Maria José de Souza Araujo	***.403.51*-**	Exposição e comercialização de artesanato tradicional e sustentável; Mostra cultural "Arte, Memória e Sustentabilidade".	72,0	INDEFERIDO	Selecionado
2	Iara Santiago De Arruda	***.007.48*-**	Participação em exposição/feira de artesanato – mostruário de bonecas de pano	61,0	Não apresentou recurso	Selecionado
3	Marinara dos Santos	***.503.24*-**	Participação em feiras de artesanato promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Prefeitura Municipal de Parelhas; Produção de artesanatos para exposição	54,0	Não apresentou recurso	Selecionado
4	Adriana dos Santos Silva	***.381.06*-**	Exposição de artesanato	52,5	DEFERIDO	Selecionada
5	Kesia Alves Garcia	***.833.694*-**	Exposição de artesanato	52,0	Não apresentou recurso	Selecionado
6	Edleide Cordeiro de Figueiredo Santos	***.881.91*-**	Exposição em Feiras	47,0	Não apresentou recurso	Selecionado
7	Kelly Alves Garcia	***.042.77*-**	Exposição de Artesanato	44,5	DEFERIDO	Selecionada
8	Inácio de Assis Santos	***.413.98*-**	Exposição de artesanato	43,0	Não apresentou recurso	Selecionado
9	Terezinha Celsa de Oliveira Souza	***.398.40*-**	Exposição de artesanato e oficina	40,5	Não apresentou recurso	Selecionado
10	Ozileide de Souza Paz	***.970.66*-**	Participação em exposição/feira de artesanato – mostruário de peças em crochê; Produção de peças em crochê.	40,0	DEFERIDO	Selecionada
11	Maria José Barbosa da Silva	***.188.15*-**	Exposição de artesanato	26,0	Não apresentou recurso	Desclassificado
12	José Homero Nóbrega de Sá	***.311.70*-**	Exposição de artesanato e Oficina	23,0	Não apresentou recurso	Desclassificado
13	Josenildo Fernades	***.259.91*-**	Produção de vassouras ecológicas; Exposição de produto em feira; Doação para instituições	21,0	Não apresentou recurso	Desclassificado
14	Mágnus Kely José de Azevedo	***.061.61*-**	Sem Informação	21,0	INDEFERIDO	Desclassificado

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:4B0CED87

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030801/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030801/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece FR COMERICO E SERVIÇO/50719967000104
Valor Contratado
R$:

595.537,1200

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt.	Vr. Total
			Item				**R$**	**R$**
1	18644	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO.	ESPECIAL COM FERMENTO, EMBALADA EM SACOS TRANS41ENT ES, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMEN TE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃ O, PROCEDÊNCIA , INFORMAÇÕE S NUTRICIONAI S, NuMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 70 (SETENTA) DIAS A 41TIR DA DATA DE ENTREGA. DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. PCT 01 KG.	primor	KG	476,00	6,40	3.046,40
7	21123	-BISCOITO TIPO CREAM CRACKER	pacote com 400g.	marilan	PCT	1.500,00	6,50	9.750,00
10	21278	-CREME DE LEITE	caixa com 200G.	damares	UND	1.304,00	3,24	4.224,96
11	21284	-FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO	farina	KG	476,00	4,79	2.280,04
15	21307	-ORÉGANO	pacote com 100G	casa do temepro	PCT	164,00	5,89	965,96
17	30846	. ABACAXI	Tipo perola com 70% de maturação, sem danificações físicas, casca integra.	in natura	KG	500,00	11,50	5.750,00
26	22618	.MACAXEIRA	MACAXEIRA	in natura	KG	260,00	9,09	2.363,40
33	26565	AÇAFRÃO	integro sem irregularidades no produto, cheiro e aroma caracteristico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade minima de 6 meses . unidade de 50g	casa do tempero	UND	1.504,00	6,68	10.046,72
35	65	AÇUCAR CRISTALIZADO COR BRANCA PACOTE	acondicionado em sacos plásticos de 1Kg, cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem de polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	ecoçuca	KG	2.800,00	4,89	13.692,00
36	21296	ADOÇANTE LIQUIDO	frasco com 100ML.	sadio	FRC	96,00	5,79	555,84
38	21121	ARROZ BRANCO	pacote com 1kg.	kika	PCT	1.000,00	5,98	5.980,00
49	36559	CARNE BOVINA PRIMEIRA SEM OSSO.	CARNE BOVINA PRIMEIRA SEM OSSO	bonfim	UND	1.800,00	33,99	61.182,00
50	24544	Carne de charque 1kg	Carne de charque 1kg	caico	PCT	600,00	31,14	18.684,00
51	24545	Carne de Costela 1kg	Carne de Costela 1kg	bonfim	KG	1.280,00	34,99	44.787,20
52	21274	CARNE FRESCA	de primeira qualidade.	bonfim	KG	1.500,00	33,99	50.985,00
53	32681	Carne moída bovina, do tipo acém,	Carne moída bovina, do tipo acém, congelada, proveniente de animais, sem osso, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Deverá estar livre de sinais de descongelame nto, excesso de gordura, água ou cartilagem, sem apresentar coloração arroxeada, acinzentada ou esverdeada, sem odores fortes e isenta de parasitas, sujeiras, larvas ou quaisquer substâncias contaminantes . A carne deverá conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagem e ossos. O produto deverá	bonfim	KG	1.500,00	38,99	58.485,00

			ser acondicionado a vácuo em filme de polietileno de alta densidade, atóxica, transparente, não violada e resistente, com peças de peso líquido de 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do					
			produto, número do registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Selo Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SEIPOA) ou Selo de Inspeção Federal (SIF), seguindo as portarias e normativos do Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura, DIPOA n.º 304 de 22/04/1996 e n.º 145 de 22/04/1998, da Resolução da ANVISA n.º 105 de 19/05/1999. Prazo de validade, máximo, de 3 (três) meses, a contar da data de empacotament o e entrega, deverá ser transportada em veículos isotérmicos de acordo com as normas técnicas da ANVISA.					
58	21130	CHÁ SABOR CANELA	pacote com 120g.	marata	PCT	1.064,00	7,10	7.554,40
59	21131	CHÁ SABOR CIDREIRA	pacote com 120g.	marata	PCT	1.064,00	7,09	7.543,76
65	27180	ERVILHA PACOTE 500 G	ERVILHA PACOTE 500 G	fujini	UND	600,00	5,49	3.294,00
68	21286	FEIJÃO PRETO	pacote com 1 kg.	kero mais	KG	80,00	6,68	534,32
72	16383	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO ...	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNE O ...	itambe	UND	1.000,00	10,94	10.940,00
73	21276	LINGUIÇA CALABRESA	defumada.	parma	KG	272,00	39,40	10.716,80
74	21292	LINGUIÇA DE FRANGO	LINGUIÇA DE FRANGO	bragança	KG	800,00	19,69	15.752,00
76	24558	Manteiga da terra garrafa de 500g	Manteiga da terra garrafa de 500g	caico	LT	344,00	27,89	9.594,16
78	21139	MARGARINA	tamanho: 500G.	primor	UND	4.744,00	5,89	27.942,16
80	21140	MILHO PARA PIPOCA	pacote com 500G.	tuguesa	PCT	420,00	4,49	1.885,80
83	26993	OVOS DE GALINHA BANDEJA COM 30	OVOS DE GALINHA BANDEJA COM 30	granja almeida	Ban	800,00	22,50	18.000,00
86	36541	Peito de frango	Sem osso	itabom	KG	1.200,00	25,90	31.080,00
90	26150	POLPA DE ABACAXI	POLPA DE ABACAXI	dfrut	KG	800,00	7,99	6.392,00
91	26149	POLPA DE ACEROLA	POLPA DE ACEROLA	dfrut	KG	800,00	12,99	10.392,00
92	27688	POLPA DE CAJÁ	POLPA DE CAJÁ	dfrut	KG	800,00	8,95	7.160,00
94	26154	POLPA DE CAJU	POLPA DE CAJU	dfrut	KG	800,00	13,99	11.192,00
95	21145	POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA	pacote com 1KG.	dfrut	KG	2.160,00	5,92	12.787,20
96	21146	POLPA DE FRUTA SABOR MANGA	pacote com 1KG.	dfrut	KG	1.000,00	7,99	7.990,00
97	21148	POLPA DE FRUTA SABOR MARACUJÁ	pacote com 1KG.	dfrut	KG	1.000,00	26,15	26.150,00
100	36540	Queijo Mussarela	Fatiado, separados em emagalagens com 1kg	caico	KG	340,00	47,00	15.980,00
101	21297	RAPADURA	600 gramas.	indaia	UND	240,00	11,99	2.877,60
102	11990	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ- 2L	REFRIGERANT E SABOR GUARANÁ- 2L	indaia	UND	404,00	8,99	3.631,96
105	27179	REFRIGERANTE SABOR UVA 2 LT	REFRIGERANT E SABOR UVA 2 LT	indaia	LT	404,00	8,99	3.631,96
107	32746	Repolho branco,	Repolho branco, cabeças fechadas, de boa qualidade, sem ferimentos, firmes, sem manchas, apresentando sabor e odor característicos do alimento, isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos ou mecânicos	in natura	UND	240,00	13,49	3.237,60
			oriundos do manuseio e transporte. O produto deverá ser transportado conforme as normas técnicas da ANVISA, com as especificações estabelecidas na Resolução nº 12/1978 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.					
111	27182	SALSICHA PACOTE 5KG	SALSICHA PACOTE 5KG	a vivar	UND	400,00	40,00	16.000,00
112	32754	TEMEPRO EDU GUEDES	O tempero natural Edu Gudes deverá ser composto por ingredientes frescos e naturais, como ervas (salsinha, alho, cebola, orégano), azeite de	casa do tempero	PCT	1.528,00	5,16	7.884,48

			oliva extra virgem, vinagre e sal, sem conservantes ou aditivos artificiais. A mistura deve ter um equilíbrio entre os ingredientes, com sabor e aroma característicos. A embalagem deve ser hermética, com informações claras sobre composição, peso e validade. O produto deverá ter validade mínima de 6 meses e ser produzido					

			conforme as normas sanitárias da ANVISA. Deve ser fornecido em embalagens de 100g , com transporte adequado para garantir sua qualidade.					
113	32755	TEMPERO ANA MARIA BRAGA	O tempero natural Ana Maria Braga deverá ser composto por ingredientes naturais e frescos, como ervas (salsinha, alho, cebola, orégano), sal, azeite e vinagre, sem aditivos ou conservantes artificiais. A mistura deve ser balanceada, com sabor e aroma autênticos. A embalagem deve ser adequada para preservação, com identificação clara dos ingredientes, peso e data de validade. O produto deve ter validade mínima de 6 meses e ser produzido conforme normas sanitárias da ANVISA. Deve ser fornecido em embalagens de 100g , com transporte adequado para garantir sua integridade.	casa do tempero	PCT	1.528,00	7,55	11.536,40
114	32753	TEMPERO CHIMICHURRI	O tempero natural	casa do tempero	PCT	1.528,00	7,25	11.078,00

			chimichurri deverá ser composto por ingredientes frescos e naturais, como salsinha, alho, orégano, vinagre de vinho ou maçã, azeite de oliva extra virgem, sal e pimenta. A mistura deve ser equilibrada, com proporções adequadas de ervas, azeite e vinagre. A embalagem deve ser hermeticamen te fechada, com informações claras sobre ingredientes, validade e peso. O produto deve ser livre de conservantes e aditivos artificiais, com validade mínima de 6 meses. Deve atender às normas sanitárias da ANVISA, garantindo qualidade e segurança. O fornecimento será em embalagens de 100g					

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou

entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não

ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FR COMERICO E SERVIÇO
50719967000104
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:518B6731

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030802/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030802/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS/70321492000100
Valor Contratado R$: 153.602,8800

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
6	21157	-BANANA PACOVAN	separadas em embalagens com 1KG.	DA TERRA	KG	6.676,00	6,80	45.396,80
14	21165	-MELANCIA	MELANCIA	DA TERRA	KG	1.384,00	4,04	5.591,36
20	30851	.BATATA DOCE.	deve estar limpa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, de pragas e doenças, íntegra, sem rachaduras e perfurações	DA TERRA	KG	680,00	8,76	5.956,80
22	30854	.CEBOLA BRANCA.	de primeira, com casca protetora, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo e com ausência de sujidade	DA TERRA	KG	800,00	13,70	10.960,00
25	30857	.GOIABA.	Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimen to. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	DA TERRA	KG	500,00	8,90	4.450,00
27	30860	.MAMÃO.	Tipo formosa com 70% de maturação. Sem danificações físicas, casca integra. Com cor, sabor e aroma característicos da espécie. Isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. Peso e tamanho padrão.	DA TERRA	KG	500,00	5,20	2.600,00
28	30861	.MANGA.	Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimen to. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão.	DA TERRA	KG	800,00	8,90	7.120,00
29	30862	.MELÃO.	fruto de 1ª qualidade, fresco, fruto com maturação adequada ao consumo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido, isento d enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, livre de resíduos de fertilizantes, devendo ser transportado de forma adequada.	DA TERRA	KG	500,00	5,10	2.550,00
30	22630	.PIMENTÃO VERDE	PIMENTÃO VERDE	DA TERRA	KG	1.064,00	14,10	15.002,40
32	22632	.TOMATE	TOMATE	DA TERRA	KG	800,00	15,20	12.160,00
54	26143	CEBOLINHA	CEBOLINHA	DA TERRA	KG	1.528,00	4,59	7.013,52
55	32712	Cenoura,	Cenoura, in natura, limpa, de primeira qualidade, graúdas, lisa, firme e intacta, apresentando cor, sabor e odor característicos do alimento, isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte. O produto deverá ser transportado conforme as normas técnicas da ANVISA, com as especificações estabelecidas na Resolução nº 12/1978 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.	DA TERRA	KG	500,00	14,80	7.400,00
61	28724	CHUCHU –	in natura, de tamanho médio, de primeira, inteiro, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme	DA TERRA	UND	220,00	9,70	2.134,00
77	21164	MARACUJÁ	MARACUJÁ	DA TERRA	KG	1.040,00	13,80	14.352,00
87	28741	PIMENTA DE CHEIRO- -	- in natura, de tamanho médio, de primeira, inteiro, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme.	DA TERRA	UND	200,00	13,00	2.600,00
108	14358	REPOLHO DE PRIMEIRA ROXO.	REPOLHO DE PRIMEIRA ROXO.	DA TERRA	KG	240,00	13,90	3.336,00
116	28920	UVA VERDE FRESCA	UVA VERDE FRESCA, LIVRE DE RESÍDUOS - KG	DA TERRA	KG	200,00	24,90	4.980,00

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS
70321492000100
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:A7E6AFB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030803/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030803/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA/24594947000136
Valor Contratado
R$:

59.117,6000

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt.	Vr. Total
			Item				**R$**	**R$**
3	32095	- LEITE CONDENSADO	LEITE CONDENSADO 395g	MOCOCA	UND	260,00	5,80	1.508,00
8	21124	-BISCOITO TIPO MAIZENA	PACOTE COM 400g.	ESTRELA	PCT	1.300,00	6,18	8.034,00
23	28532	.FARINHA DE MANDIOCA.	produto obtido pela moagem da mandioca, não poderão estar úmidos ou rançosos. Embalagem de 1 kg. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega	BELO GRÃO	KG	500,00	6,00	3.000,00
39	21168	BALAS SORTIDAS	PACOTE COM 1KG.	SANTA RITA	KG	280,00	17,00	4.760,00
48	3513	CALDO DE GALINHA.	CALDO DE GALINHA.	MAGGI	UND	300,00	21,00	6.300,00
56	21300	CEREAL INFANTIL EM PÓ	de arroz, pacote com 230G.	NUTRILO R	PCT	400,00	7,20	2.880,00
62	24542	Colorífico de urucum em pó pct 500g	Colorífico de urucum em pó pct 500g	DONA CLARA	PCT	444,00	6,50	2.886,00
67	24552	Fécula de Mandioca 1kg	Fécula de Mandioca 1kg	LOPES	KG	904,00	6,90	6.237,60
71	24553	Iorgute pct de 1 litro	Iorgute pct de 1 litro	SANTO ESPEDIT O	LT	1.912,00	7,00	13.384,00
81	27181	MILHO VERDE PACOTE 500G	MILHO VERDE PACOTE 500G	FUGINI	UND	1.200,00	4,40	5.280,00
103	11991	REFRIGERANTE SABOR LARANJA-2L	REFRIGERANT E SABOR LARANJA-2L	VIVER	UND	404,00	6,00	2.424,00
106	11989	REFRIGERANTE- SABOR COLA- 2L	REFRIGERANT E-SABOR COLA- 2L	VIVER	UND	404,00	6,00	2.424,00

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva

alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e

demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA
24594947000136
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:0EE5ABEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030804/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030804/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s),

atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401/32352800000168
Valor Contratado
R$:

107.228,2400

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt.	Vr. Total
			Item				**R$**	**R$**
2	24850	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE 50G	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE 50G	PROPRIA	UND	20.104,00	0,56	11.258,24
4	32161	- MINI SALGADOS VARIADOS.	- MINI SALGADOS VARIADOS.	PROPRIA	CEN	300,00	48,50	14.550,00
16	21177	-PÃO DE QUEIJO	PÃO DE QUEIJO	PROPRIA	UND	8.104,00	1,65	13.371,60
44	21125	BOLO AMANTEIGADO	em média 300 a 400g, data de fabricação, data de validade, produzido com no maximo 5 dias.	PROPRIA	UND	600,00	25,65	15.390,00
45	28715	BOLO DE LEITE -	- Bolo in natura, a base de farinha de trigo, ovos, leite, açúcar . Sem conservantes, com boa aparência. Prazo de validade de 1 dia a partir da data de fabricação.	PROPRIA	UND	600,00	24,45	14.670,00
46	21171	BOLOS EM SABORES DIVERSOS.	pesando em média de 300 a 400g, data de fabricação e data de validade, com no maximo 3 dias de produção.	PROPRIA	UND	600,00	25,00	15.000,00
84	21166	PÃO FRANCES	PÃO FRANCES	PROPRIA	KG	1.000,00	11,00	11.000,00
85	32737	Pão, tipo carteira,	Pão, tipo carteira, tamanho médio, superfície lisa, macia, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Ingredientes: composto apenas de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento biológico. O pão não deverá conter adição de conservantes, gordura hidrogenada, trans ou açúcar. Acondicionado em papel adequado ou embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem e prazo de validade de 48h após a produção e peso líquido de 50 g.	PROPRIA	UND	14.620,00	0,82	11.988,40

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a

execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante

comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401
32352800000168
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:0072E9A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030804/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030804/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401/32352800000168
Valor Contratado
R$:

107.228,2400

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt.	Vr. Total
			Item				**R$**	**R$**
2	24850	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE 50G	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE 50G	PROPRIA	UND	20.104,00	0,56	11.258,24
4	32161	- MINI SALGADOS VARIADOS.	- MINI SALGADOS VARIADOS.	PROPRIA	CEN	300,00	48,50	14.550,00
16	21177	-PÃO DE QUEIJO	PÃO DE QUEIJO	PROPRIA	UND	8.104,00	1,65	13.371,60
44	21125	BOLO AMANTEIGADO	em média 300 a 400g, data de fabricação, data de validade, produzido com no maximo 5 dias.	PROPRIA	UND	600,00	25,65	15.390,00
45	28715	BOLO DE LEITE -	- Bolo in natura, a base de farinha de trigo, ovos, leite, açúcar . Sem conservantes, com boa aparência. Prazo de validade de 1 dia a partir da data de fabricação.	PROPRIA	UND	600,00	24,45	14.670,00
46	21171	BOLOS EM SABORES DIVERSOS.	pesando em média de 300 a 400g, data de fabricação e data de validade, com no maximo 3 dias de produção.	PROPRIA	UND	600,00	25,00	15.000,00
84	21166	PÃO FRANCES	PÃO FRANCES	PROPRIA	KG	1.000,00	11,00	11.000,00
85	32737	Pão, tipo carteira,	Pão, tipo carteira, tamanho médio, superfície lisa, macia, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Ingredientes: composto apenas de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento biológico. O pão não deverá conter adição de conservantes, gordura hidrogenada, trans ou açúcar. Acondicionado em papel adequado ou embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem e prazo de validade de 48h após a produção e peso líquido de 50 g.	PROPRIA	UND	14.620,00	0,82	11.988,40

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a

execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante

comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401
32352800000168
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:48D5B2D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030805/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030805/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece MIRAGEM ATACAREJO LTDA/11939808000155
Valor Contratado
R$:

161.778,4800

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt.	Vr. Total
			Item				**R$**	**R$**
5	21122	-ARROZ PARBOLIZADO	pacote com 1kg.	FAZEND A	PCT	1.200,00	3,81	4.572,00
9	21128	-CAFÉ TORRADO E MOÍDO	pacote com 250g.	SUPREM O	PCT	2.000,00	10,71	21.420,00
12	21137	-LEITE EM PÓ INTEGRAL	pacote com 400G.	AURORA	PCT	824,00	19,02	15.672,48
18	30849	.ALHO.	deve apresentar as características de cultivo bem definidas, estar fisiologicamen te desenvolvido, não lenhoso, bem formado, limpo, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, de praga e doenças, isento de substâncias nocivas à saúde, unidades grandes, íntegros, frescos e limpos	IN NATURA	KG	272,00	14,93	4.060,96
21	30852	.BATATA INGLESA.	deve apresentar as características de cultivo bem definidas, estar fisiologicamen te desenvolvida, não lenhosa, bem formada, limpa, com coloração amarelada uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, de pragas e doenças, isenta de substâncias nocivas à saúde, unidades grandes, íntegras, frescas, sem rachaduras e perfurações. Deverão obedecer à legislação de alimentos vigente, observando as boas práticas de cultivo. Embalagem primária	IN NATURA	KG	600,00	15,95	9.570,00
24	30855	.FEIJÃO CARIOCA.	in natura, novo, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, claro, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, acondicionado s em embalagens plásticas de 1kg, polietileno transparente. Prazo de validade de no mínimo de 08 meses da data de cada entrega	MARAVIL HOSO	KG	800,00	7,19	5.752,00
31	22614	.QUEIJO COALHO	QUEIJO COALHO	COOPAU	KG	240,00	41,98	10.075,20

34	18517	ACHOCOLATADO INSTANTÂNEO;	Pacotes de 400 gramas, alimento achocolatado em pó, com nome de fabricante, ingredientes: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante, lectina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes	ITALAC	PCT	624,00	6,61	4.124,64
40	20265	BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE 1KG	BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE 1KG	CHOCOM AIS	UND	200,00	37,89	7.578,00

43	21170	BOLACHAS AMANTEIGADAS	pacote com 250G.	OESTE MASSAS	PCT	824,00	6,62	5.454,88
57	21129	CHÁ SABOR CAMOMILA	pacote com 120g.	MARATÁ	PCT	1.064,00	3,60	3.830,40
60	21132	CHÁ SABOR ERVA-DOCE	pacote com 120g.	MARATÁ	PCT	1.064,00	3,74	3.979,36
63	21295	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO.	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO.	LAR	KG	416,00	7,51	3.124,16
66	24547	Extrato de tomate pct de 340g	Extrato de tomate pct de 340g	FUGINI	PCT	620,00	4,36	2.703,20
69	24551	Flocos de Milho pct 500g	Flocos de Milho pct 500g	SÃO BRAS	KG	10.000,00	2,61	26.100,00
75	15056	MAIONESE TRADICIONAL 500G..	MAIONESE TRADICIONAL 500G..	ARISCO	UND	220,00	6,36	1.399,20
79	21301	MILHO PARA MUNGUNZÁ	PACOTE COM 500G	DONA CLARA	PCT	1.064,00	2,80	2.979,20
82	21141	OLEO DE SOJA	garrafa com 900ML.	ABC	GRF	344,00	7,74	2.662,56
88	24569	Pimenta de reino em pó pct 100g	Pimenta de reino em pó pct 100g	PILÃO	PCT	236,00	7,17	1.692,12
89	21178	PIRULITO	Pacote com 50 unidades.	SAMITO	PCT	424,00	21,80	9.243,20
98	21150	PRESUNTO COZIDO	emgalagens separadas com 1KG.	PERDIGÃ O	KG	336,00	23,90	8.030,40
104	27178	REFRIGERANTE SABOR LIMAO 2 LT	REFRIGERANT E SABOR LIMAO 2 LT	REFRI	LT	404,00	5,88	2.375,52
109	18511	SAL REFINADO IODADO;	Peso líquido de 1Kg, sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamen te e limpo. A embalagem deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e	MASTER	KG	192,00	1,32	253,44

			peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.					
115	26735	UVA ROXA SEM SEMENTE	UVA ROXA SEM SEMENTE	IN NATURA	KG	300,00	15,74	4.722,00
117	24575	Vinagre 750ml	Vinagre 750ml	SADIO	UND	236,00	1,71	403,56

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade

gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MIRAGEM ATACAREJO LTDA
11939808000155
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:C19BFC56

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030806/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030806/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações,

eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornece SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA/70046685000192
Valor Contratado
R$:

111.625,7200

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt.	Vr. Total
			Item				**R$**	**R$**
13	21138	-MACARRÃO TIPO ESPAGUETE.	pacote com 500G.	BOM SABOR	PCT	6.892,00	4,28	29.497,76
19	30850	.ARROZ VERMELHO.	classe longo fino, tipo 1. Peso liquido 1 kg por pacote. Embalagem de plástico transparente e intacta, com rótulo contendo as informações nutricionais, prazo de validade e lote. Data de fabricação recente, com validade mínima de 8 meses a contar da data de entrega.	BRENOL	KG	596,00	7,73	4.607,08
41	36542	Batata-Palha	900g	AMARELI NHA	PCT	312,00	25,00	7.800,00
64	15156	DOCE DE GOIABA	DOCE DE GOIABA	REGINA	UND	1.072,00	6,49	6.957,28
70	14445	FRANGO INTEIRO DE PRIMEIRA QUALIDADE CONGELADO.	FRANGO INTEIRO DE PRIMEIRA QUALIDADE CONGELADO.	FERREIR A	KG	1.440,00	33,50	48.240,00
93	26151	POLPA DE CAJARANA	POLPA DE CAJARANA	SABOR DA SERRA	KG	800,00	14,00	11.200,00
99	21298	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA	pacote com 400G,	SORA	PCT	184,00	6,65	1.223,60
110	25834	SALGADINHO DE MILHO TIPO PIPOCA 25G	SALGADINHO DE MILHO TIPO PIPOCA 25G	KIGAROT O	UND	2.000,00	1,05	2.100,00

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/08/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou

entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não

ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/08/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA
70046685000192
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:1C906DD6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 041/2026 – PMR

EXTRATO DO CONTRATO N° 041/2026 – PMR
Processo Administrativo n° 054/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.364.655/0001-50.

Contratada: BPC ENERGIA, INFRAESTRUTURA E CARBONO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 14.811.273/0001-20, sediada à Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1.560, Sala 1607, Bairro Umarizal, Belém/PA, CEP 66.055-200.

Objeto: contratação de serviços comuns de engenharia, compreendendo a elaboração de estudos de viabilidade, projetos executivos, fornecimento, instalação, operação, manutenção e demais serviços relacionados aos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica.

Valores, descrições e quantidades:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade (KWP)	Valor Unitário (R$/KWL)	Valor Total (R$/KWL)
01	FORNECIMENTO & INSTALAÇÃO (COM ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE, PROJETOS EXECUTIVOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS/INSUMOS E MÃO DE OBRA) DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO (EM COBERTURA OU SOLO).	Serviço	380	R$ 6.390,91	R$ 2.428.545,80
02	OPERAÇÃO & MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO PARA O PERIODO DE 12 MESES. (EM COBERTURA SOLO)	Serviço	380	R$ 212,75	R$ 80.845,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 02 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade: 01 - SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO
Proj/Ativ: 04.122.0003.2007.0000 - MAN.DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, para Estados, Distrito Federal e Municípios – Garantia de FPE/FPM – Contrato nº. 0650816-26

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 07 - SEC. MUN. DE OBRAS
Unidade: 01 - SEC. MUN. DE OBRAS
Proj/Ativ: 15.451.0008.1003.0000 - IMPL.E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA E RENOVÁVEL
Categoria: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES
F.R: Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, para Estados, Distrito Federal e Municípios – Garantia de FPE/FPM – Contrato nº. 0650816-26

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 07 - SEC. MUN. DE OBRAS
Unidade: 01 - SEC. MUN. DE OBRAS
Proj/Ativ: 15.451.0008.1048.0000 - CONST.DE USINA SOLAR FOTOVOLTAICA
Categoria: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES; 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
F.R: Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, para Estados, Distrito Federal e Municípios – Garantia de FPE/FPM – Contrato nº. 0650816-26

VIGÊNCIA: 03/08/2026 à 03/08/2027.

LICITAÇÃO: adesão em 24,35% do Lote 01 (itens 01 e 02) da Ata de Registro de Preços nº 007/2026 pertencente a PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 86, § 2°, incisos: I, II e III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

ASSINATURAS:

Pela Contratante, JOÃO BASÍLIO NETO (Prefeito Municipal).

Pela Contratada, JOSE AURIZELIO BARBOSA.

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:49B04101

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

Processo Administrativo nº 20250204/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE NOMENCLATURA DE LOGRADOUROS E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL, DESTINADAS À IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, ORIENTAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA E DIRECIONAMENTO DO TRÂNSITO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO CONTRAN, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **PREVIEW PROMOCOES E EVENTOS LTDA**		
CNPJ: **09.584.060/0001-73**	Telefone: **7734298650**	Email:
Endereço: **R ARISTIDES LOBO, 627 ., LAGOA SECA, Natal/RN, CEP: 59022-210**		
Representante: **DORNBERGER NUNES FORTE** - CPF: **702.825.524-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0049156 - Placa de Sinalização Vertical de Regulamentação - com 60 cm largura x 80 cm de altura, plotagem em chapa galvanizada 1,2 mm confeccionadas e entregues com película GTP tipo I, em conformidade com a norma ABNT-NBR 14.644. Cores conforme CTB. Para uso urbano. Com poste para as placas em cano galvanizado com diâmetro de Ø 2 polegadas e 3,0 mm de espessura com 3,5 metros de altura com sistema antigiro, com parafusos e porcas para fixação da placa no poste, com tampa em PVC na parte superior. Instalação por conta da contratante.	PROPRIO	Unidade	300,000000	310,500	93.150,00

4	0049157 - Placa de Sinalização Vertical de Regulamentação de Vagas Reservadas - 45 cm largura x 75 cm altura, com plotagem em chapa galvanizada 1,2 mm confeccionadas e entregues com película GTP tipo I, em conformidade com a norma ABNT-NBR 14.644. Para uso urbano. Dimensões e cores em conformidade com a resolução 303/2008 do CONTRAN. Com poste para as placas de metal galvanizado com diâmetro de Ø 2 polegadas e 3,0 mm de espessura com 3,5 metros de altura, com sistema antigiro, com parafusos e porcas para fixação da placa no poste, com tampa em PVC na parte superior. Instalação por conta da contratante.	PROPRIO	Unidade	100,000000	246,000	24.600,00
5	0049158 - Placa de Sinalização Vertical de Regulamentação Circular - 50 cm de diâmetro, com plotagem em chapa galvanizada 1,2 mm, confeccionadas e entregues com película GTP tipo I, em conformidade com a norma ABNT-NBR 14.644. Cores: fundo branco, orla e tarja: vermelho, seta: preto, verso: preto fosco. Para uso urbano. Dimensões em conformidade com as resoluções 180/2005 e 160/2004 do CONTRAN. Com poste para as placas em cano galvanizado com diâmetro de Ø 2 polegadas e 3,0 mm de espessura com 3 metros de altura com sistema antigiro, com parafusos e porcas para fixação da placa no suporte, com tampa em PVC na parte superior. Sendo os diversos modelos determinados no Manual de Sinalização Vertical de Regulamentação – Volume I- CONTRAN. Instalação por conta da contratante.	PROPRIA	Unidade	500,000000	222,500	111.250,00
6	0049159 - Placa de Sinalização Vertical de Advertência Quadrada - 50 cm de diâmetro, com plotagem em chapa galvanizada 1,2 mm, confeccionadas e entregues com película GTP tipo I, em conformidade com a norma ABNT-NBR 14.644. Cores: fundo branco, orla e tarja: vermelho, seta: preto, verso: preto fosco. Para uso urbano. Dimensões em conformidade com as resoluções 180/2005 e 160/2004 do CONTRAN. Com poste para as placas em cano galvanizado com diâmetro de Ø 2 polegadas e 3,0 mm de espessura com 3 metros de altura com sistema antigiro, com parafusos e porcas para fixação da placa no suporte, com tampa em PVC na parte superior. Sendo os diversos modelos determinados no Manual de Sinalização Vertical de Advertência – Volume II- CONTRAN. Instalação por conta da contratante.	PROPRIA	Unidade	200,000000	220,000	44.000,00
7	0049160 - Placa de Sinalização de Direcionamento - com 100 cm largura x 60 cm de altura, plotagem em chapa galvanizada 1,2 mm confeccionadas e entregues com película GTP tipo I, em conformidade com a norma ABNT-NBR 14.644. Cores conforme CTB. Para uso urbano. Com poste para as placas em cano galvanizado duplo com diâmetro de Ø 2 polegadas e 3,0 mm de espessura com 1,5 metros de altura, com parafusos e porcas para fixação da placa nos postes, com tampa em PVC na parte superior. Instalação por conta da contratante.	PROPRIO	Unidade	100,000000	493,000	49.300,00

Importa a presente em R$ **322.300,00 (trezentos e vinte e dois mil e trezentos reais)**.
VIGÊNCIA: **29 de julho de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **29 de julho de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: PREVIEW PROMOCOES E EVENTOS LTDA. CNPJ de Nº 09.584.060/0001-73, DORNBERGER NUNES FORTE, CPF 702.825.524-72, cargo Representante, endereço R ARISTIDES LOBO, número 627, Bairro LAGOA SECA, Cidade Natal, CEP 59022-210, ESTADO RN.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:1F455B19

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

Processo Administrativo nº 20250204/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE NOMENCLATURA DE LOGRADOUROS E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL, DESTINADAS À IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, ORIENTAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA E DIRECIONAMENTO DO TRÂNSITO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO CONTRAN, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **ARTSTICKER COMUNICACAO VISUAL EIRELI**		
CNPJ: **35.210.098/0001-96**	Telefone: **7734298650**	Email:
Endereço: **Rua Padre Benedito Soares Costa, 72 , Centro, Vitória da Conquista/BA, CEP: 45000-170**		
Representante: **Iris Regina Lopes de Andrade** - CPF: **702.371.156-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0049154 - Placa de nomenclatura de rua - no padrão estabelecido pelo Município, duas unidades de 50 cm largura x 20 cm largura, chapa galvanizada 1,2 mm com identificação dos nomes das ruas em ambas as faces em adesivo vinil plotado com letras na cor branca, pintada em ambas as faces na cor padrão azul, letras brancas frente e verso, com poste de metal galvanizado com diâmetro de Ø 2 polegadas e 3,0 mm de espessura com 3 m de altura, com aletas antigiro soldadas na extremidade de baixo em 90°, e duas cantoneiras de fixação das placas na parte superior de 4 cm x 20 cm x 1,95 mm, e duas aletas de fixação para as duas placas na parte superior do poste, tudo fixado com as respectivos parafusos e porcas, com tampa em PVC na parte superior. Instalação por conta da contratante.	PRÓPRIA	Unidade	500,000000	220,000	110.000,00
2	0049155 - Placa de Sinalização Vertical de Regulamentação - Parada Obrigatória: Pare, (R-1) - octogonal com 25 cm de lado com plotagem em chapa galvanizada 1,2 mm, confeccionadas e entregues com película GTP tipo I, em conformidade com a norma ABNT-NBR 14.644. Fundo: vermelho refletivo, orla interna: branco refletivo, orla externa: vermelho refletivo, letras branco refletivo, verso preto fosco. Letras série D ou E, texto centralizado para uso urbano, dimensões em conformidade com as resoluções 180/2005 e 160/2004 do CONTRAN. Com suporte para as placas em cano galvanizado de Ø 2 polegadas com 3 m de comprimento com sistema antigiro, com parafusos e porcas para fixação da placa no suporte, com tampa em PVC na parte superior. Instalação por conta da contratante.	PRÓPRIA	Unidade	300,000000	249,000	74.700,00

Importa a presente em R$ **184.700,00 (cento e oitenta e quatro mil e setecentos reais)**.
VIGÊNCIA: **29 de julho de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **29 de julho de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: ARTSTICKER COMUNICACAO VISUAL EIRELI, CNPJ de Nº 35.210.098/0001-96, Iris Regina Lopes de Andrade, CPF 702.371.156-20, cargo Representante, endereço Rua Padre Benedito Soares Costa, número 72, Bairro Centro, Cidade Vitória da Conquista, CEP 45000-170, ESTADO BA.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:7C8C7285

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

A Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, sediada à Rua Manoel Americo de Carvalho, 56, Centro, Santana do Matos/RN, CEP 59520-000, Torna público que realizará licitação para Registro de Preços, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, LC Nº 123/06, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável e propor a homologação.

ÓRGÃO(s) INTERESSADO(s):	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer**
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	Dia 04/08/2026 – 08:00 (horário de Brasília).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO e ESCLARECIMENTO:	Dia 13/08/2026 – 23:59 (horário de Brasília).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	Dia 18/08/2026 – 08:59 (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	Dia 18/08/2026 – 09:00 (horário de Brasília).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO
ORÇAMENTO SIGILOSO	NÃO

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL:

DO OBJETO:
O objeto da presente licitação é **o REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
A licitação terá sua disputa tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência.

DO REGISTRO DE PREÇOS:
As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES:
HABILITAÇÃO JURÍDICA:
No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
Caso o licitante detentor do maior desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped
4.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, deverá comprovar que possui Capital Social ou Patrimônio Líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do item que estiver disputando, e em caso de ser os dois itens, será levado em consideração o somatório.
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do pregão – Comprovação mediante no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
O atestado de capacidade técnica deverá vir acompanhado da nota fiscal referente ao atestado de capacidade técnica apresentada, sendo vedado a apresentação de recibos (TCU. Acórdão 519/2025 – Plenário. Rel. Min. Benjamin Zymler).

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

DO CADASTRO DE RESERVA:
Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133/21.
A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

DAS CONDIÇÕES GERAIS DO EDITAL:

DO CREDENCIAMENTO:

O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br;**

O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:
Não poderão disputar esta licitação:

Os licitantes que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
Os licitantes que se enquadrem no Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/21.

Os atentes públicos de órgão ou da entidade licitante ou contratante, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão **pública**.
Conforme o Art. 58. Da lei nº 14.133 de 2021, no momento da apresentação da proposta será exigida a comprovação do recolhimento de quantia 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.
A exigência de garantia de proposta visa assegurar a seriedade das propostas apresentadas, desestimular a participação de licitantes que não tenham real interesse na contratação e proteger a Administração Pública contra desistências injustificadas;
A garantia da proposta, exigida, poderá ser prestada por qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021: I – Caução em dinheiro; II – Seguro Garantia; III – Fiança Bancária.
A garantia da proposta será exigida para validade até, no mínimo, 60 (sessenta) dias após a data da sessão pública da licitação, podendo ser devolvida após a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços pelo licitante vencedor.
No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
A falsidade da declaração de que trata os itens 8.3 ou 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Título IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:
O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
Marca de cada item ofertado, quando for o caso;
Fabricante de cada item ofertado, quando for o caso;
Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:
A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **10,00 (dez reais).**
O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.
Na fase de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.
Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO:
Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n° 8.429, de 1992.
Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a LC nº123/06.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
Se enquadrarem nos casos previstos no Art. 59, da Lei Federal nº 14.133/21.
No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Caso o **Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la**, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
Quando for o caso, será solicitado amostra(s) do primeiro classificado, assim, quando não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO:
Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por emitidos pela internet.
Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).
Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Em caso de apresentação incompleta dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá abrir diligência, no prazo máximo de 02 (duas) horas, para que a empresa sane a pendência detectada.
A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados no momento do cadastro da proposta.
Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DAS INTENSÕES E DOS RECURSOS:
A Intenção de recorrer no sistema, ocorrerá em dois momentos distintos, uma logo após a declaração de arrematantes no processo e a outra, após o término da fase de habilitação, não podendo o prazo ser inferior a 10 (dez) minutos, conforme previsão do Art. 165, §1°, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 40 da IN 73/2022.
A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará os prazos e a forma dispostos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: www.portaldecompraspublicas.com.br.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:
Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.
Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar diretamente no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)o pedido até 3 (três)dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.
A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
DA ASSINATURA DA ARP OU CONTRATO:
O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;
As normas a serem seguidas para aqueles convocados para a assinatura do instrumento contratual ou equivalente, são aquelas estabelecidas no Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura de Santana do Matos/RN.
O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
Os atos que não possam ser divulgados no Portal de Compras Públicas, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios do RN (FEMURN).
O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).
Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Minuta da ARP;
ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
ANEXO IV – Dados da Empresa.

Santana do Matos/RN, 03 de agosto de 2026

CLAYLTON ÂMGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1601/2026

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
O objeto do presente termo é instruir o processo administrativo visando à **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL**.
Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Nos casos de renovação de contrato, estes serão de acordo com a Lei 14.133/21, nos casos de contratação decorrente de Ata de Registro de Preços, a prorrogação do contrato observará os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, independentemente da vigência da ata que lhe deu origem.
ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVO E VALORES ESTIMADOS DOS BENS:

LOTE 1 – PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0001	**ACAFRAO:** pó fino, 100% puro, homogêneo, coloração amarelada intensa. Embalagem atóxica, pesando 50g, contendo identificação do fabricante, origem do produto, ingredientes, informação nutricional, alergênicos, lote, peso, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	300	8,13	2.439,00
0002	**ACUCAR COMUM** - tipo cristal: conter no mínimo 99,3 % de sacarose deverá ser fabricado de suco de cana, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas, detritos animais ou vegetais e material estranho. acondiçoando em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 1 kg, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade, deverá trazer a denominação açúcar, seguido do tipo e a classificação. apresentar cor, odor e sabor característicos.	KG	700	5,37	3.759,00

0003	**ADOCANTE DIETETICO (TIPO CULINARIO/PO)** - Adoçante dietético em pó, ideal para dietas de restrição de açúcares e para uso culinário (resistente ao calor). A base de edulcorantes artificiais ou naturais (ex: Sucralose, Stevia e/ou Acessulfame-K). Produto com zero ou baixas calorias, com alto poder adoçante, de fácil solubilidade, isento de sabor residual amargo. Não contem glúten. Acondicionado em embalagem atóxica (pote ou saco stand-up pouco), resistente, com fecho hermético ou tampa rosqueavel que preserve as características do produto. Peso liquido de 500g.	UN	10	9,09	90,90
0004	**ALIMENTO A BASE DE SOJA (LEITE DE SOJA) LÍQUIDO** - Bebida alimentícia/extrato de soja fluido, obtido a partir de grãos de soja selecionados. O produto deve ser isento de lactose, sem colesterol e constituir fonte de proteínas. Recomenda-se que seja enriquecido com vitaminas e minerais (ex: cálcio). O produto não deve apresentar alterações de cor, odor ou sabor característicos. Acondicionado em embalagem tipo longa vida (Tetra Pak ou similar), hermeticamente fechada, contendo 1.000 ml. A embalagem deve ser resistente e proteger o produto contra luz, ar e umidade, garantindo sua conservação. Não serão aceitas embalagens amassadas, estufadas, com furos ou vazamentos.	L	100	32,04	3.204,00
0005	**AMIDO DE MILHO**: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. Embalagem atóxica, pesando 500g, contendo identificação do fabricante, origem do produto, ingredientes, informação nutricional, alergênicos, lote, peso, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	UN	100	10,13	1.013,00
0006	**ARROZ BRANCO**: tipo 1, agulhinha acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico, contendo 1 kg, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	KG	1.300	8,23	10.699,00
0007	**ARROZ INTEGRAL**: longo fino, tipo integral. o produto não deverá apresentar grãos disformes, percentuais e impurezas (grãos queimados, pedras, carunchos), cheiro forte, intenso e não característico. Embalagem: deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes de 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	KG	100	7,16	716,00
0008	**ARROZ PARBOILIZADO**: tipo um, grupo: beneficiado, subgrupo: parboilizado, classe: longo fino, o produto não deve apresentar grãos disformes e impurezas (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos), cheiro forte, intenso e não característico, preparação dietética final inadequada empanamento. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente, atóxico.. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	KG	2.500	7,00	17.500,00
0009	**AVEIA EM FLOCOS:** flocos finos, deve apresentar coloração clara e grânulos soltos, ou seja, sem sinais de umidade e sujidades, livre de insetos, fungos e matéria terrosa. embalagem de 200g. a rotulagem deve conter indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	200	5,26	1.052,00
0010	**AZEITE DE OLIVA**: extra virgem, com acidez máxima de 0,8%, acondicionado em embalagem de vidro escuro ou enlatado, contendo 500 ml, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	GF	30	40,13	1.203,90
0011	**BISCOITO DOCE**: tipo Maria, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substancias permitidas. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente vedados com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, integra e resistente. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	500	7,23	3.615,00
0012	**BISCOITO SALGADO**: tipo cream-cracker, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, e demais substancias permitidas. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente vedados com no mínimo 400g e embalados em caixa de papelão limpa, integra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional número do lote, data de validade, quantidade do produto. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	500	6,39	3.195,00
0013	**CACAU EM PO NATURAL**: 100% cacau, não alcalino. embalagem 200g, de polietileno atóxico, sem aditivos químicos, sem adição de açúcar, livre de aromas artificiais, sem açúcar, livre de gordura trans, sem lactose, equivalente a marca "mãe terra" ou superior. Rotulagem contendo composição nutricional data de fabricação e lista de ingredientes. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	30	21,22	636,60
0014	**CHIMICHURRY**: tempero desidratado, embalagem com 500g. Ingredientes: alho, cebola, páprica, cebolinha, salsa, orégano, louro e mostarda. Sem pimenta, isento de glutamato monossódico e similares. Embalagem atóxica contendo identificação do fabricante, origem do produto, ingredientes, informação nutricional, alergênicos, lote, peso, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	200	10,65	2.130,00
0015	**COLORIFICO**: condimento colorífico em pó de primeira, constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no maximo10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Registro no MS. Embalagem de polietileno transparente, resistente, atóxica embalagem 100g. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Legislação: resolução - RDC n 276, de 22 de setembro de 2005. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	1.000	6,35	6.350,00
0016	**EXTRATO DE TOMATE**: o extrato de tomate deve conter apenas tomates selecionados, sal, açúcar, ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Embalagem sache de 350 g. embalagem primaria: embalagem apropriada em sache de plástico com capacidade para até 340 g. secundaria: fardo plástico resistente, lacrados, com capacidade para até 5 kg prazo de validade mínimo de 12 meses a contar a partir da data de entrega.	UN	600	5,80	3.480,00
0017	**FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO**. Produto obtido a partir da moagem do grão de trigo limpo, isento de matérias terrosas, parasitas, larvas e sujidades. Deverá apresentar coloração branca ou levemente amarelada, odor e sabor característicos, sem apresentar ranço ou fermentação. O produto deve estar acrescido de fermento químico em proporção adequada para panificação e ser obrigatoriamente enriquecido com Ferro e Acido Fólico, conforme legislações vigentes (RDC n 344/2002 da ANVISA). Embalagem: Embalagem pacote de 1 kg (ou 5 kg, dependendo da necessidade), constituída de material atóxico, resistente e inviolável, que preserve as características do produto. No rotulo devem constar de forma clara as informações nutricionais, lote, prazo de validade, data de fabricação, peso liquido, ingredientes, número de registro no órgão competente e dados do fabricante. Validade: O produto deverá apresentar prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses a contar da fabricação no momento da entrega	PACOT	100	9,60	960,00
0018	**FEIJAO CARIOCA**: tipo 1, grupo 1 não torrado. não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado A tipagem deverá ser de acordo	KG	400	8,21	3.284,00

	com a classificação da CIDASC. Acondicionada em embalagens de polietileno transparente, intacta, contendo 1 kg. com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.				
0019	**FEIJAO PRETO**: feijão classe preto, novo, tipo 1, grupo 1 não torrado. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. A tipagem devera ser de acordo com a classificação da CIDASC. Acondicionada em embalagens de polietileno transparente, intacta, contendo 1 kg. com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	400	8,36	3.344,00
0020	**FLOCOS DE MILHO**: amarela em flocos: grupo seca 1 qualidade: pacotes de 500g. O produto deverá ser fabricado a partir de matéria primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderá estar rançoso ou úmido, apresentando umidade máxima de 14% p/p, com acidez máxima de 2 p/p e no mínimo 1,5% p/p de protídeos. O produto e suas condições devem estar de acordo com a NTA 34 (normas técnicas para farinhas decreto 12.486, de 20/10/78). O produto deve estar acondicionado em embalagem primaria atóxica, resistente. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	4000	4,10	16.400,00
0021	**GOMA DE MANDIOCA**: preparo p/ tapioca fina, branca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio, isento de mofo, sujidades e de materiais estranhos a sua espécie. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico contendo 1 kg. a rotulagem deve conter: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	50	9,47	473,50
0022	**LEITE EM PO DESNATADO** - Obtido por desidratação do leite desnatado através de processos adequados. Teor de gordura de no máximo 1,5%. Embalagem de 400g. Deve ser enriquecido com vitaminas A e D (conforme exigência do edital). Prazo de validade mínimo de 12 meses na entrega.	PACOT	100	12,27	1.227,00
0023	**LEITE EM PO INTEGRAL**: o produto deve conter no mínimo 3,5% de gordura, enriquecido com vitamina A, C, D e ferro cor branca interior e sabor característico. Embalagem: acondicionada em embalagem resistente contendo 200g. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras, instantâneo as bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas (sem orifícios ou defeitos) que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor acido intenso ou problemas de vedação da embalagem. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	3000	10,25	30.750,00
0024	**LEITE EM PO SEM LACTOSE**: composição básica: leite em pó integral, enzima lactase, malto dextrina, sódio, cálcio, ferro, zinco, vitaminas A, D e C . Apresentando porção de 26g; 82 kcal, 15g de carboidratos (9,3 açúcares, 4,4g glicose, 4,3 de galactose, 0g lactose),), 4,7 g de proteínas, 4,9 g gorduras totais, 100 mg de sódio (na), 191 mg de cálcio. Fortificado com vitaminas: A, D e C. Com embalagens apropriadas de 200g. Informações nutricionais, nome do fabricante, n de lote, data de fabricação. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	200	28,01	5.602,00
0025	**MACARRAO INTEGRAL**: tipo espaguete integral especificação: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem plástica, transparente, resistente, bem vedada contendo 500 g, isento de qualquer SUBSTANCIA ESTRANHA OU NOCIVA. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	200	4,95	990,00
0026	**MACARRAO**: tipo espaguete, 1 qualidade, produto não fermentado obtido pelo amassamento da farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico da semolina ou sêmola do trigo enriquecida com ferro e ácido fólico com agua, adicionado de ovos e de outras substancias permitidas. O produto deve ser fabricado a partir de matérias primas são e limpo, isentas de matéria terrosa e de parasitas e deve apresentar teor máximo de umidade de 13%. O produto deverá ter a designação com ovos (com no mínimo 3 ovos por quilo). Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade a pressão dos dedos. o produto ao ser colocado em água não devera turva-la antes da cocção, não podendo estar rançoso o fermentado. O produto deve apresentar rendimento mínimo após o cozimento de 2 (duas) vezes a mais do peso antes da cocção e não deve apresentar deformações e nem quebras no seu formato, nem grandes quantidades de sólidos na água do cozimento. o sabor da massa crua deve ser agradável, levemente adocicado, típico de um produto bem elaborado. O produto e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 49 (normas técnicas para massas alimentícias ou macarrão – resolução – CNNPA nº 12, de 1978). O produto deve estar acondicionado em embalagem primária plástica, atóxica, transparente, intacta, resistente, de 400g, e embalagens secundárias de fardos plásticos, resistentes, termos soldados. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	3400	5,17	17.578,00
0027	**MANTEIGA DA TERRA**: com sal, de boa qualidade, de cor clara e uniforme, odor e sabor próprio, isento de mofos, bolores ou substancias estranhas, acondicionados em embalagem de 500 ml. Embalagem com identificação do produto, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente (SIF, SIE ou SIM). Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	UN	200	30,13	6.026,00
0028	**MARGARINA VEGETAL CREMOSA** - obtida a partir de óleos vegetais, água, sal e outros ingredientes permitidos. Consistência firme e textura macia, isenta de ranço, corantes artificiais e odores estranhos. Deve conter no mínimo 70% de lipídios (gorduras) e ser isenta de gorduras trans. Embalagem em pote plástico atóxico, resistente, com tampa e lacre de proteção, contendo peso liquido de 500g. O rotulo deve conter as informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no órgão competente. Validade mínima: O produto deverá apresentar validade de, no mínimo, 6 meses a partir da data de entrega no órgão.	POTE	50	12,22	611,00
0029	**MILHO VERDE EM CONSERVA**: a base de milho /água /sem açúcar, sal, conservantes, condicionado em embalagem contendo 280g ou 300g, com peso drenado de 200g, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de material estranho. Produto com no mínimo 12 meses de validade no momento da entrega.	LATA	265	4,90	1.298,50
0030	**OLEO DE SOJA**: óleo de soja refinado, 100% natural. Não poderá ser de origem transgênica. Acondicionado em recipiente (de lata, ou garrafa plástica transparente), contendo 900 ml, isento de mistura de outros óleos, ferrugem, amassamento, vazamento, volume insatisfatório e abaulamento, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação, validade e lote. Validade mínima de 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	350	10,83	3.790,50
0031	**OREGANO**: desidratado, constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio. Embalagem atóxica, pesando 10g, contendo identificação do fabricante, origem do produto, ingredientes, informação nutricional, alergênicos, lote, peso, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	70	9,73	681,10
0032	**PAO**: tipo hot dog, pesando 50g cada unidade, preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isentas de matérias terrosas e parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades de pães cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, peso liquido. Produto com no mínimo 05 (cinco) dias de validade no momento da entrega.	PACOT	500	19,18	9.590,00
0033	**SAL MARINHO IODADO REFINADO**: não deve apresentar sujidade, umidade,	KG	400	2,35	940,00

	misturas inadequadas ao produto. A embalagem deve estar intacta, acondicionada embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de 1 kg, e ter embalagem secundaria de rafia ou sacos de polietileno a embalagem deve conter: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente.				
0034	**TEMPERO DESIDRATADO (CEBOLA, ALHO E SALSA)**: em folha seca, de coloração verde pardacenta e branca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio, isento de glutamato monossódico e similares, de materiais estranhos a suas espécies. Embalagem atóxica, pesando 55g, contendo identificação do fabricante, origem do produto, ingredientes, informação nutricional, alergênicos, lote, peso, data de fabricação e validade. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	300	9,96	2.988,00
VALOR GLOBAL:					**R$ 167.617,00**

LOTE 2 – CARNES E FRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0001	**BEBIDA LACTEA**: sabor morango, com consistência cremosa, mistura homogêneo, isento de estufamento, mofo, sem precipitação ingredientes obrigatórios: leite pasteurizado; soro de queijo pasteurizado e desnatado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizante. Acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxico, contendo 900ml. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, validade, data de embalagem, peso liquido número do registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Produto com no mínimo 45 dias de validade no momento da entrega.	PACOT	1000	6,15	6.150,00
0002	**CARNE BOVINA MOÍDA** carne bovina refrigerada, corte paleta ou acém, com ate 10% de gordura, características organolépticas; aspecto próprio da espécie, não amolecida e nem pegajosa, com cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor características da espécie, sem gordura (percentual admitido de até 10% por pacote), sem cartilagens e nervos, isenta de vestígios de descongelamento. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, pesando 2 kg, embalagem secundaria de papelão devidamente identificada com o peso. As embalagens devem estar integras lacradas, sem água ou gelo em excesso e sem rachaduras ou furos. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n de registro em órgão competente (SIM S.I.E ou S.I.F), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorifico), de acordo com a legislação vigente. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	2300	38,91	89.493,00
0003	**CARNE BOVINA**: carne de primeira, refrigerada, corte coxão mole. Características organolépticas; aspecto próprio da espécie, não amolecida e nem pegajosa, com cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor características da espécie, sem gordura (percentual admitido de até 5% por peca), sem cartilagens e nervos, isenta de vestígios de descongelamento. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, pesando 2 kg. embalagem secundaria de papelão devidamente identificadas com o peso. As embalagens devem estar integras lacradas, sem água ou gelo e sem rachaduras ou furos. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n de registro em órgão competente (SIM S.I.E ou S.I.F), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorifico), de acordo com a legislação vigente. Não será aceito peça de carne pesando mais de 2kg. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	2500	41,97	104.925,00
0004	**CARNE DE SOL BOVINA (EM PECA)** - Carne bovina de primeira qualidade (tipo corte: Coxão Mole,), submetida a processo de salga e cura. Deverá apresentar aspecto firme, textura própria, coloração vermelho-cereja ou vermelho-intenso (sem manchas esverdeadas ou amareladas), odor e sabor característicos. O produto deve ser isento de excesso de gordura (limpa), cartilagens, nervos, substancias estranhas, sujidades, parasitas e larvas. Deve ser acondicionada em embalagem plástica transparente, resistente, atóxica e embalada a vácuo, garantindo a integridade até o momento do consumo. O transporte deve ser realizado em veículo refrigerado (resfriado entre 0C e 7C, ou congelado, dependendo da necessidade do edital)	KG	1100	46,33	50.963,00
0005	**CHARQUE:** ponta de agulha, sadio, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico. Isento de: coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, a vácuo, transparente e resistente, peso liquido de 1 Kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, lote, fabricação, valor nutricional, composição, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	300	34,51	10.353,00
0006	**COSTELA BOVINA**: Costela em tiras do dianteiro, produto congelado, de primeira qualidade, com tiras serradas de 06 cm a 08 cm, sem gordura (percentual admitido de até 5% por peca) características organolépticas; aspecto próprio da espécie, não amolecida e nem pegajosa, com cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor características da espécie, sem cartilagens e nervos, isenta de vestígios de descongelamento. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, peso liquido 2 kg. Embalagem secundaria de papelão devidamente identificada com o peso. As embalagens devem estar integras lacrada, sem água ou gelo e sem rachaduras ou furos. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n de registro em órgão competente (SIM S.I.E ou S.I.F), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorífico), de acordo com a legislação vigente. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	1500	24,33	36.495,00
0007	**FRANGO: FILE de PEITO** (sem osso, sem carcaça), congelado, limpo, provenientes de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração e odor característico. Isento de: coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, a vácuo, transparente e resistente, aproximadamente 2kg. Embalagem secundaria de papelão devidamente identificadas com o peso as embalagens devem estar integras lacrada, sem água ou gelo em excesso e sem rachaduras ou furos. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n de registro em órgão competente (SIM S.I.E ou S.I.F), procedência, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorifico), de acordo com a legislação vigente. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	3500	23,83	83.405,00
0008	**OVO DE GALINHA**: tipo branco, produto fresco de ave galinácea, tipo grande (50g), integro, tamanho uniforme e cor branca, proveniente de avicultor com inspeção oficial, cor, odor e sabor característico, casca lisa, pouco porosa, sem manchas ou sujidades, sem rachaduras, isento de podridão e fungos. A gema deve se apresentar translucida, firme, consistente, livre de defeito, ocupando a parte central do ovo e sem germe desenvolvido. A clara deve se apresentar transparente, densa, firme, espessa, límpida, sem manchas ou turvação e intactas. Acondicionados em bandejas, contendo 30 unidades, que devem vir em involucro de plástico transparente ou com tampa plástica (Poli (tereftalato de etileno) PET na cor cristal), incolor, atóxico e devidamente etiquetado. Na etiqueta e no estojo deverão conter no mínimo as seguintes informações: Denominação de venda, Classe e/ou Categoria, Tipo, Peso Liquido, Identificação da origem: (nome razão social) do fabricante ou produtor ou fracionador ou titular (proprietário) da marca, endereço completo, país de origem e município), CNPJ, Carimbo Oficial da inspeção (SIF ou SISBI ou SISP), número de registro do produto/rótulo no SIF ou SIE/SIM aderido ao SISBI ou no SISP, Prazo de validade,	BANDE	800	21,11	16.888,00

	identificação do lote (código chave precedido da letra "L" ou data de fabricação.				
0009	**POLPA DE FRUTA**: sabor acerola, congelada, sem adição de açúcar e similares, de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substancia contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso liquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, com especificações de ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	KG	1000	12,11	12.110,00
0010	**POLPA DE FRUTA**: sabor goiaba, congelada, sem adição de açúcar e similares, de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substancia contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso liquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, com especificações de ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega	KG	1000	12,33	12.330,00
0011	**POLPA DE FRUTA**: sabor manga, congelada, sem adição de açúcar e similares, de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substancia contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso liquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, com especificações de ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura. Produto com no mínimo 06 meses de validade no momento da entrega.	PACOT	1000	12,13	12.130,00
0012	**QUEIJO MUSSARELA FATIADO** Descrição: queijo tipo muçarela resfriado, fatiado, de origem de leite de vaca, coalho, sal e ingredientes pertinentes pela legislação, elaborado sob inspeção veterinária. Todo produto de origem animal devera ter sido submetido aos processos de inspeção prescritos no RIISPOA Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal Decreto n 30.691, de 29/03/1952. O produto deve apresentar características organolépticas próprias da espécie, não apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal com indícios de fermentação, acondicionado em embalagem que proteja de contaminações e assegure sua qualidade, com data de fabricação e validade impressas, de consistência semidura, rígida, cor branco-creme, homogenia, transportado em veículo fechado, isotérmico e resfriado, temperatura de 6 a 10C.	KG	150	45,30	6.795,00
VALOR GLOBAL:					**R$ 442.037,00**

LOTE 3 – FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0001	**ABACAXI**: de primeira qualidade, in natura, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo. Produto fresco, aroma, cor e sabor característico, com peso aproximado entre 1 kg a 1,5 kg por unidade, sem lesões provocadas por insetos, doenças e ação mecânica, devem ser integras, sem manchas, rupturas e/ou amassadas, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Acondicionadas em caixas plásticas, vazadas adequadamente higienizadas ou embalagens plásticas.	UN	3600	8,99	32.364,00
0002	**ALHO**: in natura, grupo branco, subgrupo nobre (de 5 a 20 bulbilhos graúdos e firmes por bulbo), tipo extra (número 6), com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo. Coloração uniforme e casca lisa. Isento de terra e outro material estranho, sujidades, pragas e insetos, lesões, odores estranhos e em estado de decomposição. Deverá ser acondicionado em caixa de papelão de 10 kg, contendo no rotulo ou etiqueta a identificação do responsável pelo produto, número do registro no Ministério da Agricultura e Reforma Agraria, Origem do Produto, Grupo, Subgrupo, Classe, Tipo, Peso Liquido e data do acondicionamento.	KG	350	34,22	11.977,00
0003	**BANANA**: in natura, variedade prata, de 1 qualidade, sem refugo, sem amadurecida, grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, devem apresentar formato padrão, com casca intacta, sem deformidades ou falhas, consistente, firme, sem partes moles e danificadas, coloração amarela, formato levemente curvado e sabor adocicado. Isenta de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição. Peso mínimo da unidade: 150g. Acondicionada em pencas integras de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Sem adesivo. Embaladas em caixas apropriadas para transporte, com proteção contra danos mecânicos, mantendo a integridade do produto. Não serão aceitas bananas provenientes da extremidade da penca ou que apresentem sinais de atrofiamento ou tamanho reduzido, essas bananas geralmente possuem qualidade inferior, com formato irregular e coloração inadequada, e não atendem aos padrões de qualidade exigidos para o fornecimento.	KG	2100	11,42	23.982,00
0004	**BATATA DOCE**: in natura, espécie doce, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo, tamanho uniforme, casca rosa escura, consistência firme e peso individual médio de 150g. Sem danos aparentes, rachaduras e pontos indicativos de germinação. Isenta de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição.	KG	600	5,55	3.330,00
0005	**BATATA INGLESA**: in natura, variedade inglesa, tipo HBT, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo, de coloração amarelada, consistência firme, casca lisa e lavada. Sem danos aparentes e pontos indicativos de germinação. Isenta de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos, em estado de decomposição e partes esverdeadas. Tamanho uniforme, tipo extra media, peso 200g.	KG	1000	8,57	8.570,00
0006	**CEBOLA**: in natura, grupo 1, subgrupo branca, de primeira qualidade, tamanho médio a grande (mínimo de 100g e máximo de 130g), bulbos redondos, consistência firme, casca lisa e integra. Isenta de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição. O odor deve ser característico da hortaliça fresca. Embalagem deve ser saco de nylon com cerca de 20kg.	KG	1100	7,84	8.624,00
0007	**CENOURA**: Cenoura in natura, extra A, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo, casca lisa, consistência firme, sem ramas, parte comestível macia, sem rigidez de suas fibras internas, cor alaranjada forte, com aproximadamente 20cm de comprimento e peso de 150g. Isenta de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição.	KG	1000	9,56	9.560,00
0008	**CHUCHU**: in natura, tipo branco ou verde, tamanho médio, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas e coloração uniforme. Isento de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição.	KG	800	8,45	6.760,00
0009	**JERIMUN**: in natura, de 1 qualidade, tipo jerimum caboclo, procedente de espécies genuínas e sãs, fresca, casca lisa e firme, pesando aproximadamente 2,5 kg, isento de broto, lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos a superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	KG	500	6,23	3.115,00
0010	**LARANJA**: frescas, integras e firmes, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento permanecendo adequada para o consumo. Produto fresco, aroma, cor e sabor característico, sem lesões provocadas por insetos, doenças e ação mecânica, devem ser integras, sem manchas, rupturas e/ou amassadas, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade Livre de resíduos de fertilizantes. Acondicionadas em caixas plásticas, vazadas adequadamente higienizadas ou embalagens plásticas. Peso de 80g a	KG	3000	5,40	16.200,00

	100g por unidade				
0011	**MACAXEIRA**: descascada e congelada: o produto deverá estar de acordo com a nta 15 (decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece: classificação primeira: boa qualidade, suficientemente desenvolvida, firme e intacta; sem broto; sem defeitos e lesões de origem física ou mecânica (rachaduras, perfurações e cortes) que alterem a sua conformação e aparência, tamanho e coloração uniforme, devendo ser desprovida de odor ou sabor estranho; sem casca, material terroso ou sujidade, livre de substancias toxicas ou nocivas. embalagem: saco de polietileno a vácuo, pesando 1 kg, contendo composição nutricional; com data de validade e lote indelével. o transporte deverá ser realizado em ambiente que mantenha a temperatura de congelamento mínima de -12c de acordo com a legislação vigente, ou de acordo com a orientação do fabricante. deverá atender os padrões microbiológicos da rdc n 12, de 02/01/01 da Anvisa, instrução normativa conjunta SARC/ANVISA/INMET. Produto com no mínimo 30 dias de validade no momento da entrega.	KG	1000	7,36	7.360,00
0012	**MAMAO:** in natura, de primeira qualidade, formosa, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento permanecendo adequada para o consumo, forma alongada, com uma extremidade mais estreita e outra mais larga, com peso variando de 1,5 a 2,5 kg, podendo ser maior dependendo das condições de cultivo. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização e a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor brilhante. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Não serão aceitos mamões de refugo.	KG	2000	5,39	10.780,00
0013	**MANGA - (TOMMY ATKINS ou PALMER)**: Fruta in natura, de primeira qualidade, fresca e bem desenvolvida. Tamanho, cor e conformação uniformes, casca com brilho, sem danos físicos, cortes ou lesões profundas. Polpa firme e intacta. Grau de maturação que permita suportar a manipulação, transporte e conservação até o consumo. Isenta de sujidades, parasitas, larvas, podridão e odores estranhos. Peso médio por unidade: entre /(400/text{ g}/) e /(500/text{ g}/). Acondicionamento em caixas ou sacos plásticos atóxicos, limpos e resistentes, que garantam a integridade do produto.	UN	700	9,05	6.335,00
0014	**MELANCIA**: in natura, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento permanecendo adequada para o consumo, redonda, graúda, com peso médio entre 6kg e 7 Kg, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	KG	2200	6,96	15.312,00
0015	**MELAO AMARELO**: in natura, de 1 qualidade, tipo amarelo, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento permanecendo adequada para o consumo, forma arredondada ou ligeiramente alongada, com peso variando de 1,5 a 2,5 kg, podendo ser maior dependendo das condições de cultivo. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor brilhante. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Não serão aceitos melões de refugo.	KG	2000	5,55	11.100,00
0016	**PIMENTAO VERDE**: in natura, subgrupo verde, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo, consistência firme, casca lisa e coloração amarelo brilhante. Sem pontos escuros e danos aparentes. Isento de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição. Não estar completamente maduro. Peso mínimo da unidade: 200g	KG	160	19,08	3.052,80
0017	**TOMATE**: in natura, tipo italiano, categoria extra A, calibre médio, de primeira qualidade, com grau de maturação que permita o transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo, consistência firme, integro e sem danos aparentes. Coloração uniforme e vermelha brilhante. Isento de terra e outro material estranho, sujidades, pragas, lesões, odores e sabor estranhos e em estado de decomposição. Não estar completamente maduro, estando em ponto de maturação próprio para o consumo. Peso médio da unidade: 50 a 80g.	KG	800	8,74	6.992,00
VALOR GLOBAL:					**R$ 185.413,80**

Considerando a natureza do objeto da contratação e a vantajosidade econômica, o objeto será adquirido parceladamente em **forma de lotes de itens**, que busca ampliar também a competitividade, em observância ao **Art. 40, inciso V, alínea b, e o Art. 47, § 1º, ambos da Lei 14.133/2021, em consonância com a jurisprudência e doutrina aplicável ao caso.**

A adoção do critério de julgamento por lote mostra-se tecnicamente e economicamente mais vantajosa para a Administração, considerando que os itens agrupados possuem natureza semelhante, são destinados à mesma finalidade e apresentam correlação entre si no processo de fornecimento da alimentação escolar da rede municipal de ensino. Além disso, o fornecimento por lote contribui para a otimização da logística de entrega, evitando a fragmentação excessiva dos fornecedores e minimizando riscos de desabastecimento das unidades escolares, garantindo maior regularidade e continuidade no fornecimento dos gêneros alimentícios.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A alimentação escolar é um aspecto crucial no desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que fornece nutrientes essenciais para o crescimento físico, cognitivo e o bem-estar geral dos estudantes. Ela é parte fundamental das políticas educacionais e de saúde pública, garantindo que os alunos, especialmente os de famílias de baixa renda, tenham acesso a refeições balanceadas durante o período escolar.

A necessidade de aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar surge como resposta a diversos problemas e necessidades. Primeiramente, a falta de acesso a uma alimentação adequada pode comprometer a saúde e o desenvolvimento dos alunos. Sem uma merenda escolar nutritiva, os estudantes podem enfrentar deficiências nutricionais que afetam negativamente seu crescimento, desenvolvimento cognitivo e desempenho acadêmico.

Por outro lado, os impactos positivos da resolução desse problema são significativos. Uma merenda escolar bem planejada e nutritiva pode fornecer aos alunos os nutrientes essenciais necessários para um desenvolvimento saudável. Isso inclui vitaminas, minerais e outros componentes essenciais para o funcionamento adequado do organismo, além de proporcionar energia para o aprendizado e atividades escolares.

A não resolução deste problema pode acarretar diversos impactos negativos. A falta de acesso a uma merenda escolar de qualidade pode aumentar a incidência de problemas de saúde, como desnutrição, obesidade e doenças relacionadas à má alimentação. Além disso, pode contribuir para o aumento da evasão escolar, já que alunos malnutridos podem ter dificuldades de concentração, baixo rendimento acadêmico e falta de interesse nas atividades escolares.

Ao resolver o problema da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, os benefícios esperados são significativos. Além de garantir a saúde e o bem-estar dos alunos, uma merenda escolar nutritiva pode contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, redução da evasão escolar e promoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, ao priorizar a compra de alimentos produzidos localmente, as escolas podem apoiar a economia regional, promover práticas agrícolas sustentáveis e oferecer alimentos frescos e de qualidade aos alunos.

Portanto, a resolução do problema da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar é fundamental não apenas para garantir a saúde e o desenvolvimento dos alunos, mas também para promover um ambiente escolar propício ao aprendizado e ao crescimento integral dos estudantes.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Considerando as possíveis soluções apresentadas no estudo técnico preliminar nº 09/2026, e a solução a ser implementada: **aquisição de gêneros alimentícios com empresas especializadas,** a solução como um todo **encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar anexo a esse termo**. O fornecimento será executado conforme estudo preliminar supracitado e na forma da legislação vigente, assim como fiscalizado de acordo com o disposto neste termo de referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4.4. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

4.5. Os valores por unidade dos itens ofertados deverão obedecer ao sistema monetário e conter no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula:

4.6. Caberá ao fornecedor acompanhar o processo por meio das publicações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de seu acompanhamento.

4.7. Propostas em desconformidade com o estabelecido neste termo de referência, serão recusadas e os proponentes automaticamente desclassificados.

4.8. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no termo, seus anexos e sua proposta, se for o caso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo, local e seus anexos, se for o caso, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, no que se aplica;

4.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;

4.11. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias, o objeto com avarias, defeitos ou em desacordo com a descrição constante deste documento.

4.12. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo;

4.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, se for o caso.

4.15. O licitante, na etapa de habilitação, para qualificação técnica, deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de NÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA pela não apresentação:

4.16. Atestado de Fornecimento do Produto: Deverá comprovar por meio de Certidão (ões), Atestado(s) ou Declaração (ões) fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprovem o fornecimento

4.17. Caso o proponente for representante autorizado de fabricante, deverão ser aceito atestados emitidos em nome do próprio fabricante, desde que apresentados acompanhado da "Declaração" autorizando a representação

Subcontratação:
4.18. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

• **REQUISITOS DAS AMOSTRAS**:

5.1. As amostras dos produtos constantes neste documento, deverão ser entregues na Secretaria municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Rua Aristófanes Fernandes, S/N, Centro, Santana do Matos, na data e hora previamente estipulados, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a teste necessários, **imediatamente após a fase de habilitação**;

5.2. As características técnicas dos gêneros alimentícios de que trata esta aquisição deverão atender ao disposto no presente documento;

5.3. Os participantes julgados provisoriamente vencedores deste processo de aquisição deverão apresentar 01 (uma) amostra no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da convocação no chat da sessão pública; dos itens;

CARNE BOVINA MOÍDA CARNE BOVINA IN NATURA, DIANTEIRA, MOIDA;
COSTELA BOVINA: PRODUTO CONGELADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TIRAS SERRADAS DE 06 CM A 08 CM, SEM GORDURA (PERCENTUAL ADMITIDO DE ATÉ 5% POR PEÇA);
BEBIDA LÁCTEA: SABOR MORANGO, COM CONSISTÊNCIA CREMOSA, MISTURA HOMOGÊNEA, ISENTO DE ESTUFAMENTO, MOFO, SEM PRECIPITAÇÃO;

Para fins de análise e avaliação acerca das amostras dos gêneros alimentícios apresentadas pelas licitantes, ficam designados os seguintes servidores: Nutricionista, subcoordenador de alimentação escolar, representantes do CAE e agente administrativo.

5.4. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

5.5. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANISA) Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento;
5.6. **Garantia da contratação:**

5.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista:
5.7.1 Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, no que couber, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.2 Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.7.3 o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. os documentos referidos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

5.7.4 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de aquisição, encaminhará, por meios eletrônicos (e-mail, sistemas, etc..) ou físicos, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, ainda, declarar, as seguintes informações:

5.7.5 a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.7.6 o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

5.7.7 O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

5.7.8 o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município: Rua Aristófanes Fernandes, S/N, Centro, Santana do Matos, CEP: 59520-000 (Centro Municipal de Ensino Rural) de segundas às quintas das 07:00 às 13:00; não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega;

6.2. O prazo de entrega dos materiais começará a contar a partir do recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor, que será **de até 05 (cinco**) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogáveis mediante justificativa plausível, apresentada escrita e formalmente antes do encerramento do prazo.

6.3. O endereço e dias para entrega poderão ser alterados mediante prévio aviso do CONTRATANTE.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.5. Serão rejeitados:

Produto com embalagem danificada;
Produto fora do prazo de validade; Os itens deverão ter no mínimo 60 dias de validade no ato da entrega, salvo os produtos do *in natura*;
Produtos in natura (maduros e entre maduros) que não sejam, selecionados, de tamanhos uniformes (médio e grande), consistentes ao toque e isentos de partes amassadas ou batidas, para consumo imediato e em escala;

6.6. A CONTRATADA deverá entregar **qualquer quantidade solicitada pelo município**, **não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas** para entrega;

6.7. O envio da ordem de serviço se dará de forma eletrônica ou pessoalmente, com prazo de 48 horas para confirmação do recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo estabelecido no item 6.2. para a entrega do material.
6.8. Caso não seja possível o início na data do item 6.2, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 Fiscalização

7.4.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.5. Fiscalização Técnica:

7.5.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
7.5.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
7.5.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.5.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
7.5.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.6 Fiscalização Administrativa

7.6.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
7.6.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.7 Gestor do Contrato

7.7.1 O gestor do contrato irá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
7.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 . CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1 Liquidação

8.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
8.1.2 Data da emissão;
8.1.3 Dados do contrato e do órgão contratante;
8.1.4 Valor a pagar;
8.1.5 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
8.1.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
8.1.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CRC ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.8 Constatando-se, junto ao CRC, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
8.1.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
8.1.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
8.1.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao CRC.

8.2 Prazo de pagamento

8.2.1 O pagamento será efetuado conforme a validade do documento de cobrança.
8.2.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.3 Forma de pagamento

8.3.1 O pagamento advindo do objeto do contrato será proveniente dos recursos da Secretaria Municipal da Educação e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco do Brasil.

8.3.2 Caso o contratado opte por recebimento em outra instituição bancária, os pagamentos advindos do objeto contratado sofrerão um desconto no valor, referente à taxa de transferência entre banco (taxa do TED).

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Fundamentação legal

9.1.1 As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.
9.1.2 O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.
9.1.3 A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para assegurar a participação igualitária de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.
9.1.4 Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...) "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

9.1.5 Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

9.1.6 O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios expressos no artigo 5º da lei 14.133/2023:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições doDecreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

9.2 Escolha do fornecedor

9.2.1 Aquisição será por meio de processo licitatório **previsto no art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021,** utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), **critério de julgamento por menor preço por lote, com modo de disputa aberto,** além de que no valor dos itens da proposta devem incluir todos os custos de fretes, tributos e outros por parte do contratado.

9.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.3.1 São obrigações da Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, observando as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Constituem requisitos da contratação:

Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às especificações, padrões de qualidade e exigências sanitárias estabelecidas pela legislação vigente, especialmente as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Agricultura e demais órgãos competentes.

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, acondicionados em embalagens adequadas, íntegras e devidamente identificadas, contendo informações obrigatórias de fabricação, lote, composição e prazo de validade.

Os produtos deverão apresentar prazo de validade compatível com o período de utilização pela Administração, não sendo aceitos produtos vencidos ou com prazo de validade reduzido que comprometa seu consumo.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

A contratada deverá possuir capacidade operacional para realizar as entregas nos locais indicados pela Administração, observando os prazos, horários e cronogramas estabelecidos.

Quando exigido pela natureza do produto, a contratada deverá realizar o transporte em veículos adequados, observando as condições de higiene, conservação e controle de temperatura previstas na legislação sanitária.

Os produtos deverão estar em conformidade com os cardápios elaborados pelo nutricionista responsável técnico da alimentação escolar e atender às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A empresa contratada deverá manter durante toda a execução da contratação as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas no processo licitatório.

A Administração poderá exigir a apresentação de amostras dos produtos ofertados para avaliação da qualidade, características sensoriais, rendimento e conformidade com as especificações constantes do edital.

A contratada deverá substituir, sem custos adicionais para a Administração, qualquer produto que apresente defeito, avaria, impropriedade para consumo ou desconformidade com as especificações exigidas.

O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, por meio do Sistema de Registro de Preços, desde que atendidas todas as exigências técnicas e de qualidade estabelecidas no processo de contratação.

A contratação deverá assegurar o abastecimento contínuo das unidades escolares, evitando interrupções no fornecimento da alimentação escolar durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

9.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.4.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.4.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17, 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.4.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.4.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Certificado de Registro Cadastral – CRC, a empresa contratada deverá enviar à contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.4.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
9.4.8 Comunicar à contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.4.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
9.4.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.4.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.4.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.5 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.5.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.5.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
9.5.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
9.5.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
9.5.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
9.5.6 Multa:
moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.5.7 Na aplicação das sanções serão considerados
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.5.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
9.5.9 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
9.5.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
10.1 **Os valores estimados do presente termo são oriundos da Pesquisa Mercadológica Preliminar do Estudo Técnico Preliminar**, anexado a este termo e estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, composto **de custos unitários iguais a mediana, colhidos com base no Painel de Consulta de Preços (Painel de Preços do Portal Nacional Contratações Públicas)** previstos no **Art. 23, §1º, inciso I, da Lei 14.133/21 e no Art. 4º, inciso I, do Decreto Municipal n° 967/2024.**
10.2 A razão da escolha do fornecedor e a vantajosidade econômica da aquisição **deve ter respaldo na pesquisa de preço realizada pelo setor de compras Setor oficial de pesquisa mercadológica.**
10.3 A fonte dos dados encontra-se anexa aos autos do processo.
10.4 O valor estimado da contratação é de **R$ 795.067,80 (setecentos e noventa e cinco mil, sessenta e sete reais e oitenta centavos).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santana do Matos/RN.
11.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações anexadas:
a) Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER, Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino fundamental, Programa: 0094 - EDUCAÇÃO QUE ACOLHE, RESPEITA E ABRAÇA Projeto / Atividade: 2054 - AQUISIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I & II
Código: 02.005.12.361.0094.2054;
b) Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER, Função: 12 - Educação Subfunção: 365 - Educação infantil, Programa: 0094 - EDUCAÇÃO QUE ACOLHE, RESPEITA E ABRAÇA Projeto / Atividade: 2026 - AQUISIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - PNAE
Código: 02.005.12.365.0094.2026;
c) Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER, Função: 12 - Educação Subfunção: 366 - Educação de jovens e adultos, Programa: 0094 - EDUCAÇÃO QUE ACOLHE, RESPEITA E ABRAÇA Projeto / Atividade: 2051 - AQUISIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - PNAE
Código: 02.005.12.366.0094.2051

Santana do Matos/RN, 28 de maio de 2026.

ALIFRAN BARBOSA DE MACEDO MELO
Secretária Mun. de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Portaria nº 019/2026 – GP
Matrícula nº 402

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA.

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN** inscrito no CNPJ Nº 08.110.439/0001- 89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – CEP: 59.520-000, por intermédio do Prefeito Municipal, o Sr. , doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 000/2026**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO,** que é parte integrante desta ATA, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR R$ UNIT.**	**VALOR R$ TOTAL**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santana do Matos/RN, ___ de _____ de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN
CNPJ: 08.110.439/0001- 89

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/20__

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN** inscrito no CNPJ Nº 08.110.439/0001- 89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – CEP: 59.520-000, por intermédio do Prefeito Municipal, o Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, separado, portador de RG nº **.467.*** - SSP/SP, inscrito do CPF nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa ..... Inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., doravante designada contratada, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 1601/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 000/2026** por sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.
O objeto do presente Termo de Contrato é a **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMNETÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
Discriminação do objeto:

EMPRESA:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
	DESCRIÇÃO	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**

ITEM						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em __/__/20____, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....)**.**
3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

ELEMENTOS DE DESPESA:

FONTE:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
5.2. A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;
5.2.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços;
5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.
Não será exigida garantia de contratação.

CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.
9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.
O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:
Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

É VEDADO À CONTRATADA:

Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

É eleito o Foro da Comarca de Santana do Matos/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.
17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Santana do Matos/RN, ... de..... de 20.....

Responsável Legal Da Contratante

Responsável Legal Da Contratada

ANEXO IV – DADOS DA EMPRESA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO CNPJ:			
NOME EMPRESARIAL:			
ENDEREÇO:		Nº:	CEP:
BAIRRO:	MUNICÍPIO:		UF:
ENDEREÇO ELETRÔNICO "E-MAIL":		TELEFONE:	
FOTO EXTERNA (FAIXADA) E INTERNA DA EMPRESA:			

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:6C02B3B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE PROCESSO FRACASSADO PREGÃO ELETRÔNICO N.° 021/2026

Ata de Processo Fracassado				
Prefeitura Municipal de São Fernando				
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN				
Registro de Preços Eletrônico - 021/2026				
Datas Relevantes				
Publicado	Inicio de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Inicio da Sessão
10/07/2026 08:04	10/07/2026 10:00	21/07/2026 23:59	24/07/2026 10:00	24/07/2026 10:01

Itens Licitados					
Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Observações
0001	"(CAMIONETA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 215/75 R16 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO. "	R$ 480,00	8	SVÇ	Fracassado
0002	"(CAMIONETA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 225/75 R16 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 485,00	8	SVÇ	Fracassado
0003	"(CAMIONETA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 235/75 R15 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 492,79	8	SVÇ	Fracassado
0004	"(CAMIONETA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 265/70 R16 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 490,00	8	SVÇ	Fracassado
0005	"(MICRO-ÔNIBUS) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 215/75 R17,5 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 655,00	16	SVÇ	Fracassado
0006	"(MICRO-ÔNIBUS) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 235/75 R17,5 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 628,00	16	SVÇ	Fracassado

0007	"(ÔNIBUS) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 275/80 R22,5 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 707,00	16	SVÇ	Fracassado
0008	"(JEEP ESCOLAR) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 285/75 R16 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 999,90	8	SVÇ	Fracassado
0009	"(ÔNIBUS) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 295/80 R22,5 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 810,00	16	SVÇ	Fracassado
0010	"(CAMINHÃO) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 900 X 20 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 720,00	10	SVÇ	Fracassado
0011	"(CAMINHÃO) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 1000 X 20 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 788,00	10	SVÇ	Fracassado
0012	"(TRATOR) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 18.4-30 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 1.995,00	10	SVÇ	Fracassado
0013	"(TRATOR) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 14.9-24 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 1.780,00	10	SVÇ	Fracassado
0014	"(TRATOR) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 12.4-24 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 1.350,00	10	SVÇ	Fracassado
0015	"(MOTONIVELADORA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 14.00-24 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 1.899,50	8	SVÇ	Fracassado
0016	"(MOTONIVELADORA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 17.5-25 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 2.054,43	8	SVÇ	Fracassado
0017	"(RETROESCAVADEIRA) RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM A QUENTE EM PNEUS DE BORRACHA, TAMANHO 12.5/80/18 QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE DESENHOS PERSONALIZADOS DE BANDA; ALTA DURABILIDADE E BOA ADERÊNCIA AO SOLO "	R$ 1.498,91	10	SVÇ	Fracassado

* Esse item permite disputa por quantidade mínima conforme Decreto N° 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
09/07/2026	PREGÃO ELETRÔNICO 021-2026 RECAPAGEM DE PNEUS.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
28/07/2026 - 11:03:20	Documentos solicitados para o processo 021/2026	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 021/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

Propostas Enviadas

0001 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 215/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo. "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:47:01	N/C	N/C	8	480,00	R$ 3.840,00	Sim	Não

0002 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 225/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:47:48	N/C	N/C	8	485,00	R$ 3.880,00	Sim	Não

0003 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 235/75 R15 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:48:35	N/C	N/C	8	492,79	R$ 3.942,32	Sim	Não

0004 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 265/70 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:49:16	N/C	N/C	8	490,00	R$ 3.920,00	Sim	Não

0005 - "(MICRO-ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 215/75 R17,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:49:46	N/C	N/C	16	655,00	R$ 10.480,00	Sim	Não

0006 - "(MICRO-ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 235/75 R17,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:50:19	N/C	N/C	16	628,00	R$ 10.048,00	Sim	Não

0007 - "(ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 275/80 R22,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:51:02	N/C	N/C	16	707,00	R$ 11.312,00	Sim	Não

0008 - "(JEEP ESCOLAR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 285/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:51:47	N/C	N/C	8	999,90	R$ 7.999,20	Sim	Não

0009 - "(ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 295/80 R22,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:52:20	N/C	N/C	16	810,00	R$ 12.960,00	Sim	Não

0010 - "(CAMINHÃO) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 900 X 20 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:53:03	N/C	N/C	10	720,00	R$ 7.200,00	Sim	Não

0011 - "(CAMINHÃO) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 1000 X 20 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:53:53	N/C	N/C	10	788,00	R$ 7.880,00	Sim	Não

0012 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 18.4-30 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:56:49	N/C	N/C	10	2.731,00	R$ 27.310,00	Sim	Não

0013 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 14.9-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:57:29	N/C	N/C	10	1.780,00	R$ 17.800,00	Sim	Não

0014 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 12.4-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:58:02	N/C	N/C	10	1.350,00	R$ 13.500,00	Sim	Não

0015 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 14.00-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:58:43	N/C	N/C	8	1.899,00	R$ 15.192,00	Sim	Não

0016 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 17.5-25 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 09:59:24	N/C	N/C	8	2.694,00	R$ 21.552,00	Sim	Não

0017 - "(RETROESCAVADEIRA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 12.5/80/18 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Lance	Valor Total	LC 123/2006	Local/ Regional
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001- 10	22/07/2026 - 10:00:48	N/C	N/C	10	1.498,91	R$ 14.989,10	Sim	Não

Validade das Propostas		
Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	60 dias

Lances Enviados

0001 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 215/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo. "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:47:01	480,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0002 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 225/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:47:48	485,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0003 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 235/75 R15 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:48:35	492,79 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0004 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 265/70 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:49:16	490,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0005 - "(MICRO-ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 215/75 R17,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:49:46	655,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0006 - "(MICRO-ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 235/75 R17,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:50:19	628,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0007 - "(ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 275/80 R22,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:51:02	707,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0008 - "(JEEP ESCOLAR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 285/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:51:47	999,90 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0009 - "(ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 295/80 R22,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:52:20	810,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0010 - "(CAMINHÃO) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 900 X 20 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:53:03	720,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0011 - "(CAMINHÃO) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 1000 X 20 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:53:53	788,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0012 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 18.4-30 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:56:49	2.731,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não chegou no valor referência e não demonstrou interesse na negociação. 28/07/2026 10:31:17

0013 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 14.9-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:57:29	1.780,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0014 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 12.4-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:58:02	1.350,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0015 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 14.00-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:58:43	1.899,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

0016 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 17.5-25 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 09:59:24	2.694,00 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não chegou no valor referência e não demonstrou interesse na negociação. 28/07/2026 10:31:30

0017 - "(RETROESCAVADEIRA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 12.5/80/18 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Data	Valor	CNPJ	Situação
22/07/2026 - 10:00:48	1.498,91 (proposta)	14.850.527/0001-10 - FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	Cancelado - Fornecedor não apresentou documentação solicitada. 29/07/2026 11:02:47

Inabilitados

Data	Fornecedor	CNPJ	Detalhe
29/07/2026 - 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0001 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 215/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo. "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 - 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0002 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 225/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 - 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0003 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 235/75 R15 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 - 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0004 - "(CAMIONETA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 265/70 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 - 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0005 - "(MICRO-ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 215/75 R17,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			

29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0006 - "(MICRO-ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 235/75 R17,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0007 - "(ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 275/80 R22,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0008 - "(JEEP ESCOLAR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 285/75 R16 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0009 - "(ÔNIBUS) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 295/80 R22,5 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0010 - "(CAMINHÃO) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 900 X 20 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0011 - "(CAMINHÃO) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 1000 X 20 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
28/07/2026 10:31:17	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0012 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 18.4-30 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Desclassificação: Fornecedor não chegou no valor referência e não demonstrou interesse na negociação.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0012 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 18.4-30 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0013 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 14.9-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0014 - "(TRATOR) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 12.4-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0015 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 14.00-24 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "

Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
28/07/2026 10:31:30	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0016 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 17.5-25 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Desclassificação: Fornecedor não chegou no valor referência e não demonstrou interesse na negociação.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0016 - "(MOTONIVELADORA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 17.5-25 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			
29/07/2026 11:02:47	FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA	14.850.527/0001-10	Item 0017 - "(RETROESCAVADEIRA) Recapagem e/ou recauchutagem a quente em pneus de borracha, tamanho 12.5/80/18 que permita a criação de desenhos personalizados de banda; alta durabilidade e boa aderência ao solo "
Fornecedor não apresentou documentação solicitada.			

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões		
Prazos		
Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
29/07/2026 - 11:13	--	--

Chat		
Data	Apelido	Frase
24/07/2026 10:37:10	Pregoeiro	Bom dia. Informo, para os fins que se fizerem necessários, que a licitação será aberta dia 27/07 as 10h.
		Motivo: Devido a necessidade pessoal do agente de contratação, a sessão não pôde ser aberta as 10h.
27/07/2026 10:27:18	Pregoeiro	Prezados, bom dia. Mais uma vez aconteceu um imprevisto para com este agente de contratação que vos fala. A licitação será aberta amanhã as 10h.
28/07/2026 10:00:11	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
28/07/2026 10:00:34	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
28/07/2026 10:00:35	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
28/07/2026 10:00:35	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R$ 0,10. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
28/07/2026 10:00:35	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
28/07/2026 10:01:05	Pregoeiro	Bom dia. Sessão aberta. Atentem-se para preços inexequíveis, pois será cobrada garantia da proposta adicional. Início da fase de lances agora.
28/07/2026 10:01:15	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:16	Sistema	O item 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:16	Sistema	O item 0003 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:16	Sistema	O item 0004 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:17	Sistema	O item 0005 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:17	Sistema	O item 0006 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:19	Sistema	O item 0008 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:20	Sistema	O item 0009 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:21	Sistema	O item 0010 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:01:22	Sistema	O item 0007 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:07:10	Sistema	O item 0011 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:07:12	Sistema	O item 0012 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:07:12	Sistema	O item 0013 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026	Sistema	O item 0014 foi aberto pelo pregoeiro.

10:07:13		
28/07/2026 10:07:14	Sistema	O item 0016 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:07:14	Sistema	O item 0017 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:07:22	Sistema	O item 0015 foi aberto pelo pregoeiro.
28/07/2026 10:11:16	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:16	Sistema	O item 0002 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:16	Sistema	O item 0003 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:16	Sistema	O item 0004 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:19	Sistema	O item 0005 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:19	Sistema	O item 0006 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:19	Sistema	O item 0008 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:22	Sistema	O item 0007 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:22	Sistema	O item 0009 foi encerrado.
28/07/2026 10:11:22	Sistema	O item 0010 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:12	Sistema	O item 0011 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:12	Sistema	O item 0012 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:12	Sistema	O item 0013 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:16	Sistema	O item 0014 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:16	Sistema	O item 0016 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:16	Sistema	O item 0017 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:23	Sistema	O item 0015 foi encerrado.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0001 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 480,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0002 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 485,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0003 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 492,79.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0004 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 490,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0005 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 655,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0006 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 628,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0007 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 707,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0008 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 999,90.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0009 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 810,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0010 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 720,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0011 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 788,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0012 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 2.731,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0013 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 1.780,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0014 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 1.350,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0015 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 1.899,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0016 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 2.694,00.
28/07/2026 10:17:47	Sistema	O item 0017 teve como arrematante FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - ME com lance de R$ 1.498,91.
28/07/2026 10:18:58	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0012. O prazo é até às 10:28 do dia 28/07/2026.
28/07/2026 10:18:58	Sistema	Motivo: Solicito da empresa ora arrematante, se tem intenção em chegar no valor referência, sob pena de desclassificação no item. Prazo de 10min.
28/07/2026 10:19:22	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0016. O prazo é até às 10:29 do dia 28/07/2026.
28/07/2026 10:19:22	Sistema	Motivo: Solicito da empresa ora arrematante, se tem intenção em chegar no valor referência, sob pena de desclassificação no item. Prazo de 10min.
28/07/2026 10:31:17	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi desclassificado para o item 0012 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
28/07/2026 10:31:17	Sistema	Motivo: Fornecedor não chegou no valor referência e não demonstrou interesse na negociação.
28/07/2026 10:31:30	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi desclassificado para o item 0016 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
28/07/2026 10:31:30	Sistema	Motivo: Fornecedor não chegou no valor referência e não demonstrou interesse na negociação.
28/07/2026 10:31:45	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0012 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:41.
28/07/2026 10:31:45	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0016 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:41.
28/07/2026 10:49:33	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA teve suas propostas aceitas no processo.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.

28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0004 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0005 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0006 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0007 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0008 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0009 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0010 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0011 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:46	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0013 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:47	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0014 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:47	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0015 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 10:49:47	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0017 foi definida pelo pregoeiro para 28/07/2026 às 10:59.
28/07/2026 11:03:21	Sistema	Foram solicitados documentos anexos para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 29/07/2026.
28/07/2026 11:03:21	Sistema	Motivo: Fornecedor solicitou prazo para inclusão de garantia da proposta. Haja vista o interesse da administração e apenas o mesmo ter apresentado proposta, concedo 24h para inclusão do documento. Em caso de não inclusão, fornecedor será desclassificado do certame e a licitação será fracassada.
28/07/2026 11:03:42	Pregoeiro	Sessão suspensa, retornando amanhã as 11h.
29/07/2026 11:02:06	Pregoeiro	Bom dia. Sessão reaberta.
29/07/2026 11:02:47	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado no processo.
29/07/2026 11:02:47	Sistema	Motivo: Fornecedor não apresentou documentação solicitada.
29/07/2026 11:02:47	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0001 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0002 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0003 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0004 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0005 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0006 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0007 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:48	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0008 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0009 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0010 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0011 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0013 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0014 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0015 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:02:49	Sistema	O fornecedor FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA foi inabilitado para o item 0017 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0004 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0005 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0006 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0007 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0008 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0009 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:12	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0010 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:13	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0011 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:13	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0013 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:13	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0014 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 11:03:13	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0015 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.
29/07/2026 -	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0017 foi definida pelo pregoeiro para 29/07/2026 às 11:13.

11:03:13		
29/07/2026 11:14:40	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi declarado fracassado.

MISAC ROBSON FERNANDES
Pregoeiro

JOSEANE LOPES DANTAS
Apoio

JOSIELLY MARIA DOS SANTOS
Apoio

MATEUS CALISTA DA SILVA
Apoio

MISAC ROBSON FERNANDES
Apoio

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:B81C4435

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO OBJETO

ATA DA ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO OBJETO

A Prefeitura Municipal de São Fernando-RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em consonância com a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023; o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023 e o PARECER n. 00019/2023/CNDE/CGU/AGU, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, tornam público o RESULTADO FINAL DA ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO OBJETO dos inscritos para **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 PARA CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO CULTURAL A ARTISTAS, GRUPOS, COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS**, conforme resultados do processo de análise realizada pela empresa H C DE ALMEIDA CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 40.220.533/0001-01 através de sua equipe de pareceristas com capacidade técnica e competência, que após atribuição das notas referentes aos critérios estabelecido pelo edital encaminha para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura a planilha a seguir:

CATEGORIA A – SHOWS MUSICAIS											
Nº	**NOME**	**ÁREA CULTURAL**	**C1**	**C2**	**C3**	**C4**	**C5**	**C6**	**AF**	**TOTAL**	**RESULTADO**
01	HEITOR AUGUSTO COSTA DE MEDEIROS	SHOW MUSICAL	**2,0**	**1,0**	**1,0**	**2,0**	**1,5**	**0,5**	**0,0**	**8,0**	**SELECIONADO**
02	MAIKSON MURILO SILVA DO NASCIMENTO	SHOW MUSICAL	**4,0**	**1,0**	**1,0**	**2,0**	**1,0**	**0,5**	**0,0**	**9,5**	**SELECIONADO**
03	BENEVIDES ARAMIAS DE MEDEIROS NETO	SHOW MUSICAL	**4,0**	**1,0**	**1,0**	**2,5**	**1,0**	**0,5**	**0,0**	**10,0**	**SELECIONADO**
04	LUIS GUILHERME COSTA DE MEDEIROS	SHOW MUSICAL	**2,0**	**1,0**	**1,0**	**2,0**	**1,5**	**0,5**	**0,0**	**8,0**	**SELECIONADO**

CATEGORIA B – DEMAIS ÁREAS CULTURAIS											
Nº	**NOME**	**ÁREA CULTURAL**	**C1**	**C2**	**C3**	**C4**	**C5**	**C6**	**AF**	**TOTAL**	**RESULTADO**
01	FRANCINEIDE MARIA DE MEDEIROS	HABILIDADES MANUAIS	**2,0**	**1,5**	**1,0**	**2,5**	**1,0**	**0,5**	**0,5**	**9,0**	**SELECIONADO**
02	JOSECLAUDIA MAIA DE LIMA	ARTESANATO	**4,0**	**1,0**	**1,0**	**2,5**	**1,0**	**0,5**	**0,5**	**10,0**	**SELECIONADO**
03	CINTHIA MAIA FERNANDES	ARTESANATO	**2,0**	**1,0**	**1,0**	**2,0**	**1,0**	**0,5**	**0,5**	**8,0**	**SELECIONADO**
04	ANA KARLA LINS DE MEDEIROS SANTOS	ARTESANATO	**4,0**	**1,0**	**1,0**	**2,5**	**1,0**	**0,5**	**0,5**	**10,0**	**SELECIONADO**
05	MARIA JOSEILDA DE ARAÚJO GOMES	ARTESANATO	**4,0**	**1,0**	**1,0**	**2,5**	**1,0**	**0,5**	**0,5**	**10,0**	**SELECIONADO**
06	JOSÉ WANDERLEI DE ARAÚJO	ARTES PLASTICAS	**2,0**	**1,5**	**1,0**	**2,5**	**1,5**	**0,5**	**0,0**	**9,0**	**SELECIONADO**

1 – Considerando o RESULTADO acima apresentado, fica antecipada a etapa de habilitação conforme o Item 7.2 do edital, deste modo, ficam convocados os PROPONENTES SELECIONADOS para o envio da documentação da FASE DE HABILITAÇÃO no período de 31 a 05 de agosto de 2026, através do link: https://forms.gle/iR5d7n93GsTHPkfy7
São Fernando/RN, 29 de julho de 2026.

H C DE ALMEIDA CONSULTORIA LTDA
Parecerista PNAB

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:908CCDEB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01064/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando				
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana				
2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos				
	885 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 17200000	R$ 25.000,00
Total da Ação:				**R$ 25.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 25.000,00**
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer				
2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%				
	931 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021001	R$ 23.000,00
Total da Ação:				**R$ 23.000,00**
2.99 - Programa Transporte Escolar				
	944 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021001	R$ 44.000,00
Total da Ação:				**R$ 44.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 67.000,00**
20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.				
2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
	1167 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:				**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 50.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando				
20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.				
2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
	1166 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 17200000	R$ 25.000,00
Total da Ação:				**R$ 25.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 25.000,00**
22001 - Secretaria Municipal do Idoso e da Pessoa com Deficiência				
2.148 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Idoso e da Pessoa com Deficiência				
	1192 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
	1193 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
Total da Ação:				**R$ 40.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 40.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de São Fernando				
17001 - Fundo Municipal de Saúde				
2.9 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde				
	1411 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021002	R$ 77.000,00
Total da Ação:				**R$ 77.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 77.000,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 03 de agosto de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:40EB12A6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA - 026/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de São Fernando					
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN					
Dispensa Eletrônica - 026/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - TIMBA - Valor Referência: R$ 405,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	215NP	PHX	3	1.217,13
Item: 0002 - REPIQUE - Valor Referência: R$ 302,31					

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	30X10 ARO PRETO	SAMBA MUSIC	3	906,63
Item: 0003 - BOMBO - Valor Referência: R$ 600,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LUEN	LUEN	6	3.599,40
Item: 0004 - PRATO ZEUS - Valor Referência: R$ 250,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	VANGUARDA	VANGUARDA	6	1.499,40
Item: 0005 - TALABARTE1 - Valor Referência: R$ 31,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	SONATA	SONATA	30	954,00
Item: 0006 - TALABARTE2 - Valor Referência: R$ 25,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	SONATA	SONATA	20	508,00
Item: 0007 - TALABARTE3 - Valor Referência: R$ 32,57					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	SONATA	SONATA	16	519,52
Item: 0008 - BAQUETA MAÇANETA - Valor Referência: R$ 94,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	PRO FIRE	PRO FIRE	16	1.510,40
Item: 0009 - BAQUETA - Valor Referência: R$ 21,44					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LIVERPOL	LIVERPOL	12	256,08
Item: 0010 - BAQUETA2 - Valor Referência: R$ 24,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LIVERPOL	LIVERPOL	12	288,00
Item: 0011 - PAR DE BAQUETAS DE NYLON - Valor Referência: R$ 59,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LIVERPOL	LIVERPOL	6	358,80
Item: 0012 - ESTEIRA LUEN 14 - Valor Referência: R$ 37,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	SONATA	`SONATA	15	561,00
Item: 0013 - ESTEIRA LUEN - Valor Referência: R$ 43,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	SONATA	SONATA	15	654,75
Item: 0014 - CAIXA COM 10 PALHETAS - Valor Referência: R$ 420,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LUEN	LUEN	2	839,80
Item: 0015 - CAIXA 10 PALHETAS - Valor Referência: R$ 584,10					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LUEN	LUEN	2	1.168,00
Item: 0016 - CAIXA 10 PALHETAS1 - Valor Referência: R$ 406,38					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LUEN	LUEN	2	812,56
Item: 0017 - CX DE PALHETAS - Valor Referência: R$ 286,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LUEN	LUEN	2	571,80
Item: 0018 - OLEO LUBRIFICANTE - Valor Referência: R$ 40,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	LUEN	LUEN	6	239,40
Item: 0019 - GRAXA CORTIÇA - Valor Referência: R$ 17,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J M DE ARAUJO E SERVICOS (20.374.920/0001-87)	Adjudicado em: 03/08/2026 - 12:22:04 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	YAMAHA	YAMAHA	5	85,00
GENILSON MEDEIROS MAIA					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:ECAE064A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA - 026/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de São Fernando			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN			
Dispensa Eletrônica - 026/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - TIMBA - 215NP - Valor Referência: R$ 405,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	405,71	1.217,13	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0002 - REPIQUE - 30X10 ARO PRETO - Valor Referência: R$ 302,31			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	302,21	906,63	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0003 - BOMBO - LUEN - Valor Referência: R$ 600,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	599,90	3.599,40	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0004 - PRATO ZEUS - VANGUARDA - Valor Referência: R$ 250,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	249,90	1.499,40	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0005 - TALABARTE1 - SONATA - Valor Referência: R$ 31,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	31,80	954,00	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0006 - TALABARTE2 - SONATA - Valor Referência: R$ 25,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	25,40	508,00	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0007 - TALABARTE3 - SONATA - Valor Referência: R$ 32,57			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	32,47	519,52	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0008 - BAQUETA MAÇANETA - PRO FIRE - Valor Referência: R$ 94,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	94,40	1.510,40	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0009 - BAQUETA - LIVERPOL - Valor Referência: R$ 21,44			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	21,34	256,08	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0010 - BAQUETA2 - LIVERPOL - Valor Referência: R$ 24,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	24,00	288,00	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0011 - PAR DE BAQUETAS DE NYLON - LIVERPOL - Valor Referência: R$ 59,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	59,80	358,80	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0012 - ESTEIRA LUEN 14 - SONATA - Valor Referência: R$ 37,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	37,40	561,00	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0013 - ESTEIRA LUEN - SONATA - Valor Referência: R$ 43,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	43,65	654,75	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0014 - CAIXA COM 10 PALHETAS - LUEN - Valor Referência: R$ 420,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	419,90	839,80	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0015 - CAIXA 10 PALHETAS - LUEN - Valor Referência: R$ 584,10			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	584,00	1.168,00	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0016 - CAIXA 10 PALHETAS1 - LUEN - Valor Referência: R$ 406,38			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	406,28	812,56	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0017 - CX DE PALHETAS - LUEN - Valor Referência: R$ 286,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	285,90	571,80	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0018 - OLEO LUBRIFICANTE - LUEN - Valor Referência: R$ 40,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	39,90	239,40	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0019 - GRAXA CORTIÇA - YAMAHA - Valor Referência: R$ 17,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J M DE ARAUJO E SERVICOS	17,00	85,00	Homologado em 03/08/2026 12:22:18 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA

GENILSON MEDEIROS MAIA
Autoridade Competente

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2026 às 12:23:39.
Código verificador: 161F28F

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:055C7BA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO PE N.º 019/2026 ATO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONVÊNIO Nº 046597/2025 COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
MODALIDADE: 019/2026

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: 5A MAQUINAS LTDA							
CNPJ: 60179675000171							
Endereço: Avenida Santos Dumont, Nº 1665, Santa Bárbara, Criciúma/SC							
Representante: LUCAS NIERO BUDNY							
Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total

1	13062	Carreta agrícola nova, compatível com trator agrícola, com capacidade mínima de carga de 4 toneladas, dotada de dois eixos, chassi confeccionado em aço estrutural de alta resistência, carroceria em madeira tratada ou material equivalente que assegure resistência e durabilidade, montada sobre quatro rodas com pneus novos, eixos compatíveis com a capacidade de carga especificada, sistema de rodagem adequado para operação em estradas vicinais e áreas rurais, engate compatível com tratores agrícolas, tampa traseira funcional para carga e descarga, estrutura reforçada para transporte de produtos agrícolas, insumos e materiais diversos, acabamento com proteção anticorrosiva e pintura de fábrica.	UND	BUDNY	1,00	20.578,3700	20.578,37
2	13063	Grade aradora nova, de arrasto, compatível com trator agrícola de potência mínima de 75 cv, equipada com 16 discos recortados de 26 polegadas, ou configuração tecnicamente equivalente quanto à capacidade operacional, destinada ao preparo primário do solo. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, seções reguláveis para ajuste do ângulo de trabalho, mancais dotados de sistema de vedação e lubrificação que assegurem proteção contra poeira, umidade e desgaste prematuro, sistema de levante hidráulico das rodas para transporte e regulagem operacional, cilindro hidráulico compatível com a capacidade do equipamento e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento.	UND	BUDNY	1,00	38.517,7800	38.517,78
3	13064	Grade niveladora nova, de arrasto, compatível com trator agrícola de potência mínima de 75 cv, equipada com 28 discos lisos ou recortados de 20 polegadas, destinados ao nivelamento, destorroamento e acabamento do solo, dispostos em conjuntos que proporcionem uniformidade de trabalho. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, mancais dotados de sistema de lubrificação e vedação adequado para operação em ambiente agrícola, protegidos contra a entrada de poeira, solo e umidade. Sistema de regulagem da abertura de trabalho, mecânico ou hidráulico, permitindo ajuste conforme as condições operacionais. Sistema de transporte compatível com o equipamento, estrutura reforçada para uso contínuo em diferentes condições de solo e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento.	UND	BUDNY	1,00	22.983,3300	22.983,33
4	13065	Trator agrícola novo, com tração 4x4, motor a diesel de potência mínima de 75 cv, direção hidráulica ou hidrostática, transmissão compatível com a potência do equipamento e adequada às operações agrícolas, permitindo o uso eficiente de implementos de preparo do solo, plantio, pulverização e transporte, tomada de força (TDP) independente, com disponibilidade da rotação padrão de 540 rpm, sistema hidráulico de três pontos, categoria II, com capacidade mínima de levante de 2.000 kg. Equipado com bloqueio do diferencial, sistema de freios multidisco banhados a óleo ou tecnologia equivalente, pneus agrícolas novos compatíveis com a potência e capacidade operacional do equipamento, estrutura de proteção contra capotamento (ROPS) ou cabine, cinto de segurança e assento regulável. Deverá ser compatível com implementos agrícolas de arrasto e montados, acionados por sistema hidráulico de três pontos e tomada de força, possuir tanque de combustível compatível com a autonomia operacional do equipamento e sistema de arrefecimento adequado para operação contínua em condições severas de trabalho. Deverá acompanhar todos os acessórios, ferramentas, manuais e equipamentos exigidos pelo fabricante e pela legislação vigente para sua plena utilização.	UND	BUDNY	1,00	217.820,5200	217.820,52
						Total	299.900,00

Valor total da contratação 299.900,00
São José do Seridó/RN, 03/08/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:44DBC5FF

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO PE N.º 019/2026 ATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONVÊNIO Nº 046597/2025 COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
MODALIDADE: 019/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
HOMOLOGO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: 5A MAQUINAS LTDA							
CNPJ: 60179675000171							
Endereço: Avenida Santos Dumont, Nº 1665, Santa Bárbara, Criciúma/SC							
Representante: LUCAS NIERO BUDNY							
Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	13062	Carreta agrícola nova, compatível com trator agrícola, com capacidade mínima de carga de 4 toneladas, dotada de dois eixos, chassi confeccionado em aço estrutural de alta resistência, carroceria em madeira tratada ou material equivalente que assegure resistência e durabilidade, montada sobre quatro rodas com pneus novos, eixos compatíveis com a capacidade de carga especificada, sistema de rodagem adequado para operação em estradas vicinais e áreas rurais, engate compatível com tratores agrícolas, tampa traseira funcional para carga e descarga, estrutura reforçada para transporte de produtos agrícolas, insumos e materiais diversos, acabamento com proteção anticorrosiva e pintura de fábrica.	UND	BUDNY	1,00	20.578,3700	20.578,37
2	13063	Grade aradora nova, de arrasto, compatível com trator agrícola de potência mínima de 75 cv, equipada com 16 discos recortados de 26 polegadas, ou	UND	BUDNY	1,00	38.517,7800	38.517,78

		configuração tecnicamente equivalente quanto à capacidade operacional, destinada ao preparo primário do solo. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, seções reguláveis para ajuste do ângulo de trabalho, mancais dotados de sistema de vedação e lubrificação que assegurem proteção contra poeira, umidade e desgaste prematuro, sistema de levante hidráulico das rodas para transporte e regulagem operacional, cilindro hidráulico compatível com a capacidade do equipamento e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento.					
3	13064	Grade niveladora nova, de arrasto, compatível com trator agrícola de potência mínima de 75 cv, equipada com 28 discos lisos ou recortados de 20 polegadas, destinados ao nivelamento, destorroamento e acabamento do solo, dispostos em conjuntos que proporcionem uniformidade de trabalho. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, mancais dotados de sistema de lubrificação e vedação adequado para operação em ambiente agrícola, protegidos contra a entrada de poeira, solo e umidade. Sistema de regulagem da abertura de trabalho, mecânico ou hidráulico, permitindo ajuste conforme as condições operacionais. Sistema de transporte compatível com o equipamento, estrutura reforçada para uso contínuo em diferentes condições de solo e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento.	UND	BUDNY	1,00	22.983,3300	22.983,33
4	13065	Trator agrícola novo, com tração 4x4, motor a diesel de potência mínima de 75 cv, direção hidráulica ou hidrostática, transmissão compatível com a potência do equipamento e adequada às operações agrícolas, permitindo o uso eficiente de implementos de preparo do solo, plantio, pulverização e transporte, tomada de força (TDP) independente, com disponibilidade da rotação padrão de 540 rpm, sistema hidráulico de três pontos, categoria II, com capacidade mínima de levante de 2.000 kg. Equipado com bloqueio do diferencial, sistema de freios multidisco banhados a óleo ou tecnologia equivalente, pneus agrícolas novos compatíveis com a potência e capacidade operacional do equipamento, estrutura de proteção contra capotamento (ROPS) ou cabine, cinto de segurança e assento regulável. Deverá ser compatível com implementos agrícolas de arrasto e montados, acionados por sistema hidráulico de três pontos e tomada de força, possuir tanque de combustível compatível com a autonomia operacional do equipamento e sistema de arrefecimento adequado para operação contínua em condições severas de trabalho. Deverá acompanhar todos os acessórios, ferramentas, manuais e equipamentos exigidos pelo fabricante e pela legislação vigente para sua plena utilização.	UND	BUDNY	1,00	217.820,5200	217.820,52
						Total	299.900,00

Valor total da contratação 299.900,00

São José do Seridó/RN, 03/08/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:3FE7DA90

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no Art. 74, V, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de**ELISDEIRE FERNANDES PINHEIRO** inscrita no CPF nº 009.155.784-41, referente à **Contratação de pessoa física ou jurídica para a locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no Município de São Miguel/RN, com estrutura adequada para abrigar ambulâncias, equipamentos, equipe técnica e administrativa, garantindo condições seguras e funcionais para a execução dos serviços de urgência e emergência pré-hospitalar.**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	15863 - Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Base do SAMU, incluindo áreas para estacionamento de ambulâncias, alojamento da equipe, salas administrativas e espaço para guarda de equipamentos e materiais.	MÊS	12	**3.000,00**	36.000,00
Total Geral					**36.000,00**

RATIFICO, em consonância com o Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Declaração de Inexigibilidade.

São Miguel/RN, 03 de julho de 2026.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:A40ED667

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 18/2026

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 75, inc. II da Lei 14.133/21 de 01 de abril de 2021, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de R F DE CARVALHO, inscrita no CNPJ nº 06.268.660/0001-34; IRINEU PINHEIRO DIAS LTDA inscrita no CNPJ nº 41.002.874/0001-65, referente à **Contratação de empresa para fornecimento de madeiras e artefatos e prestação de serviços de marcenaria**.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário	Valor total
1	16435 - RIPÃO 07x2 cm	UNID	350	8,00	2.800,00
2	16436 - CAIBRO SERRADO 4x7 cm	UNID	250	13,00	3.250,00
3	16437 - COMPENSADO; 2750x1850x15 mm; Peso por placa: 49,5kg; DUPLA FACE Resistente à umidade, medidas aproximadas*	UNID	15	346,00	5.190,00
4	16438 - FECHADURA, AÇO INOX, MAÇANETA TIPO L, PORTA EXTERNA TIPO: COMUM, COM TAMBOR	UNID	50	70,00	3.500,00
5	16439 - PEÇA DE MADEIRA SERRADA 7x12 cm	UNID	75	55,00	4.125,00
6	16440 - AJUDANTE DE MARCENEIRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE MANUTENÇÃO TÉCNICA - Auxiliar nas atividades da marcenaria, prestando apoio no corte, montagem, transporte, organização e acabamento de móveis e peças de madeiraou mdf, além de colaborar na limpeza do ambiente, separação de materiais e manuseio de ferramentas, contribuindo para a execução eficiente dos serviços. outros serviços correlatos	Diaria	45	100,00	4.500,00
7	9809 - Marceneiro: Analisar a peça a ser fabricada consultando os desenhos, modelos, especificações ou outras instruções, trabalhar a madeira riscando, cortando, torneando entalhes com ferramentas e máquinas apropriadas, armar partes da madeira trabalhada, encaixando-as e prendendo-as com material adequado, encerar as peças e móveis confeccionados, colocar ferragens como dobradiças, puxadores e outros nas peças e móveis montados, confecção de determinados	DIÁRIA	45	200,00	9.000,00

	tipos de peças ou móveis de madeira a ser designado de acordo com a especialização.DIÁRIA.08h:00min. (oito horas trabalhadas). OBS. Apresentar 02 declarações de prestação de serviços na área de atuação, devidamente assinadas e em conformidade com o Edital ou Apresentar certificado de curso na área de atuação, devidamente assinado e em conformidade com o Edital.				
8	16441 - PINTOR - MÓVEIS E PEÇAS DE MADEIRA OU MDF PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE MANUTENÇÃO TÉCNICA – EFETUAR SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, PINTURA E ACABAMENTO, REALIZANDO SERVIÇOS COMO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE MASSA, SELADOR, VERNIZ, TINTA E ACABAMENTO FINAL, GARANTINDO PROTEÇÃO, DURABILIDADE E MELHOR APARÊNCIA ESTÉTICA AOS PRODUTOS FABRICADOS PELA MARCENARIA.. OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS.	Diaria	46	180,00	8.280,00
9	16442 - REFORMA DE BALÃO (MÉDIO) A EMPRESA RESPONSÁVEL PRECISARÁ SUBSTITUIR AS MADEIRAS. OS BALÕES EXISTENTES POSSUEM 04 (QUATRO) LADOS, NAS DIMENSÕES DE 0,80 METROS DE ALTURA POR 0,40 METROS DE LARGURA, CADA LADO. A REFORMA DOS BALÕES, CONSISTE AINDA EM REPAROS EM PINTURA EM GERAL COM ESMALTE SINTÉTICO NA COR CONFORME DESIGNADO POR ESTA SECRETARIA	UNID	60	70,00	4.200,00
10	16443 - REFORMA DE BALÕES (GRANDE) A EMPRESA RESPONSÁVEL PRECISARÁ SUBSTITUIR AS MADEIRAS. OS BALÕES EXISTENTES POSSUEM 04 (QUATRO) LADOS, NAS DIMENSÕES DE 1,70 METROS DE ALTURA POR 0,70 METROS DE LARGURA, CADA LADO. A REFORMA DOS BALÕES, CONSISTE AINDA EM REPAROS EM PINTURA EM GERAL COM ESMALTE SINTÉTICO NA COR CONFORME DESIGNADO POR ESTA SECRETARIA.	UNID	60	70,00	4.200,00
11	16444 - TÁBUA DE MADEIRA 2,5 cm X 20 cm X 3 MT (ESP. X LARG X COMP)	UNID	70	50,00	3.500,00
12	16445 - TÁBUA DE MADEIRA 2,5 cm X 25 cm X 3 MT (ESP. X LARG X COMP)	UNID	60	60,00	3.600,00
13	16446 - VIGA DE MADEIRA TIPO CILINDRICA APROXIMADAMENTE 12 METROS DE COMPRIMENTO X 0,80 CENTÍMETROS DE CIRCUNFERÊNCIA NA PONTA.	UNID	15	420,00	6.300,00
Total Geral					**62.445,00**

RATIFICO, em consonância com o Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Declaração de Dispensa.

São Miguel/RN, 31 de julho de 2026.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:7E8E8B04

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025 PROCESSO ADMINISTRTIVO Nº 11039171-2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº22/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico 03/2025 Ata de Registro De Preço n° 22/2025

Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO.

O Município de São Tomé, através de seu Prefeito Municipal, toma público que em face de pareceres emitidos nos altos e em conformidade com o artigo. 90 § 2 da Lei 14.133 de Abril de 2021. Convoca o licitante remanescente, do certame Pregão Eletrônico 10/2025, fica assim a empresa herdando o item citado.

INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ N° 37.052.250/0001-85						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca /Fabricante**	**Qtde**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
025	ATADURA DE CREPOM 15CM X 1,2M – 13 FIOS	Erimar	Erimar	600	R$ 6,79	R$ 4.074

A contratação se dará nas mesmas condiçoes propostas elo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 90 § 2°, da lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a aquiesciência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela renovação da licitação.

São Tomé - RN 03 de Agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:263FB19A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025 PROCESSO ADMINISTRTIVO Nº 11039171-2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº22/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico 03/2025 Ata de Registro De Preço n° 22/2025

Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO.

O Município de São Tomé, através de seu Prefeito Municipal, toma público que em face de pareceres emitidos nos altos e em conformidade com o artigo. 90 § 2 da Lei 14.133 de Abril de 2021. Convoca o licitante remanescente, do certame Pregão Eletrônico 10/2025, fica assim a empresa herdando o item citado.

INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDACNPJ N° 23.829.339/0001-09						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca /Fabricante**	**Qtde**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
028	- AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA – 40 GRAMATURA – PACOTE 10 UND. |	AVENTAL	PROPRIA	2.500	R$ 20,00	R$ 50.00,00

A contratação se dará nas mesmas condiçoes propostas elo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 90 § 2°, da lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a aquiesciência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela renovação da licitação.

São Tomé - RN 03 de Agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:07E26FA4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025 PROCESSO ADMINISTRTIVO Nº 11039171-2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº22/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico 03/2025 Ata de Registro De Preço n° 22/2025

Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO.

O Município de São Tomé, através de seu Prefeito Municipal, toma público que em face de pareceres emitidos nos altos e em conformidade com o artigo. 90 § 2 da Lei 14.133 de Abril de 2021. Convoca o licitante remanescente, do certame Pregão Eletrônico 10/2025, fica assim a empresa herdando o item citado.

JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI CNPJ N° 26.690.173/0001-72						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca /Fabricante**	**Qtde**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
034	- CAMPO OPERATÓRIO 45X50CM C/ FIO 35GR C/ 50 UNID. |	BIOTEXTIL	BIOTEXTIL	50	R$ 69,49	R$ 3.474,50
058	- COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 CM 11 FIOS ESTERIL PCT C/ 10 UND.	AMED	AMED	6.000	R$ 0,55	R$ 3.300,00
088	- EQUIPO MICROGOTAS FLEX C/ INJET. E AR LATERAL |	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT	1.000	R$ 1,77	R$ 1.770,00
0154	- LUVA CIRURGICA ESTÉRIL N.6,5	ABL	ABL	700	R$ 1,39	R$ 973,00
0171	- MEDIDOR DE GLISEMIA ON CALL PLUS	ON CALL PLUS	ON CALL PLUS	100	R$ 57,54	R$ 5.754,00

A contratação se dará nas mesmas condiçoes propostas elo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 90 § 2°, da lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a aquiesciência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela renovação da licitação.

São Tomé - RN 03 de Agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:70831D81

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025 PROCESSO ADMINISTRTIVO Nº 11039171-2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº22/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico 03/2025 Ata de Registro De Preço n° 22/2025

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO.

O Município de São Tomé, através de seu Prefeito Municipal, toma público que em face de pareceres emitidos nos altos e em conformidade com o artigo. 90 § 2 da Lei 14.133 de Abril de 2021. Convoca o licitante remanescente, do certame Pregão Eletrônico 10/2025, fica assim a empresa herdando o item citado.

ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI CNPJ N° 27.029.083/0001-06						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca /Fabricante**	**Qtde**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
0107	- ESTETOSCOPIO ADULTO	ACCUMED	ACCUMED	60	17,80	R$ 1.068,00
0129	GEL PARA ULTRASON E FISIOTERAPIA GALAO 5LTS	FORTSAN	FORTSAN	40	R$ 27,69	R$ 1.107,60
0130	GELCO N 14	OLIMED	OLIMED	1.000	R$ 0,92	R$ 920,00
0196	POVIDINE DEGERMANTE 1.000ML |	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	100	R$ 49,72	R$ 4.972,00
0210	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25 X 7MM	SALDANH A RODRIG	SALDANH A RODRIG	16.000	R$ 0,32	R$ 5.120,00
0211	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML C/AG 13 X 4,5	SALDANH A RODRIG	SALDANH A RODRIG	70.000	R$ 0,20	R$ 14.000,00
0215	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML COM AGULHA 25 X 7MM	SALDANH A RODRIG	SALDANH A RODRIG	18.000	R$ 0,20	R$ 3.600,00

A contratação se dará nas mesmas condiçoes propostas elo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 90 § 2°, da lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a aquiesciência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela renovação da licitação.

São Tomé - RN 03 de Agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:27C332F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
REGULAMENTO DO FESTIVAL DE PRÊMIOS DO DIA DOS PAIS 2026 DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO FESTIVAL DE PRÊMIOS DO DIA DOS PAIS PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E A

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento estabelece as normas para participação no Festival de Prêmios do Dia dos Pais, promovido pela Prefeitura Municipal de São Tomé/RN, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, em comemoração ao Dia dos Pais.

Art. 2º O evento será realizado no dia 14 de agosto de 2026, a partir das 18h30, na Praça Antônio Pereira da Silva, sendo aberto ao público e com classificação livre.

Art. 3º A programação compreenderá:

I – apresentação musical ao vivo com João Marcos e Som Silva, a partir das 18h30;
II – realização do Festival de Prêmios mediante sorteio das cartelas distribuídas previamente pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Art. 4º Durante o evento, o sistema de sonorização observará os limites legais de emissão sonora permitidos para espaços públicos destinados à convivência familiar.

CAPÍTULO II
DAS CARTELAS

Art. 5º As cartelas do Festival de Prêmios serão distribuídas gratuitamente pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, conforme cronograma constante no Anexo I deste Regulamento.

Art. 6º A entrega das cartelas ocorrerá nas comunidades rurais e na zona urbana, observando-se os locais, datas e horários previamente estabelecidos.

Art. 7º A distribuição será realizada por ordem de chegada, até o limite de cartelas disponibilizadas para cada local.

Art. 8º Para recebimento da cartela será obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

I – CPF;
II – Comprovante de residência atualizado.

Parágrafo único. A entrega das cartelas será realizada aos Pais ou a um representante da família que possa dar as informações contidas no art. 8ª, conforme organização estabelecida pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

CAPÍTULO III
DA PARTICIPAÇÃO

Art. 9º Poderão participar do Festival de Prêmios as pessoas que:
I – possuírem cartela oficial distribuída pela Prefeitura Municipal;
II – forem maiores de 18 (dezoito) anos;
III – estiverem presentes no local do evento no momento da realização do sorteio.

Art. 10. O participante deverá apresentar documento oficial com foto para conferência de sua identidade quando contemplado.

Art. 11. Caso o número sorteado não esteja presente ou o participante não comprove sua identificação, será imediatamente realizado novo sorteio.

CAPÍTULO IV
DOS PRÊMIOS

Art. 12. Serão distribuídos os seguintes prêmios:

I – 1º Prêmio: R$ 500,00 (quinhentos reais);
II – 2º Prêmio: R$ 500,00 (quinhentos reais);
III – 3º Prêmio: R$ 500,00 (quinhentos reais);
IV – 4º Prêmio: R$ 500,00 (quinhentos reais);
V – 5º Prêmio: R$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 13. A ordem dos sorteios obedecerá à sequência estabelecida neste Regulamento.

CAPÍTULO V
DO PAGAMENTO DA PREMIAÇÃO

Art. 14. O pagamento da premiação será realizado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de São Tomé.

Art. 15. O prêmio será pago até o quinto dia útil após a realização do evento.

Art. 16. O pagamento será efetuado exclusivamente, mediante transferência bancária identificada para conta de titularidade do contemplado.

Art. 17. Para recebimento do prêmio, o ganhador deverá:
I – apresentar documento oficial de identificação com foto;
II – informar os dados bancários de sua titularidade;
III – assinar recibo físico de quitação da premiação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Não haverá substituição de cartelas perdidas, extraviadas, rasuradas ou danificadas.

Art. 19. A participação no Festival implica plena aceitação das normas constantes deste Regulamento.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 21. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

São Tomé/RN, 03 de agosto de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

LUCICARLA PEREIRA DA SILVA
Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

ANEXO I
CRONOGRAMA DE ENTREGA DAS CARTELAS DO FESTIVAL DE PRÊMIOS DO DIA DOS PAIS – 2026

Os Pais ou seus representantes deverão levar CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO		
COMUNIDADES	**LOCAL**	**DATA E HORA**
BARRENTAS, CACHOEIRINHA SANTA LUZIA, CAPIM AÇU E CARRAPATEIRA	UBS SANTA LUZIA	**10/08 – 14h**
GAMELEIRA E GAMELEIRA DE BAIXO	UBS DA GAMELEIRA	**10/08 – 15h00minh**
CHAVES BELAS, SERRA DO RAIMUNDO, SALGADINHO E GAMELEIRA DE CIMA	SEDE DA ASSOCIAÇÃO	**10/08 – 15h30min**
COTOVELO E EXTREMA	UBS DO COTOVELO	**11/08 – 08:30h**
VILA SÃO FRANCISCO, CERCA CORONHA, PINTOS E MALHADA DO RIO	ESCOLA DA VILA	**11/08- 09:30h**
FOMENTO E PEDRA DO NAVIO	RESIDÊNCIA DE CAXIXI	**11/08 – 10:30h**

MORADA NOVA E RIACHO VERDE	ESCOLA DE MORADA NOVA	**11/08 – 08:30h**
RIACHO FECHADO E OTICICA	RESIDÊNCIA DE JOÃO MOREIRA	**11/08- 10h**
PEDRA PRETA DE BAIXO	ESCOLA DE PEDRA PRETA	**11/08 – 14h**
BOA VISTA, MATINHA, ROÇA E MULUNGU	RESIDENCIA DE DONA LAURA	**11/08 – 15h**
PEDRA PRETA DE CIMA, MUNDO NOVO, GAMELEIRA DO BONFIM E PASSAGEM DA JUREMA.	RESIDENCIA DE DONA ANA	**11/08 – 14h**
SERRA DO LAMEIRO E SERRINHA	RESIDÊNCIA DE DONA JOANA	**11/08 – 15h**
CARNAÚBA E VARZEA	RESIDENCIA DE ELZO	**12/08 – 08:30h**
GERIGUAÇU E SÃO BOA VENTURA	SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE SÃO BOA VENTURA	**12/08– 08:30h**
ESPINHEIRO, RAPOSA, SERRA AGUDA E SÃO PAULO.	UBS DO ESPINHEIRO	**12/08 – 10 h**
INGÁ DE SANTA LUZIA E PORTEIRAS.	UBS DO INGÁ	**12/08 – 14h**
SERRA VERDE	NA UBS CASA DE NIVALDO	**13/08 – 09h**
SUCAVÃO	CASA DE ROSA	**13/08 – 14h**
QUIXABA, RIACHO DE FORA E SERRA DO TIGRE.	ESCOLA DO RECREIO	**13/08 – 14:30h**
BARREIROS, BARRA, INGÁ DO PICA PAU, PIABAS, SANTA MARIA, SÃO MIGUEL, ANGICO TORTO,	ASSISTÊNCIA	**11,12 e 13/08 08 ÀS 14 h**
ZONA URBANA	ASSISTÊNCIA	**11,12 e 13/08 08 ÀS 14 h**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:9E9A5345

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 254/2026

Pregão Eletrônico- SRP Nº. 15/2025 -PROCESSO Nº 125/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE-RN, CNPJ: 08.308.470/0001-29, representado pela Senhora Jane Maria Soares de Medeiros, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.261.481/0001-05, representado pelo Senhor Francisco Lins de Medeiros Junior,considerando o julgamento da licitação na modalidadePregão Eletrônicona forma eletrônicapara REGISTRO DE PREÇOS Nº15 / 2025 publicada na FEMURN,RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas noEdital de licitação paraAQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ELÉTRICOS E ELETROELETRÔNICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO DO EDITAL.,sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 115/2023 e no Decreto Federal Nº 11.462/2023,e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para**AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ELÉTRICOS E ELETROELETRÔNICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO DO EDITAL.**especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexoI do edital de Licitação do**Pregão Eletrônico -SRPNº.15/2025 -**que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA**		
CNPJ: **20.481.118/0001-96**		
Email: rumo.licitacao@gmail.com	Telefone: 4730413006 | (47) 99195-2876	
Endereço: **R JULIETE WALDRICH, 663 ., Encano, Indaial/SC, CEP: 89086-580**		
Representante: **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** - CPF: **073.XXX.XXX-35**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
28	0000997 - BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS INOX - 220V, Gabinete Estrutural Fabricado em In BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS INOX - 220V, Gabinete Estrutural Fabricado em Inox ì403, Reservatório Confeccionado em Polipropileno Atóxico, Serpentina Interna em Inox ì304, Boia Controladora do Nível de água, Aparador de água (pingadeira) em ABS, Dreno ìde escoamento embutido, Unidade Condensadora EMBRACO, Isolamento Térmico EPS, Sistema ìde Refrigeração Balanceado, Baixo Consumo de Energia ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: Armazena ì100 Litros de água gelada,Capacidade de Refrigeração de 180 L/hora, 03 Torneiras em ìMetal Cromado, Gás Refrigerante Ecológico R134A, Termostato Regulador de Temperatura, ìDimensões: 130x70x65 cm (Alt x Larg x Prof),Peso: 50 Kg, Tensão: 220 ou bivolt.	ECOBLU	UN	12	2.375,51	28.506,12

VALOR TOTAL DO REGISTRO:28.506,12vinte e oito mil, quinhentos e seis reais e doze centavos

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Município de São Vicente/RN CNPJ: 08.308.470/0001-29.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação na imprensa oficial do município, encerrando em:**28 de julho de 2027**podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no instrumento convocatório e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do no instrumento convocatório, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.1.1.1. Restringindo-se o reequilíbrio a alguns itens fornecidos em circunstâncias específicas, a ata poderá prever preços distintos na forma do artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.3.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.3 e no item 7.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL Nº 15/2025
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada digitalmente pelas partes, para que produza todos os seus efeitos legais.

SÃO VICENTE/RN 28 DE JULHO DE 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal
Município De São Vicente – CNPJ: 08.308.470/0001-29
Órgão Gerenciador

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JÚNIOR
Gestor Do Fundo Municipal De Saúde
CNPJ: 11.261.481/0001-05
Órgão Participante

Felipe Altamiro Espindola - CNPJ: 20.481.118/0001-96.
Representante Legal:
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA
Empresa Detentora Do Registro

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E68DF589

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO SUPLEMENTAR 18 - 2026 SENADOR ELÓI DE SOUZA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 18 DE 01 de junho de 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.537.282,32 (um milhão, quinhentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 519 de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.537.282,32 (um milhão, quinhentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), destinados às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, Parágrafo único da Lei Orçamentária Anual nº 519/2025, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 01 de junho de 2026

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.537.282,32**
02 .001 Sec. Mun. do Gabinete Civil e Articul. Politica					**3.782,32**
	2003 Manutenção das Açoes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**3.782,32**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.782,32
03 .001 Sec.Munic. de Administração e Finanças					**171.000,00**
	2006 Contribuição para Formação do PASEP				**56.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	56.000,00
	2008 Manut.das Ações da Sec.de Administração e Finanças				**115.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
05 .001 Sec. Municipal de Educação					**195.000,00**
	2077 Programa do Transporte Escolar - PETERN				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15760000	0001	20.000,00
	2102 Manutenção de ações voltadas ao Transporte dos Alunos dos Ensinos Universitários e Técnicos				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	60.000,00
	2162 Celebração de Contrato de Gestão - Ensino Infantil				**100.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	100.000,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**852.500,00**
	2155 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A				
					75.000,00
	SAÚDE				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	75.000,00
	2156 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A SAÚDE - MAC				**160.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	110.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17103220	0001	50.000,00
	2164 Celebração de Contrato de Gestão - FMS				**100.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001002	0001	100.000,00
	2165 Celebração de Contrato de Gestão - Atenção Primária				**517.500,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	517.500,00
08 .001 Sec. Munic. De Infraestrutura e Obras e Serv.Urb.					**285.000,00**
	2058 Manut.das Ações da Sec.de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos				**285.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15000000	0001	115.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	70.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
10 .001 Sec.Munic. De Agricul, Pec. Pesca e Meio Ambiente					**10.000,00**
	2063 Manutenção das Açoes da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
17 .001 Sec.Munic.de Segurança Publica e Transpo					**20.000,00**
	2100 Manutenção da Secretaria de Segurança Pública e Transporte				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**1.537.282,32**
02 .001 Sec. Mun. do Gabinete Civil e Articul. Politica					**3.782,32**
	2003 Manutenção das Açoes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**3.782,32**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.782,32
03 .001 Sec.Munic. de Administração e Finanças					**281.000,00**
	1056 Amortização da Divida e Juros, Junto ao Instituto de Previdência Municipal				**266.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL	15000000	0001	266.000,00

		RESGATADO			
	2008 Manut.das Ações da Sec.de Administração e Finanças				**15.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.000,00
05 .001 Sec. Municipal de Educação					**265.000,00**
	1005 Aquisição de Veiculos - Educação				**70.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	70.000,00
	1006 Const. Ampl. e Ref. de Unidades Ensino Fundamental				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	60.000,00
	1007 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Ensino Fundamental				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15760000	0001	20.000,00
	1013 Construção , Ampl.e Reforma de Escolas - Ensino Infantil				**115.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	115.000,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**335.000,00**
	1012 Construção,Ampliação, Reforma e Instalação de Unidades de Saúde				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	100.000,00
	1050 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel Médico Odontológica				**185.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	59.750,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16213210	0001	110.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16350000	0001	15.250,00
	1077 Construção de Posto de Saúde (PONTO DE APOIO) - Emenda Impositiva				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16013110	0001	50.000,00
08 .001 Sec. Munic. De Infraestrutura e Obras e Serv.Urb.					**622.500,00**
	1024 Melhoria no Calçadão na Principal entrada da Cidade				**5.125,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.125,00
	1027 Melhoramento da Infraestrutura das Estradas				**18.803,53**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	13.750,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	5.053,53
	1028 Const.e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas				**263.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	120.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	18.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	90.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	35.000,00
	1029 Construção e Reforma de Praças Públicas				**14.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	14.500,00
	1030 Urbanização de Acesso á Cidade, Praças e Canteiros				**2.625,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.625,00
	1032 Ampliação e Modernização de Cemitério				**74.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	13.750,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	60.750,00
	1033 Construção de Portico				**61.750,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.750,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	55.000,00
	1041 Construção de Abrigos Rodoviários				**13.750,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	13.750,00
	1043 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos				**95.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063110	0001	45.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063120	0001	50.000,00
	2058 Manut.das Ações da Sec.de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos				**12.196,47**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.196,47
	2059 Adequação e Modernação da Feira livre				**16.750,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.375,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	14.375,00
	2094 Instalação do sistema de Monitoramento em Áreas Públicas				**14.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	14.500,00
	2159 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A INFRAESTRUTURA E OBRAS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063110	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063120	0001	5.000,00
10 .001 Sec.Munic. De Agricul, Pec. Pesca e Meio Ambiente					**10.000,00**
	2063 Manutenção das Açoes da Secretaria de Agricultura,Pecuária,Pesca e Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
17 .001 Sec.Munic.de Segurança Publica e Transpo					**20.000,00**
	2082 Manutenção das Ações da Guarda Municipal				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.500,00

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:A6E47F6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 73-2026 ELÓI DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN
Praça Nossa Senhora de Lourde, 69, Centro - Senador Eloi de Souza/RN CEP: 59250000 -

PORTARIA Nº 73, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DE 02 de janeiro de 2026

Dispõe sobre o remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício , dentro do orçamento geral, este instituído pela Lei Municipal nº 11 /2021, o valor de R$ 2.207.227,26 (dois milhões, duzentos e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas, entre as dotações especificadas no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face o que trata o artigo anterior, o remanejamento, em igual valor, de saldo de dotações orçamentárias especificadas no Anexo Il desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN, 02 de janeiro de 2026

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.207.227,26**
01 .001 Camara Municipal					**128.994,41**
	2001 Manut. das Ações Legislativa				**128.994,41**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.994,41
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	123.000,00
02 .001 Sec. Mun. do Gabinete Civil e Articul. Politica					**105.380,00**
	2070 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**95.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	95.500,00
	2003 Manutenção das Açoes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**9.880,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.880,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	6.000,00
03 .001 Sec.Munic. de Administração e Finanças					**177.000,00**
	2006 Contribuição para Formação do PASEP				**53.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	44.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17200000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	6.000,00
	2007 Contribuição á AMLAP, FEMURN E A CNM				**50.000,00**
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	50.000,00
	2008 Manut.das Ações da Sec.de Administração e Finanças				**74.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	59.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	5.000,00
05 .001 Sec. Municipal de Educação					**451.139,00**
	2012 Manut. Açoes da Secretaria de Educação				**148.300,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	8.300,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	50.000,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	75.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	5.000,00
	2013 Manut. das Açoes do Ensino Fundamental - Fundeb 70%				**68.800,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	68.800,00
	2072 Manutenção das Ações do Ensino Infantil CRECHE - FUNDEB 70%				**216.861,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	216.861,00
	2077 Programa do Transporte Escolar - PETERN				**11.178,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15760000	0001	11.178,00
	2096 Programa do Transporte Escolar Ensino Médio - PETERN				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	6.000,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**693.975,69**
	1012 Construção,Ampliação, Reforma e Instalação de Unidades de Saúde				**34.556,64**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	34.556,64
	1049 Aquisição de Equipamentos e Material Permanete - MAC				**250.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17103220	0001	250.000,00
	2031 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**49.963,90**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	16.963,90

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	30.000,00
	2034 Manut.das Ações da Estratégia da Saúde da Familia - ESF				**30.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	30.000,00
	2035 Manut.das Ações do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**184.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	184.000,00
	2036 Manutenção das Ações Saúde Bucal- PSB				**12.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	12.000,00
	2040 Manut.das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC				**80.000,00**
		3.3.40.41 CONTRIBUIÇÕES	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	60.000,00
	2045 Manut.das Ações do Prog.de Vigilância				
					8.455,15
	Epidemiológica e Controle de Doenças				
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	8.455,15
	1076 Aquisição de Equipamentos e Material Permanete - Atenção Básica				**15.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	10.000,00
	2149 CONCESSÃO DE ABONO SALARIAL À ENFERMEIROS, MÉDICOS ,TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**30.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	30.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Assistencia Social					**58.076,62**
	2052 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				**53.624,62**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	52.117,77
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.506,85
	2054 Manut.das AÇÕES do Programa Bolsa Familia- IGDPBF				**4.452,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	4.452,00
08 .001 Sec. Munic. De Infraestrutura e Obras e Serv.Urb.					**195.000,00**
	2058 Manut.das Ações da Sec.de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos				**12.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	12.000,00
	2060 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica				**83.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	18.000,00
	1079 Construção de uma praça no Assentamento Passagem do Juazeiro - Emenda Impositiva				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17103210	0001	100.000,00
10 .001 Sec.Munic. De Agricul, Pec. Pesca e Meio Ambiente					**195.500,00**
	2063 Manutenção das Açoes da Secretaria de Agricultura,Pecuária,Pesca e Meio Ambiente				**120.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	32.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	74.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
	2069 Manut.das Ações do Prog de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
	2088 Manutenção das Ações do Programa Garantia Safra				**15.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	2148 Manutenção do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Liquidos				**10.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	10.000,00
17 .001 Sec.Munic.de Segurança Publica e Transpo					**73.500,00**
	2100 Manutenção da Secretaria de Segurança Pública e Transporte				**73.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	34.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer					**2.000,00**
	2081 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer				**2.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.000,00
20 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**126.661,54**
	2103 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo				**126.661,54**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	661,54
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	121.000,00
Anexo II (Redução)					**2.207.227,26**
01 .001 Camara Municipal					**128.994,41**
	2001 Manut. das Ações Legislativa				**128.994,41**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.994,41
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	48.000,00

		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
02 .001 Sec. Mun. do Gabinete Civil e Articul. Politica					**105.380,00**
	2070 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**56.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	29.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2098 Manut.das Ativs.de Artic.Politica e Inst				**39.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	14.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	7.375,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	7.375,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	250,00
	2003 Manutenção das Açoes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**9.880,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	9.880,00
03 .001 Sec.Munic. de Administração e Finanças					**177.000,00**
	2007 Contribuição á AMLAP, FEMURN E A CNM				**32.250,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	26.250,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	6.000,00
	2008 Manut.das Ações da Sec.de Administração e Finanças				**144.750,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	63.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	19.110,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	23.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15010000	0001	4.640,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
05 .001 Sec. Municipal de Educação					**451.139,00**
	1005 Aquisição de Veiculos - Educação				**45.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	45.000,00
	1007 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Ensino Fundamental				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15760000	0001	10.000,00
	2012 Manut. Açoes da Secretaria de Educação				**109.300,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	98.300,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.000,00
	2013 Manut. das Açoes do Ensino Fundamental - Fundeb 70%				**68.800,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	68.800,00
	2072 Manutenção das Ações do Ensino Infantil CRECHE - FUNDEB 70%				**216.861,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	216.861,00
	2077 Programa do Transporte Escolar - PETERN				**1.178,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15760000	0001	1.178,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**693.975,69**
	1012 Construção,Ampliação, Reforma e Instalação de Unidades de Saúde				**34.556,64**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	34.556,64
	1049 Aquisição de Equipamentos e Material Permanete - MAC				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	10.000,00
	2031 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**308.419,05**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	38.455,15
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	19.963,90
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	250.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE				**62.875,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	25.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	10.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	17.875,00
	2035 Manut.das Ações do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**156.125,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	36.250,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	62.500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	7.375,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2036 Manutenção das Ações Saúde Bucal- PSB				**12.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	7.000,00
	2040 Manut.das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC				**80.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	20.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	60.000,00

	2149 CONCESSÃO DE ABONO SALARIAL À ENFERMEIROS, MÉDICOS ,TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	30.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Assistencia Social					**58.076,62**
	2052 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				**53.624,62**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	14.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	7.375,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	7.375,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.375,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	9.492,77
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.506,85
	2054 Manut.das AÇÕES do Programa Bolsa Familia- IGDPBF				**4.452,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	4.452,00
08 .001 Sec. Munic. De Infraestrutura e Obras e Serv.Urb.					**195.000,00**
	1043 Aquisição de Veículos e Outros Equipamen tos				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063120	0001	50.000,00
	2058 Manut.das Ações da Sec.de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos				**72.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	12.000,00
	2059 Adequação e Modernação da Feira livre				**3.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.500,00
	2060 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
	2092 Manutenção do Aterro Sanitário				**14.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	14.500,00
	1079 Construção de uma praça no Assentamento Passagem do Juazeiro - Emenda Impositiva				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	50.000,00
10 .001 Sec.Munic. De Agricul, Pec. Pesca e Meio Ambiente					**195.500,00**
	1039 Reforma e Reinstalação de Casas de Farinha Comunitárias				**24.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	24.000,00
	1045 Construção Recuperação Poços Tubulares				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	1046 Const. Ref. Ampl. do Matadouro Publico				**29.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	18.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.000,00
	2063 Manutenção das Açoes da Secretaria de Agricultura,Pecuária,Pesca e Meio Ambiente				**72.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	11.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.875,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.750,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	7.875,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2064 Manutenção das Ações do Setor de Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2065 Manutenção das Ações doPrograma Agroamigo				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
	2069 Manut.das Ações do Prog de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2089 Recuperação de Pequenos Açudes de Pequenos Agricultores				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
17 .001 Sec.Munic.de Segurança Publica e Transpo					**73.500,00**
	2100 Manutenção da Secretaria de Segurança Pública e Transporte				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	9.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	2082 Manutenção das Ações da Guarda Municipal				**16.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2160 Manutenção das Ações do Setor de Transportes				**17.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.000,00

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer					**2.000,00**
	2081 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer				**2.000,00**
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
20 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**126.661,54**
	1060 Construção do Mercado de Artesanato				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.000,00
	1069 Construção de Melhorias de Infraestrutura Turística				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
	2025 Instalação e Manut.de Coral e Banda Musical Oficial				**10.661,54**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	661,54
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	2027 Apoio a Programas de Incentivo e Valorização da Cultura, e a Promoção de Eventos Culturais				**54.605,80**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	44.605,80
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	2103 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo				**39.394,20**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	9.394,20

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:6EABD6EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 74-2026 ELÓI DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN
Praça Nossa Senhora de Lourde, 69, Centro - Senador Eloi de Souza/RN CEP: 59250000 -
PORTARIA Nº 74, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ,DE 02 de fevereiro de 2026

Dispõe sobre o remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício , dentro do orçamento geral, este instituído pela Lei Municipal nº 519/2025, o valor de R$ 1.442.292,04 (um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e quatro centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas, entre as dotações especificadas no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face o que trata o artigo anterior, o remanejamento, em igual valor, de saldo de dotações orçamentárias especificadas no Anexo Il desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN, 02 de fevereiro de 2026

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.442.292,04**
02 .001 Sec. Mun. do Gabinete Civil e Articul. Politica					**53.000,00**
	2070 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
	2003 Manutenção das Açoes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	3.000,00
03 .001 Sec.Munic. de Administração e Finanças					**207.303,40**
	2006 Contribuição para Formação do PASEP				**76.053,40**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	16.053,40
	2008 Manut.das Ações da Sec.de Administração e Finanças				**131.250,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.250,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
05 .001 Sec. Municipal de Educação					**178.750,00**
	1008 Const. Amp. e Reforma de Quadra Esporte na Unidade de Ensino				**30.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	30.000,00
	2012 Manut. Açoes da Secretaria de Educação				**80.625,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	30.625,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	50.000,00
	2018 Manutenção da Cota Salario Educação				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	30.000,00
	2028 Programa da Alimentação Escolar PNAE - EJA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	20.000,00
	2074 Manutenção das Ações do Ensino de Jovens e Adultos - FUNDEB 70%				**18.125,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	18.125,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**558.492,48**
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE				**106.750,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	26.750,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	60.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	20.000,00
	2034 Manut.das Ações da Estratégia da Saúde da Familia - ESF				**80.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	40.000,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
	2035 Manut.das Ações do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**16.242,48**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	16.242,48
	2036 Manutenção das Ações Saúde Bucal		**- PSB**		**50.000,00**

		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	50.000,00
	2040 Manut.das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	30.000,00
	2164 Celebração de Contrato de Gestão - FMS				**70.500,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16003110	0001	500,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16003110	0001	50.000,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16003120	0001	20.000,00
	2165 Celebração de Contrato de Gestão - Atenção Primária				**25.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	25.000,00
	2166 Celebração de Contrato de Gestão - MAC				**180.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	30.000,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16213210	0001	150.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Assistencia Social					**59.000,00**
	2052 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				**59.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	9.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
08 .001 Sec. Munic. De Infraestrutura e Obras e Serv.Urb.					**20.000,00**
	2058 Manut.das Ações da Sec.de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	20.000,00
10 .001 Sec.Munic. De Agricul, Pec. Pesca e Meio Ambiente					**146.000,00**
	2063 Manutenção das Açoes da Secretaria de Agricultura,Pecuária,Pesca e Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2069 Manut.das Ações do Prog de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				**136.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	136.000,00
17 .001 Sec.Munic.de Segurança Publica e Transpo					**10.000,00**
	2100 Manutenção da Secretaria de Segurança Pública e Transporte				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer					**142.546,16**
	1011 Reforma e Ampl.do Ginásio Poliesportivo				**132.546,16**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	132.546,16
	2081 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
20 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**67.200,00**
	2103 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo				**67.200,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	7.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.200,00

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	6.500,00
Anexo II (Redução)					**1.442.292,04**
02 .001 Sec. Mun. do Gabinete Civil e Articul. Politica					**53.000,00**
	2070 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**6.255,00**
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.255,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
	1002 Aquisição de Veiculos para Gabinete				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	2003 Manutenção das Açoes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**36.745,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	26.370,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.375,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00

03 .001 Sec.Munic. de Administração e Finanças					**207.303,40**
	1053 Amortização da Dívida e juros, Junto a Cosern				**7.375,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	7.375,00
	1054 Amortazição da Divida e Juros, Junto à CAERN				**7.375,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	7.375,00
	1055 Amortização da Dívida e Juros, junto ao INSS				**1.303,40**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	1.303,40
	1056 Amortização da Divida e Juros, Junto ao Instituto de Previdência Municipal				**60.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	60.000,00
	2008 Manut.das Ações da Sec.de Administração e Finanças				**131.250,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	55.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	66.250,00
05 .001 Sec. Municipal de Educação					**178.750,00**
	1005 Aquisição de Veiculos - Educação				**30.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	30.000,00
	2012 Manut. Açoes da Secretaria de Educação				**80.625,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	80.625,00
	2013 Manut. das Açoes do Ensino Fundamental - Fundeb 70%				**18.125,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	18.125,00

	2015 Programa de Alimentação Escolar PNAE - Ensino Fundamental				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	20.000,00
	2018 Manutenção da Cota Salario Educação				**30.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	30.000,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**558.492,48**
	1049 Aquisição de Equipamentos e Material Permanete - MAC				**10.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	10.500,00
	1050 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel Médico Odontológica				**40.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	40.000,00
	2031 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**166.242,48**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	166.242,48
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE				**40.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	20.000,00
	2034 Manut.das Ações da Estratégia da Saúde da Familia - ESF				**20.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	20.000,00
	2036 Manutenção das Ações Saúde Bucal- PSB				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	30.000,00
	2039 Manutenção e Melhorias da Qualidade do PMAQ				**26.750,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	26.750,00
	2040 Manut.das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC				**60.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	30.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	30.000,00
	2043 Manut.das Ações do Programa de Vigilância Sanitária				**20.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	20.000,00
	1076 Aquisição de Equipamentos e Material Permanete - Atenção Básica				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	50.000,00
	2164 Celebração de Contrato de Gestão - FMS				**70.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001002	0001	70.000,00

	2165 Celebração de Contrato de Gestão - Atenção Primária				**25.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16003110	0001	25.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Assistencia Social					**59.000,00**
	2049 Manut.das Ações do Programa de Proteção Social Básica - PSB				**20.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
	2052 Manut.das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				**9.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.000,00
	2054 Manut.das AÇÕES do Programa Bolsa Familia - IGDPBF				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
08 .001 Sec. Munic. De Infraestrutura e Obras e Serv.Urb.					**20.000,00**
	2058 Manut.das Ações da Sec.de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
10 .001 Sec.Munic. De Agricul, Pec. Pesca e Meio Ambiente					**146.000,00**
	1039 Reforma e Reinstalação de Casas de Farinha Comunitárias				**50.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	14.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	15000000	0001	6.000,00

		PERMANENTE			
	2063 Manutenção das Açoes da Secretaria de Agricultura,Pecuária,Pesca e Meio Ambiente				**24.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	14.500,00
	2065 Manutenção das Ações doPrograma Agroamigo				**7.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.000,00
	2089 Recuperação de Pequenos Açudes de Pequenos Agricultores				**34.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	14.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	14.500,00
	2090 Apoio ao Evento da Caprifeira				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00

	2148 Manutenção do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Liquidos				**10.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15000000	0001	10.000,00
17 .001 Sec.Munic.de Segurança Publica e Transpo					**10.000,00**
	2082 Manutenção das Ações da Guarda Municipal				**10.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer					**142.546,16**
	1011 Reforma e Ampl.do Ginásio Poliesportivo				**99.175,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15730000	0001	26.800,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	72.375,00
	1015 Const. e Reforma de Quadras Poliesportivas				**22.125,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	11.375,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	10.750,00
	1066 Construção Ampl.e Melhorias do Campo de Futebol				**11.246,16**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	11.246,16
	2081 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
20 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**67.200,00**
	2025 Instalação e Manut.de Coral e Banda Musical Oficial				**12.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.700,00
	2027 Apoio a Programas de Incentivo e Valorização da Cultura, e a Promoção de Eventos Culturais				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
	2103 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN, 02 de fevereiro de 2026

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:C8547D70

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 093 - 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 093/2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL, NO VALOR DE R$ 2.078.914,39 (DOIS MILHÕES E SETENTA E OITO MIL NOVECENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Hudson Kênio de Moura Azevedo – Prefeito Municipal de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 68, VI, da Lei Orgânica do Município de Serra do Mel.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, concedida pelo art. 7º, da Lei Municipal nº 1154/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA - 2026, de 30 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3702, do dia 06 de janeiro de 2026.

CONSIDERANDO o disposto no art. 26, § 5º, da Lei Municipal nº 1073/2024, de 30 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3700, 02 de janeiro 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do município de Serra do Mel, no exercício corrente, no valor de R$ 2.078.914,39 (Dois milhões e setenta e oito mil novecentos e quatorze reais e trinta e nove centavos), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, I e 42, da Lei nº 4.320/64, conforme especificações orçamentárias a seguir:

03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção básica				
Programa	0021	Fortalecimento da atenção básica em saúde				
Ação	2146	Gestão e manutenção das ações do programa estratégia saúde da família				
Natureza da Despesa	3	Despesas de Corrente				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	Fonte de Recurso	26003110	R$	520.414,39
Elemento de Despesa	339039	Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	Fonte de Recurso	26003120	R$	500.000,00
Total da Suplementação (R$)						**1.020.414,39**

03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel				
Ação	2151	Gestão e manutenção das atividades do centro de especialidades em saúde				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	Fonte de Recurso	17040000	R$	1.058.500,00
Valor da Suplementação (R$)						**1.058.500,00**
Valor total da Suplementação (R$)						**2.078.914,39**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de **Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias** nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção básica				
Programa	0021	Fortalecimento da atenção básica em saúde				
Ação	2146	Gestão e manutenção das ações do programa estratégia saúde da família				
Natureza da Despesa	3	Despesas de Corrente				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de mão de obra	Fonte de Recurso	26003110	R$	520.414,39
Elemento de Despesa	339037	Locação de mão de obra	Fonte de Recurso	26003120	R$	500.000,00
Total da Suplementação (R$)						**1.020.414,39**

03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel				
Ação	2151	Gestão e manutenção das atividades do centro de especialidades em saúde				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de mão de obra	Fonte de Recurso	17040000	R$	1.058.500,00
Valor da Anulação (R$)						**1.058.500,00**
Valor total da Anulação (R$)						**2.078.914,39**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, em 03 de agosto de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:84A62CD3

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO DA HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
LICITAÇÃO N.º 767/2026

LICITAÇÃO N.º 767/2026

OBJETO:Aquisição de FRISADORES PARA FLORES ARTIFICIAIS, para serem utilizados nos cursos ofertados no CRAS com o intuito de Fortalecimento de Vínculo com a população Serra do Mel - RN.
MODALIDADE: 767/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o artigo 75 inciso II da Lei 14.13/21.
HOMOLOGO o presente procedimento tendo em vista está elaborado de acordo com a legislação vigente.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: DSS FERRAMENTAS PARA ARTESANATOS LTDA							
CNPJ: 29012681000190							
Endereço: R VEREADOR PEDRO GILSON DE OLIVEIRA PAIVA, Nº 52, OUTRA BANDA, /CE							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**70626**	**Kit Frisadores para Flores Artificiais em alumínio, composto por 28 unidades, sendo os frisadores nos modelos: Folha universal, Flor do algodão, Verônica, Apiadinha, Érica, Rosa grande, Folha da ameixa, Copo de leite, Lírio imperial, Sapo, Botão grande, Maria grande, Cacto candelabro, Gérbera, Estrela do oriente, Cajado, Folhinha, Angélica, Pétala da rosa virada, Borboleta, Maria média, Folha da manga, Brinco de princesa, Botão colombiano, Rosa chilena, Maria pequena, Botão mirim e Rosa mirim.**	**UND**		**1,00**	**6.900,0000**	**6.900,00**
						Total	6.900,00

Valor total da contratação 6.900,00
Encaminhe o processo ao Senhor Secretário da Pasta, para deliberação superior.

Serra do Mel/RN, 28/07/2026.

THAYNA AZEVEDO DE OLIVEIRA
Secretária do Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Paulo Macelo da Silva Braga
Código Identificador:471AC403

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO IV

MUNICIPIO DE TAIPU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias	Exercício: **2026**				
Bimestre: 3/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00			
Receita Patrimonial	0,00	0,00			
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00			
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00			
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00			
Receita de Serviços	0,00	0,00			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00			
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00			
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00			
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00			
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)

Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00				
Outros Aportes para o RPPS	0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00			
Receita Patrimonial	0,00	0,00			
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00			
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00			
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00			
Receita de Serviços	0,00	0,00			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00			
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00			
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Receitas Correntes	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00			
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO(XIX)=(XVII-XVIII)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:67DFDDF6

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO VI

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
MUNICIPIO DE TAIPU		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal		Exercício: **2026**
Bimestre: 3/2026		
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026
		RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	73.027.100,00	29.356.810,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.802.150,00	623.442,86
IPTU	67.000,00	52.090,42
ISS	805.000,00	249.082,32
ITBI	73.000,00	1.935,90
IRRF	852.150,00	275.647,37
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.000,00	44.686,85
Receitas de Contribuições	542.000,00	271.787,29
Receita Patrimonial	343.100,00	2.255.499,61
Aplicações Financeiras (II)	343.100,00	2.255.499,61
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	69.189.850,00	26.137.619,09
Cota-Parte do FPM	24.761.000,00	11.043.738,10
Cota-Parte do ICMS	4.323.000,00	2.525.833,32
Cota-Parte do IPVA	235.000,00	68.831,43
Cota-Parte do ITR	12.000,00	2.327,31
Transferências da LC 61/1989	3.850,00	10.629,52
Transferências do FUNDEB	17.811.000,00	9.156.980,86
Outras Transferências Correntes	22.044.000,00	3.329.278,55
Demais Receitas Correntes	1.150.000,00	68.461,96
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.150.000,00	68.461,96
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	72.684.000,00	27.101.311,20
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.054.813,00	2.500.000,00
Operações de Crédito (VIII)	2.500.000,00	2.500.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	15.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	15.000,00	0,00

Transferências de Capital	539.813,00	0,00
Convênios	539.813,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	554.813,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	73.238.813,00	27.101.311,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	73.238.813,00	27.101.311,20

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	65.848.870,16	46.358.713,68	25.699.727,14	24.086.704,95	646.315,58	1.773.439,20	1.773.389,20
Pessoal e Encargos Sociais	36.940.115,16	29.354.012,62	13.069.481,55	13.061.314,98	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Despesas Correntes	28.908.755,00	17.004.701,06	12.630.245,59	11.025.389,97	646.315,58	1.773.439,20	1.773.389,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	65.848.870,16	46.358.713,68	25.699.727,14	24.086.704,95	646.315,58	1.773.439,20	1.773.389,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	13.372.542,84	2.276.983,30	1.160.108,29	1.030.536,64	69.836,00	219.589,12	186.151,10
Investimentos	11.369.400,00	1.075.888,44	536.516,90	493.000,27	69.836,00	219.589,12	186.151,10
Inversões Financeiras	86.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	86.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.916.342,84	1.201.094,86	623.591,39	537.536,37	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	11.456.200,00	1.075.888,44	536.516,90	493.000,27	69.836,00	219.589,12	186.151,10
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	195.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	77.500.570,16	47.434.602,12	26.236.244,04	24.579.705,22	716.151,58	1.993.028,32	1.959.540,30
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	77.500.570,16	47.434.602,12	26.236.244,04	24.579.705,22	716.151,58	1.993.028,32	1.959.540,30
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							-154.085,90
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							-154.085,90
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO						VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência						0,00	

JUROS NOMINAIS	VALOR CORRENTE
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.255.499,61
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.101.413,71

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.753.516,09	0,00
DEDUÇÕES (XL)	4.884.292,69	0,00
Disponibilidade de Caixa	4.884.292,69	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.703.390,26	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	9.961.550,10	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	857.547,47	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-3.130.776,60	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-3.130.776,60
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Ficais da LDO para o exercício de referência		0,00
AJUSTE METODOLÓGICO		VALOR CORRENTE
VARIA O DO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)		-9.961.550,10
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]		-13.092.326,70
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		-15.347.826,31
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:7A3D9461

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO VIII

MUNICIPIO DE TAIPU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas	Exercício: **2026**	
com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		
Bimestre: 3/2026		
RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.797.150,00	578.756,01
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	67.000,00	52.090,42
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	73.000,00	1.935,90
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	805.000,00	249.082,32
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	852.150,00	275.647,37
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.334.850,00	17.053.746,62
2.1- Cota-Parte FPM	24.761.000,00	13.804.672,35

2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.886.000,00	13.804.672,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.875.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.323.000,00	3.157.291,52
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	3.850,00	10.629,52
2.4- Cota-Parte ITR	12.000,00	2.909,06
2.5- Cota-Parte IPVA	235.000,00	78.244,17
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	31.132.000,00	17.632.502,63
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - Equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)[1]	5.291.970,00	3.402.386,94
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.491.030,00	997.376,33
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	17.834.000,00	9.156.980,86
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	17.144.000,00	9.157.632,87
6.1.1- Principal	17.121.000,00	9.157.632,87
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	23.000,00	0,00
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	690.000,00	652,01
6.3.1- Principal	690.000,00	652,01
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	11.829.030,00	5.755.245,93
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	9.156.980,86	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.725.089,68	15.515.895,68	6.621.408,44	6.550.504,41	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.428.000,00	9.396.798,67	3.394.033,43	3.394.033,43	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.533.200,00	1.509.895,51	536.058,60	536.058,60	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	7.894.800,00	7.886.903,16	2.857.974,83	2.857.974,83	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	6.297.089,68	6.119.097,01	3.227.375,01	3.156.470,98	0,00
10.2.1- Educação Infantil	1.164.300,00	1.097.564,36	385.764,06	375.741,86	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	5.132.789,68	5.021.532,65	2.841.610,95	2.780.729,12	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)	INSC. EM REST. A PAG. NÃO PROC. (SEM DISP.DE CX)[7]. (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)[5 9]
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	15.515.895,68	6.621.408,44	6.550.504,41	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	15.515.895,68	6.621.408,44	6.550.504,41	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES.						
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.396.798,67	3.394.033,43	3.394.033,43	0,00	0,00	0,00
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO(k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	%APLICADO[10] (m)
15- INDICADORES FUNDEB (70% e 4%).				
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERA!O DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.409.886,60	3.394.033,43	3.394.033,43	37,07
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB COM CRIA!O DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	366.279,23	0,00	0,00	0,00
16- PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	378,69	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	97,80	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO(n)	VALOR NÃO APLICADO(o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(p)	VR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO(q)	% NÃO APLICADO(r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	915.698,09	2.535.572,42	2.535.572,42	1.619.874,33	27,69

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VLR. SUPERÁVIT PERMITIDO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLIC. ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	1.307.710,32	1.150.705,44	1.009.458,81	1.009.208,81	0,00
20.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	1.307.710,32	1.150.705,44	1.009.458,81	1.009.208,81	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	17.032.800,00	16.666.601,12	7.630.867,25	7.559.713,22	0,00
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.697.500,00	2.607.459,87	921.822,66	911.800,46	0,00
21.1.1- Creche	409.940,00	380.363,81	135.072,67	125.120,06	0,00
21.1.2- Pré-escola	2.287.560,00	2.227.096,06	786.749,99	786.680,40	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.335.300,00	14.059.141,25	6.709.044,59	6.647.912,76	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.009.458,81
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.402.386,94
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					1.619.874,33
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS[4]					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))					0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					2.791.971,42
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] [5]	VALOR EXIGIDO (z)		VALOR APLICADO (aa)		% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.408.125,66		2.791.971,42		15,83

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.837.422,58	1.780.930,79	1.742.191,24	0,00	1.095.231,34
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	2.837.422,58	1.780.930,79	1.742.191,24	0,00	1.095.231,34
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR) + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.684.500,00	631.471,97
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.299.000,00	588.960,04
31.1.1- Salário-Educação	421.000,00	302.255,07
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	240.000,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	638.000,00	286.704,97
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	366.000,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	19.500,00	42.511,93
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.885.400,00	2.088.770,98	1.201.527,45	1.068.389,97	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	844.660,00	649.839,55	227.065,21	211.768,41	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.973.240,00	1.422.862,54	958.393,35	847.339,86	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	27.600,00	16.068,89	16.068,89	9.341,70	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	39.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	19.918.200,00	18.755.372,10	8.832.394,70	8.628.103,19	0,00
33.1- Despesas Correntes	18.767.900,00	17.974.708,52	8.550.950,66	8.372.031,45	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	14.616.710,00	14.549.355,45	5.819.324,49	5.819.324,49	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.151.190,00	3.425.353,07	2.731.626,17	2.552.706,96	0,00
33.2- Despesas de Capital	1.150.300,00	780.663,58	281.444,04	256.071,74	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.150.300,00	780.663,58	281.444,04	256.071,74	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	6.027,13	892.418,82
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	9.156.980,86	302.255,07
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	8.292.695,65	3.000,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	870.312,34	1.191.673,89
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	(863.500,22)	179.251,67
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	6.812,12	1.370.925,56
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:DA3DB190

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO XIV

MUNICIPIO DE TAIPU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Exercício: **2026**
Bimestre: 3/2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	73.408.100,00
Previsão Atualizada	76.081.913,00
Receitas Realizadas	31.856.810,81
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	73.408.100,00
Dotação Atualizada	79.416.913,00
Despesas Empenhadas	48.635.696,98
Despesas Liquidadas	26.859.835,43
Despesas Pagas	25.117.241,59
Superávit Orçamentário	4.996.975,38
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	48.635.696,98
Despesas Liquidadas	26.859.835,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	63.686.384,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	63.686.384,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	63.686.384,26
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	0,00	-154.085,90	0,00
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-3.130.776,60	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	826.788,85	0,00	716.151,58	110.637,27
Poder Executivo	826.788,85	0,00	716.151,58	110.637,27
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.402.133,34	0,00	1.959.540,30	1.442.593,04
Poder Executivo	3.402.133,34	0,00	1.959.540,30	1.442.593,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.228.922,19	0,00	2.675.691,88	1.553.230,31

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% /25%> das Rec. de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	2.791.971,42	25,00	15,83
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.394.033,43	70,00	37,07
Percentual Complementação da União ao FUNDEB - (VAAT) Vinculado à Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.703.737,23	15,00	15,33
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADOS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:D798164B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 158/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 158/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Tributação,** no valor de R$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.004	Secretaria Municipal de Tributação				
Função	04	Administração				
Subfunção	123	Administração Financeira				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2019	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Tributação				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	3	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	33.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**33.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**33.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **Excesso de Arrecadação**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Excesso de Arrecadação na Conta Corrente: 75606-7, Agência: 4687-6 – Banco do Brasil			Fonte de Recurso	15000000	R$	33.000,00
Excesso de Arrecadação (R$)						**33.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 03 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:517E5BEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026.

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro na cidade de Upanema/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.085.771/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Renan Mendonça Fernandes, portador da matrícula funcional nº 1362, considerando o julgamento da a Dispensa de Licitação 029/2026, para REGISTRO DE PREÇOS nº 035/2026, processo administrativo n.º 05001.000240/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal 887/2025, Decreto Municipal nº 029/2023, atualizado pelo Decreto Municipal nº 023/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de 02 (dois) fogões industriais para o Abatedouro Público Luiz Cândido Bezerra e 01 (uma) máquina de lavar roupa destinada à Unidade Mista de Saúde Raimundo Nonato Cândido**, especificados nos itens do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: F P COMERCIO SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA						
CNPJ: 27.060.088/0001-93						
ENDEREÇO: R MANOEL GONDIM DE OLIVEIRA, 36, CENTRO, CAMPO GRANDE/RN, CEP: 59.680-000						
REPRESENTANTE: Flavio Pereira da Silva, CPF: 345.678.444-91						
E-MAIL:pereira.prestadoradeservicos@gmail.com **TEL.: ( )**						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**QUANT**	**UNID.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	0005712 - FOGÃO INDUSTRIAL 02 (DUAS) BOCAS, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FUNCIONAMENTO A GÁS, TIPO ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM FORNO, BANDEJA RESÍDUOS, GRELHA 40 X 40 CM, DE ALTA PRESSÃO.	2	UND	FOGÃO INDUSTRIAL AÇO	R$1.312,00	R$2.624,00
2	0031492 - MÁQUINA LAVAR ROUPA, TIPO: LAVADORA E SECADORA, CAPACIDADE: 13 KG, APLICAÇÃO: LAVAGEM E SECAGEM DE ROUPAS COM ÁGUA QUENTE E FRIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL COM TRAVA DE SEGURANÇA, VOLTAGEM: 220 V, MATERIAL GABINETE: AÇO INOXIDÁVEL.	1	UND	MIDEA	R$2.390,00	R$2.390,00
	VALOR TOTAL:					**R$5.014,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação de até 50%.

VALIDADE DA ATA.

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com renovação dos quantitativos registrados até o limite do quantitativo original, desde que comprovado que o preço registrado se mantém vantajoso.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:
Descumprir as condições da ata de registro de preços;
Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:
Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
Integram apresente ARP:
A Prefeitura Municipal de Upanema, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ORDEM DE COMPRA, no prazo máximo de 02 (dois) dias uteis, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.
A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.
O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
Por servidor ou comissão responsável, desde que:
e.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
e.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
e.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
e.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
e.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
– O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o Art 125 da Lei 14.133/2021.
A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de PreçosPara firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Upanema/RN, 03 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Representante Legal do Órgão Gerenciador

FLAVIO PEREIRA DA SILVA
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:25EA3609

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO DE ADESÃO Nº 016/2025

TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA E A EMPRESA SANTOS E FERNANDES LTDA.

O **Município de Várzea/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, senhor **Getúlio Luciano Ribeiro**, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado da avença a Empresa **SANTOS E FERNANDES LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. **02.909.308/0001-80**, com sede na RUA **Coronel Silvino Bezerra, n° 1043, Lagoa Seca, Natal/RN,** neste ato, representada pela Sra. **EDEUZA MARIA SANTOS FERNANDES**, inscrita no CPF n° **623.367.034-91**, brasileira, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista, o que consta no Processo Licitatório nº 130/2025 - **Termo de Contrato de Adesão nº *016/2025,*** e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Contrato de Adesão nº **016/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais **12 (doze) meses**, a partir da data **30/07/2026 até 30/07/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, conforme descrito na Cláusula 3º (Terceira) o valor de R$ **361.980,00 (trezentos e sessenta mil novecentos e oitenta reais)**. Conforme especificado e quantitativos na tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos necessários ao objeto do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do ano de exercício 2026, nas dotações abaixo discriminada:

SEQ.	DESCRIÇÃO	QUANT	UND. MEDIDA	QUANT	VR. UNIT	VR TOTAL ESTIMADO
1	LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2024 OUSUPERIOR. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: OCUPANTES: 05 MOTORIZAÇÃO: 1.0; COMBUSTÍVEL: FLEX; AR CONDICIONADO: DE SÉRIE;	05	MÊS	12	R$ 2.995,00	179.700,00

	DIREÇÃO: HIDRÁULICA/ELÉTRICA/ASSISTIDA; PORTA MALAS: CAP MÍNIMA: 300 LITROS; PORTAS: 04 PORTAS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL: MÍNIMO 48 LITROS; ITENS DE SEGURANÇA MÍNIMOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. INCLUSO POR CONTA DA CONTRATADA: SEGURO CONTRA SINISTROS; SERVIÇO DE RASTREAMENTO 24H; MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA; TAXAS ANUAIS DE LICENCIAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. **(VW POLO)**					
2	LOCAÇÃO MENSAL DE VEICULO TIPO PASSEIO, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2024 OU SUPERIOR. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: OCUPANTES: 07 MOTORIZAÇÃO: 1.8; COMBUSTÍVEL: FLEX; AR CONDICIONADO: DE SÉRIE; DIREÇÃO: HIDRÁULICA/ELÉTRICA/ASSISTIDA; PORTA MALAS: CAP MÍNIMA: 160 LITROS; PORTAS:04 PORTAS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL: MÍNIMO 50 LITROS; ITENS DE SEGURANÇA MÍNIMOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. INCLUSO POR CONTA DA CONTRATADA: SEGURO CONTRA SINISTROS; SERVIÇO DE RASTREAMENTO 24H; MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA; TAXAS ANUAIS DE LICENCIAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. **(CHEVROLET SPIN).**	02	MÊS	12	R$ 5.200,00	124.800,00
3	Locação mensal de veículo tipo utilitário leve (picape), ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 04 Motorização: 1.0 ou superior; Combustível: Flex; Carga útil mínima: 600 kg Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 44 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. Incluso por conta da contratada: Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. **(FIAT STRADA).**	01	MÊS	12	R$ 4.790,00	57.480,00

UNIDADE: 02.001 - GABINETE DO PREFEITO.
03.001 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO.
04.001 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS.
05.001 - FUNDO MUNICIPAL. DE EDUCAÇÃO.
06.001 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA.
07.001 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.
08.001 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE.
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
10.001 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.
14.001 - SECRETARIA MUN DO DESPORTO.

PROJETO ATIVIDADE: 20020 - MANUT. DOS SERVIÇOS DE GABINETE;
20070 - MANUT. DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO;
20080 - MANUT. DA SEC DE FINANÇAS;
20300 - MANUT. DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO- FME;
20340 - MANUT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA;
20430 - MANUT. DA SECRET. MEIO AMBIENTE / URBANISMO;
20460 – MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTE;
20170 - MANUT. DA SAÚDE MUNICIPAL – FUS;
20100 - MANUT. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA;
20360 - MANUT. DA ASSIST. SOCIAL- FMAS;
21890 - MANUT DO PSB-CRAS/PBF;
20200 - MANUT. DA SEC DE CULTURA;
20190 - MANUT. DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS.

FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS;
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO;
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA).

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS

4.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA –RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA –PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

Várzea/RN, 30 de julho de 2026.

Município de Várzea /RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante - Representante Legal.

EDEUZA MARIA SANTOS FERNANDES
Representante Legal
Santos e Fernandes LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

_____

NOME:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:8C898117

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO Nº 042/2026

CONTRATO Nº 042/2026
PROCESSO LICITATÓRIO. Nº 071/2026
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 033/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA JOZILMA MARIA DE CARVALHO, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

Pelo Presente instrumento, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, o Município de VÁRZEA/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59.185 - 000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Getúlio Luciano Ribeiro, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN e do outro lado como **CONTRATADA**, a Empresa **JOZILMA MARIA DE CARVALHO**, inscrita no CNPJ sob nº. **04.805.345/0001-73**, com sede **R EDGAR DANTAS**, Nº 350, SANTOS REIS, PARNAMIRIM/RN, CEP: **59.141-150**, neste ato, representada pelo, Sra. JOZILMA MARIA DE CARVALHO, portador do CPF nº. 791.603.954-00, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

1.1. Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº. 033/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1.O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, jogos recreativos e acessórios destinados ao desenvolvimento das atividades esportivas, recreativas, educacionais e de lazer promovidas no Município de Várzea/RN., conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.DE MEDIDA	VLR. UNIT. R$	VLR. TOTAL R$
01	CHUTEIRA FUTSAL, TAMANHOS DE NÚMEROS DE 28 A 46, GÊNERO: UNISSEX, MATERIAL: SINTÉTICO, TECNOLOGIA: HIPERFLEX, CABEDAL: SINTÉTICO, SOLADO: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, GARANTIA DO FABRICANTE: CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, ORIGEM: NACIONAL, MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: SUPERIOR OU SIMILAR A PENALTY	18	PAR	R$100,00	R$1.800,00
02	CHUTEIRA DE CAMPO TAMANHO DE NÚMEROS DE 28 A 46... MATERIAL: SINTÉTICO TIPO: CAMPO TRAVA: TRAVA FIXA CABEDAL: EM MATERIAL SINTÉTICO COM DETALHES EM RELEVO E FORRO EM LAMINADO. ENTRESSOLA: EVA SOLADO: TPU PESO DO PRODUTO: 190 G (O PESO DO CALÇADO VARIA DE ACORDO COM A NUMERAÇÃO). GARANTIA DO FABRICANTE: CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO ORIGEM: NACIONAL	18	PAR	R$100,00	R$1.800,00
03	BOLA DE FUTSAL CATEGORIA ADULTO, PESO APROXIMADDO DE 410/440G, DIAMETRO DE 61 A 64 CM, TERMOTEC, PU (ULTRA 100%), CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SISTEM, REMOVIVEL E LUBRICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES	10	UND	R$130,00	R$1.300,00
04	BOLA OFICIAL DE CAMPO INFANTIL N. 04, COSTURADA A MAO, 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM MICROFIBRAS, CAMARA AIRBILITY, CIRCUNFERENCIA DE 64 A 65 CM, MILO SLIP REMOVIVEL E LUBRIFICADO, PESO APROXIMADO DE 360 A 390G	04	UND	R$125,00	R$500,00
05	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, DIAMENTRO APROXIMADO 68 A 70CM, PESO APROXIMADO 410 A 450G, CAMARA AIRBILITY, ACABAMENTO EM TERMOTEC CONFECCIONADA EM PU (ULTRA 100%), MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	10	UND	R$130,00	R$1.300,00
06	BOLA OFICIAL DE FUTSAL INFANTIL, DIANMETRO APROXIMADO EM 55 A 59CM, PESO APROXIMADO DE 350 A 380G, COM 8 GOMOS, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC, CONFECCIONADA EM PU, ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	04	UND	R$100,00	R$400,00
07	BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL, DIAMETRO DE 65 A 67 CM, PESO DE 260 A 280G, CAMARA BUTIL, COSTURADA, MATERIAL EM PVC, MIOLO REMOVIVEL, BOLA APROVADA PELA CBV	05	UND	R$184,00	R$920,00
08	BOLA DE HANDEBOL: TAMANHO INFANTIL, CONFECCIONADO EM PU, COSTURADA, COM CÂMARA DE BUTIL, MEDINDO ENTRE 49-51 CM, PESANDO ENTRE 230 E 270GRAMAS, COM VÁLVULA. A MARCA DEVE SER OU TER SIDO APROVADA PELACONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB), OU PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF), OU POR, NO MÍNIMO, 1 FEDERAÇÃO ESTADUAL DE HANDEBOL NACIONAL	04	UND	R$150,00	R$600,00
09	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO: OFICIAL PARA TRAVES, EDIDAS OFICIAIS, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON) DE ALTA DENSIDADE, FIO 6,0MM, MALHA 16X16 MEDIDA PADRÃO: 7,55M X2,44M, MODELO TRADICIONAL.	02	PARES	R$495,00	R$990,00
10	REDE DE FUTEBOL DE SALÃO/HANDEBOL: COM MEDIDAS OFICIAIS, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON), RESISTÊNCIA A RAIO UV COM FIO DE 6,0 MM DE ESPESSURA, MALHA DE 15X15 CM.	02	UND	R$395,00	R$790,00

	MEDIDAS: 3 X 2 X 1 (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE).				
11	BOMBA DE AR OFICIAL, DUPLA AÇÃO, INFLA NOS DOIS SENTIDOS, ACOMPANHA 01 MANGUEIRA, E 02 AGULHAS METALICAS ROSQUEAVEIS	02	UND	R$40,00	R$80,00
12	CARTOES PARA ARBITRO, NAS CORES VERMEHO E AMARELO, CONFECCIONADO 100% PVC	06	UND	R$15,00	R$90,00
13	JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO DE CAMPO, CONTENDO: 22 UNIDADES DE CAMISETAS DE LINHA EM TECIDO 100% POLIESTER DRY, GRAMATURA DE 130G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER; 22 UNIDADES DE CALÇÃO DE LINHA EM TECIDO 100% POLIESTER DRY, GRAMATURA DE 130G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER; 22 PARES DE MEIOES PÉ ATOALHADO, PUNHO DUPLO COM ELASTICO NO PE E TORNOZELO. TAMANHOS (P AO GG).	15	UND	R$1.240,00	R$18.600,00
14	MEDALHAS OURO, PRATA E BRONZE, DIÂMETRO DE 5,0CM PERSONALIZADA, MATERIAL ALUMÍNIO CROMADO, COM ESPAÇO PARA COLOCAÇÃO DE ETIQUETA COLANTE COM A LOGO DA PREFEITURA	400	UND	R$5,00	R$2.000,00
15	JOGO DE XADREZ DAMA GAMÃO DOBRÁVEL TABULEIRO EM MADEIRA 34 X 34CM, CARACTERISTICAS DO PRODUTO MATERIAL: TABULEIRO E PEÇAS EM MADEIRA, DADO EM PLÁSTICO ITENS INCLUSOS: 01 TABULEIRO, 32 PEÇAS DE XADREZ, 30 PEÇAS DE DAMA, 02 DADOS. PEÇAS CORES: MARROM OU PRETO E MARFIM OU BEGE DIMENSÕES APROXIMADAS ABERTO: 34 CM X 34 CM X 2,5 CM ALTURA FECHADO: 34 CM X 17 CM X 5 CM ALTURA MAIOR PEÇA - REI: 6,5 CM ALTURA X 2 CM DIÂMETRO MENOR PEÇA - PEÃO: 3 CM ALTURA X 1,8 CM DIÂMETRO DADOS: 0,8 CM X 0,8 CM X 0,8 CM PEÇAS DE DAMA: 1,8 CM X 0,5 CM ALTURA	02	UND	R$71,00	R$142,00
16	JOGO DE DOMINO DE OSSO BRANCO, COM 28 PEÇAS	02	UND	R$25,00	R$50,00
17	GELOX EM BOLSA (GELO REUTILIZÁVEL)	02	UND	R$10,00	R$20,00
18	GELOX EM PLACA (GELO REUTILIZÁVEL)	04	UND	R$6,00	R$24,00
19	SPRAY TIPO GELOL	10	UND	R$37,00	R$370,00
20	LUVAS DE PROTEÇÃO AJUSTAVEL	08	PAR	R$38,00	R$304,00
21	TATAMES TAPETE EVA LUTA JIU-JITSU TATAM 1X1 30MM NA COR AZUL E PRETA	60	M2	R$100,00	R$6.000,00
22	TROFÉU PERSONALIZADO 40CM EM ACRILICO E MADEIRA, BASE RETANGULAR, PERSONALIZAÇÃO DE ACORDO COM A DEMANDA DO CONTRATANTE	100	UND	R$55,00	R$5.500,00
23	BOLSA PARA TRANSPORTE DE BOLA FUTEBOL - EM POLIÉSTER RESISTENTE, FECHAMENTO EM ZÍPER, TAMANHO MÍNIMO 120X70 CM, CAPACIDADE 6 BOLAS DE FUTEBOL	02	UND	R$55,00	R$110,00
24	BOLSA SACOLA MALA PARA TRANSPORTE DE FARDAMENTO/UNIFORME, CAPACIDADE 3 JOGOS COMPLETO, EM NÁILON 600, COM ALÇA E FECHAMENTO EM ZÍPER	02	UND	R$110,00	R$220,00
25	BOLSA TÉRMICA MASSAGISTA FUTEBOL 26L - PARA MEDICAMENTOS E GELO; FABRICADA EM NYLON RESISTENTE, INCLUIR ALÇA E CORREIA PARA FACILITAR O TRANSPORTE; QUATRO BOLSOS EXTERNOS; FECHAMENTO COM ZÍPER; MEDIDAS 37 CM X 18 CM X 24 CM	02	UND	R$160,00	R$320,00
26	COLETES ESPORTIVOS, DUPLA FACE 100% POLIESTER, ADULTO TAMANHOS VARIADOS	100	UND	R$15,00	R$1.500,00
VALOR GLOBAL TOTAL					**45.730,00**

2.2. Os fornecimentos deverão ser executados rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 033/2026 e instruções do CONTRATANTE, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. O valor total estimado deste contrato, a base do preço proposto, é de **R$45.730,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e trinta reais).**

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

4.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO:

5.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente,
Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Várzea-RN:

Unidade orçamentária	14.001 05.001	SECRETARIA MUN DO DESPORTO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	22237 22313 22200	PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS MANUTENÇÃO DO VAAR MANUTENÇÃO DO ENSINO-QSE

Natureza de Despesa	33.90.30 33.90.31	MATERIAL DE CONSUMO PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
Fonte:	15000000 15430000 15500000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR Transferência do Salário-Educação

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO:

7.1. O prazo de liquidação será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:
8.1. Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:
8.1.1. Início: Imediato;
8.1.2. A vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura, **03/08/2026 até 03/08/2027**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
9.1. Efetuar o pagamento relativo às entregas dos produtos efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

9.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do fornecimento contratado;

9.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do fornecimento, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

9.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

9.5. Segue relação abaixo, Gestores e Fiscais do Contrato;

GESTORES DE CONTRATOS	**SECRETARIAS DE ATUAÇÃO**
Sra. Adailma Miguel da Silva Avelino, Coord. de regularização Fundiária, Mat. nº 7986	Secretaria de Transporte, Tributação, Desporto, e Habitação e Re. Fundiária
Erlane Viana de Lima, Recepcionista, Mat, nº 11410	Secretaria de Chefia do Gabinete, Administração, Educação, Meio Ambiente, Obras, Cultura, Finanças e Agricultura
FISCAIS DE CONTRATO	**SECRETARIAS DE ATUAÇÃO**
Ana Maria Silva Nascimento, Mat. nº 7668	Secretaria de Administração, Tributação, Desporto, Finanças e Cultura
Iranildo Pereira Rodrigues, Mat. Nº 004	Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Meio Ambiente e Educação

9.6. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
10.1. Fornecer devidamente os produtos descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
10.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
10.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
10.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
10.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
10.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
10.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
10.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em Lei nº 8.213/1991, art. 93 para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

10.9. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

11.1. Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei nº 14.133/21.

11.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:

12.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do art. 140, da Lei nº 14.133/21.

12.2. Por se tratar de fornecimento, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado.

12.3. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido a assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:

13.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: **a** – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; **b** – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; **c** – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; **d** – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo de até três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155. **e** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido art. 156; **f** – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

14.1. Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficiais aqui considerado os sítios: https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Várzea/RN, 03 de agosto de 2026.

Município de Várzea-RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante
Prefeito Constitucional

Jozilma Maria de Carvalho
CNPJ sob nº. 04.805.345/0001-73
Contratada
JOZILMA MARIA DE CARVALHO
Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:90143915

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
CREDITOS ADICIONAIS LAGOA DE VELHOS/RN

PORTARIA Nº 59, DE 01 de junho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, ESTADO DO RIO GRANDE NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que lhe autoriza a Lei Orgânica deste Município e no art.37, inciso II da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n° 471/2025
RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ R$ 555.185,29 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos)constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada na parte I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada na aparte II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAGOA DE VELHOS/RN, 01 de junho de 2026

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
parte I **(Acréscimo)**					**555.185,29**
02 .020 GABINETE DO PREFEITO					**3.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	3.000,00
02 .030 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**97.500,00**
	2009 MANUTENÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE				**97.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	4.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	66.400,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	16.100,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**160.900,00**
	2012 MAN. AÇÕES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO				**1.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.600,00
	2015 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PRE-ESCOLA				**6.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	6.700,00
	2016 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - EJA				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	6.000,00
	2017 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - CRECHE				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	1.000,00
	2018 MANUTENÇÃO COTA SALÁRIO EDUCAÇÃO -QSE				**36.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	36.000,00
	2025 MANUTENÇÃ DO PROGRAMA EJA				**6.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	6.600,00
	2027 MAN. DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	35.000,00
	2098 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS				**58.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	47.700,00
02 .070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**144.302,52**
	1108 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO				**3.671,42**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013120	0001	3.671,42
	2039 MANUTENÇÃO PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR - PSF				**8.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	5.400,00
	2040 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -				**7.200,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	7.200,00
	2041 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB				**8.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.500,00
	2045 MANUTENÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**27.800,00**
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001002	0001	8.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	19.100,00
	2047 MÉDIA COMPLEXIDADE - MAC				**88.731,10**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	39.300,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	3.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	27.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26003110	0001	13.631,10
02 .080 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**72.082,77**
	2054 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E				**13.482,77**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	3.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16603110	0001	9.382,77
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	600,00
	2055 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	6.000,00
	2057 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL				**51.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.900,00
	2061 INDICE DE GESTÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO - IGD -				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
02 .090 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**37.000,00**
	1171 PROGRAMA CORTE DE TERRAS				**5.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
	2067 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**32.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
02 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES					**6.200,00**
	1176 MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTES				**4.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
	2070 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E				**1.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
02 .111 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO					**1.600,00**
	2075 MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTO E LAZER				**1.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.600,00
02 .120 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMB					**32.600,00**
	2071 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				**12.200,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.200,00
	2072 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO				**7.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.700,00
	2130 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE SERVIÇOS URBANOS				**12.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00

parte II **(Redução)**					**555.185,29**
02 .020 GABINETE DO PREFEITO					**31.200,00**
	1099 MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO GABINETE				**12.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	12.100,00
	2004 MANUNTENÇÃO DO CONROLE INTERNO MUNICIPAL				**10.050,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.950,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.100,00
	2006 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**9.050,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.350,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	700,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
02 .030 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**55.700,00**
	2008 CONTRIBUIÇÃO AMLAP, FEMURN E CNM				**100,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	90,00
	2009 MANUTENÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE				**48.300,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	90,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	35.070,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	150,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	150,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	75,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	45,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.880,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.300,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	450,00
	1163 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO				**7.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.300,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**160.900,00**
	2012 MAN. AÇÕES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO				**3.990,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	190,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	700,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	250,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	350,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	900,00
	2014 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - FUNDAMENTAL				**44.110,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	110,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	44.000,00
	2015 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - PRE-ESCOLA				**2.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	600,00
	2017 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - CRECHE				**8.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	4.700,00
	2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**14.200,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	1.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.200,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	900,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	900,00
	2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**4.800,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	900,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	3.900,00
	2023 MANUTENÇÃO DAS AÇOES DO ENSINO MÉDIO				**7.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.900,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	900,00
	2024 MANUTENÇÃO DAS AÇOES DO ENSINO INFANTIL- PRE				**12.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	4.500,00
	2025 MANUTENÇÃ DO PROGRAMA EJA				**7.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	1.900,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	4.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	200,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	900,00
	2026 MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.500,00
	2027 MAN. DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB				**33.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	4.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	4.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	14.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15400000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	8.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15400000	0001	1.000,00
	2029 MAN. DAS AÇÕES ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA-				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	2.000,00
	2031 MAN. DAS AÇÕES ENSINO EJA - FUNDEB 30%				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	2.000,00
	2098 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS				**7.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	4.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.200,00
	2119 PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR-AEE				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	1.000,00
02 .070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**145.602,52**
	1108 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO				**3.671,42**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	3.671,42
	2036 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				**7.500,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	7.500,00
	2038 MANUTENÇÃO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				**22.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	900,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	900,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	200,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16320000	0001	17.300,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.000,00
	2039 MANUTENÇÃO PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR - PSF				**27.881,10**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16320000	0001	13.631,10
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	2.400,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.800,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	300,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	250,00
	2040 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -				**17.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	3.700,00

		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	1.100,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	5.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.000,00
	2041 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB				**12.900,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	2.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	500,00
	2042 PROGRAMA DE SAÚDE ESCOLAR - PSE				**2.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	900,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	200,00
	2045 MANUTENÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**17.850,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	1.050,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.400,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	3.400,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	400,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.400,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	200,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	3.000,00
	2047 MÉDIA COMPLEXIDADE - MAC				**19.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	4.950,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	990,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	900,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	4.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	160,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	100,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.000,00
	2048 PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PVS				**10.450,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	150,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	300,00
	2049 PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - ECD				**3.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	100,00
	2087 MANUTENÇÃO PROGRAMA DE COMBATE AS DROGAS				**350,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	150,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	200,00
02 .080 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**72.082,77**
	2005 MANUNTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA				**4.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00

	2051 MANUTENÇÃO DO SETOR DE HABITAÇÃO				**17.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
	2054 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E				**9.179,15**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	479,15
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	100,00
	2055 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL				**7.900,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	500,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.100,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	500,00
	2056 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA AUXILIO BRASIL				**10.700,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	150,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	550,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16600000	0001	1.000,00
	2057 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL				**15.800,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.700,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.100,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.500,00
	2062 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA				**2.900,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.900,00
	2117 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**4.103,62**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.152,05
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.951,57
02 .090 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**10.000,00**
	1172 PROGRAMA GARANTIA SAFRA				**300,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	300,00
	2063 APOIO A COMPRA DIRETA - AGRICULTURA FAMILIAR				**50,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50,00
	2067 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**9.650,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	750,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	995,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	4.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	205,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	200,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	200,00
02 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES					**4.700,00**
	1175 ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE				**200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
	1176 MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTES				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
	2037 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO				**400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200,00
	2070 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E				**2.700,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	450,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	90,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.260,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	600,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
	2140 CONTRIBUIÇÕES				**400,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	400,00
02 .111 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO					**42.400,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				**34.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	29.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
	2075 MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTO E LAZER				**7.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.600,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
02 .120 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMB					**32.600,00**
	1181 ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE				**8.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.700,00
	2071 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				**19.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	13.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.500,00
	2072 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO				**2.200,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	200,00
	2130 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE SERVIÇOS URBANOS				**2.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:619225ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1090, DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento Geral do Município de Ouro Branco para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município, referente ao exercício financeiro de 2027, será elaborado e executado obedecendo às seguintes diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, orientando-se nas disposições do art. 165, § 2o, da Constituição Federal:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II – diretrizes e orientações para a elaboração do orçamento;

III – organização e estrutura dos orçamentos;

IV – disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V – disposições sobre a dívida pública municipal;

VI – disposições sobre alteração na legislação tributária do Município;

VII – disposições finais.

Art. 2º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2027 deverá compreender o orçamento fiscal e o da seguridade social.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As programações prioritárias para o exercício de 2027, são as especificadas no Anexo de Ações que integra esta Lei, as quais terão prioridades na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2027, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º As metas prioridades da Administração Municipal deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual de Investimento (PPI) para o quadriênio 2027/2027, na fixação da despesa e estimativa da lei orçamentária para o exercício de 2027, cujas diretrizes serão definidas em programas integrados de forma articulada no referido Plano.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Na lei orçamentária para o exercício de 2027 as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2026.

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2027 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o Princípio da Publicidade.

Art. 7º Para a elaboração da proposta orçamentária as receitas serão estimadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, observado o disposto no artigo 30 da Lei n° 4.320/64.

Art. 8º O montante das despesas orçadas não poderá ser superior ao das receitas estimadas, não podendo ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 9º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei à alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 10. As despesas com o serviço da dívida do município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 11. É permitida a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias, para clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, desde que as mesmas não sejam de fins lucrativos e que a liberação dos recursos ocorra mediante convênio firmado.

Art. 12. As subvenções sociais destinadas às entidades públicas e/ou privadas, somente poderão ser concretizadas desde que obedeçam ao estabelecido no artigo 12, § 3o e artigos 16 e 17 da Lei n° 4.320/64.

Art. 13. As receitas próprias dos órgãos que integram a Administração Direta, Fundos e Fundações, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras depois de terem sido atendidas, integralmente, suas necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional.

Art. 14. Os valores constantes na lei orçamentária poderão sofrer ajustes que se tornem necessários por força da desvalorização da moeda, obedecendo-se, para isso, os índices de correção monetária adotados pelo Governo Federal para o exercício, e também ajustes relativos aos custos dos próprios projetos.

Art. 15. O Poder Legislativo terá como limite de outras despesas correntes e de capital, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, o conjunto de dotações fixadas na lei orçamentária de 2026.

§ 1º No cálculo dos limites a que se refere o caput deste artigo, serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios.

Art. 16. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar os recursos que forem necessários para as contrapartidas exigidas nos casos de transferências voluntárias.

Art. 18. Na programação de investimentos deverá ser observado o seguinte:

I – Os projetos já iniciados terão preferência sobre os novos;

II – Nenhum investimento que ultrapasse o exercício financeiro poderá ser iniciado, a menos que esteja previsto no Plano Plurianual – PPA.

Art. 19. Além da observância das prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta Lei e em seus créditos adicionais, observados o disposto no artigo 44 da Lei Complementar n° 101/2000, somente serão incluídos projetos novos se:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas a serem efetuadas pelo Município.

Art. 20. As atividades de prestação de serviços básicos e essenciais em execução prevalecerão sobre outras espécies de ação. A manutenção destas atividades será prioritária sobre as ações que visem a sua expansão ou a implantação de novos projetos.
Art. 21. Os pagamentos dos precatórios judiciais correrão à conta das dotações consignadas no orçamento, conforme disciplinado no artigo 100 da Constituição Federal.
§ 1º Para a efetivação do estabelecido no caput deste artigo, os precatórios judiciais apresentados até 02 de abril de 2026, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, para a inclusão no orçamento, especificando:
I – Número do processo e data de ajuizamento da ação originária;
II – número do precatório e data de sua expedição;
III – nome do beneficiário;
IV – Valor do precatório a ser pago;
V – data do trânsito em julgado da sentença condenatória.
§ 2º Somente serão incluídos no orçamento os precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda.
§ 3º A inclusão de recursos na lei orçamentária para o pagamento de precatórios, atenderá ao disposto no Art. 100, da Constituição Federal, redação da Emenda constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021.
Art. 22. Na elaboração da proposta orçamentária serão destinados ao Poder Legislativo até 7% (sete por cento) das receitas provenientes das transferências constitucionais e dos tributos arrecadados diretamente pelo Município, no Exercício de 2026, mesmo que projetado, conforme determina o artigo 29 – A, Inciso I, da Constituição Federal de 1988.
Art. 23. A Proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, até 31 de julho de 2026, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.
Art. 24. Os recursos do orçamento da seguridade social compreenderão:
I – recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado do Rio Grande do Norte e da União pela execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos assistência e previdência social;
II – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.
Art. 25. O Orçamento Fiscal consignará dotações específicas para as empresas que integram o Orçamento de Investimentos.
Art. 26. Na Lei Orçamentária Anual poderão constar as seguintes autorizações:
I – para abertura de créditos adicionais:
- até o limite nela definido, para créditos suplementares;
- até o limite autorizado em Lei especifica de reajuste de pessoal e encargos sociais;
- à conta da dotação de reserva de contingência, que deverá se limitar a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista, em dotação global, sem destinação específica;
II – para realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite legalmente permitido.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 27. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte dos recursos e os grupos de despesa.
Parágrafo Único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.
Art. 28. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:
I – Mensagem;
II – texto da lei;
III – anexo dos orçamentos fiscal e de seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma disciplinada nesta lei;
IV – quadros orçamentários consolidados;
V – anexo do orçamento de investimento.
Art. 29. A lei orçamentária compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam suas origens e destinação, observando-se:
I – Todas as receitas e despesas constarão da lei, pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções;
II – os recursos provenientes de convênios, consórcios e contratos de qualquer natureza serão obrigatoriamente incluídos na lei orçamentária;
III – os Fundos Municipais existentes, legalmente constituídos, integrarão o orçamento de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas;
Art. 30. Integrarão a lei orçamentária em anexo específico:
I – Demonstrativo consolidado das despesas dos orçamentos, eliminadas as duplicidades;
II – O resumo geral da receita por fonte e da despesa por função de Governo, evidenciando a destinação específica para orçamento;
III – O resumo geral da receita e despesa por categoria econômica;
IV – As dotações globais de cada esfera de governo;
V – O resumo geral do orçamento fiscal, evidenciando as receitas por fonte e as despesas por grupo, agregadas em projetos e atividades;
VI – O resumo geral do orçamento de investimentos, indicando as fontes de recurso;
VII – O resumo geral do orçamento da seguridade social, indicando as receitas por fonte e a despesa por grupo.

Art. 31. Também deverão acompanhar o projeto de lei orçamentária, além do estabelecido no artigo anterior e no título II da Lei n° 4.320/64 os seguintes elementos:
I – Demonstrativo da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
II – demonstrativos da despesa por grupo e fonte de recursos, indicando os valores em cada um dos orçamentos fiscal e de seguridade social, nas respectivas unidades orçamentárias;
III – quadro resumo das despesas dos orçamentos fiscal e de seguridade social discriminado:
a) Por grupo de despesa;
b) por modalidade de aplicação;
c) por função;
d) por sub-função;
e) por categoria de programação.
Art. 32. As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes de concessão e permissão constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifiquem conforme a origem da receita, discriminando-se durante a execução as decorrentes do ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e concessão ou permissão nas áreas de transporte, uso de bem público e água e esgotos.
Art. 33. O orçamento fiscal deverá conter dotação global, sob a denominação de reserva de contingência, não destinada especificadamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou despesa, que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais.
Art. 34. Valor estimado de operações de crédito e do resultado da alienação de bens móveis ou imóveis somente serão incluídos como receita quando forem especificadamente autorizados pela Câmara Municipal de forma a possibilitar o Poder Executivo realizá-las no exercício.
Art. 35. A Lei Orçamentária deverá ser elaborada com dados precisos, estimando a receita e fixando a despesa dentro da realidade e do Município.

CAPÍTULO V
DOS "QUADROS DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS – QDD"

Art. 36. A Contar da sanção da Lei Orçamentária, os Poderes Legislativo e Executivo terão o prazo máximo de trinta (30) dias para aprovação dos "Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD", integrados da estrutura a seguir:
I – esfera de Poder e unidade orçamentária;
II – órgão e unidade orçamentária;
III – categoria econômica, grupo de despesas, modalidades de aplicação e elementos de despesas, segundo projetos e atividades;
§1º Os "Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD", do Poder Executivo, bem como as suas alterações, são aprovados mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo do Município e os do Legislativo, através de Ato da Mesa Diretora.
§2º As Alterações do QDD, a que se refere o parágrafo anterior, limitam-se aos remanejamentos de valores consignados a nível de elemento de despesa dentro da mesma categoria econômica.
§ 3º A Decreto e o Ato da Mesa Mencionado no § 1.º, entram em vigor a partir da data de suas publicações.
§ 4º O Poder Executivo e Legislativo poderá incluir novas naturezas de despesas que não forem previstas no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) da Lei Orçamentária Anual, mediante decreto, para correta classificação da despesa, por superávit financeiro, excesso de arrecadação ou anulação de dotação.
§ 5º As fontes de recursos e as modalidades de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Poder Executivo.
Art. 37. Em conformidade com o art. 165, § 8º e art. 167, VI, da Constituição Federal, e visando o estrito cumprimento do Princípio da Exclusividade Orçamentária, ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados a realizar, mediante Decreto e Ato da Mesa, respectivamente, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais.
§ 1º As movimentações referidas no caput poderão ocorrer em decorrência da insuficiência dos valores aprovados, da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.
§ 2º Para a validade jurídica das autorizações e em estrita consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado (Acórdão nº 41/2020 - TC), adotam-se as seguintes definições técnicas:
I - Remanejamento: realocações na organização do ente público com destinação de recursos de um órgão para outro;
II - Transposição: realocações de recursos no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;
III - Transferência: realocações de recursos entre as categorias econômicas ou de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.
§ 3º As alterações autorizadas devem manter, obrigatoriamente, a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, bem como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação.
§ 4º O limite para as realocações autorizadas neste artigo fica fixado em 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.
§ 5º Esta autorização, constante nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, constitui a base legal específica necessária para as alterações orçamentárias durante o exercício de 2027, sendo vedada a inclusão de dispositivos semelhantes no texto da Lei Orçamentária Anual (LOA), em respeito ao princípio da pureza orçamentária previsto no art. 165, § 8º da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 38. Toda e qualquer ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá atender o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 39. Em ocorrendo acréscimo relativo à receita tributária estimada na lei orçamentária para o exercício de 2027, o mesmo servirá para a abertura de créditos adicionais.
Art. 40. O incremento da receita tributária será buscado através da atualização dos cadastros de contribuintes, aumento da fiscalização e efetivação das medidas de cobrança, tanto amigáveis como judiciais.

CAPÍTULO VII

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 41. Os poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2026, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de cargos e salários e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo no disposto no artigo 23 desta Lei.

Parágrafo Único. A despesa total com pessoal de cada Poder não poderá ultrapassar os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo, aplicados sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 42. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1o, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 43. O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n° 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente.

Art. 44. Em havendo necessidade de admissão de pessoal sob regime especial de contratação, conforme disposto na legislação em vigor, as dotações respectivas, mesmo oriundas de créditos adicionais, serão alocadas nas Secretarias Municipais onde se fizerem necessárias as contratações.

CAPÍTULO VIII

DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária, se houver, não poderá superar, no exercício de 2027, a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 46. As despesas com financiamento da dívida pública mobiliária incluindo as despesas com o serviço da dívida, deverão estar previstas na lei orçamentária em unidade distinta da que contemple os encargos financeiros do Município.

CAPÍTULO IX

DO FINANCIAMENTO DO SUAS

Art. 47. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027 será destinado um percentual mínimo de 3% (três por cento) de cofinanciamento municipal para a função 08 Assistência Social.

Art. 48. Serão metas do SUAS do Município de Ouro Branco para o exercício de 2027:

I – Ampliação de cobertura do PAIF/CRAS;

II – Realização de cofinanciamento das ações Socioassistenciais realizadas com parcerias com entidades da sociedade civil;

III – Ampliação de cobertura do PAEFI/CREAS;

IV – Manutenção de estrutura de gestão do CadÚnico no município.

Art. 49. As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

I – Ampliação da política de assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios Socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

II – Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;

III – Melhoria nos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

CAPÍTULO X

DA AGENDA TRANSVERSAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 50. A proposta orçamentária para o exercício de 2027 integrará e priorizará os programas, ações e entregas vinculados à Agenda Transversal Crianças e Adolescentes (ATCA), em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2026-2029) e com as metas sistêmicas da Edição 2025-2028 do Selo UNICEF.

Art. 51. As dotações destinadas às áreas finalísticas de Educação, Saúde e Assistência Social deverão evidenciar de forma prioritária os recursos alocados para o alcance dos resultados sistêmicos do Selo UNICEF, em especial:

I – A ampliação da cobertura vacinal e o monitoramento nutricional na atenção primária;

II – A redução da evasão escolar e o fortalecimento da alfabetização na idade certa;

III – O enfrentamento às violações de direitos e violências contra crianças e adolescentes.

Art. 52. O monitoramento e a avaliação da execução físico-financeira das ações integrantes da ATCA serão realizados anualmente, garantindo-se a publicidade dos relatórios e a obrigatória participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e
II – entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.
Art. 54. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título se submeterão à fiscalização do Poder Executivo Municipal ou Poder concedente, conforme o caso, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
Art. 55. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.
§1º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional;
§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.
Art. 56. O Poder executivo poderá reprogramar parte do orçamento aprovado para 2027, com autorização específica da Câmara Municipal.
Art. 57. As despesas fixadas através dos créditos adicionais autorizados, devem perseguir as prioridades eleitas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estabelecidas nesta Lei.
Art. 58. A Lei orçamentária conterá autorização para abertura de crédito suplementar no limite mínimo de quinze (15%) e no máximo de cinquenta por cento (50%) do valor fixado para as despesas do exercício de 2027, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.
§ 1º O limite autorizado no Caput do artigo não será onerado quando o crédito se destinar a:
I – Os Créditos adicionais abertos para coberturas de despesas a serem financiadas com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outras formas de captação, oriundos de esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o "caput" deste artigo, podendo serem abertos até o limite de 100% (cem por cento) com cobertura dos próprios recursos que lhe derem causa.
II – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e encargos Sociais, mediante a utilização de recursos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo até o limite de 100% (cem por cento) dos valores fixados;
III – Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
IV – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2022, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais ou extraordinários, do FUNDEB e convênios, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas, fixados na Lei Orçamentária Anual, até o limite de 100% dos valores apurados.
§ 2º O Executivo fica autorizado, na hipótese do caput deste artigo, a realizar as despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato e de acordo com o cronograma de desembolso originalmente estabelecido.
Art. 59. Os créditos suplementares integram, automaticamente, os "Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD" precedidos da publicação dos instrumentos previstos artigo 36, desta Lei.
Art. 60. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento à Câmara Municipal a data, improrrogável, de 30 de novembro de 2027.
Art. 61. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada da forma apresentada para cada mês, o que corresponde ao duodécimo da Proposta Orçamentária Anual encaminhada à Câmara Municipal, até a sua efetiva sanção e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte.
§ 1º Durante o período de execução provisória, os gastos ficarão restritos às despesas correntes de caráter inadiável e obrigatório, vedada a realização de despesas de capital e a criação de novas ações ou projetos até a efetiva sanção da Lei Orçamentária Anual.
§ 2º O Executivo fica autorizado, na hipótese do caput deste artigo, a realizar as despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato e de acordo com o cronograma de desembolso originalmente estabelecido.
Art. 62. As Secretarias Municipais remeterão as propostas orçamentárias até 15 de agosto de 2026, para a compatibilização com a receita orçada e elaboração do projeto de lei orçamentária.
Parágrafo Único. A proposta de lei orçamentária será encaminhada a Câmara Municipal, mediante mensagem, até o dia 30 de setembro de 2026.
Art. 63. No caso do cumprimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas na presente lei vir a ser comprometido por uma insuficiente realização de Receita, os Poderes Legislativo e Executivo deverão promover redução nas suas despesas, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fixando por atos próprios, limitações aos empenhos das despesas e movimentação.
§ 1º As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:
I – despesas com serviços de consultoria;
II – despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
III – despesas a título de ajuda de custo;
IV – despesas com locação de mão de obra;
V – despesas com locação de veículos;
VI – despesas com combustíveis;
VII – despesas com treinamento;
VIII – transferências voluntárias a instituições privadas;
IX – outras despesas de custeio;
X – despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
XI – despesas com comissionados;
XII – despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
Art. 64. Para fins desta Lei fica estabelecida à observância a integridade do equilíbrio orçamentário e financeiro compatibilizados entre receitas e despesas previamente estimadas.
Art. 65. Para assegurar transparência durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, contando com ampla participação popular, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 31 de julho de 2026.

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA
Prefeito Municipal

DETALHAMENTO ANALÍTICO DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2027

NA ÁREA DE EDUCAÇÃO:
1. Realinhamento e Aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Professores Municipais;
2. Manutenção da política de valorização salarial dos profissionais da educação;
3. Oferecimento de cursos de formação continuada para os professores da rede municipal de ensino, com foco na interdisciplinaridade com a Saúde e Assistência Social;
4. Implantação e continuidade de Projetos para melhoria da educação básica;
5. Apoiar ações e projetos para melhoria do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica);
6. Apoiar projetos e programas de erradicação do analfabetismo;
7. Promoção de melhorias nas estruturas físicas e nos equipamentos das escolas municipais, com atenção à educação inclusiva e apoio à Educação Especial;
8. Manutenção, melhoria e ampliação da frota veicular destinada à Educação, bem como garantia de transporte digno e eficiente aos estudantes que se deslocam das comunidades rurais para a sede do município e para outras localidades;
9. Manutenção e ampliação do apoio no transporte dos estudantes de cursos técnicos, universitários e demais capacitações em cidades-polo, como Caicó-RN e Patos-PB;
10. Garantir o número de vagas para crianças na educação infantil;
11. Manutenção de parcerias com vistas a garantir bolsas e/ou auxílios para estudantes universitários;
12. Implantação de biblioteca digital municipal e centro de pesquisa nas escolas municipais;
13. Fomento aos Conselhos Municipais de Educação e de Alimentação Escolar;
14. Implantação de curso preparatório para o ENEM para jovens e adultos;
15. Reestruturação do Programa de Informática nas escolas municipais;
16. Valorização do esporte nas escolas, por meio de parceria entre secretarias de Esporte e Educação, como forma essencial para o desenvolvimento de habilidades entre os educandos;
17. Manutenção do Programa Escola em Tempo Integral;
18. Fortalecer ações de inclusão escolar para estudantes com necessidades especiais e desenvolver ações de acompanhamento às famílias;
19. Garantir alimentação escolar de qualidade para todos os estudantes e desenvolver ações de educação alimentar e nutricional.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA:
1. Promoção, Manutenção e fomento das políticas públicas de Atenção Primária à Saúde - APS;
2. Assegurar as ações voltada para atenção à saúde da criança, da mulher, do homem, do trabalhador, idoso; inclusive com atividades físicas e acompanhamento por equipe multiprofissional do município.
3. Incentivar ações da equipe de saúde para acompanhamento de hipertensos, diabéticos, e demais doenças crônicas.
4. Garantir, por meio dos programas governamentais, o acesso a medicamentos excepcionais, bem como assistência farmacêutica efetiva por meio da farmácia básica;
5. Garantir a atenção e o cuidado à saúde mental, bem como buscar meios para a reabilitação psicossocial. Reforçando o incentivo aos profissionais, pois nossas referências são precárias;
6. Promoção de capacitação, de forma continuada, para os profissionais de saúde visando à prevenção de doenças e humanização no atendimento;
7. Promoção de melhorias na estrutura física da Unidades de Saúde e Sede da Secretaria Municipal de Saúde, nos equipamentos, na internet, materiais de serviços (computador, impressoras, tablets);
8. Oferta dos serviços de Saúde na Policlínica Municipal, a exemplo da manutenção dos plantões médicos (clínica geral), bem como ampliação na oferta de especialidades, como por exemplo: geriatra, pediatra, ginecologista, dermatologista, pelo menos uma especialidade por mês) garantindo atendimento a toda a população;
9. Manutenção e ampliação de convênios com consórcios intermunicipais de saúde, garantindo maior oferta no atendimento e realização de consultas e exames;
10. Manutenção das unidades básicas de saúde, com vistas à qualidade dos serviços;
11. Apoiar Programas de Combate à Dengue e garantir suporte técnico da equipe de Vigilância em Saúde, conforme regulamentação do SUS.
12. Manter e oferecer suporte técnico à equipe de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica;
13. Manutenção da frota de veículos, visando facilitar o deslocamento dos enfermos do campo e da cidade, bem como adquirir veículos equipados para situações emergenciais;
14. Ampliação de parcerias entre a estratégia Saúde da Família, e instituições que atuam no acompanhamento das carências nutricionais;
15. Oferta de cursos de capacitação para os agentes de saúde e agentes de endemias, bem como melhorias e incentivos a esses profissionais;
16. Apoiar o Conselho Municipal de Saúde, por meio de capacitações dos (as) conselheiros (as), incentivando a participação em eventos de saúde pública;
17. Efetivação de programa de controle e prevenção de zoonoses;
18. Ofertar os serviços do profissional médico para atendimento na zona rural, pelo menos a cada 15 dias (solicitação da população).
19. Promover ações e disponibilizar equipamentos e materiais para a promoção da qualidade de vida da pessoa idosa, por meio de atividades físicas, culturais e de lazer.
20. Reativar o programa do Brasil Sorridente com o serviço de distribuição e confecção de próteses dentaria para os usuários do SUS;

21. Fortalecer ações do Programa Saúde na Escola – PSE;
22. Manutenção e fortalecimento dos Programas da Estratégia Saúde da Família – ESF, Equipe de Saúde Bucal e Equipe Emulti;
23. Fortalecimento das ações do componente de qualidade e vínculo da APS;
24. Manter em pleno funcionamento o Prontuário Eletrônico – E-SUS AB PEC para a qualificação das informações em saúde;
25. Implantação do Programa SUS Digital;
26. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Atenção Básica;
27. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Média e Alta Complexidade;
28. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Farmacêutica;
29. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Vigilância Sanitária;
30. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Vigilância Epidemiológica;
31. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Sede da Secretaria;
32. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Odontológica;
33. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Laboratório Municipal;
34. Ampliação da frota de veículos da Atenção Primária à Saúde, Média e Alta Complexidade;
35. Inclusão do Programa Mais Especialidades em parceria com o Governo Federal;
36. Firmar Convênio com LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER;
37. Manutenção das Ações do Programa da Equipe Emulti;
38. Assegurar as ações das emendas parlamentares de Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas;
39. Assegurar as Ações das Emendas Parlamentares de Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS:
1. Criação do Programa "Hora de Plantar", com objetivo de prover meios efetivos para o corte de terras diante do período chuvoso;
2. Prover meios para ações de convivência com o semiárido, a exemplo de perfuração de poços, distribuição de sementes, compra de produtos diretamente dos pequenos produtores locais;
3. Buscar soluções para o abastecimento de água nas comunidades rurais, com melhoria e manutenção de sistemas de captação, por meio da utilização de açudes, poços, carros-pipa, bem como ações para a convivência com a estiagem;
4. Manutenção periódica da frota veicular (máquinas, tratores e demais equipamentos), bem como sua ampliação, para uma melhor assistência ao homem do campo;
5. Efetivação de Cronograma de conservação e recuperação de estradas vicinais, com calendário preestabelecido;
6. Buscar meios para a construção e melhoria de unidades habitacionais do campo, valorizando as famílias e evitando o êxodo rural, ao mesmo tempo em que gera emprego, renda e qualidade de vida;
7. Efetivar e apoiar as ações e atividades do campo, com orientação e assessoramento especializado, como forma de fortalecer os agricultores e agricultoras familiares e pequenos criadores;
8. Estabelecer parcerias para o eficaz beneficiamento da produção do campo, a exemplo da silagem, garantindo aos criadores a disponibilidade de alimento para o rebanho em tempos de estiagem;
9. Fortalecer parcerias e convênios com órgãos governamentais, a exemplo da Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN);
10. Buscar meios para garantir maior eficiência nas atividades do Centro de Processamento de Carnes (Matadouro Público), como forma de garantir uma melhor assistência aos criadores e qualidade dos produtos ofertados à população;
11. Apoiar as iniciativas coletivas do campo como forma de garantir acesso às políticas públicas direcionadas ao setor;
12. Viabilização de estudos para a realização anual da "Feira do Agricultor", com atividades como exposições de animais e torneio leiteiro, como forma de fomentar a geração de renda e o desenvolvimento do setor;
13. Coleta periódica de lixo e dejetos sanitários na zona rural;
14. Apoiar iniciativas para a preservação do meio ambiente no campo, a exemplo de áreas de conservação ambiental, combate ao desmatamento e ações para o desenvolvimento sustentável;
15. Estabelecer política e ações para a arborização na cidade, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população;
16. Promover ações de proteção e garantia dos direitos dos animais;
17. Buscar meios para o uso sustentável do meio ambiente e do patrimônio natural, cultural e histórico;
18. Apoiar os mineradores da "Serra do Poção", buscando melhorias para o processo de extração e beneficiamento do produto, com exploração de forma sustentável, minimizando os impactos ambientais e fortalecendo a economia local, por meio da geração de emprego e renda, e horas de máquinas;
19. Viabilizar capacitação para os mineradores, com cursos técnicos ligados ao setor mineral, a exemplo do curso de blaster;
20. Sinalização da zona rural do Município;
21. Aquisição de ensiladeira;
22. Aquisição de equipamentos agrícolas;
23. Criação do Horto Municipal.

NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
1. Manutenção das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Assistência Social;
2. Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica;

3. Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial;
4. Manutenção de Programas e Serviço PSB no Domicílio;
5. Manutenção do Programa BPC na Escola;
6. Pactuação de parcerias com organizações da sociedade civil para oferta de Serviços de Proteção Social Especial;
7. Aprimoramento da Gestão descentralizada do SUAS;
8. Manutenção e Aprimoramento da Gestão descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
9. Concessão de benefícios eventuais de Assistência Social;
10. Implantação e implementação da Vigilância socioassistencial;
11. Prestação de Serviços de proteção especial de Calamidade Pública e de Emergência;
12. Capacitação e qualificação de profissionais que atuam no SUAS;
13. Manutenção das Ações do Conselho Municipal da Assistência Social;
14. Estruturação da rede de serviços e programas do SUAS;
15. Desenvolvimento de Atividades Socioassistenciais itinerantes.

NAS ÁREAS DO TRABALHO, HABITAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS:
1. Apoio e Manutenção das ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
2. Manutenção do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente;
3. Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
4. Financiamento de ações estratégicas e complementares através do FIA/FMDCA;
5. Manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso;
6. Implantação e implementação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência;
7. Manutenção do Conselho de Habitação de Interesse Social;
8. Incentivar políticas de Habitação;
9. Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda;
10. Consolidação e manutenção do Fundo Municipal de Habitação, bem como busca de parcerias com os outros entes federativos, para a viabilização de construção de unidades habitacionais, sobretudo para pessoas de baixa renda;
11. Criação de Programa de melhoria de unidades habitacionais de interesse social;
12. Promover educação profissional para população;
13. Fomento de ações de trabalho, emprego, renda e valorização do Artesanato;
14. Realização de conferências, foros e debates para ampliação do controle social;
15. Propor e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema “S”, com objetivo de ofertar cursos profissionalizantes;
16. Apoio as Organizações Sociais da Sociedade Civil;
17. Realização eventos sociais em datas comemorativas;
18. Desenvolvimento de ações de inclusão social de pessoas com deficiência;
19. Aquisição de veículo para o Conselho Tutelar;
20. Regularização fundiária das unidades habitacionais disponibilizadas por Programas Habitacionais.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES:
1. Institucionalização do programa “Ouro Branco Acessível”, como forma de garantir acessibilidade a todas as repartições públicas, equipamentos e eventos, para as pessoas com deficiência e idosos, com reservas de lugares específicos (conforme já consta em lei municipal);
2. Manutenção da política de preservação e conservação dos prédios, frota de veículos e demais equipamentos públicos;
3. Manutenção e conservação dos açudes públicos, procurando meios para o uso sustentável dos recursos hídricos;
4. Prover meios para a melhoria do sistema de abastecimento de água da cidade, bem como apoio aos sistemas alternativos de abastecimento nas comunidades rurais;
5. Continuação dos serviços de pavimentação e drenagem superficiais de ruas e avenidas;
6. Melhoria do serviço de poda de árvores, com a qualificação dos servidores públicos e eficiência na coleta dos resíduos;
7. Promoção de melhoria no serviço de coleta de lixo doméstico, com aquisição de caminhão coletor, instalação de lixeiras e/ou container em pontos estratégicos da cidade e do campo, e disponibilização de calendário de coleta, com vistas à eficiência do serviço em todo o município (campo e cidade);
8. Manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das vias públicas, com coleta regular de entulhos;
9. Melhorias na sinalização horizontal e vertical das vias públicas;
10. Melhorias no sistema de esgotamento sanitário, a exemplo de esgoto a céu aberto e coleta de dejetos, como forma de prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida da população;
11. Garantir a continuidade e disponibilidade de mecanismos adequados para as ações e política de iluminação pública;

12. Viabilizar estudos para a construção de passagens molhadas e mata-burros nas comunidades rurais do município;
13. Viabilização de estudos para implantação de espaços multiuso sustentáveis para o lazer da população, bem como espaços de convivência, recreativos e para práticas esportivas nas zonas rural e urbana.
14. Construção da Casa dos Idosos;
15. Implementação de urbanização e arborização em toda extensão do Anel Viário, com instalação de bancos, paradas, arborização arbustiva etc.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE CULTURA E TURISMO
1. Fortalecimento do Conselho Municipal de Políticas Culturais;
2. Efetivação do Plano Decenal de Políticas Culturais do município;
3. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal Orilo Dantas de Melo, com nova sede, ampliação do acervo bibliográfico físico e digital, e disponibilização de equipamentos para seu efetivo funcionamento;
4. Reforma e manutenção do espaço e equipamentos do Centro de Cultura Professora Nadir dos Santos, e incentivo as atividades relacionadas a teatro, música, dança e cinema;
5. Viabilização de complexo cultural, com espaço para biblioteca, sala de reuniões e estudos, salão de exposições, e Museu Histórico Municipal;
6. Manter as iniciativas para a valorização de manifestações culturais, a exemplo das prévias carnavalescas, com estabelecimento de um calendário oficial, com o poder público provendo os meios necessários para a segurança e realização dos eventos;
7. Manter o apoio à Filarmônica Manoel Felipe Nery, viabilizando aulas de iniciação musical e capacitações para os músicos, bem como provendo meios para sua valorização, por meio de incentivo para apresentações na cidade e região;
8. Apoiar iniciativas comunitárias para valorização de nossa cultura, a exemplo de subvenções para associações comunitárias do município;
9. Manutenção do Centro sócio recreativo José Isaías de Lucena Filho (clube municipal), promovendo seu uso sustentável para entretenimento e lazer social;
10. Resgatar e fortalecer os festejos e manifestações culturais, expressões de nossas tradições, a exemplo do carnaval, festas juninas, natal e réveillon;
11. Garantir o apoio na realização de eventos religiosos na cidade e nas comunidades rurais, respeitando a diversidade religiosa;
12. Apoiar festividades e congressos evangélicos no município, a exemplo das comemorações do “Dia do Evangélico”, formalizado em lei municipal;
13. Apoio e Manutenção de grupos, espetáculos e encenações teatrais de rua;
14. Continuar apoiando a realização da Festa da Colheita, expressão do nosso patrimônio cultural imaterial, por meio de parceria com a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;
15. Apoiar a realização da Festa do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade;
16. Manter apoio à realização do evento “Patamar Cultural”, com encontro anual de filarmônicas e bandas de música;
17. Promoção do mapeamento de nossas tradições culturais, e criação de política e/ou programa municipal de valorização dos artistas da terra e grupos culturais;
18. Promover o levantamento e registro das potencialidades turísticas do município;
19. Promover a valorização do patrimônio histórico-cultural, a exemplo dos sítios arqueológicos “Riacho Verde” e “Pedra Lavrada”, dentre outros, com programas de educação patrimonial nas escolas e comunidades, visitações, e ações de acesso e conservação desses locais;
20. Implantação de placas indicativas e informativas em localidades do município, nas zonas urbana e rural, para identificação das vias, pontos turísticos e comunidades rurais, com o fim de orientar turistas, condutores de veículos e transeuntes quanto a distâncias, percursos e destinos;
21. Viabilizar estudos para instalação de rede WIFI em pontos estratégicos da zona urbana e rural, como praças públicas, por meio de parcerias e convênios, para facilitar o acesso da comunidade à rede mundial de computadores;
22. Garantir acessibilidade a espaços e eventos socioculturais e recreativos;
23. Apoiar a criação da TV Digital Comunitária, através da ACCM e parceria;
24. Criar o Conselho dos Foliões.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE ESPORTE E LAZER:
1. Institucionalização do Conselho Municipal de Políticas de Esporte e Lazer;
2. Manutenção dos espaços públicos para prática esportivas, como o estádio municipal, os ginásios e quadras poliesportivas;
3. Promover a elaboração de calendário de eventos esportivos;
4. Continuar apoiando os campeonatos de Futsal – a exemplo do Campeonato de Blocos – e competições de futebol de campo (Copa Adílio Santos e Torneios nas comunidades rurais);
5. Continuar apoiando as equipes e competições de vôlei do município, a exemplo da “Copa Ouro Branco de vôlei”, JERNS;
6. Instituir programas e ações de incentivo às práticas e realização de eventos esportivos (corridas, passeios ciclísticos, torneios e competições) e fazer levantamento de dados sobre os praticantes dos referidos esportes;
7. Continuar apoiando a “Semana da Pátria”, com jogos e competições esportivas (atletismo, futebol, futsal, vôlei, queimada, dentre outras modalidades), envolvendo jovens e comunidade estudantil;
8. Construção de espaço com parque infantil, área verde e complexo poliesportivo para práticas de recreação e lazer, como vôlei de areia, futevôlei, atletismo, futebol Society, ciclismo, dentre outros;
9. Revitalização das praças públicas, com aparelhos de circuito educacional e inclusivo;
10. Institucionalização de programas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação através das escolas da rede municipal de ensino;
11. Atuação de profissionais de Educação Física nos espaços esportivos das zonas rurais;
12. Promover a realização de competições de nível regional, como por exemplo o “Seridosão”.

NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO, TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E CONTROLE:
1. Manutenção da política de valorização do servidor público municipal, com calendário de pagamento rigorosamente em dia;
2. Zelar pela excelência na gestão e transparência do Instituto de Previdência do município, garantindo os direitos dos servidores;
3. Fomentar a capacitação para os servidores públicos municipais;
4. Manter o fornecimento regular de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e fardamento para os servidores municipais;
5. Ampliação e melhoria do acesso à Ouvidoria do Município, garantindo a transparência, o acesso à informação, com vistas à melhoria dos serviços públicos;
6. Viabilizar equipamentos e ações para o efetivo controle e conservação do Patrimônio Público;
7. Implementar o PIPCP - Plano de Implantação dos Procedimentos do Controle Patrimonial.
8. Criar um espaço (sala) do empreendedor, com a finalidade de incentivar e apoiar microempreendedores e pequenas empresas, com vistas ao fortalecimento da economia local;
9. Prover meios para o incentivo à participação de empreendedores locais em certames públicos, para que se possa fortalecer a economia local, gerando emprego e renda;
10. Garantir o pagamento de fornecedores e prestadores de serviços no prazo determinado;
11. Promover reajuste salarial dos servidores;
12. Aquisição e manutenção de equipamentos necessários a execução das atividades e serviços da secretaria;
13. Implementar e estruturar o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais.
14. Manter o incentivo e participação da comunidade na construção do orçamento participativo, no processo de escuta da população;
15. Estimular a participação nos mais variados conselhos e instituições com vistas no controle social;
16. Fortaleceu planejamento de ações para consecução de projetos e convênios para captar recursos estaduais e federais;
17. Viabilizar criação da sede para guarda municipal bem como é que para a mesma com aquisição de viatura;
18. Ampliação e modernização do sistema de segurança com monitoramento de câmeras e alarmes nos prédios públicos municipais, e nas entradas principais do município, com central de monitoramento;
19. Manutenção da política de estágio nas mais diversas áreas;
20. Realização de concursos públicos e o processo seletivo para preenchimento de vagas no serviço público.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO:
1. Informatização dos setores internos do Gabinete do Prefeito;
2. Adquirir veículos e equipamentos necessários à execução das atividades e serviços desenvolvidos pelo Gabinete do Prefeito, com o fim de melhorar assistir à população municipal;
3. Patrocinar cursos de capacitação continuada dos funcionários públicos municipais diretamente vinculados ao Gabinete do Prefeito;
4. Contribuir, juntamente com as demais Secretarias, com ajudas financeiras e ou materiais consoante os programas municipais de combate à pobreza;
5. Execução e articulação de convênios e programas federais;
6. Implantação de sistema de protocolo.

NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO:
1. Efetivação da Escola do Legislativo, Maria do Socorro Jesus do Nascimento;
2. Implantação do gabinete individual para vereadores;
3. Aquisição de Equipamentos para os gabinetes dos vereadores.

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
I - RECEITAS						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
SEM RPPS						
ESPECIFICAÇÃO	**ARRECADADA**		**ORÇADA**		**ESTIMADA**	
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
RECEITAS CORRENTES	29.568.834,26	31.381.397,12	34.534.002,00	37.804.535,00	38.730.938,00	39.738.872,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.274.729,39	1.487.595,50	1.190.000,00	1.500.000,00	1.550.000,00	1.600.000,00
Contribuições	259.775,64	279.941,76	335.000,00	300.000,00	325.000,00	350.000,00
Receita Patrimonial	456.640,34	417.854,87	770.000,00	515.000,00	570.000,00	625.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	5.000,00	5.500,00	6.000,00	6.500,00
Transferências Correntes	27.522.949,57	29.124.933,36	32.089.002,00	35.404.035,00	36.194.938,00	37.067.372,00
Outras Receitas Correntes	54.739,32	71.071,63	145.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições -Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-

Receita Patrimonial - Intra-orçamentárias	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	4.235.856,00	1.140.500,00	2.000.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00
Operações de Crédito	2.247.000,00	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.988.856,00	1.140.500,00	2.000.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	33.804.690,26	32.521.897,12	36.534.002,00	40.304.535,00	41.730.938,00	43.238.872,00
RECEITAS CORRENTES	29.568.834,26	31.381.397,12	34.534.002,00	37.804.535,00	38.730.938,00	39.738.872,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	-	-
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	29.568.834,26	31.381.397,12	34.534.002,00	37.804.535,00	38.730.938,00	39.738.872,00
(-) Transferencias obrigatorias de Uniao relativas as emendas individuais (art. 166-A §1°, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMEN TO (V) = (III-IV)	29.568.834,26	31.381.397,12	34.534.002,00	37.804.535,00	38.730.938,00	39.738.872,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências da União relativas a remunerção dos agentes comunitários de saúde e de com bate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	29.568.834,26	31.381.397,12	34.534.002,00	37.804.535,00	38.730.938,00	39.738.872,00

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO					**EXERCICIO : 2027**	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
I - RECEITAS						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
COM RPPS						
ESPECIFICAÇÃO	**ARRECADADA**		**ORÇADA**		**ESTIMADA**	
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
RECEITAS CORRENTES	2.659.066,03	3.887.490,25	2.495.000,00	2.665.000,00	2.810.000,00	2.885.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	277.982,04	301.503,96	360.000,00	375.000,00	380.000,00	400.000,00
Contribuições	1.209.004,30	1.423.523,63	1.290.000,00	1.320.000,00	1.350.000,00	1.370.000,00
Receita Patrimonial	894.348,76	1.863.119,39	600.000,00	650.000,00	730.000,00	750.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	277.730,93	299.343,27	245.000,00	320.000,00	350.000,00	365.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.292.704,69	1.584.112,16	1.365.000,00	1.375.000,00	1.400.000,00	1.425.000,00
Receita de Contribuições -Intraorçamentárias	1.292.704,69	1.584.112,16	1.355.000,00	1.360.000,00	1.380.000,00	1.400.000,00
Receita Patrimonial - Intra-orçamentárias	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes - Intraorçamentárias	-	-	10.000,00	15.000,00	20.000,00	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	3.951.770,72	5.471.602,41	3.860.000,00	4.040.000,00	4.210.000,00	4.310.000,00
RECEITAS CORRENTES	2.659.066,03	3.887.490,25	2.495.000,00	2.665.000,00	2.810.000,00	2.885.000,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	-	-
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-

Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.659.066,03	3.887.490,25	2.495.000,00	2.665.000,00	2.810.000,00	2.885.000,00
(-) Transferencias obrigatorias de Uniao relativas as emendas individuais (art. 166-A §1°, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMEN TO (V) = (III-IV)	2.659.066,03	3.887.490,25	2.495.000,00	2.665.000,00	2.810.000,00	2.885.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências da União relativas a remunerção dos agentes comunitários de saúde e de com bate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.659.066,03	3.887.490,25	2.495.000,00	2.665.000,00	2.810.000,00	2.885.000,00

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
ANEXO III - METAS FISCAIS		
I.a - RECEITAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	1.274.729,39	-
2025	1.487.595,50	16,70
2026	1.190.000,00	-20,01
2027	1.500.000,00	26,05
2028	1.550.000,00	3,33
2029	1.600.000,00	3,23
Nota:		
Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	259.775,64	-
2025	279.941,76	7,76
2026	335.000,00	19,67
2027	300.000,00	-10,45
2028	325.000,00	8,33
2029	350.000,00	7,69
Nota:		
Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	456.640,34	-
2025	417.854,87	-8,49
2026	770.000,00	84,27
2027	515.000,00	-33,12
2028	570.000,00	10,68
2029	625.000,00	9,65
Nota:		
0		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
ANEXO III - METAS FISCAIS		
I.a - RECEITAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	5.000,00	-
2027	5.500,00	10,00

2028	6.000,00	9,09
2029	6.500,00	8,33
Nota:		
Transferncias Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	27.522.949,57	-
2025	29.124.933,36	5,82
2026	32.089.002,00	10,18
2027	35.404.035,00	10,33
2028	36.194.938,00	2,23
2029	37.067.372,00	2,41
Nota:		
Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	54.739,32	-
2025	71.071,63	29,84
2026	145.000,00	104,02
2027	80.000,00	-44,83
2028	85.000,00	6,25
2029	90.000,00	5,88
Nota:		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
ANEXO III - METAS FISCAIS		
I.a - RECEITAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Contribuições - Intraorçamentárias		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-
2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		
Receita Patrimonial - Intra-orçamentárias		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-
2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		
Operações de Crédito		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	2.247.000,00	-
2025	-	-
2026	-	-
2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO III - METAS FISCAIS	
I.a - RECEITAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	

Alienação de bens		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-
2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		
Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	1.988.856,00	-
2025	1.140.500,00	-
2026	2.000.000,00	75,36
2027	2.500.000,00	25,00
2028	3.000.000,00	20,00
2029	3.500.000,00	16,67
Nota:		
Outras Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-
2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
II - DESPESAS						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
SEM RPPS						
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	**EXECUTADA**		**ORÇADA**	**PREVISÃO**		
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
DESPESAS CORRENTES (I)	30.707.550,45	31.714.769,46	31.764.172,00	35.279.535,00	36.560.938,00	37.933.872,00
Pessoal e Encargos Sociais	14.759.540,76	16.217.810,14	17.715.300,00	18.000.000,00	18.500.000,00	19.000.000,00
Pessoal e Encargos Sociais - Intraorçamentarias	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	132.117,16	453.225,43	400.000,00	450.000,00	475.000,00	500.000,00
Outras Despesas Correntes	15.815.892,53	15.043.733,89	13.648.872,00	16.829.535,00	17.585.938,00	18.433.872,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.277.664,21	1.508.909,94	4.669.830,00	4.925.000,00	5.045.000,00	5.155.000,00
Investimentos	4.137.194,50	1.355.313,09	4.264.830,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
Inversões Financeiras	-	-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferência de Capital	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	140.469,71	153.596,85	400.000,00	420.000,00	440.000,00	450.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	100.000,00	100.000,00	125.000,00	150.000,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
Total	**34.985.214,66**	**33.223.679,40**	**36.534.002,00**	**40.304.535,00**	**41.730.938,00**	**43.238.872,00**
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA			***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***			
Prefeito Interino			Contadora CRC-RN 5.231/O-7			

MUNICIPIO DE OURO BRANCO				**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO III - METAS FISCAIS				
II - DESPESAS				
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF				
COM RPPS				
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE	**EXECUTADA**	**ORÇADA**	**PREVISÃO**	

NATUREZA DE DESPESAS	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DESPESAS CORRENTES (I)	2.610.050,95	3.193.073,86	3.600.000,00	3.710.000,00	3.850.000,00	3.920.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.182.185,90	2.764.339,64	3.015.000,00	3.120.000,00	3.250.000,00	3.300.000,00
Pessoal e Encargos Sociais - Intraorçamentarias	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	427.865,05	428.734,22	585.000,00	590.000,00	600.000,00	620.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	7.645,92	3.902,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00
Investimentos	7.645,92	3.902,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	250.000,00	300.000,00	320.000,00	340.000,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
Total	**2.617.696,87**	**3.196.975,86**	**3.860.000,00**	**4.040.000,00**	**4.210.000,00**	**4.310.000,00**
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
ANEXO III - METAS FISCAIS		
II.a - DESPESAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	14.759.540,76	-
2025	16.217.810,14	9,88
2026	17.715.300,00	9,23
2027	18.000.000,00	1,61
2028	18.500.000,00	2,78
2029	19.000.000,00	2,70
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos		
para o período.		
Pessoal e Encargos Sociais - Intraorçamentárias		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-
2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		
Juros e Encargos da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	132.117,16	-
2025	453.225,43	-
2026	400.000,00	-11,74
2027	450.000,00	12,50
2028	475.000,00	5,56
2029	500.000,00	5,26
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO III - METAS FISCAIS	
II.a - DESPESAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS	**METAS ANUAIS**
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	

Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	15.815.892,53	-
2025	15.043.733,89	-4,88
2026	13.648.872,00	-9,27
2027	16.829.535,00	23,30
2028	17.585.938,00	4,49
2029	18.433.872,00	4,82
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		
Investimentos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$ 1,00	Variação %
2024	4.137.194,50	-
2025	1.355.313,09	-67,24
2026	4.264.830,00	214,67
2027	4.500.000,00	5,51
2028	4.600.000,00	2,22
2029	4.700.000,00	2,17
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de investimentos previstos para o período.		
Inversões Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$ 1,00	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	5.000,00	-
2027	5.000,00	-
2028	5.000,00	-
2029	5.000,00	-
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
ANEXO III - METAS FISCAIS		
II.a - DESPESAS - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$ 1,00	Variação %
2024	140.469,71	-
2025	153.596,85	9,35
2026	400.000,00	160,42
2027	420.000,00	5,00
2028	440.000,00	4,76
2029	450.000,00	2,27
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$ 1,00	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	100.000,00	-
2027	100.000,00	-
2028	125.000,00	25,00
2029	150.000,00	20,00
Nota:		
Os recursos destinados a Reserva de Contingência apresenta uma variação baseada nas de cada o período.		
RESERVA DO RPPS		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$ 1,00	Variação %
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

2027	-	-
2028	-	-
2029	-	-
Nota:		
Os recursos destinados a Reserva de Contingência apresenta uma variação baseada nas de cada o período.		

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
III - RESULTADO PRIMÁRIO						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
RECEITAS CORRENTES (I)	29.568.834,26	31.381.397,12	34.534.002,00	37.804.535,00	38.730.938,00	39.738.872,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.274.729,39	1.487.595,50	1.190.000,00	1.500.000,00	1.550.000,00	1.600.000,00
Contribuições	259.775,64	279.941,76	335.000,00	300.000,00	325.000,00	350.000,00
Receita Patrimonial	456.640,34	417.854,87	770.000,00	515.000,00	570.000,00	625.000,00
Aplicações Financeiras (II)	438.256,95	406.877,00	694.000,00	500.000,00	550.000,00	600.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	18.383,39	10.977,87	76.000,00	15.000,00	20.000,00	25.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	5.000,00	5.500,00	6.000,00	6.500,00
Transferências Correntes	27.522.949,57	29.124.933,36	32.089.002,00	35.404.035,00	36.194.938,00	37.067.372,00
Outras Receitas Correntes	54.739,32	71.071,63	145.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00
Receita de Serviços - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes - Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES SEM RPPS(III) = (I - II)	29.130.577,31	30.974.520,12	33.840.002,00	37.304.535,00	38.180.938,00	39.138.872,00
RECEITAS DE CAPITAL SEM RPPS (IV)	4.235.856,00	1.140.500,00	2.000.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00
Operações de Crédito (V)	2.247.000,00	-	-	-	-	-
Alienação de Bens (VI)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.988.856,00	1.140.500,00	2.000.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
Receitas Fiscais de Capital (VIII)= (IV - V - VII)	1.988.856,00	1.140.500,00	2.000.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00
RECEITA CORRENTE TOTAL COM RPPS (IX)	3.951.770,72	5.471.602,41	3.860.000,00	4.040.000,00	4.210.000,00	4.310.000,00
RECEITA DE CAPITAL TOTAL COM RPPS (X)	-	-	-	-	-	-
RECEITA NÃO PRIMÁRIA TOTAL COM RPPS (XI)	894.348,76	1.863.119,39	600.000,00	650.000,00	730.000,00	750.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) SEM RPPS (XII) = (III + VIII)	31.119.433,31	32.115.020,12	35.840.002,00	39.804.535,00	41.180.938,00	42.638.872,00
	-	-	-	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA COM RPPS (XIII) = (IX + X - XI)	3.057.421,96	3.608.483,02	3.260.000,00	3.390.000,00	3.480.000,00	3.560.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.176.855,27	35.723.503,14	39.100.002,00	43.194.535,00	44.660.938,00	46.198.872,00
RECEITA TOTAL (XV) = (I + IV + IX + X)	37.756.460,98	37.993.499,53	40.394.002,00	44.344.535,00	45.940.938,00	47.548.872,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
III - RESULTADO PRIMÁRIO						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
DESPESAS CORRENTES (XVI)	30.707.550,45	31.714.769,46	31.764.172,00	35.279.535,00	36.560.938,00	37.933.872,00
Pessoal e Encargos Sociais	14.759.540,76	16.217.810,14	17.715.300,00	18.000.000,00	18.500.000,00	19.000.000,00
	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XVII)	132.117,16	453.225,43	400.000,00	450.000,00	475.000,00	500.000,00
Outras Despesas Correntes	15.815.892,53	15.043.733,89	13.648.872,00	16.829.535,00	17.585.938,00	18.433.872,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES SEM RPPS (XVIII) = (XVI - XVII)	30.575.433,29	31.261.544,03	31.364.172,00	34.829.535,00	36.085.938,00	37.433.872,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIX)	4.277.664,21	1.508.909,94	4.669.830,00	4.925.000,00	5.045.000,00	5.155.000,00
Investimentos	4.137.194,50	1.355.313,09	4.264.830,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
Inversões Financeiras	-	-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	140.469,71	153.596,85	400.000,00	420.000,00	440.000,00	450.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XIX - XX)	4.137.194,50	1.355.313,09	4.269.830,00	4.505.000,00	4.605.000,00	4.705.000,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXII)	-	-	100.000,00	100.000,00	125.000,00	150.000,00
RESERVA DO RPPS (XXIII)	-	-	-	-	-	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias (XXIV)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) SEM RPPS (XXV) = (XVIII + XX	34.712.627,79	32.616.857,12	35.734.002,00	39.434.535,00	40.815.938,00	42.288.872,00
I + XXII + XXIV)						
	-	-	-	-	-	-
DESPESA CORRENTE COM RPPS (XXVI)	2.610.050,95	3.193.073,86	3.600.000,00	3.710.000,00	3.850.000,00	3.920.000,00
DESPESA DE CAPITAL COM RPPS (XXVII)	7.645,92	3.902,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00
DESPESA NÃO PRIMÁRIA COM RPPS (XXVIII)	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIX) = (XXV + XXVI + XXVII - XXVIII)	37.330.324,66	35.813.832,98	39.344.002,00	43.174.535,00	44.705.938,00	46.258.872,00
DESPESA TOTAL (XXX) = (XVI + XIX + XXII + XXIII + XXVI + XXVII)	37.602.911,53	36.420.655,26	40.144.002,00	44.044.535,00	45.620.938,00	47.208.872,00
	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RPPS (XXXI) = (XII - XXV)	-3.593.194,48	-501.837,00	106.000,00	370.000,00	365.000,00	350.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO TOTAL (XXXII) = (XIV - XXIX)	-3.153.469,39	-90.329,84	-244.000,00	20.000,00	-45.000,00	-60.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO III - METAS FISCAIS	
III - RESULTADO PRIMÁRIO	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
IV - RESULTADO NOMINAL						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
Especificação	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
	(b) #	**(c) #**	**(d)**	**(e)**	**(f)**	**(g)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.605.440,69	5.412.981,97	7.277.933,67	5.204.790,36	5.023.928,92	4.854.037,60
DEDUÇÕES (II)	14.324.449,29	15.693.417,77	16.534.452,00	16.526.977,68	17.300.402,20	18.073.463,21
Disponibilidade de Caixa	14.324.449,29	15.693.417,77	16.534.452,00	16.526.977,68	17.300.402,20	18.073.463,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.351.224,61	18.316.654,46	17.234.433,00	19.049.320,64	19.735.096,18	20.425.824,55
(-)Restos a Pagar Processados	779.416,79	2.163.606,73	557.953,00	2.080.391,08	2.008.099,50	1.940.192,76
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	247.358,53	459.629,96	142.028,00	441.951,88	426.594,48	412.168,58
	-	-	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.719.008,60	-10.280.435,80	-9.256.518,33	-11.322.187,32	-12.276.473,28	-13.219.425,61
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
DÌVIDA FISCAL LÍQUIDA (IIII + IV)	-6.719.008,60	-10.280.435,80	-9.256.518,33	-11.322.187,32	-12.276.473,28	-13.219.425,61
Resultado Nominal	**(b - a*)**	**(c - b)**	**(d - c)**	**(e - d)**	**(f - e)**	**(g - f)**
	-6719008.6	**3561427.2**	**-1023917.47**	**2065668.99**	**954285.96**	**942952.33**

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO III - METAS FISCAIS	
IV - RESULTADO NOMINAL	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO III - METAS FISCAIS						
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**

DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.605.440,69	5.412.981,97	7.277.933,67	5.204.790,36	5.023.928,92	4.854.037,60
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	7.605.440,69	5.412.981,97	7.277.933,67	5.204.790,36	5.023.928,92	4.854.037,60
DEDUÇÕES (II)	14.324.449,29	15.693.417,77	16.534.452,00	16.526.977,68	17.300.402,20	18.073.463,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.351.224,61	18.316.654,46	17.234.433,00	19.049.320,64	19.735.096,18	20.425.824,55
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	779.416,79	2.163.606,73	557.953,00	2.080.391,08	2.008.099,50	1.940.192,76
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	247.358,53	459.629,96	142.028,00	441.951,88	426.594,48	412.168,58
	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-6.719.008,60	-10.280.435,80	-9.256.518,33	-11.322.187,32	-12.276.473,28	-13.219.425,61
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA			***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***			
Prefeito Interino			Contadora CRC-RN 5.231/O-7			

MUNICIPIO DE OURO BRANCO												**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
Demonstrativo I - Metas Anuais												
Art. 4º, §1º da LRF												
ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total	44.344.535,00	42.832.546,12	53,42	117,30	45.940.938,00	42.873.929,98	53,47	118,62	47.548.872,00	42.873.931,04	53,47	119,65
Receitas Primárias (I)	39.804.535,00	38.447.343,77	47,95	105,29	41.180.938,00	38.431.706,65	47,93	106,33	42.638.872,00	38.446.675,61	47,95	107,30
Receitas Primárias Correntes	37.304.535,00	33.981.175,99	44,94	98,68	38.180.938,00	33.570.948,50	44,44	98,58	39.138.872,00	33.249.488,86	44,01	98,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.500.000,00	1.366.369,10	1,81	3,97	1.550.000,00	1.362.852,06	1,80	4,00	1.600.000,00	1.359.241,58	1,80	4,03
Contribuições	300.000,00	273.273,82	0,36	0,79	325.000,00	285.759,30	0,38	0,84	350.000,00	297.334,10	0,39	0,88
Transferências Correntes	35.404.035,00	32.249.986,34	42,65	93,65	36.194.938,00	31.824.739,33	42,13	93,45	37.067.372,00	31.489.695,77	41,68	93,28
Demais Receitas Primárias Correntes	100.500,00	91.546,73	0,12	0,27	111.000,00	97.597,79	0,13	0,29	121.500,00	103.217,41	0,14	0,31
Receitas Primárias de Capital	2.500.000,00	2.277.281,84	3,01	6,61	3.000.000,00	2.637.778,19	3,49	7,75	3.500.000,00	2.973.340,95	3,94	8,81
Despesa Total	44.044.535,00	42.542.775,04	53,06	116,51	45.620.938,00	42.575.293,12	53,10	117,79	47.208.872,00	42.567.359,38	53,09	118,80
Despesas Primárias (II)	39.434.535,00	38.089.959,43	47,50	104,31	40.815.938,00	38.091.073,98	47,51	105,38	42.288.872,00	38.131.087,14	47,56	106,42
Despesas Primárias Correntes	34.829.535,00	31.726.666,97	41,96	92,13	36.085.938,00	31.728.900,06	42,00	93,17	37.433.872,00	31.801.047,05	42,10	94,20
Pessoal e Encargos Sociais	18.000.000,00	16.396.429,22	21,68	47,61	18.500.000,00	16.266.298,83	21,53	47,77	19.000.000,00	16.140.993,75	21,37	47,81
Outras Despesas Correntes	16.829.535,00	15.330.237,75	20,27	44,52	17.585.938,00	15.462.601,23	20,47	45,41	18.433.872,00	15.660.053,30	20,73	46,39
Despesas Primárias de Capital	4.505.000,00	4.103.661,87	5,43	11,92	4.605.000,00	4.048.989,52	5,36	11,89	4.705.000,00	4.705.000,00	5,29	11,84
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	370.000,00	357.384,33	0,45	0,98	365.000,00	340.632,67	0,42	0,94	350.000,00	315.588,47	0,39	0,88
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.204.790,36	4.741.109,82	6,27	13,77	5.023.928,92	4.417.336,71	5,85	12,97	4.854.037,60	4.123.631,08	5,46	12,21
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-11.322.187,32	-10.313.524,61	-13,64	-29,95	-12.276.473,28	-10.794.204,48	-14,29	-31,70	-13.219.425,61	-11.230.245,59	-14,87	-33,27
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	2.065.668,99	1.995.237,12	2,49	5,46	954.285,96	890.578,02	1,11	2,46	942.952,33	-	1,06	2,37

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Demonstrativo I - Metas Anuais			
Art. 4º, §1º da LRF			
Parâmetros	**2027**	**2028**	**2029**
PIB nominal	**83012308.65**	**85917739.45**	**88924860.33**
Receita Corrente Líquida - RCL	**37804535**	**38730938**	**39738872**
FONTE: Atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA-E			
- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:			
Especificação	**2027**	**2028**	**2029**
PIB real (crescimento % anual)	1,80	2,00	2,00
Meta Taxa Selic (média % a.a.)	10,50	10,00	9,50
Câmbio (R$/US$ - Final do Ano)	5,45	5,50	5,50

Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação (IPCA)	9,78	3,60	3,50
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	80.181.000,00	80.181.000,00	80.181.000,00
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:			
2027	**2028**	**2029**	
Valor Corrente/1.0978	**Valor Corrente/1.1373208**	**Valor Corrente/1.177127028**	
FONTE: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/31032023			

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO — **EXERCICIO : 2027**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Art. 4º, §2º, inciso I da LRF

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS 2025 (a)	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS 2025 (a)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	40.394.002,00	50,38	217,64	37.993.499,53	47,38	204,70	-2.400.502,47	-5,94
Receitas Primárias (I)	35.744.002,00	44,58	192,58	35.723.503,14	44,55	113,84	-20.498,86	-0,06
Despesa Total	40.394.002,00	50,38	217,64	36.420.655,26	45,42	116,06	-3.973.346,74	-9,84
Despesas Primárias (II)	35.394.002,00	44,14	190,70	35.813.832,98	44,67	114,12	419.830,98	1,19
Resultado Primário (SEM RPPS) -	350.000,00	0,44	1,89	-90.329,84	-0,11	-0,29	-440.329,84	-125,81
Acima da Linha (III) = (I – II)								
	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	7.277.933,67	9,08	39,21	5.412.981,97	6,75	17,25	-1.864.951,70	-25,62
Dívida Consolidada Líquida	-9.256.518,33	-11,54	-49,87	-10.280.435,80	-12,82	-32,76	-1.023.917,47	11,06
Resultado Nominal (SEM RPPS) -	-1.913.471,67	-2,39	-10,31	3.561.427,20	4,44	11,35	5.474.898,87	-286,12
Abaixo da Linha								

Parametros	Previsto 2025	Realizado 2025
PIB nominal	80181888	80181888
Receita Corrente Líquida - RCL	18560228	18560228

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO — **EXERCICIO : 2027**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercicios Anteriores

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total	34.912.706,40	40.394.002,00	15,70	42.009.762,08	4,00	44.344.535,00	5,56	45.940.938,00	4,01	47.548.872,00	3,50
Receitas Primárias (I)	31.288.575,47	35.744.002,00	14,24	37.173.762,08	4,00	39.804.535,00	7,08	41.180.938,00	3,13	42.638.872,00	3,54
Despesa Total	34.912.706,40	40.394.002,00	15,70	42.009.762,08	4,00	44.044.535,00	4,84	45.620.938,00	4,00	47.208.872,00	3,48
Despesas Primárias (II)	31.137.453,60	35.394.002,00	13,67	36.809.762,08	4,00	39.434.535,00	7,13	40.815.938,00	3,50	42.288.872,00	3,61
Resultado Primário (III) = (I - II)	151.121,87	350.000,00	131,60	364.000,00	4,00	370.000,00	1,65	365.000,00	-	350.000,00	-4,11
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.786.002,00	7.277.933,67	52,07	7.569.051,02	4,00	5.204.790,36	-31,24	5.023.928,92	1,60	4.854.037,60	-3,38
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-11.169.990,00	-9.256.518,33	-17,13	-9.626.779,06	4,00	-11.322.187,32	17,61	-12.276.473,28	-46,20	-13.219.425,61	7,68
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.771.732,00	-1.913.471,67	-208,00	370.260,73	-119,35	2.065.668,99	457,90	954.285,96	-	942.952,33	-1,19
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total	37.899.038,76	41.912.816,48	10,59	42.009.762,08	0,23	42.832.546,12	1,96	42.873.929,98	0,10	42.873.931,04	-
Receitas Primárias (I)	33.964.910,10	37.087.976,48	9,19	37.173.762,08	0,23	38.447.343,77	3,43	38.431.706,65	-0,04	38.446.675,61	0,04
Despesa Total	37.899.038,76	41.912.816,48	10,59	42.009.762,08	0,23	42.542.775,04	1,27	42.575.293,12	0,08	42.567.359,38	-0,02
Despesas Primárias (II)	33.800.861,71	36.724.816,48	8,65	36.809.762,08	0,23	38.089.959,43	3,48	38.091.073,98	-	38.131.087,14	0,11

Resultado Primário (III) = (I - II)	164.048,40	363.160,00	121,37	364.000,00	0,23	357.384,33	-1,82	340.632,67	-4,69	315.588,47	-7,35
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	5.195.382,83	7.551.583,98	45,35	7.569.051,02	0,23	5.027.325,76	-33,58	4.688.532,41	-6,74	4.376.795,17	-6,65
Dívida Consolidada Líquida	-12.125.438,78	-9.604.563,42	-20,79	-9.626.779,06	0,23	-10.936.141,52	13,60	-11.456.898,33	4,76	-11.919.709,51	4,04
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.923.280,85	-1.985.418,20	-203,23	370.260,73	-118,65	1.995.237,12	438,87	890.578,02	-55,36	850.242,53	-4,53
Nota:											

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CORRENTES DE RECEITAS E DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023.					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2024	2025	2026	2027	2028	2029
5,79	4,62	3,76	3,53	3,50	3,50
* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.					
TAXAS PARA CALCULO DOS VALORES CONSTANTES					
2024	2025	2026	2027	2028	2029
1,09	1,04	-	1,04	1,07	1,11

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercicios Anteriores	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	18.401.087,00	1,00	-28.117.625,00	-1,53	21.100.075,00	1,00
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.401.087,00	1,00	-28.117.625,00	-1,53	21.100.075,00	1,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-45.512.033,00	1,00	1.111.703,00	-0,02	2.189.613,00	1,00
TOTAL	-45.512.033,00	1,00	1.111.703,00	-0,02	2.189.613,00	1,00
FONTE: Balanço Patrimonial do Município relativo aos exercícios de referência.						

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF			
RECEITAS	2025	2024	2023
REALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-

DESPESAS	2025	2024	2023
LIQUIDADAS	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia – IId) +		2023 (i) = (Ic – IIf)
	IIIh)		
VALOR (III)	-	-	-

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")			
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025
RECEITAS CORRENTES (I)	4.198.406,75	3.673.788,68	5.170.098,45
Receita de Contribuições dos Segurados	1.100.144,95	1.209.004,30	1.423.523,63
Ativo	1.100.144,95	1.209.004,30	1.423.523,63
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	1.143.944,53	1.292.704,69	1.584.112,16
Ativo	1.143.944,53	1.292.704,69	1.584.112,16
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	1.233.802,76	894.348,76	1.863.119,39
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	1.233.802,76	894.348,76	1.863.119,39
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outras Receitas Correntes	720.514,51	277.730,93	299.343,27
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	-	-	-
Demais Receitas Correntes	720.514,51	277.730,93	299.343,27
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	4.198.406,75	3.673.788,68	5.170.098,45

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")	

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025
Benefícios	1.684.746,16	2.201.478,00	2.412.415,05
Aposentadorias	1.455.863,92	1.871.478,00	2.106.793,69
Pensões por morte	228.882,24	330.000,00	305.621,36
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	1.684.746,16	2.201.478,00	2.412.415,05
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	2.513.660,59	1.472.310,68	2.757.683,40
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
VALOR	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	-	-
VALOR	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	-	-	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.684.630,74	10.439.776,85	13.822.735,35
Investimentos e Aplicações	1.027.231,66	1.340.641,09	14.678,81
Outro Bens e Direitos	-	-	-

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")			
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-	-

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	-	-	-
Benefícios	-	-	-

Aposentadorias	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	-	-	-
Receitas Correntes	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	-	-	-
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	-	-	-
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	-	-	-
Contribuições dos Servidores	-	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	-	-	-

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
0	
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
0	
AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2025	2623623.17	3276822.33	-653199.16	11137919.89
2026	2587488.86	3304671.57	-717182.71	10420737.18
2027	2491472.36	3605298.97	-1113826.61	9306910.57
2028	2421182.44	3653656.84	-1232474.4	8074436.17
2029	2313676.69	3808866.64	-1495189.95	6579246.22
2030	2229417.11	3808244.51	-1578827.4	5000418.82
2031	2123647.65	3906307.2	-1782659.55	3217759.27
2032	2025373.18	3887933.52	-1862560.34	1355198.93
2033	1910135.06	3930071.66	-2019936.6	-664737.67
2034	1827524.44	3924987.64	-2097463.2	-2762200.87
2035	1794894.9	3990134.32	-2195239.42	-4957440.29
2036	1773449.26	4001201.27	-2227752.01	-7185192.3
2037	1708936.14	4166824.35	-2457888.21	-9643080.51
2038	1696911.17	4089165.84	-2392254.67	-12035335.18
2039	1635659.66	4230569.63	-2594909.97	-14630245.15
2040	1609409.94	4187236.53	-2577826.59	-17208071.74
2041	1543177.43	4298148.03	-2754970.6	-19963042.34
2042	1516243.5	4223404.92	-2707161.42	-22670203.76
2043	1450040.02	4300470.24	-2850430.22	-25520633.98
2044	1403250.01	4251624.59	-2848374.58	-28369008.56
2045	1287425.98	4497529.91	-3210103.93	-31579112.49
2046	1168316.55	4716651.87	-3548335.32	-35127447.81
2047	1060302.16	4914063.93	-3853761.77	-38981209.58
2048	1032765.7	4769227.4	-3736461.7	-42717671.28
2049	941132.35	4882074.61	-3940942.26	-46658613.54
2050	880101.15	4871482.52	-3991381.37	-50649994.91
2051	820439.83	4848542.29	-4028102.46	-54678097.37
2052	722988.56	4949615.04	-4226626.48	-58904723.85
2053	638612.14	4997415.26	-4358803.12	-63263526.97
2054	525418.71	5166646.72	-4641228.01	-67904754.98
2055	465759.86	5094618.65	-4628858.79	-72533613.77

MUNICIPIO DE OURO BRANCO				**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")				
2056	417927.76	4979148.94	-4561221.18	-77094834.95
2057	379185	4823557.39	-4444372.39	-81539207.34
2058	349361.53	4639032.87	-4289671.34	-85828878.68
2059	302001.25	4528049.35	-4226048.1	-90054926.78
2060	266402.44	4369363.34	-4102960.9	-94157887.68
2061	228548.32	4225535.98	-3996987.66	-98154875.34
2062	210586.14	4001528.98	-3790942.84	-101945818.18
2063	197100.57	3759683.29	-3562582.72	-105508400.9
2064	180117.57	3546369.54	-3366251.97	-108874652.87
2065	167731.59	3315623.04	-3147891.45	-112022544.32
2066	155867.03	3091330.01	-2935462.98	-114958007.3
2067	144504.82	2873682.62	-2729177.8	-117687185.1
2068	133613.72	2662664.32	-2529050.6	-120216235.7
2069	123169.2	2458319.25	-2335150.05	-122551385.75
2070	113149.95	2260688.18	-2147538.23	-124698923.98
2071	103533.59	2069808.44	-1966274.85	-126665198.83
2072	94304.16	1885844.28	-1791540.12	-128456738.95
2073	85458.95	1709132.83	-1623673.88	-130080412.83
2074	77013.98	1540272.47	-1463258.49	-131543671.32
2075	68991.06	1379820.65	-1310829.59	-132854500.91
2076	61423.89	1228477.82	-1167053.93	-134021554.84
2077	54344.15	1086883.07	-1032538.92	-135054093.76

2078	47771.31	955426.12	-907654.81	-135961748.57
2079	41713.39	834267.86	-792554.47	-136754303.04
2080	36161.86	723237.21	-687075.35	-137441378.39
2081	31101.66	622033.27	-590931.61	-138032310
2082	26520.06	530401.17	-503881.11	-138536191.11
2083	22402.99	448059.81	-425656.82	-138961847.93
2084	18734.9	374698.09	-355963.19	-139317811.12
2085	15500.01	310000.24	-294500.23	-139612311.35
2086	12679.7	253593.92	-240914.22	-139853225.57
2087	10246.12	204922.31	-194676.19	-140047901.76
2088	8169.15	163383.06	-155213.91	-140203115.67
2089	6417.23	128344.53	-121927.3	-140325042.97
2090	4960.64	99212.7	-94252.06	-140419295.03
2091	3769.17	75383.43	-71614.26	-140490909.29
2092	2811.69	56233.7	-53422.01	-140544331.3
2093	2057.86	41157.13	-39099.27	-140583430.57
2094	1476.53	29530.59	-28054.06	-140611484.63
2095	1036.06	20721.12	-19685.06	-140631169.69
2096	706.6	14131.99	-13425.39	-140644595.08
2097	462.63	9252.61	-8789.98	-140653385.06
2098	285.49	5709.8	-5424.31	-140658809.37
2099	162.31	3246.12	-3083.81	-140661893.18

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")	
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO						**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
TRIBUTO	**MODALIDADE**	**SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**COMPENSAÇÃO**
			2027	**2028**	**2029**	
SEM MOVIMENTO	SEM MOVIMENTO	SEM MOVIMENTO	0	0	0	SEM MOVIMENTO
TOTAL			0	0	0	

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	
EVENTO	**2027**
Aumento Permanente da Receita*	3.732.523,36
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB**	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.732.523,36
Redução Permanente de Despesas (II)***	102.971,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	3.835.494,36
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	3.835.494,36

Notas: **Despesa Orçada em 2021 no elemento 31900400 (Cont. por Tempo Determinado).

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO			**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO IV - DE RISCOS FISCAIS			
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	900.000,00	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	900.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		-
Avais e Garantias Concedidas	-		-
Assunção de Passivos	-		-
Assistências Diversas	-		-
Outros Passivos Contingentes	-		-
SUBTOTAL	900.000,00	SUBTOTAL	900.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	-		-
Restituição de Tributos a Maior	-		-
Discrepância de Projeções:	-		-
Outros Riscos Fiscais	-		-
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	**900.000,00**	**TOTAL**	**900.000,00**
FONTE:			
Nota:			
Passivos Contingentes: obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.			
Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.			
Eventos Fiscais Imprevistos: extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.			

MUNICIPIO DE OURO BRANCO	**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO IV - DE RISCOS FISCAIS	
ARF (LRF, art 4o, § 3o)	
AMARIUDO DOS SANTOS SILVA	***MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA***
Prefeito Interino	Contadora CRC-RN 5.231/O-7

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES		
CODIGO	**PROGRAMA/AÇÃO**	**VALOR**
01001	CÂMARA MUNICIPAL	1.900.000,00
2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	1.900.000,00
02001	GABINETE DO PREFEITO	855.000,00
1025	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO	5.000,00
1026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA USO DO GABINETE CIVIL	70.000,00
2002	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE CIVIL	640.000,00
2007	Concessão de Subvenções Sociais Contribuições e Auxílio a Entidades	130.000,00
2055	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES VINCULADOS AO GABINETE	6.000,00
2056	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS ADMINISTRATIVOS NA IMPRENSA OFICIAL	4.000,00
03001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.283.900,00
1019	PROGRAMA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS LIGADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
2003	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO	1.248.900,00
2024	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO SETOR PATRIMONIAL	5.000,00
2073	CAPACITAÇAO PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS	5.000,00
2074	FORNECIMENTO DE EPI E FARDAMENTO AOS SERVIDORES	5.000,00
2075	CRIAR UM ESPAÇO (SALA) DO EMPREENDEDOR	15.000,00

03002	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	170.000,00
2057	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	170.000,00
03003	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAM E COMPRAS PÚBLIC	155.000,00
2126	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COMPRAS PÚBLICAS	155.000,00
04001	SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	330.408,00
2004	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	330.408,00
05001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	123.000,00
2058	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	123.000,00
06001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.968.500,00
1017	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	70.000,00
1028	EQUIPAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	90.000,00
1029	REFORMAS E REPAROS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	35.000,00
1038	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE POLO DE ACADEMIA DA SAÚDE	10.000,00
1040	ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PÚBLICA E/OU PANDEMIAS	15.000,00
1042	REFORMA, AMPLIAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL	26.000,00
1043	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS VINCULADOS À ATENÇÃO BÁSICA	89.000,00
1044	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS OU DEMAIS VEÍCULOS VINCULADOS À MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	66.000,00
1047	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES	5.000,00
1057	REFORMA DO PREDIO DA VIGILÂNCIA SANITARIA	8.000,00
2006	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	11.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES		
2008	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS	646.000,00
2009	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	5.000,00
2010	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	1.015.000,00
2011	FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH	1.380.000,00
2012	FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	350.000,00
2023	INCENTIVO PARA AS AÇÕES ESTRATÉGICAS	111.500,00
2026	ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS	1.000.000,00
2027	INCENTIVO DESEMPENHO FINANCEIRO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE (APS)	160.000,00
2033	FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO MULTIPROFISSIONAL	350.000,00
2036	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA QUALIFAR	20.000,00
2047	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA À CONSÓRCIOS PÚBLICOS VINCULADOS À SAÚDE	55.000,00
2048	MANUTENÇÃO DO POLO DE ACADEMIA DA SAÚDE	20.000,00
2071	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	227.000,00
2115	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.876.000,00
2130	ASSISTENCIA FINANCEIRA AO MUNICIPIO PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	328.000,00
06002	SECRETARIA DE SAÚDE	100.000,00
1018	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	50.000,00
1030	Construção do Sistema de Saneamento Básico Municipal	20.000,00
1045	REFORMA E/OU ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
2025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.000,00
2037	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS GESTANTES	2.000,00
2043	CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERIDÓ	5.000,00
2072	PROGRAMA DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE ZOONOSES	5.000,00
07001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	8.790.202,00
1015	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO	0,00
1016	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	270.000,00
1049	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES	170.000,00
1105	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO	110.000,00
1115	MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO INFANTIL	100.000,00
1116	MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	180.000,00
2013	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%	1.490.000,00
2028	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	1.340,00
2029	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL	119.500,00
2030	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - BRASIL ALFABETIZADO	5.000,00
2038	COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DE REPASSES DO FNDE	140.000,00
2039	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM RECURSOS DO SALARIO EDUCAÇÃO	179.662,00
2049	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA	95.000,00

2076	APOIO NO TRANSPORTE DOS ESTUDANTES A OUTRAS CIDADES	90.000,00
2077	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DO TRANSPORTE ESCOLAR PNAT	135.000,00
2078	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	281.000,00
2080	REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30.000,00
2086	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADO COM RECURSOS DE IMPOSTOS E FUNDEB 30%	592.000,00
2087	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.126.400,00
2088	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADO COM RECURSOS DO FUNDEB 70%	2.798.300,00
2089	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADOS COM RECURSOS DO TESOURO MUNICIPAL	56.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES		
2090	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADO COM RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	300.000,00
2091	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO E DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	8.000,00
2092	IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA DIGITAL E CENTROS DE PESQUISAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	5.000,00
2117	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	10.000,00
2118	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS E FUNDEB 30%	230.000,00
2132	MANUT. DAS AÇOES CICLO ALFABETIZAÇAO NO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB	268.000,00
08001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.813.000,00
1035	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	25.000,00
1036	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	21.000,00
1050	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO	15.000,00
1055	CONSTRUCAO DA CASA DOS IDOSOS	10.000,00
1117	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O SETOR DO PROGRAMA AUXILIO BRASIL DO MUNICÍPIO	10.000,00
1118	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS	10.000,00
1119	REFORMA E MANUTENCAO DE PREDIO PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CRIANCA FELIZ PCF	15.000,00
2014	FUNCIONAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PSE	257.500,00
2015	FUNCIONAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB	140.000,00
2017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA IGD PBF	16.000,00
2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	835.500,00
2019	BENEFÍCIOS EVENTUAIS À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL	131.000,00
2032	FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	105.500,00
2040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	6.000,00
2044	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA	10.000,00
2045	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	92.500,00
2046	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS	20.000,00
2095	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA - IGD	60.000,00
2102	MANUTENÇÃO DO ACESSUAS TRABALHO	25.000,00
2119	CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	8.000,00
2120	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – EXTRA - PORTARIA 751/2022	0,00
08011	FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	25.000,00
2096	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	20.000,00
2097	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	5.000,00
08021	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	290.500,00
1051	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	23.000,00
1052	PROGRAMA DE MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL	20.000,00
2016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.500,00
2022	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	180.000,00
2041	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	5.000,00
2042	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DAS MULHERES	5.000,00
2093	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES	5.000,00
2094	CAMPANHAS CONTRA VIOLÊNCIA E DE PROMOÇÃO DO ECA	3.000,00
2099	PROGRAMA DE INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS	10.000,00
2100	INCENTIVO E MANUTENÇÃO DE FÁBRICAS	10.000,00
2101	APOIO A EVENTOS MUNICIPAIS DE VALORIZAÇÃO DE ARTESÕES E EMPREENDEDORES	5.000,00
2103	CONSOLIDAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	10.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		EXERCICIO : 2027
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES		
2105	CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	10.000,00
09001	SECRETARIA DE CULTURA	2.325.000,00
1020	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	160.000,00
1021	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO CULTURAL	120.000,00
1041	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL	130.000,00
1056	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE MUSEU MUNICIPAL	45.000,00
1064	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO SOCIO RECREATIVO JOSE ISAIAS	30.000,00
2021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE CULTURA	1.646.000,00
2059	PROGRAMA DE INCENTIVO AOS GRUPOS CULTURAIS	10.000,00
2062	APOIO A ASSOCIAÇÃO DAS BORDADEIRAS DE OURO BRANCO/RN	5.000,00
2063	FORTALECIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS	10.000,00
2065	FORTALECIMENTO DA FILARMONICA MUNICIPAL	10.000,00
2066	MANUTENÇÃO DO CENTRO SÓCIO RECREATIVO JOSÉ ISAÍAS DE LUCENA FILHO	27.000,00
2067	APOIO A EVENTOS CULTURAIS MUNICIPAIS	10.000,00
2068	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	3.000,00
2069	IMPLANTANTAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS E INFORMATIVAS	5.000,00
2070	INSTALAÇÃO DE REDE WIFI EM PONTOS TURÍSTICOS	9.000,00
2111	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	3.000,00
2128	COFINANCIAMENTO FEDERAL DESTINADO AO SETOR CULTURAL - LEI ALDIR BLANC E LEI PAULO GUSTAVO	102.000,00
09002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	176.000,00
1073	COMPLEXO ECONÔMICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	50.000,00
2098	PROMOÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES EM PARCERIA	30.000,00
2125	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	96.000,00
10001	SEC. DE INFRAEST., URBAN. , MEIO AMBIENTE E SERVIC	4.946.160,00
1008	AQUISIÇÃO OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00
1009	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS, MATA-BURROS E PASSAGENS MOLHADAS	110.000,00
1010	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS	6.000,00
1011	PAVIMENTAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	400.420,00
1013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, TRATORES E EMPLEMENTOS	100.000,00
1014	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	19.900,00
1024	CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CANTEIROS E VIAS PÚBLICAS	35.000,00
1031	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PÓRTICO NA ENTRADA DA CIDADE	170.500,00
1033	ADEQUAÇÃO E CONCLUSÃO DAS OBRAS DO NÚCLEO INDUSTRIAL DE QUARTZITO	20.000,00
1048	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	30.000,00
1053	MELHORAMENTO NO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	10.000,00
1058	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA GUARDA MUNICIPAL	20.000,00
1059	CONSTRUÇÃO E REFORMA DA GARAGEM MUNICIPAL	10.000,00
1060	CONSTRUÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA SECRETARIA DE OBRAS INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	10.000,00
1061	REFORMA DO MERCADO PÚBLICO	10.000,00
1066	REFORMA NO ATERRO SANITÁRIO	10.000,00
1067	REFORMA DA LAVANDERIA PÚBLICA	10.000,00
1068	CONSTRUÇÃO DE APOIO RODOVIÁRIO	109.000,00
1069	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO	10.000,00
1070	REFORMA NO PREDIO DO OURO-PREV	10.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		EXERCICIO : 2027
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES		
1071	REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL	10.000,00
1072	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO	270.000,00
1120	AQUISIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS	10.000,00
2005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNIC. DE OBRAS INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	3.170.340,00
2031	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO	335.000,00
2106	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DAS VIAS PÚBLICAS	15.000,00
2107	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS	10.000,00
2109	APOIO A CAPACITAÇÃO PARA OS MINERADORES	6.000,00
2112	MANUTENÇÃO ATERRO SANITÁRIO	3.000,00

2113	MANUTENÇÃO DA LAVANDERIA PÚBLICA	6.000,00
11001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.356.332,00
1004	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE AÇUDES, BARRAGENS E POÇOS TUBULARES	20.000,00
1005	CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS RURAIS COMUNITÁRIAS	7.000,00
1006	AQUISIÇÃO DE TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	75.000,00
1007	PROGRAMA DE INCENTIVO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	8.000,00
1012	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL	5.000,00
1032	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE MATADOURO PÚBLICO	10.000,00
1034	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE PONTES COM TRAVAS ESPAÇADAS PARA VEDAR O TRÂNSITO DE ANIMAIS	10.000,00
1037	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA SERRA DO POÇÃO	10.000,00
1039	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS E IMPLEMENTOS	70.000,00
1062	REFORMA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	10.000,00
1063	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA	10.000,00
1065	CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÃO E FEIRA DE GADO E ANIMAIS	10.000,00
1080	CONSTRUÇÃO DA CASA DO PRODUTOR DE MEL (CASA DO MEL) NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO	65.000,00
2020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE AGRIC. MEIO AMBIENTE E REC. NATURAIS	0,00
2108	APOIO A COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA SERRA DO POÇÃO	5.000,00
2127	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.041.332,00
12001	REC. SOB SUP. DA SEC. MUN. DE FIN. E TRIBUTAÇÃO	1.342.500,00
0701	Pagamento de Compromissos Pactuados com INSS e FGTS	650.000,00
0702	Pagamento de Compromissos Pactuados com a COSERN CAERN e OUTROS	150.000,00
0703	Pagamento da Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	362.000,00
0704	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	100.000,00
0705	Contribuição à Entidades Representativas	80.500,00
13001	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE OURO BRANCO	3.860.000,00
2082	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO - OBPREV	470.000,00
2083	PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATRAVÉS DO FUNPREV	2.780.000,00
2084	CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA DO FUNPREV	360.000,00
2085	RESERVA ORCAMENTARIA DO RPPS OBPREV	250.000,00
14001	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	483.500,00
1022	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	45.500,00
1023	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ÁREAS DE LAZER PÚBLICAS	10.000,00
1046	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO POLIESPORTIVO	20.000,00
1054	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTADIO	45.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES		
2035	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	340.000,00
2050	CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER;	8.000,00
2051	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INCENTIVO AO ATLETA (BOLSA ATLETA)	10.000,00
2053	MANUTENÇÃO DE ESTÁDIO, GINÁSIOS E QUADRAS	5.000,00
99999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00

MUNICIPIO DE OURO BRANCO		**EXERCICIO : 2027**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS		
Nº	**Descrição**	**Valor**
0001	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA CAMARA	1.900.000,00
0002	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL	2.522.900,00
0003	REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.472.500,00
0004	SAÚDE PARA TODOS	10.048.500,00
0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	3.860.000,00
0008	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS A FAZENDÁRIAS	355.408,00
0009	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA E TRANSPORTES	3.901.660,00
0010	FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA RURAL	1.208.332,00
0011	APOIO AO HOMEM DO CAMPO	23.000,00
0012	VALORIZAÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA	2.245.000,00
0013	INCREMENTO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA	165.000,00

0014	MELHORIA NA INFRAESTRUTURA DOS PREDIOS MUNICIPAIS	20.000,00
0015	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA EDUCACIONAL E CULTURAL	580.000,00
0016	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	110.000,00
0017	DESENVOLVIMENTO URBANO	983.500,00
0018	EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MINERIO	21.000,00
0019	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	8.210.202,00
0020	MELHORAMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL	53.000,00
0021	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS	1.368.500,00
0022	FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	216.500,00
0023	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE RISCO SOCIAL	470.500,00
0025	FOMENTO AO TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	55.000,00
0026	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	20.000,00
0027	ESPORTE E LAZER PARA TODOS	483.500,00
0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00
TOTAL GERAL		**40.394.002,00**

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:5D86FB49

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO I

MUNICIPIO DE TAIPU					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário					Exercício: **2026**		
Bimestre: 3/2026							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.408.100,00	76.081.913,00	10.425.729,50	13,70	31.856.810,81	41,87	44.225.102,19
Receitas Correntes	73.027.100,00	73.027.100,00	10.425.729,50	14,28	29.356.810,81	40,20	43.670.289,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.802.150,00	1.802.150,00	229.791,40	12,75	623.442,86	34,59	1.178.707,14
Impostos	1.797.150,00	1.797.150,00	221.504,87	12,33	578.756,01	32,20	1.218.393,99
Taxas	5.000,00	5.000,00	8.286,53	165,73	44.686,85	893,74	-39.686,85
Contribuições	542.000,00	542.000,00	54.645,70	10,08	271.787,29	50,15	270.212,71
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	542.000,00	542.000,00	54.645,70	10,08	271.787,29	50,15	270.212,71
Receita Patrimonial	343.100,00	343.100,00	1.343.378,37	391,54	2.255.499,61	657,39	-1.912.399,61
Valores Mobiliários	343.100,00	343.100,00	1.343.378,37	391,54	2.255.499,61	657,39	-1.912.399,61
Transferências Correntes	69.189.850,00	69.189.850,00	8.797.914,03	12,72	26.137.619,09	37,78	43.052.230,91
Transferências da União e de suas Entidades	46.651.000,00	46.651.000,00	4.869.733,45	10,44	14.362.879,66	30,79	32.288.120,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.417.850,00	5.417.850,00	841.498,87	15,53	2.617.106,56	48,31	2.800.743,44
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.121.000,00	17.121.000,00	3.086.681,71	18,03	9.157.632,87	53,49	7.963.367,13
Outras Receitas Correntes	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	68.461,96	5,95	1.081.538,04
Demais Receitas Correntes	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	68.461,96	5,95	1.081.538,04
Receitas de Capital	381.000,00	3.054.813,00	0,00	0,00	2.500.000,00	81,84	554.813,00
Operações de Crédito	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	100,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	100,00	0,00
Alienação de Bens	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Transferências de Capital	366.000,00	539.813,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539.813,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	173.813,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173.813,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	366.000,00	366.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	366.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.408.100,00	76.081.913,00	10.425.729,50	13,70	31.856.810,81	41,87	44.225.102,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	73.408.100,00	76.081.913,00	10.425.729,50	13,70	31.856.810,81	41,87	44.225.102,19
DÉFICIT (VI) [1]					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					31.856.810,81		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.408.100,00	79.416.913,00	5.076.664,46	48.635.696,98	30.781.216,02	8.753.670,56	26.859.835,43	52.557.077,57	25.117.241,59	0,00
Despesas Correntes	61.563.700,00	65.848.870,16	4.973.764,52	46.358.713,68	19.490.156,48	8.474.322,89	25.699.727,14	40.149.143,02	24.086.704,95	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.271.700,00	36.940.115,16	1.879.346,36	29.354.012,62	7.586.102,54	3.220.646,37	13.069.481,55	23.870.633,61	13.061.314,98	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.292.000,00	28.908.755,00	3.094.418,16	17.004.701,06	11.904.053,94	5.253.676,52	12.630.245,59	16.278.509,41	11.025.389,97	0,00
Despesas de Capital	11.648.900,00	13.372.542,84	102.899,94	2.276.983,30	11.095.559,54	279.347,67	1.160.108,29	12.212.434,55	1.030.536,64	0,00
INVESTIMENTO	9.228.900,00	11.369.400,00	98.125,20	1.075.888,44	10.293.511,56	83.757,00	536.516,90	10.832.883,10	493.000,27	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	86.800,00	86.800,00	0,00	0,00	86.800,00	0,00	0,00	86.800,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	2.333.200,00	1.916.342,84	4.774,74	1.201.094,86	715.247,98	195.590,67	623.591,39	1.292.751,45	537.536,37	0,00
Reserva de Contingência	195.500,00	195.500,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	195.500,00	195.500,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.408.100,00	79.416.913,00	5.076.664,46	48.635.696,98	30.781.216,02	8.753.670,56	26.859.835,43	52.557.077,57	25.117.241,59	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	73.408.100,00	79.416.913,00	5.076.664,46	48.635.696,98	30.781.216,02	8.753.670,56	26.859.835,43	52.557.077,57	25.117.241,59	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-16.778.886,17			4.996.975,38		6.739.569,22	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII+XIII)	73.408.100,00	79.416.913,00	5.076.664,46	31.856.810,81	30.781.216,02	8.753.670,56	31.856.810,81	52.557.077,57	31.856.810,81	0,00
RESERVA DO RPPS										

1 - O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:EA70BBBE

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO II

MUNICIPIO DE TAIPU							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção							Exercício: **2026** -				
Bimestre: 3/2026											
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2											
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**73.408.100,00**	**79.416.913,00**	**5.076.664,46**	**48.635.696,98**	**100,00**	**30.781.216,02**	**8.753.670,56**	**26.859.835,43**	**100,00**	**52.557.077,57**	**0,00**
01 LEGISLATIVA	2.426.300,00	2.426.300,00	0,00	0,00	0,00	2.426.300,00	0,00	0,00	0,00	2.426.300,00	0,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.426.300,00	2.426.300,00	0,00	0,00	0,00	2.426.300,00	0,00	0,00	0,00	2.426.300,00	0,00
04 ADMINISTRAÇÃO	9.952.300,00	11.610.300,00	574.968,18	8.193.518,63	16,85	3.416.781,37	2.119.227,99	4.925.898,74	18,34	6.684.401,26	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.918.400,00	10.532.400,00	399.463,18	7.241.595,23	14,89	3.290.804,77	1.961.982,94	4.454.075,73	16,58	6.078.324,27	0,00

123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	991.400,00	945.400,00	175.355,00	832.493,40	1,71	112.906,60	148.227,42	426.334,86	1,59	519.065,14	0,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	42.500,00	132.500,00	150,00	119.430,00	0,25	13.070,00	9.017,63	45.488,15	0,17	87.011,85	0,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.908.100,00	6.243.100,00	38.060,21	1.364.010,93	2,80	4.879.089,07	401.335,55	791.415,86	2,95	5.451.684,14	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.154.100,00	1.171.100,00	16.051,80	658.902,05	1,35	512.197,95	249.701,94	381.731,42	1,42	789.368,58	0,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	8.700,00	8.700,00	0,00	0,00	0,00	8.700,00	0,00	0,00	0,00	8.700,00	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.745.300,00	1.728.300,00	22.008,41	705.108,88	1,45	1.023.191,12	151.633,61	409.684,44	1,53	1.318.615,56	0,00
482 HABITAÇÃO URBANA	0,00	3.335.000,00	0,00	0,00	0,00	3.335.000,00	0,00	0,00	0,00	3.335.000,00	0,00
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
10 SAÚDE	24.694.000,00	25.215.784,08	1.466.425,91	13.852.594,53	28,48	11.363.189,55	2.316.316,44	7.899.996,75	29,41	17.315.787,33	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.952.400,00	7.286.800,00	639.452,83	4.082.983,77	8,40	3.203.816,23	991.840,87	3.133.235,98	11,67	4.153.564,02	0,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	3.748.300,00	7.015.400,00	695.081,96	4.732.308,83	9,73	2.283.091,17	768.749,80	2.514.217,37	9,36	4.501.182,63	0,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	12.249.300,00	8.753.114,08	56.850,19	4.485.341,27	9,22	4.267.772,81	496.704,79	2.033.271,68	7,57	6.719.842,40	0,00
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.274.000,00	1.364.000,00	68.320,00	102.677,98	0,21	1.261.322,02	9.082,21	23.014,81	0,09	1.340.985,19	0,00
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	230.000,00	556.470,00	6.720,93	449.282,68	0,92	107.187,32	49.938,77	196.256,91	0,73	360.213,09	0,00
12 EDUCAÇÃO	18.076.700,00	19.918.200,00	2.315.613,18	18.755.372,10	38,56	1.162.827,90	2.789.354,73	8.832.394,70	32,88	11.085.805,30	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	39.900,00	39.900,00	0,00	0,00	0,00	39.900,00	0,00	0,00	0,00	39.900,00	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	14.627.700,00	16.308.540,00	1.981.245,19	15.482.003,79	31,83	826.536,21	2.550.657,52	7.667.437,94	28,55	8.641.102,06	0,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	3.391.500,00	3.542.160,00	333.451,99	3.257.299,42	6,70	284.860,58	231.686,65	1.148.887,87	4,28	2.393.272,13	0,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	17.600,00	27.600,00	916,00	16.068,89	0,03	11.531,11	7.010,56	16.068,89	0,06	11.531,11	0,00
13 CULTURA	3.181.800,00	3.145.800,00	92.884,00	1.272.876,13	2,62	1.872.923,87	69.772,46	1.176.753,97	4,38	1.969.046,03	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	3.181.800,00	3.145.800,00	92.884,00	1.272.876,13	2,62	1.872.923,87	69.772,46	1.176.753,97	4,38	1.969.046,03	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
15 URBANISMO	7.170.800,00	6.155.560,92	494.598,93	3.121.243,87	6,42	3.034.317,05	678.253,98	1.853.572,98	6,90	4.301.987,94	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.369.300,00	4.287.828,92	227.451,25	1.800.063,15	3,70	2.487.765,77	359.098,57	1.007.713,95	3,75	3.280.114,97	0,00
452 SERVIÇOS URBANOS	1.118.900,00	1.185.132,00	248.881,27	874.483,42	1,80	310.648,58	250.140,86	625.152,15	2,33	559.979,85	0,00
752 ENERGIA ELÉTRICA	682.600,00	682.600,00	18.266,41	446.697,30	0,92	235.902,70	69.014,55	220.706,88	0,82	461.893,12	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	82.500,00	82.500,00	0,00	54.000,00	0,11	28.500,00	4.500,00	22.500,00	0,08	60.000,00	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.500,00	76.500,00	0,00	54.000,00	0,11	22.500,00	4.500,00	22.500,00	0,08	54.000,00	0,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
20 AGRICULTURA	1.366.600,00	1.450.368,00	24.723,61	823.650,31	1,69	626.717,69	274.710,06	653.644,59	2,43	796.723,41	0,00
605 ABASTECIMENTO	519.900,00	713.861,17	0,00	372.767,60	0,77	341.093,57	197.692,48	343.658,22	1,28	370.202,95	0,00
606 EXTENSÃO RURAL	744.200,00	694.006,83	24.723,61	450.882,71	0,93	243.124,12	77.017,58	309.986,37	1,15	384.020,46	0,00
607 IRRIGAÇÃO	102.500,00	42.500,00	0,00	0,00	0,00	42.500,00	0,00	0,00	0,00	42.500,00	0,00
24 COMUNICAÇÕES	262.300,00	262.300,00	0,00	210.200,00	0,43	52.100,00	30.500,00	105.323,49	0,39	156.976,51	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	249.100,00	249.100,00	0,00	210.200,00	0,43	38.900,00	30.500,00	105.323,49	0,39	143.776,51	0,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00	0,00
26 TRANSPORTE	1.825.900,00	1.735.900,00	48.660,49	632.894,45	1,30	1.103.005,55	51.198,83	390.996,36	1,46	1.344.903,64	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	691.000,00	551.000,00	6.210,49	375.566,59	0,77	175.433,41	51.198,83	176.318,50	0,66	374.681,50	0,00
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.134.900,00	1.184.900,00	42.450,00	257.327,86	0,53	927.572,14	0,00	214.677,86	0,80	970.222,14	0,00
27 DESPORTO E LAZER	1.215.300,00	925.300,00	20.729,95	355.336,03	0,73	569.963,97	18.500,52	207.337,99	0,77	717.962,01	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	662.000,00	724.340,00	17.784,33	322.175,41	0,66	402.164,59	15.554,90	174.917,37	0,65	549.422,63	0,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	553.300,00	200.960,00	2.945,62	33.160,62	0,07	167.799,38	2.945,62	32.420,62	0,12	168.539,38	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	195.500,00	195.500,00	0,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	195.500,00	195.500,00	0,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00	0,00	0,00	195.500,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	73.408.100,00	79.416.913,00	5.076.664,46	48.635.696,98	100,00	30.781.216,02	8.753.670,56	26.859.835,43	100,00	52.557.077,57	0,00

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:C057C785

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO III

MUNICIPIO DE TAIPU												Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida												Exercício: **2026**		
Bimestre: 3/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, art 53, inciso I)														
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Jul/2025	**Ago/2025**	**Set/2025**	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**5.132.818,40**	**6.961.246,46**	**5.598.875,89**	**5.576.218,93**	**5.381.702,58**	**8.370.860,20**	**5.646.987,33**	**5.969.208,81**	**4.360.388,51**	**5.154.695,55**	**5.455.117,43**	**6.172.800,12**	**69.780.920,21**	**77.638.250,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**98.794,31**	**328.008,88**	**459.072,60**	**240.222,80**	**102.715,46**	**1.183.916,71**	**48.197,30**	**94.161,01**	**125.632,39**	**125.660,76**	**152.192,79**	**77.598,61**	**3.036.173,62**	**1.802.150,00**
IPTU	10.069,47	4.802,61	4.742,26	3.051,41	2.517,30	1.357,33	3.198,21	22.457,76	18.494,51	3.543,22	4.396,72	0,00	78.630,80	67.000,00
ISS	44.887,04	49.893,67	52.105,80	55.770,19	46.900,36	98.201,11	22.874,80	24.863,47	46.714,57	53.373,55	67.836,29	33.419,64	596.840,49	805.000,00
ITBI	4.521,79	3.000,00	3.381,03	2.218,23	6.556,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355,90	580,00	0,00	21.612,95	73.000,00
IRRF	38.865,23	269.615,66	393.151,84	178.830,47	46.509,30	1.083.927,41	14.671,44	42.484,60	41.859,52	61.359,59	71.093,25	44.178,97	2.286.547,28	852.150,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	450,78	696,94	5.691,67	352,50	232,50	430,86	7.452,85	4.355,18	18.563,79	6.028,50	8.286,53	0,00	52.542,10	5.000,00
Contribuições	**55.525,43**	**52.728,35**	**46.897,94**	**51.848,31**	**48.629,87**	**42.656,91**	**57.203,10**	**52.240,51**	**57.424,12**	**50.273,86**	**54.645,70**	**0,00**	**570.074,10**	**542.000,00**
Receita Patrimonial	**145.859,99**	**2.016.885,93**	**132.745,57**	**141.212,33**	**119.801,69**	**209.262,39**	**314.259,89**	**265.290,10**	**174.336,75**	**158.234,50**	**146.888,74**	**1.196.489,63**	**5.021.267,51**	**343.100,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	145.859,99	2.016.885,93	132.745,57	141.212,33	119.801,69	209.262,39	314.259,89	265.290,10	174.336,75	158.234,50	146.888,74	1.196.489,63	5.021.267,51	343.100,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Correntes	**4.832.638,67**	**4.563.623,30**	**4.960.159,78**	**5.142.935,49**	**5.110.555,56**	**6.935.024,19**	**5.227.327,04**	**5.557.517,19**	**3.934.533,29**	**4.820.526,43**	**5.101.390,20**	**4.898.711,88**	**61.084.943,02**	**73.801.000,00**
Cota-Parte do FPM	2.464.842,75	1.899.297,82	2.580.568,70	1.616.492,51	2.197.362,50	3.538.572,40	2.249.935,85	2.828.843,41	1.713.035,90	2.016.933,35	2.441.129,71	2.554.794,13	28.101.809,03	28.370.000,00
Cota-Parte do ICMS	391.883,61	360.711,12	355.412,27	422.641,62	483.337,21	393.493,26	568.358,20	481.765,44	508.898,89	584.152,98	520.166,32	493.949,69	5.564.770,61	5.262.000,00
Cota-Parte do IPVA	17.095,74	15.782,64	13.944,55	11.757,87	2.261,44	8.214,83	5.939,19	6.553,84	14.462,81	26.047,11	25.241,22	0,00	147.301,24	294.000,00
Cota-Parte do ITR	2.158,05	375,37	756,64	12.953,62	1.441,40	1.136,40	848,12	316,47	585,53	257,87	244,16	656,91	21.730,54	15.000,00
Transferências da LC 61/1989	1.121,12	1.238,41	1.313,30	1.259,47	1.244,81	1.507,84	1.618,71	1.698,68	1.681,51	1.479,20	1.777,56	2.373,86	18.314,47	5.000,00
Transferências do FUNDEB	1.328.514,96	1.411.252,55	1.448.700,57	1.403.458,12	1.483.015,01	1.770.403,82	1.994.692,35	1.584.677,02	1.085.917,95	1.405.663,84	1.505.899,96	1.580.129,74	18.002.325,89	17.811.000,00
Outras Transferências Correntes	627.022,44	874.965,39	559.463,75	1.674.372,28	941.893,19	1.221.695,64	405.934,62	653.662,33	609.950,70	785.992,08	606.931,27	266.807,55	9.228.691,24	22.044.000,00
Outras Receitas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**68.461,96**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**68.461,96**	**1.150.000,00**
DEDUÇÕES (II)	**-366.726,54**	**-452.076,80**	**-377.932,01**	**-410.417,48**	**-510.028,15**	**-574.968,03**	**-563.828,36**	**-663.495,75**	**-447.396,58**	**-525.478,20**	**-592.307,96**	**-609.880,09**	**-6.094.535,95**	**4.611.150,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**-366.726,54**	**-452.076,80**	**-377.932,01**	**-410.417,48**	**-510.028,15**	**-574.968,03**	**-563.828,36**	**-663.495,75**	**-447.396,58**	**-525.478,20**	**-592.307,96**	**-609.880,09**	**-6.094.535,95**	**4.611.150,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**4.766.091,86**	**6.509.169,66**	**5.220.943,88**	**5.165.801,45**	**4.871.674,43**	**7.795.892,17**	**5.083.158,97**	**5.305.713,06**	**3.912.991,93**	**4.629.217,35**	**4.862.809,47**	**5.562.920,03**	**63.686.384,26**	**73.027.100,00**
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Jul/2025	**Ago/2025**	**Set/2025**	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	**4.766.091,86**	**6.509.169,66**	**5.220.943,88**	**5.165.801,45**	**4.871.674,43**	**7.795.892,17**	**5.083.158,97**	**5.305.713,06**	**3.912.991,93**	**4.629.217,35**	**4.862.809,47**	**5.562.920,03**	**63.686.384,26**	**73.027.100,00**

PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art 198, $11) (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**4.766.091,86**	**6.509.169,66**	**5.220.943,88**	**5.165.801,45**	**4.871.674,43**	**7.795.892,17**	**5.083.158,97**	**5.305.713,06**	**3.912.991,93**	**4.629.217,35**	**4.862.809,47**	**5.562.920,03**	**63.686.384,26**	**73.027.100,00**

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:836EB0A1

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO VII

MUNICIPIO DE TAIPU						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão						Exercício: **2026** -						
Bimestre: 3/2026												
LRF Art . 53 , inciso V - Anexo 7												
Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i-j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)	0,00	826.788,85	716.151,58	0,00	110.637,27	0,00	3.402.133,34	1.993.028,32	1.959.540,30	0,00	1.442.593,04	1.553.230,31
PODER EXECUTIVO	0,00	826.788,85	716.151,58	0,00	110.637,27	0,00	3.402.133,34	1.993.028,32	1.959.540,30	0,00	1.442.593,04	1.553.230,31
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	826.788,85	716.151,58	0,00	110.637,27	0,00	3.402.133,34	1.993.028,32	1.959.540,30	0,00	1.442.593,04	1.553.230,31

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:DAE8D8D6

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO XII

MUNICIPIO DE TAIPU			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde			Exercício: **2026**	
Bimestre: 3/2026				
RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100

RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.797.150,00	1.797.150,00	578.756,01	32,20
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU	67.000,00	67.000,00	52.090,42	77,74
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	73.000,00	73.000,00	1.935,90	2,65
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	805.000,00	805.000,00	249.082,32	30,94
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	852.150,00	852.150,00	275.647,37	32,34
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUICIONAIS E LEGAIS (II)	31.071.000,00	31.071.000,00	17.053.746,62	54,88
Cota-Parte FPM	25.495.000,00	25.495.000,00	13.804.672,35	54,14
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	2.909,06	19,39
Cota-Parte IPVA	294.000,00	294.000,00	78.244,17	26,61
Cota-Parte ICMS	5.262.000,00	5.262.000,00	3.157.291,52	60,00
Cota-Parte IPI-Exportação	5.000,00	5.000,00	10.629,52	212,59
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	32.868.150,00	32.868.150,00	17.632.502,63	53,64

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	730.400,00	730.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	75.400,00	75.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	655.000,00	655.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.346.000,00	1.346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	946.000,00	946.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.024.000,00	1.004.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.024.000,00	1.004.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	5.786.200,00	5.786.200,00	3.214.475,78	55,55	2.703.737,23	46,72	2.532.982,67	43,77	0,00
Despesas Correntes	5.606.200,00	5.606.200,00	3.214.475,78	57,33	2.703.737,23	48,22	2.532.982,67	45,18	0,00
Despesas de Capital	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.181.600,00	9.161.600,00	3.214.475,78	35,08	2.703.737,23	29,51	2.532.982,67	27,64	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.214.475,78	2.703.737,23	2.532.982,67
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do % Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exerc.Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.214.475,78	2.703.737,23	2.532.982,67
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.644.875,39	2.644.875,39	2.644.875,39
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	2.644.875,39	2.644.875,39	2.644.875,39
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	569.600,39	58.861,84	(111.892,72
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	(111.892,72
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,23	15,33	14,36

CONTROLE DO VLR REF. AO % MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERC. ANTERIORES P/FINS DE APLIC. DOS RECURSOS VINCULADOS CONF. ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (X-1) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	2.644.875,39	2.703.737,23	58.861,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.861,84
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	58.428,48	0,00	58.428,48	42.242,68	16.185,80	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	4.376.171,97	7.526.710,50	3.150.538,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150.538,53
Empenhos de 2021 e anteriores	3.834.098,64	7.303.373,38	3.469.274,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.469.274,74
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compens. (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancel. ou prescritos em exerc. anteriores a serem compens. (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anteriores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	15.664.000,00	15.837.813,00	2.204.186,78	13,91
Proveniente da União	15.664.000,00	15.837.813,00	2.204.186,78	13,91
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	15.664.000,00	15.837.813,00	2.204.186,78	13,91

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.017.900,00	6.285.000,00	4.732.308,83	75,29	2.514.217,37	40,00	2.360.156,94	37,55	0,00
Despesas Correntes	2.608.900,00	5.891.000,00	4.732.308,83	80,33	2.514.217,37	42,67	2.360.156,94	40,06	0,00
Despesas de Capital	409.000,00	394.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	10.903.300,00	7.407.114,08	4.485.341,27	60,55	2.033.271,68	27,45	2.010.100,04	27,13	0,00
Despesas Correntes	10.448.300,00	6.984.114,08	4.485.341,27	64,22	2.033.271,68	29,11	2.010.100,04	28,78	0,00
Despesas de Capital	455.000,00	423.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	250.000,00	360.000,00	102.677,98	28,52	23.014,81	6,39	20.451,80	5,68	0,00
Despesas Correntes	0,00	110.000,00	102.677,98	93,34	23.014,81	20,92	20.451,80	18,59	0,00
Despesas de Capital	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	175.000,00	501.470,00	449.282,68	89,59	196.256,91	39,13	192.262,97	38,33	0,00
Despesas Correntes	175.000,00	501.470,00	449.282,68	89,59	196.256,91	39,13	192.262,97	38,33	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	1.166.200,00	1.500.600,00	868.507,99	57,87	429.498,75	28,62	429.498,75	28,62	0,00
Despesas Correntes	751.800,00	1.086.200,00	868.507,99	79,95	429.498,75	39,54	429.498,75	39,54	0,00
Despesas de Capital	414.400,00	414.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	15.512.400,00	16.054.184,08	10.638.118,75	66,26	5.196.259,52	32,36	5.012.470,50	31,22	0,00
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.748.300,00	7.015.400,00	4.732.308,83	67,45	2.514.217,37	35,83	2.360.156,94	33,64	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	12.249.300,00	8.753.114,08	4.485.341,27	51,24	2.033.271,68	23,22	2.010.100,04	22,96	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.274.000,00	1.364.000,00	102.677,98	7,52	23.014,81	1,68	20.451,80	1,49	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	230.000,00	556.470,00	449.282,68	80,73	196.256,91	35,26	192.262,97	34,55	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	6.952.400,00	7.286.800,00	4.082.983,77	56,03	3.133.235,98	42,99	2.962.481,42	40,65	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	24.694.000,00	25.215.784,08	13.852.594,53	54,93	7.899.996,75	31,32	7.545.453,17	29,92	0,00
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.									
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.									

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:7D204D9D

GABINETE DO PREFEITO
RREO 3º BIMESTRE 2026 - ANEXO XIII

MUNICIPIO DE TAIPU		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo das Parcerias Público Privadas		Exercício: **2026**	
Bimestre: 3/2026			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2026	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior	Exercício Corrente	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	73.027.100,00	74.420.283,31	75.840.045,23	77.286.892,84	78.761.342,86	80.263.921,87	81.795.166,52	83.355.623,67	84.945.850,63	86.566.415,34

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA: As projeções da RCL foram calculadas com base no Fator de Projeção de 1,019077620570 divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos publicado em 31/10/2025.

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:6339595E

